Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC - SP

Fernanda Galhardo Carpanelli

A VIDA É ARTE DO ENCONTRO:
Interfaces entre trabalho profissional, territórios, sujeitas/os e saberes no cotidiano – um diálogo necessário para a área do Serviço Social

São Paulo
2024

Fernanda Galhardo Carpanelli

A VIDA É ARTE DO ENCONTRO:
Interfaces entre trabalho profissional, territórios, sujeitas/os e saberes no cotidiano – um diálogo necessário para a área do Serviço Social

Doutorado em Serviço Social

Tese apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui.

São Paulo
2024

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta Tese de Doutorado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Fernanda Galhardo Carpanelli
fernandacarpanelli@gmail.com

São Paulo, 20 de dezembro de 2024

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Carpanelli, Fernanda Galhardo
A VIDA É ARTE DO ENCONTRO: Interfaces entre trabalho profissional, territórios, sujeitas/os e saberes no cotidiano - um diálogo necessário para a área do Serviço Social. / Fernanda Galhardo Carpanelli. -- São Paulo: [s.n.], 2024.
423p. ; 29 cm.

Orientador: Carola Carbajal Arregui.
Tese (Doutorado)-- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social.

1. Trabalho social em habitação. 2. Territórios, experiência e vida cotidiana. 3. Serviço Social. 4. Conservadorismo. I. Arregui, Carola Carbajal. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós Graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social sob a orientação da Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui.

Aprovada em: _____/_____ /_____

Banca Examinadora

_____
Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui
PUC-SP

_____
Profa. Dra. Caroline Rodrigues da Silva
UERJ

_____
Prof. Dr. Rodrigo Aparecido Diniz
PUC-SP

_____
Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz
PUC-SP

_____
Profa. Dra. Tania Maria Ramos de Godoi Diniz
UNIFESP - *Campus* Baixada Santista

Às minhas ancestrais que me ensinaram uma ousadia sem tamanho. À Aparecida, que me quis doutora e me ensinou o feitiço da palavra. E à Rosário, que tecendo com linhas e agulhas me inspirou a tecer, com sentimentos e palavras, histórias de sonhos absurdos.

Às minhas meninas, Sofia e Carolina, que nestes tempos de tese me nutriram de força e coragem.

À todas/os aquelas/es que tem enfrentado, com consciência, o pessimismo da razão, mas apostado, com afinco, no otimismo da vontade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento: 88887.475508/2020-00

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – 88887.475508/2020-00

AGRADECIMENTOS

Ao longo desse tempo-espaço os caminhos percorridos até a finalização desta tese foram inúmeros, assim como muitos foram os encontros que esta produção me proporcionou. Como disse Caroline Rodrigues da Silva, de quem tive o prazer de receber o aceite para compor a banca de avaliação deste trabalho, ainda na fase de qualificação: "*teses são resultado de todo um processo de vida*", uma reflexão tão oportuna na qual precisei me ancorar em diversos momentos enquanto a trajetória para esta escrita era tecida *pari passu* aos obstáculos cotidianos que me desafiavam a acreditar que o nascimento desse trabalho se tornaria possível. Portanto, esse conjunto de agradecimentos são tão fundamentais quanto os resultados que esta tese consolida.

Agradeço em primeira instância à minha família, esses sim, *Doutores da vida cotidiana* que me sustentaram em todos os aspectos. À Sofia e Carolina, que nestes tempos em que estive tão ocupada tinham sempre um sorriso para me oferecer e me deram esperança para continuar. Nossos momentos juntas eram um alívio. Concluir este percurso diz muito sobre o que a maternidade requer de nós, assim como tudo que ela nos devolve. Vocês são sempre meu primeiro e último fôlego.

Ao Rafael, gratidão eterna por ter compartilhado comigo coragens absurdas, e por ter feito escolhas poderosas que sustentaram nossos sonhos até aqui, com força, paciência, algumas pitadas de loucura e uma alegria gigante, mesmo nos dias mais desafiadores e conturbados que dividimos nessa intensa trajetória. Obrigada por me ensinar que a vida presta mais quando é exagerada e por me permitir ampliar essa família incrível que construímos. Sou grata a toda nossa rede que tanto amo (nossos pais e irmãos) e como você diz eles são mesmo o que temos de mais poderoso nessa experiência terrena. Sei o quanto todos permaneceram na torcida para que esse momento final chegasse. Obrigada por tudo que fizeram por mim e pela minha família. E à tia Cida, que sempre me valeu como uma imensa e potente rede de apoio, sem o seu cuidado, amor e a vida que me proporcionou, é certo que nenhuma dessas linhas teriam sido escritas.

À querida Carola, que de forma tão carinhosa soube com maestria acolher as angústias que os projetos e as viagens de pesquisa nos provocam. Gratidão por sua generosidade em me conduzir e reconduzir com prontidão e de modo incansável, com leveza e não por isso menos rigor, me proporcionando segurança e a liberdade que eu precisava para desbravar as infinitas rotas e destinos possíveis que uma pesquisa científica pode nos proporcionar. Por esta inesquecível viagem, em tão boa companhia, quero brindar nosso encontro Carola, pois a mesa que me ofereceu foi farta e me encantou, fazendo-me tomar ainda mais gosto por esses desafios que só um processo intenso como o da pesquisa pode nos proporcionar. Agradeço não apenas pela orientação nesta trajetória, mas em especial pelo seu cuidado e carinho por mim e pelos processos que enfrentei nesses últimos cinco anos. Espero que novos projetos possibilitem nosso reencontro porque essa experiência deixou em minha vida memórias e experiências que eu tanto desejava experimentar.

À querida Dirce Koga que me soprou inspirações de cumplicidade. Que minha gratidão te alcance onde quer que você esteja e que o afeto que trocamos reverbere com a mesma doçura que era a marca da sua presença em todos os espaços onde sua sensibilidade nos impactava. Que esta tese seja também um presente à memória da querida Dirce, que carinhosamente e de modo preciso captou minhas inquietações e me ajudou a traduzi-las, apontando caminhos para que eu pudesse expor o que de

mais profundo estava presente em minhas apreensões e hipóteses de pesquisa. Nossas trocas me encorajaram a sair em busca de algumas interpretações possíveis.

À querida Profa. Dra. Joana Valente Santana, pela parceria neste projeto. Que sigamos em defesa firme dos processos de formação profissional na área do Serviço Social. Os desafios são enormes, assim como foram gigantes suas contribuições a esta pesquisa. Quero investir contigo nessa ideia de que: “falta dialética no Serviço Social”. Os ventos estão propícios às fortes provocações. Sigamos em frente!

Em nome da Profa. Dra. Rosangela Paz e da Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli, agradeço à todas/os as/os companheiras/os do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade (NEPI), ambos vinculados à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde compartilhamos inúmeros aprendizados. É certo que estes coletivos marcam minha trajetória de formação continuada em âmbito de Pós-Graduação.

Agradeço à Profa. Dra. Marcia Calhes Paixão, do curso de graduação em Serviço Social da PUC-SP, com quem pude fazer estágio docência em 2022. Houve nesse universo de atividades um aprendizado ímpar sobre o dia a dia do trabalho docente, muitas vezes invisibilizado em sua totalidade, principalmente em tempos em que a educação é amplamente mercantilizada. É de longa data nossa trajetória de trocas e construção conjunta durante meu período de graduação cursado também nesta mesma universidade e, portanto, já antiga minha extrema admiração pela docente e profissional a quem tenho o imenso prazer de chamar de amiga. Já sinto muita saudade das manhãs que tecemos juntas a esperança por um espaço qualificado de formação profissional.

Agradeço às minhas interlocutoras de pesquisa, as profissionais entrevistadas, com as quais compartilhei todos os contornos desta tese. Sem a contribuição de cada uma esse trabalho não seria possível. Espero ter correspondido ao apoio generoso que me ofereceram e à prontidão na disponibilidade.

Às/aos colegas da Secretaria de Habitação de Osasco com as/os quais troquei tantos desafios e obtive tanta parceria, apoio e amizade no trabalho cotidiano. Agradeço à Cleusa de Jesus pela confiança e convite para assumir a gerência do Programa Bolsa Aluguel mesmo em meio ao desafio de construir esta tese, assim como toda a equipe. Devo a tantos outros colegas que por aqui já passaram e a muitos que ainda seguem comigo nesta jornada a inquietação nascida destas trajetórias, às quais me agarrei e sigo persistindo na busca por novos caminhos e uma maneira de enfrentar as novas requisições do cotidiano profissional. Minha imensa gratidão a equipe do Departamento de Trabalho Social, seguimos de mãos dadas.

Aos amigos/as que muito de perto partilharam esses últimos anos mais desafiadores para que esta tese pudesse vir à público. Falho em não listar todas/os, mas quero registrar nominalmente aquelas/es que me ofertaram apoio emergencial em muitas circunstâncias: Tatiana Maria F. R de Santana, Lini de Pádua Silva, Lucas Lopes de Almeida, Lilian Fernandes Silva, Rebecca Seiko Moreira Iyama (Becca) e Clenivalda França dos Santos (Cleo). Gratidão por estarem sempre tão disponíveis.

À Talita Tecedor que foi minha leitora parceira em meio a escrita desta tese, mas isso não foi nada perto dos abismos dos quais ela já me resgatou. Suspeito que nascemos para cuidar uma da outra, e esse é o maior motivo pelo qual me alegro por nossa amizade.

Às mulheres que são minhas irmãs de alma e bruxaria e me ensinaram a magiar com a vida impulsionando meus sonhos. Ainda que estejamos um pouco distantes nesse tempo-espaço, com vocês entendi que meu lar é estar “Em presença”

e que tenho casa e asas para explorar o mundo inteiro. Aqui é impossível enumerá-las… nós somos todos os sonhos e as sementes de Gaia.

Às/aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, em especial com as/os quais mantive contato mais direto em função das disciplinas realizadas, assim como as docentes do curso de graduação em Serviço Social desta mesma casa, pois muitas seguem ainda como parceiras e de modo ímpar contribuíram com meu processo de formação profissional. Sou grata pelas histórias que esta Universidade nos faz partilhar.

Às/os várias/os companheiras/os, mestrandas/os e doutorandas/os do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, com as/os quais convivi e mantive interlocução desbravando os desafios cotidianos de uma universidade como a PUC-SP; tantas trocas e afetos foram tão fundamentais quanto o universo de conteúdos e leituras realizadas nessa trajetória. Os aprendizados se consolidam nos espaços de troca.

Às/os companheiras/os que integram o Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, por tantas trocas e instigantes discussões e fortalecimentos vivenciados. Partilhar da luta coletiva é o que, no fundo, nos fortalece muito mais.

Agradeço também à banca de avaliação pela disponibilidade e aceite no convite para leitura e considerações a esta tese.

À Andreia Canhetti, secretária do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP, pelas orientações precisas e acolhimento marcante, sua sensibilidade sempre foi fundamental para nos guiar nesses anos de pós-graduação, em que nem sempre os prazos e procedimentos são facilmente acomodados para esse coletivo de mentes exaustas que seguem perambulando pelos corredores da Universidade. Obrigada pela repetição incessante e todos os alertas importantes desse período.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio concedido durante todo o período de realização da pesquisa.

sinto que posso rachar o universo ao meio
mas é na doçura que me encontro mais
ferro, vento e água dançando em mim
não tenho sorte, tenho raiz

mereço calmaria, eu sei
eu quero alma
o mundo é mundo demais
e eu me interesso pelos detalhes
quero saber das histórias por trás das olheiras
quero saber das vivências guardadas em cartas
oralidades, bagagens, sonhos e acasos
eu gosto mais do fim do dia do que do começo
porque é no fim que se pode saber mais sobre o que quase não se fala
quando cansada eu chego em casa
tiro os sapatos, tiro a roupa, me jogo na cama
e ainda com cheiro e resquício da rua abro uma cerveja e conto
que eu me interesso pelos detalhes
o que faz descer na estação errada
quais os dias favoritos que borbulham
e fazem o riso fácil aparecer
quando foi que o buraco virou cicatriz
como eu posso contribuir na sua luta
somos lama, somos terra
somos terreiro, somos batuque
somos mais agora do que ontem
somos aquilo que nos traz luz
somos abraço apertado
beijo longo e cuidado
e que eu me lembre
que somos também a escolha
de onde pisaremos
com o peito aberto
e os pés descalços

Ryanne Leão, 2019

RESUMO

CARPANELLI, Fernanda G. **A VIDA É ARTE DO ENCONTRO:** Interfaces entre trabalho profissional, territórios, sujeitas/os e saberes no cotidiano – um diálogo necessário para a área do Serviço Social.

Esta tese busca conhecer as mediações presentes nas intervenções profissionais realizadas pelas/os assistentes sociais que atuam na particularidade do trabalho social em habitação na cidade de São Paulo, a fim de reconhecer seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, analisando os sentidos e significados da materialização do trabalho profissional. A pesquisa problematiza as interconexões estabelecidas pelas/os profissionais e as interfaces que as/os desafiam no desenvolvimento do trabalho cotidiano na primeira quadra histórica do século XXI, considerando o avanço da extrema direita e a consequente trama de ampliação das expressões de conservadorismo. Os estudos evidenciam as gramáticas e agenciamentos que incidem no afastamento do trabalho social de habitação dos territórios, incluindo alterações no mundo do trabalho (com transformações às requisições postas à profissão), agudização dos processos de precarização que atingem a esfera do trabalho e reconfiguração da própria dimensão da política e de todas as esferas da vida pública e das relações sociais por meio da racionalidade neoliberal. O método histórico-dialético mobilizado neste estudo possibilita a apreensão das contradições e dinâmicas do real, com a perspectiva de totalidade e as mediações necessárias a esse movimento. O desenho da pesquisa constitui-se por meio de estudos bibliográficos, com olhar atento aos estudos etnográficos e o uso fundamental de registros em diário de pesquisa em decorrência de observação participante e experiência profissional da autora, assim como entrevistas exploratórias com pesquisadoras de referência, além da realização de entrevistas individuais e em profundidade com seis assistentes sociais em atuação no trabalho social em habitação. Os resultados da pesquisa refletem transformações significativas ocasionadas pela neoliberalização do Estado, com contextos expressivos para o aprofundamento das desigualdades sociais agravadas pela pandemia de Covid-19, que favoreceu ainda mais o afastamento das/os profissionais dos territórios, dentre outros fatores que se constituem determinantes para o quadro geral de maior burocratização do trabalho desenvolvido. No entanto, esta tese defende que há muita potência no trabalho social, sugerindo que a profissão pode construir e colaborar com leituras críticas sobre a realidade social. A pesquisa destaca a necessidade de fortalecimento do trabalho coletivo, defendendo a importância de que as/os profissionais retomem o lugar do encontro, apostando na construção de vínculos para o desenvolvimento do trabalho socioeducativo e na potencialidade da dimensão político-pedagógica da profissão de Serviço Social.

Palavras-chave: Trabalho social. Territórios. Vida cotidiana. Experiência. Habitação. Conservadorismo.

ABSTRACT

CARPANELLI, Fernanda G. **LIFE IS THE ART OF MEETING**: Interfaces between professional work, territories, subjects and knowledge in everyday life - a necessary dialog for the field of Social Work.

This thesis aims to understand the mediations present in the professional interventions carried out by social workers who operate in the particularity of social work in housing in the city of São Paulo, in order to recognize their theoretical-methodological, ethical-political and technical-operational framework, analyzing the meanings and implications of the materialization of professional work. The research problematizes the interconnections established by professionals and the interfaces that challenge them in the development of their daily work in the first historical quarter of the 21st century. Additionally, the analysis considers the advance of the far-right and the consequent expansion of expressions of conservatism. The studies highlight the grammars and actions that have an impact on the removal of housing social work from the territories, including changes in the work environment (with transformations to the demands placed on the profession), the worsening of the processes of precariousness that affect the sphere of work and the reconfiguration of the very dimension of politics and all the public life and social relations spheres through neoliberal rationality. The historical-dialectical method used in this study makes it possible to grasp the contradictions and dynamics of reality, from the perspective of totality and the mediations necessary for this movement. The research design is based on bibliographic studies, with a close look at ethnographic studies and the fundamental use of research diary entries as a result of participant observation and the author's professional experience, as well as exploratory interviews with leading researchers, in addition to individual, in-depth interviews with six social workers working in housing social work. The results of the research reflect significant transformations caused by the neoliberalization of the nation-state, with significant contexts for the deepening of social inequalities aggravated by the Covid-19 pandemic, which has further favored the removal of professionals from the territories, among other factors that are determinants for the general picture of greater bureaucratization of the work developed. However, this thesis argues that there is a lot of power in social work, suggesting that the profession can build and collaborate with critical readings of social reality. The research highlights the need to strengthen collective work, defending the importance of professionals returning to the place of encounter, betting on the construction of bonds for the development of socio-educational work and the potential of the political-pedagogical dimension of the Social Work profession.

Keywords: Social work. Territories. Daily life. Experiences. Housing. Conservatism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das assistentes sociais entrevistadas.....56

Quadro 2 – Perfil das assistentes sociais entrevistadas – Formação profissional e trabalho.....57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANATED - Associação Nacional de Tutores de Ensino a Distância
ANDES-SN - Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
Apib - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
A.S. - Assistente Social
ATP - Atividade Programada
AVCB - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BDTD - Base da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações
BNH - Banco Nacional de Habitação
B.O. - Boletim de Ocorrência
BPC - Benefício de Prestação Continuada
CA - Centro Acadêmico
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social
CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CDHEP - Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEASM - Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CECOQ/PI - Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí
CEDEPE - Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais
CEF - Caixa Econômica Federal
CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COHAB - Companhia de Habitação Popular
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
COTS - Caderno de Orientação Técnico Social
COVID-19 - (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus"
CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS - Conselho Regional de Serviço Social
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DEINFO - Departamento de Produção e Análise de Informação
DC - Desenvolvimento de Comunidade
DF - Distrito Federal
EAD - Ensino à Distância
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
ESPII - Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

FNTSPHU - Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Habitacionais e Urbanas
FTSH-SP - Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GEOSAMPA - portal da Prefeitura de São Paulo que reúne dados georreferenciados sobre a cidade
GTs - Grupos de Trabalho
GGI - Gabinete de Gestão Integrada
GPCT - Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios
GEP CIHAB - Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano
HabitaSampa - sistema criado pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB) a fim de promover melhorias nos processos de trabalho, atendimento e formulação de políticas públicas habitacionais
HIS- Habitação de Interesse Social
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
GTP - Grupo Temático de Pesquisa
IA - Inteligência Artificial
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-bináries
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LBA - Legião Brasileira de Assistência
OMS - Organização Mundial de Saúde
OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
Mcidades - Ministério das Cidades
MCMV- Minha Casa Minha Vida
MEC - Ministério da Educação
MP - Medida Provisória
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTC - Movimento Sem Teto do Centro
NEMOS - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais
NEPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade
ONG - Organização Não Governamental
OSCIPs - Organizações da sociedade civil de interesse público
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PCC - Primeiro Comando da Capital
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PJ - Pessoa Jurídica
PL - Projeto de Lei
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PNAS - Política Nacional de Assistência Social
PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PT - Partido dos Trabalhadores
PTS - Projeto de Trabalho Social
PTTS - Projetos de Trabalho Técnico Social
PUC - SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEHAB - Secretaria de Habitação
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SIM - Sistema de Informações de Mortalidade
STF - Supremo Tribunal Federal
SUAS - Sistema Único de Assistência Social
SUS - Sistema Único de Saúde
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TI - Tecnologia da Informação
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
TPU - Termo de Permissão de Uso
TTC - Termo Territorial Coletivo
UBS - Unidade Básica de Saúde
UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF - Universidade Federal Fluminense
UFPA - Universidade Federal do Pará
UrbanoSS - Grupo de estudos sobre espaço urbano, vida cotidiana e Serviço Social
UN-HabitatLAC - ONU-Habitat na América Latina e no Caribe
UNAS - União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo
UOL - Universo Online
USP - Universidade de São Paulo
VAP - Valor Unitário Padrão Apartamento
ZEIS - Zonas Especiais de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 19

1 TERRITÓRIOS BRASILEIROS EM DISPUTA: REALIDADES EM MOVIMENTO..... 63
1.1 **A questão fundiária no Brasil: processos de apropriação dos territórios e a formação da propriedade privada da terra na sociedade brasileira**..... 65
1.2 **Desdobramentos da disputa pela terra em territórios urbanos: o que os estudos revelam sobre o tema**..... 77
1.3 **Sentidos da colonização: a constituição dos territórios e a construção dos processos de resistência**..... 94
1.4 **O trabalho social e as mediações com o território: a porosidade do legal-ilegal/ formal-informal no contexto das relações sociais**..... 104
1.5 **A violência como mediação no tempo-espaço: desdobramentos decorrentes da guerra pelos territórios**..... 117

2 AMBIÊNCIA CONSERVADORA DAS SOCIABILIDADES CONTEMPORÂNEAS E SEUS REFLEXOS PARA O TRABALHO SOCIAL: A COTIDIANIDADE E A EXPERIÊNCIA COMO CHAVES ANALÍTICAS PARA O CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL..... 136
2.1 **Cotidiano e experiência: conhecimento e crítica**..... 138
2.2 **Novas formas de se fazer política: representações e moralismos conservadores presentes na sociabilidade contemporânea**..... 148
2.3 **Mudanças conjunturais e seus impactos para o trabalho social: o Serviço Social em diálogo com as novas gramáticas do século XXI**..... 153
2.3.1 Religião, empreendedorismo e o mundo do crime: alianças para o jogo político conservador nas instâncias do Estado brasileiro..... 159
2.3.2 Contexto pandêmico e seus reflexos para o desenvolvimento do trabalho social: o diálogo com as estratégias da extrema-direita e seus representantes conservadores..... 170
2.3.3 Políticas públicas frente às reais necessidades da população comum: desafios da intersetorialidade e da construção de elos nos territórios..... 188

3 SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: PROJETOS EM DISPUTA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROFISSÃO..... 205
3.1 **A centralidade do trabalho e seu contexto de precarização: neoliberalismo e seus impactos para as políticas públicas e sociais**..... 206
3.2 **A profissão de Serviço Social no Brasil: um breve histórico**..... 214

3.2.1 O Serviço Social tradicional brasileiro: o momento da relativa homogeneidade do projeto profissional..... 215
3.2.2 O processo de renovação do Serviço Social brasileiro: a disputa entre diferentes projetos profissionais em convívio permanente e cotidiano com as feições do conservadorismo..... 220
3.3 **Desafios contemporâneos para o trabalho social das/os assistentes sociais: alguns aspectos importantes para o seu desenvolvimento**..... 229
3.3.1 A burocratização do trabalho profissional como interface acentuada no trabalho profissional na primeira quadra do século XXI..... 238
3.3.2 Interconexões que integram a realização do trabalho social..... 265
3.3.3 A dimensão da linguagem, da hierarquização do saber e as potencialidades da educação popular como inspiração ao trabalho social..... 276
3.3.4 Desafios no âmbito da formação profissional..... 282
3.4 **Provocações necessárias**..... 289

4 INTERFACES DO TRABALHO SOCIAL A PARTIR DE CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO LEFEBVRIANO: UMA LENTE PARA O CONHECIMENTO DA REALIDADE VIVA E VIVIDA..... 294
4.1 **Interfaces e tensionamentos presentes na realização do trabalho social**..... 307
4.2 **Dimensão tempo-espaço como par dialético para o conhecimento e intervenção nos territórios**..... 314
4.2.1 Interações do trabalho social e alguns de seus resultados..... 335
4.3 **As potencialidades do trabalho social e seus entrecruzamentos com os territórios e a vida cotidiana**..... 348
4.3.1 Tarefas de um trabalho coletivo..... 354
4.4 **Percursos pedagógicos como um "feixe de possíveis"**..... 365
4.4.1 Percursos pedagógicos como parte dos processos de trabalho social..... 368
4.4.2 Distinções entre a noção de percursos e processos..... 370
4.4.3 Reflexões sobre as estratégias de materialização da dimensão político-pedagógica do Serviço Social..... 371

SÍNTESES E CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS A PARTIR DO EXERCÍCIO DE PESQUISA..... 380
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 398
APÊNDICES..... 414
ANEXOS..... 423

INTRODUÇÃO

> Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta.
> Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também.
> Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá.
> No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo.
> Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.
>
> Gloria Anzaldúa

> Se a leitura desde a adolescência foi para mim um meio, uma maneira de suportar o mundo, pois me proporcionava um duplo movimento de fuga e inserção no espaço em que eu vivia, a escrita também, desde aquela época, abarcava essas duas possibilidades. Fugir para sonhar e inserir-se para modificar.
>
> Conceição Evaristo

> Recria tua vida, sempre, sempre.
> Remove pedras e planta roseiras e faz doces.
> Recomeça.
>
> Cora Coralina

Apresentação da pesquisa e contexto em que a tese se constrói

A fim de iniciar o desenvolvimento deste estudo, pretendemos realizar uma apresentação quanto aos aspectos gerais desenhados na elaboração do projeto de pesquisa do qual esta tese é fruto e às motivações que nos levaram a construí-la, os motivos pelos quais a consideramos relevante para as/os assistentes sociais e as possíveis contribuições àquelas/es que escolheram o Serviço Social no exercício de seu trabalho profissional cotidiano.

Ainda que exigência para a titulação no curso de doutorado, esta tese não significa apenas um volume de extensas páginas construídas objetivamente enquanto

um conjunto de reflexões em forma de linguagem escrita, como se propõe e se objetiva. Teses são também resultado de diversos percursos que trilhamos pela vida.

Como inspira Evaristo (2020, p. 53-54)[1]

> O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita? Tento responder. Talvez, estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo. [...] escrever adquire um sentido de insubordinação.

Seja em razão do processo de construção da tese ou mesmo devido às condições objetivas que nos permitiram permear o espaço da vida cotidiana com o exercício do estudo, da pesquisa e da escrita acadêmica – a que nos propomos nesta tese – nada seria possível sem que uma intensa e extensa coletividade nos tivesse sustentado. Foram muitos os movimentos de discussão, debates e processos de trabalho partilhados no campo do trabalho social em habitação, assim como foram intensos os cuidados dos quais fui cercada, a fim de que esta produção pudesse vir a público[2].

A elaboração desta síntese – que talvez se mostre, de certo modo, provisória – mobilizou antigas inquietações, que também foram atualizadas devido à dinâmica da vida social vivenciada em tempos de barbárie[3].

---

[1] *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*, texto apresentado pela primeira vez em 1995, durante o VI Seminário Mulher e Literatura, organizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e publicado em: *Escrevivência*: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

[2] A despeito das indicações sobre a construção textual de produções acadêmicas que sugerem o uso da primeira pessoa do plural, nesta tese assumimos intencionalmente, em alguns contextos, o uso da da primeira pessoa do singular, quando nossos objetivos intencionam chamar a atenção do/a leitor/a para o campo de experiências pessoais e contextos cotidianos, aspectos que ganham destaque a partir das categorias de análise “experiência” e “cotidiano”, das quais nos valemos nos estudos realizados e tecidos nesta tese.

[3] Neste estudo adotamos a concepção de barbárie na perspectiva de análise crítica da sociedade capitalista, revelada como consequência intrínseca das próprias relações e dinâmicas do sistema capitalista, dadas as expressões de exploração e desigualdade, de desumanização e alienação sob a lógica do lucro, da exploração da natureza que amplia os processos de desastres ecológicos/ambientais, a reprodução da violência e a negação da diversidade, dentre outras expressões no contexto do sistema capitalista.

Curiosidades acumuladas, estímulos diversos, preocupações de pesquisa e impasses no trabalho profissional cotidiano foram os responsáveis por nos guiar com intencionalidade a perseguir e tencionar os temas de que esta tese irá tratar, sintetizando nesta produção narrativas possíveis, que expressam motivações, sentidos e significados muito vivos, diversos e intensos, que nos interrogaram ao longo dos últimos anos, não apenas possíveis devido a nossa trajetória de vida pessoal e profissional, mas, sobretudo, por conta das experiências coletivas socialmente partilhadas.

Talvez, a partir disso, tenhamos descoberta a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita, questionando-nos, como sugeriu Conceição Evaristo (2020, p. 50): “É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?”.

A construção desta tese percorreu não apenas nossa história enquanto estudante do curso de doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mas teceu interfaces com a história de uma mulher, mãe, filha, trabalhadora, pesquisadora e, principalmente, uma militante pelos direitos sociais e humanos.

Sínteses possíveis construídas em meio à realidade de trabalho profissional e que, portanto, não encontraram a academia como um espaço único ou exclusivo de vivência e dedicação, razão e principal característica que nos parece ter forjado esta tese como um produto de valor ímpar.

Concebida a partir de muitos chãos, a poeira levantada ao longo da produção desta tese nos remete e inspira à busca incessante pela construção de novas narrativas, possibilidades e novos tempos históricos em que o conjunto dos seres vivos/ humanos tenham maiores avanços do que aqueles sob os pilares de um sistema capitalista predatório.

Defensora da vida que não se encerra em barbárie, percebemo-nos, ao longo dos últimos anos, em diálogo com os princípios dos movimentos feministas e antirracistas e com aqueles que travam resistências cotidianas em defesa dos direitos humanos, da natureza, do direito dos povos originários, da população em situação de rua, do direito das crianças e adolescentes e de tantos outros segmentos. Considerada também a trajetória de atuação profissional, um olhar mais detido à luta pelo direito à cidade e à moradia digna, e todas as interfaces necessárias às demais bandeiras anticapitalistas que se associam na cotidianidade.

Trajetórias firmadas e sustentadas que vislumbram valores relacionados à liberdade, autonomia e emancipação humana, construídos, sem dúvida, pelas mediações possíveis a partir de nossa formação profissional no curso de Serviço Social, cujas bases buscam solidificar o tensionamento de um Estado que atenda aos interesses da classe trabalhadora e das organizações populares em defesa de direitos, ampliando o acesso às políticas públicas e o fortalecimento de espaços de controle social, com ampla e genuína participação social, ainda que reconhecidos os limites do Estado burguês próprio da sociedade capitalista.

Foram até aqui apenas doze anos de atuação profissional, todos no trabalho social em habitação na condição de assistente social incorporada à dinâmica de uma secretaria municipal, mas suficientes para que muitas inquietações, curiosidades e sínteses pudessem se consolidar e repercutir[4].

Sendo o Serviço Social uma profissão cuja matéria-prima são as múltiplas expressões da questão social[5], desde muito cedo apreendemos no cotidiano do trabalho profissional que os resultados advindos dos profundos e complexos processos de exploração e expropriação do trabalho humano, a acumulação privada da riqueza socialmente produzida e mesmo as bases de sustentação da propriedade privada – processos que alicerçam as bases do sistema capitalista – ocorrem não apenas na esfera da produção material, mas, sobretudo, na esfera da reprodução social.

Compreendemos também que é no chão da vida social que a pobreza e a miséria decorrentes desses processos ganham vida e contorno, com uma dimensão territorial que deve ser compreendida e cotidianamente desvelada, considerando que

[4]A autora atua há doze anos como assistente social e, entre suas principais experiências, se destacam, em resumo: dois anos de atuação junto ao Escritório Modelo de Práticas Jurídicas da PUC-SP, desenvolvendo estudos e atuação profissional em conflitos fundiários e processos coletivos de regularização fundiária em diversas regiões da cidade de São Paulo; dez anos junto à Secretaria de Habitação no município de Osasco, com cargo efetivo desde 2019, no acompanhamento de projetos decorrentes de programas como o Minha Casa Minha Vida e o Programa de Aceleração do Crescimento, responsável pela urbanização de algumas favelas no município; desde 2021 ocupa a gerência do Programa Bolsa Aluguel, programa de apoio à política municipal de habitação, vinculado ao Departamento de Trabalho Social da mesma Secretaria.

[5] Nesta tese adotamos a concepção de questão social apresentada por Iamamoto (2007, p. 27), compreendendo-a como “um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, onde o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

os reflexos da desigualdade social têm sua dimensão espacial, concreta e objetiva, ainda que preservem também aspectos globais, imateriais e (inter)subjetivos.

Tal entendimento confirma que, na condição de trabalhadoras/es, gestoras/es, pesquisadoras/es, militantes ou docentes, a produção de conhecimento, as ações de denúncia ou mesmo um conjunto diverso de estratégias que se proponham ao desvendamento da realidade social, constituem-se cada vez mais como ferramentas imprescindíveis por meio das quais nos aliamos aos movimentos e coletivos organizados, a fim de que possamos avançar em direção à superação dos modos predatórios impostos pelo sistema capitalista e todas/os aquelas/es que se beneficiam da desigualdade social em âmbito local ou global.

Incorporadas/os aos circuitos da divisão sociotécnica do trabalho, somos, em grande maioria, requisitadas/os à atuação junto a políticas setoriais e, ainda que desafiadas/os a exercer um atendimento qualificado e que resulte no acolhimento dessa população (muitas vezes incluindo o acesso aos direitos sociais), nem mesmo uma perspectiva de integralidade e intersetorialidade das políticas públicas e sociais (superadas inclusive em seu caráter focalizado) pode representar, por si só, chance de um impacto real e transformador na vida da população atendida, já que a vida humana está cercada por um conjunto diverso de necessidades radicais, que, além de tarefa impraticável para a esfera de uma política pública/social específica ou mesmo isolada, não se realiza de forma plena, dado o projeto societário de ordem capitalista no qual estamos inseridas/os.

Ainda que a profissão tenha convivido nas duas primeiras décadas do século XXI, em parte, com uma ampliação de recursos, projetos, programas e serviços decorrentes de um período de espraiamento das políticas sociais (incluindo as relevantes conquistas advindas da Constituição de 1988 e a conformação do sistema de seguridade social brasileiro), reconhecemos que a expansão das políticas sociais permanece de modo precário e, ao mesmo tempo, de maneira muito sofisticada, já que se sustenta pela proposta de financeirização das políticas públicas e tem na disputa pelo fundo público seu principal alicerce[6].

[6] Sobre a financeirização das políticas sociais e a disputa pelo fundo público, tema de fundamental importância para a área do Serviço Social, podemos recorrer à produção bibliográfica de autoras como a Profa. Dra. Elaine Behring, a Profa. Dra. Ivanete Boschetti e a Profa. Dra. Tatiana Brettas, dentre outras/os autoras/es de referência.

Assim, é preciso demarcar que a existência do texto constitucional não foi capaz de mudar a realidade cotidiana da população brasileira, ainda que isso não retire a importância das conquistas proporcionadas pela promulgação da chamada Constituição Cidadã.

Isso contribui especialmente para a ampliação dos discursos que disputam o fundo público em favor dos interesses do grande capital, desqualificando a tarefa do Estado no âmbito da proteção social e vulgarizando o debate sobre os direitos humanos. Tais bases estão bastante alinhadas ao crescimento do movimento bolsonarista ocorrido no Brasil e ao aprofundamento dos discursos conservadores, em especial após o golpe político-jurídico-midiático contra a então presidenta Dilma Rousseff, em 2016, aspectos também abordados, tangencialmente, por esta produção.

Com tal panorama como premissa, nossa trajetória de estudos e acúmulos teórico-práticos registrados ao longo dos últimos anos nos conduziram a objetivar nesta tese um exercício que permitisse conhecer e analisar as mediações[7] presentes nas intervenções profissionais realizadas pelas/os assistentes sociais que atuam na particularidade do trabalho social em habitação (tendo a cidade de São Paulo como território referenciado), a fim de reconhecer e destacar seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, analisando os sentidos e significados da materialização do trabalho profissional e seus reflexos para os meios e modos de vida das/os sujeitas/os na cotidianidade.

Adotaremos nesta tese a expressão “trabalho social em habitação”, sem necessariamente remeter às expressões “Trabalho Técnico Social” ou “Trabalho Social em Habitação de Interesse Social”, pelo entendimento de que tais expressões poderiam reduzir nossas referências a atividades relacionadas ao trabalho na esfera de projetos específicos e/ou vinculados ao Poder Público, demarcando, assim, uma concepção ampliada e não restritiva sobre o modo de caracterizar as possibilidades de intervenção do trabalho social.

[7] Neste estudo adotamos a categoria mediação como um conjunto de relações de interdependência entre as esferas que compõem a vida social. Mobilizar a relação reflexiva entre os processos sociais necessários para compreensão da dimensão de totalidade do real existente deve também levar em conta outras categorias que são parte do método materialista (marxista) a fim de apreender as dimensões de contradição e historicidade, próprias da premissa dialética que integra a concepção do método. Ao longo da tese, principalmente no segundo capítulo (*2.1. Cotidiano e Experiência: conhecimento e crítica*) abordaremos de modo mais detido contribuições de autoras/es como Netto e Carvallo (2012) e Konder (1981), que nos auxiliam na compreensão da construção dessa importante categoria analítica.

Além disso, compreendemos que a proposta de intervenção profissional das/dos assistentes sociais não pode se limitar e/ou confundir com o desenho, concepção ou lógica das diferentes políticas setoriais, mas deve estar inspirada e posicionada a partir da vivência e do cotidiano das/dos sujeitas/os nos diferentes territórios.

Cerca-nos, desse modo, uma angústia de caráter metodológico quanto à profissão, que poderia se traduzir na formulação de estratégias de conhecimento e intervenção na realidade capazes de superar as dimensões do "concebido, pelo percebido", aproximando-nos da possibilidade de captura do real, da "dimensão do vivido", levando-nos ao conhecimento da realidade social[8].

Uma angústia também colocada pelo aspecto fronteiriço que demarca a natureza das políticas públicas e sociais, com desenhos (em sua maioria) limitados, restritivos e pouco relevantes à vida humana, considerado o contexto de manutenção da ordem social capitalista, e com propostas que não interferem nas bases de sustentação do sistema, pois não impactam ou freiam processos de ampliação dos mecanismos de exploração da força de trabalho, nem enfrentam a lógica da apropriação privada das riquezas socialmente produzidas, ou mesmo a acumulação de propriedade privada improdutiva.

Para tornar esse exercício possível, partimos da concepção de que a pesquisa não se torna apenas produto, mas se faz criação, como resultado de um conjunto de esforços coletivos, ferramentas combinadas e trajetórias que se mesclam e articulam em constante movimento entre as/os sujeitas/os com os quais mantive intensa interlocução e trocas ao longo dos últimos anos.

Cabe destacar, inicialmente, que não é parte do escopo desta tese analisar o desenho da política habitacional em sua especificidade de desenvolvimento ou em suas particularidades na cidade de São Paulo e consequências para o trabalho social em habitação, uma tarefa já cumprida pela publicação *Marcas do Trabalho Social na Política de Habitação de Interesse Social na Cidade de São Paulo: memórias da atuação profissional do Serviço Social* (2023), organizada pelas professoras Rosangela Dias Oliveira da Paz e Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz.

[8] As noções tomadas aqui pelas expressões "concebido", "percebido" e "vivido" são lefebvreanas e a elas recorreremos com maior destaque no quarto capítulo desta tese.

Nem tampouco nos propomos a discutir as particularidades do trabalho social desenvolvido nos diferentes espaços socio-ocupacionais ou possíveis a partir do trabalho desenvolvido pelas profissionais parceiras que nos apoiaram por meio de sua participação na pesquisa, com suas respectivas experiências.

Mas os aspectos que objetivamos com o presente estudo podem ser compreendidos transversalmente no desenvolvimento do trabalho social e comparecem de modos diversificados no desvendamento das mediações presentes na realização cotidiana do trabalho social em habitação, demonstrando seus sentidos e significados amplamente refletidos e passíveis de um conjunto de generalizações, independentemente de seu território de incorporação[9].

Algumas vezes as reflexões apontadas extrapolam, inclusive, a particularidade do trabalho social em habitação, considerando que parte das problemáticas abordadas dialoga concreta e diretamente com aspectos generalistas da formação profissional na área do Serviço Social, assim como por considerar a dimensão territorial de vida da população com a qual trabalhamos um solo comum a diversas políticas setoriais que abrangem diferentes requisições às/aos assistentes sociais.

Por que as/os assistentes sociais?

Mesmo considerando que o trabalho social em habitação pode incorporar a atuação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento, como sociólogos, antropólogos, pedagogos e outros, nossa escolha por privilegiar assistentes sociais como interlocutoras/es participantes desta pesquisa ocorreu não apenas por este estudo ter sido desenvolvido no interior de um Programa de Pós-Graduação em Serviço Social nem mesmo por compor esta mesma categoria profissional, mas pelo reconhecimento de que, em muitos casos, alguns instrumentos utilizados ao longo dos trabalhos desenvolvidos na área de habitação remetem, especificamente, a ações e atividades de prerrogativa técnica e atribuição privativa das/dos profissionais da área

[9] O destaque para este aspecto permite sugerir que as reflexões aqui construídas não sirvam apenas como aporte para uma discussão a respeito das particularidades do trabalho social em habitação na cidade de São Paulo, território selecionado como ponto de partida para a escolha intencional das participantes da pesquisa de campo, mas provocar processos reflexivos ao conjunto de profissionais atuantes nas diferentes políticas públicas e sociais nos diversos territórios brasieliros.

de Serviço Social[10], sendo, portanto, profissionais indispensáveis à realização do trabalho social em habitação.

Também por compreender a histórica e significativa contribuição das/os assistentes sociais no campo da política social de habitação no Brasil, com diferentes e enriquecedoras experiências e processos de trabalho já desenvolvidos em diversas regiões do país.

Desse modo, destacamos a importante dimensão política que o Serviço Social fomenta e preserva; e nosso reconhecimento de que essa profissão é capaz de ofertar subsídios significativos para a maturação política das/os trabalhadoras/es e para o desenvolvimento de sua consciência de classe, um fator determinante no processo de luta social e superação das desigualdades brutais entre as classes, reconhecidas sob diferentes instâncias e graus de profundidade na sociedade brasileira.

As principais preocupações de pesquisa: por que esta tese é importante?

O principal pressuposto das preocupações registradas no projeto de pesquisa é o de que vivenciamos tempos de profundo afastamento das/os assistentes sociais dos territórios, reflexo de uma alteração significativa de nossas requisições profissionais, que passaram a capturar cada vez mais as/os profissionais para o gerencialismo das políticas públicas e, consequentemente, um amplo processo de desconhecimento das reais condições de vida da população, levando à desconexão com os saberes locais, práticas e processos de re-existência presentes na forma de luta pela terra e pelos territórios, em especial para a população que se estabelece em moradias em condições de extrema insalubridade e insegurança (ocupações/ áreas de risco/ favelas/ assentamentos), ou mesmo para as/os que permeiam o contexto de situação de rua e demais fatores que influenciam a dinâmica da vida social, atravessada por novas determinações e contextos sociais, políticos, econômicos e culturais, com mudanças profundas do ponto de vista das sociabilidades e da vivência nos territórios, atualmente mais complexificados e enlaçados por crescentes expressões do ultraconservadorismo.

[10] Atividades como, por exemplo, elaboração de relatórios, pareceres sociais e estudos socioeconômicos.

Em importante contribuição oferecida ao nosso movimento de pesquisa exploratória, o depoimento da Prof. Dra. Joana Valente Santana[11], por meio de entrevista concedida em outubro de 2021[12], apoia tal constatação, também no que se refere à produção técnica e acadêmica na área de Serviço Social:

> Eu estive participando de três gestões do GTP[13], de questões agrária, urbana e ambiental e aí no GTP, se tu olhares o relatório da ABEPSS [Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social], na página, nós fizemos vários levantamentos, do CBAS [Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais], do ENPESS]Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social], e também dos artigos em periódicos, e o que a gente percebe, eu me lembro muito bem da Tatiana Dahmer, que é da UFF [Universidade Federal Fluminense], dizendo assim: "Não tem sujeitos. Os trabalhos da área não têm sujeitos". Só se analisa o terreno da política na área urbana, na área ambiental, na área agrária. Então, tu estás trazendo uma questão importante de constatação que tu podes colocar como uma pauta de recomposição, ou de encontrar na história esse fio (Entrevista Exploratória: Santana, out. 2021).

Devido à dinâmica e velocidade dos acontecimentos históricos na vivência do período pandêmico, foi crescente o sentimento de que não éramos capazes de capturar as principais mudanças quanto aos modos e meios de vida das famílias nos territórios, que têm a precariedade como fio de atravessamento em suas experiências, mas, principalmente, a potencialidade criadora de respostas práticas e legítimas de re-existência na cotidianidade.

A efervescência nos territórios desafia ao reconhecimento das estratégias criativas e de luta elegidas pelas/os sujeitas/os – sobretudo, mas não apenas, das/os

---

[11] De acordo com informações extraídas da plataforma Carlos Chagas, por meio do currículo lattes, Joana Valente Santana é professora da Universidade Federal do Pará e tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase na área de fundamentos do Serviço Social e questão urbana e habitacional (política urbana e de habitação, entre outros temas). Participou da Diretoria Regional da ABEPSS (Gestão 2013-2014, na condição de Coordenadora regional Norte de Pós-Graduação, e fez composição na Coordenação do GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social da ABEPSS nos anos de 2013/2014, 2015/2016 e 2017/2018). Também foi coordenadora adjunta da área de Serviço Social junto a CAPES, entre os anos de 2018-2022.

[12] Selecionadas ainda no ano de 2021, as pesquisadoras Profa. Dra. Dirce Koga e Profa. Dra. Joana Valente Santana nos concederam entrevistas exploratórias de extrema relevância para o exercício, o que nos permitiu estabelecer algumas análises e proceder à trajetória da pesquisa. Procedimento metodológico melhor detalhado no item: A pesquisa ganha vida: sujeitas participantes e interlocutoras do projeto.

[13] Grupo Temático de Pesquisa – GTP: grupos temáticos formados por pesquisadores, grupos, núcleos, redes da área e de áreas afins, para tratarem de temas de relevância social, estando vinculados organicamente à ABEPSS.

que se caracterizam como periféricas/os. Assim também quanto aos coletivos e grupos organizados, cuja marca contemporânea se expressa por ágeis articulações e o registro de denúncias relevantes realizadas pelo domínio cada vez maior da internet e das redes sociais – e, portanto, de rápida repercussão e capilaridade.

Não podemos descartar o avanço profundo, nefasto e aligeirado do conservadorismo no Brasil, já que suas bases sempre estiveram preservadas em nosso país, ou mesmo a ascensão da extrema direita em toda a América Latina, com impactos na disseminação de práticas estatais que restringem o acesso de certas populações a condições mínimas de sobrevivência**,** somando-se a isso um peculiar modo de "gestão pelo medo".

Também nos desafia a exposição e presença massificada dos algoritmos e do chamado capitalismo de plataforma[14], com repercussões, por exemplo, para a ampliação das teorias de conspiração e do espraiamento das *fake news* como ferramenta de (des)mobilização social.

Portanto, é essencial que nosso trabalho cotidiano possa considerar as repercussões dos eventos políticos para o âmbito das sociabilidades, e compreender de que forma podemos incidir nesse contexto, tendo em conta as relações sociais próprias desses tempos.

Porém, são crescentes os movimentos sociais, coletivos e grupos organizados que apresentam uma organização suficiente e necessária para a (re)definição rápida de projetos e percursos que respondam às suas reais necessidades e um remodelamento na sua forma de associação, inserção e interlocução junto aos demais coletivos e movimentos organizados, revelando diferenças significativas em suas formas de vida, com reflexos em suas condições objetivas, subjetivas e intersubjetivas, ainda que permaneçam pressionados por diversas forças em disputa nos diferentes territórios e assediados por estruturas corruptivas, cujos interesses particulares buscam se sobrepor às demandas coletivas históricas.

Este é, em parte, o cenário do jogo – em jogo. As forças em presença nos diferentes contextos de vida e de relações sociais, em diferentes tempos-espaços,

[14] Não está no escopo desta tese discutir o conceito de "capitalismo de plataforma", mas é importante tomá-lo pelo entendimento que expressa seu avanço, ou a chamada revolução da tecnologia digital (ou revolução 4.0), marcada pelo desenvolvimento de tecnologias de comunicação, robótica avançada, crescente importância da internet, expansão e disseminação das plataformas digitais, uso das redes sociais e impactos para a sociabilidade na sociedade capitalista.

envolvendo relações de afeto e desafeto, solidariedade e indiferença, o legal e o ilegal, a construção de relações de amizade ou a definição por distanciamentos, um universo de acessos e bloqueios, a construção de pertença e os processos de desidentificação, a consolidação de redes de apoio e os percursos de construção autônoma e privada das/os sujeitas/os em meio às suas vivências, dentre outras facetas de sociabilidade que se mesclam e associam na vida cotidiana, com expressões históricas, contraditórias e mediadas, que se inter-relacionam na gramática dos territórios e na construção de uma dimensão multifacetada e de totalidade na vida social.

Portanto, esta tese, ao compreender e problematizar as mediações reconhecidas a partir da realidade social e/ou acionadas pelas/os profissionais do Serviço Social na área do trabalho social em habitação, generaliza e particulariza – em movimento dialético – algumas interfaces entre o trabalho profissional e a vida cotidiana das/os sujeitas/os nos territórios, considerando suas práticas, saberes, modos e meios de vida e os diálogos possíveis do trabalho social em seu desenvolvimento cotidiano.

Ao mesmo tempo, interroga sobre os principais constrangimentos que o tensionam, as requisições reatualizadas (um conjunto de desafios históricos) e, sobretudo, algumas "janelas que aprendemos a pular", propondo romper e desafiar perspectivas de aprisionamento, isolamento e engessamento, em direção à retomada do nosso lugar de encontro com a população, em espaços de troca, de organização social e de experiências comunitárias potentes, na construção de relações horizontais, das quais é preciso se ocupar com presença, construção de vínculos e intencionalidade anticapitalista.

Como afirmou LariLuta, em poesia sobre a "Arte do encontro":

> Já dizia o poeta que "a vida é arte do Encontro"
> O encontro que nos leva ao encontro de nós mesmos
> Que faz a gente se achar e se perder ao se encontrar
> Um compartilhar de tempo e espaço
> De presenças, sonhos e utopias
> O encontro é a circularidade da vida
> É a roda que nos move
> Numa conexão potente
> De corpos
> a ensinar e aprender!

O que esta tese revela?

Como já abordado, o objeto principal desta tese buscou conhecer como as/os assistentes sociais percebem os territórios, como reconhecem as dinâmicas estabelecidas pelas vivências cotidianas das/dos sujeitas/os no terreno da vida concreta: o que e como percebem sobre o processo de uso e ocupação dos territórios, dos meios e modos de vida da população.

Buscamos conhecer suas compreensões, análises e possíveis interpretações acerca do espaço da vida social e sobre as relações sociais presentes nos territórios, e, em especial, o modo como os aspectos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos de seu trabalho cotidiano apresentam-se na contemporaneidade, além de como foram afetados pelo aprofundamento do conservadorismo no Brasil e pelo contexto de pandemia que nos acometeu na segunda década do século XXI.

Buscamos capturar as camadas identificadas pelas/os profissionais, considerando a esfera de interface a que estão submetidas/os – entre a dimensão do trabalho mediado pela política pública e as relações que estabelecem com as sujeitas/os nos territórios –, como percebem as mediações presentes em seus processos de trabalho e como reconhecem as demandas que lhes são requisitadas e quais têm sido as respostas possíveis nessa dinâmica social.

Comparece neste estudo uma necessária reflexão sobre a precariedade como marca das relações de trabalho a que estão expostas/os as/os profissionais e sobre como, em suas percepções, a política concebe a vida social nos territórios de modo superficial, já que por meio de muitos estudos, pesquisas e pela própria dinâmica de trabalho cotidiano, é possível perceber a incapacidade das políticas públicas em alcançar a totalidade da vida das/dos sujeitas/os que necessitam da proteção do Estado. Há, portanto, um descolamento dos resultados das políticas, o que parece impactar negativamente e de modo muito concreto em mudanças não qualitativas para a vida cotidiana da população, revelando um aspecto de plasticidade dos desenhos propostos pelas diferentes políticas setoriais.

As profissionais entrevistadas refletem sobre os diálogos possíveis estabelecidos a partir do trabalho social, tendo em vista o desenho das políticas e dos programas, assim como a realidade dinâmica e contraditória que envolve as/os sujeitas/os na cotidianidade, revelando que o trabalho social em habitação tem sido realizado em um contexto aprofundado de conservadorismo, em suas expressões de

interface com a realidade do crime organizado e, ainda, com a dimensão das práticas religiosas, que ganham cada vez mais adeptos nos territórios de maior precariedade nos quais atuamos.

Destacam também a esfera da política partidária e seus representantes nos diferentes cargos assumidos na administração pública como atores com papel decisivo na construção das políticas públicas, porém tomados sob um aspecto muito negativo no que se refere à atuação pouco eficaz e contributiva para os rumos dos serviços públicos no âmbito do Estado. Além dos casos em que sua atuação pressupõe atos de corrupção/ clientelismo e um envolvimento com o crime organizado mesclados pelo discurso de que reivindicam o exercício da fé cristã.

Nesta tese buscamos capturar as particularidades quanto às requisições e respostas profissionais vinculadas ao trabalho social em habitação vistas sob diferentes perspectivas profissionais, considerando demandas comuns às/aos profissionais, mas que ocorrem transversalmente aos seus diferentes espaços de atuação.

Também buscamos reconhecer as fragilidades contemporâneas que influenciam seu processo de produção de conhecimento sobre os territórios e a construção de propostas para sua atuação, atualmente representadas muito mais pela elaboração dos chamados Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS) do que propriamente por sua interlocução com a população que ocupa as áreas de intervenção do trabalho profissional.

Nessa direção, intencionamos contribuir para problematizar a demasiada burocratização que recai sobre o trabalho profissional como um traço importante das novas requisições neoliberais apresentadas às/aos assistentes sociais, corroborando tal problematização com produções que se contraponham à fragilização e precarização do trabalho profissional ou mesmo relativas à formação profissional na área do Serviço Social.

Nesse caminho nos parece estratégico e urgente apostarmos na potência do caráter político-pedagógico da profissão e na dimensão do trabalho socioeducativo, que deve ser incorporado cotidianamente pela categoria[15], possibilitando ofertar ou encontrar, como nos inspira Lefebvre, um “feixe de possíveis”.

[15] Cabe lembrar, como destaca Silva, que o “caráter político-pedagógico não se limita ou se extingue no trabalho socioeducativo” (Silva, 2024, p. 103), mas “está internalizado em todo o processamento do trabalho de assistentes sociais no cotidiano da atuação, seja nos embates na correlação de forças

Por fim, por meio de um dos recortes metodológicos, buscamos identificar percepções e contribuições quanto aos desafios de participação das/dos profissionais em espaços sociopolíticos de articulação para as/os trabalhadoras/es sociais (como, por exemplo, o espaço do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo) e como isso pode fortalecer o exercício profissional cotidiano e as lutas que extrapolam o espaço de atuação profissional que nos acolhe.

Este estudo se traduz como mais um esforço em direção à defesa de que nossas produções e, principalmente, nossas intervenções de trabalho cotidiano, considerem o "trabalho do tempo"; que levem em conta que nossas ações não são capazes de produzir resultados imediatos ou mesmo "mágicos" como resposta a uma intervenção de prazos encurtados ou mesmo uma inserção superficial das/os profissionais nos territórios, considerando as precárias condições de trabalho a que estamos submetidas/os. Mas que, pelo contrário, os resultados – tomados aqui não como idealizações de garantia, mas como chances mais concretas e viáveis em termos de sua operacionalização – possam se apresentar na medida em que o trabalho social constrói percursos no tempo-espaço, de modo a se presentificar nas relações sociais assentadas no espaço concreto da vida social.

Como destaca Martinelli (2006, p. 14-15)

> Somos profissionais cuja prática está direcionada para fazer enfrentamentos críticos da realidade, portanto precisamos de uma sólida base de conhecimentos, aliada a uma direção política consistente que nos possibilite desvendar adequadamente as tramas conjunturais, as forças sociais em presença. É neste espaço de interação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que nossa prática se realiza. É na vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos que as determinações conjunturais se expressam. Portanto, assim como precisamos saber ler conjunturas, precisamos saber ler também o cotidiano, pois é aí que a história se faz, aí é que nossa prática se realiza.

Mediações que atravessam a produção desta tese

> [...] não existe separação entre vida e escrita. O perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão. O que nos valida como seres humanos, nos valida como escritoras. O que importa são as

institucionais, na interação do trabalho em equipe, no planejamento das ações, na articulação institucional e extra-institucional, na gestão dos serviços, projetos e programas" (Silva, 2024, p. 97-98). Aspectos que aprofundaremos nos capítulos 3 e 4 desta tese.

> relações significativas, seja com nós mesmas ou com os outros. Devemos usar o que achamos importante para chegarmos à escrita. Nenhum assunto é muito trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico. O problema é focalizar, é se concentrar. O corpo se distrai, faz sabotagem com centenas de subterfúgios, uma xícara de café, lápis para apontar. O recurso é ancorar o corpo em um cigarro ou algum outro ritual. E quem tem tempo ou energia para escrever, depois de cuidar do marido ou amante, crianças, e muitas vezes do trabalho fora de casa? Os problemas parecem insuperáveis, e são, mas deixam de ser quando decidimos que, mesmo casadas ou com filhos ou trabalhando fora, iremos achar um tempo para escrever.
>
> Gloria Anzaldúa

É importante considerar que uma tese se constrói no limiar da vida concreta. E registrar que ela não se materializa nas formulações que ora se apresentam, na aparente sequência nem mesmo pelo modo como a exposição se desenhou em sua versão definitiva. Pelo contrário, sua construção está atravessada por mediações e pelo contexto da vida social da qual a pesquisadora é produtora e ao mesmo tempo produto.

A oportunidade de acesso e ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social para desenvolver pesquisa em nível de doutoramento tornou realidade uma expectativa gestada desde a defesa da dissertação de mestrado, em 2015. No entanto, foi o suporte que obtive na esfera de reprodução da vida material que propiciou me manter no Programa e tornar possível esta tese, ainda que atravessada por ímpetos de desistência ao longo de sua tessitura.

A ideia de permanência e finalização dos estudos e das exigências quanto à apresentação da tese como produto final merecem, em nossa concepção, um destaque quanto aos aspectos essenciais que sustentam a esfera da produção material e imaterial nas relações sociais no âmbito da sociabilidade capitalista.

Por isso, escolhemos registrar um conjunto de memórias que nos marcaram profundamente, em termos de reflexão quanto aos impactos ocasionados pelo início da pandemia e sua consequência para as expectativas, experiências e vida cotidiana, a fim de, neste breve exercício de memória, ofertar alguns elementos que se universalizam, enquanto reflexos para a classe que vive da venda de sua força de trabalho, e sobre os quais adensaremos discussão no segundo capítulo desta tese.

Foi no dia 04 de março de 2020 que, no início da tarde, entrei pelo portão da universidade pela rua Monte Alegre; enquanto descia a rampa de acesso, já tão familiar, reparei novamente, com mais atenção, naquelas árvores tão altas que

circundavam o prédio velho e que sempre me trouxeram uma sensação incrível de bem-estar. Me sentia muito feliz. Estava tomada por uma sensação de, novamente, “estar em casa”.

Era assim que me sentia muitas vezes ao chegar à PUC-SP; a universidade que me acolheu, desafiou, confrontou minha permanência para concluir a graduação, mas que, ao mesmo tempo, me trazia um sentimento extremo de pertença, me reconhecia de novo, em um novo ciclo, um novo percurso a construir.

Cruzei a “prainha” – minha parte favorita do pátio da universidade – para buscar um cappuccino na lanchonete do 22 de agosto (Centro Acadêmico do Curso de Direito); matei a saudade de escolher uma das opções entre os lanches e salgados e pedi uma salada de frutas, para comer no intervalo daquela que seria minha primeira aula na extensa trajetória do curso de doutorado.

Eu ainda tinha uns 20 minutos até o horário de início da Atividade Programa (ATP). Sentei no primeiro banco disponível para terminar o cappuccino e reparei em um grafite assinado por Ju Costa, na parede em frente às escadas. Era o retrato de Marielle e dizia: “Sou força, porque todas nós somos. Eu sigo porque seguimos todas juntas – Marielle Franco – Radical é ser livre!”

Decidi registrar a cena e fiz pelo aparelho celular uma foto daquele grafite na parede[16]. Ficou tão bonita e aquilo dizia tanto sobre o significado de estar ali sentada, naquele banco novamente.

Estar ali não era uma conquista individual. Muitos haviam caminhado comigo. Pensei em como era incrível poder estar novamente a recomeçar um ciclo intenso de estudos e poder novamente problematizar as inúmeras inquietações que a atuação profissional continuava a me provocar.

Os anos de atuação no campo da política habitacional já eram suficientes para demonstrar os desafios profundos em contribuir para a formulação e o desenvolvimento de projetos e programas mais alinhados às necessidades vivas e vividas pelas/os sujeitas/os que atendemos no cotidiano profissional.

Para minha sorte (para as/os que nela acreditam) ou já como destino, a atividade inicial do Programa naquele ano era a oferta da ATP promovida pelo Núcleo Cidades e Territórios, coordenado pela querida professora Dirce Koga em parceria

[16] O registro fotográfico segue anexo.

com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais – NEMOS, sob coordenação das professoras Rosangela Paz e Mariangela Belfiore.

A ATP “Construção do Conhecimento a partir das periferias e das/dos sujeitas/os periféricas/os” me provocou profundamente naquela tarde de segunda-feira, trazendo a impressão (confirmada pela versão final desta tese) de que aquelas reflexões tão inicialmente colocadas mereceriam um lugar de maior destaque para a produção do Serviço Social, frutos dos quais esta tese deseja partilhar, contribuir e ousadamente (por que não) avançar.

Mas jamais poderia imaginar que esse projeto seria tão fortemente impactado e que a vida humana seria tão desafiada passados apenas alguns meses da alegria vivida pela notícia de aprovação no curso e a destinação da bolsa parcial de estudos que viabilizaram a realização da pesquisa.

Ainda no caminho até a universidade, naquele mesmo dia, resolvi sintonizar o som do carro em uma daquelas rádios com noticiário. O jornalista registrava a situação da China frente ao aumento dos casos de mortes e internações ocasionadas por infecção pelo coronavírus, naquele momento, provisoriamente, chamado de 2019-nCoV.

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) já havia se manifestado, declarando que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsão de regulamento sanitário internacional.

Apesar dos relatos sobre o caos que acometia a China, o sentimento ainda nos deixava bastante inseguras/os e sem conseguir prospectar como as coisas iriam ocorrer por aqui. Não era a primeira vez na história que uma emergência de saúde pública de importância internacional era declarada nestes termos[17]. Mas uma coisa era fato: para nós, era uma experiência nova e um sentimento novo ter tantas notícias no calor da hora, rápidas o suficiente para demonstrar que tudo já indicava o devir de um grande descompasso.

Daquele primeiro dia em que me organizei para estar na universidade, passaram apenas mais duas semanas até que a maioria da população estivesse acometida por um sentimento de pânico e incerteza: empresas e o próprio setor

[17] Poderíamos citar a pandemia de H1N1, em 2009, os surtos de Ebola na África Ocidental e República Democrática do Congo, em 2014 e 2018, ou mesmo o vírus Zika (ZIKV) e aumento de casos de microcefalia em 2016.

público dialogavam sobre como seria interromper suas atividades e atendimentos presenciais, estabelecendo escalas e plantões com rodízio entre as equipes e determinando o trabalho de alguns setores da economia na modalidade *home office*; e todas as medidas indicavam que o isolamento social deveria ser o caminho a ser tomado em território nacional, inclusive considerando a experiência dos países cujos índices de contaminação já estavam mais avançados.

Aos poucos, um sofrimento prolongado pela intensificação de trabalho e as imensas dificuldades cotidianas – que se estenderam para o ano seguinte (2021) – levou muitos (e me incluo) ao sofrimento emocional e psíquico devido às interrupções impostas, interrupções e cerceamentos em âmbito profissional, acadêmico, de saúde ou mesmo pela perda de familiares e amigos, além do impacto a toda experiência de convívio que mantínhamos.

Algumas práticas perderam o sentido e fomos afetadas/os por uma conjuntura de profundos desmontes das políticas públicas e de trabalho. Todo e qualquer esforço parecia nulo frente a tantas mortes e sofrimento, e o sentimento geral de desesperança parecia se aprofundar a cada dia.

Todas as estratégias com a intenção de possibilitar a continuidade do trabalho pareciam insuficientes, se considerados os dias que se findavam sem que nenhuma alternativa à situação de pandemia fosse vislumbrada, sem que os governos anunciassem propostas relevantes para o enfrentamento daquele caos em substituição às frequentes disputas de discurso e de maior “eficiência” ou “eficácia” das gestões Federal, estaduais e municipais.

Aliás, é importante lembrar que vivenciamos as mais trágicas declarações e comportamentos lamentáveis dos representantes governamentais, em especial em âmbito federal, dado o período da gestão bolsonarista.

Medo, incertezas... um sofrimento palpável. Era só o começo de um novo tempo que ainda nem conseguimos, por inteiro, compreender.

Ainda assim, persistimos em tecer resistência em tempos de desfinanciamento da pesquisa, de negação do trabalho e negação da ciência, mesmo em meio ao capitalismo pandêmico[18] de consequências objetivas, subjetivas e intersubjetivas que nos tomavam por inteiro sem apresentar a possibilidade de novos horizontes.

[18] Para usar uma expressão que deu título à obra de Ricardo Antunes (2022).

As experiências e consequências vivenciadas naquele período passaram a guiar nossas apreensões e transformaram não apenas nossa relação com nossos objetos de pesquisa, mas também nossas relações interpessoais e modos de interconexão entre o espaço de trabalho, o espaço doméstico e os espaços para estudos e pesquisas.

Consideramos, inclusive, que a recondução recorrente das análises apresentadas em diferentes proposições relativas ao nosso objeto de estudo, revelando diversas versões do projeto de pesquisa (construídas ao longo dos últimos 4 anos), deveu-se também a essa inesperada crise sanitária, com várias decorrências sociais, políticas, culturais e econômicas, que nos assolaram cotidianamente.

O silêncio ampliado, o isolamento imposto ao que era pura expectativa de convívio. A troca entre os pares foi impedida até no simples contexto dos pequenos trajetos diários e corriqueiros que fazíamos a caminho do trabalho ou da universidade.

Sentimos o pavor de perder nossas vidas e daqueles a quem tanto amávamos. Um sentimento de insegurança profunda. Um não saber absoluto sobre os dias que se desenrolavam.

Definitivamente ficou um buraco. Ora preenchido pelo vazio, ora reverberando pânico, dor e desespero. Enfrentamos um processo de estafa mental com a incorporação massiva das telas. Nosso espaço doméstico, de lazer e descanso, foi invadido. E já não havia mais separação entre o espaço e os tempos de trabalho e estudo e o espaço-tempo da moradia, da família e da nossa intimidade.

Acompanhar o sofrimento de milhares de pessoas, muitas vezes próximas a nós, que se deparavam com as notícias de morte de seus entes queridos, trazia a sensação de impotência. Nada mais parecia ter sentido, além de preservar a vida, preservar e pensar nas pessoas que amávamos e que pareciam estar em constante risco.

Esses são reflexos de uma história que nunca nos agradará rememorar, mas que será necessário reconhecer que nos tomou por inteiro, com sequelas que ainda não conseguimos dimensionar precisamente.

Foi neste contexto que iniciamos o percurso de estudos no curso de doutorado: aulas e atividades suspensas e, quando retomadas, apenas na condição de aulas remotas, com toda uma nova lógica de pensar a vida por trás das telas.

Para algumas/ns, foi possível escolher conectar-se a práticas de autocuidado em suas residências. Mas essa foi uma realidade muito restrita àquelas/es que tinham

condições para manutenção de suas necessidades e que não tiveram a vida financeira afetada pelo contexto pandêmico.

Mesmo que, a princípio, a necessidade de isolamento social tenha representado para algumas/ns a possibilidade de permanência em suas moradias e, com isso, maior e melhor oportunidade de leitura, produção de texto e aprofundamento de pesquisa, essa não foi condição unânime para as/os pesquisadoras/es naquele período.

Todas as relações sociais foram afetadas pela dimensão concreta do medo da perda de familiares, amigos e da própria vida, ocasionando um forte desconforto emocional e repercutindo em prejuízo das condições necessárias ao desempenho intelectual para a produção de trabalhos acadêmicos sob a lógica produtivista que caracteriza o período vivenciado.

Em meio à pandemia e todo o cenário de desespero, desesperança e incertezas, era crucial encontrar na pesquisa e no objeto de estudo sentido ético e político que nos estimulasse a continuar.

Mas, como nos inspirou Veena Das[19], foi nas relações com meus pares, na vida cotidiana de afetos e cuidados, e também na pesquisa como modo de responder ao que o mundo demanda de nós, que encontrei o sentido propriamente político deste trabalho acadêmico, razão pela qual nos movimentamos e persistimos frente aos desafios para sua finalização.

Com esse conjunto de memórias intencionalmente recuperadas aqui, pretendemos anunciar (de modo pontual) uma questão muito trabalhada por Veena Das, autora com quem dialogamos em diversos momentos desta tese.

A antropóloga nos inspira ao sugerir a possibilidade de análises tecidas a partir da construção de ganchos teóricos, unindo a perspectiva de compreensão dos fatos históricos ou, como categorizou, os chamados “eventos críticos” (termo que dá título

[19] Antropóloga indiana, Veena Das, em suas primeiras pesquisas, centrou seus estudos nas relações de parentesco, e colocou em relação rituais hindus, narrativas de mitos e o sistema de castas indiano. Em toda a sua obra, observam-se cruzamentos entre etnografia, experiência e processos políticos que assumem formas variadas, mas que se encontram frequentemente relacionados a uma atmosfera violenta, cujos reflexos podem ser encontrados no dia a dia. Em seus trabalhos seguintes, a autora aborda a compreensão de eventos como a Partição da Índia e os tumultos que se seguiram ao assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi, em 1984, deslocam-se para uma descoberta sobre como tais acontecimentos atravessam o cotidiano das pessoas comuns, abrangendo temas como violência, cotidiano, Estado, e a esfera do sofrimento social.

a seu livro, publicado em 1995[20]) aos efeitos e reflexos vivenciados em contextos cotidianos pela população comum.

Com esse registro, partindo da perspectiva de vivência e experiência pessoal sobre o modo como a pandemia nos impactou no cotidiano, pretendemos apresentar os aspectos tratados no capítulo 2 desta tese, em que destacamos eventos de contexto conjuntural (como a pandemia e o contexto político do país a partir de 2016, com a experiência nacional do impeachment de Dilma e suas decorrências) que afetaram o desenvolvimento do trabalho social, assim como a vida social das/dos sujeitas/os nos territórios.

Para além de contexto pandêmico, que nos demandou conviver com um número tão elevado de mortes cotidianamente, como uma prova de esperança a vida também se fez presente – palavra aqui estrategicamente escolhida por seu duplo sentido.

Esta tese também foi atravessada e moldada pela chegada de Carolina, minha segunda filha, reforçando meu projeto de maternar e seguir em busca de uma vida mais plena de sentidos.

Sofia (hoje com mais de 7) e Carol (com quase 2 anos) me levaram à experiência da maternidade real, com impulsos de extrema realização e, ao mesmo tempo, repleta de contradições e desafios frente a dificuldade de criar sujeitas em meio a uma sociabilidade capitalista.

Mas os desafios reais me inspiram cotidianamente, fortalecendo a ideia de que parir pessoas (e projetos) nos exige muito, mas se configura como um ato absolutamente corajoso e recompensador, seja pelo fôlego de vida que nos inspira ou por quanto tomam de nossas projeções para um futuro a ser construído com esperança e pelas nossas próprias mãos.

Essa potente experiência me faz tecer resistências cotidianas e me fez (re)enxergar meus próprios sonhos e desejos mais íntimos, entre eles, o de prosseguir com o processo de formação continuada para a construção de uma trajetória em que eu também pudesse inspirar minhas filhas a ousarem estar em lugares que historicamente nossa ancestralidade nunca pode antes ocupar.

Me desafio nessa experiência todos os dias e sou grata por tudo que elas representam de esperança na minha história. Desse modo, a maternidade torna-se

[20] DAS, Veena. *Critical Events*: An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

parte e expressão da identidade que hoje assumo e construo com prazer, mesmo frente a tantos desafios.

Como recentemente acompanhamos, muitos ainda são os desafios enfrentados pelas mulheres que têm a maternidade como expressão de suas trajetórias. O parecer emitido no final de 2023 pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que usou as gestações da pesquisadora candidata como justificativa para não a recomendar em edital de bolsa de produtividade[21], expressou publicamente o juízo de valor preconceituoso a que estamos ainda submetidas em uma sociedade cujas bases machistas, racistas e patriarcais permanecem dando sustentação a um comportamento amplamente conservador e reacionário ao qual precisamos nos contrapor por meio de enfrentamentos cotidianos[22].

A dimensão do feminino também atravessa esta produção, seja pela experiência em maternar duas meninas que me transbordam (em uma tríade perfeita de trocas intensas), seja pela minha experiência e história de vida, travada pela figura de mulheres fortes, potentes e lutadoras que construíram minhas referências e sustentaram apreensões de mundo que me forjaram. O feminino é chave.

À minha avó, tia e às minhas mães, todo o meu respeito, gratidão e carinho, por ampliarem meu olhar sobre a dimensão cotidiana da reprodução social, um aspecto amplamente relevante a que abordaremos nesta produção, dado seu caráter essencial para a compreensão das bases do sistema capitalista[23].

Construímos em cumplicidade, adversidades e afetos, “uma visão de mulher” sobre o mundo, uma experiência sobre a vida vivida no chão frio das descobertas e a contradição da potência que nossas fragilidades nos impulsionaram a alcançar.

---

[21] Matéria publicada na página de notícias *on-line* da plataforma UOL. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/12/27/cnpq-usa-maternidade-como-justificativa-para-negar-bolsa-a-pesquisadora.htm>. Acesso em: fev. 2024.

[22] O Projeto de Lei (PL) n. 1.741/2022, conhecido como PL das mães cientistas, foi encaminhado para sanção presidencial em junho de 2024, proposta que prevê prorrogação para os prazos de conclusão de cursos superiores e programas de pesquisa e pós-graduação para pais e mães em caso de nascimento ou adoção. Uma importante medida de reconhecimento sobre o direito à escolha de homens e mulheres quanto à decisão pela maternidade ou paternidade. Além de refletir corretamente que os cuidados infantis não devem recair apenas às mulheres.

[23] Destacaria também, como forma de agradecimento, minha intensa interlocução com diversos grupos feministas e projetos cuja temática se revela pela interface e presença majoritária do gênero feminino.

Seguiremos sendo resistência. Aprender é o caminho, realizar é o sentido, construir e partilhar são os verbos que carrego nessa longa trajetória.

O caminho do método de análise

Nossa pesquisa se constrói a partir do método histórico-dialético, que auxilia na apreensão das contradições e dinâmicas do real, sempre com a perspectiva de totalidade e as mediações necessárias a esse movimento.

Como descreve Lukács (1978, p. 104)

> Dialética materialista [...] na medida em que ela realiza e desenvolve a aproximação à realidade objetiva conjuntamente ao caráter processual do pensamento como meio para esta aproximação, pode compreender a universalidade em uma contínua tensão com a singularidade, em uma contínua conversão em particularidade e vice e versa.

A escolha do método de investigação parte da concepção de que todos os fenômenos humanos são produzidos no processo histórico de constituição da vida social, um pressuposto do materialismo histórico e dialético, que afirma a objetividade e subjetividade como uma unidade de contrários.

Essa proposta não reivindica a neutralidade, tão apregoada nas ciências sociais pelas/os conservadores e, na atualidade, difundida pelas/os pós-modernas/os, todavia com nova roupagem.

O que propomos equivale às palavras de Martinelli (2005, p. 120) ao referir que

> [...] a pesquisa nas profissões humano-sociais, e especialmente o Serviço Social, não é apenas um procedimento operativo, mas, sim, a expressão de uma opção política que se concretiza em uma opção teórico-metodológica. O método de pesquisa é uma expressão política, uma extensão de nosso projeto ético-político.

Apontar o caráter histórico dos aspectos sociais e humanos possibilita uma análise que permite sua desnaturalização. Em termos metodológicos, isso nos leva a trabalhar com categorias que indicam processos, com conteúdos históricos, ideológicos, contraditórios e mediados.

Temos como premissa que nenhuma pesquisa será capaz de esgotar a realidade e, portanto, não se trata de um trabalho que define amostras ou recortes, mas que, sobretudo, pretende se debruçar sobre a dimensão de totalidade, buscando

caminhos que dialoguem com a realidade, apreendendo-a em sua dimensão ontológica.

Capturar essas dimensões em relação dialógica é o que nos parece o maior desafio para as pesquisas que pretendem compreender aspectos essenciais da realidade social.

Consideramos que a perspectiva socio-histórica nos permite compreender e capturar as tendências de continuidade e ruptura dos processos sociais, municiando para a construção de referências e parâmetros a fim de desenvolver as análises necessárias ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Buscamos, como afirma Portelli (1997), na pesquisa social e nos processos metodológicos elencados nessa trajetória, tornar o processo de pesquisa um experimento de igualdade (entre pesquisadora e as participantes sujeitas da pesquisa), porém, sem nos desvincular da compreensão necessária de nosso lugar social na condução desse movimento investigativo.

Assim, uma tarefa importante foi não apenas diferenciar, mas também redigir a realização do percurso investigativo, do método de apreensão e do percurso expositivo e seus procedimentos.

Um desafio que a dimensão do método também nos impõe, considerando que em cada um dos percursos estão contidas nossas premissas quanto à dimensão histórica, contraditória, de totalidade e plena de mediações que a pesquisa vai espiralando.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

> É mister, sem dúvida, distinguir, formalmente, o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho, é que pode descrever adequadamente, o movimento real. Se isto se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada (Marx, 1987, p. 16).

Na trilha dos registros realizados por Marx, incluídos em posfácio da 2ª edição de *O Capital*, em 1873, seguimos na intenção de demonstrar as estratégias que melhor ampararam nossas preocupações e que se mostraram mais adequadas para

a abordagem dos objetivos trilhados durante a jornada de pesquisa e a realidade a ser conhecida e problematizada.

Tais estratégias contemplaram a definição dos procedimentos mais indicados para os percursos investigativos, assim como as definições quanto às ferramentas expositivas para os estudos realizados.

Como primeira e fundamental estratégia metodológica a ser aqui destacada, referimo-nos ao universo de registros realizados em nosso diário de pesquisa, produzidos em decorrência de nossa observação participante durante toda a trajetória de estudos em âmbito pós-graduado, inclusive considerando que a temática abordada se relaciona diretamente à nossa experiência nos últimos dez anos de atuação profissional.

Cabe destacar que o diário de pesquisa foi adotado em versão on-line, considerando a necessária adaptação ao uso cada vez mais frequente dos recursos tecnológicos e a uma ampla gama de referências bibliográficas, tais como publicações disponíveis em versão digital, compartilhadas por meio de diversos grupos formados por aplicativo WhatsApp, e-mails e até mesmo redes sociais. Também o acesso a matérias jornalísticas, links para atividades em formato remoto (incluindo as que permanecem disponíveis por meio de gravação e disponibilização em diferentes sites), canais de transmissão em plataformas como Youtube, entre outros materiais que, devido ao período de pandemia de Covid-19, foi necessário adotar como estratégia de manutenção das atividades de leitura e pesquisa, troca de materiais e sistematização de registros.

O diário de pesquisa permitiu manter uma coleta contínua de dados e referências durante o percurso de estudos, assim como do conjunto de reflexões que fizemos ao longo das percepções e descobertas possíveis no desenvolvimento da tese. Um instrumento metodológico, como destacam Pitarello e Pavez (1993), que também operacionaliza cientificamente os nossos compromissos políticos.

De acordo com as autoras

> Esta ferramenta quando utilizada com intenção, facilita o treino de observar com atenção, precisão e clareza – requisitos indispensáveis para construção do conhecimento científico [...] No diário devem ser descritos os fatos “vividos” por seus agentes de forma contextualizada social e especialmente. Não devendo perder de vista a descrição dos fatos na sua cronologia e do mesmo modo os comentários, emoções e reflexões devem ser expressos. Interpretar os fatos considerando as

> diferentes visões de mundo que perpassam o ambiente observado assim como as relações de poder presentes e detectadas pelo agente envolvido é outro momento fundamental a ser observado na construção do diário (Pitarello; Pavez, 1993).

Essa versão em formato digital, construída por meio do aplicativo WhatsApp e de uma ferramenta de registro de notas da plataforma Google (Google Keep)[24], possibilitou que o diário de pesquisa resguardasse o arquivo de nossas percepções por meio da gravação de áudios que produzimos ao longo da pesquisa, uma forma de registro mais imediato de nossas memórias e frente às vivências do cotidiano profissional e de pesquisa, ganhando um caráter ainda mais subjetivo e intimista.

Tais registros referem-se a reflexões sobre o trabalho profissional e múltiplos diálogos com colegas de profissão, ocorridos no interior dos espaços socio-ocupacionais, nos espaços da academia, junto a atividades vinculadas a grupos e movimentos organizados e em nossa intensa interlocução no espaço do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo (FTSH-SP).

O Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo (FTSH-SP) configura-se um espaço de articulação de profissionais que atuam em equipes de trabalho social, de diferentes áreas do conhecimento, seja em órgãos públicos, entidades de assessoria técnica a movimentos populares e empresas prestadoras de serviços; além de docentes e pesquisadoras/es de áreas correlatas; e militantes dos movimentos de moradia e pelo direito à cidade.

Os registros públicos que formalizam a organização dessas/es profissionais e as primeiras atividades desenvolvidas pelo coletivo informam ações realizadas desde 2015, em formatos diversos. A temática de fundo desde o início esteve referenciada pela preocupação comum das/os participantes quanto à concepção e direção do trabalho social na política de habitação e seus programas relacionados, assim como as implicações das condições de trabalho das/os profissionais nesse campo, a preservação de um espaço para fortalecimento coletivo das/os profissionais e a construção de demandas políticas pertinentes mediante mudanças conjunturais.

Atualmente o FTSH-SP publica seus materiais e posicionamentos coletivos pelo site e pela construção de um perfil para circulação nas redes sociais. Caracteriza-

[24] A ferramenta possibilita fácil organização de diferentes notas e a possibilidade de busca rápida, incluindo a disponibilidade de filtros facilitados por diferenciação de cor, marcadores e atributos como incremento de listas, imagens, notas de áudio com lembretes ou ainda notas que podem ser compartilhadas ou mesmo fixadas no topo de uma lista de registros pessoais.

se, conforme descrição no site, como um “espaço aberto de articulação política, de trocas de experiências, debates e (re)afirmação de uma identidade do trabalho social comprometido com o direito à cidade e com a organização e participação social”[25].

O desenho da pesquisa também nos movimentou quanto à necessidade de realizar estudo bibliográfico sobre a temática do trabalho profissional e sua especificidade quanto à interlocução com o trabalho social em habitação, assim como questões que circundam a política de habitação, territórios, cidades e moradia, e um olhar sobre a produção de teses e dissertações em bases de dados em que tais temáticas foram objeto de pesquisa[26].

A trajetória de revisão bibliográfica indicou a necessidade de aprofundamento acerca de algumas categorias teóricas vinculadas ao debate: centralidade do trabalho, territórios e territorialidades; cidade, questão urbana e questão fundiária; experiência, vida cotidiana, neoliberalização da vida, “ilegalismos” e trabalho profissional da/o assistente social, além de outras evidenciadas a partir da pesquisa de campo.

Paralelamente, foi necessário acionar os registros pormenorizados acerca de nossos acúmulos, além das referências bibliográficas acumuladas no período, e posteriormente acrescidas às narrativas das participantes da pesquisa.

Na trajetória de levantamento bibliográfico, mobilizamos o diálogo com alguns estudos etnográficos, a fim de identificar as possíveis contribuições que essa metodologia (utilizada em estudos antropológicos e no campo das ciências sociais) podem oferecer quanto às especificidades de nosso objeto de pesquisa.

Para complementação da fase exploratória da pesquisa, realizamos duas entrevistas exploratórias, com pesquisadoras da área de Serviço Social vinculadas às temáticas territórios/ política habitacional/ trabalho social, a fim de melhor delinear recortes do objeto de pesquisa. Acerca dos resultados dessas entrevistas, daremos conhecimento no decorrer das análises realizadas, pois dialogam diretamente com nossas questões de pesquisa e com as preocupações desta tese.

Nesse movimento, nossa principal intenção foi a de inicialmente enriquecer nosso acúmulo de referências e abranger uma coleta de impressões e sugestões de

[25] Dados disponíveis em: <https://forumtrabalhosocial.wordpress.com>. Acesso em: 02 ago. 2023.

[26] Para a realização do levantamento, visitamos sobretudo o Portal de Periódicos da CAPES e a Base da Biblioteca Nacional de Teses e Dissertações (BDTD).

caráter exploratório, para só então partir para a análise e definição dos rumos da pesquisa[27].

Elegemos também como recurso metodológico a realização de entrevistas individuais e em profundidade com seis assistentes sociais em atuação no trabalho social em habitação, definindo a cidade de São Paulo como território para o recorte espacial na seleção das profissionais participantes da pesquisa. Com isso, buscamos identificar os tensionamentos sociopolíticos e enfraquecer as tramas de silenciamento das/os sujeitas/os, servindo, conforme Deslandes *et al*. (2012), o trabalho de campo como um contraponto dialético para a teoria social.

Em resumo, três critérios foram definidos para a escolha intencional das sujeitas parceiras na pesquisa, sendo: (I) profissionais que estavam em atuação na cidade de São Paulo no momento da realização da entrevista; (II) profissionais vinculadas a espaços socio-ocupacionais representados por diferentes segmentos, quais sejam: assistentes sociais vinculadas à Secretaria de Habitação da cidade de São Paulo ou vinculadas a entidades de assessoria técnica a movimentos populares ou vinculadas a empresas prestadoras de serviço; e (III) que em algum momento em suas trajetórias (assim como nós) tivessem partilhado do espaço do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, a fim de que esse percurso metodológico permitisse a compreensão acerca das principais contribuições e desafios na participação dessas profissionais em espaços de articulação política, capturando as possibilidades de influência e fortalecimento do coletivo no trabalho cotidiano de assistentes sociais.

O último critério foi adotado a fim de que os procedimentos e instrumentos metodológicos pudessem dialogar com as opções político-pedagógicas eleitas no percurso de pesquisa, tendo em vista não apenas a importância política e de fortalecimento para as/os profissionais nesse espaço de articulação, mas também nosso envolvimento orgânico no acompanhamento de seu surgimento, culminando na fundação desse espaço político-pedagógico.

Consideramos relevante observar que nosso objeto de estudo não está situado no reconhecimento do trabalho profissional realizado nos diferentes espaços socio-ocupacionais. Nem mesmo a realização da pesquisa de campo pretende discutir as

[27] Sobre a proposta de pesquisa exploratória, sugerimos consultar: QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. 4. ed. *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 2005.

questões singulares de cada um deles e suas implicações para os limites e possibilidades do trabalho social. No entanto, não nos furtamos a problematizar, brevemente, algumas especificidades do trabalho profissional nesses espaços de intervenção.

Nossa intenção foi a de capturar questões relativas aos aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e, principalmente, técnico-operativos do exercício profissional, e não os aspectos fragmentados acerca das especificidades dos espaços socio-ocupacionais das participantes.

Mediante tal escolha, vislumbramos identificar as leituras dinâmicas que interpelam as/os diversas/os profissionais em seus diferentes campos de atuação e, sobretudo, levar em consideração a diversidade de espaços socio-ocupacionais representados pela colocação das entrevistadas.

Desse modo, foi possível refletir sobre requisições e respostas profissionais que se assemelham quando relativizadas as especificidades de cada lócus do trabalho profissional, reduzindo, proporcionalmente, o risco de análises mais fragmentadas.

Também não nos interessava uma análise comparativa, buscando valorar entre “melhor” ou “pior” o trabalho realizado pelas profissionais participantes da pesquisa, mas capturar, por meio das diferentes formas de atuação, as mediações necessárias à realização do trabalho profissional, bem como os aspectos quanto ao arcabouço profissional necessário e elegido para a construção das respostas profissionais às demandas próprias de cada período conjuntural, os aprendizados possíveis de cada tempo histórico, e seus desafios particulares.

Uma vez definidos os critérios, a seleção das profissionais ocorreu por escolha intencional, considerando relações já existentes entre a pesquisadora e algumas participantes, assim como pelo método de indicação entre as próprias profissionais.

O primeiro contato com as profissionais ocorreu conjuntamente ao envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)[28], obrigatório e essencial para

[28] Apêndice A. O referido termo se destina a orientar previamente as/os participantes da pesquisa sobre os processos utilizados ao longo dos trabalhos de campo, seus direitos e os procedimentos que adotaremos no decorrer da pesquisa, formalizando nosso convite e compromissos assumidos mediante o aceite para participação voluntária na pesquisa.

que as profissionais pudessem registrar concordância quanto à participação na pesquisa, bem como a aprovação do estudo no comitê de ética da Plataforma Brasil[29].

Nas entrevistas utilizamos um roteiro semi-estruturado (Apêndice B) com questionamentos que resultaram nas problematizações centrais da pesquisa. O roteiro recebeu complementação adicional de um questionário com perguntas fechadas que nos permitiram a elaboração de uma apresentação das participantes, de caráter autobiográfico, auxiliando a compor o perfil das entrevistadas e compreender a particularidade das experiências profissionais no campo do trabalho social em habitação, sendo tais dados apresentados no item “Perfil das profissionais participantes”.

As questões fechadas apresentadas às participantes da pesquisa (Apêndice C)[30] foram respondidas pelas próprias entrevistadas por meio de formulário disponível na plataforma google (Google Forms), que possibilita criar e gerenciar formulários on-line[31]. O preenchimento do formulário foi sugerido após o aceite do convite para colaboração voluntária à pesquisa.

As entrevistas em profundidade ocorreram por formato remoto, por decisão compartilhada entre a pesquisadora e as participantes da pesquisa. E o conteúdo das entrevistas foi gravado e transcrito para posterior análise dos dados e definição das estratégias de mapeamento das questões abordadas na tese.

Com duração média de 1 hora e 50 minutos, o processo de transcrição dos conteúdos gravados rendeu extenso material quando reunidas as seis entrevistas (mais de 100 páginas processadas em formato padrão acadêmico). Foram organizadas em sequência por meio da elaboração de fichas temáticas desenvolvidas

---

[29] O projeto de pesquisa foi submetido à Plataforma Brasil, com parecer número: 6.675.542, registrando sua aprovação por meio do CAAE 76283423.5.0000.5482.

[30] As questões elegidas para resposta das entrevistadas sem que fosse necessária a presença/ participação da pesquisadora foram: e-mail de contato; idade; quesito raça /cor; identidade de gênero; orientação sexual; ano de conclusão da graduação em Serviço Social; modalidade de ensino na graduação; se realizou formação em nível de pós-graduação ou outros cursos de formação continuada, se sim qual?; Instituição ou projeto em que atuava no momento da realização desta pesquisa, condição do vínculo profissional e tempo de atuação nesse espaço socio-ocupacional; tempo de atuação com trabalho social em habitação; breve resgate sobre a trajetória profissional; disponibilidade da participante quanto à agenda e indicação de datas e horários para a entrevista individual e preferência quanto ao formato do encontro com a pesquisadora (presencial ou remoto) para a realização da entrevista.

[31] A facilidade da ferramenta é reunir em software de planilhas eletrônicas (programa Excel) as respostas das participantes, realizadas e armazenadas de forma online, permitindo rápido acesso e manuseio na visualização e formatação dos dados coletados.

pela autora (Apêndice D), a fim de compilar os achados da pesquisa de campo e facilitar a apresentação dos dados e a redação final dos capítulos que compõem esta produção.

Também nos servimos dos aportes da metodologia de história oral a fim de fortalecer as narrativas das sujeitas com a técnica do registro de depoimentos como instrumento de pesquisa.

Na técnica da história oral está colocada a possibilidade de relação fluida e dinâmica entre a/o sujeita/o pesquisadora/r e a/o sujeita/o pesquisada/o, tecendo uma trama de trocas, diálogos e narrativas.

De acordo com Martinelli (2019), a história oral está designada como “exercício democrático da palavra”, uma experiência de cuidado na edificação dos vínculos entre as/os sujeitas/os envolvidas/os no estudo.

Conforme as discussões do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade (NEPI)[32], coordenado pela professora Maria Lúcia Martinelli até o primeiro semestre de 2024, a mediação da palavra e o processo de escuta qualificada realizada pelas/os profissionais são ferramentas primordiais para a área do Serviço Social. Linguagens e silêncios, ritmos, entonação e gestual, todos e cada um a seu modo, contribuindo para a composição de uma narrativa plena de vida e dimensões que retratam as esferas de singularidade, universalidade e o campo particular de cada sujeita/o participante.

Cabe lembrar que a memória nem sempre ocorre de forma cronológica, de modo “fiel” aos fatos e atos cujo envolvimento da/o narrador/a esteve atrelado. No entanto, nos interessa capturar seus significados, ainda que essa memória se refaça por trechos e pelos significados associados, pois, uma vez revisitados, ganham a capacidade de ressignificar vivências e processos relativos à história narrada e aos processos teleológicos, com múltiplas projeções futuras.

As profissionais participantes da pesquisa realizaram um amplo movimento de reflexão em conjunto com a pesquisadora, na medida em que seus depoimentos, memórias, trajetórias de vida e percursos profissionais se revelam como um movimento de (r)existência política, histórica, social e coletiva.

Como destaca Martinelli (1999, p. 21-22):

[32] Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Identidade (NEPI), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

> [...] essa pesquisa [qualitativa] tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito. Parte-se de uma perspectiva muito valiosa, porque, à medida que se quer localizar a percepção dos sujeitos, torna-se indispensável – e este é um outro elemento importante – o contato direto com o sujeito da pesquisa. Trata-se, portanto, de uma outra ambiência, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, o formulário e que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade.

Nesse sentido, o trabalho de campo estabelece a chance para o diálogo com o novo e realiza-se, segundo Minayo (2012), como ferramenta para uma descoberta construída.

Quanto às entrevistadas, buscamos captar suas impressões, opiniões e sentimentos registrados por meio dos depoimentos que nos ofereceram e que foram introduzidos ao longo da tese. Suas contribuições constituem-se como reflexões bastante ampliadas acerca das temáticas que o roteiro semi-estruturado sugeria.

Os depoimentos combinam-se como um grande mosaico e mesclam-se a alguns quadros analíticos, permitindo recuperar uma porção de história e dar-lhe uma interpretação a partir dos depoimentos que se formam de uma rica matéria-prima, o que muito raramente se consegue extrair de outras fontes tradicionais.

A pesquisa ganha vida: sujeitas participantes e interlocutoras do projeto

O processo de escrita desta tese está permeado por diversas camadas de história, seja com nossas/os colegas de profissão, de diferentes espaços socio-ocupacionais ou da academia, seja com as profissionais interlocutoras mais diretas na pesquisa de campo; e mesmo pelas histórias e experiências das sujeitas com as quais dialogamos no exercício de pesquisa exploratória, duas pesquisadoras da área de Serviço Social com vasta trajetória de pesquisa no campo temático que esta tese aborda.

As duas entrevistas exploratórias foram realizadas no final do quarto semestre do curso. Inicialmente foram previstas três entrevistas, buscando interlocução com núcleos de pesquisa com os quais ainda não havíamos mantido diálogo mais consistente: Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, vinculado à PUC-SP; Grupo de estudos sobre espaço urbano, vida cotidiana e Serviço Social (UrbanoSS), sob vínculo com a Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro

(UERJ); Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP CIHAB/PPGSS/UFPA), vinculado à Universidade Federal do Pará.

As entrevistadas selecionadas foram: a Profa. Dra. Dirce Koga, então coordenadora do Grupo de Pesquisa Cidades e Territórios, da PUC-SP, em entrevista realizada em 14 de outubro de 2021[33]; e a Profa. Dra. Joana Valente Santana, responsável pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano da UFPA, em entrevista ocorrida em 20 de outubro de 2021. A entrevista prevista com a Profa. Dra. Isabel Cardoso, atualmente aposentada pela UERJ, não foi possível, em razão de agenda não disponível.

As entrevistas intencionavam a abertura de diálogo com profissionais e núcleos de estudos e pesquisas para além do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (Nemos) da PUC-SP, sob a coordenação da Profa. Dra. Rosangela Paz, com o qual já mantínhamos alinhamento e interlocução anterior e com quem já dividíamos amplas trocas em razão de nossa composição no Fórum de Trabalho Social de São Paulo, assim como pela minha participação no Nemos.

Intencionávamos naquele momento reconhecer um universo adicional de preocupações que cercam a temática e observar como a discussão proposta e os pressupostos reunidos nas versões preliminares do projeto estavam dialogando com esses outros núcleos e espaços de pesquisa.

Realizar uma troca de ideias e poder ouvi-las livremente por meio das entrevistas de caráter exploratório foi uma possibilidade de respiro, considerando, inclusive, o contexto de isolamento a que estávamos submetidas/os em razão do contexto de pandemia de Covid-19.

As entrevistas exploratórias foram transcritas e analisadas, possibilitando reflexões que inspiraram ideias traduzidas em algumas das versões de revisão do projeto de pesquisa, assim como recuperadas enquanto contribuição a esta tese.

Para nós, a possibilidade de contar com esse generoso aporte e a valiosa parceria foi mais uma oportunidade de estreitar nosso diálogo, levando-nos a somar uma grata e imensa satisfação, considerando inclusive a brilhante trajetória de ambas as pesquisadoras e suas respectivas representatividades para a área do Serviço Social, em âmbito nacional e internacional.

---

[33] Destacamos com muito pesar que o falecimento precoce da querida Profa. Dra. Dirce Koga, em 29 de outubro de 2021, ocorreu apenas 15 dias após a entrevista que tão gentil e carinhosamente nos concedeu. É certo que esta tese pretende também ser uma homenagem a sua tão doce presença e

Já quanto às assistentes sociais que atuavam com trabalho social em habitação em sua intervenção cotidiana e aceitaram a colaboração voluntária na pesquisa, a escolha intencional das seis profissionais concretizou-se para dar vida à tese e dialogar com as nossas principais inquietações e problematizações do objeto de pesquisa.

A escolha das participantes propiciou a construção de um perfil previamente definido como critério para a abordagem das questões que compuseram o rol de preocupações elencado pela autora.

Dentre as seis participantes selecionadas, definimos para oficializar o convite, uma representatividade proporcional, considerando: duas assistentes sociais que atuavam como servidoras efetivas da Secretaria de Habitação do município de São Paulo; outras duas com vínculos em empresas prestadoras de serviço técnico-social que gerenciam a contratação de profissionais, com vínculos formalizados via Consolidação das Leis de Trabalho (CLT); e duas que atuavam junto às assessorias técnicas a movimentos e associações de moradia, via contratação na condição de prestadoras de serviço autônomo ou na condição de pessoa jurídica (PJ).

Todas as profissionais permaneciam em atividade na cidade de São Paulo no momento da realização da pesquisa, sendo esse o segundo critério definido para a seleção do grupo. Já o terceiro e último critério para seleção das profissionais que colaboraram voluntariamente com a pesquisa foi se, em algum momento de sua trajetória profissional, haviam se vinculado a alguma atividade do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo (FTSH-SP).

Perfil das profissionais participantes

Quanto ao perfil das profissionais entrevistadas, abaixo apresentamos por extenso um breve descritivo, assim como a consolidação dos dados por meio dos quadros 1 e 2.

Quanto à identidade de gênero e orientação sexual, todas se identificaram como mulher cisgênero, sendo que 5 se identificaram como heterossexuais e 1 como bissexual.

Quanto ao quesito raça/cor, se declararam: 4 como pretas ou pardas (sendo 3 pretas e 1 parda), 1 branca e 1 amarela. No momento de realização das entrevistas o grupo estava na faixa de 40 a 60 anos de idade.

Observamos que todas as entrevistadas declararam que sua graduação foi realizada na modalidade de ensino presencial e, quanto ao ano de conclusão da graduação em Serviço Social, apenas uma das entrevistadas graduou-se na década de 80, enquanto as demais, a partir dos anos 2000, sendo a mais recente formada em 2008.

Quanto às condições de trabalho, conforme já descrito por espelhar os critérios para seleção das entrevistadas: 2 participantes têm atuação como servidoras efetivas da Secretaria de Habitação do município de São Paulo; 2 em empresas prestadoras de serviço técnico social que gerencia a contratação de profissionais, com vínculos formalizados (via CLT); e 2 atuam junto às assessorias técnicas a movimentos e associações de moradia, via contratação na condição de prestadoras de serviço autônomo ou na condição de pessoa jurídica (PJ).

No momento das entrevistas, todas as participantes estavam em atuação em projetos e territórios na cidade de São Paulo, porém é interessante observar que parte das entrevistadas já esteve em atuação em outros contextos diferentes do vínculo atual, ou seja, as que estão nas assessorias técnicas já atuaram também na condição de servidoras municipais, ou via contratação por gerenciadoras, assim como também em outros municípios da região metropolitana.

Nesse sentido, as contribuições das participantes (que serão demonstradas nesta tese) recuperam também esse amplo campo de experiências, dando maior amplitude para as reflexões que realizamos em conjunto ao longo das entrevistas.

As participantes reúnem em média 21,3 anos de experiência em tempo de atuação na área do trabalho social em habitação, um fator de extrema relevância a ser destacado, já que esse aspecto explica parte das importantes contribuições à pesquisa.

Entre as atividades já realizadas pelas participantes, identificadas pelo breve histórico sobre suas trajetórias profissionais (descritas de modo autobiográfico), estão incluídas as ações de coordenação de equipe de trabalho social, atuação em programas de urbanização de favelas, remoções por risco, atuação em projetos de pós-ocupação, regularização fundiária, saneamento, atuação junto ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), junto a entidades e no Programa “Pode Entrar” da prefeitura de São Paulo[34].

[34] Programa habitacional desenvolvido pela Prefeitura de São Paulo para o incentivo à produção de unidades habitacionais para famílias com renda bruta de até três salários mínimos e famílias com renda

Quanto ao breve resgate sobre as trajetórias profissionais que extrapolam as ações no campo de trabalho social em habitação, as participantes identificaram experiência junto à política de assistência social, à população em situação de rua e formações sobre a temática de diversidade.

Essas últimas informações não foram incluídas nos quadros descritivos, em que as informações aparecem individualizadas por entrevista concedida, a fim de evitar possível identificação das profissionais e preservar o sigilo acordado na concessão dos depoimentos.

A proposta de recorte e desenho temporal para a escolha das sujeitas participantes da pesquisa não se expressa como uma “simples” definição sobre o período no qual propomos centralizar as discussões, mas, ao contrário, é uma escolha central do ponto de vista do que defendemos quanto à importância dos desdobramentos conjunturais e da cena socio-histórica brasileira, que possibilita o desenvolvimento das requisições e respostas profissionais construídas pelas/os profissionais em seus espaços socio-ocupacionais.

Por isso, a ideia de que as entrevistadas pudessem computar um tempo de experiência profissional que ultrapassasse dez anos de atuação com trabalho social em habitação, além de abarcar suas vivências frente às profundas e complexas mudanças da realidade conjuntural brasileira, com uma análise mais detida sobre os desdobramentos ocorridos a partir de 2016, marco histórico importante da conjuntura brasileira quando da ocorrência do impeachment presidencial de Dilma Rousseff e os processos de transformação de maior impacto presentes no cotidiano da população em decorrência da situação pandêmica trazidos pela disseminação do coronavírus, instaurada ainda no primeiro trimestre do ano de 2020.

A seguir apresentamos nos quadros 1 e 2 os registros pormenorizados descritos.

---

de até seis salários, por meio de carta de crédito subsidiada pela Prefeitura. Informações disponíveis no website: <https://www.prefeituradesp.org/programa-habitacional-pode-entrar/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQiApNW6BhD5ARIsACmEbkW58qs6asfBefvqA7o3lpKklzvAwCeWa0Wp5ODPJCJQ3wHdPSBZVAoaAi2fEALw_wcB>. Acesso em: dez. 2024.

Quadro 1 – Perfil das assistentes sociais entrevistadas

PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS					
IDENTIFICAÇÃO NA TESE	**DATA ENTREVISTA**	**IDENTIDADE DE GÊNERO**	**IDADE NO MOMENTO DA ENTREVISTA**	**QUESITO RAÇA/COR**	**ORIENTAÇÃO SEXUAL**
A.S. 1 - Assessoria	Nov. 23	Mulher cisgênero	60 anos	Amarela	Heterossexual
A.S. 2 - Assessoria	Nov. 23	Mulher cisgênero	44 anos	Parda	Heterossexual
A.S. 3 - Gerenciadora	Dez. 23	Mulher cisgênero	44 anos	Branca	Heterossexual
A.S. 4 - Prefeitura	Dez. 23	Mulher cisgênero	46 anos	Preta	Bissexual
A.S. 5 - Gerenciadora	Dez. 23	Mulher cisgênero	40 anos	Parda	Heterossexual
A.S. 6 - Prefeitura	Dez. 23	Mulher cisgênero	46 anos	Parda	Heterossexual

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 2 – Perfil das assistentes sociais entrevistadas:
Formação Profissional e Trabalho

PERFIL DAS ASSISTENTES SOCIAIS ENTREVISTADAS: FORMAÇÃO PROFISSIONAL E TRABALHO				
IDENTIFICAÇÃO NA TESE	**ANO DE CONCLUSÃO DA GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**	**MODALIDADE DE ENSINO NA GRADUAÇÃO:**	**(I) CONDIÇÃO DO VÍNCULO PROFISSIONAL E (II) TEMPO DE ATUAÇÃO NESSE ESPAÇO SOCIO-OCUPACIONAL**	**TEMPO DE ATUAÇÃO COM TRABALHO SOCIAL EM HABITAÇÃO**
A.S. 1 - Assessoria	1986	Ensino presencial	(I) Prestadora serviço PJ (II)15 anos	33 anos
A.S. 2 - Assessoria	2008	Ensino presencial	(I) Prestadora de serviços autônoma (II) 13 anos	17 anos
A.S. 3 - Gerenciadora	2004	Ensino presencial	(I) CLT (II) 15 anos	5 anos (equipe de área) 10 anos (equipes internas)
A.S. 4 - Prefeitura	2001	Ensino presencial	(I) Servidora Efetiva	25 anos
A.S. 5 - Gerenciadora	2006	Ensino presencial	(I) CLT	14 anos
A.S. 6 - Prefeitura	2000	Ensino presencial	(I) Servidora Efetiva (II) 2010	25 anos (considerando também tempo de estágio)

Fonte: Elaboração própria.

Algumas escolhas políticas sobre a tessitura da tese

Ao longo das temáticas elencadas pela pesquisa e do próprio desenvolvimento dos achados a partir das entrevistas realizadas houve um conjunto extenso de escolhas necessárias a fim de concluir a escrita desta tese, ou mesmo retomar o recorte da pesquisa, excluída a possibilidade de aprofundamento de algumas categorias de análise que o debate apresentado a seguir possa nos indicar. Aqui vamos brevemente assinalar algumas delas.

É importante relembrar que o desenvolvimento do trabalho social em habitação se insere no próprio escopo de desenvolvimento e amadurecimento de uma política setorial, no caso a de habitação no Brasil. Como afirma Paz (2018, p. 129):

> A partir de 2004, com a criação do MCidades, as políticas urbana e habitacional ganharam robustez, alteraram paradigmas, assentadas no princípio do planejamento e da integração das políticas voltadas ao desenvolvimento urbano, como o saneamento ambiental, a mobilidade, o transporte e demais serviços sociais públicos, e da implementação dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto das Cidades e na participação ativa dos segmentos organizados da sociedade civil. [...] Nesse novo arcabouço institucional, o trabalho social passou a ter lugar de relevância nos diferentes programas e intervenções públicas, reconhecido como um componente da política pública, articulado às diretrizes das políticas urbana e habitacional do País. Esse reconhecimento pode ser considerado uma conquista dos profissionais que atuam e atuaram nos últimos 30 anos nas políticas habitacionais, nas esferas municipal, estadual e federal (Paz, 2018, p. 129 -130).

No entanto, como a autora destaca adiante, “o trabalho social na habitação, enquanto intervenção profissional, não começou nos anos 2000 e muito menos com o programa MCMV e seus normativos”, uma afirmativa que busca ampliar o olhar para o processo e as bases teóricas e metodológicas que alicerçaram a intervenção de profissionais do campo do Serviço Social e das ciências humanas na área de habitação (Paz, 2018, p. 131).

Nesse sentido, recuperar tais aspectos contribui reafirmar que, apesar deste estudo não privilegiar discussões relativas à dimensão da política de habitação social no Brasil nem mesmo as especificidades que tornam o trabalho social um componente da política pública (a exemplo de instruções normativas de determinados programas habitacionais ou portarias ministeriais com a finalidade de delinear um escopo de

ações para o conjunto de profissionais), partimos aqui de um acumulado de apreensões destas condições, inclusive por admitir as contradições presentes nessa problemática, já que o desenho e escopo institucional de política que oferta espaços e recursos ao trabalho social é também o mesmo que retira sua autonomia, em diferentes instâncias, ou que precariza suas condições de efetivação nos diferentes espaços socio-ocupacionais em diversos territórios brasileiros.

Também não podemos ignorar a relevância de programas governamentais como o PMCMV[35] e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[36], sendo que ambos desempenham/desempenharam um papel significativo na promoção do desenvolvimento social e econômico do Brasil, com impactos importantes na geração de empregos, na ampliação do número de moradias construídas e necessariamente um campo privilegiado para a contratação do trabalho social enquanto componente dos projetos de intervenção territorial[37].

---

[35] O PMCMV foi instituído em março de 2009, durante o segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Sua concepção ocorreu em um contexto de crise financeira global, com o objetivo de estimular a economia brasileira e, simultaneamente, enfrentar o precário contexto das condições de moradia no país. A estratégia central do programa consistia em fornecer subsídios e condições de financiamento facilitadas para a aquisição de moradia, segmentadas em diferentes faixas de renda. Ao longo dos anos, o programa passou por diversas reformulações, com ajustes nas faixas de renda, nos valores dos subsídios e nas regras de financiamento. Essas alterações refletiram mudanças nas condições econômicas e as prioridades dos governos subsequentes. Em 2023, o presidente Lula relançou o programa, com um enfoque renovado nas famílias de baixa renda (Faixa 1), já que o programa foi interrompido durante a gestão bolsonarista. O novo MCMV incorporou adaptações que foram alvo de críticas anteriores a sua reformatação (o que não significa ter superado todas as suas fragilidades e nem o modelo de resposta que privilegia a propriedade privada como proposta primordial das ações do Estado).

[36] O PAC, lançado em janeiro de 2007, também durante o segundo mandato do presidente Lula, com o propósito de impulsionar o crescimento econômico do Brasil através de investimentos maciços em infraestrutura abarcou uma ampla gama de projetos, incluindo obras em rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e geração de energia, mas foram os projetos de urbanização de favelas que impulsionaram o maior número de vinculações do trabalho social nos diferentes territórios envolvidos. O PAC foi implementado em duas fases principais: PAC 1 (2007-2010) e PAC 2 (2011-2014). Cada fase teve seus próprios objetivos e prioridades, mas ambas buscaram impulsionar o desenvolvimento da infraestrutura brasileira. Em 2023, foi lançado o Novo PAC, com o objetivo de dar continuidade aos investimentos em infraestrutura e promover o desenvolvimento social e econômico do país. O PMCMV e o PAC são programas intrinsecamente ligados, uma vez que a infraestrutura fornecida pelo PAC é essencial para a viabilização de novos empreendimentos habitacionais no âmbito do PMCMV.

[37] Assim como a criação do BNH que motivou o surgimento, por extenso período, de uma gama de estudos que se concentraram na crítica da ação do Estado frente às experiências propiciadas pelo Banco, o início de século XXI inaugurou também um período em que vários estudos produziram avaliações e críticas quanto à criação e os resultados provocados pela implementação de projetos derivados do PMCMV e do PAC. Os programas federais não estão articulados a uma sólida política urbana e de habitação, estando desconectados de uma leitura conjuntural, reforçando desafios que se tornarão, com o tempo, ainda mais complexos e estão relacionados a questões estruturais da sociedade brasileira e aos interesses internacionais. Diversas obras podem ser indicadas sobre o tema, entre elas as publicações de: CANO, W. *Ensaios sobre a crise urbana do Brasil*. Campinas/SP:

O lugar conquistado pelo trabalho social é o mesmo que nos faz esbarrar na necessária discussão acerca da maneira pela qual o Estado se manifesta, pois, se por um lado partimos da compreensão de que falar sobre o tema da burocracia estatal é reconhecer o modo e o sistema organizacional sob o qual o aparelho de Estado define um conjunto necessário de regras, procedimentos padronizados e sistemas hierárquicos para uma divisão de suas atribuições, neste estudo tomaremos contato com aquilo que se tem reconhecido como a chamada "burocratização" do trabalho profissional – aqui compreendida como um conjunto de processos que excedem a própria ideia de burocracia do Estado, gerando intensificação/excesso de regras, lentidão e rigidez, sendo em muitos casos um processo prejudicial aos resultados esperados do trabalho e sobrepondo-se às/aos trabalhadoras/es e sujeitas/os nos territórios.

Portanto, cabe destacar que a opção metodológica da pesquisadora em seus procedimentos de exposição da tese foi privilegiar as percepções e depoimentos das sujeitas entrevistadas e a incorporação da riqueza das reflexões apresentadas na íntegra pelas profissionais, ainda que os depoimentos carreguem consigo a apresentação de aspectos conceituais que careçam de problematização e maior aprofundamento conceitual. Trata-se de uma escolha intencional da pesquisadora, de trazer todo o conjunto de reflexões das sujeitas em detrimento de uma discussão que melhor cerque uma compreensão conceitual do termo "burocracia", apesar da importância que esta discussão adquira.

Tal aspecto está aqui sinalizado a fim de não negligenciarmos as necessárias ressalvas que a leitura da expressão "burocracia" possa adquirir e indicar; e para que a expressão seja compreendida mais sob a perspectiva de percepção das sujeitas entrevistadas ao referirem-se aos processos de "burocratização" que o trabalho profissional tem enfrentado no cotidiano de atuação das/os envolvidas/os.

Unicamp, 2011; CARDOSO, Adauto (Org). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles: Letra Capital, 2013; CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, Thêmis A.; ARAÚJO, Flávia de S. *Habitação de interesse social*: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 23 a 27 de maio de 2011, Rio de Janeiro/RJ; CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, Thêmis A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: *O Projeto Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro/RJ: Letra Capital, 2013; e FIX, Mariana; ARANTES, Pedro. *Como o governo Lula pretender resolver o problema da habitação*: Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida, 2009.

Método de exposição: a construção da tese

A sequência adotada nesta produção constrói reflexões apresentadas em espiral, em que algumas ideias demonstradas em um determinado capítulo são retomadas a partir de outras diferentes dimensões nos capítulos posteriores.

A tese está subdividida em quatro capítulos, além da introdução e das sínteses possíveis como resultado final do processo de pesquisa, sendo que cada um busca aprofundar um conjunto de mediações postas ao trabalho cotidiano das/os assistentes sociais que atuam na particularidade do trabalho social em habitação.

O primeiro capítulo – **Territórios brasileiros em disputa – realidades em movimento** – se constrói a fim de trilhar um aprofundamento sobre a questão fundiária e o tema da propriedade de terras no Brasil, questões que se revelam como elementos constitutivos para os principais conflitos e justificativas ao amplo quadro de desigualdades estabelecidas em nossos territórios. Neste capítulo intencionamos ressaltar que os territórios estão em constante (e histórica) disputa e discutir o motivo pelo qual tal premissa é tão fundamental às/aos assistentes sociais, já que o trabalho social estabelece constantes mediações nestas superfícies, cujas relações sociais estão permeadas por dinâmicas entre o legal-ilegal e/ou o formal-informal, conformando um cenário complexo, contraditório e cuja violência se apresenta de modo multifacetado.

O segundo capítulo – **Ambiência conservadora das sociabilidades contemporâneas e seus reflexos para o trabalho social – a cotidianidade e a experiência como chaves analíticas para o conhecimento da realidade social** – busca recuperar aspectos que demonstram o quanto o trabalho social permanece cotidianamente desafiado dada sua interface com os aspectos conservadores que conformam o âmbito das relações sociais. Alicerçado pelas categorias analíticas “cotidiano” e “experiência”, este capítulo passa a dialogar com as várias expressões do conservadorismo e o avanço da extrema direita, sua intersecção entre a religião, igreja e fé, a política e o Estado, assim como suas consequências e vinculações no avanço do individualismo, empreendedorismo e precarização da vida, do trabalho, da política social e sua plataformização.

Neste capítulo nossos esforços foram voltados a demonstrar como as mudanças conjunturais impactam o trabalho social e o que as lentes das/os profissionais têm revelado sobre as novas gramáticas deste primeiro quarto do século

XXI, reveladas sob as tramas das relações sociais em suas múltiplas camadas e o peso que temos sentido mediante a ampliação das expressões do conservadorismo que circundam os espaços da vida cotidiana.

Já no capítulo três – **Serviço Social no Brasil – projetos em disputa e desafios contemporâneos para a profissão** – nos debruçamos sobre a trajetória de consolidação da profissão de Serviço Social no Brasil e os aspectos relacionados à inserção de assistentes sociais, principalmente mediante a reconfiguração de novas demandas e requisições engendradas pela trajetória neoliberal das políticas sociais no contexto brasileiro. Seguimos perseguindo a compreensão dos principais desafios profissionais relacionados à incorporação cada vez maior de demandas responsáveis pela ampliação da retirada das/os profissionais dos territórios, no caso de São Paulo não apenas pela característica de um amplo volume de terceirização do trabalho social em habitação, mas também pelo incremento de questões burocratizadas, refletidas como um conjunto de novas requisições à profissão e aos trabalhadores sociais de modo geral, independentemente de seus espaços socio-ocupacionais.

No quarto e último capítulo – **Interfaces do trabalho social a partir de contribuições do pensamento lefebvriano – uma lente para o conhecimento da realidade viva e vivida** – nos permitimos um ensaio teórico sobre significativas construções do pensamento lefebvriano e nos debruçamos mais detidamente, ainda sobre o solo das experiências e do cotidiano profissional, a fim de recolher subsídios que possam ser alavancados pela categoria de análise “tempo-espaço” como um par dialético necessário para leituras da realidade social, conhecimento dos territórios e construção do que chamamos de **percursos pedagógicos** construídos como contributo para o desenvolvimento do trabalho social na cotidianidade.

Também neste capítulo propomos algumas leituras que auxiliam na atuação profissional, dentre elas a necessária estratégia de organização das/os trabalhadoras/es, privilegiando um registro das atividades do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo (FTSH-SP) enquanto uma experiência possível de articulação entre as/os profissionais desse campo e a construção de estratégias de enfrentamento ao grave quadro de precarização que temos vivenciado no âmbito do trabalho, mas também da formação profissional.

1. TERRITÓRIOS BRASILEIROS EM DISPUTA: REALIDADES EM MOVIMENTO

> Os tempos mudam no devagar depressa dos tempos.
> Guimarães Rosa

Para a jornada que pretendemos percorrer na trilha dos estudos de produção desta tese será necessário reconhecer que vivemos tempos inelutavelmente desconfortáveis devido ao ritmo e modo intensificados pelos quais as mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais têm ocorrido em nossa sociedade. Apesar do aspecto comum e ordinário desse fato, isso nos gera um inevitável e permanente estranhamento.

O início do século XXI mobilizou e intensificou a dependência das pessoas aos recursos tecnológicos e trouxe à sociedade do século XX, definitivamente, a chamada "era digital".

A mundialização e as transformações produtivas são processos que certamente apresentam pontos positivos: as distâncias geográficas aparentemente foram reduzidas; o desenvolvimento da internet eliminou barreiras físicas para a informação, o conhecimento e o intercâmbio cultural; os avanços tecnológicos possibilitaram desvendar enigmas seculares em variadas áreas da vida humana e social; e a democracia burguesa atingiu a quase maioria dos países, passando a ser considerada requisito de legitimidade internacional. No entanto, como destacou Wanderley (2001, p. 24), são os efeitos perversos desses processos que estão na mira de nossas reflexões.

É certo que a ampliação das aquisições tecnológicas, a adoção (já massificada) das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)[38] e o espraiamento do uso das redes sociais trouxeram impactos decisivos para as transformações não somente no mundo do trabalho, mas em todas as esferas da vida social.

Atualmente os meios de informação (ou, muitas vezes, de desinformação) contribuem decisivamente para o controle dos meios de produção e, além disso, de

[38] Sobre o estudo das TICs, em especial na área do Serviço Social, a produção e os estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre trabalho e profissão vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob a coordenação da Profa. Dra. Raquel Raichelis se constitui como espaço privilegiado para o aprofundamento dessa temática.

modo preponderante, afetam a sociabilidade das/os sujeitas/os. Esses são alguns exemplos que corroboram tal diagnóstico e que deverão ocupar lugar de destaque nas análises que serão construídas ao longo desta tese.

Abordaremos também como a internet configurou-se um importante modo de organização, formulação de resistências e mecanismos de denúncia.

Componentes deste cenário, o agronegócio, o neo-extrativismo e um amplo e complexo conjunto econômico, político e social de desigualdades entre campos, cidades, florestas e recursos naturais somam-se ao contexto de violação de direitos humanos, sociais, trabalhistas e de degradação do meio ambiente, motivadas pela intensificação dos processos de acumulação privada de riqueza em nível mundial.

E todos esses aspectos também estão assumidos como bandeira programática do projeto neoliberal no Brasil. De tal modo que o Estado Brasileiro assumiu uma ampla agenda junto aos países de economia globalizada[39], capitaneados pelo mercado financeiro, setor que no Brasil permaneceu e se agudizou sob a regulação de um Estado de projeto conservador, reacionário e com traços neofascistas, se considerarmos o período da gestão presidencial de Jair Messias Bolsonaro[40].

Será também necessário considerar elementos fundamentais e algumas particularidades de nossa formação socio-histórica, reconhecendo determinações estruturais que conformam os processos das relações sociais em nosso país.

Somos hoje a história de um país que se consolidou por meio da cultura de expropriação e que se “formalizou” pela força e poder da figura de colonizadores escravocratas que ainda hoje se expressa fortemente por suas raízes estabelecidas no latifúndio, no patrimonialismo, no genocídio étnico, no patriarcado e no racismo em todas as suas diferentes camadas e dimensões.

Esse diverso e complexo conjunto de relações e experiências compõe a agenda histórica de nosso tempo presente. Vivemos um momento do desenvolvimento das relações capitalistas cujas expressões de maior impacto têm

[39] Nesta tese abordaremos o conceito de globalização partindo dos estudos realizados pelo importante intelectual negro brasileiro, Milton Santos. Geógrafo, jornalista, advogado e professor universitário com incidência preponderante nos estudos sobre o espaço urbano, territórios e outras categorias analíticas às quais recorremos ao longo dos estudos realizados. Para Santos (2008, p. 23) a “globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista”. Para compreendê-la, o autor indica dois elementos fundamentais: o estado das técnicas e o estado da política, em que os elementos que permitem compreender o processo de globalização são “a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, a cognoscibilidade do planeta e a existência de um motor único na história representada pela mais-valia globalizada”.

[40] Gestão do Governo Federal de 2018 a 2022.

sido aquelas vinculadas às experiências de violência, espoliação e destruição das relações humanas e das relações natureza-sociedade. São percursos de desterritorialização no campo e na cidade e de intensos conflitos fundiários e socioambientais, acirrados por consequência das ações dirigidas pelo próprio Estado brasileiro.

Nesse caldo está, talvez ainda muito diluída, a necessária atenção que deveríamos atribuir à questão fundiária e ao tema da propriedade de terras no Brasil. Questões que se revelam como elementos constitutivos para os principais conflitos e justificativas ao amplo quadro de desigualdades estabelecidas em nossos territórios e aos quais daremos maior atenção nos itens subsequentes.

1.1. A questão fundiária no Brasil: processos de apropriação dos territórios e a formação da propriedade privada da terra na sociedade brasileira

Seria impensável estabelecer um conjunto de reflexões sobre o espaço urbano sem que fossem retomadas nossas raízes históricas e o contexto conjuntural brasileiro envolvendo, sobretudo, a questão da terra e os aspectos vinculados ao processo de colonização, propriedade da terra e concentração fundiária.

Lefebvre (2021) auxilia nessa compreensão com importante síntese ao descrever uma unidade estática e uma segregação generalizada da sociedade e do modo de produção capitalista, destacando sua forma “trinitária” (terra, capital e trabalho):

> A sociedade e o modo de produção que a define dissociam e separam seus elementos, mantendo-os numa unidade imposta e superposta à separação. É a forma "trinitária" (terra, capital, trabalho). O modo de produção capitalista impõe uma unidade repressiva (estática) a uma separação (segregação) generalizada dos grupos, das funções, dos lugares. E isto no espaço dito urbano. Esse espaço é, portanto, a sede de uma contradição específica. A cidade se estende desmesuradamente; ela explode. Se há urbanização da sociedade e, consequentemente, absorção do campo pela cidade, há simultaneamente ruralização da cidade. As extensões urbanas (subúrbios, periferias próximas ou longínquas) são submetidas à propriedade da terra, às suas consequências: renda fundiária, especulação, rarefação espontânea ou provocada etc. (Lefebvre, 2021, p. 115).

Nas seções a seguir, consolidamos o que consideramos relevante acerca dessa dinâmica, constituindo um solo profícuo para lançar as reflexões que estão na base de sustentação dos aspectos trabalhados nesta tese.

É fato que o capital submeteu a terra à sua lógica econômica de expropriação e exploração: o caráter rentista do capitalismo garantiu a concentração da propriedade fundiária como ferramenta essencial para o sistema. E a singularidade do Estado brasileiro (que o distingue dos países centrais) mostra-se essencial para algumas compreensões necessárias de nossas particularidades históricas.

Nesta tese partimos da concepção sustentada por Fernandes (1981), Harvey (2004) e Ianni (2004), que denominaram “desenvolvimento capitalista desigual e combinado” o processo de desenvolvimento econômico na América Latina e no Brasil.

A expressão “desenvolvimento desigual e combinado” guarda a capacidade de representar o movimento de integrar, ao mesmo tempo, o avanço e a modernização provocada pela expansão capitalista, ainda que consideradas suas diferentes fases (e especificamente a denominada monopolista industrial) aos elementos sociais arcaicos e de marcas sobretudo conservadoras.

Em seguida, discutiremos alguns marcos jurídicos em torno dos processos de grilagem da terra no Brasil, demonstrando que as contradições e conflitos na produção capitalista do espaço e que os sentidos na forma jurídica da propriedade foram, em grande parte, marcos decisivos, que contribuíram para o processo de criminalização dos diversos movimentos sociais, especialmente os movimentos vinculados à questão da moradia, responsáveis por ações de ocupação de áreas públicas ou particulares cuja função social dos espaços não é aplicada.

Cabe, além disso, considerar a intensificação da exploração fundiária via expansão do setor agropecuário e os mercados de *commodities* agrícolas. Um mercado que ganhou relevância desde o século XIX, dada a característica de país essencialmente agrário, consolidando-se como importante fonte de renda para a burguesia nacional e que ainda se configura como um país de referência para os interesses nacionais e internacionais na produção de soja, milho, carne bovina, petróleo e minério de ferro, mercados amplamente explorados ao longo do século XX.

Tais processos alimentaram o capitalismo imperialista internacional com ações que significaram riscos ao meio ambiente e às comunidades tradicionais. Tais aspectos possuem um traço determinante a ser considerado, pois a terra historicamente representa uma reserva de valor, quando tomada sob a lógica do sistema capitalista.

Em *A ideia de Brasil moderno*, Octavio Ianni[41] (2004a) recupera elementos que devem, em nossa concepção, comparecer em todas as análises interpretativas da realidade brasileira, destacando sobretudo a produção de Caio Prado Júnior[42], como um importante intérprete da formação social brasileira.

Ianni (2004a) destaca que o sentido da colonização é um tema em toda a obra historiográfica de Caio Prado Jr., privilegiando três importantes processos sintetizados nos seguintes termos: o sentido da colonização[43], o peso do regime de trabalho escravizado e a peculiaridade do desenvolvimento desigual e combinado.

As condições do processo de escravização colonial, por sua vez, foram determinantes históricos para a consolidação do sistema capitalista no país e trouxeram a conformação de traços racistas para as bases de constituição da classe trabalhadora no Brasil. Como destaca Moura (1983, p. 124)[44]:

> Montado o sistema escravista, o cativo passou a ser visto como coisa e o seu interior, a sua humanidade foi esvaziada pelo senhor até que ele ficasse praticamente sem verticalidade; a sua re-humanizacão só era encontrada e conseguida na e pela rebeldia, na sua negação conseqüente como escravo. Por outro lado, o branco senhor de escravos era o homem sem devir porque não desejava a mudança em nenhum dos níveis da sociedade. Completamente obturado pelo sistema fechado, o senhor de escravos é o exemplo do homem alienado. E, por isto mesmo, os quatrocentos anos de escravismo foram definitivos na plasmacão do ethos do nosso país. Penetrando em todas as partes da sociedade, injetando em todos os seus níveis

[41] Sociólogo e professor brasileiro que participou da chamada Escola de Sociologia Paulista. Foi professor emérito do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, assim como da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

[42] Sociólogo, historiador, geógrafo, escritor, filósofo, político e editor brasileiro. As suas obras inauguraram, no país, uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira.

[43] Ianni (2004a) destaca que o sentido da colonização não é único. Os chamados “Brasil Colônia”, “Império” e “República” estão marcados por este traço. Entende que o sentido da colonização muda com o tempo, pelas relações internas e externas, pelo desenvolvimento das forças produtivas e relações de produção e não se limita à economia e a política. Pode compreender o poder militar, as igrejas e os meios de comunicação, desdobrando-se em formas de pensamentos, ideias, doutrinas ou explicações.

[44] Cabe demarcar a relevância da obra de Clovis Moura, como um intelectual negro: historiador, sociólogo, poeta e jornalista que se destacou na área das Ciências Humanas com suporte na teoria marxista, assim como por sua militância política. Moura apresenta vasta produção sobre o protagonismo da população negra em estudos que retratam desde a rebelião dos escravos e a formação dos quilombos e suas consequências no processo de formação da sociedade brasileira. Analisou também a luta de classes no sistema escravista, bem como a inserção e a luta da população negra no pós-abolição, desenvolvendo uma teoria da práxis em que há a centralidade da população negra.

> os seus valores e contra-valores, o escravismo ainda hoje é um período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis social coerente.

Assim, o racismo em nosso país cumpriu sua função na estruturação e organização da força de trabalho, combinado a um projeto de dominação e branqueamento dessa mesma força de trabalho, condicionando “lugares sociais” ao branco e ao negro no processo de formação da sociedade brasileira e, consequentemente, nos processos de urbanização desencadeados nas diferentes regiões do país, que também ocorreram de modo diverso conforme as especificidades de cada território.

Na particularidade das condições de vida e trabalho, cabe o importantíssimo (porém ainda muito negligenciado) destaque quanto às condições de gênero, também próprias desse período, inclusive se combinadas às condições já estabelecidas pela interface do racismo, com expressões de violência naturalizadas nas relações sociais e de produção durante séculos em nosso país.

Mulheres, principalmente mulheres negras, foram mais atingidas por processos de superexploração, dominações diversas e opressões em diferentes níveis, considerando que as bases de nossa formação enquanto povo brasileiro tem alicerces patriarcais e machistas[45].

É preciso também demarcar a histórica estrutura agrária brasileira que apresenta uma série de características que demandam uma análise do processo histórico de sua formação. Como observa Celso Furtado (1975, p. 93), o Brasil foi uma clara expressão nas Américas, criado desde o início pelo capitalismo comercial sob a forma de “empresa agrícola”:

> A importância da empresa agro-mercantil, no Brasil, está em que ela marcará decisivamente a estrutura da economia e da sociedade que se formarão no país. Esta formação, é bem verdade, esteve longe de constituir um processo linear, pois irradiou de dois polos relativamente autônomos: a empresa agro-mercantil do século XVI e a empresa mineira do século XVIII. [...] A esses dois polos primários, que são as matrizes da economia brasileira, cabe acrescentar dois outros campos de atividade, que operam como mecanismos multiplicadores. Trata-se da caça ao indígena e da pecuária. A caça ao indígena, para utilizá-lo como mão-de-obra escrava ou semi-escrava, constitui o capítulo

[45] Quanto ao debate de gênero e aos aspectos relativos à teoria da reprodução social, assinalamos que serão tematizados com destaque em sessões subsequentes nesta tese.

> americano da obra de pilhagem que realizaram os portugueses para fundar o seu império colonial do Atlântico Sul. [...] A mão-de-obra indígena ocupou o primeiro plano na fase de instalação do europeu nas novas terras e de exploração florestal. Mas, seja que os aborígenes hajam refluído para o interior, seja que hajam sido simplesmente dizimados pelos rigores do trabalho imposto, a verdade é que a empresa agrícola necessitou para consolidar-se da mão-de-obra escrava africana. A caça ao indígena continuou como atividade principal do pequeno núcleo português que se havia instalado na atual região de São Paulo, cuja importância, mais que diretamente econômica, veio a ser de exploração e conhecimento do território que sob sua tutela conservariam os portugueses. Desse trabalho exploratório surgiu a descoberta, no final do segundo século da presença portuguesa na América, do ouro abundante acumulado em leitos de rios distantes do litoral. A pecuária surge fundamentalmente para satisfazer a demanda de carne e de animais de tração e carga criada tanto pela empresa agro-mercantil quanto pela exploração mineira (Furtado, 1975, p. 94-95).

No trecho citado queremos chamar atenção para alguns pontos fundamentais. Primeiramente quanto à importante constatação acerca da exploração dos povos originários, não apenas explorados em sua força de trabalho, mas também dizimados em razão da violência extrema e com impactos pela extenuante jornada nos processos de servidão aos colonizadores europeus. Processos de espoliação que se reeditam em pleno século XXI, quando capital nacional e internacional também se utilizam dos conhecimentos tradicionais como produto de expropriação para ampliar seus ganhos e metas de extração dos recursos naturais nos territórios brasileiros.

Outro aspecto fundamental refere-se à expansão da pecuária e do extrativismo de minérios e todas as demais atividades econômicas que deles decorrem, conformando as principais características de exploração e expropriação que ampliam a extensão territorial já propiciada pelo Brasil.

Dada a abundância de terras, historicamente tais atividades apoiaram-se sobre um mecanismo de acumulação ampliada, graças ao qual se intensificou o processo de ocupação e povoamento dos territórios.

Ao longo do século XIX, a terra passou a ser elemento de riqueza no lugar do trabalho escravo, demonstrando a construção de um novo paradigma: a terra passou a ser um investimento verdadeiramente seguro, pois após 1850 o direito ao acesso à terra não se dava mais pela efetiva ocupação, mas pela compra via mercadoria.

José de Sousa Martins[46] (2010) identifica uma importante chave analítica que serviu à compreensão do "modelo de economia concentracionista". Segundo Martins (2010), o país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava, com o "cativeiro da terra" (expressão que dá título a uma de suas obras) sendo assim uma matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. E é nesse contexto que o processo de grilagem em terras brasileiras precisa ser compreendido.

Em importante contribuição ao tema, Prieto (2017) explora os processos de grilagem como um traço característico e constitutivo da formação da propriedade privada da terra no Brasil:

> Compreendê-la pelo enfoque da Geografia Histórica suscita em nossa interpretação identificar os fundamentos articulados entre as questões econômicas e agrárias a partir do método marxiano (materialista dialético) do movimento progressivo-regressivo, mirando a colonização e a política de sesmaria como base da grilagem (que permanece como traço constitutivo da concentração fundiária brasileira) e o contexto social da legalização dessa estratégia no contexto do Brasil Imperial para a compreensão da permanência e reprodução dessas práticas ao longo dos séculos XX e XXI (Prieto, 2017, p. 5).

Em artigo em que retoma parte de sua tese de doutoramento, Prieto (2017) defende que para a compreensão da formação territorial brasileira é fundamental pensar a grilagem de terras como elemento central para o entendimento da constituição da propriedade privada em contexto nacional. Para isso, aborda o período entre 1822 e 1850, momento em que se instituiu, com a Constituição de 1824, a absolutização da propriedade privada da terra, e ocupa de categorizar o período em questão como momento de instituição da grilagem como forma primordial de monopolização da terra, fundamentando como característica central e específica da formação territorial brasileira; momentos, portanto, anteriores à própria instituição da Lei de Terras, e fundamentais para o marco jurídico que viria a se estabelecer em 1850.

[46] Importante cientista social no Brasil, cuja produção merece amplo acesso aos que se interessam pela matriz estrutural da sociedade brasileira.

É preciso considerar que a propriedade da terra é um elemento primordial do processo de reprodução do capitalismo. A estratégia de transformá-la em propriedade privada é o que a torna um equivalente de capital na sociedade capitalista e foi o que permitiu utilizá-la como “reserva de valor”, promovendo o desenvolvimento e aprofundamento das bases do sistema capitalista (Oliveira, 2007 *apud* Prieto, 2017, p. 2). Tais considerações são centrais para a compreensão do contexto de renda pela propriedade da terra e suas consequências para os processos de urbanização desencadeados principalmente no século XX.

Prieto (2017, p. 2) destaca:

> Como reserva de valor, a terra quando vendida, permite a seu proprietário a apropriação de uma fração da massa de mais valia global expressa no preço pago por ela. Por isso, sua gênese na circulação. Mas essa qualidade da renda da terra só pode ser realizada uma vez, quando a terra é vendida/comprada. No capitalismo brasileiro, o que geralmente ocorre é a retenção da propriedade privada da terra, por isso a sua concentração, isto é, a centralização no seu caráter rentista e patrimonialista – que denominamos de “rentismo à brasileira” – (Prieto, 2016). Neste caso, no Brasil, prevalece a condição de reserva patrimonial, quando a propriedade privada da terra é tomada com garantia financeira para acesso ao mercado de capitais, através de sua hipoteca.

E assim se fundamenta a centralidade que o tema da propriedade privada deve ocupar no debate acerca dos aspectos que envolvem os processos de distribuição de renda e riquezas, desigualdades socioeconômicas e toda e qualquer consideração sobre a natureza dos territórios; processos de urbanização históricos e em curso, bandeiras de reforma urbana, produção e reprodução das relações sociais, direitos socioambientais ou mesmo sobre a política habitacional e as condições reais de ocupação do solo brasileiro e do direito à moradia.

Devemos destacar também um outro conjunto de questões relativas aos aspectos ambientais e às áreas de floresta que têm sido, amplamente, afetadas pelos ciclos de exploração predatória dos recursos naturais nos diferentes territórios. Incluímos aqui a luta para deter as práticas de implantação dos garimpos ilegais, que retomam antigas estratégias (como as de trabalho escravo), elegendo-os como um componente para extração dos bens naturais das áreas rurais e das florestas brasileiras.

Lembramos que, nesse caso, os chamados garimpeiros muitas vezes consistem em uma maioria de trabalhadores pobres e desprotegidos das artimanhas e ameaças advindas do seleto grupo que se beneficia do conjunto de zonas contíguas exploradas de modo histórico e sistemático, sem que o poder público muito realize no sentido de interromper tais práticas de modo uniforme e definitivo.

Diante desse jogo de dominação, em que são diversas as estratégias de ampliação dos lucros e de domínio, há uma discussão desenvolvida por Marx que consideramos relevante destacar.

Trata-se de que o direito à propriedade está fundado no próprio trabalho e no direito de apropriação do trabalho alheio não pago, enquanto que para o próprio trabalhador como impossibilidade de apropriar-se do produto de seu trabalho[47].

Como afirma Baldez (2000 *apud* Prieto, 2017, p. 5), na produção do aparato legal, o Estado capitalista buscava generalizar e universalizar direitos subjetivos e obrigações, as relações contratuais e a propriedade, submetendo os sujeitos ao sistema proposto pelo poder de classe, sendo sujeito de direito somente aquele que era reconhecido pela ordem jurídica como tal.

Ainda sobre reconhecer o quanto as raízes da problemática em torno da propriedade privada da terra, no caso brasileiro, são profundas, Prieto (2017) demonstra que as origens da questão estavam sustentadas antes mesmo do primeiro marco jurídico conhecido como a Lei de Terras, promulgada em 1850.

> A Constituição de 1824 instituiu em um só processo a propriedade privada absoluta, estabelecendo o primeiro elemento para a constituição da propriedade privada da terra e simultaneamente a desapropriação capitalista da terra que, para ser realizada, necessitava de pagamento prévio em dinheiro, ou seja, de uma indenização. A Constituição Imperial não normatizava administrativamente a regulamentação da aquisição da propriedade, todavia estabelecia juridicamente o arcabouço concreto de presunção jurídica para aqueles que já detivessem propriedade (por exemplo, a proteção à propriedade privada dos cativos e, de certa forma, a proteção aos que já detinham concessões legitimadas durante o período sesmarial, pois a assim chamada “mentalidade proprietária” já se encaminhava para a consolidação desse “direito”). O estabelecimento de uma garantia absoluta da propriedade, produzida na ausência de regulamentação, reproduzia a grilagem como forma per se de aquisição de terras entre 1824 e 1850 (Prieto, 2017, p. 5).

[47] O livro 3 de *O Capital*, de Karl Marx, pode ser consultado quanto à discussão sobre o processo da renda da terra.

A combinação entre a Constituição Federal de 1824 e a Lei de Terras em 1850 resultou em processos de legalização e legitimação da grilagem de terras desde o período colonial, configurando o que Prieto (2017) considerou um conjunto de aparentes “confusões jurídicas”, responsáveis por estratégias de apropriação ilegal da terra no Brasil.

Todas estas questões têm, portanto, sua origem histórica e resultaram de ações de extrema violência contra os camponeses-posseiros, a população negra sem terras e os indígenas, se consideradas as constantes tentativas de expropriação e esbulho de terras.

No entanto, retomando aqui nosso breve percurso histórico, já na segunda metade do século XIX, apesar de o escravismo marcar profundamente a formação social do país, é preciso também dar relevância ao encontro entre o “fazendeiro” e o “imigrante”.

Um percurso importante é demonstrado por Martins (2010) ao observar o regime de colonato nas fazendas de café e o processo de imigração que se intensificou no período a fim de responder ao esgotamento do escravismo. Revela a escolha pelos imigrantes pobres, desprovidos de meios, a fim de que chegassem ao Brasil sem outra alternativa senão a de trabalhar em latifúndio alheio para um dia, talvez, eventualmente, tornarem-se senhores da sua própria terra.

Alguns autores como José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Alexandrina Luz Conceição, Marta Inez Medeiros Marques, Horácio Martins Carvalho e outros (Souza *et al*., 2019, p. 165)., revelam também que outras formas de relações sociais no campo e a existência de relações de produção não necessariamente capitalistas ou assalariadas, baseadas na extração da renda camponesa, permaneceram em coexistência com o processo de industrialização que se espalhou para o campo, demonstrando o lado contraditório do desenvolvimento do capitalismo (desigual e combinado) ocorrido nas últimas décadas em diversas partes do mundo e no Brasil.

Quanto à questão da renda da terra, Souza (*et al*., 2019) destaca sua importância frente ao processo de acumulação de capital no campo:

> [...] o estudo sobre renda da terra se torna fundamental, seja porque existe uma certa negligência por parte dos pesquisadores marxistas em considerar o poder que a classe dos proprietários fundiários adquire (política e economicamente), sejam esses também

> empresários capitalistas do meio rural; ou dadas as relações que estabelecem, diretamente com os capitalistas, sendo fundamentais ao processo de acumulação do capital no campo.[48]

Como afirmamos anteriormente, os interesses da classe dos proprietários das grandes lavouras constituíram, nas fases subsequentes, o eixo em torno do qual giraria todo o sistema de decisões concernente à ocupação de novas terras e à criação de emprego para a população crescente. A abundância de terras e o controle do acesso às terras de mais fácil exploração permitiram ao sistema atravessar a crise da proibição do trabalho escravizado, preservando contraditoriamente intacta sua estrutura.

Ainda para reforçar a particularidade de nosso processo de industrialização, é relevante afirmar, como o fez Chauí (2000), que

> [...] a industrialização jamais se tornou o carro-chefe da economia brasileira como economia capitalista desenvolvida e independente. Na divisão internacional do trabalho, a industrialização se deu por transferência de setores industriais internacionais para o Brasil, em decorrência do baixo custo da mão-de-obra, e o setor agrário-exportador jamais perdeu força social e política (Chauí, 2000, p. 36).

De todo modo, acelera-se a urbanização, dinamiza-se o mercado interno, estabelece-se a divisão sociotécnica do trabalho, multiplicando-se as atividades artesanais, fabris, comerciais e bancárias.

Chegamos, assim, a uma ampla transformação social com o desenvolvimento do “ciclo do café”, quando o “espírito burguês” mais desenvolvido pelo período da República (1889 - 1930) cria a figura do “homem de negócios”.

Caberia aqui breve porém importante destaque feito por Oliveira (2010) acerca de uma especificidade que contorna a Proclamação da República brasileira (1889). Trata-se de que não se deve perder de vista que a Proclamação da República foi pregada por radicais, mas realizada por conservadores; nem se pode esquecer que o gabinete da Lei Áurea era presidido pelo então conselheiro João Alfredo, um notório conservador. Como afirma Oliveira (2010, p. 370):

> A Proclamação da República, entendida modernamente como um golpe de Estado, foi conduzida por militares conservadores e, logo em

[48] Motivo pelo qual dedicamos especial destaque à questão fundiária em nossos estudos.

> seguida, usurpada pela nova classe paulista que emergia da formidável expansão cafeicultora (Oliveira, 2010, p. 370).

Nesse aspecto, caberia reforçar que a República, no plano ideológico, aparece não como a instituição do Estado pela sociedade e sim como reforma de um Estado já existente (Chauí, 2000, p. 43).

Quanto ao que isso significou de mudanças realizadas pelos chamados barões do café, Martins (2010) descreve que já na última década do século XIX, os mais abastados fazendeiros de café diversificavam suas aplicações de capital e investiram na construção de ferrovias, na fundação de bancos, de indústrias e de empresas comerciais. E resgata em sua obra a famosa figura de Francisco Matarazzo, imigrante italiano chegado ao Brasil em 1881, a fim de demarcar os recursos ideológicos firmados para a sustentação da sujeição do trabalhador ao capital, com a imagem do burguês mítico (Martins, 2010, p. 282) para demonstrar o quanto essa figura expressa operacionalmente a ideologia da reprodução do capitalismo em sua fase de expansão.

Entretanto, a despeito do exemplo tomado aqui como uma figura emblemática do burguês imigrante, o conceito de desenvolvimento desigual e combinado (Fernandes, 1981; Harvey, 2004; Ianni, 2004) carrega consigo a ideia de que a burguesia brasileira nascida não possuía um projeto próprio para sua expansão e sustentação. E também a observação de tensão no mundo agrário e de formação de uma classe operária que precisa cumprir tarefas que a própria burguesia não realizou.

Por essa razão poderíamos afirmar que a burguesia brasileira (ou nacional) existe e não existe (Fernandes, 1981). Existe pelo movimento crescente de desenvolvimento do país com a pressão de interesses internacionais e dos setores da indústria, comércio, agricultura e bancário; mostrando-se bastante presente no período “populista”, governos militares e no ciclo da Nova República. Porém, ao mesmo tempo, não se manteve e nem se mantém independente, devido às injunções econômicas, tecnológicas e políticas: não construiu oposição radical ao imperialismo; e não consolidou seu próprio projeto em âmbito nacional, contribuindo para a perpetuação da dependência do Brasil como um país da periferia do capitalismo. Um Brasil de economia primária exportadora, subordinado aos interesses do capital internacional e sob crescente monopolização do Estado pelo capital financeiro.

Está posta a necessidade de evidenciarmos os sentidos da forma jurídica da propriedade na segregação socioespacial e as estratégias de administração,

mediação e solução desses conflitos, perpassando a institucionalidade do sistema de justiça e outras instâncias de produção normativa no espaço (rural e urbano) contemporâneo.

Se, por um lado, nos pautamos no sistema judiciário para a mediação concreta de acesso a direitos à população usuária de nossos serviços, esse mesmo sistema se encarrega de perpetuar os traços históricos, sob novas configurações, ao normatizar os instrumentos e mecanismos próprios de um sistema de coerção, por meio de opressões “legalizadas” pelo texto da lei.

É preciso reconhecer a existência de um padrão dual de ordens em permanente tensão: ocupação real e propriedade legal. Em *A lei e a cidade*, Rolnik (1997) demonstra que a lei determina apenas a menor parte do espaço construído.

No que tange à questão da propriedade privada em seu aspecto “legal”, parte significativa da população no país, principalmente os que estão em condições mais vulneráveis, desconhecem o sistema de registro formal de propriedades, fato determinante para um volume altíssimo de situações em que famílias inteiras se submetem a compra de áreas cuja segurança na posse está completamente comprometida e, por vezes, já com processos em andamento de perspectivas de obras no local ou mesmo ações para desocupação total da área, mediadas por decisão judicial.

Em outro exemplo, para os programas e projetos desenvolvidos pela política pública no campo da habitação, em muitos aspectos não avançamos ou superamos a crítica à propriedade privada. Os projetos acabam por alimentar o contraste da cidade "legal" e "ilegal", fundamentando a formulação do acesso à propriedade e um "arcabouço jurídico protetivo" apenas àqueles que acessam a moradia e ingressam no grupo dos “proprietários”.

Tal crítica não deseja esvaziar a importância do acesso das famílias ao direito à moradia, quando suas casas se tornam conquistas relevantes diante do contexto de diversas violações às quais já foram submetidas historicamente, permitindo a segurança de acesso a um bem material construído sob condições de segurança construtiva e com infraestrutura adequada.

Mas desejamos pontuar que esses aspectos não podem ser encarados de modo isolado, como se esse desenho – da propriedade privada – não assumisse suas limitações no sistema capitalista, em que o imóvel ingressa no mercado como um bem de alto valor e sob condições diversas de expor seus moradores a contextos de

possíveis expulsões ou à necessidade de abandono se ausentes as demais áreas do poder público, ineficientes na atenção às demais necessidades que cercam e complementam a dimensão da moradia.

A formação social capitalista brasileira lança a sociedade e o Estado em um outro patamar: com diversidades, desigualdades e contradições sociais, econômicas, políticas e culturais.

A seguir, devido à particularidade que nossos estudos pretendem aprofundar, será necessário abordar ao menos brevemente o tema das cidades brasileiras.

1.2. Desdobramentos da disputa pela terra em territórios urbanos: o que os estudos revelam sobre o tema

> Cada homem vale pelo lugar onde está. O seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende de sua localização no território [...] A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.
>
> Milton Santos

Como afirmou Santos (1987, p. 81), para toda e qualquer discussão pretendida acerca dos reflexos incidentes às/aos ocupantes de um determinado território, devemos nos aproximar da dimensão local por elas/eles ocupada, considerando a qual ponto do território estamos nos referindo.

Essa busca pela singularidade dos espaços ocupados apresenta-se pela compreensão da heterogeneidade dos territórios e pela diversidade das múltiplas expressões da questão social em evidência quando analisadas as relações sociais estabelecidas no interior da sociedade brasileira.

David Harvey (2004), um dos mais importantes geógrafos marxistas da atualidade, ao escrever sobre a produção de diferenças geográficas que se estabelecem pelo mundo, afirma:

> O exame do mundo em qualquer escala particular revela de imediato toda uma série de efeitos e processos que produzem diferenças geográficas nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos de recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais. A longa geografia histórica da ocupação humana da superfície da terra e da evolução distintiva de formas sociais (línguas, instituições, políticas e valores e crenças religiosos) inseridas integralmente em lugares com qualidades todas suas tem produzido um extraordinário mosaico geográfico de ambientes e modos de vida

> socioecológicos [...]. Esse mosaico é ele mesmo um “palimpsesto” – composto de acréscimos históricos de legados parciais sobrepostos em múltiplas camadas uns sobre os outros, tal como ocorre com as diferentes contribuições arquitetônicas de diferentes períodos que se distribuem em camadas nos ambientes construídos de cidades contemporâneas de origem antiga (Harvey, 2004, p. 110-111).

Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas (Harvey, 2004, p. 111). Em *Los limites de capitalismo y la teoria marxista*, Harvey (2004) aborda uma teoria da urbanização, integrando-a aos estudos históricos detalhados do processo urbano da Inglaterra, França e Estados Unidos; e devagar chega a alguns “espaços vazios” da teoria marxista, buscando entender a circulação do capital em ambientes construídos, o papel do crédito e os mecanismos, a exemplo da renda da terra, que mediam a produção das configurações espaciais.

Portanto, esses aspectos devem ser revisitados a partir das especificidades territoriais dos quais são constituídos.

No caso brasileiro, para Maricato (2008), é o advento do trabalhador livre, da industrialização e da República que impulsionam a organização das cidades, por isso tais elementos devem comparecer ao debate quando pretendemos discutir e compreender as dinâmicas que particularizam as cidades.

Nesse sentido, realizaremos uma breve abordagem acerca de alguns aspectos importantes que demarcam a trajetória de construção dos espaços urbanos.

A cidade, apesar de ser o símbolo do processo de urbanização, não representa, de forma autônoma e independente o espaço urbano. A cidade, ao se constituir de distintos territórios, passa a evidenciar a conformação desigual do espaço urbano, que se expressa não na geografia natural dos territórios, mas em suas intervenções sociais e urbanísticas (Farage, 2023, p. 99).

Assim nos caberia afirmar o reconhecimento dos territórios como síntese de múltiplas determinações, sendo esses mesmos territórios tidos como populares, os que também oportunizam a circulação do capital. Como afirmou Lefebvre (2021, p. 114),

> [...] as contradições do espaço e de sua produção se aprofundam: a contradição principal se situa entre o espaço globalmente produzido, em escala mundial, e suas fragmentações e pulverizações que resultam das relações de produção capitalistas (da propriedade privada dos meios de produção e da terra, isto é, do próprio espaço). O espaço se esmigalha, trocado (vendido) aos pedaços, conhecido de

> forma fragmentada pelas ciências parcializadas, enquanto ele se forma como totalidade mundial e mesmo interplanetária.

Com isso, pretendemos apontar algumas especificidades dos solos urbanos e das dinâmicas socio-territoriais, culturais e econômicas e suas particularidades dadas às determinações para a formação dos territórios que conformam a cidade de São Paulo, considerando ser esse o território escolhido como recorte para a pesquisa de campo desenvolvida neste estudo.

Reconhecida como a maior cidade do Brasil, com 11.451.245 habitantes, conforme os dados indicados pelo Censo Demográfico de 2022[49], realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram, em números, uma vaga ideia do volume de questões que impactam o dia a dia da população da cidade, mas que muito ainda necessitam ser discutidas e melhor particularizadas sob os aspectos que só uma análise qualitativa e de proximidade com os territórios poderia apresentar.

A precariedade torna-se um fio condutor para os traços estruturais entre os diferentes territórios da cidade, que mesmo abastecidos por uma rede de serviços e equipamentos, ainda não contempla acessos necessários para o enfrentamento das condições de desigualdade a que a população está submetida[50].

Os desafios para a maior capital da América Latina[51] são, apesar de muito conhecidos, a nosso ver ainda pouquíssimo enfrentados pelas gestões municipal, estadual e federal, já que o nível de questões aparentes na dinâmica da cidade extrapola (importa e exporta) problemáticas e contextos para as demais regiões do país; o que somente um amplo projeto articulado entre as três esferas de governo

---

[49] É importante que seja demarcado nesta tese o significativo atraso para atualização dos dados do Censo demográfico de 2022. Os dados anteriores foram coletados através do Censo realizado em 2010, portanto, uma distância de 12 anos decorridos para que dados censitários pudessem compor a discussão de políticas públicas e o planejamento urbano e territorial.

[50] Vale lembrar que a existência dos serviços no território não se caracteriza como garantia de que a população consiga receber atendimento ou acesse de fato as políticas públicas e sociais nos territórios.

[51] Dado divulgado pela *World Population Review*, que anualmente avalia o crescimento das cidades e o número de residentes que vivem em áreas metropolitanas. *In*: DEJTIAR, Fabian. "As 10 maiores cidades da América Latina em 2022" [Las 10 ciudades con más población de Latinoamérica este 2022] 05 ago. 2022. ArchDaily Brasil. (Trad. Baratto, Romullo). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/985188/as-10-maiores-cidades-da-america-latina-em-2022>. Acesso em: 10 dez. 2023.

(cada qual com as suas responsabilidades) poderia se propor a responder. E, ainda assim, outras instâncias da sociedade civil estariam do mesmo modo implicadas.

Historicamente São Paulo exerceu um comando hierárquico da economia nacional, que visivelmente ainda no pós-1950 permanecia regionalmente localizada, culminando uma visível consolidação de rede urbana mais densa.

Em artigo de Rodrigues e Seabra (1986) encontramos registros importantes sobre as principais características do quadro habitacional da grande São Paulo que demarcaram um período de transição das cidades brasileiras na quadra histórica de agendas neoliberais no país, recuperando os problemas da habitação popular na cidade e detalhando, em bom resumo, as principais questões vinculadas às favelas, cortiços, ao contexto da autoconstrução e à atuação do Estado frente a tais demandas urbanas.

> Estima-se que cerca de 63% das habitações produzidas na Grande São Paulo o são através do mecanismo da autoconstrução que se constitui assim na fórmula “natural”, espontânea, que parte significativa da população encontrou para a solução do problema de moradia, vinculado ao processo dos “loteamentos periféricos”. Com a economia inflacionada e com o preço fixo dos terrenos, as prestações mensais tinham uma participação relativamente menor, ano após ano, no orçamento familiar. Além disto, este orçamento também “crescia”, forçado pela inserção da mulher e dos filhos menores no mercado de trabalho, função óbvia do processo de perda do poder aquisitivo do salário. Isto permitiu à massa assalariada, na fuga aos aluguéis cada vez mais elevados (função também do déficit de moradias na cidade) partir para a aquisição de lotes na periferia. (Oliveira, Ariovaldo Umbelino, 1978). As estimativas apresentadas por E. Maricato dizem que, fora dos municípios mais urbanizados da Grande São Paulo e onde a renda média da população é mais alta (São Paulo e ABC, em particular), mais de 50% das casas foram construídas pelos próprios moradores, sendo particularmente elevada esta proporção nos municípios mais intensamente ocupados nos últimos 25 anos: Guarulhos - 51,4%; Cajamar -78,8%; Itapevi- 85,6% e Embu - 95,8%. A autoconstrução é antes de mais nada um processo de trabalho (Rodrigues; Seabra, 1986, p. 21-22).

O fato de que nos anos 1980 mais de 60% das habitações produzidas na Grande São Paulo ocorreram por meio dos processos de autoconstrução também foi tema para outras obras de grande relevância sobre os estudos urbanos, a exemplo da obra sobre espoliação urbana do sociólogo Lúcio Kowarick, pioneiro na discussão sobre a denominada exclusão territorial.

Pensar a realidade dos cenários urbanos no Brasil pressupõe compreender o processo de expansão e ocupação territorial com o aumento da densidade populacional que resulta em consequências diversas e reflexos urbanos singulares para a conformação de cada território, sendo necessário destacar a realidade do esgotamento de espaços qualificados nos centros urbanos frente aos grandes fluxos migratórios ou períodos de maior crescimento populacional, tendo em vista a falta de planejamento e resposta do poder público a fim de atender as necessidades da população e o processo acelerado de especulação imobiliária das terras urbanas, e sobretudo, das terras urbanas das periferias consolidadas.

Esse é o principal aspecto a ser destacado: as restritas e ineficientes respostas históricas do Estado frente ao acelerado processo de urbanização no Brasil. A fórmula era certa para um resultado inevitável: ampliação e aprofundamento dos processos de desigualdade social como traço histórico e permanente na formação social brasileira.

Mas consideramos válido destacar que os dados divulgados pelo Censo de 2022 indicam um fator relevante para os estudos demográficos que serão ainda melhor explorados em estudos futuros, pois os índices divulgados apontam para um processo de decrescimento populacional.

Em seminário realizado em dezembro de 2023, com o tema "Questões sociodemográficas, políticas públicas, participação e planejamento urbano: leituras do Censo 2022"[52], Nakano[53] (2023) afirma que a taxa de fecundidade apresentou queda brusca no Brasil (1,4 para cada mulher em idade reprodutiva)[54], considerando que a taxa de reposição[55] populacional considerada é de 2,1 filho por mulher, em idade reprodutiva (mulheres de 15 a 50 anos)[56].

---

[52] Promovido pelos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais (NEMOS) e Cidades e Territórios do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP.

[53] Arquiteto e urbanista, o professor e pesquisador Dr. Anderson Kazuo Nakano leciona no Instituto das Cidades do Campus Zona Leste da Universidade Federal de São Paulo e coordena o Observatório de Lutas Urbanas.

[54] Dados do Censo 2022.

[55] Taxa de filhos por mulher considerada necessária para que a população não decresça.

[56] Entre os temas abordados, destacou que os estudos da área indicavam que o início do decréscimo populacional poderia ser iniciado a partir do ano de 2040, porém, as declarações de Márcio Pochmann, então presidente do IBGE, apontam ser possível que possamos observar esse contexto já a partir dos anos 2030, e não 2040 como era previsto anteriormente.

Destaca ainda que, diferentemente dos países europeus, o Brasil desde início de século XXI não apresenta grandes fluxos de imigração internacional, o que indica pequena probabilidade de que possamos, por meio da imigração, acompanhar uma compensação desse recente movimento de decréscimo populacional[57].

Todavia essa é apenas uma pequeníssima fatia de nossa história nacional, pois historicamente os processos migratórios responderam de modo preponderante pelo crescimento populacional nas cidades, muito além do que foi capaz a parcela correspondente ao crescimento vegetativo.

O fato é que esse recente cenário de decréscimo populacional não trará nenhuma influência a curto ou médio prazo sobre as condições de vida e usos das cidades diante da histórica precariedade acumulada em nossos territórios.

Em artigo intitulado “Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?”, Rolnik e Klink (2011) demonstram parte dos limites e obstáculos que incidiram sobre a capacidade de a renda urbana brasileira responder ao desafio de ampliar o direito à moradia e à cidade, propiciando um suporte adequado e sustentável para expansão da produção e do consumo nas cidades. O artigo utiliza a base de dados espelhada no importante relatório “O Estado das cidades no Brasil” de 2000 a 2009[58].

Apesar de não atualizado, retomamos aqui o estudo desenvolvido a fim apenas de demarcar alguns marcos históricos importantes quanto aos dados de urbanidade que retrataram o Brasil até o início do século XIX.

A leitura dos mapas e tabelas em 1991 revelou que as cidades apresentavam baixas condições de urbanidade (menos de 23% de domicílios totalmente adequados) e que cerca de metade dos municípios apresentavam 0% (zero porcento) de domicílios totalmente adequados. Em 2000, apenas 33% dos domicílios no Brasil eram totalmente adequados, 30,5 milhões de domicílios tinham alguma inadequação e nenhum município apresentava 100% de seus domicílios plenamente adequados.

[57] São os processos migratórios que, em grande medida, para alguns países, são responsáveis pela compensação ao cenário de decréscimo da taxa de fecundidade.

[58] O relatório "O Estado das Cidades no Brasil: 2000-2009" foi fruto de uma proposição conjunta do Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Frente Nacional dos Prefeitos, BID, UN-HabitatLAC e Cities Alliance, que teve o Instituto Pólis como secretaria executiva e que mobilizou uma rede de especialistas e instituições envolvidas na pesquisa e na produção de dados sobre desenvolvimento urbano.

Os autores apontaram a existência de um debate em torno da fragmentação do espaço nacional, inspirados pelo cenário que denominaram reestruturação produtivo-territorial e de abertura econômica sem políticas tecnológicas e industriais compensatórias.

Considerando o processo de autoconstrução nas periferias das regiões metropolitanas já no início da década de 1970, a teoria da marginalidade[59] esteve presente em quase toda a produção das ciências sociais sobre habitação, embora em um segundo momento tenha sido a influência da teoria da acumulação capitalista que ganhou a cena e se fez presente nas literaturas da área.

Isso porque a crise da questão habitacional no Brasil se agudizou especialmente na década de 1960, quando ao passo que havia o crescimento populacional nos centros urbanos, houve a intensificação da formação das favelas e, consequentemente, os estudos pioneiros sobre o tema[60].

Após a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, e as experiências por meio dele possibilitadas, ocorreu um profícuo período de avaliação sobre os projetos decorrentes e uma produção sobretudo crítica à ação estatal frente à questão habitacional no país.

Em meio a essa crescente crise da situação habitacional no país e ao adensamento das áreas de favela, Véras (2001) destaca a grande concentração de

---

[59] A teoria da marginalidade, no contexto das ciências sociais, especialmente quando aplicada à questão da habitação, busca explicar as condições de vida precárias e a exclusão social de determinados grupos populacionais, argumentando que esses grupos são marginalizados na sociedade, sendo privados de acesso a recursos básicos como moradia adequada, emprego formal e serviços públicos de qualidade. O alerta é que ao focar nas condições de vida precárias as/os autoras/es que se alinharam a tal perspectiva poderiam reduzir as causas da exclusão a fatores estruturais e negligenciar as agências individuais e coletivas existentes nesses processos, tornando-se um conceito reificado, uma categoria com dimensões fixas e imutáveis, esquecendo que as situações de exclusão são dinâmicas e históricas e envolvem uma ação projetada do Estado em se ausentar no campo da proteção social e das demais demandas correspondentes às políticas públicas, proporcionando, assim, como destaca Martins, uma inclusão precária.

[60] A obra *O Mito da Marginalidade* (1983), de Janice Perlman, contribuiu neste sentido, desmistificando a visão dominante na época que caracterizava os favelados como marginalizados, apáticos e desorganizados. Através de um estudo empírico, a autora demonstra que os moradores das favelas estão integrados à sociedade urbana, participam ativamente da vida política e possuem suas próprias formas de organização social e cultural. Já a obra *Um Século de Favela* (2000), de Alba Zaluar, pode ser outro exemplo que nos oferece uma visão mais abrangente da história das favelas, desde seu surgimento no final do século XIX até o final do século XX. A autora analisa as diferentes fases da expansão das favelas, as políticas públicas de controle e repressão, as lutas e resistências dos moradores e a construção de uma identidade cultural favelada. Ambas as obras estão circunscritas no contexto regional da cidade do Rio de Janeiro. Estas são apenas duas obras que podemos citar como referência, entre um conjunto de outras/os autoras/es que poderiam aqui também ser relembrados.

estudos sobre a questão da moradia (na especificidade das favelas), quer no Rio de Janeiro, quer em São Paulo[61]. Foi na década de 1970 que surgiram os primeiros estudos sobre favelas em São Paulo, com o primeiro cadastro municipal realizado no ano de 1973 (Véras, 2001, p. 30).

A autora faz registro quanto aos numerosos estudos sobre as favelas em São Paulo, afirmando que

> [...] alguns estudos baseiam-se nas abordagens funcionalistas; outros procuraram situar a questão do ângulo da economia, da falta de oportunidades de emprego, das baixas qualificação profissional e escolaridade desses ex-camponeses que, por outro lado, moravam precariamente por não contarem com poder aquisitivo que os capacitasse a adquirir moradias do mercado formal, nem mesmo a subsidiada em tempos do BNH (e sua exígua oferta). Nesse contexto, os trabalhos de Lúcio Kowarick (1975) são esclarecedores, bem como os de outros sociólogos e economistas, enlaçando a pobreza urbana nos quadros da industrialização dependente[62].

Décadas depois da publicação de *A espoliação urbana*, Lúcio Kowarick, no ano 2000[63], compilou uma série de artigos nos quais abordou os mesmos temas do livro de 1979, porém reunindo artigos das décadas de 1980 e 1990 que qualificam algumas posições anteriores no que tange aos processos ocorridos nas periferias.

Destaca D'andrea (2022, p. 73) que já na introdução de *Escritos Urbanos*, Kowarick aponta que seu trabalho "ao se desamarrar sem se desprender das âncoras estruturais, passa a enfatizar a problemática da subjetividade social" (Kowarick, 2000, p. 14). De certo, a subjetividade social a que se refere Kowarick se relaciona à incorporação por parte do autor de temas e conceitos provindos da obra do historiador inglês E. P. Thompson, que influenciou toda uma geração de intelectuais dedicados aos estudos urbanos. Um dos livros mais importantes dessa geração foi *Quando*

---

[61] Também sobre a cidade do Rio de Janeiro, Lícia Valladares é referência no estudo das favelas e das políticas habitacionais, a exemplo das obras: *Passa-se uma casa* (1980); *Habitação em questão* (1980); *Repensando a habitação no Brasil* (1983) e ainda *A invenção da favela*, do mito de origem a favela.com. (2005). Em São Paulo, Véras (2001, p. 30) destaca a produção do *Relatório Favelas no Município de São Paulo* (1975), cuja redação final foi de sua responsabilidade e a série Cadernos Especiais em *20 anos de habitação popular* (1998), *A luta pelo espaço* (1977), *Cidade - usos e abusos* (1978) e *A produção capitalista da casa e da cidade* (1979).

[62] Consideramos válido destacar o registro de Véras (2001, p. 30) sobre os trabalhos de Manuel T. Berlinck, Marialice M. Forachi, o volume organizado por Cândido Procópio F. Camargo e finalmente Janice Perlman e Ermínia Maricato (1977).

[63] KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

novos personagens entraram em cena, de Éder Sader, publicado em 1988. Outras/os autoras/es importantes no estudo dos movimentos sociais urbanos nesse momento da produção foram Vera da Silva Telles, Silvio Caccia Bava e Maria Célia Paoli.

D'andrea (2022, p. 79), em estudos direcionados ao contexto de cultura e política nas periferias de São Paulo, defende que o conceito de periferia, que parte da construção dessa produção acadêmica, é tomado posteriormente pelos próprios moradores das periferias e pelos movimentos populares e culturais da quebrada[64]:

> A ideia que se defende neste livro é a de que o termo periferia foi primeiramente utilizado pela academia. Com o passar do tempo e com a troca de informações entre intelectuais, movimentos populares e moradores das periferias, estes passaram a montar um quadro explicativo sobre as desigualdades territoriais e urbanas que continha uma série de termos e conceituações, do qual periferia era apenas um deles, sendo mais ou menos utilizado. Desse modo, ressalta-se que o termo teve importância para a produção acadêmica que se dedicou aos estudos urbanos, foi utilizado em maior ou menor escala por moradores das periferias e movimentos sociais populares e foi apropriado posteriormente por jovens da periferia que potencializaram a utilização desse termo, transformando-o em conceito, já com outros sentidos e figurações e em um período histórico posterior (D'andrea, 2022, p. 79).

Em paralelo às discussões sobre as favelas, as periferias e todo o debate que cercava as práticas sociais, econômicas, culturais e políticas em torno desse tema, a discussão sobre o cenário urbano e as especificidades que envolviam as cidades também se fazia presente e disputava a construção de consensos.

Isso porque há um modo precário de se viver na cidade, principalmente para a população mais pobre, sendo que a desarticulação das políticas de emprego, previdência social, saúde, assistência social, educação, moradia, transporte e saneamento, denuncia a mercadorização dos serviços públicos e a degradação da vida nas metrópoles.

As iniciativas não dão conta de reduzir os já históricos transtornos causados à população. O trânsito ou a superlotação dos meios públicos de transporte, ou as

---

[64] Os resultados de sua tese de doutoramento foram condensados com revisão na publicação: *A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. São Paulo: Dandara Editora, 2022. Há uma marca importante a ser destacada, registrada em seu prefácio, que alerta o leitor de que a potência periférica que se depreende da obra do autor nada tem a ver com a apropriação capitalista da periferia demarcada pelo conceito de "empresariamento da pobreza", ou dos olhares direcionados pelas fundações de instituições bancárias no financiamento de atividades nas periferias, mas de pensar esta totalidade complexa no prisma da luta de classes.

temidas enchentes e deslizamentos de terra espalhados por diversas localizações da cidade, são exemplos clássicos dessa experiência caótica de cidade.

As ações do poder público sobre as disfunções geradas pelo crescimento urbano foram caracterizadas por uma contradição permanente, que se dividia entre a regulação urbanística (expressa na aplicação das leis de ordem urbana) e as gestões político-partidárias temporárias (expressas na aplicação de políticas habitacionais). Enquanto a regulação urbanística ordenava "uma cidade virtual, onde os assentamentos precários não existiam", as gestões político-partidárias transferiam "a responsabilidade para uma política habitacional que se encarregaria de promover a construção para todos os excluídos do mercado formal" (Rolnik; Cymbalista, 2011, p. 7).

Mas destacam ainda, Rolnik e Cymbalista (2011, p. 8, grifo nosso), que:

> A regulação urbanística deveria se encarregar de definir as condições de ilegalidade e controle do mercado formal. Enquanto isso, a gestão político-partidária deveria se encarregar de "incorporar a conta-gotas, estas áreas [informais] à cidade, estendendo serviços, urbanizando, estabilizando, **mas nunca eliminando todo o risco a ponto de fazer desaparecer totalmente as marcas da diferença.**

As cidades estão desenhadas como uma arena privilegiada no processo de acumulação capitalista. Harvey (*apud* Maricato *et al*., 2013, p. 30) defende que nossas cidades têm sido “um epicentro de criatividade destrutiva”, também porque identifica, no processo descrito, a competição entre territórios e regiões, um mecanismo que leva as cidades a se alinharem “à disciplina e à lógica do desenvolvimento capitalista” (Harvey, 1996, p. 56).

A cidade ganha feições mais aprimoradas de um ativo financeiro e seus processos de transformação objetivam garantir, sobretudo, a movimentação do capital imobiliário. Com isso, os problemas sociais ficam relegados a segundo plano e o descaso para com as políticas públicas resulta em grave deterioração do padrão de vida urbana.

Essa ideia está vinculada ao que ficou conhecido como a crise das metrópoles. Desde a desindustrialização, as alterações da cidade ocorrem dinamizadas por um processo cada vez mais competitivo, sendo a frequente disputa pelos investimentos internacionais também exemplar.

Nesse contexto, a crise “fiscal” (com todos os problemas orçamentários decorrentes) é a responsável por “induzir” as cidades à reivindicação do capital externo e, para que isso ocorra, é preciso “vender a cidade”. Há um movimento crescente de incentivos, sob a visão da gestão urbana empresarial, em que as cidades são vistas como mercadorias, e sem que alguma ideologia que esconda esse fato: as estratégias são explícitas.

Um marco teórico importante dessa temática, com debate localizado principalmente nos anos 1990, ficou conhecido pelo conceito de Cidade Global[65], difundido pelo mundo como o único modelo urbano capaz de garantir a sobrevivência das cidades em crise frente ao novo contexto de economia globalizada[66].

Importante apontar que o conceito de cidade global se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento, que se incorporou às maneiras cotidianas como muitas pessoas interpretam, vivem e compreendem o mundo. Esse novo padrão de segregação espacial mina os valores de acessibilidade, liberdade de circulação e igualdade que inspiram o tipo moderno de espaço público urbano e o substitui por outro, que tem a desigualdade, separação e o controle de fronteiras como valores estruturantes (Caldeira, 2000, p. 13).

Nesse cenário, ganham visibilidade todos os aspectos responsáveis por identificar as cidades cujas melhores condições de lucratividade pudessem ser destacadas. E as cidades assumem um novo papel no alto escalão do setor terciário, com uma transformação facilmente identificável, principalmente quando as cidades demarcam seu lastro nos segmentos cultural e esportivo.

Estamos, portanto, diante de uma nova forma de gerir cidades. E isso não significa uma especificidade desse período mais recente. A vinculação do governo federal, dos estados e municípios às experiências dos megaprojetos e megaeventos culturais e esportivos, em todo o mundo, já se tornou um legado de gestão urbana – no Brasil os exemplos principais foram a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

---

[65] Conceito tratado por: FERREIRA, João Sette Whitaker. *O mito da cidade-global*: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

[66] Vale também consultar o conceito de Santos e Silveira (2006) sobre as “cidades corporativas”, em que afirmam que o dinamismo dos circuitos econômicos não produziu cidades com urbanidade, mas uma ampla privatização dos territórios.

No cotidiano da cidade passamos a nos deparar com um mapa crescente de potencial construtivo nunca antes visto: obras de mobilidade representando os maiores gastos e amplas dimensões de terrenos consumidos por projetos e lançamentos imobiliários[67].

A cada dia, as cidades tornam-se mais vinculadas ao campo da economia mundial e o debate sobre a gestão urbana passa a ser o principal foco das preocupações.

Assim, a Cidade Global (Ferreira, 2007) passa a ter suas demandas definidas pelo capital internacional, cujo perfil deve atender à economia global, portanto, é menos uma noção interna ou de autodesignação, e mais um conceito que demonstra suas mudanças a partir dos interesses do capital externo.

A grande demanda explicitada pelo receituário da Cidade Global (Ferreira, 2007) está localizada no campo da terceirização dos postos de trabalho. Foram os processos de precarização, intensificação e flexibilização, como forma de ataque aos direitos trabalhistas já conquistados, que aprofundaram as condicionalidades para que se espalhasse o domínio do capital (especialmente o financeiro) pelo espaço urbano.

As consideradas cidades globais são aquelas que começam a se relacionar mais com as outras cidades do exterior do que com as cidades vizinhas de seu próprio país; são aquelas que intensificam o turismo de negócios; que cedem às grandes empresas internacionais; que articulam um alto grau de especialização dos serviços a empregos altamente desvalorizados, como é o caso dos serviços de limpeza e segurança terceirizados; são aquelas que possuem agenda para sediar atividades culturais e esportivas e também acolhem sobre seus domínios, os bancos de maior influência para o mercado financeiro. Como destaca Santos (2012),

> No "Capítulo inédito", Marx afirma (p. 95) que a grande cidade exige trabalho associado, ou seja, associação desigual de modos de trabalho, de tempos de trabalho, de condições de trabalho, de remuneração de trabalho, enfim, uma cooperação desigual. Segundo, ainda, Marx, no mesmo "Capítulo inédito" (p. 73), "[...] a produtividade do trabalho, a massa da produção, a massa da sobrepopulação, desenvolvidas pelo modo de produção, suscitam, incessantemente –

[67] Cabe o destaque de duas importantes contribuições da Profa. Dra. Mariana Fix em *Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada* (2001) e *São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem* (2007), a arquiteta e urbanista revela detalhes das operações que se desenharam como estratégias do capital financeiro e imobiliário para exploração desenfreada dos territórios da cidade de São Paulo. Em *Parceiros da exclusão* Fix retrata as ações perversas que culminaram na expulsão e remoções que atingiram as favelas da região de Água Espraiada.

> com o capital e o trabalho agora disponíveis – novos ramos produtivos, nos quais o capital pode novamente ocupar os diversos níveis de desenvolvimento [...] um processo contínuo (Santos, 2012, p. 90-91).

Após a Revolução Industrial e um período de amplas alterações das relações de trabalho, vivenciamos um processo que combina, simultaneamente, as mudanças tecnológicas às novas transformações nas relações sociais próprias do mundo do trabalho. O que conhecemos como um processo de precarização, flexibilização e intensificação do trabalho (Dal Rosso, 2008), deixa de ser um aspecto marginal na cena conjuntural e passa a ser o coração dessa nova fase do desenvolvimento, ainda que o trabalho precário seja um traço estrutural do desenvolvimento desigual e combinado que marca toda a trajetória de consolidação do país. Segundo Santos (2012),

> Ao mesmo tempo que há uma modernização das atividades, há, também, como já vimos, uma expansão da pobreza. Daí identificarmos uma verdadeira "involução metropolitana", já que, de um lado, existe crescimento, mas este é paralelo à baixa do rendimento médio e à expansão do número de empregos mal remunerados, com as correspondentes condições de vida. A adaptação da economia a essa "involução metropolitana" caracteriza-se por uma proliferação de atividades com os mais diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia, menores que no setor moderno, que surgem como uma forma de suprir a demanda de empregos e serviços provocada por aquela modernização e que a economia monopolista não consegue atender (Santos, 2012, p. 92).

Como resultante desse processo, o trabalho precarizado acaba por reproduzir uma fragmentação dos sujeitos, atuando principalmente na produção de identidades cada vez mais provisórias para a população. A justificativa para a ampla e rápida implantação do modelo de terceirização do trabalho é a alta especialização necessária para o desenvolvimento das atividades mais compatíveis com o modelo da Cidade Global (Ferreira, 2007), porém o que se verifica de fato são os baixos custos dos salários pagos e a incrível degradação das condições laborais nos mais variados ramos de atividade.

Localizar e analisar esse lócus de transformação foi o primeiro desafio apontado na época. Inicialmente, as discussões eram tomadas sob o ponto de vista conceitual, demarcando claramente a necessidade de diagnosticar as cidades, que, em algum grau, apresentavam uma situação de “crise”.

Nem bem as primeiras análises sobre essa nova tendência eram levadas a público, já se assistia a um processo que ultrapassava o campo da descrição. Estávamos às vésperas de um novo paradigma para o campo do planejamento urbano estratégico (Vainer, 2012), que, em certa medida, abandonava uma condição diagnóstica sobre a cidade em direção a um padrão normativo do que deveriam obedecer as grandes metrópoles a fim de serem vendidas no mercado internacional de cidades.

Portanto, trata-se agora da intensificação da "cidade mercadoria" e são as marcas estampadas pelos museus e os eventos mundialmente mais comentados que justificam os investimentos financeiros integrados a um mercado financeiro globalizado. São as "cidades temáticas" ou as "cidades vitrines" que apostam no discurso e nas estratégias de marketing para disputar, sem nenhum constrangimento, com as demais cidades do mundo, o seu valor de mercado.

O discurso padrão neoliberal defende a ideia de que o Estado sozinho não é capaz de produzir as marcas de que as cidades precisam e por isso a parceria entre os recursos públicos e privados está a serviço dessa empreitada.

Tal estratégia, que inicialmente chegou a ser alvo de algumas críticas, já se torna prática quase inquestionável e justifica a busca do poder público por empresas privadas parceiras e atores diversos, a fim de desenvolver as intervenções urbanas que resultam na "venda das cidades" como produtos de maior, ou menor, qualificação.

Um objetivo importante e que desejamos destacar é que essas intervenções são planejadas para que ocorram preferencialmente com maior grau de legitimidade popular, ou seja, é a ideia da chamada "produção do consenso" (Vainer, 2012) contida na formulação política de um projeto ideológico para o espaço urbano em construção.

Ao tratar do tema do empresariamento urbano, Harvey (1996) destaca que a tarefa da administração urbana consiste, em resumo, em atrair para o seu espaço uma produção altamente móvel, flexível, de fluxos financeiros e de consumo. Os novos padrões de acumulação capitalista recolocam em cena novos padrões para o financiamento das políticas públicas.

A década de 1990 foi um marco histórico dos processos de desregulamentação das funções do Estado[68], assim como dos princípios da reestruturação produtiva do

[68] Embora esse processo tenha antecedentes desde as crises internacionais nos anos 1970.

sistema capitalista em nível mundial. A partir daquele momento a lógica neoliberal[69] se espraiou, ampliando a chamada acumulação por espoliação, cujo meio mais radical de acumulação de capital tornou-se o uso indiscriminado e distorcido do sistema de crédito, refletido com as crises financeiras mundiais de 2000, 2008 e 2011.

No caso brasileiro, como destaca Diniz (2018), a agenda neoliberal foi amplamente assumida:

> Adotando respostas diversas às exigências de estabilidade monetária e ao conjunto de regras práticas impostas pelos organismos internacionais, o governo brasileiro põe em tela programas diversos, ao alterar suas proposições de acordo com as demandas do capital. Assim, na integração na economia internacional, na precarização da força de trabalho e nas tensões novas na sociedade, advindas também do empobrecimento das formas culturais, desenham-se as condições para a agenda neoliberal, de reformas dos programas sociais (Diniz, 2018, p. 161).

Para diversas áreas, e especialmente para a questão do espaço urbano, o desenvolvimento de variados mecanismos de operacionalização das políticas habitacional e urbana demonstra seu caráter mercantil e privatista[70]. Sem dúvida, as particularidades da formação socio-histórica e os modos de produção predominantes e característicos do país resguardam distinções de um modelo de resposta às políticas desenvolvidas no Brasil, mas é preciso admitir a relevância dos modelos importados (sobretudo o norte-americano) predominantes na gestão pública das cidades brasileiras.

Ainda quanto aos aspectos que valem ser destacados, há uma diversidade de interpretações consagradas sobre o tema do neoliberalismo, seu alcance no Brasil e desdobramentos, possibilitando refletir sobre suas diversas dimensões a partir dos recortes de gênero, questão racial, direitos humanos, meio ambiente, escolas clássicas do pensamento econômico, tecnologias, consumo, conservadorismo e sob o aspecto da própria especulação imobiliária.

---

[69] Neste estudo adotamos o conceito de neoliberalismo apresentado por David Harvey. Segundo Harvey (2008, p. 12): “o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e as capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio”.

[70] A esse respeito, indicamos o trabalho da Profa. Dra. Luciana Royer. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2009.

No entanto, não avançaremos nesse sentido, mas realizaremos breves apontamentos para assinalar a maneira como o neoliberalismo vem solidificando e expandindo uma racionalidade empresarial e mercantil que invadiu nosso cotidiano de modo profundo e acelerado.

Dardot e Laval (2016) apresentam obra relevante sobre este tema, indicando como a lógica neoliberal capturou a dimensão subjetiva dos indivíduos, com ampla capilaridade na sociedade do consumo, implementando uma nova racionalidade sobre o mundo.

Para usar a expressão que dá título à obra dos autores, “uma nova razão do mundo” foi definida a partir dos marcos do projeto neoliberal e em contexto mundial culminou com o aprofundamento da prática de “empresariamento” dos próprios sujeitos.

Os autores são precisos ao retratar uma mudança significativa, essencial, para apreensão dos processos decorrentes desses tempos, com destaque para como essa lógica impactou a vida cotidiana e as formas de sociabilidade a partir das gestões neoliberais, registrando que todas as relações humanas passam, então, a ser afetadas pela dimensão empresarial (Dardot; Laval, 2016).

As formulações neoliberais capturaram o campo das necessidades humanas e sociais para tratá-la sob um viés individualista, considerando a necessidade de justificar as políticas fragmentadas e pontuais tão características de sua própria lógica.

Tal aspecto precisa ser apontado inclusive considerando seus rebatimentos às políticas públicas e seus reflexos nesse contexto, pois o campo da gestão social e das políticas sociais tornaram-se foco dos governos. Como destacou Véras (2001),

> Martins aponta que, no Brasil, políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se neoliberais, acabam por provocar, não políticas de exclusão e, sim, políticas de inclusão precária e marginal, ou seja, incluem pessoas [...] nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital (Martins, 1997, p. 20[71] *apud* Véras, 2001, p. 39).

Como se pode perceber essa ideia de inclusão precária se expandiu e espraiou em nossos territórios.

[71] MARTINS, José de S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Editora Paulus, 1997.

Diante desse quadro seria essencial que pudéssemos avançar em direção às diversas necessidades humanas que se apresentam nos territórios com políticas também mais territorializadas, capturando as singularidades das populações locais, em contraposição às estabelecidas pela lógica neoliberal que homogeneíza demandas e implementa respostas padronizadas e bastante engessadas.

Nessa direção, Koga (2003) aponta a relevância que deveriam ganhar os territórios:

> É aqui que o território merece ser considerado como um novo elemento nas políticas públicas, enquanto um sujeito catalisador de potências no processo de refundação do social, em que a cidadania mais do que nunca necessita ser reinventada por todos. Uma busca de toda a sociedade para quebra de muros, os quais separam, discriminam, e distanciam cidadãos de um mesmo lugar (Koga, 2011, p. 290).

Afirma, ainda, que as políticas territorializadas não apresentariam a quebra da universalidade, mas, pelo contrário, seriam fundamentais para se estabelecerem de fato políticas universais que garantissem, ao mesmo tempo, igualdade e equidade. Um movimento que supõe um modelo político de ação e planejamento capaz de produzir essa relação (Koga, 2011, p. 268).

O percurso trilhado nessas considerações, apesar de extenso e aparentemente desconexo, quando analisado em conjunto dá sustentação à cena política, econômica, cultural e socioterritorial que alcançamos no início do século XXI. Aspectos relevantes para todos aqueles que vivem e constroem as cidades, mas principalmente para as/os trabalhadoras/es que se propõe a uma intervenção nesses espaços amplamente disputados. Nesse campo, estamos altamente desafiados por essa conjuntura complexa e perversa.

Porém consideramos que há um caminho profícuo a ser realizado, e ele não parte da produção acadêmica, pesquisas ou mesmo de análises já produzidas sobre os estudos urbanos, apesar de os estudos serem essenciais enquanto instrumentos de desvendamento da realidade propiciam a definição de estratégias metodológicas para nossa intervenção. No entanto, como destaca Lefebvre (2001), esse caminho está na própria vida urbana e vem dos próprios citadinos.

> A análise crítica dissipa o privilégio da vivência na sociedade urbana. Isso é apenas um "plano", um nível. No entanto, o analista não faz esse plano desaparecer. Ele existe: como um livro. Quem lê esse livro

> aberto? Quem percorre essa escrita? Não é um "sujeito" bem definido, e, no entanto, uma sucessão de atos e de encontros constitui sobre esse mesmo plano a vida urbana, ou "o urbano". Esta vida urbana tenta voltar às mensagens contra elas mesmas, as ordens, as coações vindas do alto. Tenta apropriar-se do tempo e do espaço frustrando as dominações, desviando-se de seus objetivos, usando de astúcia. Ela intervém também, mais ou menos, ao nível da cidade e do modo de habitar. O urbano é assim, mais ou menos, a obra dos citadinos em lugar de se impor a eles como um sistema: como um livro já acabado (Lefebvre, 2001, p. 71-72).

Estamos, assim, construindo a história.

1.3. Sentidos da colonização: a constituição dos territórios e a construção dos processos de resistência

Como vimos, a concentração fundiária com origem nos processos de grilagem de terras constituiu-se como estratégia central e como problemática histórica nos diversos territórios do país, incidindo sobremaneira no direito à cidade e à moradia digna. Processos que transitam, de modo cíclico, na história brasileira[72].

De acordo com dados compartilhados por meio do curso livre “Urbanização crítica em três atos: acumulação, conflitos, lutas”, organizado pelo grupo de pesquisa Transborda – Estudos da Urbanização Crítica do Instituto das Cidades, vinculado à Universidade Federal de São Paulo (campus zona leste)[73], até 1920 apenas 20% das terras estavam formalmente registradas no Brasil.

Os processos de grilagem se intensificavam à medida que os contextos de urbanização do país se espraiavam pelos territórios brasileiros[74].

Por essa razão, pensar a cidade e o campo apartados não possibilita refletir sobre como as origens do processo de expropriação e exploração das terras ocorre e continua a se consolidar como estratégia absolutamente contemporânea e em dinâmica de expansão.

---

[72] Podemos tomar como exemplo reflexivo que o tratado de Tordesilhas no Brasil pode ser considerado o primeiro processo de grilagem da nossa história.

[73] Realizado pela autora em 2020.

[74] A grilagem não é somente uma estratégia do passado. Mas há muitos contextos em que a falsificação de documentos se mostra como um movimento presente e incisivo da singularidade da forma capitalista no Brasil.

Com os processos de grilagem há uma forma de reprodução de classes, uma maneira como também o poder político se manifesta por meio do poder exercido pela propriedade da terra. Há uma associação e aliança política entre a classe burguesa a se considerar, pois ela aparece como agrária, mas está no urbano. Uma dialética entre campo e cidade.

Poderíamos tomar como exemplo forte dessa expressão, a formatação da bancada ruralista no Congresso[75], popularmente conhecida como a "bancada BBB", do boi, da bala e da bíblia[76].

Tais aspectos fundamentam os principais conflitos que se constituem no espaço urbano, refletidos no campo e na cidade, cada qual com singularidades, mas ambos enfrentando estratégias desumanas de desintegração.

Os focos de incêndio nas matas e nas cidades (principalmente nas áreas de favela) tornaram-se medidas não somente para conter a expansão das ocupações de moradia, mas para "limpar" os territórios de ampla valorização territorial e interesse do mercado imobiliário[77].

Necessárias têm sido as ferramentas elaboradas por diversos coletivos, mobilizando formas de denúncia sobre esse verdadeiro estado de barbárie. São também diversas as estratégias de denúncia no campo audiovisual, por exemplo com as experiências das rádios comunitárias e mais recentemente o espraiamento dos

[75] Em matéria de 07 de junho de 2023, o jornal Folha de S. Paulo, noticiava o crescimento do grupo no Congresso: "Impulsionada pela extrema direita, a bancada ruralista ganhou força no Senado e conseguiu atrair mais da metade dos parlamentares. O número de senadores chegou a 47 neste ano (2023), ante 39 da legislatura anterior (2019) e frente aos 27 da iniciada em 2015". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/06/bancada-ruralista-cresce-no-senado-e-tenta-aprovar-pl-dos-agrotoxicos-e-marco-temporal.shtml>. Acesso: dez. 2023.

[76] O envolvimento/ crescimento das milícias é uma marca relevante para esse tema, inclusive com particularidades em sua atuação em algumas regiões do país – como no caso do Rio de Janeiro.

[77] O documentário: *Limpam com fogo*, lançado no ano de 2016, de direção e produção de César Vieira, Conrado Ferrato e Rafael Crespo, registram a realidade sobre os incêndios em favelas na cidade de São Paulo e sua relação com a especulação imobiliária. São apresentados depoimentos de moradores atingidos, de lideranças comunitárias e de autoridades. Documentário de grande importância para os movimentos sociais do urbano e premiado como melhor filme pela mostra SESC de cinema paulista do ano de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WAVqcCdFoos&t=1s>. Acesso em: ago. 2023.

podcasts[78], assim como a produção de documentários e outros materiais disponibilizados na internet[79].

As redes sociais em plataformas como Facebook ou Instagram tornam-se também cada vez mais populares, não apenas com apresentação de perfis de sujeitas/os comuns ou de celebridades, mas também passam a representar a expressão de diversos movimentos sociais e até a representatividade de alguns territórios de favela, áreas e prédios ocupados por movimentos organizados.

Destacamos aqueles que se configuram como espaços coletivos de encontro e que funcionam como um potente campo de troca, fortalecimento e construção de renovadas estratégias de resistência. Nesse campo podemos destacar os espaços dos slams, saraus, cursinhos populares, grupos de estudos e pesquisas, espaços dedicados ao tema das periferias, ou mesmo os museus (vivos), cozinhas e bibliotecas comunitárias, espaços que vem se destacando como referências territorializadas[80].

---

[78] Os podcasts, tidos como programas de rádio ou audiobooks, que funcionam por meio de conteúdo gravado, dando liberdade aos usuários de ouvir em horários de sua preferência, se popularizaram rapidamente entre as ferramentas de comunicação utilizadas no país, visto que apresentam uma diversidade enorme de conteúdos temáticos e formatos diversos e permitem o acesso mesmo que offline quando são "baixados" das plataformas virtuais. A proposta de permitir que o usuário escolha seus conteúdos de interesse e horários para o consumo das informações, é sem dúvida o aspecto mais atrativo. Nesse campo destacamos o podcast *Memórias Quebradas*, produzido por estudantes periféricos que tematizam a importância da memória sobre os territórios populares na periferia da zona sul de São Paulo, resgatando trajetórias de organização, lutas populares, história e características do território, movimentos culturais da região, direitos e movimentos sociais.

[79] Uma importante ferramenta construída nessa direção refere-se a wiki-favelas, também chamado dicionário de favelas Marielle Franco. O website se define como "uma plataforma virtual de acesso aberto para a coleção e produção de conhecimentos sobre favelas e periferias. Um projeto que visa a estimular a coleta e construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas e periferias de todo o Brasil, por meio da articulação de uma rede de parceiros, tanto nas academias quanto nas instituições produtoras de conhecimentos existentes nos próprios territórios. Disponível em: <https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco>. Acesso em: 24 set. 2023.

[80] No movimento de pesquisas realizadas, escolhemos a Redes da Maré apenas para exemplificar tal aspecto. Uma organização da sociedade civil, que nasceu da mobilização comunitária a partir dos anos 1980, nas favelas da Maré. Formalizada em 2007, tem como missão tecer as redes necessárias para efetivar os direitos da população do conjunto de 16 favelas da Maré, onde residem mais de 140 mil pessoas. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/>. Acesso em: 28 ago. 2023.
Vale o destaque de que outros espaços socioculturais e projetos de intervenção se desenvolveram também na comunidade, a exemplo do Museu da Maré, inaugurado em 2006, fruto das articulações iniciadas pela fundação do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – CEASM, organização não-governamental, fundada em 1997, responsável também pela oferta de cursinhos pré-vestibulares, elaboração de jornais e outros projetos de intervenção na comunidade.

Na particularidade daqueles relacionados à demanda direta por moradia, os espaços das ocupações nas áreas centrais das cidades, organizadas por diversos movimentos de moradia, tem somado significativamente às experiências de resistência e ampliação do número de famílias pobres que disputam os territórios com maior grau de infraestrutura urbana.

A Ocupação 9 de julho é um exemplo importante entre as experiências de ocupação na cidade de São Paulo. O prédio, inicialmente ocupado em 1997, sofreu desalojamentos diversos nos anos que se seguiram, e só em 2016 foi recuperado pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), abrigando cerca de 120 famílias. Seu projeto de cozinha coletiva é já bastante conhecido e visa suprir as necessidades do movimento em relação à alimentação durante suas atividades e promover, por meio de almoços abertos, maior visibilidade à luta por moradia. De acordo com o website da organização, "a ideia é que os visitantes e moradores usufruam do espaço coletivo da Ocupação, configurado pela área externa ao ar livre e o terceiro andar, onde localiza-se a cozinha, a marcenaria, a sala multiuso, o refeitório, o brechó, a sala de comunicação e o escritório"[81].

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também pode ser um exemplo importante de atuação que expandiu suas lutas e pautas contribuindo solidariamente com respostas objetivas à demanda por comida para a população e enfrentamento ao quadro de fome que se agravou novamente no Brasil, principalmente após o cenário pandêmico[82].

Por outro lado, o processo de colonização, como traço de nossa formação socio-histórica, continua a ser reeditado sob diversas óticas e práticas vinculadas aos processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até as

---

[81] Disponível em: <https://www.cozinhaocupacao9dejulho.com.br/pagina/sobre-a-cozinha-da-ocupacao-9-de-julho-mstc.html>. Acesso em: 30 ago. 2023.

[82] Em vídeo publicado pela fundação Rosa Luxemburgo Brasil e Paraguai, uma integrante do MST, destaca a construção das cozinhas populares solidárias e explica como o projeto contribui para a soberania alimentar no país e inclusive na luta por justiça climática. Vídeo "Como as cozinhas solidárias contribuem para a justiça climática?". Disponível em: <https://rosalux.org.br/como-as-cozinhas-solidarias-contribuem-para-a-justica-climatica/#:~:text=SEGURAN%C3%87A%20ALIMENTAR%20E%20JUSTI%C3%87A%20CLIM%C3%81TICA,acampamentos%20da%20reforma%20agr%C3%A1ria%20popular>.
Acesso em: 30 ago. 2023.

ações que envolvem uma constante tentativa de sobreposição de culturas e modos de vida[83].

Nesse sentido, é necessário pensar os reflexos dos mais de 400 anos de escravização vivenciados em contexto brasileiro e que nesse intervalo não foram construídas políticas reparatórias ou indenizatórias às consequências do racismo estrutural que se consolidou naturalizado na sociedade brasileira e continua tendo sua interface cotidiana para a população preta, principalmente as que se somam sem acesso às políticas de trabalho e renda ou às de cunho social.

Entretanto, instituições governamentais sempre enfrentaram resistência dos povos negros e indígenas sob determinados contextos, considerando que para essas comunidades contra-colonizadoras a terra era (e continua sendo) de uso comum e o que nela se produz é utilizado em benefício de todas as pessoas, de acordo com as necessidades de cada um.

Recuperar essa realidade pouco conhecida foi o que realizou Malheiro (2021, p. 14) quando registrou que se a floresta amazônica tem pelo menos 13 mil anos e a região é ocupada há 19 mil, podemos afirmar que a diversidade ecológica e biocultural da Amazônia, tão fundamental à vida no planeta, é o resultado de milênios de um sentir-pensar com a floresta dos amazônidas, com seus saberes de coletar, pescar, caçar, praticar agricultura, habitar, proteger, curar, cozinhar, comer e conviver. Reforça o autor que esses saberes se conectam a uma dinâmica metabólica em que

> [...] um hectare de floresta produz de 40 a 70 toneladas de biomassa por ano, o que não se alcança com nenhuma monocultura, e foi um trunfo para múltiplos povos exercerem sua liberdade em um espaço cuja diversidade de espécies em um hectare é maior do que em toda a região de clima temperado do planeta (Malheiro *et al*., 2021, p. 14-15).

Na guerra de denominações, a capacidade criativa e as sucessivas ressignificações de identidades em meio aos mais perversos contextos de

[83] De certo modo, correlacionamos esse traço do colonialismo àqueles envolvidos em processos de urbanização e reassentamentos de populações como observamos no contexto brasileiro, muito recorrentes para as demandas de atuação profissional de parte dos assistentes sociais. A expropriação da terra, de certo modo, está presente. A substituição de uma cultura pela outra, também presente, considerando aqui o retrato da nova lógica de moradia definida pelo formato “condomínio”, em especial para o caso das grandes e médias cidades. Marcas expressivas de novos modos de “morar” em expansão e consolidação.

discriminação, readaptação de modos de vida em territórios retalhados e a busca por interlocuções das linguagens orais com a linguagem escrita dos colonizadores, demonstra importantes formas de resistências seculares.

Essa guerra de colonização tem como cerne principal ser uma guerra territorial, de disputas de territorialidades e sentidos. Assim como a compreensão de terra ou território como universos existenciais vinculados não somente à produção econômica, mas aos corpos, conhecimentos e às práticas culturais e espirituais desses povos.

A própria construção desses territórios está marcada e relacionada à construção dos sentidos, símbolos e significados estabelecidos por aqueles que nele habitam, com modos de vida que se definem em proporção similar à necessidade de defesa desses mesmos territórios frente às investidas do grande capital. As comunidades quilombolas ou mesmo os quilombos urbanos são experiências importantes nessa direção.

Antonio Bispo dos Santos, ou Nego Bispo, como ficou tradicionalmente conhecido, foi um importante líder quilombola e sistematizou obras essenciais sobre a cultura e a tradição nos quilombos brasileiros, sendo também um articulador das lutas e demandas das comunidades, com representação política em âmbito nacional, dada sua trajetória de militância[84].

Caberia também o destaque às contribuições de Eduardo Viveiros de Castro[85] quanto à referência do saber indígena como um caminho essencial para lidar com o processo de extinção em massa no qual toda nossa biodiversidade está completamente ameaçada.

Sobre o direito de viver em territórios livres de dominação, Lobo (2021, p. 10) destaca:

> Quando falamos de território, falamos também de autodeterminação dos povos, da construção de espaços comuns e de economias que não se guiam pela lógica de mercado, do direito de estabelecer relações harmoniosas com a natureza que não precisam ser ensinadas aos povos pelo discurso da sustentabilidade, da capacidade de sermos soberanas nas decisões sobre nossos corpos-tempos-territórios.

[84] É autor de artigos, poemas e do livro *Colonização, Quilombos: modos e significados* (2015). Como liderança quilombola, atuou na Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí (CECOQ/PI) e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

[85] Ailton Krenak e Davi Kopenawa podem ser também indicados como referências sobre a temática.

Tendo estas questões como pano de fundo, discutir os reflexos decorrentes da propriedade da terra no Brasil mostra-se essencial como ponto de partida para compreensão dos resultados que temos atualmente em nossos cenários rural e urbano e a situação das florestas, assim como as complexidades que resultaram do processo de urbanização no Brasil. Impactos que os diversos territórios e cidades têm sentido fortemente e que a população pobre segue custeando, em muitos casos com a própria vida.

No caso das lutas do campo, podemos afirmar que ela é também uma chave para processos revolucionários. O campo tem um forte peso na formação social capitalista no caso brasileiro e por isso o trabalhador rural é uma força básica importantíssima no processo de organização contra os interesses do grande capital sobre as nossas riquezas naturais e todo o solo urbano já desenvolvido, decorrente desses históricos esforços.

Prieto (2017, p. 2) destaca que as insurgências e lutas no campo, a organização dos movimentos socioterritoriais e as lutas de indígenas e camponeses-posseiros no Brasil têm demonstrado a face de oposição peremptória a essa mercantilização do mundo (e do lugar).

Por isso, o que está presente como horizonte da revolução brasileira tem na classe que vive da venda de sua força de trabalho em união aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponeses e aos povos originários das florestas um papel decisivo no cenário nacional.

Os diversos movimentos e coletivos organizados, com destaque para os movimentos feministas, movimentos da população negra, LGBTQIA+ e grupos diversos dos povos originários compõem um campo de práticas populares responsáveis por diversos avanços e sobretudo resistências ao projeto neoconservador no Brasil. Internamente apresentam suas divergências e contradições, mas estão em movimento efervescente de articulação, atos organizados e construindo resultados importantes para as lutas sociais em nosso país e referenciados também em âmbito latino-americano.

Há, por exemplo, a luta em torno do projeto de lei sobre o marco temporal, em que os povos indígenas se mobilizaram de modo extensivo contra o projeto que

estabelecia como proposta a data de promulgação da Constituição (5 de outubro de 1988) como base para demarcação das terras indígenas[86].

Certamente uma das temáticas a ser enfrentada no debate sobre os movimentos sociais diz respeito às principais mudanças ocorridas quando da primeira eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2003. É preciso frisar que a gestão do governo federal, mesmo que inclinada a uma postura mais democrática, permanecia em defesa dos interesses dos representes do capital, alimentando processos que resultaram na manutenção de uma série de fatores que mantinham intactas as estruturas de ampliação da apropriação privada dos bens em favor de parcela representativa dos interesses das elites nacionais e internacionais, que estabeleciam estratégias de apropriação de mais valor no país (desafio de todo e qualquer partido ou líder político que se proponha a governar em contexto de um capitalismo de base transnacional).

O debate sobre a participação da sociedade civil na esfera pública acompanhou a intensificação do projeto neoliberal para as políticas sociais, que também passaram a incorporar uma tendência de afastamento dos territórios, redução de qualificação dos atendimentos nos serviços e equipamentos sociais e minimização das políticas enquanto resposta direta do Estado.

Esse espaço de “vazio criado” pela própria reestruturação do Estado e todo o conjunto de contrarreformas que passaram a reconfigurar os espaços públicos e todo o redesenho das políticas sociais possibilitaram uma expansão das ações realizadas pela atuação das igrejas e das forças do tráfico de drogas e grupos de milícias que

[86] De acordo com o site da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, cerca de 300 mobilizações contra o marco temporal foram realizadas pelo movimento indígena em 2023. As mobilizações ocorreram entre maio e setembro e foram convocadas e mapeadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e suas sete organizações regionais de base. As manifestações reivindicavam a queda da tese no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Congresso Nacional, presentes respectivamente no Recurso Extraordinário n. 1.017.365 e no PL 2903. Após dois anos de luta, os ministros do STF formaram maioria contra a tese no último dia 21 de setembro. Com o tema “Pela justiça climática, pelo futuro do planeta, pelas vidas indígenas, pela democracia, pelo direito originário/ancestral, pelo fim do genocídio, pelo direito à vida, por demarcação já: Não ao Marco Temporal!”, as mobilizações ocorreram em 24 estados brasileiros, além do Distrito Federal. A maior parte delas aconteceram no Amazonas (Estado com maior presença indígena, segundo o Censo 2022) e no Mato Grosso, com 24 mobilizações cada, seguido do Pará com 19 atividades. Entre as mobilizações, dois acampamentos foram feitos na cidade de Brasília (DF). O primeiro deles no mês de junho, quando 2 mil indígenas acamparam na Praça da Cidadania para acompanhar a primeira sessão do julgamento. Já o segundo acampamento ocorreu no Memorial dos Povos Indígenas, com a presença de mais de 600 lideranças. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/09/26/movimento-indigena-promove-300-mobilizacoes-contra-o-marco-temporal-em-todo-o-brasil/>. Acesso em: 20 out. 2023.

exercem um trabalho também de cunho ideológico junto à população de áreas mais pobres (mas não apenas) nas cidades brasileiras.

Como apontamos anteriormente, a violência e a caridade ganharam espaço e legitimidade perante a população.

Nesse contexto, é imperativo que possamos fortalecer todas essas identidades de resistência em construção. Identidades que se fortalecem por meio da linguagem, da organização de espaços de sociabilidade, na esfera da cultura e na criação de vínculos e por meio da memória construída pelas/os sujeitas/os, uma memória ativa de conhecimento horizontalizado e coletivo. E não há como construir um futuro possível sem conhecimento da história.

Para as discussões que precisamos adensar acerca do espaço urbano, poderíamos aqui nos valer de um "marxismo favelado", como bem denominou Helena Silvestre[87]. Termo também retomado por Tiaraju D'Andrea para destacar que tal expressão colocaria assim em primeiro plano, como base e princípio, a experiência vivida pela classe que vive da venda de sua força de trabalho, com suas dificuldades, contradições, erros e acertos, saberes e práticas organizativas.

Em estudos realizados para sua tese de doutoramento, D'Andrea (2022) constrói o conceito de sujeitas e sujeitos periféricos sob uma perspectiva histórica, buscando descrever o contexto de uma virada analítica sobre o período em que a periferia começa a contar sua própria história, definindo a si mesma e o mundo a partir de características que lhe são intrínsecas.

No entanto, destaca o autor, "contar a própria história é insuficiente. O objetivo principal deve ser mudar a história, no sentido mais amplo, para então mudar a própria história" (D'Andrea, 2022, p. 41). Demonstra que as vivências das periferias se entrecruzam e criam novos cenários. Mostra como a periferia começa a expressar, por meio da arte e da cultura, seu modo de reconhecer e explicar a cidade, e não mais o contrário, como vinha acontecendo até então, quando a periferia era tida como "objeto" de estudo. Aponta que a maior riqueza da periferia é sua diversidade cultural, funcionando como uma amálgama nesses territórios.

[87] Graduanda em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo. Escritora. Educadora popular. Editora da Revista Amazonas. Estudos centrados nos eixos: Movimentos Sociais Literatura Capitalismo e a questão urbana Racismo e descolonização Feminismo e descolonização Consciência de Classe Educação Popular Abolicionismo Penal. De acordo com autodescrição pela plataforma do Sistema Currículo Lattes. Acesso em: dez. 2023.

Dennis de Oliveira, ao prefaciar a obra de D'Andrea (2022), destaca que a resistência do povo da periferia contra a precariedade dos espaços periféricos é uma contraposição a essa dinâmica imposta ao capital e, em última instância, é um embate contra o capital dentro das condições objetivas que temos nos dias de hoje[88].

Nesse contexto podemos compreender que por mais potentes que sejam o poder econômico e o poder político, eles sozinhos não são os responsáveis isolados pela definição da forma das cidades em escala planetária.

Há um grande poder na mão da população, no poder social, sem que esta afirmação esteja esvaziada das compreensões que reconhecem os aspectos relevantes do sistema capitalista e seus reflexos para as sociabilidades e para a própria estruturação dos diversos territórios.

Nesse caminho, poderíamos partir da necessidade de reconstruir caminhos. Reconstruir nossa maneira de (re)ocupar o chão vivo dos territórios.

Reformular nossa compreensão acerca dos territórios mais precários e de favelas requer de nós extrapolar a expectativa de apenas condicionar uma definição sobre esses espaços, compreendendo que eles devem ser analisados em um contexto de movimento constante.

Por mais que as estratégias de conhecimento dessas realidades indiquem a necessidade de estabelecer uma "fotografia" desses espaços, os territórios não podem ser vistos como homogêneos e estáticos ou apenas fruto dos processos de expansão das cidades, pois eles estão vivos e em constante transformação. É preciso que essas realidades passem a comparecer não somente em nossas análises, mas sobretudo sejam trazidas pelos próprios sujeitos que vivem e constroem seus territórios[89].

---

[88] Cabe o destaque de que no entendimento do autor, as manifestações culturais e artísticas não são apenas uma nova expressão estética e formal, mas sim uma práxis política.

[89] Um exercício de fôlego que caminha nessa direção é o Trabalho de Conclusão de Curso da assistente social Thais Helena Modesto Villar de Carvalho, o qual tivemos o prazer de compor a banca de avaliação. Defendido em 2022 pela Universidade Federal de São Paulo campus Baixada Santista e publicação pela editora Periferia tem Palavra em 2023, com o título "Eu não tinha condições de pagar um aluguel decente: a política habitacional e urbana segundo a perspectiva da(s) mulher(es) negra(s)", Thais, pesquisadora da temática habitacional, militante do movimento de moradia e moradora do território, apresenta um estudo sobre o Dique da Vila Gilda, até então a maior favela de palafitas da América Latina localizada na cidade de Santos-SP. Seu trabalho contou com a narrativa de mulheres negras moradoras da favela, cujos depoimentos foram também condensados em material audiovisual, desenvolvido como parte do projeto de pesquisa, o documentário: "Mulheres da Maré - Qual a cor das palafitas?". Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bjgL-dn7fvo>. Acesso em: 10 fev. 2024.

Reconhecer essa dinâmica permite apreender a totalidade dos processos históricos que nos acompanham e observar o movimento dinâmico de constituição dos territórios em caminho simultâneo de construção dos processos de resistência que se desenham em nossa história.

1.4. O trabalho social e as mediações com o território: a porosidade do legal-ilegal/ formal-informal no contexto das relações sociais

Considerando todo o contexto e as aproximações teóricas que construímos nesses itens introdutórios sobre os territórios e como permanecem historicamente centrais na dinâmica de conflito entre as classes sociais, poderíamos aqui, como um passo seguinte, reconhecer que o Serviço Social e as/os trabalhadoras/es que se integram ao trabalho social em habitação, são também atores importantes nesse cenário, considerando seu lugar de destaque quanto à capacidade que adquirem de se posicionar frente à disputa pela construção de consensos no âmbito dos processos que envolvem a esfera de mobilização e organização social no interior da sociedade capitalista.

Muitas são as considerações de que a profissão está circunscrita a esta ordem e, portanto, sendo produto desta sociedade, se põe em meio às relações sociais que ocorrem no interior do Estado burguês, assim estando fadada a uma atuação fragmentada e sob um manejo de políticas focalizadas e restritivas que (re)conduzem à reprodução do mesmo sistema.

No entanto, nos filiamos às questões apontadas por Santana (2021), quando a pesquisadora convoca a refletir sobre as possibilidades postas à profissão considerando a dimensão de contradição da qual a realidade social é permeada e sob a qual nosso trabalho cotidiano se realiza. Destaca Santana:

> Muitas vezes o Serviço Social brasileiro aposta num tipo de transformação da ordem, questiona a política, diz assim, olha essa política é restrita ao Estado burguês, nós temos que alterar a ordem, no que eu concordo, a ordem burguesa tem que ser alterada né. E aí ao dizer assim: “Mas esse profissional de Serviço Social ele está envolvido no território da política... tá aqui oh... ele tá rodando aqui, portanto o trabalho dele não vai alterar nada, o trabalho dele, pra alteração da ordem não tem a menor importância. É um trabalho frágil”. Eu tenho percebido isso por dentro do debate da ABEPSS, das oficinas e do diálogo com as professoras mais... que vem de mais liderança, que vendem mais livros, que formam inclusive o assistente social. Aí eu pergunto pra elas assim: “E a mediação do profissional?

> Se o profissional de Serviço Social é o que está próximo ao trabalhador, porque ele é desvalorizado nessa formação? Porque a dimensão técnico-operativa é tão desvalorizada?" Eu tenho feito palestras pela questão da Capes, nas oficinas de fundamentos, e eu digo assim: "a profissão de Serviço Social, pós-reconceituação, teve um peso muito importante no aspecto teórico-metodológico e ético-político, mas está devendo a dimensão técnico-operativa, ou seja, essa passagem que eu tô falando, das medidas onde o fazer profissional ele tem sido deixado de lado. Qualquer pesquisa se você colocar dimensão técnico-operativa no banco de teses da Capes, eu já fiz essa pesquisa, é 0.000. Já fiz para um capitulo que eu escrevi com o pessoal da UFF. Então esse fazer que é onde você experimenta, no cômputo da pesquisa, ele também não tem muito dessa passagem, do elemento mais teórico de fundamentação não chega, e eu tenho questionado as professoras: "Mas se o assistente social que tá no terreno, junto com o trabalhador, porque que essa mediação não importa?" Claro que nós somos limitados, porque somos apenas uma profissão e nós desde sempre nunca poderíamos ser os "transformadores sociais". Estou colocando entre aspas porque foi o que eu vivi lá atrás na minha formação. "O Serviço Social ele é um sujeito da transformação". Aí depois não... a gente tem limites, nós somos apenas uma profissão. Mas quando você também esvazia essa possibilidade... há um esvaziamento, é como se fosse uma perspectiva que não é dialética. O que eu quero dizer com isso: Se o terreno da política tem limite, mas cadê o espaço da contradição? (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

Nessa direção, a pesquisadora nos provoca a considerar que o trabalho social, mesmo frente a diversos desafios, tem no seu chão privilegiado de contato com as/os sujeitas/os nos territórios a possibilidade de construir movimentos contra-hegemônicos na sociedade, se considerarmos a realidade social como um espaço dialético e pleno de contradições. Essa concepção é o que nos permitiria apreender os espaços de atuação profissional como repletos também da possibilidade histórica que temos de contribuir com os processos de organização social e ações que privilegiem as bandeiras de luta da classe trabalhadora[90].

Um importante exemplo nessa direção refere-se ao modo como as/os profissionais têm se apropriado desses aspectos que tocam a vivência cotidiana das/dos sujeitas/os nos diferentes territórios, seus meios e modos de vida e como enfrentam essas questões que se apresentam no cotidiano do trabalho profissional. Como destaca Telles (2021), significa assim dialogar com

[90] Tal aspecto poderia também ser retomado a partir das contribuições já tão amplamente difundidas de Iamamoto, quando a autora apresenta em sua obra, uma produção consistente quanto à discussão da relativa autonomia profissional das/dos assistentes sociais.

> [...] os sentidos de uma vida percebida como guerra, como campo de batalha – enfrentamentos variados e constantes, inscritos nas dimensões cotidianas da vida, tecidas entre os dramas do trabalho incerto e da moradia precária e os riscos da morte violenta (Telles, 2021, p. 7).

Tomamos para construção das considerações a seguir, a inspiração de Vera Telles[91] em artigo publicado em 2009, em que a autora afirma haver uma porosidade entre as fronteiras do legal-ilegal, do formal-informal, do lícito-ilícito, mas cujas passagens não podem ser simplificadas, recebendo diversas modulações em razão de diferentes circunstâncias do tempo e do espaço:

> Se há porosidade nas fronteiras do legal-ilegal, do formal-informal, também é verdade que a passagem não é simples. [...] é justamente nessas dobras que se dão os agenciamentos políticos próprios aos mercados de proteção e às práticas de extorsão (fiscais, polícia, agentes políticos, agentes locais dos poderes públicos etc.) em suas várias modulações conforme circunstâncias de tempo e espaço, que também variam conforme se alteram as condições políticas, os rigores repressivos e os critérios de incriminação de bens e produtos em circulação. Esse fato permite situar em escala ampliada uma questão que Michel Misse já propôs há bastante tempo e sempre volta a insistir como central para o entendimento das dinâmicas urbanas próprias aos mercados informais e ilegais nas cidades brasileiras. Em outros termos: nessa espécie de economia política dos ilegalismos urbanos, os mercados de proteção (e práticas de extorsão) compõem a face política do "bazar contemporâneo". Como afirma Misse, o mercado de proteção (com suas conhecidas seqüelas violentas) é constitutivo das formas de regulação dos mercados informais e ilegais. Pois, então, fica a sugestão de que, hoje, essa é uma questão central nos modos de funcionamento do capitalismo contemporâneo. Peraldi propõe uma ousada (e interessante) hipótese de que é justamente nesse ponto que vem se dando a apropriação privada dessa riqueza circulante em escala transnacional, envolvendo esses "representantes da ordem" responsáveis pelo controle das fronteiras e suas passagens (Telles, 2009, p. 164).

Nesse movimento privilegiamos a seguir o que as entrevistas com as profissionais participantes da pesquisa possibilitam considerar quanto a sua percepção da dimensão de violência/ legalidade-ilegalidade/ formalidade-informalidade quanto à posse da terra a que estão vinculadas/os as/os sujeitas/os, revelando facetas cruéis do Estado e sua dimensão de legalismo utilizada para

[91] Vera Telles é professora livre-docente sênior do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestrado em Ciência Política (USP) e doutorado em Sociologia (USP). Pós-Doutorado na *École de Hautes Etudes en Sciences Sociales* - Paris, França (1999-2000).

interface com a população, e que aparecem sob diferentes mediações necessárias à profissão, frente à realidade das/os sujeitas/os em sua apropriação dos territórios para uso comum e consolidação de suas moradias.

A profissional que se vincula aos movimentos de moradia por meio da prestação de serviços a assessorias técnicas revela um importante ângulo dessa discussão, que parte da perspectiva dos movimentos organizados sobre a ideia de ilegalidade que permeia os territórios de ocupação e nos desafia na construção de mediações para compreensão da realidade social e para nos subsidiar na execução do trabalho profissional:

> A ideia de ilegalidade, por exemplo, para o movimento é muito diferente do que é para o poder público, né? **Ilegalidade é tentar tirar eles do lugar que eles estão, das ocupações que eles estão, e isso é pra gente o que é a ilegalidade. É violar um direito de morar, violar um direito de garantia de moradia, para a gente é isso.** Mas uma coisa que me tocou na minha trajetória profissional, de trabalhar em uma área considerada pela burocracia como ilegal, é o medo sabe, as pessoas traziam pra mim assim, toda vez que entrava alguém para colocar alguma coisa que seria bom para eles, mesmo a gente entrar naquele espaço, era uma coisa de dizer assim: “Vão tirar a gente daqui!” Vai entrar a Sabesp: “Vão tirar a gente daqui!” Tem gente que tá há 50 anos, às vezes no espaço, numa ocupação, e eles ainda têm isso muito com eles, impregnado, que é esse medo cultural colocado nas pessoas de que ela não tem o direito de estar ali. E aí enquanto trabalho social, enquanto assistente social, você tem que contribuir nessa ideia de desconstrução da ideia de ilegalidade para que a gente consiga mostrar que há uma possibilidade, inclusive dentro dessa burocracia, de legalizar essa situação. E que é direito dessa população, né? Viver na cidade, viver com qualidade inclusive, né? Com regularização, com tudo que a cidade oferece. Então, eu diria que a ilegalidade convencional não é a ilegalidade do nosso trabalho, e a gente vai junto ali com o movimento, vai junto ali com a população que a gente trabalha, de explicar e de trabalhar e de viver essa situação. Então eu vou confessar para você que eu não li, não participei desses debates, mais academicamente, né, mas dentro dos espaços do movimento é isso, “Ah tão falando que a gente é ilegal, vamos sair daqui! Então vamos fazer um curso de formação com essa galera para explicar para eles que eles têm direito à usucapião, que eles têm direito!” É o que eu falei, né? Acaba sendo um pouquinho diferente do que você ir num bairro… é porque a gente vai junto fazer uma formação nos grupos de base, juntar essa galera pra eles irem fazer a manifestação. Se eu falar para você que 100% ali sabe o que que tá fazendo ali não é verdade. Porque a ideia de construir, de desconstruir isso, é a longo prazo, não é uma coisa que você faz de um dia para o outro. E aí a gente fala isso aqui a gente desconstrói para construir (A.S. 2 - Assessoria).

O relato da profissional demonstra que a perspectiva de apreensão das/os sujeitas/os sobre não estarem em condições de ilegalidade institucional, mas sim de desvantagem social perante as fragilidades da condição de moradia, demanda, de acordo com a sua percepção, um processo de desconstrução e construção de novas óticas para análise do cenário de correlação de forças no interior da sociedade capitalista, e também preserva o aspecto do tempo de trabalho em conjunto com a população, para a maturação necessária quanto ao entendimento desses determinantes estruturais da sociedade, um elemento que destacaremos adiante nesta tese.

Os depoimentos são reveladores quanto à dimensão de um “medo cultural” vivenciado pela população, seja quando se vê ameaçada pela perda de seus espaços de moradia (ainda que precários e com baixíssimas condições de salubridade e infraestrutura), seja quando impedida de um projeto de futuro que considere, inclusive, sua possibilidade de construir espaços seguros de moradia e permanência para si e seus familiares.

> Eu não tenho atuado muito nas equipes de área, tenho ficado mais nas equipes internas né, de planejamento, e eu confesso para você que eu não vejo no nosso cotidiano muito as equipes abordarem essa temática né, da legalidade e ilegalidade, até mesmo porque no último contrato, aí eu tô me ferindo a empresa a qual eu trabalho e na licitação que ela participou, a regularização fundiária ela não faz parte, é uma coordenadoria específica da SEHAB que não envolveu esse contrato atual, então atualmente nós não atuamos nessa questão, mas isso foi um assunto que foi bastante discutido quando no governo Temer, a gente não reconheceu né, como governo [risos], não posso dizer que seja lícito, né? Porque pela lei foi lícito, mas você entendeu o contexto que envolveu. Quando surgiu a nova legislação né, que foi bastante questionada, então tiveram discussões internas e tudo, mas não faz parte daquele cotidiano mesmo meu atual, mas nas experiências em que eu tive principalmente, e isso era mais forte no território de Heliópolis, onde eu atuei no projeto socioambiental da Serra do Mar, que aí não era SEHAB, mas o trabalho social de uma forma geral que você tá abordando, né, na questão da CDHU, então era um outro critério, eram outras coisas. E aqui em Heliópolis isso era muito forte porque o pessoal tinha muito aquilo, “Ah o meu endereço, eu preciso ter o meu papel, eu quero ter...”, então isso tinha muita repercussão porque naquela época lá, na época da gestão Serra-Kassab, era tudo via setor de contratos, não existia o Programa Minha Casa Minha Vida, então você não assinava o contrato com a Caixa, né? Você só assinava lá no setor de contratos e você não tinha acesso ao documento da sua moradia porque você não sabia nem quanto tempo você ia ter ou não a regularização, né, da sua casa, era uma questão, era uma angústia, então os moradores falavam: “mas que comprovante que eu vou ter? Eu vou ter uma cópia do TPU [Termo de

Permissão de Uso]? O que é que eu vou ter, porque é a minha casa" aí eles tratavam como: "é minha herança, é o que vou deixar para os meus filhos". E lá, por conta da representação política, e era um discurso que os representantes de lá, porque tem uma associação muito forte lá que é a UNAS, toda aquela região ali de São João Clímaco, Sacomã, a UNAS atua e é muito forte, e tem outras, tem inúmeras, né, Heliópolis é muito muito, no nível lá de Paraisópolis também. Então isso era um discurso presente, então esses moradores eles tinham essa consciência e para eles isso era muito importante e para eles, os moradores em si, aqueles menos politizados, eles não têm essa dimensão, sabe? Eles queriam sair lá da beira do córrego, né, que era uma situação muito precária, principalmente quem morava mais ali na parte da gleba, na gleba 1, na gleba k1… então tinham poucos que não tinham essa consciência, mas a maioria tinha, de ter essa necessidade daquela comprovação de ter seu documento que é o sonho, de ter o seu endereço, que eu não tenho como receber uma carta, não tem como receber nada porque eu não tenho o endereço. Então isso se confunde um pouco, eu sei que a sua pergunta é mais além, esse legal e ilegal, vai muito mais além do que você ter talvez um documento ou uma escritura, mas o fato é que boa parte de Heliópolis não tinha. Então as pessoas se questionavam muito, com a experiência do PMCMV, então você tem uma certa mudança, né, porque o MCMV já se previa, você vai assinar um contrato com a Caixa, então você já vai ter o seu documento, né? Então é um outro contexto. Então acho que é um outro nível de satisfação que o morador... mas como tudo é relativo, nem tudo talvez... mas eu digo que é uma grande parte, para muitos moradores isso é importante. Eu não tenho como quantificar isso, mas eu percebo assim, pelo menos nas oportunidades que eu tive de participar de avaliações, né de trabalho social, que nessa equipe de planejamento, às vezes eu sou convidada porque as avaliações não podem ser feitas pelo profissional que desempenhou o trabalho com as famílias, então chama-se alguém que a área não conheça, como o MCMV, apesar dos problemas que persistiram, principalmente com a Caixa, com aquele 0800 lá para atender as questões físicas que ninguém nunca atende na verdade, tirando isso, eu percebo que há uma satisfação pelo menos nos que eu tive essa oportunidade, entendeu? Mas é muito contraditório, muito contraditório. Mas quando você tá com essas famílias, é a primeira coisa que eles falam, o que foi que mudou para você? Eles falam: "É que eu tenho um endereço". Então como se isso fosse legalizado pra eles, entendeu? O fato deles terem um endereço, deles poderem dar um endereço. Então eu acho que com o MCMV, lá atrás já se percebia também, mas eu acho que uma insegurança maior deles em relação a isso, né? Que você assinava um terminho lá no TPU que você não pode vender, ceder ou alugar, e não que agora seja permitido, não é isso, você tem os limites de pagamento e tudo porque é um contrato, né, de financiamento e tudo mais, nos casos que são financiados. Mas isso é até emocionante para a equipe social. A gente costuma dizer, nós que estamos ali na terceirizada, que é o momento mais feliz do trabalho social, é quando você tá fazendo esse momento de assinatura de contrato, preparação das famílias para mudança, justamente por essa alegria que a gente vê nas famílias. Então eu acho que é muito importante (A.S. 3 - Gerenciadora).

Nesse depoimento a profissional registra a importância revelada pelas/os sujeitas/os, dimensionada pela configuração de um endereço formalizado, que ganha materialidade documental podendo funcionar como um comprovante final de sua propriedade.

Aqui a questão da terra se revela para além de suas funções de uso e correspondência à possibilidade de satisfação de necessidades radicais dos seres humanos, torna-se matéria que adquire valor e possibilidades de se pôr como oferta de socorro e sustentação ao capitalismo, sistema que a compreende como uma mercadoria e procura fazer dela uma tábua de salvação no interior da lógica de interesses privados.

Nesse âmbito, o Estado é importante ator responsável pelos processos de regularização fundiária que se ampliaram muito a partir do avanço de algumas legislações vigentes construídas a partir da virada do século XXI[92], avançando quando reconhece a luta histórica por moradia de diversos agrupamentos sociais que foram os grandes responsáveis pelo desenvolvimento de diferentes territórios no país, mas também retrocedendo ao não atuar frente às investidas do capital imobiliário que busca se apropriar de grandes glebas já regularizadas, a fim de dinamizar possibilidades de implantação de grandes condomínios a partir de processos de gentrificação de áreas historicamente mais precarizadas pela ausência anterior dos investimentos públicos.

Portanto, os projetos de regularização fundiária funcionam também para regular os interesses do mercado, provocando assim um processo massivo de expulsão individualizada dos núcleos mais empobrecidos que enfrentam um verdadeiro assédio imobiliário e são compulsoriamente deslocados, mais uma vez, para outros territórios ainda mais precarizados.

Os territórios com ocupação não legalizada e a presença de moradias precárias podem se configurar como ambientes vantajosos para práticas clientelistas no âmbito dos aspectos políticos, por estabelecerem uma zona de amplas inseguranças e um

[92] Para citar aqui apenas a título de conhecimento, podemos nos referir à Lei n. 11.977/2009, que dispõe sobre a regularização fundiária de interesse social em imóveis da União, abrangendo áreas públicas federais ocupadas por populações de baixa renda e à Lei n. 13.465/2017, conhecida como a "Nova Lei de Regularização Fundiária", que se propõe a “aperfeiçoar os instrumentos e procedimentos da Reurb”, além de dispor sobre a regularização fundiária rural. Sobre essa última legislação, é válido ressaltar que existem críticas contundentes quanto ao seu estabelecimento desde sua aprovação, aspectos que abordaremos adiante nesta sessão.

estado de ansiedade entre as/os moradoras/es ocupantes, que temem enfrentar situações de remoção, sejam elas promovidas pelo Estado, por proprietários particulares cuja terra não cumpre função social, ou inclusive motivados por forte incentivo do mercado imobiliário e financeiro.

É importante considerar nos contextos em que os territórios têm maior precariedade que as relações ali estabelecidas pela população são múltiplas e por necessidades diversas, porém sempre de caráter mais urgente. Quanto maiores os índices de pobreza, maiores são os vínculos construídos, sejam eles pelo acesso mínimo a um conjunto de serviços básicos ofertados pelos agentes mais presentes daquele perímetro, mas sobretudo, pelas redes de apoio e solidariedade mútua que se consolidam como expressões nítidas de uma busca frenética por sobrevivência.

Como destacou Santos (2023),

> Quando se fala em mundo, está se falando, sobretudo, em mercado, que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive da natureza; mercado das ideias, inclusive da ciência e da informação; mercado político. Justamente, a versão política dessa globalização perversa é a democracia de mercado. O neoliberalismo é o outro braço dessa globalização perversa, e ambos esses braços – democracia de mercado e neoliberalismo – são necessários para reduzir as possibilidades de afirmação das formas de viver cuja solidariedade é baseada na contiguidade, na vizinhança solidária, isto é, no território compartido (Santos, 2023, p. 142).

Mas a gestão federal deu passos significativos em direção à formalização das propriedades como afirmamos anteriormente, seja com o incremento de legislações que favorecem os interesses das/dos moradoras/es (como a já citada Lei n. 11.977/2009), seja pelo incremento de novas medidas que parecem ter favorecido muito mais os interesses do mercado e de grandes proprietários de terras, como é o caso da Lei n. 13.465/2017, promulgada durante a gestão de Michel Temer, que assumiu interinamente o cargo de presidente da República após o golpe parlamentar.

Sobre a referida lei, é importante considerar que ela foi aprovada por meio da conversão de uma Medida Provisória (MP), sem passar por um amplo debate com a sociedade civil, movimentos sociais e especialistas em direito urbanístico ou agrário. Essa forma de aprovação, sem a devida discussão, configura-se como uma medida antidemocrática, já que decisões sobre temas tão relevantes como a regularização fundiária deveriam ser tomadas de forma mais participativa e transparente.

A lei flexibiliza os critérios para a regularização fundiária, o que pode facilitar a legalização de terras griladas, especialmente em áreas rurais, gerando extensa preocupação com a possibilidade de a lei beneficiar grandes proprietários de terras em detrimento das populações tradicionais e dos pequenos agricultores.

De modo geral a Lei n. 13.465/2017 também enfraquece o aspecto da função social da propriedade como princípio fundamental da regularização fundiária, priorizando a titulação individual dos imóveis em detrimento de soluções que considerem o planejamento urbano e o bem-estar coletivo, favorecendo a especulação imobiliária, a concentração de terras e a intensificação dos conflitos fundiários.

O texto constitucional também não exige a garantia de infraestrutura e serviços públicos básicos, como água, esgoto, coleta de lixo e transporte público, para as áreas regularizadas, o que se configura como um outro aspecto de retrocesso no âmbito das ações públicas de regularização fundiária, podendo incentivar a criação de novos assentamentos precários e agravar as condições de vida da população que ocupa os territórios de maior precariedade.

Assim, fica evidente o quanto ainda precisamos avançar nas medidas e mecanismos para que esses processos de regularização fundiária levem a população, de fato, a condições melhores e mais seguras de moradia[93].

No entanto, como abordaremos adiante, podemos afirmar que a regularização fundiária não se configura individualmente como um fator isolado para determinar uma ocupação segura dos imóveis para a população mais pobre, já que muitos atendimentos habitacionais construídos como resposta do Estado ao problema da ausência de moradias consolidaram-se ao longo da história do país pela entrega de empreendimentos implantados sem que nenhum documento administrativo pudesse regularizar a propriedade dos imóveis às famílias atendidas.

---

[93] Apesar do tema de regularização fundiária não se relacionar diretamente ao objeto desta tese, consideramos relevante aqui apenas indicar a importância da ampliação de estudos, pesquisas e aprofundamentos sobre as experiências de incremento do chamado Termo Territorial Coletivo (TTC), um instrumento já utilizado em algumas experiências nacionais. Apenas a título de apresentação prévia, o instrumento busca realizar um alinhamento da propriedade individual das construções e a propriedade coletiva da terra, em que o processo de regularização fundiária é prévio e o TTC vem para blindar os territórios de interesse social dos processos de assédio imobiliário. A proposta consiste em separar o solo das construções erguidas nos territórios e assim toda a valorização que se converte pela localização física das moradias permanece na comunidade, ainda que ocorra a livre comercialização das construções, valoradas pelo investimento realizado no imóvel objeto da transação.

O depoimento da profissional entrevistada registra esse contexto de modo exemplar.

> Essa coisa, a convivência com a falta de regularização da posse ou a regularização... é muito complicada para a vida das famílias porque como ela fica vinculada ao poder público e o poder público não vai resolver, ela fica num limbo jurídico**.** Então, eu tô morando num conjunto habitacional, tipo o Cingapura que não tá regularizado, então eu preciso fazer alguma alteração, eu preciso fazer alguma... ou de fato fazer uma mudança, ou acessar alguma... ou fazer a discussão do acesso, mesmo, à moradia, né? Ou para eu poder reclamar de um vizinho que... eu não vou poder, porque tem uma questão da irregularidade da posse do empreendimento. Aí como são famílias mais pobres, eles sobrevivem só com o rateio das contas do condomínio, não conseguem fazer melhoria, então isso tem um impacto muito grande na vida das famílias. E mesmo no Minha Casa Minha Vida, porque como tem uma série de necessidades com relação à implantação do condomínio, síndico, administrador, a presença das terceirizadas, as famílias vendem, elas não conseguem ficar. Parte grande das famílias, elas vendem. Então mesmo que o Minha Casa Minha Vida tenha uma outra condição de regularidade no terreno, ela não se sustenta por muito tempo porque a família vai vender, ela vai sair, então precisa de AVCB, que é caro, precisa de uma série de questões para permanecer legal que às vezes a família não consegue manter. A gente tem um conjunto que eu acompanho, a gente suspendeu o trabalho porque a gente suspeita que o síndico, junto com o tráfico, vendeu vinte e três unidades, porque como o poder público demora muito tempo, não só o município, como a Caixa Econômica, para fazer análise de dossiê, fazer assinatura de contrato, isso é muito demorado, e para prefeitura também é demorado porque devia estar com esse grupo de famílias já aprovado antes do processo da entrega para a gente conseguir trabalhar. Aí ele fez a venda de vinte e três unidades, isso nunca tinha acontecido no Minha Casa Minha Vida. Vinte e três. E aí a pessoa invadiu, alugou, e já é a quarta pessoa, e aí tem ameaça com o síndico e com os funcionários para poder entrar. Então, mesmo no Minha Casa Minha Vida, para manter regular, é muito pesado e essa questão da segurança pública, ela tem... porque daí tem a presença do tráfico dentro do condomínio, com o apoio de parte, de alguns moradores, mas tem. Então isso é bem complicado porque a gente não consegue... não é da nossa responsabilidade, tem um rebatimento importante, mas a gente não consegue lidar. As famílias desse condomínio, elas ficam com medo de viajar e de voltar e não estar mais o apartamento lá, mesmo elas sendo regulares (A.S. 4 - Prefeitura).

O registro é importante quando destaca que mesmo frente à ação Estatal de atendimento habitacional, foram diversos os contextos em que a população mais pobre não apreendeu do Estado uma iniciativa que incluísse o registro de suas propriedades, até porque isso somente foi possível com a construção de legislações e instrumentos urbanísticos que permitiram o avanço das ações de regularização

fundiária no país, mediante a ressalva de que se trata de um contexto recente para a história do Brasil, quando tomamos a Constituição de 1988 como um dos principais marcos institucionais relevantes ao direito à moradia.

Práticas e hábitos comuns à população, como apenas ocupar e utilizar os diferentes espaços (casas ou apartamentos) para moradia, tornaram-se recentemente questões a lidar com a dimensão da ilegalidade, por não se enquadrarem nos aparatos legais e administrativos realizados pela figura do Estado. Tal contexto poderia justificar o fato de muitos ainda não compreenderem a lógica da cidade formal ou a necessidade de se implementar o trâmite de registros quanto à propriedade dos imóveis nos cartórios competentes (cartórios de imóvel) levando-os a operar apenas a transação financeira entre as partes, mediante a simples formulação e assinatura de contratos de compra e venda.

Para a população mais pobre, essa realidade está naturalizada dado um amplo desconhecimento das questões de âmbito fundiário e apenas as construções são tidas como referência e objeto de transação, mesmo em áreas irregulares do ponto de vista da questão fundiária.

Desse modo, poderíamos considerar que o próprio Estado provoca a ilegalidade e a determina, pois cria mecanismos que impedem as pessoas quanto à participação em determinados contextos de acesso, responsabilizando-as isoladamente pelo cumprimento de critérios e sugerindo que reúnam condições necessárias para o alcance de determinados direitos e o desfecho de suas próprias vidas.

A incidência do jurídico-formal, vinculado à questão da propriedade de terra, encontra-se cotidianamente com a/o sujeita/o “sem terra”, “sem teto” e “sem trabalho”, e nem todas/os alcançam a esfera da garantia do direito, inclusive em sua dimensão formal e legalizada. Esses são grupos amplamente prejudicados, que se constituem como demanda crescente nas salas de atendimento das/os trabalhadoras/es sociais.

Como apontou Chauí (2000, p. 85) ao retomar Caio Prado Jr., os dispositivos jurídicos ou legais da metrópole estão aquém da realidade da colônia, que inventa sua própria ação nos meandros, intervalos e silêncios do aparato legal e jurídico.

Por isso, desvelar que o Estado tem um projeto político é fundamental, compreendendo que os mais pobres não estão à margem do Estado, como se estivessem fora das bordas programáticas que a máquina opera. Mas, ao contrário, estão dentro, completamente incorporados a uma lógica de reprodução do sistema e

que funciona de forma satisfatória para manutenção das condições de desigualdade na sociedade capitalista.

Outro fator relevante no depoimento da profissional é o destaque quanto aos custos envolvidos para que as famílias mais pobres possam se manter nos imóveis, já que a formalização da propriedade acompanha o incremento de outros instrumentos de validação e segurança dos imóveis, como exemplificado pela necessidade do AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros) ou mesmo um projeto arquitetônico que sugira a demanda de muitos serviços particulares contratados, por exemplo a implantação de portarias eletrônicas, contratação de pessoal para limpeza ou serviços externos, manutenção de elevadores e outros.

E ainda assim, como relata a entrevistada, a segurança da moradia não se realiza de modo completo e definitivo, mesmo em casos em que a regularização do atendimento habitacional avançou até a emissão de documentos que formalizam a transferência da propriedade privada à família.

A profissional demonstra que frequentemente as pessoas sentem-se pressionadas pela presença e pela força do crime organizado, que se utiliza (e é ao mesmo tempo utilizado) das/ pelas instâncias de gestão condominial, implantadas por necessidade de um modelo de administração coletiva da propriedade privada ou mesmo por estabelecerem parceria com parte das/os moradoras/es residentes nos conjuntos habitacionais.

A população lida cotidianamente com ameaças, sentimentos de medo e pavor e uma crescente sensação de impotência frente às dificuldades que se assentam na complexidade de um contexto cada vez mais “moderno” quanto aos aspectos jurídicos, administrativos e de instâncias de gestão violentas, que permeiam a vida cotidiana e demandam das/os sujeitas/os um saber reflexivo prático que os conduza, no enfrentamento direto e diário das esferas de violência que os rodeiam.

Como destaca Telles (2021) ao prefaciar a obra de Daniel Hirata[94]:

> Lidar com as adversidades da vida é também, ou sobretudo, lidar com os limiares da vida e da morte. Transitar entre as situações adversas supõe algo como um saber prático, também reflexivo, sempre reflexivo, acerca do modo de se conduzir frente aos azares da vida e aos riscos da morte violenta. [...] De partida, reconhecer a dimensão conflituosa inscrita nas tramas dos ilegalismos populares não é tão somente acolher evidências postas no mundo social. É mais do que

[94] No livro *Sobreviver na adversidade*: mercados e formas de vida. São Carlos: EduFSCar, 2021.

> isso, muito mais. É o modo de colocar em perspectiva as relações de poder e os jogos de força que conformam e estruturam as práticas sociais inscritas nos contextos situados, em que os mercados informais e ilegais se estruturam (Telles, 2021, p. 7-8).

Assim, o Estado apresenta sua faceta de legalidade quando, por exemplo, elabora, programa, desenvolve e espraia suas formulações programáticas quanto aos desenhos das políticas públicas e seus critérios de elegibilidade, acesso ou manutenção de repasses vinculados aos programas de transferência de renda. Porém frente aos mecanismos possíveis que oportunizem corrupção, práticas clientelistas, estratégias de fraude, desvio de recursos, manipulação dos órgãos de gestão de políticas, programas e serviços, vinculação ao crime organizado e às milícias revela sua faceta ilegal, violenta e de caráter burguês.

Desse modo, é preciso às/aos profissionais reconhecer que os aspectos da questão fundiária e a realidade violenta dos territórios comparece de modo determinante para a construção das relações sociais e necessita de compreensão por terem profundidades diferentes e caminhos diferentes, apesar de presentes na mesma realidade.

Essas questões carecem de uma análise em perspectiva histórica, pois somente assim poderão ser melhor compreendidas e traduzidas à população. Para que ganhem em potencialidade de construir novas e relevantes reivindicações ao Estado por meio das políticas setoriais, é preciso que apreendam também as fendas da contradição e do movimento histórico-dialético da realidade social.

Por isso, ao longo do desenvolvimento da pesquisa e enquanto um elemento central para as discussões que vislumbramos como de grande importância na trajetória de construção desta tese, reconhecer a forma como assistentes sociais têm se aproximado dos territórios de vivência da população configurou-se como um de nossos objetivos, pois identificar como as/os profissionais têm se apropriado desses aspectos que tocam a vivência cotidiana das/dos sujeitas/os nos diferentes territórios, seus meios e modos de vida, também nos parece tarefa fundamental nessa trilha de estudos.

Trata-se de caminho que contribuirá para as mediações necessárias ao trabalho social das/os profissionais, com diferentes experiências e apreensões acumuladas frente aos territórios, às/aos sujeitas/os e às relações sociais estabelecidas no cotidiano.

A seguir, propomos maior aprofundamento da dimensão que ganha a violência nos desafios e acirramento das condições concretas de vida da população, emolduradas com bordas predatórias próprias ao sistema capitalista.

1.5. A violência como mediação no tempo-espaço: desdobramentos decorrentes da guerra pelos territórios

> Do que temos medo? Temos medo do grito e do silêncio; do vazio e do infinito; do efêmero e do definitivo; do para sempre e do nunca mais... da deleção e da tortura; da traição e da censura... da culpa e do castigo; do perigo e da covardia...
>
> Marilena Chauí

Consideramos elemento fundamental conhecer ao menos brevemente alguns aspectos históricos e determinantes para a constituição das cidades e outros fatores dela decorrentes de modo a reconhecer a dinâmica que impera no cotidiano da população.

Nesse caminho, é relevante que o tema da violência e algumas de suas especificidades, como a violência urbana e a esfera do medo (individual, social e coletivo) recebam um aprofundamento em nossos estudos, compreendendo esses elementos como importantes chaves interpretativas da realidade social e da vida cotidiana nos territórios, que toma parte significativa dos contextos de sociabilidade.

Concordamos com Chauí (1995 *apud* Baierl, 2004, p. 22) ao indicar que cada cultura e cada sociedade constroem compreensões do significado e do sentido da violência, dando-lhe conteúdos diferenciados em cada tempo e espaço, uma noção que particularmente nos interessa, dada a relevância indicada pela filósofa das categorias “tempo” e “espaço”.

Certamente compartilhamos um sentimento geral de indignação frente aos dados que oficializam a realidade da violência urbana no Brasil[95]. Mas o fato é que

[95] Não nos ocuparemos nesta pesquisa da apresentação ou análise da coleta de dados quantitativos sobre a situação de violência e/ ou criminalidade, mas podemos indicar algumas das principais fontes sobre o tema incluem: o Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), sendo uma publicação anual que reúne dados sobre diversos tipos de violência, incluindo homicídios, violência doméstica, violência sexual e acidentes de trânsito. Também o Relatório Anual do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), produzido pelo Ministério da Saúde pode ser consultado como um sistema de informação que registra os óbitos ocorridos no Brasil. Seus dados são principalmente utilizados para o cálculo sobre as taxas de homicídios e outras causas de morte no país. Existem também fontes advindas do Ministério da Justiça e Segurança Pública, reunindo registros das Polícias Civil e Militar sobre os crimes, além da importante Pesquisa Nacional de Vitimização, produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

esse importante fenômeno (complexo e multifacetado) exige disciplina, fôlego e principalmente o reconhecimento de que se trata de uma tarefa transversal na sociedade e que necessariamente deve ser discutida de modo associado à compreensão das relações de poder que se estabelecem historicamente em nossa sociedade, assim como seus reflexos e consequentes transformações sob os diferentes modos de sociabilidade por ela desenvolvidas e também afetadas.

Cabe uma ressalva no que se refere à noção de violência que desejamos abarcar em nossos estudos considerando essa perspectiva.

Apesar de construir neste item intensa referência às dimensões da violência física, considerando a esfera da violência urbana tomada em sua forma mais evidente, envolvendo o uso da força com o intuito de subjugar, intimidar e exercer poder sobre outrem, realizada seja por indivíduos, grupos ou instituições, é preciso demarcar que estes aspectos objetivos gerados por essa violência palpável tendem a encobrir as dimensões subjetivas e intersubjetivas incluídas nessas experiências. Um aspecto tão relevante quanto os próprios atos, números e realidades concretas de violência que se espalham pelos territórios.

Uma relevante obra a ser consultada sobre o tema refere-se à tese de doutoramento, posteriormente publicada como livro, da Profa. Dra. Luzia Fátima Baierl[96]. Em seus estudos, Baierl (2004) descreve como o medo social altera profundamente o território e o tecido urbano. Nesta reflexão incluiremos também o espaço rural e os territórios de florestas, cada qual com as suas particularidades nas diversas expressões de violência que acompanhamos atônitas/os ocorrer desenfreadamente em todo o país.

Para a autora, o medo social é um medo construído socialmente, com um fim último de submeter pessoas e coletividades inteiras a interesses próprios e de grupos, tendo sua gênese na própria dinâmica da sociedade.

Baierl (2004) busca explicitar a teia de relações tecidas nos espaços de moradia, territórios demarcados por outras lógicas que não as instituídas legalmente, e que, potencializadas pelo medo (decorrente de ações violentas e intimidações diversas)

Estatística (IBGE), que coleta dados por meio de pesquisa domiciliar com informações a partir das experiências da população com diferentes tipos de violência.

[96] BAIERL, Luzia F. *Medo Social* – da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004. Luzia foi docente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo durante 31 anos e atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista.

dificultam ou limitam as formas de ações coletivas ou demarcam espaços do possível e do permitido.

Baierl (2004) destaca que há uma necessária interpretação de conteúdo valorativo e cultural que precisa ser associada à discussão do medo social e da violência, já que o tema por vezes pode provocar um discurso que enaltece a esfera dos mercados privados em detrimento do importante papel que deve ser exercido pelo Estado.

> Tomar o medo social como objeto implica desvendar o conteúdo valorativo e cultural que vai sendo tecido a partir das relações ambíguas entre o âmbito privado e o público. Nessas relações, formas novas de poder são criadas e exercidas, colocando em dúvida os poderes legalmente instituídos. Quem manda e quem controla as favelas e os bairros da periferia? Quem dá segurança às pessoas? Que tipo de segurança? Em troca de quê? Explicar essas indagações exige aprofundar-se na questão da violência urbana, reafirma a esfera do privado na busca de práticas de enfrentamento, potencializando o ódio e desqualificando o Estado como gestor da *res publica*[97] (Baierl, 2004, p. 24).

Desse modo, falar de violência é saber sobretudo particularizá-la em sua origem e especificidades, evitando um movimento de amplas generalizações e reconhecendo os personagens que entram e saem de cena e os processos obscuros que os envolvem e entrelaçam.

Todos se sentem afetados, ameaçados e correndo perigo. Ameaças reais, vindas de sujeitos reais, são contrapostas a ameaças potenciais típicas do imaginário singular coletivo, produzido pelos índices perversos do crescimento da violência nas cidades (Baierl, 2004, p. 20).

Relembra Baierl (2004) que Caldeira (2000)[98], em sua pesquisa sobre crime e segregação na cidade de São Paulo, trabalhou com a hipótese de que a violência e o medo combinam processos de mudanças que alteram a arquitetura urbana, segregando grupos em espaços sociais mais fortificados e discriminando segmentos sociais.

---

[97] Do latim, coisa pública.

[98] CALDEIRA, Teresa P. do R. *Cidades de muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo. EDUSP, 2000.

No caso da violência urbana, é sabido que ela se consolidou como uma expressão de força e poder nos territórios com uma rápida expansão e capilarização, e com consequências diversas para o/a morador/a da metrópole.

Inserida no cotidiano da população, com particularidades em cada localidade onde se expressa, na especificidade dos territórios periféricos ganha traços de maior brutalidade/ barbárie nos espaços onde a maior parte das/os ocupantes é a população preta e parda e as camadas mais pobres e com menor grau e possibilidades de acesso ao trabalho, renda, escolarização, serviços, equipamentos e políticas públicas.

Chega a ser assustador recordar como são recorrentes as vezes em que assistimos às cenas de tanques de guerra circulando pelas favelas do Rio de Janeiro. Mas a história e as diversas manchetes de jornais e notícias televisionadas estão disponíveis para fortalecer a memória daquelas/es que viveram dias de uma verdadeira guerra justificada pela presença do tráfico e das armas de fogo, mas que maquiavam, na realidade, a luta pela disputa de altos recursos financeiros e uma dinâmica de comando dos territórios cariocas.

Já a cidade de São Paulo e outras tantas espalhadas pelo país não fica para trás quando o tema são as ações de violência extrema praticadas pelos diversos grupos do crime organizado ou mesmo pelas forças policiais organizadas. Na capital e em outros municípios as estratégias de extermínio também são orquestradas com louvor e maestria.

No entanto, seria um equívoco considerar que o lugar da violência urbana é a periferia, pois ela se expressa de modo geral em todos os territórios da cidade, embora se comporte de modo diverso a partir das localidades e contextos socioeconômicos, étnico-raciais, culturais e políticos da população nos territórios.

São, portanto, distintas as expressões de violência nos territórios periféricos, nas áreas de maior concentração de grupos mais elitizados e com altos rendimentos ou nos centros urbanos.

De fato, cabe inserir a questão da violência urbana no contexto da violência estrutural, como um tema que deve ser conhecido e discutido pelas/os profissionais. Não como um elemento que determine uma proposta de ação e intervenção de enfrentamento da violência pelos diversas/os profissionais envolvidas/os nos atendimentos das políticas públicas (no campo da assistência social, educação, saúde, habitação ou demais), pois consideramos que essa é uma responsabilidade e um papel (estritamente) destinado ao Estado.

Mas a fim de que as/os profissionais possam conhecer e reconhecer a dimensão da vida real da população e, assim, contribuir com as interpretações necessárias e a formulação de programas e projetos no âmbito das políticas públicas que correspondam às reais necessidades da população e reforcem a responsabilidade do Estado no enfrentamento dessa problemática estrutural do sistema capitalista.

Tal enfrentamento deve se consolidar com ações que ampliem acesso a equipamentos sociais e a políticas públicas, assim como a sólidas políticas de geração de trabalho e renda e, paralelamente, realizem uma revisão completa do sistema de encarceramento no país[99], um modelo já sabidamente esgotado como alternativa eficaz ao problema da violência no Brasil.

Quanto à maneira como essas questões interpelam o trabalho social, as profissionais entrevistadas pela pesquisa revelam como alguns desses aspectos se apresentam no cotidiano profissional:

> Quando eu comecei a trabalhar na prefeitura a gente tinha "os meninos da boca", sabe, fumava maconha, vendia maconha, tava ali e que era, em um certo sentido uma questão, mas eles estavam ali, eles ficavam na deles, a gente ficava na nossa, e ficava tudo mais ou menos que "Ok". Eu acho que tem um dado aí de mudança nisso que é a presença do crime organizado, né? Que um chama de terceiro poder, quarto poder, quinto poder... sei lá o que... mas ele é o crime organizado dentro dos lugares onde a gente tá. Com endereço "legal", não importa, a gente tem o crime organizado presente. E eu acho que a gente tem muita dificuldade de lidar com isso, muita muita muita dificuldade mesmo, porque ou a gente nega a existência, ou a gente não quer saber, porque a gente também tem medo das consequências, das consequências individuais, da nossa própria vida, ou a gente tem medo das consequências de alguém associar a gente ao crime organizado. Então eu acho que a gente hoje tem ainda muita dificuldade de lidar com isso. Agora eu também entendo que isso não é um tema fácil da gente lidar. Agora eles estão aqui, nos nossos territórios. Eles mandam, eles intervêm, e vamos combinar que, em áreas que eles estão muito presentes, o nosso trabalho avança ou retrocede a partir do que a gente diria da "concessão", da "autorização" que é deles, do crime organizado. A gente tem dificuldade de fazer essa discussão. A gente tá bem longe... ela é muito periférica para gente ainda. Mas quem já trabalhou, principalmente, com urbanização de favela, já passou, já vivenciou isso no cotidiano. Eu tive uma experiência em Paraisópolis, lá a gente tinha um crime organizado, lá era literalmente o PCC atuante, e dali reverberavam coisas para a

[99] E aqui não nos referimos a propostas de melhoria ao atual sistema prisional, mas nos afeiçoamos às discussões que apontam para o necessário abolicionismo penal, uma vez que o atual sistema e toda a lógica de encarceramento no país e no mundo atendem aos interesses capitalistas com ampliação dos processos de violência, aprofundamento dos processos de corrupção e até o incremento de propostas de tortura.

cidade inteira. Eles eram aqueles que apareciam na televisão, quando alguém dizia: “foi preso!”, era o cara lá de Paraisópolis, via de regra, foi morto, assim jovens, né? O que é muito espantoso, pra mim espantoso, que é jovem, e não é um jovem de 28 anos, é um jovem de 23, de 22, com um poder, com um poder dentro da organização, dentro do território, absurdamente grande. E lá em Paraisópolis a gente foi chamado várias vezes... foi chamado por eles, porque a gente pode não saber quem são eles, mas eles sabem quem somos nós. Então eu fui chamada várias vezes para essa interlocução, e eu vou dizer, não tenho nenhum problema de dizer isso, dá um medo lascado da gente ir, porque a gente tem que ir até o lugar deles. Aí a gente se pergunta: “Pô, sou eu que tenho que ir, né?, Sou eu que tenho que fazer essa interlocução, né?” E eu fui. Várias vezes, eu fui. Porque eu entendia que não era a gente que tinha que fazer essa interlocução, mas eu precisava entender o que que era isso, né? O que que era esse poder todo que tá lá, invisível, para nós invisível. As famílias sabem perfeitamente quem são né. Como atuam, onde estão, quem manda em quem, mas é uma coisa que ninguém comenta. E para gente isso não chega, isso não chega. Eu acho que nós vamos sempre ter muita dificuldade de chegar. Eu acho que eu nem quero chegar nesse povo aí não sabe, mas eu acho que a gente precisava era entender o tal do crime organizado. Você pode ver que a gente tem vários nomes, né? É o poder paralelo, é o terceiro poder, o quarto poder... a gente dá um monte de nome, mas ele é o crime organizado gente, com uma estrutura. Com poder, e não é poder na favela, é poder no município, é poder no Estado e infelizmente ele está dentro do poder constituído, ele tá dentro do poder legal. Ele não é só um grupo ilegal. Ele atua dentro do que a gente reconhece como a estrutura de poder. Ele incide. E se ele não está lá dentro, ele incide sobre isso. Todo mundo que já viu o governo do Estado, quando tem as rebeliões, sabe que ele tem esse pano de fundo. Então eu não sei se a gente tem que ter essa interlocução, porque eu também fico com receio de que essa seja mais uma frente que a gente tem que dar conta. Eu não quero dar conta de questão de segurança. Quem tem que dar conta é o governo do estado, a prefeitura... eles têm essa capacidade. Eu só acho que a gente tem que compreender. Porque a gente também tem um preconceito grande, no sentido de não quero nem entender como é que esse negócio se dá. Então eu acho que a gente tem que entender, entender porque ele afeta o nosso cotidiano, né? Mas eu quero passar bem longe disso, porque a questão da segurança pública não nos diz respeito, muito embora as pessoas digam: “Ah tem um pepino com tráfico!”. Aí a gente tem que ir lá resolver. “Ah tem o pepino com o trânsito!”. A gente vai lá resolver. “Ah tem não sei o que lá da saúde!”. Tudo é: “a gente vai lá resolver”. Não! Trabalho social não é um mediador de conflito, ele não é um coringa. “Ah precisou”... Bota ele lá! Então acho que a gente também tem que ter discernimento porque não é nosso, e eu tenho medo quando a gente entra nisso e se “embanana”. Não quero dizer que a gente não tenha relações, porque eles são parte da comunidade, eles nos procuram, eles vêm dialogar, muitas vezes eles vêm dialogar e a gente nem sabe quem eles são. Então a gente tem que dialogar, tem que olhar para essas pessoas, também se ela tá na área de reassentamento, ela tem o direito, ela vai sair. Ela não é menos cidadã porque ela tem um problema com a polícia. Se ela tem um problema com a polícia é a polícia quem vai resolver, é a justiça que vai resolver.

> Eu não vou entregar ninguém. Não vou fazer relatório dizendo que tem foragido no meio da demanda. Eu não tenho nada a ver com isso. Não acho que é nosso papel, muito embora, muitas vezes, o judiciário mande aquelas cartas horrorosas pra gente responder tipo isso, né: “Quem tá aí no seu pedaço?”. Mas eu penso isso. Acho que isso... Ele é um aspecto bem difícil pra gente. E que a gente não pode ignorar. A gente não pode ignorar, mas também não pode entrar de cabeça, eu não quero entrar de cabeça em nada disso não. Eu hein, não quero não (A.S. 1 - Assessoria).

O depoimento da profissional é riquíssimo a fim de demonstrar o quanto o trabalho social encontra-se cotidianamente atravessado pela dimensão da violência e do crime organizado e o quanto ainda estamos de certo modo distantes dessas questões, inclusive devido ao próprio medo que experimentamos quanto à necessidade de nos depararmos com tais dimensões nos diferentes territórios.

Mas a entrevistada é precisa ao demonstrar que, apesar do necessário entendimento que as/os profissionais devem alcançar acerca dessas dimensões, lidar com esses fatores configura uma tarefa do Estado e não da profissão ou das/os trabalhadores sociais.

A profissional aborda o quanto o trabalho social torna-se parte das dinâmicas sociais, sendo reconhecido pelos atores da criminalidade nos territórios ou mesmo por se relacionarem internamente com as esferas da administração pública (cujo limite é tênue frente às instâncias do crime organizado), revelando a porosidade do Estado em seu diálogo e envolvimento direto com as diversas forças em presença nos territórios e a capilaridade do crime, que se torna um agente visível e invisível (a depender das circunstâncias em que se apresenta) às/aos sujeitas/os que se interrelacionam no chão da realidade social.

A assistente social entrevistada discute o quanto somos requisitadas/os a responder a diversos aspectos sem que tais fatores correspondam de fato às competências da profissão, mas como recorrentemente somos tomadas/os como trabalhadores do “faz tudo”.

Outro fator a ser destacado refere-se à questão do olhar despido de preconceitos e discriminação da profissional em relação àquelas/es que estejam em contexto de condenação perante o sistema judiciário, demarcando com exatidão que não cabe ao trabalho social uma distinção no trato com essa parcela da população, mas compreendê-la como parte integrante da população que ocupa os territórios cujas intervenções do trabalho social estão direcionadas.

Sobre a particularidade das áreas periféricas e o tema da violência urbana, Baierl (2004) enfatiza que as entrevistas realizadas em sua pesquisa indicavam que uma criança moradora de uma favela não se espantaria ou se assustaria com um cadáver no chão, enquanto uma criança de classe média provavelmente se assustaria, já que nunca ou raramente se deparou com tal cena em seu cotidiano.

> Em áreas de favelas, a possibilidade de crianças e adultos se depararem com pessoas assassinadas e presenciarem conflitos armados e violentos é maior do que em outros segmentos sociais, a visão da morte violenta aparece, com certeza, muito através da mídia. Enquanto os moradores de áreas violentas lidam e são afetados muito mais pelo real vivido cotidianamente, os segmentos de outros territórios lidam muito mais com um real imaginário distante (Baierl 2004, p. 23).

Esse também foi um dos aspectos revelados por uma das profissionais entrevistadas, ao observar como o uso de substâncias é tratado pelas forças policiais nos diferentes territórios, assim também como a violência ganha relevo, incluindo aspectos de acesso à infraestrutura dos territórios, tornando-se mais um marcador de desigualdades.

> Eu acredito de forma geral, chega pouco, na minha experiência, nos espaços que eu estou, e é bem interessante, eu vou aprender bastante hoje já percebi, vou até compartilhar, porque eu tô participando dentro da gerenciadora que eu faço parte hoje de vários lugares, eles estão abrindo muitos cursos, núcleos, análises, enfim, várias frentes de reflexão que era uma demanda dos funcionários. Não vi ainda esse eixo que você tá falando, assim tipo entre os profissionais, entre os trabalhadores sociais algo muito sobre essa pauta, agora dentro do cotidiano sim, né? Dentro do cotidiano, ele está posto. Hoje chamam de quarto setor, eu ouvi falar, cada hora põe um nome enfim, achei assim curioso esse nome, mas não é só isso, né? Quando você mesmo fala tem a questão da terra, que aí é um outro aspecto, mas eu acho que de modo geral, a gente pode pensar, quando a gente pensa exclusão, inclusão, o que está à margem e quando a gente pensa a cidade, a forma que ela foi construída, de São Paulo, né? Falando de São Paulo, a forma que ela foi pensada, como foi feito essas divisões e lugares? Tô indo um pouco mais pra trás para eu poder pensar isso junto com você. Já foi na verdade é tudo muito programado, eu, dentro dos meus estudos, eu vejo isso. E das minhas práticas é muito programado, então quando a gente fala das terras eu fiz uma exposição agora recente que eu falo da lei de terra de 1850, que vem antes da abolição, né? E que isso faz um marcador quem tem direito e quem não tem, naquele momento a população negra, não tinha nenhum porque ainda tava escravizada, então assim tava num processo de escravização. Então esse processo ele vai se fazendo

> desse lugar, e muitos outros direitos foram negligenciados, né pra grande parte da população que hoje é a maior parte da população. Então, eu não vejo e aí essas desigualdades vai se transformar em violência, não tem outro lugar pra ir, não tem mágica e não é sem propósito. Então, eu acredito que essas desigualdades que são colocadas, esse sistema que a gente fala tanto do capitalismo, essa questão da luta de classes, tudo isso está dentro das comunidades, a comunidade ela não tá deslocada do restante. Ela tá mais vulnerável, de direitos, mas lá como eu falei no começo, tipo os saberes estão ali, a galera quer aprender também, a galera sabe muita coisa, o pessoal também quer fazer outras coisas, porém, esses conflitos, esses pré-conceitos estão também nesse ambiente, né? Então o direito à água, ao saneamento, pavimentação, ao esgoto, a iluminação... tudo isso é muito violado. As violências são mais intensificadas, enfim, pessoas são mais... e violências físicas, então assim, é totalmente diferente, né? Um jovem que está fazendo uso de substâncias de maconha na favela e aqui perto de onde eu moro do lado do Mackenzie ali, ele fica do lado da viatura, o policial olha para ele, ele olha para o policial, o policial fala “boa noite”... em outro lugar ele é assassinado. Então assim, geograficamente, né? Até hoje em dia eles estão falando isso, racismo geográfico... é isso porque o território ele marca também isso. Onde você tá com menos risco, onde você tá com mais risco. Isso é um fato, né? Isso é um fato. Então eu acredito que isso de lícito e de ilícito está posto aí. Agora igual a questão do quarto setor, sabemos que as gestões políticas públicas elas se relacionam com eles, né? No sentido de algum modo ela se articula para poder acessar, não é uma coisa que ela deixa pra lá, senão não movimenta, enfim. Então tem regras. E então a gente que é trabalhador da ponta, a gente não acompanha, mas a gente tem, de alguma maneira, ciência que essas negociações acontecem, então assim não dá para achar que isso não reverbera ainda, só que a gente acho que a gente nem sabe de outro modo de sociedade, porque dessa geração é o que tá posto, 200 anos atrás era diferente, mas a gente não acompanhou, né? E o que vai ser pra frente a gente também não sabe, mas hoje eu acredito que tem essas questões e que a gente talvez não debata muito porque a gente não sabe o que fazer com isso. Tipo o que que a gente vai fazer, pensar uma atividade? Vai falar do quarto setor? Como que a gente pensa isso, né? Eu acho que poderia sim. Acho que tudo vale conversar não é para achar a solução e resolver o problema, mas é para a gente elaborar, pra gente... enfim, no cotidiano, para as famílias, da maneira que a gente atende essas pessoas, porque essas pessoas estão com essas vulnerabilidades. Muitas vezes os familiares de cada lugar que a gente está tem um familiar que tá recluso, então tenha aí algo que a gente poderia sim nos sensibilizar, nos humanizarmos mais né, mas eu acho que ainda é um ponto bem pouco discutido (A.S. 5 - Gerenciadora).

Em mais um depoimento temos o registro do quanto este tema, apesar de tão presente no cotidiano, está ainda pouco contextualizado e debatido entre as/os trabalhadoras/es sociais, assim como a dimensão da violência também se expressa pela escassez de serviços e equipamentos nos territórios, trazendo uma realidade de violação de direitos realizada pelo próprio Estado.

A profissional destaca também a dimensão do racismo geográfico e ambiental, um aspecto importantíssimo e que tem sido ainda pouco explorado pelas/os profissionais que lidam com as temáticas urbanas e habitacionais, um desafio para nossos registros de atendimento e identificação do perfil das famílias que ocupam os territórios de maior precariedade, áreas de insalubridade e risco permanente[100].

Essa invasão da violência no cotidiano deve, portanto, ser compreendida a partir da incorporação de outras forças em presença que se constituíram nos territórios. É importante situar como a violência vem se estruturando a partir de organizações, como o Primeiro Comando da Capital (PCC), por exemplo, e entender sua história, seu surgimento e sua proposta de organização e atuação na cidade. Assim também como eles se relacionam com outras instituições, a própria estrutura das forças policiais, os grupos de milícia e as demais forças no território, sejam de cunho político partidário, lideranças locais e constitutivas das experiências coletivas das/dos sujeitas/os, grupos religiosos e instâncias do Poder Executivo.

Todas essas instâncias atuam, a priori, com a compreensão da existência da violência urbana e da potencialidade que ela carrega, exercendo pressão, força e comando sobre a vida da população. A violência urbana reconhecida, portanto, como uma esfera de controle e poder da vida humana.

Quanto ao que conhecemos acerca da história do PCC, há registros de que a organização criminosa brasileira teve origem no sistema prisional paulista, mais especificamente no ano de 1993, como resposta à precariedade das prisões e às ações de violência operadas pelo Estado. O contexto histórico e social foi marcado pelo "massacre do Carandiru", em 1992, em que 111 detentos foram mortos pela Polícia Militar.

[100] Com intuito de corroborar tal registro, podemos revelar que para nossa experiência de atuação na Secretaria de Habitação de Osasco, foi somente em 2022 que passamos, enquanto equipe social, a nos ocupar com a formatação de novos instrumentais de coleta de dados de atendimento que incluíssem o quesito de coleta raça/cor e outras variáveis das/os usuárias/os atendidos internamente pela Secretaria, exceto nos casos de processos de cadastramento de áreas ou territórios específicos, em que a coleta já ocorria por meio dos instrumentais já utilizados e que compunham diagnósticos para a construção dos planos de trabalho ou outras modalidades de intervenção. Mas as/os usuárias/os com atendimento direto pela Secretaria ou atendidos pelo programa Bolsa Aluguel (programa de apoio habitacional operado pelo departamento) só passaram a ter sua informação coletada a partir do ano de 2022, após um longo ciclo de formações, sensibilizações e diálogo conjunto entre as/os profissionais do departamento, o que culminou com a adoção de um novo instrumental para coleta desses dados para uma tentativa futura de apresentação de diagnósticos sobre as/os munícipes atendidas/os.

Desde então o PCC envolve-se em diversas rebeliões em presídios paulistas, promoveu atentados contra líderes de facções diversas e consolidou sua liderança no crime organizado local, expandindo-se também para outros estados.

A organização estrutura-se em células autônomas, no entanto com uma liderança formada por membros históricos da facção, responsáveis por validar um rígido código de conduta, que inclui regras de comportamento, punições e até mesmo a pena de morte para membros que cometam transgressão ao referido código.

O tráfico de drogas, envolvendo outros estados e países (principalmente os latino-americanos), é a principal fonte de recursos do PCC, mas a organização também se beneficia de atividades como extorsão, lavagem de dinheiro, sequestros e roubos. Como destacou D'Andrea (2022), o PCC também se tornou um dos agentes imobiliários da cidade, ao organizar ocupações e decidir quem pode e quem não pode morar em várias favelas sob seu domínio.

Uma das profissionais entrevistadas demonstra como essa relação pode ser percebida pelas/os trabalhadoras/es sociais e como impacta as sociabilidades nos territórios onde o trabalho se desenvolve:

> Na habitação a gente lida com a questão do interesse do mercado imobiliário, ali mesmo dentro da comunidade, não falo do mercado imobiliário, né, de uma forma ampla, mas eu trabalhava na zona leste de São Paulo e, só na zona leste de São Paulo, a gente teve a entrega de mais de 6 mil unidades habitacionais. Então, a gente percebia muito o uso, né, da ilegalidade voltando para a questão do tráfico, de pessoas para serem beneficiárias dessas unidades habitacionais, mas que depois elas seriam repassadas para o tráfico, chamados laranjas, né? E é muito sensível, né, essa questão, porque por mais que você, de uma certa forma, por mais que a gente identificasse essas questões, a gente trabalhava no que a pessoa trazia ali pra gente de que ele que era o beneficiário, enfim. A gente não entrava nessas questões. Mas a gente teve casos de técnicos serem impedidos de fazer depois a pós-ocupação, porque iam identificar essas ilegalidades, né? A gente tava trabalhando ainda as famílias no processo de pré-ocupação e já sabia de vendas de unidades. Então eu acho muito frágil esse monitoramento, né? Vamos chamar assim, dessa demanda e desse trabalho que a gente faz, meio que sem respaldo também, meio que sem diretrizes, como eu falei, sem uma discussão de como a gente… eu acho que o técnico em Sehab ele tem ficado muito sozinho, né, nessas situações e aí a gente lida, né com essas questões, quando elas aparecem de uma forma mais clara, a gente tenta ampliar a discussão, levar pra equipe, levar para coordenação, mas no dia a dia elas chegam de uma forma mais velada e acabam passando, né? Sem grandes atuações. Até porque a gente teve também esse distanciamento, né, do território, dos movimentos sociais, das lideranças. E aí as coisas vão acontecendo meio que

> aleatórias, né? Na época que eu estava trabalhando mais diretamente nessa parte de reassentamento, o que me aparecia mais dentro desse assunto da ilegalidade é essa questão do atendimento. E aí você começa a perceber que você tá entregando 6 mil unidades habitacionais e parece que o atendimento ele fica girando em torno das mesmas pessoas, né? E aí você continua vendo pessoas em situação de risco, continua vendo pessoas morando precariamente, família sem atendimento, isso também vai gerando uma frustração bem grande, né? (A.S. 6 - Prefeitura).

Frente a essa expansão do crime organizado e da dimensão de violência que se intensifica nos territórios, destacamos como o relato da profissional é revelador sobre a incapacidade do trabalho social e, portanto, sua errônea responsabilização, em definir, determinar ou garantir critérios de atendimento habitacional às/aos envolvidas/os.

Critérios muitas vezes construídos após longo tempo de atuação em conjunto com a população, que nessa trajetória percebe esfacelada a realização de um trabalho em parceria que primou pela experiência da construção coletiva de critérios e o exercício democrático das/os envolvidas/os.

No conjunto, o relato das profissionais revela diversas micro-expressões que descrevem a capilaridade do poder (político, criminal e administrativo) frente às instâncias democráticas. Experiências que retroalimentam, a dinâmica de distanciamento das/os profissionais dos diferentes territórios.

Como destaca Feltran (2018), em estudos de referência sobre o tema,

> Se há uma questão radicalmente incompreendida nos meios de comunicação, e mesmo entre especialistas, ela se refere ao tamanho e à abrangência do PCC. Essa incompreensão tem a ver, de novo, com a forma dominante de pensar a facção como uma empresa ou um comando militar. Modificando essa metáfora, entretanto, fica mais fácil compreender o fato de uma cadeia com cerca de quarenta irmãos batizados, numa população total de mil presos, poder ser considerada inteira "do PCC". Isso acontece em São Paulo em vários casos. Nessa cadeia não é o mando de alguns, mas, como se diz, o ritmo da cadeia que é o PCC. Na prática, isso quer dizer que os demais presos, não batizados, correm com o Comando, são "companheiros" – ou seja, não se opõem aos princípios da facção e praticam esses princípios em seu cotidiano (Feltran, 2018, p. 88-89).

Outras pesquisas também demonstram como essa lógica de irmandade opera, mas sobretudo, sob a forma de gestão da “segurança” que o comando realiza nas periferias e prisões.

Um estudo interessante sobre o tema é dissertação de mestrado de Eduardo Armando Medina Dyna, intitulada *O crime produz segurança? Uma análise do dispositivo de proteção, segurança e administração de conflitos do Primeiro Comando da Capital nas periferias paulistas*. Na proposta de estudo, o autor se propõe a investigar um “salve”, isto é, uma orientação normativa efetuada pela facção entre os anos de 2021 e 2022, que proibiu manobras de motos nas periferias de São Paulo sob a justificativa de não prejudicar os moradores, ganhando bastante aprovação da população e controvérsias com os órgãos de segurança pública.

Para uma das profissionais entrevistadas essa questão foi também sentida ao registrar o reconhecimento da população sobre as instâncias do crime organizado atuando de forma objetiva para a mediação de conflitos nos territórios.

> Eu lembro de um caso que era o caso de um filho de uma mulher idosa que é usuário, ela não queria que fizesse a denúncia porque ela não quer que ele seja preso. Aí conversa com CREAS, aí ele fala que ele vai melhorar, dos poucos casos que a gente ainda conseguiu conversar com o CREAS, aí "ah não, é porque ele vai melhorar", e passa um pouquinho de tempo, tem outro caso de violência, de bater mesmo. Aí os vizinhos chamam, porque daí não tá resolvendo. Quem resolve? O tráfico que vai lá e diz: da próxima que você bater, a gente vai matar você. Aí deram uma coça nele, ele não bateu mais na mãe, porque... Então as famílias, elas sabem que elas perdem os filhos, também, para o tráfico. No limite, quando você tem uma situação que o poder público não vai dar conta, elas vão procurar a questão do tráfico para poder resolver (A.S. 4 - Prefeitura).

Nesse relato há um contexto exemplar de como o Estado e as políticas públicas e sociais têm perdido espaço para o crime organizado, quanto à relevância e eficiência no âmbito das problemáticas vivenciadas pela população.

A relação tempo-espaço também é essencial à compreensão do tema da violência urbana, pois as forças que estão exercendo o poder nos territórios estão sobretudo constituídas no tempo e no espaço, sendo, portanto, determinadas e responsivas a partir dessas chaves analíticas. Veena Das, antropóloga indiana, cujas contribuições se deram no campo dos estudos sobre violência, dor, sofrimento e cotidiano[101], nos auxilia de modo ímpar nessa discussão.

Como destaca Pereira (2010, p. 365) sobre os estudos da antropóloga, ao analisar o trabalho de restabelecimento da sociabilidade após experiências de ruptura

[101] A autora e os demais conceitos indicados recebem melhor tratamento nos capítulos subsequentes.

proporcionadas pela violência, Veena Das destaca a persistência de zonas de silêncio nas quais a emergência da voz feminina se dava nem sempre pelo dizer, mas pelo mostrar. O mostrar não é algo que surge apenas de narrativas ou de reivindicações, mas, como afirmou Pereira, “no fabrico diário de modos de viver”.

Retomando a organização criminosa, tais organizações determinam suas formas de inserção e consolidação nos territórios a partir de diferentes características entre as localidades relacionadas nas quais circulam e exercem influência e implicações de cunho histórico-temporal no conjunto de vida da população.

A exemplo da representatividade exercida pelo PCC, seus primeiros anos de constituição na década de 1990 não eram capazes de indicar a potencialidade adquirida pela organização criminosa no decorrer do tempo e nem a acelerada capilaridade que alcançaria, especialmente na maior cidade da América Latina, considerando os rendimentos econômicos da cidade e investimentos no campo da segurança pública, que no caso de São Paulo sempre representou volume considerável em comparação a outros territórios mais empobrecidos no Brasil.

Nesse ínterim, meninas e meninos nascidas/os na década de 1990 tiveram suas histórias (infância, juventude e ingresso na vida adulta) completamente tecidas e amalgamadas à história e desenvolvimento de uma das maiores facções criminosas que passaram a dominar diversas dimensões da vida social de parte significativa da população na cidade de São Paulo.

> Pesquisas recentes vêm corroborando o que as mães de jovens presos e mortos, policiais e ladrões já sabem: desigualdade brutal, mercados ilegais não regulados e repressão aos pequenos operadores formam uma combinação explosiva, que causa muito mais prejuízo do que ganho à ordem pública. A coletivização do crime, em toda a América Latina, nutre-se desse contexto. O PCC talvez seja o fruto mais evidente desses três elementos juntos, e sua expansão foi favorecida, ao contrário do que acontece com outras facções, pela estrutura extremamente engenhosa que elegeram para se organizar (Feltran, 2018, p. 289).

Não se trata apenas de observar o nascimento da organização como uma resposta às oportunidades de ampliação do tráfico de drogas, mas de compreendê-la como espaço de acolhimento e definição de pertença a um elevado número de jovens que, quando não encarcerados, encontravam na organização uma possibilidade de incorporação de sua força de trabalho, dadas as ausentes oportunidades nos territórios menos centrais e à ausência de oportunidades mesmo pelas condições de

baixa escolarização e um universo de outras fragilidades que acabam por embarreirar sua inserção no mercado de trabalho formal.

Mesmo para aquelas/es que já desfrutam de algum vínculo de trabalho, a associação às atividades do tráfico de drogas responde, direta e rapidamente, a uma ampliação de ganhos tentadora. Feltran (2018) recupera um contexto exemplar desse aspecto:

> Seu Valdomiro é porteiro. Os oitocentos gramas de maconha para revender vão lhe render 4 mil reais, um complemento para o seu salário por dois meses, até que venha uma nova remessa. Com essa taxa de lucro na diferença de preço, de mais de 500%, bem como a facilidade para empreender um micronegócio assim (sobretudo para iniciantes bem relacionados, no entanto ainda não mapeados por policiais ou pelas facções), não é de espantar que existam milhares e milhares de pequenos traficantes – microempreendedores como o cunhado de seu Waldomiro – comprando maconha no atacado em Foz do Iguaçu ou em muitos outros pontos da fronteira com o Paraguai, ou ainda em muitos pontos de produção no Nordeste brasileiro, para revenda no varejo em outras regiões. Esses milhares e milhares de microtraficantes podem desempenhar essa atividade sem muito alarde ou risco por algum tempo – caso não tentem ganhar muito dinheiro com isso, o que é sempre uma tentação. Nesse caso, são rapidamente mapeados e tem que começar a pagar subornos para policiais, ou caem na prisão. Nesse momento, muitos desses microempreendedores deixam o ofício. Outros se especializam mais. Cada um no seu corre (Feltran, 2018, p. 79-80).

Nesse sentido, como competir com as propostas do tráfico de drogas quando são diversas as áreas nas cidades cujas condições de acesso às políticas públicas ou a viabilização de direitos e segurança estão totalmente comprometidas? Ou cujos índices de desemprego ou empregos altamente precários ou inserções provisórias no mercado informal são as manifestações mais presentes com as quais a população vem se estabelecendo e sobrevivendo em termos de conexão com a cidade?

Como deslegitimar as ações da organização criminosa quando os serviços públicos estão amplamente sucateados e/ou são insuficientes para atendimento de uma população com amplas necessidades sociais e carências de segurança sob diversos aspectos da vida social, segurança alimentar, moradia adequada, serviços de saúde, entre outras políticas públicas amplamente necessárias?

Frente aos altos índices de densidade demográfica, as cidades de modo geral e principalmente a cidade de São Paulo optou por redimensionar suas intervenções privilegiando o mercado financeiro e imobiliário, os espaços privados e o mercado de

capitais, em detrimento de uma gestão pública capaz de priorizar os serviços públicos, acessos de qualidade a políticas de saúde, educação, assistência, saneamento e habitação, sucateando ainda mais os espaços da cidade e de convivência.

Desse modo, o uso de entorpecentes e o que o mercado de drogas representa como operação rentável para um/a morador/a comum da cidade deve ser redimensionado.

A rentabilidade das operações do tráfico de drogas demonstrou ao longo dos anos vantagens importantes e justifica a organização que se criou em seu entorno, a fim de manter uma organização social para o uso dessas substâncias, a fim de que essa população se mantenha assídua e cliente com relação a sua dependência no processo de uso, acesso e busca dessas drogas nos territórios.

Em matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, constata-se que mesmo o uso de alguns entorpecentes específicos tem sido controlado pela organização criminosa, já que a sua utilização tem representado a possibilidade de maior visibilidade para a polícia ou para os serviços de saúde, dos pontos de comercialização das drogas, atrapalhando assim toda a logística de venda e escoamento das demais substâncias[102].

> O tráfico de drogas, ou as demais ações criminais, é um mercado vasto, amplo, diversificado, com o qual muitos aventureiros, nome que costuma se dar aos microtraficantes, flertam durante parte de sua juventude para abandoná-lo mais tarde. Nessa fase inicial, muitos desses pequenos traficantes são fundamentais para a capilaridade do negócio. É assim que o baseado chega a rapazes de vinte anos como os que vivem no prédio em Pinheiros – eles não querem se expor comprando de estranhos. É comum que esses micro e pequenos traficantes [...] nem sequer conheçam como funciona a operação de empresários maiores da droga, como os ligados ao Primeiro Comando da Capital e outras facções. Eles não sabem, nem querem saber de crime, de PCC, de nada disso (Feltran, 2018, p. 80).

Com essa afirmação, Feltran (2018) ressalta como a dimensão do tráfico de drogas ou mesmo da facção invadiu a dimensão da vida cotidiana, sem que seus tentáculos fossem minimamente vislumbrados. Essa dimensão ampliada sustenta-se

[102] A matéria publicada no dia 19 jan. 2024, “Por que PCC baniu drogas K de seus pontos de venda?” destaca que os efeitos colaterais causados pelo uso de K2 e K9, que paralisam o corpo e desconectam o usuário da realidade, incluindo a possibilidade de taquicardia, acabam por atrair a presença do Estado para as biqueiras, prejudicando a venda de outras drogas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/por-que-pcc-baniu-drogas-k-de-seus-pontos-de-venda.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsia>. Acesso em: 07 jan. 2024.

considerando não apenas a habilidade com que souberam criar respostas e supriram demandas imediatas da população, mas também pelo suporte recebido por todos os atores e agentes envolvidos nesse grande esquema.

Políticos, representantes de governos locais, associações e organizações populares, lideranças, trabalhadores do setor público, privado e do terceiro setor, traficantes, representantes das forças policiais (incluindo em especial o papel exercido pelas milícias) e a própria população que mora e circula pelos diferentes territórios são os diferentes personagens que se relacionam e intercambiam diferentes formas de agir e reagir quando se defrontam com as novas ou já conhecidas expressões de violência.

Poderíamos, assim, elencar os casos de sequestros das mais diferentes naturezas (os chamados "sequestro relâmpago" ou aqueles em que as vítimas permanecem por longo período em cárcere privado); os crimes de roubo, furto ou latrocínio; as guerras que se desenvolvem nos diversos morros do Rio de Janeiro e tantos outros territórios periféricos; os múltiplos casos de chacina, inclusive aqueles cometidos por agentes vinculados às forças policiais; os cenários de disputa e combate entre diferentes facções criminosas e toda a estrutura do crime que se organiza, nacional e internacionalmente.

Todas essas, com seus diferentes e particulares níveis de complexidade, são realidades que se mesclam e tecem o contexto para a construção dos medos sociais e o aumento da sensação de insegurança e impotência generalizadas. Sensações ampliadas pelo forte interesse midiático sensacionalista, explorado por parte significativa dos meios de comunicação.

Parece haver uma espécie de síndrome do medo e comumente nos prostramos aterrorizados diante da dificuldade de compreensão dos ambientes (re)desenhados pela metrópole.

Diríamos que essa foi a síndrome utilizada pelo sistema capitalista para criar respostas e artefatos que justificassem o desenvolvimento de um mercado privado tão "veloz e eficaz" contra a violência urbana, além de contribuir para o reforço do argumento de que as políticas públicas não são suficientemente necessárias para o enfrentamento dessa problemática[103].

[103] Na particularidade das discussões que tocam o campo das políticas de habitação de interesse social, o tema da segurança pública tem sido uma questão recorrente. Para o enfrentamento da violência urbana essa síndrome do medo fez espalhar o modelo de lógica mercantil para as administrações de condomínio. São diversos os serviços de monitoramento e portarias eletrônicas ou dispositivos de segurança, uma temática que daremos maior tratamento nos capítulos subsequentes.

Para nós o tema é tão caro porque, como destacou Baierl (2004), a violência deve ser situada em contextos históricos, políticos, econômicos, sociais, culturais e territoriais, por onde é produzida[104].

Para uma síntese dos apontamentos aqui retomados acerca do tema da violência, consideramos relevante indicar que sua escolha não foi aleatória, mas ocorreu por compreender que sua existência (e todos os seus aspectos correlatos) é fator determinante para a ausência da segurança.

E segurança compreendida em seu aspecto material, objetivo, assim como em sua dimensão subjetiva. É imprescindível para o conjunto da sociedade sentir-se protegida em sua integridade física e estar de fato, em segurança sob contextos diversos e/ou diferentes aspectos da vida cotidiana.

Certamente a noção de segurança deve ser levada em consideração muito além de representar a garantia de acesso a bens e serviços, mas para que ela possa corresponder à noção de que a população carece ser atendida em suas reais necessidades humanas. E quando não é o Estado o indutor desse campo de "proteção", outros agentes e/ou organizações colocam-se a serviço de realizá-la, porém sob condições precárias e na maioria das vezes em caráter de benesse ou caridade, ou, ainda, vinculada a ameaças ou mesmo com a expectativa de algum tipo de favor ou troca. Temos como hipótese que esses aspectos justificam a ampliação dos espaços religiosos e em especial dos grupos evangélicos e das igrejas pentecostais[105].

Assim, no campo específico das necessidades humanas, a necessidade de segurança é fundamental. Um aspecto transversal à vida humana e que dialoga

---

[104] Vale também indicar a necessária particularidade que requer o tratamento de outros tipos e expressões de violência, cujo, a título de exposição resumida, poderíamos aqui elencar. A dimensão da violência psicológica, a violência sexual, a doméstica, a escolar, a patrimonial, a institucional, aquela realizada contra crianças e adolescentes, as ocorridas no espaço de trabalho, ou a violência racial e contra a comunidade LGBTQIAPN+. Todas essas dimensões que se interconectam e impactam drasticamente a vida das/os sujeitas/os e nossos modos de sociabilidade.

[105] Os dados do Censo demográfico de 2022 apontam um total de 579,8 mil locais com atividade religiosa no país. Em matéria publicada no jornal Folha de São Paulo, o Brasil tem mais estabelecimentos religiosos que a soma daqueles de saúde e de ensino. De acordo com os critérios do Censo, estabelecimentos religiosos podem incluir igrejas, templos, sinagogas, centros espíritas, terreiros e outros. Matéria publicada em 02 fev. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/02/veja-os-municipios-com-maior-presenca-de-locais-de-ensino-saude-e-religiao-segundo-o-censo.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo>. Acesso em: fev. 2024.

profundamente com as principais fragilidades vivenciadas pelo povo nestes tempos de acirramento das condições de pobreza e miséria tão agravadas pela lógica capitalista.

2. AMBIÊNCIA CONSERVADORA DAS SOCIABILIDADES CONTEMPORÂNEAS E SEUS REFLEXOS PARA O TRABALHO SOCIAL: A COTIDIANIDADE E A EXPERIÊNCIA COMO CHAVES ANALÍTICAS PARA O CONHECIMENTO DA REALIDADE SOCIAL

> A suspeição em relação ao ordinário parece, para mim, estar enraizada no fato de que os relacionamentos requerem uma repetida atenção ao mais ordinário dos objetos e eventos, porém nosso impulso teórico, muitas vezes, é o de pensar a ação em termos de escapar do ordinário e não de descer a ele (Das, 2020, p. 28).

Sentimo-nos provocadas/os pela ideia apresentada por Veena Das ao refletir sobre o cotidiano aviltante com o qual nos deparamos diariamente na condição de assistentes sociais, já que no trabalho profissional as histórias e contextos vividos pela população atendida podem nos parecer muito similares (ou mesmo quase idênticos) uns aos outros.

No entanto, partimos da compreensão de que em nosso trabalho profissional não temos a tendência (como chama atenção a autora) de *descer ao cotidiano* e, pelo contrário, em múltiplas situações acabamos por nos desviar dele, com uma perspectiva de pouca proximidade às situações atendidas, tempo limitado para acolhimento e escuta atenta ou mesmo pela consolidação de análises construídas com extrema brevidade.

As instituições possuem (e reúnem capacidade cada vez maior) de ampliar mecanismos que, coordenados às dimensões de desigualdade da sociedade capitalista, escondem e silenciam muito do que o cotidiano é capaz de revelar.

A presença no território é o que auxilia a desvendar como ocorrem os encontros sociais e como as/os sujeitas/os experimentam o mundo e constroem situações de interação no cotidiano, por compreendermos que as experiências de vida são produtoras e reveladoras de representações sociais que se enraízam na cotidianidade.

A ideia de abarcar por inspiração uma sociologia da vida cotidiana – a partir de uma lógica da descoberta que se confronta com a lógica do pré-estabelecido – justifica-se por incorporar um movimento de novos saberes e sensibilidades em ruptura com o positivismo "etnocêntrico" de algumas formas "canônicas" da sociologia tradicional (Pais, 2003, p. 17).

A proposta aqui se refere a nossa descida ao cotidiano, a fim de perceber a sociedade no mesmo nível das/os sujeitas/os, assim como poder analisar como a

sociedade se traduz em suas vidas, com a possibilidade de compreendê-la a partir de suas vivências cotidianas.

Nesse capítulo propomos dialogar com as várias expressões do conservadorismo: o conservadorismo político e o avanço da extrema direita, sua intersecção entre a religião, igreja e fé, a política e o Estado, assim como suas consequências e vinculações no avanço do individualismo, empreendedorismo, e precarização da vida, do trabalho, da política social e sua plataformização.

Traremos reflexões sobre a esfera dos custos de vida para a população atendida pela política habitacional e como ocorre a compreensão das/os profissionais do trabalho social frente à realidade social, tomando os resultados que a pesquisa de campo gerou, já que as narrativas resultantes desse movimento levam a reconhecer um conjunto de estratégias, experiências e possíveis contextos em que o trabalho social permanece cotidianamente desafiado.

É válido destacar que nosso projeto de pesquisa continha enquanto hipótese a ideia de um afastamento processual das/os trabalhadoras/es sociais dos diferentes territórios, considerando diversos motivos. Se o contexto pandêmico foi definitivamente um marco que delimitou o afastamento real e necessário em razão das orientações de isolamento social (momento em que desenvolvemos outras metodologias para atuação enquanto respostas necessárias a esse processo), também é certo que existem muitas outras particularidades que antecederam e sucederam à Covid-19.

Partimos da concepção de que o território é o coração do trabalho social, porém certamente precisamos discutir as interfaces que esse trabalho requer das/os profissionais. As relações e as mediações colocadas são trazidas também pela figura das/os próprias/os sujeitas/os, que têm suas vivências no território independentemente das ações desenvolvidas como intervenção no trabalho social, assim como as interfaces estabelecidas pela dimensão da própria política pública, porque como trabalhadoras/es não há como prescindir da política social em razão de suas condições de assalariamento.

As/os trabalhadoras/es sociais, por sua vez, por meio das políticas setoriais possuem instrumentos de trabalho. Mas nos interessa aqui compreender como todos esses aspectos são postos em diálogo. Isto é, no cotidiano de trabalho como ocorrem esses encontros? Como os aspectos da política, de fato, interferem ou não na dinâmica de vida da população, já que (como veremos) muitas vezes ela se apresenta

de modo distante da realidade concreta que as pessoas estão construindo nos distintos territórios bem como apresenta-se distante das necessidades reais que sujeitas/os têm de fato em suas vidas cotidianas.

Discutiremos, portanto, as lentes que as/os profissionais estão utilizando para conhecer, compreender e intervir nos diferentes territórios e, a partir das relações que estabelecem com as/os sujeitas/os, suas interpretações do cotidiano e das sociabilidades contemporâneas, refletindo sobre como se revelam as tramas das relações sociais em suas múltiplas camadas e o peso que temos sentido mediante a ampliação das expressões de conservadorismo que circundam os espaços da vida cotidiana.

Como escolha metodológica, definimos a realização de apontamentos que envolvam as categorias analíticas “cotidiano” e “experiência”, fazendo emergir reflexões que a pesquisa de campo possibilitou sintetizar diante do objeto de análise desta tese – que, como já indicado, busca conhecer e analisar as mediações presentes nas intervenções profissionais realizadas pelas/os assistentes sociais que atuam na particularidade do trabalho social em habitação na cidade de São Paulo, a fim de reconhecer seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, analisando os sentidos e significados da materialização do trabalho profissional e seus reflexos para os meios e modos de vida das/os sujeitas/os na cotidianidade.

2.1. Cotidiano e Experiência: conhecimento e crítica[106]

Ao longo do desenvolvimento deste estudo, elegemos duas categorias de análise centrais para a discussão que propomos na particularidade do trabalho social em habitação, dada sua relevância para contribuir na análise dos dados e realização da pesquisa de campo.

Isso porque os depoimentos e contribuições das profissionais participantes da pesquisa indicam essencialmente estarem calcados em suas experiências de atuação profissional, assim como nas escolhas e definições partilhadas em seu cotidiano de intervenção.

[106] Este subtítulo deve-se a nossa inspiração pela obra de José Paulo Netto e Maria do Carmo Brant de Carvalho: *Cotidiano: conhecimento e crítica*, publicada pela editora Cortez, a qual recorreremos com frequência ao longo desta tese.

A partir das contribuições da filósofa húngara Agnes Heller, que dedicou grande parte de sua obra à análise profunda do cotidiano, podemos afirmar que o cotidiano não é apenas uma simples sucessão de eventos, mas um campo fértil para a compreensão da condição humana e das relações sociais.

A autora oferece uma visão rica e complexa do cotidiano, destacando análises sobre seu contexto frente ao mundo do trabalho, das relações interpessoais, da cultura e da própria crise do cotidiano[107] (Heller, 2001).

Heller (2001) não se limita a descrever o cotidiano, mas o analisa como um espaço de conflitos, contradições e possibilidades e apresenta uma crítica contundente à sociedade capitalista e à alienação que dela decorre[108].

Já o historiador britânico E. P. Thompson (2012) é o principal autor responsável por introduzir a categoria da experiência como forma de destacar as trajetórias das/os sujeitas/os históricas/os, especialmente aquelas/es que tradicionalmente tiveram suas narrativas silenciadas.

Ao invés de analisar a história a partir de estruturas abstratas ou de grandes narrativas, Thompson (2012) propõe que a experiência vivida pelas pessoas comuns seja o ponto de partida para a compreensão dos processos históricos. Para o autor, a experiência é entendida como algo construído socialmente e também como uma fonte subjetiva importante, capaz de construir formas de resistência. E afirma que as pessoas não são apenas passivas diante das forças históricas, mas ativamente moldam também seus próprios destinos.

Em toda sua obra Thompson busca demonstrar que a experiência está enraizada na materialidade da vida cotidiana, em que as condições de trabalho, as relações sociais, a cultura e as instituições são elementos que moldam profundamente a experiência das pessoas.

Como aspecto primordial, Thompson (2012) destaca que a experiência não é individual, mas coletiva, definindo, portanto, experiências de classe. E afirma que tais

---

[107] Questões trabalhadas amplamente pela obra: HELLER, A. *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

[108] Outras referências relevantes sobre a categoria cotidiano podem ser localizadas pelas obras de BAPTISTA, M. V. A perspectiva marxista da cotidianidade. *In*: BAPTISTA, M. V; BATTINI, O. (Org.). *A prática profissional do assistente social*: para reconhecer e reconstruir o cotidiano. São Paulo: Veras Editora, 2016. COUTINHO, C. N.; KONDER, L. Notas sobre Agnes Heller. *In*: HELLER, A. *O cotidiano e a história*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008. LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991. MARTINELLI, M. L. A poética do cotidiano. *In*: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. (Org.). *A prática profissional do assistente social*: para reconhecer e reconstruir o cotidiano. São Paulo: Veras Editora, 2016.

expressões se desenvolvem no tempo, sendo a experiência moldada por eventos passados e projetando-se no futuro, como um processo dinâmico e em constante transformação.

O autor afirma que a classe se apresenta conforme o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do conjunto de suas relações sociais, com a cultura e as expectativas a elas/es transmitidas e com base no modo pelo qual aproveitaram essas experiências em nível cultural (Thompson, 2012).

Com base nessas afirmações é que compreendemos a importância do contato direto e imediato das/os profissionais do trabalho social com os territórios e com as populações ali existentes, a fim de que o conhecimento sobre os contextos sociais em que estão inseridas/os, assim como as mediações necessárias ao trabalho profissional, seja acionado e resulte em uma atuação de caráter mais próximo e coerente com a realidade ali vivenciada.

Acerca disso, os depoimentos que nos foram concedidos por meio das entrevistas são exemplares para corroborar tais considerações.

No relato a seguir, a profissional afirma que o conhecimento do território vem mesmo do cotidiano, que as práticas e saberes dos idosos, por exemplo, precisam ser levados em consideração, inspirando a considerar os limites de uma coleta de dados que não inclua essa interação, sob o risco de excluir uma camada de conhecimento da realidade que não se traduz pelo dado numérico ou pela existência de dados estatísticos.

> Eu acredito que é estando no território. Parte, de estar lá mesmo, né? Tá em solo fisicamente. E ouvir, tanto observar, porque aí o observar vai ser com as análises teóricas, enfim, mas acredito que isso só terá sentido e andamento a partir também de conhecer, e isso também já está dentro da nossa profissão, e conhecer é estar com quem vive nesse local. Acho que com quem, porque não somos nós, a gente tá lá de um outro lugar, a nossa leitura parte de um outro lugar, né? E para que a gente possa compartilhar, colaborar com esse território, não tem... o caminho é estar, se fazendo presente. Acho que tem os instrumentos, têm os caminhos pra isso, mas parte daí ao meu ver, de ouvir os mais velhos que estão nessas comunidades, os mais velhos eu falo não de tempo no território que também, mas os mais velhos, pessoas mais velhas, os idosos, que tem uma sabedoria que vai muito além do espaço escolar muitas vezes, não dizendo que o espaço escolar, espaço acadêmico... ele é importante sim e tem que ser garantido também, mas o saber, a sabedoria não tá ali, né? Ela se faz no cotidiano, ela se faz do desafio. Acho que ela se faz de um outro

> lugar, de uma outra forma. Então, acredito que parte desse olhar, desses saberes assim nas comunidades (A.S. 5 - Gerenciadora).

Como abordaremos no terceiro capítulo desta tese, são vários os instrumentos e ferramentas das quais a/o assistente social pode se utilizar para uma coleta de dados quanto aos diferentes territórios. Mas aqui chamamos atenção para o fato de que os dados nunca são suficientes nem deveriam substituir o tempo de atuação das/os profissionais nos territórios e junto à dinâmica social que sujeitas/os estabelecem na interação social em sua vida cotidiana.

> A minha referência de chegar em área é sempre procurar liderança, associação, espaços comerciais, espaços religiosos, que tem um sentido muito forte, né para aquela comunidade, as igrejas, enfim, então também chegar por aí, pra que a gente vá chegando aos poucos porque é a casa das pessoas, a gente não chega na casa de ninguém sem pedir licença. Então acho que o território é esse lugar assim, não é de todo mundo. É público, não tem respeito? Tem que saber chegar. E aí vai trazer a bagagem metodológica, vai trazer a teoria, mas acho que o princípio é isso (A.S. 5 - Gerenciadora).

A profissional registra a importância dos princípios que devemos estabelecer na aproximação dos territórios, a dimensão de respeito às realidades que encontramos nos diferentes espaços e a diversidade de experiências e vivências que ali se construíram ao longo do tempo.

Já a profissional que atua com assessoria técnica a movimentos de moradia, com relação a esta dimensão, observou características importantes quanto às diferenças entre estar na esfera do poder público (considerando sua experiência anterior) e a realidade de se aproximar na perspectiva dos movimentos organizados, tecendo com eles uma relação que possibilita reconhecer na/no assistente social um perfil mais politizado, assim como a existência de tensões entre as perspectivas da/do profissional e os interesses construídos pelo movimento.

> Eu fui muito lembrando das coisas assim, tipo quando eu trabalhava em prefeituras, porque era um processo totalmente diferente do que eu tô hoje [...] era muito diferente porque a gente chegava nas comunidades e aí ou você conhecia uma liderança lá, se tinha alguma liderança naquela região, ela ia te ajudar a, minimamente, você conhecer um pouco... não digo nem a área, porque para mim o conhecer ele é mais do que só ir no lugar, né? Você tem que entender exatamente isso que você falou, as relações, o que que acontece ali, de tudo... do tráfico... de tudo, né? Enfim, e aí você precisaria ou

conhecer alguém, que é alguma liderança ou você ir chegando e se apresentando como prefeitura, é uma chegada muito delicada dependendo do lugar que você vai. Já com o movimento é diferente. Aí eu vou falar desse lugar, que é do movimento, mas só porque eu percebo essa diferença. No movimento, eles já estão nesses territórios [...] eu percebo assim, que se o movimento for muito organizado, já tem um tempo, já tem uma linha política ali, o como a gente chega é primeiro, e de qualquer jeito é assim que a gente chega no movimento, primeiro eu vou saber o que que eles já têm. Como é que eles se organizam? Como é que eles trabalham com aquelas famílias já? Quais são as diretrizes deles mesmo... enfim. Qual a realidade daquele grupo né? Tem cadastro ou não tem cadastro? Já trabalhou uma assistente social aqui? E assim, das experiências que eu tenho, eles não trabalhavam muito com assistente social. Tinha muito psicólogo, cientista social, enfim... E aí a gente (inclusive eles falam isso) que é um pouquinho o perfil diferente, porque na opinião deles é um perfil mais politizado. Isso que eu tô falando é registrado. A gente tem registro disso. Eles falam que não é que os outros profissionais não eram bons, enfim, mas era uma coisa mais voltada para dinâmica, né? Nos anos 80 tinha uma pegada mais política. Mas ultimamente era uma coisa mais de cumprir ali, o que está previsto nas políticas, e a gente, a gente enquanto assessoria, né? Nós, assistentes sociais, a gente tenta entender um pouco o funcionamento deles e levar pra eles um pouco como é que a gente trabalha, o que que o assistente social defende, a categoria mesmo, a gente vai pro amplo no início. Assim olha, a gente não trabalha dessa forma, a gente defende esse projeto político, né? No começo às vezes dá uns impasses porque o pessoal fala: “Ah, mas a gente já trabalhou com uma assistente social ‘X’ que ela fazia tudo que a gente queria”. Aí a gente tem que explicar que a gente não faz tudo que eles querem, que nós não vamos fazer, então essa chegada no movimento. Agora nos territórios... a sede do movimento já fica normalmente nos espaços que a gente vai trabalhar, não de todos, mas a maioria né? Então se é da norte (zona) fica na norte, se é da oeste fica na oeste, e aí as famílias vão até a sede deles, é o contrário do que a gente tinha que fazer, porque na prefeitura a gente vai até as pessoas, então as pessoas vêm ali até a gente, o contato de território mesmo que a gente tem, de espaço, pensando no território enquanto espaço, não só no amplo que é a ideia de território mesmo, que tem muito mais do que só o espaço, mas a gente ia até onde eles moram. No movimento é mais difícil, porque eles vêm de diversas regiões dependendo do movimento, então por exemplo, na leste 1, a maioria é da leste, no movimento da região sudeste, a maioria é do sudeste, então ali ou no bairro que eu tô trabalhando é a região deles, então a gente vai fazer as articulações com os equipamentos públicos, vai trabalhar tudo naquela região. Mas se eu pensar no movimento oeste, noroeste, as pessoas vêm de todos os lugares que você imaginar. E aí é muito difícil de trabalhar, porque são vínculos quebrados, né? Para onde eles vão já não tem nada a ver com o que eles estão, inclusive é uma pergunta que eu fazia para eles (no trabalho social mesmo) como é que é isso para você? Sair da sua região, do seu território, de onde você tem vínculo, relações construídas, acesso talvez ao trabalho? E as pessoas falam que a prioridade delas é a casa, né? Então aí a gente tem que tentar trabalhar quase que uma outra construção nesse espaço, sendo movimento também, porque normalmente acontece muito isso quando

> remove uma família daqui, coloca em outro lugar, né? E no movimento a gente também tem isso, então acho que uma das dificuldades maiores que eu tive de trabalhar foi dentro desse espaço que as pessoas vêm de diferentes lugares né? Do entendimento do trabalho social mesmo. Do que que é o trabalho do assistente social dentro dessa proposta, que é uma defesa política, que tem direcionamento na perspectiva de direito, acho que é uma coisa que acaba sendo recorrente na profissão, mas quando a gente constrói isso e acho que a diferença de poder fazer isso é que demora tanto, as coisas para acontecer no movimento, com essa criminalização, que a gente tem, por outro lado, um processo de trabalho contínuo com as pessoas, e dificilmente tem desistência, tem desistência, mas acho que a gente consegue trabalhar um bom tempo assim com as famílias e com as próprias lideranças para explicar um pouco o nosso trabalho e reconhecer o deles, né? Aí vem os instrumentos que a gente utiliza que são os cadastros, conversas, diálogo mesmo com o grupo. A gente tem a possibilidade de dividir, então a gente acaba... eles conhecendo muito a gente e a gente conhecendo muito a vida, a trajetória dessas pessoas e isso acho que é um ponto facilitador para gente pensar o trabalho, porque acho que a continuidade e a proximidade mesmo com as pessoas né? De estar sempre no mesmo espaço junto, conversando (A.S. 2 - Assessoria).

A profissional destaca nesse rico depoimento que o trabalho social não pode prescindir de estar *em relação;* de que ele somente existe quando há uma *proximidade* e uma *continuidade* com as/os sujeitas/os, palavras utilizadas pela profissional. Que o trabalho social pressupõe, portanto, uma necessidade de conhecer e reconhecer as trajetórias ali desenvolvidas, o que necessariamente demandará uma dimensão ampliada de tempo de atuação entre as/os envolvidas/os.

Todavia, se não há tempo no território ou continuidade de ações e contato com a população, as chances de o trabalho social se confundir com os objetivos da política setorial são imensas. Tal ausência de tempo e continuidade acaba por nos distanciar de resultados e possibilidades que atendam aos interesses daquelas/es que vivenciam as reais precarizações da vida nos diferentes territórios, aspecto que abordaremos nas seções a seguir.

E se estamos convencidas de que as categorias *experiência* e *cotidiano* são tão amplamente potentes para auxiliar no conhecimento da realidade dos territórios e dos modos de vida das/os sujeitas/os, consideramos igualmente que as contribuições de Marx sobre o método para o conhecimento da realidade social podem indicar pistas importantes quando consideradas outras quatro diferentes categorias de análise sugeridas pelo autor, quais sejam: *historicidade*, *mediação*, *totalidade* e *contradição*.

Como afirma Ianni (2011),

> [...] a realidade social não se dá a conhecer a não ser pela reflexão demorada, reiterada, obstinada... eu acho bom insistir nessas palavras, “reiterada”, “obstinada”, porque essa observação, de fato, se demora sobre o objeto, para desvendar no objeto, dimensões que não são visíveis, que não são dadas (Ianni, 2011).

O modo como passamos a conhecer a realidade foi, sem dúvida, uma das questões que mais nos inquietaram ao longo de nossa trajetória de estudos, desde o período da graduação em Serviço Social. Isso porque toda a trajetória de estudos nos levou a compreender (ainda que de forma incipiente) a dimensão complexa e multifacetada do projeto societário no qual estamos inseridas/os.

Para a profissão de Serviço Social, compreendida e reconhecida por seu caráter interventivo, o conhecimento da realidade social apresenta-se como um desafio ímpar ao conjunto das/os profissionais que se debruçam sobre as expressões da questão social, em tempos em que a barbárie se manifesta de forma expressiva e inclusive como se já estivesse naturalizada nos processos de sociabilidade capitalista.

Por isso nos coube, durante um longo período, a reflexão sobre como desenvolvemos nosso processo de conhecimento? Como passamos a conhecer a realidade? Como é possível desvendar o movimento do real? Ou, ainda, que elementos constituem a base para o conhecimento científico naquilo que nos interroga no âmbito das produções subsidiadas pela interface com os espaços acadêmicos e/ou de caráter específico para um conjunto diverso de profissões e diferentes áreas do saber?

Compreendendo que a formação profissional na área do Serviço Social está baseada na teoria do materialismo histórico-dialético, partimos também neste estudo de contribuições e referenciais marxistas na intenção de aprofundar alguns aspectos do referencial teórico-metodológico da profissão, principalmente para afirmar que a realidade é um objeto histórico em construção e, ao mesmo tempo, concreto. Tem existência independente da/o sujeita/o que a conhece e que pretende conhecê-lo, exatamente porque o real, como pressuposto de sua existência, apresenta-se de forma complexa, confusa e caótica (Marx, 1991)[109].

O conhecimento não é fruto apenas da subjetividade da/o sujeita/o, mas é também resultado de a/o sujeita/o estar em um mundo com o qual não mantém uma

[109] Método da economia política.

relação que ocorre pela imediaticidade. É por isso que historicidade e totalidade são duas categorias básicas do método marxista.

Como afirma Lessa (2001, p. 9), conhecer o objeto significa também conhecer o processo histórico que lhe consubstancia e não apenas sua forma presente.

A historicidade do mundo e das relações do ser social realiza-se como um processo de construção, repleto de continuidades e rupturas. O real, espaço de vida e prática do gênero humano, não está pronto ou acabado, mas está constantemente sendo criado e (re)pondo novas possibilidades para a atividade social.

A historicidade é uma categoria ontológica do ser social, portanto é parte da própria vida do gênero humano, a marca da atividade dos seres humanos objetivada no mundo concreto. O resultado da atividade humana se materializa no mundo objetivo, incorporando-se ao tempo, à vida e à história, tornando-se único e singular.

Pais (2003, p. 21) destaca que os ensinamentos de Lefebvre e de Souza Martins revelam que ao negarmos aos nossos olhos a possibilidade de verem através das lentes da história, confirmamos inevitavelmente a sua miopia.

Na trilha dessa reflexão, se a realidade humana é histórica e o movimento do real é resultado da práxis social[110] do gênero humano, poderíamos então questionar: o que envolve o processo de conhecimento desse todo em movimento?

Segundo Marx e Lukács, a realidade, que é o objeto do sujeito, tem sua existência objetiva independente do sujeito que a investiga, pois a realidade é uma totalidade, ou seja, uma síntese de múltiplas relações, um “complexo de complexos”[111].

Desse modo, podemos compreender que a categoria de totalidade representa uma unidade de complexos e para que possamos conhecer a realidade na sua totalidade necessitamos desvendar os complexos que a compõem.

No processo de conhecimento, para além das categorias *historicidade* e *totalidade*, outras duas categorias estão no centro da reflexão marxiana sobre o método: a *contradição* e a *mediação*, ambas presentes na totalidade do real e no seu

[110] Assumimos nesta tese a compressão de práxis social por meio das contribuições marxianas sobre a categoria, que compreendem a dimensão relacional entre teoria e prática, o movimento de ação e reflexão, e da atividade humana transformadora. A partir de análises lukacsianas, podemos compreendê-la por sua dimensão histórica e a relação dos indivíduos com as classes sociais, assim como a importância da consciência humana para os processos de transformação social.

[111] Expressão cunhada pelo marxista húngaro Gyorgy Lukács.

movimento histórico. Nas palavras de Konder (1981), contradição e mediação como o seu próprio “recheio”.

A totalidade do real constitui-se pelas relações de interdependência (mediações) das esferas que compõem a vida social, mediações que podem ser compreendidas como a relação reflexiva entre os processos sociais (também denominados complexos sociais).

Para Netto (2012, p. 82), é extremamente importante observar que, na totalidade concreta, nenhum objeto ou fato é realmente imediato, isto é: nenhum objeto se põe ao pensamento sem que seja produto, resultado de mediações. De acordo com o autor:

> A centralidade da categoria de mediação reside em que – na estrutura ontológica da realidade e na sua reprodução pela razão teórica – só ela permite viabilizar a dinâmica da totalidade concreta. Na estrutura da realidade, é através do sistema de mediações que o movimento dialético se realiza: os processos ontológicos se desenvolvem, estruturas parciais emergem, se consolidam, entram em colapso etc., garantida a especificidade da legalidade de seus níveis particulares etc. [...] Na reconstrução do movimento da totalidade concreta, é a categoria da mediação que assegura a alternativa da "síntese das muitas determinações", ou seja, a elevação do abstrato ao concreto - mais exatamente, assegurando a apreensão da processualidade que os fatos empíricos (abstratos) não sinalizam diretamente (Netto, 2012, p. 82).

Já a categoria de contradição pode ser compreendida como uma dimensão concreta da totalidade, pois tem na ideia de movimento seu princípio básico. Tal categoria auxilia na compreensão do movimento da realidade quando desvenda processos de ruptura e continuidade que se entrecruzam historicamente, numa dança entre as relações sociais em interface com as bases materiais e subjetivas estabelecidas pelo gênero humano no interior da sociedade.

Desse modo, para que o conhecimento da realidade em sua totalidade seja possível, o método marxiano convida a considerar ser imprescindível conhecermos a historicidade, percebendo na complexidade das relações sociais as mediações e as contradições que o fazem ser movimento.

Marx (1973, p. 229) sustenta que “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto pensado”.

Seria, portanto, um equívoco conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo, se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo. Assim, o considera concreto por ser síntese de múltiplas determinações, “unidade do diverso”, que aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado e não como ponto de partida.

Uma importante contribuição de Marx (2011) esclarece o processo de construção do conhecimento:

> Parece que o correto é começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P.ex., trabalho assalariado, capital, etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço, etc. O capital, p.ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu começasse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [*abstrakta*] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas com uma rica totalidade de muitas determinações e relações (Marx, 2011, p. 54).

Mas, como afirma Netto (2012, p. 84), a problemática axial da vida cotidiana contemporânea é bem diversa daquela que Marx conheceu diretamente, o que contribui para reforçar a ideia de que o desvendamento do cotidiano para o trabalho social é tarefa essencialmente permanente.

Na cotidianidade contemporânea é importante frisar que a dimensão do neoliberalismo capturou o campo das necessidades humanas e sociais para tratá-las sob um viés individualista e sob a lógica de oferta e consumo de um conjunto de mercadorias, condição que demarca a existência de políticas cada vez mais fragmentadas e pontuais, próprias da racionalidade neoliberal.

As condições sob as quais agem as pessoas mudam em tempo mais curto do que o necessário para que se configurem hábitos, rotinas e modos de agir. Com vida precária e incertezas constantes, objetos perdem utilidade em tempo muito acelerado; uma vida de consumo leva a experienciar ações e interações marcadas por uma

“destruição criativa”; e esses alicerces destroem os modos de vida, os seres vivos, os seres humanos e toda a biodiversidade que nos cerca.

Na perspectiva moderna e neoliberal a ideia de experiência ganha uma dimensão sofisticada, cada vez mais como um apelo de consumo comercial[112] que se sobrepõem aos contextos de vivência, trocas de saberes e práticas populares.

A modernidade, como abordaremos adiante, imprime uma ideia de racionalidade exacerbada, nos limites de uma sociabilidade da barbárie, e relações sociais cuja porosidade do cotidiano recebe e oferta valores conservadores e reacionários, assim como convive com a correlação de diferentes forças que se expressam nas fendas dos múltiplos territórios.

Feitas estas considerações sobre a realidade como síntese de múltiplas determinações, com dimensões contraditórias, históricas e mediadas, consideramos relevante que alguns apontamentos sobre os traços do conservadorismo que nos atinge tão profundamente no desenvolvimento das relações sociais – e, portanto, com impactos significativos para o trabalho social – recebam também abordagem histórica com breve aporte sobre os reflexos do projeto de modernização no Brasil, fase crucial do desenvolvimento capitalista brasileiro.

2.2. Novas formas de se fazer política: representações e moralismos conservadores presentes na sociabilidade contemporânea

É imprescindível o reconhecimento de que – ainda que a partir da perspectiva de intenção de ruptura e a construção e prevalência do projeto ético-político profissional de assistentes sociais[113] – o conjunto da categoria profissional permanece se relacionando, direta e indiretamente, com as expressões do pensamento conservador, assim como com os limites institucionais dos espaços socio-ocupacionais no cotidiano de trabalho ou mesmo estruturais do próprio sistema capitalista.

---

[112] Aqui nos referimos aos diversos espaços que (principalmente nas cidades) propõe uma experimentação com altos custos envolvidos, considerando os parques temáticos, museus, espaços diversos de cultura e o que se convencionou chamar de ambientes “instagramáveis”, que se referem ao universo dos registros fotográficos direcionados para postagens nas redes sociais (em especial a rede Instagram), que se utilizam de um alto apelo ao universo do mundo das imagens.

[113] Uma resultante do movimento histórico e coletivo de organização da categoria profissional, passagem que recuperamos brevemente no quarto capítulo desta tese.

O conservadorismo não é, portanto, apenas uma matriz teórica, mas está presente e perpassa as diversas matrizes do pensamento sociológico, incluindo a de base marxista, responsável por acúmulos significativos para categoria profissional, haja vista a adesão das/os profissionais a muitos processos de organização social e defesa de diversas bandeiras de luta por parte significativa das/os profissionais e suas entidades representativas.

Além disso, as expressões do pensamento conservador, quando apropriadas pelo sistema capitalista, reforçam estilo de vida e valores direcionados para o próprio movimento de manutenção do sistema. São expressões presentes no miúdo do cotidiano vivenciado socialmente, em que os traços históricos foram e permanecem como marcos determinantes para a conformação dos territórios brasileiros e da vida social em suas múltiplas dimensões[114]. Sendo válido o destaque de que a novidade para as expressões conservadoras e reacionárias, em nível mundial, ganha na primeira quadra do século XXI a internet e todos os espaços decorrentes do avanço tecnológico como um importante trampolim para a expansão de seus projetos e tentativas de dominação.

O pensamento enquanto um produto do modo de vida estende-se ao modo de pensar próprio do sistema capitalista (racionalista, moderno e tecnológico), pressionando os seres humanos à tarefa de captura de determinados valores conservadores para sua própria manutenção, por meio de práticas modernas e arcaicas que se inter-relacionam (como demonstrado no subitem 1.3 desta tese).

Entretanto, a despeito dos relevantes processos de resistência e organização popular que permanecem vivos nos territórios, importantes contribuições do sociólogo Chico de Oliveira (2010) possibilitam lembrar que:

> [...] não se governa o Brasil sem o concurso do atraso não apenas por razões parlamentares, mas porque a estrutura social que sustenta o sistema político é conservadora e não avalizaria avanços programáticos mais radicais. Além disso, as fundas diferenças e desigualdades regionais, bem como o modo como desde a Colônia se fundiram o público e o privado – vide Caio Prado Jr. –, tornam quase obrigatório um pragmatismo permanente, que leva de roldão perspectivas mais ideológicas ou meramente programáticas (Oliveira, 2010, p. 370).

[114] Conforme recuperamos no primeiro capítulo desta tese, demonstrando contextos quanto às experiências de grilagem de terras e à formação da propriedade privada no Brasil.

Oliveira (2010) destaca que o regime militar brasileiro sucumbiu não ao processo de fracasso, mas ao próprio êxito em construir uma ordem capitalista avassaladora e relegar a burguesia nacional a um papel de coadjuvante, submetendo a classe trabalhadora a pesadas intervenções (Oliveira, 2010, p. 372)[115].

Esse intenso processo histórico conduziu o país a uma condição complexa e multifacetada, em que, segundo Oliveira (2010), a novidade do capitalismo globalitário é que ele se tornou, no caso brasileiro, um campo aberto de bandidagem:

> As classes dominantes, se de burguesia ainda se pode falar, transformaram-se em gangues no sentido preciso do termo: as páginas policiais dos jornais são preenchidas todos os dias com notícias de investigações, depoimentos e prisões (logo relaxadas quando chegam ao Supremo Tribunal Federal) de banqueiros, empreiteiros, financistas, executivos que lhes servem e policiais a eles associados (Oliveira, 2010, p. 375-376).

Como o processo de modernização é rápido, acompanhando o processo também rápido de crescimento urbano (demográfico e espacial) e de inserção na economia internacional, corretamente afirmou Santos (2012, p. 137) que os custos são elevados e devem ser incorridos em prazo curto, de modo que os problemas sociais passam a ser tratados de modo residual.

Assim, reconhecer o modo como esses rebatimentos conjunturais (e sobretudo estruturais) interpelam o cotidiano da população comum parece de fundamental importância.

Realizaremos, portanto, uma abordagem mais aprofundada a este tema e alguns aprofundamentos a partir das considerações já apresentadas, valendo-nos da vasta contribuição do Prof. Dr. José de Sousa Martins[116], encontradas principalmente em sua obra *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.*

Tendo se dedicado densamente ao método dialético e à leitura da sociedade brasileira, Martins é responsável por extensa produção bibliográfica que contribui para compreender o longo movimento de transformações das estruturas sociais no Brasil,

---

[115] Ainda que seja oportuno destacar a importante atuação dos movimentos organizados (a exemplo de alguns grupamentos de esquerda ou até o próprio movimento estudantil) que fizeram frente e oposição direta ao regime militar.

[116] Sociólogo brasileiro, professor titular aposentado do Departamento de Sociologia e Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

principalmente quanto a aspectos que envolvem o cotidiano em sua relação dialética com a dimensão do tradicional e, ao mesmo tempo, do moderno nas sociabilidades – discussão que o autor tematiza densamente em diversas obras[117].

Martins ressalta que a ideia de modernidade é constituída por ritmos desiguais do desenvolvimento social, cultural, econômico e político na sociedade; e por processos acelerados quanto aos avanços tecnológicos e acumulação de capital combinada à crescente miséria em âmbito global. Classifica a modernidade como um fenômeno "historicamente recente"[118], marcado sobretudo pela diluição das identidades: identidade nacional e composição heterogênea dos aspectos socioculturais.

Entre as principais características apontadas por Martins sobre a modernidade no Brasil e na América Latina está a crítica de que o cotidiano seja considerado, na modernidade, como expressão de um fragmento, em que tempos históricos se mesclam e confundem no dia-a-dia.

O autor provoca a compreensão de que a modernidade estaria, portanto, no âmbito do "ser visto", e não do "viver", afirmando que vivenciamos uma mistificação das "imensas" possibilidades de transformação humana e social, questões que, apesar da capacidade criativa do capitalismo em nos vender esta ideia como expectativa, ele mesmo, enquanto sistema, não foi capaz de realizar.

Martins discute uma sociedade da banalização, em que a anomalia está no fato de que se trata de uma modernidade sem crítica, uma modernidade anômala do colonizado, que exacerbou o imaginário e encolheu na capacidade social de criar saídas e inovações para os problemas sociais, trazendo a ideia de uma inviabilidade da vida cotidiana que recorrentemente impõe um conflito entre o que se sonha e que de fato se pode experienciar. Para o autor, a vida cotidiana tornou-se um refúgio para o desencanto de um futuro improvável de uma história bloqueada pelo capital e pelo poder (Martins, 2011, p. 51).

Como destaca o autor:

---

[117] Tais como: *O poder do atraso*. Ensaios de sociologia da História Lenta/ *O Cativeiro da Terra*, e *A sociabilidade do homem simples*: cotidiano e história na modernidade anômala. Obras indicadas na integralidade entre as referências bibliográficas desta tese.

[118] As obras do autor aqui citadas como referência refletem uma produção datada entre as décadas de 1960, 1970 e 1980.

> A modernidade, porém, não é feita pelo encontro homogeneizante da diversidade do homem, como sugere a concepção de globalização. É constituída, ainda, pelos ritmos desiguais do desenvolvimento econômico e social, pelo acelerado avanço tecnológico, pela acelerada e desproporcional acumulação de capital, pela imensa e crescente miséria globalizada, dos que têm fome e sede não só do que é essencial à reprodução humana, mas também fome e sede de justiça, de trabalho, de sonho, de alegria. Fome e sede de realização democrática das promessas da modernidade, do que ela é para alguns e, ao mesmo tempo, apenas parece ser para todos (Martins, 2011, p. 18-19).

Nas palavras do autor, fica evidente a ideia de como diferentes referências temporais e efetivas relações sociais se mesclam e disputam no cenário da realidade social, revelando a historicidade dos homens nesse movimento de encontros e desencontros de tempos, ritmos, diferentes enfrentamentos na busca pela construção de novas e antigas possibilidades.

Para a particularidade da sociedade brasileira em contexto latino-americano, os apontamentos de Martins (2011) são também muito relevantes:

> No caso latino-americano e, sobretudo, brasileiro, a crítica constitutiva da modernidade vem do "hibridismo" cultural, da conjunção de passado e presente, do inacabado e inconcluso, do recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna e as concepções que dela fazem parte e a mediatizam; a opressão e os absurdos do moderno, da racionalidade, da quantidade, do modismo, do transitório e passageiro como maneira permanente de viver e de ser. O inacabado e inconcluso, a modernidade que não se completa, produziu no Brasil uma consciência social dupla, o diverso segmentado e distribuído nos compartimentos da cultura e da vida (Martins, 2011, p. 22).

Quanto aos rebatimentos dessa modernidade para a esfera estatal, segundo Lefebvre (1981, p. 126 *apud* Carvalho, 2012, p. 17), o Estado moderno gere o cotidiano, direta ou indiretamente. Diretamente pelos regulamentos e leis, pelas proibições ou intervenções múltiplas, pela fiscalização, pelos aparelhos da Justiça, pela orientação da mídia ou pelo controle das informações. No entanto, segundo o autor:

> O que é que escapa ao Estado? O insignificante, as minúsculas decisões nas quais se encontra e experimenta a liberdade [...]. Se é verdadeiro que o Estado deixa fora apenas o insignificante, é igualmente verdadeiro que o edifício político-burocrático sempre tem fissuras, vãos e intervalos. De um lado, a atividade administrativa se

> dedica a tapar esses buracos, deixando cada vez menos esperança e possibilidades ao que podemos chamar de liberdade intersticial. De outro lado, o indivíduo procura alargar estas fissuras e passar pelos vãos (Lefebvre, 1981, p. 126-127 *apud* Carvalho, 2012, p. 17-18).

O ritmo que modernização e progresso imprimem à vida cotidiana é tal que parece que nada de antigo se mantém e nada de novo chega a criar raízes; parece que tudo se encontra de passagem e não vem para ficar (Carvalho, 2012, p. 38).

Portanto, compreendemos que a nova forma de se fazer política caracterizada nesta primeira quadra do século XXI tem não só a “novidade” das redes sociais e do espraiamento do uso da internet como interface com o povo, mas carrega as estruturas das religiões, as bases do pensamento racionalista neoliberal expressas pela lógica do empreendedorismo e o dinamismo do mundo do crime (sejam as estruturas de facções, milícias e/ou da própria força policial revestida de amplos poderes) todas elas orquestradas em consonância com as ações de um Estado que se submete ao mando e controle dos mercados de capital (nacional e estrangeiro), em detrimento da construção de melhorias e qualificação para as condições de vida e sobrevivência da população.

Tais arranjos possibilitam a garantia de uma base necessária para a sustentação de representantes governamentais conservadores e alinhados às forças da ultradireita no país, que buscam se utilizar do sentimento de instabilidade política, econômica/financeira e social criando uma justificativa para sua própria manutenção nos postos de gestão e poder, a fim de que, uma vez criado e instaurado o caos, esses agentes políticos estejam prontos (e sejam inclusive aclamados popularmente) para gerenciar as “soluções necessárias” ao enfrentamento dos problemas brasileiros.

2.3. Mudanças conjunturais e seus impactos para o trabalho social: o Serviço Social em diálogo com as novas gramáticas do século XXI

Retomadas estas breves reflexões sobre a ambiência sociopolítica, econômica e cultural em que se constroem e se amparam os tentáculos do conservadorismo no Brasil, buscamos com a pesquisa de campo entrevistar as assistentes sociais no trabalho social em habitação acerca do modo como as profissionais percebem as mudanças de conjuntura, principalmente a partir do período do golpe jurídico parlamentar da presidenta Dilma Rousseff e das gestões federais que a sucederam,

assim como a pandemia de Covid-19, que impactou sob diversos aspectos a vida humana.

Apesar de nossa abordagem levar em conta o contexto nacional (quanto ao debate sobre o contexto da gestão federal) ou mesmo a realidade mundial (da pandemia), não se trata de desconsiderar em nossas análises os aspectos de âmbito municipal ou estadual, que certamente impactam profunda e diretamente a vida nos territórios e mesmo as condições em que são realizadas as ações do trabalho social.

Entretanto, ao optarmos nesta tese por selecionar estes dois eventos críticos de uma cena conjuntural, desejamos apreender como esses eventos (dada sua magnitude e repercussão nacional e internacional) chegam ao cotidiano dos territórios e impactam a vida das/dos sujeitas/os comuns, assim como o trabalho social e a condição das/dos trabalhadoras/es nesse componente da política de habitação.

A proposta de recorte temporal para a escolha dos eventos não se expressa como uma simples definição quanto a um período histórico a ser privilegiado como recorte da pesquisa, mas, ao contrário, é uma escolha central do ponto de vista do que compreendemos acerca de uma reatualização amplamente conservadora no país e sua importância para os desdobramentos conjunturais e a cena socio-histórica e política brasileira, que influem no desenvolvimento de novas requisições e respostas profissionais construídas pelas/os profissionais em seus diferentes espaços socio-ocupacionais.

Ambos acontecimentos demarcam um período importante e com avassaladores impactos para o estágio das políticas públicas, resultando em profundo desmantelamento das políticas públicas e sociais no Brasil, assim como no avanço geral da crise capitalista no país e no significativo rebaixamento das condições de vida e sobrevivência da população pobre.

Como destaca Antunes (2023),

> Desde a “contrarrevolução preventiva” desencadeada com o Golpe Jurídico-Parlamentar de 2016, presenciamos um dos mais nefastos períodos de nossa história recente. Foram seis anos nos quais o horripilante “par-quase-gêmeo” Temer-Bolsonaro, exasperando uma pragmática neoliberal absurdamente predadora, foi responsável pela devastação do país, regredindo muitos degraus na escala social, não da “pobreza”, mas da “miserabilidade”. Ainda que, politicamente, o primeiro seja um “golpista civil urdido nos pântanos do Parlamento”, um “quase-vampiro”, e o segundo um “biltre forjado desde sempre no antro do neofascismo militarizado”, o que aqui vivenciamos nos

> últimos anos é a somatória de “corrosão, devastação, demolição e implosão”, tudo junto e somado, uma verdadeira hecatombe social (Antunes, 2023, p. 8-9).

Acerca desse contexto buscamos ouvir as profissionais entrevistadas, a fim de compreender suas diferentes apreensões e concepções e como os diferentes rebatimentos acabam por impactar o contexto do trabalho social desenvolvido em seu cotidiano ou como decorrência para o contexto de realidade dos territórios.

Quanto à pandemia de Covid-19 (iniciada ainda no primeiro trimestre do ano de 2020), se não prejudicadas pelo próprio vírus ou por sequelas decorrentes de um comprometimento vinculado às questões de saúde, as pessoas foram, certamente, afetadas pelas consequências da necessidade de isolamento social e pela interrupção de suas atividades produtivas responsáveis pela condição de manutenção e custos com a própria vida e de suas famílias.

Suas subjetividades também foram profundamente afetadas, porque falar sobre isolamento social é ter nossas relações sociais, redes e vínculos altamente fragilizados e comprometidos.

Subjetividades e intersubjetividades foram afetadas, pois fomos tolhidos no contato, invadidos quanto a nossas rotinas e itinerários e vimos reconfigurados nossos modos e meios de vida.

Ao passo que, por meio do acesso à internet e por uma pequena tela podíamos acessar o mundo inteiro, estando, ao mesmo tempo, silenciados em nossas trocas cotidianas e junto àqueles com os quais nossos principais vínculos estavam estabelecidos.

Fomos tolhidos no pensamento e nas diversas linguagens[119] que utilizamos no cotidiano para atribuir sentidos e significados à vida diária e às relações sociais até aquele momento construídas.

Com isso, as fronteiras de segurança daquilo que nossas vidas tinham em seu caráter mais ordinário foram rompidas e ficamos expostas/os a um campo aberto de interferências cujas linguagens mais difundidas (sobretudo as digitais) apresentavam-se ainda de modo muito nebuloso.

Fome, dor, dificuldades de convivência, ausência de espaços adequados para o isolamento social, famílias numerosas, outras debilidades no campo da saúde física,

[119] Linguagens verbal, não verbal, artística, corporal, entre outras.

violência doméstica, ausência de espaços adequados e condições objetivas para a realização do trabalho remoto ou do estudo das crianças e adolescentes, sobrecarga materna das mães solos ou mesmo para um conjunto de outras configurações de agrupamento familiar, ruptura das redes de apoio, perda de vínculos com a morte ou adoecimento de membros responsáveis pelo sustento das famílias, grupos de pessoas incapacitadas que perderam seus cuidadores, comprometimento da saúde mental, sofrimento frente à alteração dos ritmos e rotinas familiares, perda dos vínculos de trabalho ou inviabilidade de exercer trabalhos informais com rendimento mínimo necessário para garantia de subsistência, ausência de condições de garantir os materiais de higiene pessoal básicos em meio a um contexto pandêmico, crise nos serviços públicos e privados de saúde[120], incerteza sobre os atendimentos médicos e constante elevação do número de mortes causadas pelo vírus... quanta dor e desespero concentrados em tão pouco tempo, mas que dia após dia mostravam-se como tempos intransponíveis, sem que conseguíssemos vislumbrar o fim daquele contexto de pavor.

Reflexos de uma história que nunca nos agradará rememorar, mas que é necessário reconhecer, pois por ela fomos todas/os tomados por inteiro, com sequelas das quais ainda não conseguimos precisamente dimensionar.

No entanto, na tentativa de contribuir com tais acúmulos, ainda que de modo certamente precoce, dado o pequeno intervalo entre os eventos citados e a produção desta tese, damos aqui a conhecer as diversas contribuições colhidas durante o percurso de campo da pesquisa, com importantes e significativas evidências do que este curto período histórico possa ter significado em termos concretos de vivência e aprofundamento de velhos desafios, embora apresentem uma nova gramática.

O depoimento a seguir, de uma das profissionais entrevistadas, contempla esta afirmativa:

> A vida de todo mundo piorou, né? Do ponto de vista de acesso, a qualidade dos serviços, eu vejo na interface com a assistência... na interface com assistência, com criança e adolescente. Então, essa entrada da evangelização, por exemplo, mesmo para contratação dos terceirizados a gente tem que ficar muito atento porque sempre vem

[120] Apesar do precário cenário nos serviços de saúde (um dado presumível considerando contextos de crise sanitária) pudemos observar no Brasil uma resposta positiva quanto aos atendimentos que se fizeram necessários nos serviços de atendimento, um fator que atribuímos à existência e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, dado que comparativamente outros países demonstraram maiores dificuldades quanto às estratégias de resposta ao período pandêmico.

> uma discussão de *coaching* evangélico, sabe? De que para a pessoa melhorar ela precisa acreditar em Deus, se ela tiver um pensamento positivo as coisas vão mudar. Então é uma individualização muito grande da questão social, como se ela fosse uma questão só individual. Então, isso é muito complicado. E de como isso está presente em tudo, está presente com a forma com que os técnicos vão falar com as famílias, tá presente na forma como os serviços vão tratar. E de um rebaixamento mesmo. A gente não consegue fazer reunião com a assistência, porque elas teriam uma quantidade de famílias referência, elas estão atendendo duas, três vezes mais do que elas têm capacidade. Tem um CRAS em São Mateus que teve que fechar porque não tinha nem limpeza, isso na maior cidade da América Latina. Então é um rebaixamento mesmo. A gente sequer consegue conversar sobre isso, porque como a gente está com uma gestão... a forma de gerir bolsonarista, ela tá entranhada no governo do Estado e no município. Então você vai numa reunião da coordenadoria do social ou vai fazer alguma discussão de programa, sempre parece a primeira. É um nível de alteração de equipe, de rotatividade imensa. Parece que o critério é: quem nunca trabalhou em habitação e quem não conhece de habitação. Hoje tá com um secretário do PL, que é um pastor, que era deputado federal e que falou que não queria estar aqui, mas que o partido pediu para que ele viesse (A.S. 4 - Prefeitura).

O depoimento da profissional é extremamente relevante e destaca diversos aspectos que atravessam o trabalho da/o assistente social no trabalho social em habitação na atual conjuntura.

O que chamou de *forma de gerir bolsonarista* e sua capilaridade sob diversas instâncias de gestão do Estado deve ser tomado como um elemento central da cena sociopolítica do país neste início de século XXI, com reflexos no interior dos espaços e serviços municipais e com resultados decorrentes dessas interlocuções, que, de fundo, operam determinações importantes para as políticas públicas e seus impactos para as/os sujeitas/os nos diferentes territórios.

Tais impactos podem ser reconhecidos na oferta e funcionamento cotidiano dos diferentes serviços e equipamentos, no que se refere à demanda que se apresenta para atendimento, na maioria das vezes em número muito superior à capacidade dos espaços e quantidade de profissionais disponíveis.

A profissional destaca que o trabalho social se relaciona à dimensão de subordinação a que está condicionado, com a presença de um corpo político que pouco ou nada compreende sobre a dinâmica do urbano e da política habitacional, mas que em razão dos arranjos políticos realizados apresenta-se de maneira determinante para os pouquíssimos avanços e resultados que as políticas públicas e sociais vêm alcançando nos diferentes territórios. Como afirmou Santos (2012),

> Como a divisão social do trabalho e a divisão territorial do trabalho dependem, em proporção crescente, de decisões políticas, o presente e a evolução futura das cidades dependem, em proporções semelhantes, do papel que, na economia, cabe aos atores do jogo político, segundo diferentes níveis, e da forma como, respondendo a essas determinações, o espaço urbano é, a cada momento, reorganizado. Esse mecanismo é ainda mais sensível em grandes cidades como São Paulo, em virtude da importância que tem no volume global da produção do país (Santos, 2012, p. 121).

É relevante observar que o corpo do Poder Executivo (principalmente em gestões de caráter mais conservador) não são definidos a partir de seus conhecimentos e competências para ocupar os cargos de gestão e assim contribuir e agregar ao desenvolvimento das políticas setoriais. Mas, ao contrário, os nomes são indicados a partir do jogo político que define as associações e desassociações dos diversos partidos políticos que se aliam no processo da corrida eleitoral e no jogo da governança, o que popularmente convencionamos chamar de “cargos políticos”, como se inclusive pudessem socialmente estar desresponsabilizados de seu compromisso com os resultados da política pública e social de forma a coincidirem com os interesses da população, mas autorizados ao uso da máquina pública para interesses particulares.

A profissional também chama atenção quanto à realidade de alta rotatividade de profissionais/gestores no interior dos serviços, um fator determinante para o desenvolvimento dos projetos e programas, uma vez que a alternância das/os diferentes trabalhadoras/es em ritmo de alta rotatividade (como é característico na fase de reestruturação produtiva) ocasiona necessariamente uma perda quanto ao histórico das intervenções já realizadas ou pendentes dos processos de trabalho em curso.

Todavia, se descartada a dimensão histórica dos projetos e intervenções, temos como premissa que boa parte das ações realizadas perderá também a essencial dimensão política que as/os profissionais podem, por intencionalidade, construir nas intervenções das quais são parte, pois estarão descartadas também a leitura dialética dos processos de trabalho e em curso nos territórios, assim como as contradições e possibilidades de leitura mais ampliadas e totalizadoras dos resultados possíveis em andamento.

Entretanto, no que pesa o depoimento, o destaque vai para o contexto municipal, em que esse reflexo extrapola a esfera das/os assistentes sociais no

cotidiano de trabalho, mas envolve todo o conjunto de trabalhadores/gestores e instâncias institucionais abrangidos na execução das políticas setoriais.

Para um destaque final, mas não menos importante, a profissional indica a presença crescente do discurso "*coaching* evangélico" entre as/os trabalhadoras/es, uma tendência ampliada muito característica do avanço das igrejas neopentecostais no Brasil.

2.3.1. Religião, empreendedorismo e o mundo do crime: alianças para o jogo político conservador nas instâncias do Estado brasileiro

Consideramos que tal aspecto merece melhor abordagem, tendo em vista as relações que estabelece com o ascendente movimento bolsonarista e seus reflexos entre (e para) as/os assistentes sociais. Por isso, dedicamos a seguir algumas reflexões a fim de contribuir com o presente debate, considerando o aspecto da religiosidade e seu imbricamento com a profissão, de modo a correlacioná-los aos depoimentos das profissionais sobre o contexto retratado.

Para esta finalidade nos valemos do levantamento realizado pelo CFESS, publicado no ano de 2022, por meio do *Relatório Final da Pesquisa Nacional do Perfil Profissional de Assistentes Sociais,* que se utilizou dos dados relativos ao processo de recadastramento das/os profissionais, coletados entre 2016 e 2019, contando com a contribuição de 44.212 assistentes sociais participantes, o que correspondia a 25,04% das/os 176.524 assistentes sociais inscritas/os ativas/os até o ano de 2019, período final da pesquisa.

Descartados apontamentos referentes aos aspectos metodológicos da pesquisa e à distribuição territorial das/os profissionais que participaram do recadastramento, os dados revelados pelo relatório quanto aos vínculos religiosos das/os profissionais indicaram a prevalência da religião católica como a adotada por quase metade das/os pesquisadas/os (49,65%), valor correspondente a 21.592 registros.

Em segundo lugar aparece a religião evangélica, com 9.554 profissionais, representando 21,61% do universo pesquisado.

A religião espírita ocupa a terceira posição dentre as/os recadastradas/os, situação de 9.554 pessoas, ou 9,33%.

Por sua vez, para 3.090 recadastradas/os, ou 6,99%, a religião indicada foi *Outra*, diferente das três mais citadas e também houve as/os que informaram não serem adeptas/os de nenhuma religião, situação representada por 12,42% entre as/os pesquisadas/os, o equivalente a um total de 5.490 profissionais (CFESS, 2022, p. 38)[121].

A intenção na observação desses dados é demonstrar que, assim como o movimento geral da sociedade brasileira, a profissão também registra a presença de vínculos religiosos entre as/os profissionais, o que corrobora a afirmação de que em alguns casos a incidência de algumas crenças possa se estender à interpretação das/os profissionais em meio à realização de seu trabalho cotidiano[122].

Ainda conforme o referido relatório, observa-se que principalmente evangélicos neopentecostais e católicos, cuja pauta conservadora adere à "defesa da família", vêm ganhando visibilidade no cenário político, especialmente na defesa dos valores cristãos no campo dos direitos reprodutivos, sexuais e de proteção à família, desenhando um panorama que atenta contra direitos sociais e questões vinculadas ao debate sobre, por exemplo, o campo da diversidade sexual (CFESS, 2022, p. 39).

Assim, a expressão utilizada pela profissional entrevistada, quando se refere a presença do chamado *coaching* evangélico, pode se associar à incorporação desses e outros valores a partir não apenas (mas também) dos registros existentes sobre o perfil das/os profissionais no Brasil, assim como de alguns aspectos que extrapolam o campo profissional, representados pelas/os sujeita/os que realizam interlocução com o Serviço Social, considerando a própria população nos territórios ou mesmo o campo expandido das demais profissões que partilham o espaço de atuação profissional com a categoria, tensionando discursos e disputas que ocorrem no cotidiano da atuação profissional.

---

[121] O relatório registra que "Informações mais detalhadas sobre as religiões Católica, Evangélica e a Outra, foram registradas no recadastramento. Nesse sentido, na religião Católica, que é professada por metade das/os Assistentes Sociais, o Católico Romano é o que prevalece, com 21.305 recadastrados, ou 48,19%. Por sua vez, o Católico Ortodoxo tem baixa representatividade, com 647 registros, ou 1,46%. Dentre os que professam a religião Evangélica, esta é a que possui mais adeptas/os, com 8.470 profissionais, ou 19,16%. A Evangélica Pentecostal foi a opção marcada por 1.084 profissionais, e corresponde a 2,45%. Dentre os que optaram por Outras religiões, destacam-se a Umbanda, como a adotada por 527 Assistentes Sociais, ou 1,19% e, Outra sem especificação, que foi a opção de 1.751 recadastradas/os, ou 3,96%. É importante registrar que a religião Espírita não apresentou nenhum tipo de detalhamento".

[122] Sem descartar que a própria origem da profissão no Brasil passa também pela forte influência da religião católica e todas as interlocuções fruto desta relação para o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro.

De origem inglesa, o termo *coaching*, ou “treinamento”, se usado como tradução literal para a língua portuguesa, condicionou a expressar um conjunto de técnicas e estímulos de caráter essencialmente individual, com objetivos amplos e promessas de geração de “crescimento”, “transformação” e ampliação do chamado “potencial dos indivíduos”.

Tornou-se fortemente utilizado em contextos profissionais diversos, para diferentes abordagens sobre o tema de finanças, no âmbito do chamado “desenvolvimento pessoal” ou para os relacionamentos, assim como para lançar mão de projetos que se proponham a gerar “crescimento espiritual”, se contemplados contextos quanto à prescrição de valores e preceitos vinculados a diferentes experiências e rituais religiosos.

No campo do desenvolvimento e ampliação do empreendedorismo, na atual fase de reestruturação produtiva, a figura do *coaching* tem sido chave, pois, ao vender o sonho de um lugar onde as relações trabalhistas se desmancham e a “liberdade” do empreendedor se constrói a partir de suas próprias decisões, definindo rotinas, roteiros e recursos a serem empreendidos em seu “próprio trabalho”, um conjunto de concepções torna-se concretamente o caminho a ser trilhado na “jornada do herói”[123]. Um contexto que dissolve (no campo mental) as relações entre capital e trabalho e tem servido para intensificar e precarizar ainda mais as condições de inserção de grande parte da classe que vive da venda de sua força de trabalho no Brasil.

O princípio da tendência *coaching* tornou-se uma proposta de referência facilmente localizada em diversas produções bibliográficas, mas sobretudo no campo da internet, em especial pelo espraiamento das redes sociais por meio do consumo de palestras e aulas inicialmente disponibilizadas de modo gratuito, que incentivam a compra de fórmulas e conteúdos de cunho motivacional e com promessas de resultados rápidos ou imediatos[124].

---

[123] Tendo como referência o padrão narrativo recorrente em diversas culturas, inspiradas pelo mitólogo Joseph Campbell, em seu livro *O herói de mil faces* (1949).

[124] Esta tendência tem tomado grande proporção, inclusive no campo da disputa político-partidária, considerando o crescente número de candidaturas políticas de personalidades, como Pablo Marçal (pelo Partido Renovador Trabalhista Brasileiro – PRTB), candidato à prefeito da cidade de São Paulo no pleito eleitoral do ano de 2024. Ao longo da produção desta tese acompanhamos a formalização da candidatura de Marçal, que se popularizou atuando nas redes sociais e à época do lançamento de sua candidatura se declarou como um "ex-coach”, reunindo um amplo conteúdo de estilo “motivacional”, reproduzido entre os milhares de seguidores que reuniu desde sua investida no campo das redes sociais. Logo após a divulgação de seu nome como candidato a prefeito da maior cidade da América

Portanto, na especificidade de que trata o depoimento da profissional, poderíamos compreender a expressão *coaching evangélico* como uma particularidade desse fenômeno, que se utiliza de princípios bíblicos e referências ao cristianismo a fim de estimular os indivíduos a um processo de “melhoria contínua”, uma “reforma íntima”, “ajustes de valores e rotinas”, realizações pessoais e alcance da “prosperidade”.

Por fim, é importante demarcar que nenhuma dessas concepções está associada à dimensão de reconhecimento da luta de classes, pois não menciona ou pondera a realidade de acúmulo privado da riqueza socialmente produzida e naturaliza os diversos contextos de exploração e espoliação dos seres vivos/ humanos e dos recursos naturais, conduzindo seus adeptos a uma percepção de mundo e condutas amplamente individualistas, ainda que alguns grupos se apresentem como adeptos a processos mais solidários ou associativos, mas que permanecem nos limites da ordem capitalista.

Outros depoimentos também revelam o movimento de guinada crescente dos aspectos conservadores enfrentados no cotidiano:

> Por conta da precarização do trabalho e esse discurso coach, esse discurso neoliberal de que a saída é individual, pelo enriquecimento, é muito presente. Tanto do ponto de vista dos profissionais, como dos oficineiros, que no Minha Casa Minha Vida a gente pode contratar para fazer as oficinas, tal, então isso é muito, muito, muito presente (A.S. 4 - Prefeitura).

> Mas eu vejo assim, a categoria, aí eu vou falar dentro do meu micro espaço, né? Que eu não tô dentro da universidade e tal, é um pouco do que eu escuto de colegas que dão aulas, estão no espaço acadêmico, tá vindo uma galera muito conservadora, gente se formando em Serviço Social assim de extrema direita. Então tá todo mundo chegando, né? De tudo. Gente assim que leva a igreja pra dentro do trabalho, é o que eu falei, eu acho que as pessoas têm que ter seus direitos de espiritualidade, da sua fé. A minha dificuldade é de lidar com profissionais que levam as questões morais, conservadoras de dentro da sua igreja para o trabalho, isso também acontece, então isso também tá chegando. Que eu acredito que isso teria que ser identificado rapidamente e eliminado de alguma maneira, mas não é assim que funciona, não é assim que a banda toca (A.S. 5 - Gerenciadora).

Latina, o influenciador digital ganhou apoio de uma parcela da juventude paulistana (como, por exemplo, personalidades associadas à cultura do *funk*), incluindo acusações de vinculação ao PCC.

Mas a esfera da religiosidade não pode ser discutida apenas no que se refere a sua intersecção com a profissão, pois precisa ser compreendida em sua dimensão mais complexa e a partir da totalidade da vida social.

De acordo com Batista e Coelho (2015), a religião está presente na história da humanidade e se coloca como presença imponente em muitas sociedades, tornando-se um campo de delicadas discussões por agregar fatos sociais e principalmente representações simbólicas.

Dadas as condições socio-históricas de cada época, dentro dos diferentes modos de produção: o escravismo, o feudalismo e o capitalismo; a religião corresponde a “uma necessidade socialmente sentida” (Konder, 2009, p. 80 *apud* Batista; Coelho, 2015).

Os diversos espaços caracterizados pela ordem da fé guardam, para além da instituição de influências políticas, econômicas e culturais, um espaço de acolhimento e construção de pertença. Aspectos dos quais deveríamos absorver melhor compreensão.

A exemplo do contexto da juventude, é importante que possamos observar a relação que jovens estabelecem com os espaços das igrejas, já que esses são os espaços responsáveis em muitos casos pelo primeiro acesso à dimensão da arte e da cultura, visto que o grande número de templos religiosos no país supera e muito os equipamentos públicos e espaços destinados a pontos de cultura, passando a responder pela esfera de socialização possível para a juventude e sua produção de subjetividades.

As pessoas buscam a religião como um meio de conformação, conforto e pedido de auxílio individual diante de problemas de ordem pessoal, financeira ou até de seu núcleo extenso familiar.

Os mais variados templos, igrejas, terreiros ou centros espíritas (para citar aqui apenas alguns exemplos) representam não apenas o lugar onde as diversas crenças são professadas, mas, com o passar do tempo, tornam-se o espaço em que diferentes vínculos, afetos e relações em rede se costuram e condensam, gerando uma noção de agrupamento fortalecido, cujas vivências se intensificam e tendem a progredir e ampliar, com reflexos para todas as esferas da vida humana.

Portanto, essa é uma importante razão pela qual a dimensão da religiosidade deve compor nossa compreensão de suas expressões no cotidiano de vida da população, pois se por um lado ela atende a uma necessidade subjetiva socialmente

sentida e coletivamente construída, por outro lado confere requisitos que legitimam valores tomados de assalto pelo movimento conservador e que se adequam a atender simultaneamente interesses de ordem capitalista, sustentados por este projeto societário. E o movimento bolsonarista no Brasil pode ser tomado como um bom exemplo dessa expressão.

Cabe observar que o movimento bolsonarista não está associado única e exclusivamente à religião de tradição evangélica e tendência neopentecostal, conforme diversas fontes autorais já apontaram, mas atinge também as demais expressões e correntes religiosas, como os de tradição católica ou as religiões de matriz africana.

A matéria publicada por Ronilso Pacheco, colunista do UOL[125], registra que após a cobertura do ato convocado para o dia 25 de fevereiro de 2024 pelo pastor Silas Malafaia e pelo ex-presidente Bolsonaro, uma pesquisa do Monitor do Debate Político no Meio Digital, vinculada à USP e coordenada pelo professor Pablo Ortellado, revelou que 43% das/os manifestantes entrevistadas/os no ato eram de religião católica, enquanto 29% evangélica.

Mas a ponderação acerca de maior vinculação às religiões de traço neopentecostal apoia-se sobretudo na maior associação entre os valores difundidos por estes agrupamentos e aqueles associados aos discursos proferidos por Bolsonaro e seus seguidores.

Apesar de não se constituir como objeto desta tese, é necessário que possamos destacar estudos importantes e significativos para a compreensão do crescimento dessa tendência no Brasil. Nessa direção algumas produções podem ser destacadas, como as de autoria da professora e pesquisadora Dra. Esther Solano, socióloga e docente na Universidade Federal de São Paulo, que vem discutindo os importantes impactos da bolsonarização do Brasil e a hiper-radicalização de suas bases como tendência no país.

Como uma referência adicional ao tema, podemos citar a tese de Lara Sartório Gonçalves, intitulada “*Não sorria. Estamos em guerra*”: política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro, defendida em 2023. Em seu trabalho, a

[125] Publicada em março de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2024/03/01/em-defesa-dos-neopentecostais.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: mar. 2024.

autora busca demonstrar de que maneira o medo é instrumentalizado pela extrema-direita para se fortalecer enquanto campo político e justificar práticas autoritárias.

Gonçalves (2023) trabalha o tema do medo entendido como um afeto político ambivalente, que se expressa como vetor dinâmico de constituição de vínculos sociais, bem como se apresenta como um componente formador de um processo de subjetivação autoritária, legitimando exclusões sociopolíticas e animosidades. Por meio de suas discussões teóricas e pesquisa empírica, a autora analisa os dispositivos e vetores que produzem o medo enquanto "ancoragem socio-existencial". A autora realizou, ao longo de três anos, uma ampla "observação encoberta" em grupos de WhatsApp de apoio a Bolsonaro, além do acompanhamento cotidiano do acampamento bolsonarista que se instalou no quartel-general Palácio Duque de Caxias, na cidade do Rio de Janeiro.

Como veremos a seguir, esse conjunto de questões dialoga em profundidade com as percepções das profissionais entrevistadas:

> Tem um ponto que aí precisa de muitas gestões e muitos anos de conscientização, porque a gente identificou que com esse, por exemplo, porque que teve tanto apoio o Bolsonaro né? Porque, uma linguagem que ele trouxe que agregou, essa questão forte da família, o que é essa família, colocar medo nas pessoas desde: "você vai virar jacaré... as escolas estão ensinando a ser trans... Sabe assim, pessoas brancas elitizadas dentro do governo falando isso na TV, no WhatsApp. Tem uma questão que acho que é um tema que é a ocupação das igrejas pentecostais dentro dos territórios. E eu não vou fazer, eu não faço uma crítica no sentido muito superficial. "Ah, nossa, isso é horrível!". Não! Tá posto e serve a muitas pessoas, ao que muitos outros fazem, enfim é outra coisa, mas se elas estão lá e o pessoal aderiu é porque precisou aderir, né? Na ausência de algo, ele supriu, então eu não posso fazer uma questão de juízo moral. Enfim, não me sinto... respeito muito. Então, eu vejo que teve essa linha crescente, de pessoas alfabetizadas que a gente vinha também de uma geração muito maior de pessoas sem alfabetização. Mas ainda é um processo né? Então ainda tem muito, tem muitas pessoas com trabalho precário, informal que é isso também veio agora né? Então a precarização e a privatização vêm com tudo, dizer que agora tudo é: "Lindo ser empreendedor, para que ser CLT? Bobeira! Seja dono do seu próprio negócio." Aí a pessoa vende no farol, uma caixa de bombom e fala: "Uhuul, eu sou empreendedor", né? É isso que estão fazendo, então assim, esse poder econômico, eu falo que ele é igual racismo, ele só muda de roupa, mas ele nunca vai embora. Então assim, hoje é isso a luta. Vinte anos atrás era outro nome, mas era essa luta também, então, eu acredito que sim, que há algumas alterações, desde renda, quando a gente pensa especificamente da política que a gente trabalha é o concreto (A.S. 5 - Gerenciadora).

Nesse depoimento é possível destacar o apelo ao empreendedorismo, assim como o lugar que a política ou mesmo a esfera da religião tem ocupado nos territórios.

Como revela a profissional a seguir, é o lugar de propositalmente assediar a população quanto aos interesses do jogo político-partidário, inclusive por meio das redes sociais ou pela captura de informações e acessos ao banco de dados das famílias atendidas pelos diferentes programas vinculados às políticas setoriais, permitindo aos grupos partidários da situação o uso das informações como acesso privilegiado na disputa eleitoral. E cabe destacar que as/os próprias/os profissionais podem também ser assediadas/os à entrega e compartilhamento das informações resguardadas sob sua administração.

> Tem um aspecto muito positivo que é, agora as famílias não precisam pagar, né? Porque como os nossos são mais antigos, elas não vão precisar pagar a prestação da unidade, que é algo muito positivo, assim, porque tem um endividamento grande das contas do condomínio. E para o município, de utilizar mesmo esses espaços do banco de dados com o contato de todas as lideranças, o atendimento dessas lideranças com fins político-partidários. Isso é bem forte. E, então, tem essa utilização e também essa discussão, por exemplo, da... que isso sempre teve, né, mas de fazer, por exemplo, o culto no salão de festas. Ou encontro com algum vereador no salão de festas. Então isso é bem presente, assim. É bem presente (A.S. 4 - Prefeitura)[126].

Os depoimentos demonstram que na percepção das profissionais não há apenas um crescimento considerável dos espaços de religião neopentecostal nos territórios, mas sobretudo um espraiamento e ampla capilaridade de suas práticas para espaços que a priori deveriam ser considerados de caráter laico, um princípio básico cada vez mais abandonado sobre o que deveria garantir a figura do Estado ou espaços de convivência comunitária, como os salões de festas e eventos dos condomínios, que deveriam garantir a inexistência de práticas religiosas em seu

[126] No que se refere à informação quanto a não necessidade de pagamento referida pela profissional, a menção realizada se vincula a Portaria n. 1.248/2023, do Ministério das Cidades, que regulamentou a isenção de parcelas e a quitação de contratos vigentes do PMCMV. A portaria equipara os contratos vigentes do programa às novas regras estabelecidas pela Lei 14.620/2023 (responsável por restabelecer o PMCMV e revogar o Programa Casa Verde e Amarela, implementado por Bolsonaro). A isenção de parcelas aplica-se a contratos vigentes celebrados com famílias beneficiárias do Bolsa Família ou que tenham um membro que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O Agente Financeiro (Caixa ou Banco do Brasil) se comprometeu a identificar se a família se enquadra nas regras da portaria, convocando as/os beneficiárias/os a comparecer à agência para concluir os trâmites de quitação do imóvel a partir da suspensão de cobrança de parcelas dos contratos vigentes, disponibilizando a Declaração de Quitação às famílias beneficiadas.

interior, exatamente por se configurarem como espaços de propriedade coletiva e não particular ou privilegiada, como por vezes são ainda considerados, principalmente para alguns moradores que compõem algumas denominações religiosas.

> Eu acho que o que tem mais... de mais mudança, de uma mudança mais contundente é a presença da igreja e de como a igreja politiza muito o discurso, faz a indicação dos seus candidatos... a entrada desse discurso neopentecostal na vida das famílias. Isso é muito, muito, muito forte e tem um impacto, né? Porque imagina conseguir reunir, construir propostas coletivas que são super trabalhosas, sendo que todo o discurso é para você resolver individualmente. Então, eu acho que é essa política com a questão religiosa. Então é muito comum quando a gente vai numa área de invasão, sei lá, aconteceu isso com esses conjuntos, os conjuntos que eu tô trabalhando que a gente termina agora em janeiro o último. Teve uma invasão e quem veio conversar foi um pastor. Então esse discurso, essa relação da religião com o tráfico, o pastor com o tráfico, tá muito junto, a gente não consegue muito dividir. E esse discurso do enriquecimento individual... que é todo individual e você propondo uma questão mais coletiva (A.S. 4 - Prefeitura).

No depoimento acima a profissional convoca a reconhecer um desafio contemporâneo para o trabalho social, que tem na dimensão do trabalho coletivo seu principal componente estratégico.

Demarca que as concepções do exacerbado individualismo apregoado pelo discurso neopentecostal refletem barreiras e tensionamentos significativos nos territórios, inclusive quando se potencializam na associação ao crime organizado e à política.

Esse tema tem sido amplamente investigado com produção relevante entre diversos sociólogos e estudos de cunho etnográfico, como Gabriel Feltran, Bruno Paes Manso, Daniel Hirata, Cibele Rizeck, entre outros importantes, que têm produzido a respeito e apresentam inúmeras chaves analíticas que poderíamos tomar para apreensão desses temas que estão totalmente associados.

Em seu livro *A fé e o fuzil: crime e religião no Brasil do século XXI* (2023), Manso descreve o processo de ascensão das igrejas neopentecostais nas periferias brasileiras e sua intensa relação com o crime organizado e a instrumentalização da religião para justificar a violência e o tráfico de drogas.

Manso (2023) demonstra um conjunto de motivações de egressos do sistema prisional e traficantes que se converteram à fé cristã e o papel cumprido pelas igrejas

na construção de valores morais e na reinserção social dessas/es sujeitas/os que tiveram suas trajetórias atravessadas pela criminalidade.

A obra também é oportuna ao relatar a falha do Estado em prover serviços básicos à população e sua relação com o crescimento da criminalidade. Portanto, um projeto ativo das gestões em negligenciar aspectos essenciais dos compromissos não assumidos nas diferentes políticas públicas e sociais.

No depoimento a seguir, a profissional revela que esse circuito está amplamente decifrado pela população e as correlações de força impressas nos territórios, resultando em uma articulação interna das/dos sujeitas/os a fim de garantir um resultado rápido e efetivo às suas demandas mais imediatas, uma construção de alternativas que desconsideram as instâncias das políticas públicas e sociais, haja vista que em diversos contextos apresentam ineficiente atuação, presença e reflexo na vida cotidiana da população.

> Isso presente com a questão LGBT, com a questão da violência. Isso é muito forte. E aí, como a segurança pública também não tá, as famílias também ficam sem... Eu lembro de um caso que era o caso de um filho de uma mulher idosa que é usuário, ela não queria que fizesse a denúncia porque ela não quer que ele seja preso. Aí conversa com CREAS, aí ele fala que ele vai melhorar, dos poucos casos que a gente ainda conseguiu conversar com o CREAS, aí “ah não, é porque ele vai melhorar”, e passa um pouquinho de tempo, tem outro caso de violência, de bater mesmo. Aí os vizinhos chamam, porque daí não tá resolvendo. Quem resolve? O tráfico que vai lá e diz: da próxima que você bater, a gente vai matar você. Aí deram uma coça nele, ele não bateu mais na mãe, porque... Então as famílias, elas sabem que elas perdem os filhos também para o tráfico. No limite, quando você tem uma situação que o poder público não vai dar conta, elas vão procurar a questão do tráfico para poder resolver. E de como esse discurso tá presente na vida, né? É esse discurso individual. Eu acho que para tudo. Então a gente foi discutir questões relacionadas ao trabalho, de condições de trabalho. Você consegue reunir um número muito pequeno de técnicos. Primeiro por conta da terceirização, o grosso é terceirizado, e aí não tem um rebatimento para nós. São dois lugares diferentes para brigar. Mas a gente não consegue reunir. Porque a vida, o tempo que tem para conseguir fazer isso... E todo um discurso, esse discurso individual, tá presente no discurso dos técnicos, das famílias, das lideranças, que Deus é que vai prover, que Deus é que vai fazer. É bem individual, assim, é bem individualista. Então isso tá muito presente. E para a habitação é muito caro, né, porque a habitação é coletiva. Diferente da saúde, da assistência, que a primeira demanda, ela é individual, é o meu tratamento, é o meu acesso à saúde. Mas da habitação, impossível ser sozinho. Mas tá muito presente, e com os técnicos também. Então, individualmente, “ah, porque a pessoa escolheu, a pessoa não quer”.

> Então é bem complicado, bem difícil conseguir articular e fazer uma questão mais coletiva, de discussão mais coletiva (A.S. 4 - Prefeitura).

A dimensão de uma exacerbada individualidade também se expressa nas dificuldades de articulação entre os próprios trabalhadores. A profissional testemunha esse contexto reconhecendo os rebatimentos do processo de terceirização profissional do trabalho social em sua interlocução com as/os profissionais que compõem o quadro efetivo de servidores municipais.

Um segundo depoimento corrobora essa direção, expressando uma particularidade importante da cidade de São Paulo no contexto de incorporação do trabalho terceirizado nas ações de trabalho social[127].

> Bom, pandemia, assim como governo bolsonarista, a gente sabe que trouxe uma pobreza expressiva para o país e aí especificamente na cidade de São Paulo, a gente assistiu um crescimento gigantesco da população em situação de rua, a gente percebeu também nos territórios, né? Um aumento muito grande da pobreza. Extrema né inclusive. Só que eu acho que hoje, a gestão que a gente tem em São Paulo, que também é de extrema direita, especificamente a gestão da Secretaria de Habitação, que também é de extrema direita, eles aproveitaram né? Vamos dizer assim, desse distanciamento que a pandemia nos obrigou a ter dos territórios, para nos afastar ainda mais desses territórios. Então como eu te falei hoje, a gente tem um trabalho muito interno, muito burocrático, muito administrativo nas regionais. Muito desarticulado, infelizmente não foi somente a pandemia que trouxe essa desarticulação, eu acho que ela veio acontecendo no decorrer dos anos por governos menos progressistas, enfim. Pelo crescimento e o fortalecimento da terceirização do trabalho. Mas eu vejo também assim, que a gente tem essa divisão política muito clara também, né, dentro da secretaria, então tem os que são nossos e os que não são nossos, né? Então a gente trabalha com os que são nossos, e os que não são nossos não nos serve. E aí são colocados de escanteio e existe também, não sei como a gente pode denominar, um enfraquecimento da equipe, da categoria profissional, de não se mobilizar também, acho que a gente até tentou algumas vezes, mas foi muito podado e hoje a gente não tem mais essa articulação para conseguir superar, essa proposta de trabalho que existe hoje e, com certeza, ela foi acentuada sim a partir da pandemia e a partir desse movimento aí, da ultradireita que a gente teve, né? E que até entre nós, assistentes sociais, temos profissionais, que estão desse lado (A.S. 6 - Prefeitura).

[127] Como já citamos, uma importante publicação que historiciza essa particularidade na cidade de São Paulo é o livro *Marcas do Trabalho Social na Política de Habitação de Interesse Social na Cidade de São Paulo: memórias da atuação profissional do Serviço Social* (2023), organizado pela Profa. Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz e pela Profa. Dra. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz. O livro registra marcos das gestões municipais mesclados à memória dos processos de trabalho de profissionais que compõem o histórico sobre o trabalho social na cidade de São Paulo. Outra produção, ainda sobre a mesma temática, refere-se à dissertação de mestrado de Clenivalda França dos Santos: *Trabalho social na política habitacional em São Paulo: tensões e possibilidades no contexto da terceirização (1989-2004)* (2021).

Os depoimentos contribuem para reconhecer a ambiência em que se constrói o trabalho social em habitação na cidade de São Paulo, que mescla as já frágeis e precárias condições de trabalho profissional a elementos da dinâmica do crime organizado, expressões de expansão da religião evangélica neopentecostal e seus imbricamentos com a esfera política, caracterizados principalmente pelos movimentos mais conservadores e associados à ultradireita no Brasil.

Nesse ponto apresenta-se o aspecto da burocratização do trabalho social, um fator tão relevante que decidimos destacá-lo mais amplamente no terceiro capítulo desta tese.

2.3.2. Contexto pandêmico e seus reflexos no desenvolvimento do trabalho social: o diálogo com as estratégias da extrema direita e seus representantes conservadores

A ocorrência da pandemia de Covid-19 como um segundo evento crítico enfrentado nesse período histórico deve também ser apontada e amplamente problematizada quanto aos seus efeitos e reflexos para o cotidiano de vida da população, assim como para o trabalho social.

No que se refere ao contexto pandêmico, os depoimentos das profissionais registram uma percepção significativa de aumento das condições de pobreza e miséria entre a população nos diferentes territórios. Uma mudança relevante no perfil que era encontrado nos territórios antes da necessidade de isolamento e das mudanças penetradas pela dinâmica de combate ao alastramento do vírus.

> Foi terrível. Eu não posso falar por todos os profissionais, mas pra gente é difícil ainda captar. A gente consegue trazer alguns elementos porque reflete na nossa atuação, né? Então, por exemplo, os projetos estavam todos parados. Pra gente teve sim, eu diria que até hoje eu tô percebendo os impactos, não é uma coisa que eu consegui captar de cara, algumas coisas sim, porque eram muito óbvias, né? Mas tem aquelas coisas mais singelas que... mudança no perfil da condição das famílias, do trabalho, de tantas outras coisas que a gente não tinha tanto né? Ou seja, novo diagnóstico, né? Eu fiquei muito surpresa quando fui fazer um novo cadastro no mesmo lugar... o quanto a pandemia impactou na vida dessas pessoas. Gente que tinha trabalho formal que acabou indo para um benefício, que conseguia pagar um aluguel e acabou indo morar na casa de outra pessoa. Mudou muito a condição das famílias que a gente trabalha, em termos graves mesmo, gente que às vezes não tem recurso para comer, né? E a gente sabe que isso é impacto dessa conjuntura. Em relação ao trabalho social, assim, a gente na pandemia a gente fez uma coisa que foi até uma

> ideia da ____[128], acho ela fenomenal que é para não se distanciar tanto, né? Uma das coisas que a gente trabalha com o grupo no começo, sempre foi assim, a gente tirou isso, que foi uma ideia deles mesmos, nem posso colocar o mérito pro assistente social, de identificar o acesso das famílias à internet. A gente gostou dessa ideia e foi tentando trabalhar isso porque alguns movimentos fazem parceria com algumas empresas e tudo mais, e aí acaba conseguindo alguma internet de graça para as pessoas e tal. Então foi nesse intuito, inicialmente, mais que para a pandemia serviu muito pra gente saber com que grupo a gente podia trabalhar... a ideia de a gente começar a fazer umas assembleias on-line e tudo mais, e eu lembro que naquele período ainda ninguém tinha feito, né? E aí a gente fez e o pessoal gostou muito. Uma coisa que eu nunca imaginei, porque o pessoal que não ia nas atividades do trabalho social começou a participar, não só pela facilidade mesmo de estar ali, mas pelo fato de que tava com saudade de ver gente, né! Uma outra coisa que aconteceu e aí assim na pandemia a gente fez um pouco isso, mas não que isso resolva porque eu acho que nada substitui o "têtе à têtе", mas foi um jeito de se aproximar dos grupos que a gente trabalha né, as comissões que a gente trabalha, não todos, por exemplo Taboão foi muito difícil, porque as pessoas não têm acesso à internet, não tem esse direito básico garantido, né? (A.S. 2 - Assessoria).

A profissional destaca o grave contexto de insegurança alimentar que acometeu grande parte das/os sujeitas/os nos territórios periféricos. Destaca também que ainda que parte das estratégias metodológicas do trabalho social tenham buscado se adequar à realidade de isolamento social com a utilização de recursos tecnológicos como a oferta de assembleias em formato on-line por meio da internet, é necessário reconhecer que a realidade das áreas periféricas ainda preserva intensa indisponibilidade de acesso à internet ou mesmo instabilidade na oferta desses serviços, prejudicando ou inviabilizando seu uso pela população pobre.

Há que se destacar inclusive que parte significativa da população que se configura como demanda do trabalho social tem sua condição de sobrevivência subsidiada apenas pelo recebimento de benefícios sociais de transferência de renda, sendo comum que muitos não tenham recursos suficientes para custear nem ao menos a manutenção de linhas telefônicas, sendo cada vez mais recorrente nos depararmos com um perfil de população que se mantém isolada dos meios de comunicação, inclusive das redes sociais ou aplicativos de mensagens, já que muitos nem mesmo possuem aparelhos eletrônicos, celulares ou smartphones, nem recursos para deslocamento até algumas unidades de atendimento com serviços que ofertam o acesso à rede de computadores e internet, subsidiadas por projeto municipal.

[128] Nome suprimido para preservar a identidade da/do profissional.

Conforme nosso diário de campo adotado para informações complementares de atendimentos realizados ao longo de nossa trajetória profissional, reunimos um conjunto considerável de registros que se referem a munícipes já atendidos, com histórico de não acesso a diversos serviços públicos, como reflexo da ausência de linhas telefônicas disponíveis para o recebimento de ligações de diferentes órgãos públicos que objetivavam agendamento de consultas, exames, disponibilidade de vagas e outros procedimentos e serviços da rede pública.

Retomando o depoimento da profissional, o fator contraditório revelado em seus registros refere-se à participação das famílias no formato remoto daqueles que inclusive não estabeleciam antes do período pandêmico maior interlocução com as atividades presenciais do trabalho social. Dado que pode estar relacionado, como ela mesma destaca, quanto à necessidade de se contrapor ao isolamento social que a pandemia impôs, ou mesmo pelo que chamou de “facilidade” quanto à forma de participação no formato de encontro on-line promovido pela equipe social.

Cabe observar esse aspecto considerando as dificuldades e os custos envolvidos na dinâmica de mobilidade das/os sujeitas/os nas cidades, isso porque algumas atividades do trabalho social que envolvem atendimentos presenciais das/os usuárias/os ou encaminhamentos realizados para os diferentes equipamentos das políticas setoriais requerem da população não apenas uma ampla disposição de deslocamento pelos territórios, mas também enfrentar as concretas dificuldades financeiras para subsidiar seu deslocamento e/ou de seus familiares[129].

A seguir a profissional afirma que os efeitos da pandemia ainda não puderam ser sentidos e refletidos em sua totalidade, mas já se refere ao real afastamento das/os profissionais dos territórios, não apenas pela condição objetiva que nos impunha o afastamento social como estratégia de sobrevivência, mas inclusive considerando a interrupção dos diferentes projetos sob acompanhamento das assessorias técnicas, ocasionada pelo período pandêmico.

Esse é mais um exemplo de alguns impasses que atravessam a realização do trabalho social em habitação, que envolve a necessidade de disponibilidade de recursos financeiros em contexto seguro para sua execução, mesmo que em alguns casos o trabalho ocorra (dado o compromisso das/os profissionais com os resultados

[129] Nas áreas rurais as dificuldades para mobilidade também estão presentes, podendo ser inclusive maiores, em alguns casos, considerando, por exemplo, as péssimas condições de infraestrutura de serviços de transporte público.

esperados e desenvolvidos junto à população) em meio às irresponsabilidades da gestão pública e ao descuido por parte dos órgãos financiadores em garantir os recursos necessários ao pagamento das/os contratadas/os, isso porque em algumas circunstâncias as/os profissionais permanecem em atuação, mesmo quando há interrupção de repasses e/ou outros mecanismos conduzidos pelos desenhos institucionais ou exigências exacerbadas de adequação por parte dos agentes financeiros.

> Outra coisa que a gente identificou também nesse processo foi o real afastamento mesmo de nós profissionais das famílias. Porque como a obra ficou parada não tinha recurso para pagar... não tinha recurso para pagar o técnico. Afastou. Inclusive o próprio movimento, teve uma liderança que falou o seguinte: “Até que eu não dava muito valor pro trabalho social não, mas caramba, agora as famílias sumiram, a gente não consegue...” Eles que são as pessoas que mobilizam: “A gente não consegue que as famílias participem do processo de novo, porque vocês não estão com a gente.” Isso não se aplica em todos os movimentos, tô falando de um que a gente trabalha, mas é muito louco, porque as pessoas começaram até meio que desinteressar da própria moradia, porque acha que não vai sair, que tá demorando muito, que já demora muito por si só quando tem dinheiro, né? Sem dinheiro é pior ainda. Então eu percebo mudança um pouco nesse perfil socioeconômico. Um novo pensar de articulação mesmo para atender essas pessoas, né? E mesmo de voltar, porque alguns projetos a gente não conseguiu voltar, né? Então rompeu com um trabalho de longos anos, e de a gente se repensar mesmo, enquanto profissional, e agora como que a gente faz, tanta gente nessa situação, que programas existem aí para atender essas pessoas e de sentar com o movimento para discutir mesmo: “Olha a gente precisa pensar, contribuir nessa discussão, enfiar gente nos conselhos.” A gente tá com essa estratégia, de enfiar no conselho de saúde, educação, de todos pra gente conseguir pensar políticas para atender nas regiões ali as famílias que estão com essas situações, é um pouco nessa linha, mas eu ainda acho que vou descobrir mais coisas de impacto que pra mim ainda não tá muito claro (A.S. 2 - Assessoria).

O depoimento da profissional vinculada à empresa terceirizada corrobora também tal aspecto de redução/interrupção de recursos destinados a diferentes projetos e intervenções que estavam antes do período pandêmico em andamento nos territórios. A profissional demonstra, ainda, que o acompanhamento das famílias no programa de auxílio aluguel destinado ao trabalho social em verdade se restringia à recondução de renovação dos auxílios, gerenciados inclusive pela atribuição de um cartão magnético para retirada dos valores devidos às/aos beneficiárias/os, enquanto um mecanismo de aspecto estritamente financeiro, retirando o contexto de contato direto entre as/os profissionais e a população beneficiada pelo programa e,

consequentemente, uma possibilidade real de acompanhamento mínimo das/os profissionais às famílias atendidas.

> Sim. Nós percebemos e eu acredito que quem estava atuando nas gestões anteriores também vai perceber. Nós percebemos sim as alterações, principalmente em relação ao recurso, né? Acho que deu uma travada né nos programas porque você já não tinha, né, nos projetos você não tinha mais contratação de unidades, nem possibilidade de direcionar as famílias para atendimento habitacional pensando no acesso a uma moradia digna igual tá previsto lá na legislação. Então a questão dos recursos elas foram fundamentais nessas mudanças, então, trazendo para as intervenções em que demandava o trabalho social, então você continuava trabalhando com a família, às vezes você não tinha nem o que dizer para as famílias que estavam em moradia provisória, recebendo auxílio aluguel, porque você ia reuni-las para gerar uma expectativa que não tinha, então se baseava ou se resumia na renovação do auxílio aluguel, que aqui em São Paulo já é automático, né? Então as famílias elas já têm um cartão, então essa renovação já é meio que automática. Então você muitas vezes não tinha sequer contato com essas famílias, e aí você ficava trabalhando em cima das emergências, aqueles empreendimentos que já estavam contratados que estavam, né, alguns até foram paralisados, né, ou chegaram até alguns tiverem invasão por aí em algumas áreas. Mas você não tinha perspectiva e quando você tinha que entrar em uma área nova por determinação, alguma ação do Ministério Público, né, alguma intervenção ou situações de risco, você tinha que convencer a família sair daquele território sem ainda ofertar pra ele uma possibilidade de atendimento. Ele ia pro auxílio aluguel com aquela promessa, né, de um atendimento em algum momento, sem saber se seria no território ou não, não se dava mais essa garantia, embora a legislação desse preferência para ser no mesmo território, nas proximidades para não ocorrer tanta quebra dos vínculos, né? Então assim essa questão do recurso foi fundamental, vindo o contexto de pandemia, então você se deparou com uma outra questão, é muitas você não podia deixar de realizar esses trabalhos, então os trabalhos foram redirecionados, e aí você se deparou num grande desafio, muitas vezes, você ter que atuar nas áreas é onde muitas vezes as famílias mal tinham com o que se sustentar, se alimentar e você ainda tinha que ter com essa família, a possibilidade de ter que realizar um trabalho remoto, então assim, será que essas famílias todas tinham acesso à internet? Apesar do celular hoje ser uma ferramenta, né, praticamente hoje todo mundo tem um celular, mas nem todos tinham praticidade de usar, porque você nessas áreas, você está lidando com pessoas idosas, né, com pessoas com um nível de escolaridade que a gente sabe, os diagnósticos, né, com os levantamentos comprovam que uma escolaridade baixa assim, não sei se eu tô usando termos equivocados, mas essa é a realidade da população que a gente atende, né, uma população com baixa escolaridade, né, com as condições financeiras, muitas sequer tem um trabalho formal, né? Trabalham na informalidade ou então ter que ainda se apropriar das novas ferramentas tecnológicas, e essa mudança afetou não só as famílias, você tem profissionais que não estavam também preparados

> para essa mudança, né? Porque às vezes você tava numa equipe, às vezes você para editar alguma coisa o colega tá lá do seu lado: “Ah faz para mim, me ajuda...” mas quando você se depara numa ocasião em que todo mundo tem que trabalhar ao mesmo tempo essas ferramentas e que você não consegue dar o suporte, né? E os profissionais muitas vezes, por conta... às vezes não recebe um incentivo ou treinamentos dentro da sua instituição e tem que procurar, se atualizar, por conta própria, né, buscar conhecimento, buscar informação por conta própria, e muitos por diversas realidades, aí não é só por vontade própria, não conseguem ter essa oportunidade, né? Nós estamos na realidade que também nós somos classe trabalhadora e nós temos mãe solo, nós temos mulheres negras que já sofrem, né? Aí já vem outras questões... mas aí a gente se deparou com esse... que também é outro desafio, então suas perguntas são muito desafio... do início ao fim. Então essas mudanças elas trouxeram essa necessidade de adaptação, adaptação não apenas das famílias, mas suas também (A.S. 3 - Gerenciadora).

A profissional destaca o rebaixamento das condições de vida e os diversos contextos de precariedade presentes e intensificados pela pandemia, revelando que as dificuldades para a realização do trabalho social não se restringiam à realidade da população no que se refere aos aspectos tecnológicos, como já apontado, mas também à condição das/os trabalhadoras/es da instituição, que por diversas razões, em diferentes circunstâncias, não possuíam domínio das ferramentas tecnológicas necessárias para o desenvolvimento das ações que se apresentavam como alternativas possíveis naquele horizonte.

O relato demonstra como as necessidades de adaptação foram sentidas, ainda que em contexto geral as/os profissionais estejam acostumadas/os a buscar por conta própria formação continuada e aprimoramento profissional, uma realidade que não é absorvida enquanto responsabilidade das diferentes instituições, nem mesmo sob a forma de incentivos, nem mesmo assumida pelo próprio Estado como medida para mitigar os restritos avanços das diversas políticas setoriais.

O que ainda extrapola tal cenário refere-se à permanente “adaptação precária” imputada às/aos profissionais, por meio de insistente investida quanto à necessidade de “adaptação” das/dos profissionais nos espaços socio-ocupacionais, mesmo quando estão em meio a um contexto de intensificação das precarizações das condições de trabalho e em um horizonte de desmontes/ desmantelamentos avassaladores dos serviços, programas e equipamentos nos diferentes territórios.

No que se refere ao contexto geral de trabalho, apesar da aparente “tranquilidade”, se considerada a proposta de maior isolamento social, interrupção de algumas atividades de campo e estratégia de revezamento entre as equipes sociais

quanto à presença física na instituição ou nos territórios de intervenção, muitas/os trabalhadoras/es vivenciaram com a pandemia um período em que o trabalho foi mais intensificado e pressionado, dado o contexto das alterações que se fizeram necessárias, demarcando um período de maior desgaste mental e emocional frente à necessidade de recompor estratégias e metodologias para os atendimentos.

É importante demarcar que, apesar de superado o período de maior fragilidade em razão da pandemia, algumas atividades não foram retomadas, revelando uma transformação significativa no arsenal técnico-operativo do trabalho social. No depoimento a seguir, a profissional contribui nessa direção:

> A gente faz o plantão nas áreas, mas o plantão geral que a gente tinha antes da pandemia, a gente não tem mais. Porque não tem resposta, né? Não tem atendimento. Então, a secretaria mesmo... a gente, quando a família liga, a gente marca com a família para ela ir na própria Secretaria, mas não tem o plantão de porta aberta. Não tem mais (A.S. 4 - Prefeitura).

Expressa-se desse modo uma relevante marca de afastamento das/dos profissionais das/os sujeitas/os em seu trabalho cotidiano, uma herança do período pandêmico (mas não apenas) com forte impacto para a dimensão política da profissão, já que historicamente o espaço de plantão social realizado pelo trabalho social se constituiu como espaço privilegiado de encontro com a população e de realização de um trabalho cuja relativa autonomia está melhor preservada durante os processos de atendimento, quando garantidas as condições adequadas para uma escuta atenta e de caráter sigiloso aos usuários.

Com a experiência desse novo evento pandêmico na história mundial que inaugura o século XXI, ampliam-se com velocidade acelerada pesquisas e investigações que buscam compreender as mudanças estruturais que impactaram trabalhadoras/es a partir das condicionalidades impostas por um contexto de necessário isolamento social e suas consequências[130].

---

[130] São diversas as obras que poderíamos citar a esse respeito, inclusive considerando uma extensa produção do Prof. Ricardo Antunes, que lançou, por exemplo, durante a pandemia a obra *Coronavírus: O trabalho sob o fogo cruzado* (2020); e *Capitalismo Pandêmico* (2022), ambos publicados pela editora Boitempo. É certo afirmar também que as obras *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital* (2020), assim como a organização de *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0* (2020) introduzem em profundidade, os aspectos relacionados às principais mudanças para o mundo do trabalho que precisam ser, a nosso ver, analisadas à luz de como dialogam com esses dois eventos (pandemia de coronavírus e a experiência de gestão bolsonarista no Brasil), elucidando novos agravantes para a ampliação das já profundas desigualdades sociais e as novas formas de exploração e precarização generalizadas, aumento do desemprego e o contexto das situações de desalento que

Nesse sentido, concordamos que esses novos cenários precisam estar sob nossa constante vigilância, dado que as mudanças percebidas para o mundo do trabalho caminham majoritariamente para o aprofundamento dos contextos de exploração e maior precarização das condições de trabalho, assim como contrários aos interesses daqueles que vendem sua força de trabalho para seu sustento e de suas famílias; já que tais mudanças seguem simultaneamente a diversas estratégias de manutenção e aprofundamento do sistema capitalista e condições ainda mais acirradas para ampliação das desigualdades sociais.

Retomando mais alguns aspectos relacionados ao amplo cenário conservador que se instaura no contexto brasileiro com fortes rebatimentos para o trabalho social cotidiano, no relato a seguir a profissional observa ao fato de que o movimento bolsonarista parece ter de certo modo autorizado e naturalizado práticas, costumes e concepções fundamentalmente conservadoras e preconceituosas, ampliando a aderência da população, que aparentemente antes da gestão do então presidente não demonstrava ou declarava explicitamente tais valores. Mas, ao contrário, ampliaram, articularam e verbalizaram publicamente e de modo ainda mais contundente suas posições na medida em que as bases bolsonaristas demarcaram sustentação e propiciaram à figura de Jair Messias Bolsonaro sua guinada ao poder na gestão do Governo Federal.

> Olha eu acho que a gente teve muita mudança, nossa se a gente for pegar só pouquinha coisa né, impeachment da Dilma, Bolsonaro, pandemia, eu acho que principalmente essa coisa medonha que é essa... nem sei como chamar isso, esse negócio que escancarou essa posição da extrema direita, muito escancarada, e um discurso dessa extrema direita muito comprado e muito reproduzido pelas famílias com os quais nós trabalhamos, então pra mim o que fica mais evidente mesmo é essa... sei lá se é legado, mas acho que isso já era existente, ele deu força pra isso, porque é um discurso fácil, raso, de que nessas expressões que eles têm, de negar a política, negar a ciência com coisas bem absurdas e vai pra esse lado do chamado costume, dessa

se ampliaram sobremaneira. Mas vale destacar que essa ampla agenda de produções também está representada a partir de perspectivas do movimento feminista e mesmo a partir dos movimentos de luta do campo, tais como a obra *Resistências e re-existências: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia*, uma produção de diversas autoras e organizada por Elisangela Soldateli Paim (2020), ou ainda obras que buscaram sistematizações a partir dos relatos de experiencia profissional e no campo especifico da área de Serviço Social, tais como *Diálogos sobre trabalho, serviço social e pandemia*, uma organização de Ana Lole *et al*. (2021), assim como diversos artigos, entre eles poderíamos citar *O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia*, de Raichelis e Arregui (2021), dentre outras diversas referências de importante consideração sobre a temática.

> discussão que é tão absurda. Sei lá... porque que nós estamos discutindo se o banheiro é unissex, gente até hoje eu não entendi porque diabo de discussão que é essa né? Que importância que isso tem na nossa vida. Então eu acho que o que mais ficou pra gente, que fica mais latente, é esse... como eu vou dizer... esse posicionamento abertamente conservador. Tinha pessoas que não tinham isso, não tinha esse posicionamento, mas quando alguém abriu a porteira, ele falou “Opa!... Parece que eu também penso desse jeito”. Eu acho que isso em alguma medida atende as minhas questões, principalmente se você for pegar nos aspectos de segurança, né? Então sei lá, acho que tem isso (A.S. 1 - Assessoria).

Cabe destacar que muitos foram os personagens conservadores no desenrolar da história política brasileira, não restando à figura de Bolsonaro a única referência representante das propostas construídas pela extrema direita no país. Todavia, no recorte do período histórico a que nos propomos neste estudo, tal cidadão se constituiu como uma expressão exemplar do avanço profundo das forças da ultradireita no Brasil, sobretudo se observamos a conjuntura nacional e internacional do primeiro quarto do século XXI.

> Tem outro lado que é a igreja né? A ascensão da igreja, a influência... eu diria influência da igreja junto às pessoas, aos grupos, com os quais a gente trabalha, ela é muito forte e para mim, ela é muito forte porque a igreja, e quem tá à frente das igrejas, principalmente das igrejas evangélicas, sabe que no momento de muita pobreza, num momento em que falta tudo, quando você acolhe... você acolher alguém faz muita diferença, mesmo que você não dê nada material pra ela, se você disser assim: “Olha, nós estamos aqui, estamos juntos, não vai acontecer nada com você, conte conosco sempre, nossa igreja... o nosso espaço estará sempre aqui!”, aquilo é um conforto para quem tá absurdamente só nas suas inúmeras mazelas, perdeu emprego, a pandemia impediu que ela saísse de casa, passou fome, enfim... situações extremas... perdeu a casa... então esses discursos vão captando essas pessoas. E isso eu vou te dizer que nem nos movimentos de moradia, eles estão livres disso, porque boa parte da base do movimento de moradia são de famílias que frequentam as igrejas evangélicas. Tem muita gente que frequenta. Eu não tô dizendo que porque frequenta pensam como a igreja, mas elas estão nesse espectro. Elas estão todo dia ouvindo este discurso, e lógico que elas vão pro movimento, ouvem um outro discurso, mas isso faz com que ela elabore alguma coisa, obviamente elas elaboram alguma coisa, e algumas pessoas elaboram a partir dessa percepção do que a gente chama desse olhar da extrema direita, desse discurso bolsonarista e tudo, né? Então eu acho que pra mim ficou mais essa ação da igreja, pra mim as igrejas com muita ascensão, o discurso... e cada vez entrando e chegando mais perto dessas pessoas, pautando coisas que nós somente a gente da banda da esquerda pautava. Não era uma discussão posta pela direita. Pra mim o melhor exemplo é a eleição do Conselho Tutelar. Quem que pautava direito de criança e adolescente que todo tempo alguém apontava o dedo pra

> gente e falava assim: “aí o povo dos direitos humanos querendo dizer que adolescente que rouba o nosso celular tem que ser protegido, fica aí falando desse negócio de conselho tutelar blá blá blá.” Não é isso que as pessoas apontavam pra gente? Aí de repente a extrema direita falou: “Não... esse negócio aí de conselho tutelar nos interessa, vamos trazer isso porque nós também temos o que falar ou queremos falar coisas sobre isso!”. Então eles vieram pra essa institucionalidade, com conquistas... aqui em São Paulo, o conselho municipal de habitação, pela primeira vez a esquerda perdeu a sua hegemonia, tá lá meio a meio, mas tá meio a meio... tudo bem... pode não ser um bolsonarista, mas tá numa postura mais à direita. Então a gente vai perdendo esses espaços, uma parte pela nossa própria incapacidade, eu acho. Porque a gente não consegue chegar numa reflexão com essas pessoas e de outro lado porque eles também são muito eficientes e é um discurso muito fácil, né? Muito fácil, então para mim é algo a ser enfrentado por todos nós, como pessoas, como militantes, e sei lá mais o que, mas a gente precisa enfrentar isso. E cada vez mais difícil né, mais difícil eu acho (A.S. 1 - Assessoria).

Nessa direção, em mais um relato a profissional demonstra como a igreja se capilariza para a institucionalidade do Estado. O modo como se utiliza, em associação à extrema-direita, para se apropriar de bandeiras de luta que historicamente foram levantadas por grupos mais progressistas e por movimentos considerados de esquerda no Brasil.

A entrevistada revela como alguns temas e pautas, tão palpáveis na vivência cotidiana das/os sujeitas/os nos territórios, foram sendo rapidamente apropriados pelo discurso conservador, ganhando, na dimensão do Estado, concretude e viabilidade, inclusive por meio do aparelhamento dos espaços de participação social institucionalmente validados.

A profissional registra que o espaço de pobreza, miséria e de inúmeras perdas aprofundadas pelo contexto de pandemia torna-se objeto de intensa interface com os espaços de fé. Em especial as igrejas de cunho neopentecostal (mas não apenas), que se revelam com primazia como espaços de auxílio material imediato, mas sobretudo como espaços de acolhimento e conforto para a população.

Ainda que o trabalho social não tenha deixado por completo a cena, conforme nos revela a profissional cujo vínculo é de trabalho terceirizado, a presença no campo de trocas, vivências e construção de vínculos com a população permanece como elemento de ampla apropriação dos espaços religiosos e que por vezes ganha maior volume de adeptos do que os diferentes coletivos, associações ou movimentos organizados dos territórios, que não se utilizam da fé como apelo de interlocução.

Nós nos deparamos aí, trazendo o contexto de uma empresa terceirizada, o poder público ele lança uma medida que autoriza os funcionários públicos a realizarem o trabalho remoto. A empresa terceirizada tinha que ter alguém para ir lá na ponta, então eram os profissionais que estavam lá durante a pandemia com máscara, continuou atendendo a população, isso não parou, porque nessa época, uma das medidas adotadas pela secretaria pro trabalhador social na habitação, eu acho que você sabe, não sei se você vivenciou isso, mas nós fomos entregar cesta básica, por que? Porque a situação da pandemia afetou a sobrevivência das famílias ou a falta de recursos até para sobreviver, né? Então assim, foram momentos muito complicados, o funcionário público que coordena e acompanha o trabalho não estava lá em campo, mas o profissional terceirizado estava, entendeu? Tinha que ir lá, até que chegou um momento também, quando chegou mais no auge da gravidade que a coordenadora do trabalho social da empresa teve que se reunir com a prefeitura e dizer que os profissionais também não iriam, salvo situações extremamente necessária, porque tava um índice de contaminação por covid muito alto nas equipes também, então as equipes foram desfalcadas, nós tivemos perdas de parentes de profissionais, entendeu? Eu não conheço assim, nenhum profissional nosso, direto da empresa que eu trabalho que tenha falecido, mais parentes das pessoas sim, isso eu tenho conhecimento. Mas foram momentos muito difíceis, e aí nós tivemos desafios porque continuaram as medições, a empresa tinha funcionários para pagar, não podia no momento também daquele contexto começar a demitir seus funcionários, né? Então, a empresa também teve que buscar alternativas para conseguir manter o seu quadro de antes... porque assim já não podia mais as reuniões, assembleias, não podia mais aquelas reuniões, aglomera, você não podia mais atender em plantão social, então algumas medidas foram tomadas depois que o índice de contágio estava só ampliando também nas equipes. Então nós fizemos a primeira assembleia remota. Foi do serviço público, foi a SEHAB, numa das áreas, foi feita a primeira assembleia, não tinha nem legislação de gestão condominial que regulasse esse trabalho, então tiveram que ser feitas, pensadas, novas metodologias, aí foi quando a empresa também montou uma equipe, né, da tecnologia assim para também orientar tanto a equipe, quando às vezes ia fazer uma reunião com um morador ficava uma pessoa de plantão para atender o morador, para explicar como tinha que entrar, como proceder, então foi feito um trabalho bem bacana nesse sentido para garantir que nem todas as atividades fossem paralisadas. E aí novas tecnologias também tiveram que ser adquiridas para fazer esse trabalho, então eu acho que tiveram mudanças positivas e negativas claro, né? Principalmente no recurso, acho que foi a mais negativa, que aí tiveram perdas tanto de trabalho nas áreas, quanto de equipe, porque se não tem um recurso para você fazer, você também não consegue manter uma equipe tão grande, então foram perdas até nesse sentido de, acho que teve um momento aí que teve um aumento grande do desemprego de trabalhadores da habitação. Eu lembro que as duas empresas, é assim, as duas maiores, né, que se destacavam aí nos contratos da secretaria, tiveram levas e levas de demissões, não conseguiu manter todo quadro. Então isso afetou até o acesso ao mercado de trabalho para nós que somos classe que vive de trabalho, como diz Ricardo Antunes, então... e no trabalho, no dia a dia, então

> aí a gente percebeu uma insatisfação da população nas atividades quando você faz avaliação do trabalho em algumas áreas, esse trabalho remoto ele não foi bem avaliado, porque nós estamos assim, às vezes a conexão cai, às vezes a gente tem essa dificuldade de comunicação, imagina na área onde os serviços são mais precários. Então as famílias, a gente tem o comprovante de que fez atividade, mas será que quem participou da atividade recebeu aquele conteúdo? Não foi um conteúdo passado como era presencial, em alguns momentos quando era com um grupo menor de pessoas, a gente teve momentos bem positivos, não posso generalizar Fernanda, dizer que não surtiu efeito, surtiu sim, foi muito positivo, nós tivemos entrega de unidade, orientações para entregas de unidades, entrega de unidades não pode ser remoto, né? Então foram feitas estratégias, atendimento individualizado com aquelas mesas assim de acrílico, aí as entregas de cesta básica, várias atividades permaneceram presencialmente, com o número reduzido, sem aglomerar, mas a maioria foi remota e nem todas foram bem avaliadas. Eu acho que a queima roupa assim eu talvez não consiga pensar em mais mudanças, mas eu sei que tiveram (A.S. 3 - Gerenciadora).

A problematização que a profissional expõe abre caminho para uma importante reflexão sobre a dimensão efetiva do trabalho social na vida das/os sujeitas/os nos territórios, quando revela que em parte as ações de caráter remoto não obtiveram boa avaliação junto à população atendida e observa que se, por um lado, as ações previstas pelas/os profissionais podem ter ocorrido conforme o planejado, por outro, os reflexos destas atividades não pareceram suficientemente trabalhados, inclusive por não estarem, em nosso entendimento, referenciados pelo cotidiano e espelhados concretamente nas experiências vividas pela própria população.

O potente registro realizado pela profissional exemplifica como os processos de precarização estão expressos no rebaixamento das condições de trabalho das/os profissionais, cujo vínculo está definido pela terceirização dos serviços prestados.

Nesse sentido, a medida da gestão municipal que determinou às/aos trabalhadores a tarefa de contato com a população para a distribuição das cestas básicas de alimentos restringiu-se em sua operacionalização apenas as/os trabalhadoras/es contratadas/os pelas empresas, preservando o grupo de profissionais cujo vínculo se definia como servidoras/es efetivas/os da municipalidade, um fator também confirmado pelo depoimento da própria servidora municipal:

> Porque daí quem vai para área... Os técnicos que ficaram mais expostos a pegar Covid, teve uma técnica que pegou quatro vezes Covid, foram as terceirizadas porque, além do trabalho, a SEHAB ficou responsável em fazer, além do trabalho social de habitação, ficou responsável pela distribuição das cestas no período de pandemia. E

> quem fazia era essa equipe, super precário, a entrega e tal. Então elas ficaram muito mais expostas, e tem esse distanciamento porque a gente acaba fazendo a supervisão, né, e indo menos (A.S. 4 - Prefeitura).

Tal exemplo relatado tem grande importância, inclusive por envolver a exposição ao risco de vida das/os trabalhadoras/es terceirizadas/os. Podemos, com isso, aprofundar o debate sobre os rebatimentos que envolvem as relações de trabalho e convivência entre as/os profissionais que ocupam um mesmo espaço socio-ocupacional, quando observadas suas distintas formas de contratação.

Aspectos que, além de incidirem na definição e divisão da realização de determinadas tarefas (como demonstra o exemplo da distribuição das cestas de alimentos) revela, sobretudo, a desvinculação das ações profissionais nos diferentes estágios de desenvolvimento do trabalho social.

Esse fator se evidencia quando as ações de planejamento e execução do trabalho social são dissociadas, representando um nível de hierarquização entre os que “pensam” e os que “executam” o trabalho cotidiano.

No caso emblemático da cidade de São Paulo, esse movimento pode ser compreendido quando os trabalhos de planejamento, análise e tarefas relacionadas à supervisão dos relatórios de medição, produzidos e entregues pelas gerenciadoras, tornam-se demanda reatualizada para assistentes sociais cujos vínculos são com o setor público, geralmente requisitadas/os para uma demanda gerencial dos chamados “produtos do trabalho social”, frutos dos processos licitatórios em que as empresas terceirizadas disputam frequentemente o acesso aos recursos destinados à porcentagem devida ao trabalho social.

Nesse caso, as ações do trabalho social realizadas nos territórios e junto às famílias atendidas, sujeitas/os periféricas/os ou moradoras/es do centro da cidade, em especial aquelas/es que residem nos inúmeros prédios ocupados da cidade de São Paulo, permanecem delegadas as/os profissionais contratadas/os, que em pouco ou nada se referenciam às ações de planejamento e visão estratégica que circulam no âmbito do Estado. Trata-se de um contexto relevante, que reduz as chances de qualificar esse trabalho para oportunizar o compartilhamento estratégico de informações que atendam aos interesses da população e construam mediações frente à necessidade das/dos moradoras/es envolvidas/os, potencializando suas chances de organização e coletivização de demandas.

Uma importante distinção para os resultados do trabalho social frente às contratações também é destacada por outra profissional:

> É muito complicado, porque são muitos, elas também são representantes do poder público, mas tem intervenções muito diferentes porque a gente pode falar do problema. Então, eu posso ir lá e falar que o problema do poder público, que precisa fazer uma comissão para cobrar do gabinete ou das mudanças com relação a questões que o poder público tinha assumido e não fez. A terceirizada não vai falar do mesmo jeito, porque ela não pode, porque é o contratante, né? (A.S. 4 - Prefeitura).

Os depoimentos retratam a fragilidade das/os profissionais contratadas/os quanto à instabilidade de seus vínculos, tanto em razão da ausência de autonomia quanto a críticas importantes tecidas sobre o papel do Estado, quanto frente a um contexto conjuntural como o que demarcou a pandemia, capaz de demarcar o caráter estrutural das crises cíclicas do sistema capitalista, considerando como descartável (em momentos estratégicos) a força de trabalho humana.

Não apenas as demissões foram realidade no contexto estudado, mas também a redução salarial das/os profissionais contratadas/os, como destaca o depoimento da profissional cujo vínculo é com o serviço público municipal:

> Você sabe quanto é o salário de uma assistente social na Diagonal? Que a Diagonal pagava muito bem, no histórico dela, ela pagava muito melhor do que... tanto que os técnicos não queriam ser servidores públicos, eles queriam estar na terceirizada, que o salário era muito bom. O salário de um assistente social na Diagonal hoje é mil e oitocentos, dois mil e poucos reais... Um rebaixamento. Quando vai para a coordenação, são anos de experiência, quando vai para a coordenação vira PJ. Então, você acha que um assistente social formado, com uma parte da sua formação EAD, vai tirar quanto desse salário para conseguir se formar, para conseguir tá no processo de formação? Como que com um salário desse você vai pensar, e isso é muito pesado, assim, porque você não tem resposta, e você tem um nível de violência muito grande, o nível de violência com todo mundo, no trato. Então as técnicas elas trabalham com WhatsApp, essa violência das redes, que você não falaria para uma pessoa ao vivo, mas você fala pela rede, você fala numa mensagem de WhatsApp. As técnicas tão expostas a uma violência imensa. Então você vai pensar numa atividade, você quer só fazer aquele, né, porque você tá exposto a um nível... Tem muitas famílias que a gente consegue construir relação e que a gente vê a mudança da família, e vê o quanto essa tentativa de articulação com os outros serviços de apresentar esse novo território, mas são poucos casos que a gente consegue. O grosso é violência. É chegar numa Assembleia, falar que você tá vendendo

> apartamento, entendeu? E com o nível de precarização do trabalho. Então... Já com uma formação EAD (A.S. 4 - Prefeitura).

A realidade de diferença salarial entre as diferentes condições de vínculo e contratação é também fator determinante que expõe diversas estratégias do sistema capitalista, isso porque não serve apenas como fator que divide as/os trabalhadoras/es, inclusive quando dividem o mesmo ambiente de trabalho, mas atende à fórmula de rebaixamento dos salários sempre que possível, precarizando ainda mais as condições de vida e reduzindo as condições de sobrevivência da classe trabalhadora.

Como demarcou a profissional entrevistada, a dimensão da violência extrapola o tecido urbano e escancara que ela vem sendo amplamente alimentada pela dinâmica administrativa, burocratizada e privatizante do Estado, que com a pandemia (mas não apenas em decorrência dela) abriu maiores frentes aos recursos tecnológicos, aumentando interlocuções pelas redes sociais e diferentes aplicativos de troca de mensagens, com exigências de respostas, muitas vezes imediatas, que recaem sob os cuidados das/os profissionais, tidos como receptoras/es ou reprodutoras/es de diferentes nuances de uma comunicação violenta vista sob diferentes camadas.

Para problematizar ainda mais o âmbito da comunicação é importante frisar a guinada dos órgãos públicos também para os espaços da internet e das redes sociais. Mas a chamada plataformização da esfera pública vem se espraiando rapidamente sem que importantes questões estejam suficientemente trabalhadas entre as instituições ou mesmo levadas aos territórios, considerando que nos mais periféricos o acesso à internet não é universal, como alguns ainda insistem em considerar devido ao rápido crescimento de acessos a web em grande parte dos territórios.

Outro depoimento segue nessa direção:

> Mesmo agora, num governo democrático popular, de ter definições e não informar a população. Então a população não vai mais pagar, o que é ótimo, super bem-vindo e tá certo [...] Mas aí informa no vídeo, mas a gente não tá sabendo. Então quem vendeu, vai ter? A família foi lá, para tentar tirar o boleto e não conseguia, mas tá certo? Eu não sei, porque a Caixa não deu nenhuma informação [...] Então como é que vou informar? “Olha, tal dia vai acontecer tal evento, a família precisa procurar?” A família que tá devendo também vai ter a sua dívida perdoada? Não sei. Aí as famílias veem no Tik Tok, manda pra gente e aí a gente fica sabendo. A secretaria implementou umas lives,

> o antigo secretário ele fazia as lives. Então a forma de se comunicar com as famílias era pela live, então dizia uma coisa na live e depois que a gente tinha que responder, mas a gente não sabia que definição era essa. De questões muito particulares, principalmente do elevador e do IPTU, que eram questões que eles não conseguiram resolver, que eram compromissos e não conseguiram resolver. Aí dava informação na live, dava prazo, e aí a gente que tinha que depois conversar com as famílias na área, “mas ele falou na live”, mas isso não chegou. Então a gente já fez as últimas entregas das unidades do Minha Casa Minha Vida e a gente sequer conversou sobre o pós-ocupação e a gente, na equipe, conseguiu conversar, mas sequer com as outras equipes que também desenvolviam o mesmo programa, então é uma particularização e um rebaixamento mesmo (A.S. 4 - Prefeitura).

A problemática nesse caso é ressaltar que a democratização do acesso à informação e o dimensionamento das informações via rede social não ocorre pelos meios oficiais de comunicação do governo e entre as equipes que intermediam os atendimentos nos diferentes órgãos públicos. Esses, por sua vez, permanecem na ausência de informações transparentes disponibilizadas pelo próprio poder público, ainda que em alguns casos o Estado comece a investir nas redes sociais como plataforma de divulgação de informações ou nas situações em que as informações alimentam apenas um conjunto restrito de páginas vinculadas a grupos político-partidários.

É preciso destacar o fato de que a maneira como as pessoas estabelecem comunicação e compartilham informações e suas visões de mundo conforma aspectos estruturais na sociedade e, portanto, merece nosso olhar mais atento.

O século XXI segue aprofundando uma era na história da humanidade cujos ambientes de acesso à informação estão altamente fragmentados, culminando com um movimento de desinformação e um certo populismo digital.

Os diversos canais de mídia social e aplicativos de mensagens, as diferentes plataformas e o ainda pouco conhecido universo dos algoritmos já são hoje compreendidos como os grandes responsáveis pelo que passamos a compreender como processo de colonialismo digital[131].

A desinformação tem um efeito a longo prazo capaz de criar uma apreensão do mundo completamente falsa, que tende a se perpetuar ao longo do tempo. Assim,

[131] Sobre este tema, a obra de Deivison Faustino (UNIFESP) e Walter Lippold (UFF) tem relevância fundamental. FAUSTINO, D; LIPPOLD, W. *Colonialismo digital*: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

como desafio poderíamos eleger a necessidade de construir estratégias para ampliar o letramento digital, assim como uma sólida construção de políticas de educação midiática, capazes de promover o acesso a ferramentas que se contraponham à consolidação de narrativas conspiratórias e ao fortalecimento de discursos e incitações que caminham para uma radicalização de princípios conservadores e aspectos correlatos[132].

No depoimento a seguir a profissional destaca sua avaliação sobre o quanto o olhar da política para os territórios está deslocado e também o quanto, em âmbito tecnológico, as plataformas digitais poderiam ser melhor utilizadas com o intuito de divulgar políticas públicas e sociais, equipamentos e serviços de utilidade pública a toda população.

> Se a gente for pensar a última constituição, que é de 88, ela se constitui a partir de lutas sociais, de movimentos sociais, de espaço de participação popular. Mas como tudo vai e vem, não é algo contínuo e crescente apenas né? Tem os momentos de ruptura, de perda, e levanta e segue, então esses últimos anos mostrou isso, né? E não tem um jeito rápido para esse processo, de pensar essa política. Eu não acredito numa política popular sem o povo. E o povo ainda não tá nesse rolê, a galera não sabe... a galera não sabe no sentido de funcionamento disso. E é fácil perceber no sentido de: não existe nenhum espaço, por exemplo, a mídia poderia fazer isso, sei lá, algum jeito, o Estado de alguma maneira fazer isso, colocar dentro das rádios, dos podcasts, da internet, do TikTok. Fala: “Oh, você precisa de tal coisa? Você sabe onde é? Você sabe qual que é o nosso orçamento? Você sabe o que é plano diretor? Eu vi um plano diretor sendo atualizado esse ano e a política de habitação do município não fez nenhuma mobilização. Eu estava lá, eu via no jornal e não via o governo fazer isso, e era do governo. Então não dá para acreditar que esse governo tá pelo povo, não dá. E conversando também com o pessoal da educação, educação tá assim... tá bem difícil, a do estado e do município, mas eu tenho mais contato com o pessoal do estado. Tá em descida de ladeira, assim, tá uma coisa complicada, sucateamento atrás de sucateamento. Então, eu não acredito que ela no documento, ela tá para servir a todos, em especial os mais pobres, para garantir direitos e é sobre isso que quem acredita como nós, fazemos, dentro das nossas possibilidades. Mas eu não acredito que ela está ainda, porque ela não é feita a partir deles. Muito serviços, e

[132] Consideramos oportuno destacar que, preservadas as diversas críticas às plataformas de grande representatividade mundial, assim como contraditoriamente o que representam enquanto potencialidades para ampliar processos de organização social, é imperativo que avancemos também no debate daquelas com menor incidência, incluindo o obscuro universo da chamada *Dark web,* um ambiente livre de quaisquer meios de rastreamento e regulação, muito utilizado para o trânsito desimpedido de conteúdos vinculados ao mercado de venda de drogas e armas de fogo, extremismo religioso e político, redes internacionais de pedofilia, entre outros conteúdos de caráter violento, perverso e abusivo.

> tudo definido, e depois só entregue. Não é à toa que houve um, para mim isso é uma negligência, uma violência absurda, inadmissível, mas ainda aconteceu, o famoso surreal, mas aconteceu. Você entregar um Minha Casa Minha Vida de 300 apartamentos que é um condomínio comum para pessoas com deficiência, cadeirante, criança, autista, deficiente visual, enfim. E entregar... sei lá de quantos andares, não lembro agora, enfim... sem acesso, sem uma rampa, sem um processo adequado, e achar que isso... isso foi entregue há dois anos, vamos por aí 2020, 2021, foi agora! E foi, quantas pessoas assinou isso para liberar? Muitas! Só que não é a gente, a caneta não passa por nós, então muitos aprovaram, quantas pessoas assinaram um processo tão terrível. Porque é um lugar horrível, é horrível, entendeu? Então eu não vejo assim, eu vejo que ela não conversa, muito pouco e aí o que a gente vê, o que eu vejo? Lideranças, se esse é o nome ou representantes de grandes comunidades em conchavo dentro de gabinetes. Isso continua! E aí, quando saí de lá é 15 cadastro, é 10 casas, é duas ruas, e são sempre os mesmos. Então assim, é esse sistema que já tinha que ter acabado há muito tempo, ainda permanece e a gente está dentro de uma favela e a pessoa te olha e fala assim, não preciso falar com você, eu falo com o secretário. E fala mesmo. E vai, resolve, e eu fico lá: “Ah? Que que foi? De onde saiu esse tiro”. Então assim, funciona de uma outra lógica, não é o que está. É igual falar do presídio e achar que “ah tem uma regra nossa...” Não. O presídio tem regra própria e quem não tá lá dentro não sabe. O sistema político também acredito que é isso, tem uma lá que posta, tá ali bonitinho, portarias, decretos, e tem o que de fato acontece. Aí, o que a gente que acredita e que quer fazer e tal, a gente vai caminhando, a gente vai fazendo os contornos, ganha-se e perde-se. Mas a gente pensa, eu penso assim, melhor eu estar aqui do que tá fora, porque aqui eu posso contribuir com alguém, eu estando fora, eu não vou participar. Outra pessoa vai fazer claro, mas eu quero colaborar também, agora, eu acho que eu não acredito de outros, “Ah é romântico”, não acho que é romântico, eu acho que é real. Só que é o que eu falei, né nas outras falas tipo não é rápido, é a participação popular, e participação exige né? Diálogo. E acontece? sim! Acho que tem enfrentamento aí bem importante dos movimentos sociais, os movimentos de moradia, eles estão aí, eles não foram embora. Eles existem, é que na minha experiência, eu não tenho essa vivência. Mas isso não muda, né? Não é porque eu não estou trabalhando com isso que eles não estão lá. Então isso é muito importante. Aí eu acho que tem sim uma galera que tá nos movimentos importantes, que independente do que eu penso enfim, tá rolando. Eu acho que tem essas lideranças equivocadas, mas que também estão fazendo, estão agindo ali da forma que está posto no mercado. A lógica de que a casa ainda é vista como mercadoria e não como direito. Então se a gente vende como mercadoria e não pensa como direito, é isso, de fato vai ficar, vamos usar 10% do orçamento, de 100% usa 10, e vai fazendo, vai a toque de caixa... você vai entregar um pouquinho aqui, agrado um outro ali. É essa política, é o que ainda tá aí (A.S. 5 - Gerenciadora).

A importante contribuição do depoimento nos convoca a refletir sobre o necessário protagonismo das/os sujeitas/os organizadas/os, coletivos e dos

movimentos sociais e como o trabalho social estabelece interlocução e envolvimento nesse jogo de tabuleiro cujos adversários são implacáveis.

Está posta às/aos profissionais a decisão em manterem-se indiferentes ao cenário de disputas (por dificuldades de naturezas diversas) ou a possibilidade e interesse em fortalecer os movimentos da classe trabalhadora em movimento dialético com a realidade social, considerando o contexto de intensa e histórica rivalidade entre as expressões do capital *versus* trabalho, utilizando-se de suas posições estratégicas com informações táticas e privilegiadas que lhes permitam expor às/aos trabalhadores as ferramentas de orientação capitalista que preservam o interesse de acirrar as desigualdades sociais, oferecendo maiores possibilidades de potencializar a organização política e social dos diferentes grupos que demandam sua intervenção profissional. Aspectos demarcados por uma escolha intencional diária ao longo da trajetória de toda/todo profissional.

2.3.3 Políticas públicas frente às reais necessidades da população comum: desafios da intersetorialidade e da construção de elos nos territórios

Quando questionadas sobre a forma como percebem a incidência das políticas na vida das/os sujeitas/os, as profissionais revelam uma leitura transparente quanto ao descolamento das ações do Estado frente às reais necessidades da população comum nos seus diferentes espaços de inter-relação.

Revelam que o conhecimento sobre o cotidiano permite o reconhecimento da existência de uma realidade de múltiplos formatos, o que não dialoga ou torna-se compatível com os desenhos previamente estabelecidos pelos diferentes programas e apelos delineados por um conjunto de regramentos e normativas institucionalizadas.

Destacam que o cotidiano está repleto de um conjunto de necessidades muito mais imediatas e urgentes (como o exemplo do básico acesso à água potável como um desafio atual e contemporâneo) presentes ainda no século XXI, ao passo que tais necessidades básicas não são enfrentadas pela esfera estatal, como registra uma das profissionais:

> Então como um todo eu acho que [a política] não dimensiona, tanto é que a gente precisa brigar para poder incluir a realidade da população. Exatamente por isso que os movimentos queriam um programa específico para eles, né? E que, se você fala assim, atende né? Eu lembro até uma vez que você falou assim tá sendo problematizado o

MCMV-Entidades? Eu achei essa pergunta muito boa, né? Porque o Entidades, dentro do espaço é zero vírgula sei lá... nem um por cento, é muito pouco. Oitenta e um. É 0,81% dentro de uma política para atender o Brasil inteiro. Mesmo do Entidades não tá inserido, a gente participa da discussão, dos textos inclusive das portarias, né? E eu acho que é o mais louco. A gente vai lá brigar: “Não tem que colocar isso... Tem que ter essa comissão, tem que ter não sei o quê...” E às vezes a gente cai nessa armadilha de a gente mesmo burocratizar o nosso trabalho, né? E eu digo, a gente enquanto movimento, mesmo enquanto profissional - porque a gente fala: “Ah, assim funciona melhor!” Só que cada território é uma realidade. A realidade é ampla né? Mas é uma especificidade assim, né? Uma coisa que vai trazer uma diferença, por exemplo, um território que não tem água, e não vai atender. Por que? Porque a gente que tá ali, no cotidiano, não chegou até ali ainda. De onde você vai chegar você vai ter que trazer esse novo elemento para a política. Então ela para mim deveria ser algo em construção. E que todo mundo pudesse participar, como é quando a gente vai fazer o diagnóstico do trabalho social, né? Então não atende, a gente cai nas armadilhas, às vezes de construir burocracia para a gente mesmo, né? Às vezes cede, para poder conseguir o que a gente quer, algumas questões. Eu não acho que deveria ser assim, mas dentro do que existe, né? Uma vez a Martinelli falou enquanto a revolução não vem, o que que a gente faz? E isso é um pouco o que o pessoal pensa, né? Eu falo, tipo: “Vamos pensar como que a gente vai discutir?” Então muita gente vai lá falar: “Ah o Entidades tem que ter mais recursos para o trabalho social, tem que ter prioridade para mulheres vítimas de violência, marido colocou pra fora lá da casa, ele que pagou o aluguel...” Como é que a gente faz com essa pessoa, né? A pessoa chega procurando, ali não tem prioridade, né? Aí as mulheres sempre discutindo, por exemplo, para ter na política de habitação, a questão de atendimento prioritário às mulheres que estão em abrigo, por exemplo, né? E isso é uma loucura dentro do movimento, porque a galera fala: “Não. Ela tem que participar igual todo mundo.” E tem mulheres, né, que falam isso. Então, assim, eu acho que é um longo caminho para a construção da política, porque para a gente também entender que essa política não atende a gente tem que ter vivência no cotidiano e tentar levar isso. Como diz um rapaz lá que é liderança de movimento, ele falou que a propriedade privada tá embutida na cabeça da pessoa… é isso, a gente primeiro tem que desconstruir isso na gente né? Como que a gente trabalha essas questões e como a gente identifica. Agora é difícil quando cada dia que passa e vai mudando a conjuntura política, vão trazendo, eu não sei se são novas, mas a gente vai identificando coisas que ninguém pensou. Eu diria isso. Porque a questão da água não é algo novo. Na minha casa, que eu cresci, a gente tinha poço e as pessoas iam buscar água. Meu pai, por exemplo, ele falava: “Tal dia vai faltar água!” Ele já sabe qual é o dia que vai faltar água na casa dele. Então é coisa de que já existia, desde que eu era criança, mas que ninguém, e nem eu mesma, tinha parado para pensar nisso, né? Então quando eu vou morar lá no prédio, eu vou ter acesso. Mas e daí? Isso tá organizado para a população que está ali naquele momento, vivendo naquela ocupação, por exemplo? O movimento não trabalha só com moradia nova, o movimento também trabalha com as ocupações, né? A gente tem algumas ocupações que as pessoas vão fazer ou já fizeram melhorias. Enfim, mas uma ocupação de 30 anos, que não

> tem água, diz muito que essa discussão tá para trás, essa discussão na política tá para trás, essa discussão das mulheres. “Ah mulher chefe de família têm prioridade no atendimento”. Vitória? É vitória, mas na prática, a maioria são mulheres mesmo. Então elas vão ter prioridade no atendimento, mas e aquelas que além de ser chefe de família tem uma condição muito, muito precária, né? Não pode ser só vista da maneira que está sendo vista, não pode ser só decidido por um grupo de lideranças. Acho que tem que ser uma coisa para se discutir na política, mas para vir já né? “Ó, se vocês tiverem mulheres nessa situação ou que passaram por isso, né?” A pessoa, às vezes, não vai participar das atividades porque tá vivenciando uma história assim. Aí manda uma carta no endereço da mulher para falar pra ela que ela vai ser excluída, por exemplo, ela não tá lá, como é que você acha essa pessoa né? Então a gente vem tentando fazer um trabalho de construir mesmo né, manter o telefone, avisar para as pessoas se acontecer alguma coisa com vocês, procurem a gente e tudo mais, para que elas não sejam simplesmente eliminadas. E eu acho que a questão do assédio também tem que estar na política, não sei de que forma, mas tem que estar, sabe porquê? Porque fica difícil o trabalho social trabalhar com essa questão só com argumento político, sabe. Eu acho que tem que ser uma coisa de previsão mesmo. Porque quando eu falo assim: Ah a gente vai levar uma discussão sobre o direito das mulheres e o assédio. Aí eles devolvem: “Isso tá previsto lá como trabalho social?” Sabe uma coisa assim? [risos]. “Ah, então não precisa sabe?” Então às vezes, por um lado, burocratiza um pouco porque coloca ali... mas por outro, facilita. Não que é uma ameaça, as pessoas têm que ter consciência disso, mas ter uma discussão de falar assim para gente: “Ah, tem que tá lá na política para eu poder discutir” é pesado, Mas é isso, né? São elementos, a questão da fome, né? Só joga para o trabalho social articular a questão dos territórios. Como é que eu faço isso gente? Pelo amor de Deus! Como é que resolve essa questão da fome que é estrutural. Não tem como, sabe? (A.S. 2 - Assessoria).

A profissional relata o rico universo de mediações presentes no desenvolvimento do trabalho social: a necessidade de dialogar com a concepção mercadológica que a moradia ganha no contexto capitalista; a incidência de interconexões com os movimentos de moradia; com o campo político partidário; com as práticas clientelistas; tentativas de corrupção e assédio moral; a irresponsabilidade dos órgãos gestores com os projetos que, por vezes, são abruptamente interrompidos; todos eles demonstrando que os resultados da política não parecem prevalecer a partir dos interesses e da realidade das/os sujeitas/os no seu cotidiano de vida e frente ao seu conjunto de necessidades mais concretas e imediatas.

Revela também, visto sob outra perspectiva e de modo alinhado ao seu caráter contraditório, que alguns aspectos concebidos e construídos pela política se tornam norte e parâmetro também para os movimentos sociais, mesmo que por tendência esses coletivos estejam acostumados a se contrapor aos desenhos institucionais a

fim de moldarem-se às normas e à construção de critérios comuns que os auxiliem na dissolução de conflitos internos.

Nesse sentido, os conteúdos e parâmetros estabelecidos por um conjunto de normativas (decretos, portarias e notas técnicas construídas e implementadas como referências para o desenvolvimento do trabalho social em habitação), por vezes se revelam como diretrizes às quais os coletivos organizados farão referência, intencionando também limitarem-se a elas, esquivando-se de temáticas e provocações realizadas pelas/os profissionais, como um convite para que melhor observem e se posicionem frente a suas distintas realidades, convidando-os a abrirem-se a novas e importantes reflexões não incluídas no arsenal técnico-normativo pré-concebido como material de suporte técnico e útil às ações de mediação e aprovação das ações de trabalho social desenvolvidas.

Outro depoimento destaca o universo das múltiplas necessidades que cercam a vida da população, razão pela qual a atuação profissional precisa direcionar ao Estado a responsabilidade de respostas concretas quanto à intersetorialidade das políticas públicas e sociais, mais uma tarefa delegada equivocadamente às/aos profissionais de modo isolado.

> Eu acho que elas acabam [as políticas] não dão conta. Eu acho que elas não dão conta de entender esse território ou de responder às demandas que tem no território. E até porque eu acho que a gente trabalha de forma segmentada. Então cada um no seu quadradinho e olhe lá, né? Então se a gente trabalhasse, tivesse uma política das nossas várias áreas né, de atuação mais integrada olhando pra essa pessoa que ela é uma, com várias necessidades, a gente teria, de fato, aí no território, um outro resultado. Então acho que em lugares onde as pessoas das diversas áreas conseguiram um mínimo de entrosamento, de pactuação, de encaminhamento, você pode ver que as coisas fluem melhor, seja qual for a proposição de cada uma delas, porque eu acho que elas vão buscando se modificar pra atender aqui, mas a regra diz que a gente não tem isso, né? Não tem essa articulação. Nem na base, né? Acho que hoje na base a gente tem até um pouco mais do que a gente já teve, né? E nem em cima – em cima eu acho com quem deve deliberar sobre e proporcionar e criar facilitadores para que a gente tenha esse encontro embaixo, né? Porque só o técnico, só no campo do técnico, essa articulação é limitada, ela acontece, ela é fundamental e quando ela acontece ela é uma experiência muito bacana, muito positiva, mas ela é limitada, né? Ela vai até um determinado lugar. Quando a gente estava discutindo os normativos, teve até uma parte lá que eu falei: “Eu acho que tem algumas coisas que estão requisitadas para o trabalho social e que elas não podem estar requisitadas para o trabalho social, ela tem que estar requisitado para o agente público, para o senhor prefeito, para o senhor secretário... para alguém”. Pode ver, tem duas ou três coisas

> no nosso normativo que diz respeito a isso, a isso que a gente chama de intersetorialidade, sei lá, mas vem pro técnico e a gente sabe que ele é naquele lugar limitado, mas é preciso que ele venha como um requisito da política, né para o município, da política pública para o município, que as coisas se engrenem. Se não essa fala de que: "Olha a pessoa precisa para além da habitação, ela precisa de saúde, ela precisa de educação...", não é a nossa demanda que precisa disso, é qualquer morador daquele território precisa disso, inclusive a demanda que a gente colocou naquele prédio "x, y ou z", né? Então precisa dessa política cruzada, integrada, pensada a partir disso que a gente chama de rede e "blá blá blá blá blá" né, mas que precisa também que na sua elaboração como uma política pro município isso tenha alguma razão de ser. Nossas pouquíssimas experiências nisso mostra que é de muito sucesso né, e a gente ainda tá no piloto de vivenciar coisas assim, então eu acho que infelizmente o que a gente tem como definição política não dá conta das nossas necessidades que a gente tem dos territórios. E a gente sempre olha só a partir daquele pequeno grupo que foi para o... "Ah, a gente colocou 200 famílias naquele bairro que já tem 60 mil pessoas se lascando lá né? Ah não tem pra posto de saúde... não tem para 60 mil… não tem pra 20 mil, não tem pra 10 mil, né?" Então porque eu acho que é isso, infelizmente a gente não tem esse pensar articulado. Porque o correto seria: se eu vou levar 900 famílias pra aquele território, um planejamento já teria que ter dito pro secretário da saúde, da educação, da cultura: "Colega vai chegar 900 famílias lá, de repente… assim oh… no mês você vai receber 900. Vai estourar UBS, vai estourar as escolas, né… os nossos equipamentos não vão dar conta… a gente não vai ter PSF o suficiente… planeja aí o negócio aí, né!" Mas isso fica na nossa mão, e a gente fica enlouquecendo, correndo atrás de vaga de escola, chorando na UBS: "Pelo amor de Deus atende essa família, que tem deficiente, que tem alguém que precisa de um tratamento, da oncologia…" É sempre assim. Não é isso que acontece? Então eu acho que a política ela não dá conta não, e em São Paulo isso ainda é mais distante pelo tamanho da nossa cidade… porque a gestão é muito centralizada, né? Não tem razão de ser numa cidade do nosso tamanho que nossas subprefeituras não funcionam como deveriam funcionar, né, em tese, então eu acho isso (A.S. 1 - Assessoria).

Em seu depoimento a profissional deixa explícito que a articulação intersetorial não reflete apenas na demanda com a qual se relaciona o trabalho social, mas expressa um compromisso da municipalidade junto a toda composição dos territórios distribuídos pela cidade, uma necessidade que a dimensão da política não tem conseguido garantir porque o acesso e atendimento qualificado junto aos serviços e equipamentos não tem funcionado a contento para a população nos territórios.

Frente a essas demandas que são da cidade e não apenas de um determinado empreendimento ou grupo, as/os profissionais seguem pressionadas/os pela entrega de indicadores positivos, definidos sob determinados perímetros que abrangem projetos e intervenções específicas, como demonstra também o depoimento a seguir:

A forma como ela tá pelo menos na teoria né, ela desenha o território como o lócus de atuação né, de uma forma bem ampla, então quando a gente pensa na política urbana, então tá dito lá na questão da integração né, nas demais políticas, não só a habitacional inclusive, acesso a infraestrutura para garantir que aquela população acesse a cidade, isso tudo porque a gente, a gente conhece um pouco esse histórico, né, de luta sabe o quanto foi lá nos anos 90 para a constituição, o quanto foi forte, né? Essas reivindicações dos movimentos, né, das instituições que defendiam a política urbana, e de alguns nomes, né, que a gente tem acompanhado. Então isso foi muito forte para que isso fosse considerado, então eu acredito assim, que o desenho e o contexto da política, se conseguisse ser implementado, eu acho que não resolveria de fato, que a gente sabe que os problemas da cidade, ainda mais no nível dessas grandes cidades que estamos, né? A gente sabe que não daria conta sem essa integração de fato. Só que quando você se depara na prática com as execuções, aí você se depara com muitos fatores que travam né? Que é, por exemplo, essas questões até mesmo entre governo federal, estadual e municipal. A gente sabe que o município ele tem aquela prerrogativa porque tá no seu território de intervenção, então pressupõe-se que o municipal ele tenha né, essa atribuição de uma forma digamos assim, mais efetiva, mas por si só, o município, por mais que seja um município rico, aí eu tô falando de um município grande, ele sozinho não vai conseguir dar conta dessa demanda e se você se depara num contexto de corte de recursos, então de fato o que é que esses programas habitacionais lá na prática vão conseguir realizar? Vou te dar um exemplo de um programa que a gente interviu, mas que ele não tinha… ele interferia na vida da população, porque você ia desenvolver uma obra, mas que não era exatamente de urbanização de favelas, mas era um trabalho, por exemplo, de mobilidade, por exemplo, implantação de um corredor ou de um viaduto, por exemplo, que vai passar em determinada área ou algum programa de saneamento. Por exemplo, um exemplo de um córrego, Aricanduva, tem um córrego Zavuvus, então você vai trabalhar com aquela demanda, mas você só pode atuar com aquela demanda que tá naquele perímetro, você vai trabalhar só com aquele perímetro, esses programas específicos, de mobilidade, de saneamento que não envolve urbanização de favelas. Então você chegou numa comunidade que traçava o perímetro, e aí ele foi fazer o diagnóstico, e aí tinha uma moradia muito precária que estava fora desse perímetro, e aí você tinha que dizer para aquela família que ela não tava no período de atuação, porque não era um programa de urbanização de favelas, entendeu? Você tinha que encaminhar aquela família para a prefeitura, para outro setor da prefeitura, entendeu? Isso é só um exemplo. Então quando você se depara na prática, você se depara com muitas incertezas, vamos dizer assim. Então nem sempre você consegue efetivar aquilo que a política tá dizendo lá, porque às vezes o programa ele delimita um perímetro, então o território se pressupõe nas portarias a macro área, né? Então você tem que atender não só a micro área de intervenção, mas a macro área. Mas a macro área ela vai ser beneficiada, digamos assim, por aquelas obras mais coletivas, então você fez um trabalho de remoção de determinado lugar, você atende diretamente a precariedade

> habitacional de algumas famílias, mas e as outras que ficaram naquele perímetro elas vão ser beneficiadas, mas pelo que vai vir depois, e às vezes esse depois nem chega, entendeu? Então é muito complexo. Então eu diria assim que, existem as experiências que são muito positivas, que você percebe que né, que a política atende lá aquelas demandas, mas existem… que atendimento é esse entendeu? Eu nas experiências em que eu passei, eu posso dizer que foi muito positiva assim, mas assim não para um todo, eu acho que para uma parte sim, eu acho que as obras elas acabam beneficiando uma parcela mais reduzida daquilo que você pretendia, então eu acredito assim, que a gente não consegue, aí o trabalho social acaba sendo responsabilizado, né, por questões que às vezes nem são suas, porque eu sei que a gente tá falando, né de trabalho social, porque você não tem pernas para você atender aquela demanda toda, né? Que tá posta ali, então eu acho que atende em partes (A.S. 3 - Gerenciadora).

O depoimento é importante por demonstrar as contradições dos projetos desenvolvidos e nos quais o trabalho social é demandado. Registra que as intervenções garantem também ganhos significativos do ponto de vista da qualidade de infraestrutura nos territórios, assim como de uma inserção sob melhores condições propriamente para a moradia da população atendida. No entanto, revela que tais ganhos podem não representar condições adequadas de manutenção das mesmas famílias nos novos territórios, dado que a mesma infraestrutura que valoriza os perímetros de intervenção é também capaz de encarecer as condições de reprodução da própria vida nesses territórios. No relato a seguir essa ideia se exemplifica:

> Sobre o alcance, vamos dizer assim, o alcance né da política, olha, nos trabalhos de avaliação que eu participei, eu vou destacar um território lá da zona sul de São Paulo, que foi uma obra bem grande, foi uma obra de córrego, né? Tinha desenvolvimento da secretaria de habitação e obras da secretaria de infraestrutura. Então foi uma avaliação muito positiva do impacto aí da cidade, porque foi uma obra que envolveu uma transformação da cidade com a construção de uma via, que é muito conhecida, né, na cidade ali, na região ali do ponte baixo, então a avaliação das famílias de modo geral, por mais que elas relatassem problemas decorrentes do reassentamento ou em áreas que foram urbanizadas, a exemplo do pancadão, a questão da violência que aumentou, mas eles reconhecem que o acesso à cidade para eles e a infraestrutura naquele contexto foi avaliado de uma forma muito positiva, então ali se eu pudesse emitir uma opinião com base na avaliação de quem foi beneficiado, né? E ali a avaliação também era uma avaliação indireta porque participaram da avaliação não apenas pessoas que foram reassentadas, mas pessoas que permaneceram nas áreas tiveram essa oportunidade de responder aos questionários, então a avaliação ela foi mais positiva e no momento em que a gente teve essa avaliação qualitativa, eles tiveram essa oportunidade de trazer esses, essas melhorias... tanto, eu digo assim, visual, a questão das coisas, o espaço, do embelezamento lá

> daquela parte, né? Quanto também a questão de acessos, acessos a infraestrutura, acesso ao transporte, em contraposição vem o aumento da violência, aumento dos acidentes por conta, né da questão da via, então você entende que é contraditório, é muito complexo. Quando eu vou para uma outra avaliação, no outro extremo da cidade, na zona norte, uma família que foi reassentada de um local distante da sua moradia, você já tem uma avaliação mais negativa, onde eles dizem que não se acham aceitos naquele território, não acham que foram bem recebidos nas instituições públicas, e uma área super bem localizada, próximo de um metrô, está sendo construído, né, em processo de construção. E aí o que foi que eu ouvi de uma moradora? "Mas o metrô não vai me dar de comer, por exemplo". Ela tava comparando que lá os produtos eram mais caros, eles estavam criticando a carestia, lá era mais caro para eles viverem. Teve uma moradora que citou assim: "Vocês estão tirando alguém da zona norte colocando no padrão da zona sul", tipo assim, fazendo assim alguns contrapontos, sendo que na zona norte também tem áreas nobres, né? Então assim, mas ela fez esse comentário assim, que eu fiquei... como eu não sou muito de São Paulo, eu fiquei sem entender, eu falei quer dizer que nas duas áreas têm áreas mais periféricas, mas também tem áreas novas consideradas nobres, né? Eu fiquei surpresa com essa fala, fiquei confusa com essa analogia que a moradora fez, eu até achei que ficou meio assim, mas isso eu ainda vou investigar, mas assim para você ver a diferença, né? Então assim, então para ela a melhoria da infraestrutura para ela não interessou, o que interessou naquele contexto, aquilo era caro, para ela se tornou um local mais caro para viver, então assim, eu tenho e destaco os pontos positivos que a política urbana alcança e tudo mais fazendo essa distinção que é muito bonito na teoria, mas quando você chega no contexto dos territórios é muito difícil, é muito, é muito complicado e às vezes os moradores, tem vários moradores que você se depara que tem essa consciência crítica, né, de reconhecer que aquela moradia por si só ela não dá conta desse direito, esse direito à moradia amplo que a gente defende na política urbana, mas pra muitos é, pra muitos é, tanto que a gente às vezes se depara e fala no momento de avaliação em que eles né, poderiam realmente trazer as suas análises, a maioria se sentem tão beneficiadas, por mais que estejam pagando aquela mensalidade do apartamento, mas se sentem tão agradecidos, né, a percepção de que aquilo é um direito não perpassa a todos, e muitas vezes já é suficiente ter saído... e outras dizem: "Eu agora posso dormir tranquila, não tendo que acordar de madrugada com água na cintura ou tendo que correr entendeu?" Então a situação de precariedade é tão grande que parte das famílias vivencia, que independente que ela esteja numa unidade problemática, num lugar problemático também, ela só consegue enxergar essa positividade que é não estar exposta ao risco, entendeu? Então é contraditório e tem ressalvas para os aspectos positivos e negativos (A.S. 3 - Gerenciadora).

O relato possibilita acompanhar um amplo processo dialético entre o acesso à moradia e o alcance de uma dimensão de segurança nessa nova condição, que convive (em movimento simultâneo) a processos que estabilizam a população em condições dentre outras diferentes precariedades de inserção territorial, aspectos que

a municipalidade acaba por não enfrentar quando não atua para modificar as estruturas locais que se estabelecem a partir de uma padronização de rendas e diferenciações sociais pré-estabelecidas por regiões da cidade.

A profissional também destaca na sequência de seu depoimento que a tarefa de criar elos nos territórios é fundamental, dando ainda mais importância para a dimensão do trabalho intersetorial, que cumpre a função de reterritorializar populações deslocadas em função de projetos ou a necessidade de adequação de atendimentos diversos das políticas.

> Sozinho o trabalho social ele não consegue dar conta... as equipes, então é muito difícil é um trabalho social por si só encontrar as alternativas. Porque o trabalho social na habitação o seu foco principal é a habitação, é a moradia, mas, os próprios parâmetros e as próprias legislações, e a forma como a política foi instituída, ela se vincula a várias outras temáticas para além da moradia, porque a perspectiva dessa política urbana mais ampla. Então com isso fica muito... como é que eu vou dizer... muito ampla essa atuação da equipe, e de fato, no dia a dia, na correria, eu acredito que as equipes elas conseguem avançar pouco sabe, de fato, nisso que é exigido da política de habitação e o que de fato as equipes conseguem avançar. Quando a equipe consegue avançar mesmo nesses territórios é quando ela encontra parcerias, quando ela consegue firmar parcerias. É muito comum nas comunidades a parceria muito forte com a política da saúde, com as UBSs, né? Então tanto com as UBSs, quanto com a parte que lida com o meio ambiente, né? Flui muito, as alternativas de trabalhos são muito vinculadas a isso, porque a saúde também está no território, também é territorializado, conhece aquelas... às vezes a gente atende a mesma população, então fica mais fácil de você criar alternativas para você avançar para a questão da moradia, né e muitas vezes os projetos, né da política de adaptação é muito vinculada a um perímetro específico. Então, às vezes, você só consegue... seu trabalho, às vezes, está muito limitado àquele perímetro ali, então são 50 famílias. Então embora a legislação diga que você tem que atuar num campo maior, né? Se utilizava uma nomenclatura macro área, micro área, assim as terminologias elas vão sendo atualizadas, né, mas muito lá atrás a gente usava muito isso da macro área, tem atividades que você foca naquele público direcionado do perímetro, mas existem ações que você tem que atender aquela população mais ampla, do entorno. Porque pensa-se que a melhoria não vai atingir só, por exemplo, aquela faixa de remoção ou aquela urbanização. Mas você vai beneficiar a população como um todo que circula ali por essa região. Então é difícil assim você utilizar parâmetros, por isso que eu digo depende da intervenção. Tem áreas que você consegue maiores respostas, porque aquela população é mais organizada então uma população que tem um movimento social forte você encontra mais perspectivas para aquele território, você consegue dar mais respostas. Quando não, quando muitas vezes parte muito do esforço, aí eu tô dizendo das equipes que estão ali envolvidas, você consegue, mas fica muito acho que mais individualizado sabe, são demandas que você, aí consegue numa secretaria de educação uma parceria forte

> para direcionar, você consegue um curso... então é bem contraditória essa nossa intervenção na área, mas eu sou otimista. Eu prefiro pensar que a gente consegue encontrar alternativas, mas depende muito dessa questão, então se o profissional não tiver aquele comprometimento aí vem também a questão pessoal também do profissional, tá? Porque às vezes tem aquele profissional que quer ir para área só executar o seu horário: "Meu horário é tal, é tal, eu tô aqui para atender isso, o que vier a mais…" entendeu? Mas quando você tem aquelas equipes mais comprometidas (e aí também depende de quem no poder público tá supervisionando essa equipe que te dá mais liberdade ou que também quer ir além) entende essa necessidade de que só a casa não resolve os problemas daquela família, então aí você consegue, mas é muito condicionado essas questões, mas tem resultados muito positivos, sabe? De você conseguir um trabalho forte, de você direcionar para cursos profissionalizantes, onde você vê, muitas vezes, quando a habitação transfere uma família de um território para o outro que não é feita aquela interlocução com a saúde, com a educação, você vê as famílias sofrendo para se inserirem naquele território, para conseguir acessar os serviços, mas então assim, quais são as alternativas? Parcerias, com as diversas instituições que existem, e instituições não só do poder público, né? Porque em muitos territórios é muito forte organizações sociais, associações, então isso varia muito, mas você criar esse elo no território é fundamental, sem parceria a gente não consegue avançar tá, e a parceria e o envolvimento também do profissional conta nesse processo e outra coisa às vezes também sabe o que é também... às vezes soma no trabalho, que muitas vezes atrapalha, mas em alguns casos soma, é quando você tem minimamente essas empreiteiras, as empresas que executam as obras, quando elas têm um olhar mais assim de valorizar aquele trabalho social, ela também acaba dando suporte sabia para as equipes, sejam nos eventos sabe, abrindo as portas. Tem outras que inclusive nem quer que o social fique na sua própria empreiteira, então prefere que seja providenciada uma casinha ou uma estrutura fora do canteiro, para que o social... para que as demandas da população pobre daquela região não frequentem os mesmos espaços que eles (A.S. 3 – Gerenciadora).

Em seu depoimento a profissional destaca a importância do significativo envolvimento e parceria genuína das/os profissionais com os projetos desenvolvidos, visto que as experiências de intervenção territorial, demonstram com transparência que as áreas com maiores índices de avanços e respostas positivas são necessariamente aquelas cujo grau de organização popular está associado, fator que certamente o trabalho social exercido com comprometimento aos interesses da classe trabalhadora pode oportunizar, apoiar e/ou ampliar.

Quanto às diferentes esferas de gestão do Estado, podemos afirmar que os programas federais e estaduais não estão articulados a uma sólida política e serviços municipais no campo da política urbana, de habitação, de trabalho e renda, serviços de educação, saúde, lazer, entre outros. Ao contrário, estão desconectados uns dos

outros, e a precarização (ou inexistência) de serviços públicos que deveriam cercar o espaço da moradia, somados ao reforço da criação de ambientes cada vez mais monofuncionais, demonstra que a política habitacional e urbana ainda tem se confundido com a operacionalização de restritos programas específicos que se limitam à produção de moradias e acomodação dos interesses do capital nas cidades.

O fator da intersetorialidade foi também muito destacado pelas servidoras municipais, considerando o constrangimento da falta de interlocução entre os diferentes órgãos municipais ou mesmo a ineficácia dos espaços de participação da sociedade civil, tomando por exemplo os espaços dos conselhos gestores, que passaram a se constituir por uma mera formalidade institucional, cumprindo trâmites legais para a aprovação de orçamentos, mas se eximindo do papel de informar corretamente a população sobre os rumos das políticas setoriais para uma tomada de decisões construída com ampla representatividade.

> Quando tem, ainda, o uso da rede, as redes já existentes, é mais tranquilo e a gente vai somar, mas como eu te disse, sai uma pessoa não acontece mais reunião porque aquela é a pessoa que tinha um entendimento da importância da participação. E dos conselhos gestores, os conselhos gestores, como é um agente legal, eu faço a eleição e faço a reunião para cumprir a legislação, mas eu não levo nenhuma informação, eu não levo nenhuma resposta, do ponto de vista da efetividade disso, não tem absolutamente nenhuma. Só se tem algum território que eu quero fortalecer aquela liderança porque depois ela vai ficar comigo, né? Que é da minha base, até pode ser, mas mesmo nessas ainda dá problema porque não tem nenhum tipo de resposta. “Como a gente não conversa com gente, quem tem que conversar com gente é assistente social, manda o pessoal do social fazer a reunião”, mas você não tem uma resposta de absolutamente nada. Tinha um [...] que a gente recebeu as famílias depois no Minha Casa Minha Vida, que quem tava fazendo a obra era Secretaria de Obras. E a Secretaria de obras não está na reunião (A.S. 4 - Prefeitura).

> Então como um todo, o trabalho social tá muito precarizado, a gente não consegue nem fazer reunião da rede, assim, nas regiões. Porque tá todo mundo muito atolado, a gente não consegue fazer reunião com o CREAS para poder discutir alguns casos mais graves de atendimento. A gente perdeu no Itaim uma articuladora, que era uma psicóloga, que fazia a articulação da Saúde Mental, e depois disso a gente não teve mais reunião. Então fica muito dependente de um profissional. É assim, é quando a gente dá sorte de encontrar um técnico ou da educação, todos nunca funcionam, um a gente tem uma interlocução melhor, um território é melhor com a saúde, o outro território é melhor com a educação, o outro território é melhor com o equipamento, uma ONG. Nunca todos estão funcionando bem e não é desejo, este caos do governo Bolsonaro é muito presente, essa coisa

> caótica sem articulação, ela grudou muito bem em todos... então não tem. Uma política não fala com a outra, nem dentro da mesma secretaria, então a gente não tem interlocução com a COHAB. A ponto de a COHAB ir nos nossos conjuntos dar uma informação que não era verdade, porque não é nem demanda deles. Ir lá e colocar informe falando do pagamento, mas o Minha Casa Minha Vida, o financiamento é feito pela Caixa. Propor cursos. “Ah não, a gente vai pegar alguns conjuntos novos, né, para a gente fazer curso”, e ir lá para falar com síndico e não falar com a gente. Aí o síndico liga para gente: “Tem uma pessoa que falou que é da COHAB”. Eu falei não, porque como assim a pessoa da COHAB, não, deve ser algo, alguém querendo fazer campanha. Não, e era, porque eles foram sem conversar com a gente (A.S. 4 - Prefeitura).

Os relatos revelam que outras secretarias do município e outros agentes do Estado se ausentam dos espaços de encontro com a população, permitindo assim que o trabalho social apareça apenas como uma exigência no cumprimento de metas e indicadores na dimensão das intervenções, tornando-se, portanto, amplamente fragmentado.

Assim, os depoimentos nos permitem afirmar que o trabalho social não desponta enquanto uma estratégia eficiente de articulação desenhada em nível municipal pelos atores de gestão governamental na cidade, oferecendo condições para que os resultados dos projetos de intervenção sejam alcançados, tendo em vista prioritariamente os interesses da população. Mas, ao contrário, as/os profissionais são postos como “testas de ferro” do Estado, enquanto as/os principais responsáveis pelos rumos das políticas setoriais (as/os gestores públicos) permanecem invisíveis quando o tema se refere ao acesso a direitos, serviços e equipamentos públicos de qualidade e responsáveis pelo acesso e uso qualitativo da cidade.

> A partir da criação do Minha Casa Minha Vida, do PAC, o município deixou de criar programas habitacionais, de investir na questão da habitação e abarcou só essa construção de unidades via Minha Casa Minha Vida. É claro, né, com aporte de recursos, enfim, mas se limitou somente ao Minha Casa Minha Vida e aí dentro do Minha Casa Minha Vida a gente tinha os eixos do trabalho e a gente trabalhou bastante nesses eixos, tentou trabalhar muito a questão da rede nos territórios, a questão da articulação das políticas, para que a gente conseguisse atender as famílias de uma forma mais integral. Mas eu acho que fica muito nesse cumprimento das exigências, né, do que a política federal traz como exigência para execução do trabalho. O que eu sinto falta é dessa construção mesmo, a nível municipal dessa articulação então, ficou muito fragmentada entre as pessoas que estavam dentro daquele território. Os técnicos profissionais desenvolvendo aquele trabalho, mas não foi uma proposta política, uma proposta do

> município, de ter essa política integrada nos territórios, né? Eu acho que ficou muito pontual, muito fragmentado (A.S. 6 - Prefeitura).

Os depoimentos demonstram, de modo explícito, que a gestão municipal não se ocupa em mapear os problemas, coordenar ações conjuntas ou provisionar medidas de cunho urgente e estratégico, já que não há um olhar transversal nem para a associação de diferentes áreas do governo, como também não há para as necessidades apresentadas pela vivência cotidiana da população nos diferentes territórios.

O conjunto das profissionais entrevistadas reconhecem a política social como importante amparo à construção dos trabalhos desenvolvidos, em meio às diferentes dificuldades para a operacionalização das ações previstas pelo trabalho social, mas concluem que a política, de alguma forma, não é capaz de alcançar a realidade dos territórios, fator que deve ser enfrentado não apenas pelas/os profissionais, mas pelas/os sujeitas/os e coletivos organizados nos diferentes territórios, na intenção de pressionar o Estado a construir intervenções que se contraponham à ações de cunho mais conservador, moralista, preconceituoso, reacionário e que privilegiam os interesses do mercado.

> Para a gente acho que a única alternativa de se organizar e pensar junto e ir pra cima e fazer com que elas [as políticas] existam para atender as pessoas, porque a gente defende que é o Estado que tem que fazer isso, né? Então se a gente começar a pensar, por exemplo, uma coisa que o movimento fala e que eu gosto bastante disso, porque a gente não quer atender as pessoas com a moradia. A gente quer mostrar pro Estado que é possível fazer, né? A gente quer mostrar para eles que com o dinheiro que eles falam que faz 42 metros quadrados, a gente faz 60 com elevador. Então é um pouco nessa linha assim. Acho que para mim, alternativa de enfrentamento é criar propostas pra levar pra eles mesmo e pressionar o Estado e a política, pra mim tem que ser política pública (A.S. 2 - Assessoria).

> Tenho muitas perspectivas e muito desejo de que a gente avance e encontre outras possibilidades. Eu acho que a gente tem uma expectativa agora maior aí com o governo Lula, de que seja possível uma retomada dessa política social, mas na expectativa também de que isso seja trazido também para as políticas municipais, setoriais. Então, expectativa de que no próximo ano... Porque infelizmente a gente está muito ligado, né, a questão da gestão política para que a gente consiga avançar no nosso trabalho, repensar o nosso trabalho, criar novas diretrizes de trabalho. E eu acho que quando a gente tem um governo mais progressista, eu acho que a gente consegue também aí, enquanto categoria, de uma forma mais ampla, repensar o nosso trabalho, se articular, então a gente começa a ver já grupos surgindo,

> discutindo um pouco mais, propondo. E eu acho que são esses espaços necessários para que a gente consiga superar todos esses anos aí que a gente teve de desmonte do nosso trabalho. Esses dias eu tava até conversando com uma assistente social e falando: “Acho que a gente precisa passar por um processo de reconceituação de novo do trabalho social, né?”. Porque infelizmente a gente regrediu bastante, né, aí nesse último governo que a gente teve e se manifestaram muitas ideias voltadas para essa questão do conservadorismo, do moralismo, do preconceito. Então acho que agora a gente precisa reconstruir de novo, repensar de novo a nossa prática, mas sempre nessa esperança e nessa perspectiva de que a gente vai conseguir (A.S. 6 - Prefeitura).

É importante considerar que a política dinamiza nossas condições de trabalho, pois se ela se amplia, amplia-se o número de projetos disponíveis, o número de profissionais contratadas/os, o número de atividades para execução, considerando o aumento progressivo de recursos que serão assim destinados ao trabalho social, sem contar a oportunidade de ampliação de acesso a direitos à população, objetivo pelo qual somos amplamente mobilizadas/os na condição de trabalhadoras/es sociais. A consolidação e ampliação de programas como o PAC e o MCMV são exemplares nessa direção.

Mas é essencial que o desenvolvimento do trabalho social e mesmo a direção do trabalho das/os assistentes sociais não se restrinja ou se confunda com as diretrizes das próprias políticas setoriais, um contexto cada vez mais aprofundado quando analisadas as experiências de trabalho profissional realizadas na contemporaneidade.

Consideramos que houve, neste início de século XXI, um movimento geral de transformação dos processos de trabalho das/os assistentes sociais e que não se restringiu ao campo de concepção da profissão, mas teve incidências no campo da operacionalização e gestão das políticas sociais operadas pelas/os profissionais, o que justificaria a importância de nos mantermos unidas/os e fortalecidas/os enquanto categoria profissional e amplamente associadas/os aos movimentos organizados, a fim de refletir sobre os rumos do país e o que nele podemos influenciar para ampliar as conquistas da classe trabalhadora.

Especialmente para as/os que atuam no campo do trabalho social em habitação, pensar em nossa contribuição para as cidades que estão sendo formatadas e transformadas pelas mudanças metabólicas do capital, mas também pelos coletivos e movimentos organizados, nos parece ter sentido e amplo significado como resposta

ao atual estágio das condições e sociabilidades em curso, sobretudo considerando as fragilidades das condições de trabalho profissional expressas na contemporaneidade.

Assim, ao longo deste capítulo, buscamos consolidar uma gama de apreensões que o Serviço Social, enquanto profissão inserida no campo do trabalho social em habitação, pode apontar e contribuir para ampliar movimentos reflexivos sobre o estágio de uma sociabilidade contemporânea constitutiva de representações e moralismos conservadores que culminam com uma “nova forma de se fazer política”. Nova, porém ainda não inaugurada, apesar de convocada a enterrar seus velhos alicerces, sem que tal transição tenha ainda de fato ocorrido. Um cenário bastante exemplificado por meio dos depoimentos colhidos ao longo da pesquisa de campo, auxiliando a compreender algumas razões pelas quais se amplia o surgimento de figuras tão expressivas desta tendência no cenário político brasileiro.

Como revela Carvalho sobre a importância da vida cotidiana para a profissão do Serviço Social:

> A vida cotidiana não tem sido objeto de estudos e investigações por parte destes profissionais e, no entanto, ela é, como pudemos verificar, questão fundamental. É nela que se consolidam, se perpetuam ou se transformam, no mundo moderno, as condições de vida mais amplas. E é nela e sobre ela que realizamos nossa prática. Muitas vezes, buscamos nosso referencial de ação nas complexas relações sociais de reprodução e dominação, ignorando o cotidiano como palco onde estas mesmas relações se concretizam e se afirmam (Carvalho, 2012, p. 51).

Por isso neste estudo nossa escolha foi partir das experiências das profissionais participantes e seus diversos cotidianos de trabalho, colhendo suas percepções sobre a dimensão da vida social e um conjunto de reflexos para as/os sujeitas/os nos distintos territórios, suas práticas sociais, e frente aos diferentes elementos conjunturais com os quais as/os profissionais se deparam em seu trabalho cotidiano.

Tomamos o conceito de prática social a partir dos mesmos termos em que foi trabalhado por Carvalho (2012), quando descreve que:

> Ao repensar a prática social (e a vida cotidiana) torna-se importante recolocar o significado e abrangência do próprio termo prática social, que tem múltiplas abrangências. Ele designa a prática social desenvolvida pelo Estado ou pela iniciativa privada; designa a prática

> social institucionalizada ou não, a prática desenvolvida por agentes profissionais, militantes políticos, grupos religiosos, filantrópicos, a desenvolvida pelos grupos dominantes e pelos grupos dominados. A prática social tem sua origem na natural busca de subsistência e existência em sociedade efetivada por indivíduos e grupos sociais. Estes elaboram e realizam uma prática social nascida de suas possibilidades de compreensão e intervenção na realidade com vistas à satisfação mais plena de suas necessidades e motivações [...] Em síntese, toda prática social é determinada: por um jogo de forças (interesses, motivações, intencionalidades); pelo grau de consciência de seus atores; pela visão de mundo que os orienta; pelo contexto onde esta prática se dá; pelas necessidades e possibilidades próprias a seus atores e próprias à realidade em que se situam. As diversas práticas sociais tomam diferentes significados. Elas podem expressar um sentido apenas utilitarista e, portanto, uma ação restrita ao utilitário. Podem valorar apenas o gesto espontaneísta. Podem, ainda, se limitar ao plano da afetividade etc. (Carvalho, 2012, p. 58-59).

A autora destaca que na prática social está a possível passagem à práxis social, compreendendo o movimento possível de uma atividade humana que se despoja da prática utilitária e espontaneísta para galgar um nível superior de consciência; e que se expressa em ação criadora, transformadora e realizante, tomando uma direção mais profunda e global, sustentada por um processo em espiral de reflexão/ ação (Carvalho, 2012, p. 59).

Assumindo que somos seres sociais (sendo que a ação de um estará sempre impactada pela ação de outro) e que a história marca nossos corpos, consideramos que a dimensão do afeto[133] precisa ser ainda melhor compreendida, já que o cotidiano e nossas experiências sociais também se compõem a partir de fatos construídos e registrados por meio de nossas percepções emocionais e vivências afetivas.

Reconhecemos a potencialidade dos encontros e desdobramentos subjetivos entre aquelas/es que estabelecem algum nível de conexão por meio das relações sociais, permitindo a construção do senso de pertença, um senso que carrega a dimensão do afeto como importante elemento na construção dos modos de vida que se alinham na confluência de diferentes tempos históricos e influem na consolidação de distintas formas de sociabilidade.

Desse modo, não podemos nos ater apenas ao nível dos acontecimentos, mas principalmente considerar as relações sociais que se desenvolvem no tempo-espaço, compreendendo que as determinações para a construção de projetos de sociabilidade

[133] Aqui reconhecido como aspectos, fatores ou mesmo relações interpessoais, capazes de produzir impacto sobre as/os sujeitas/os.

nunca devem levar em conta apenas o âmbito das relações, mas sempre as relações, por serem constitutivas da nossa condição humana.

Assim, é imprescindível que possamos imprimir direção social à realização de nosso trabalho, já que, como destaca Carvalho (2012, p. 56), a direção social dada pela própria sociedade capitalista transnacional exerce uma força altamente penetrante em nosso cotidiano, inclusive por se utilizar de instrumentos poderosos: a informação e a informática.

Os processos demarcados pelo conjunto de questões aqui apresentadas evidenciam, portanto, a complexidade da trama de particular avanço do conservadorismo a partir da experiência e do cotidiano de trabalho e dos territórios de atuação das sujeitas da pesquisa. Demarcam as gramáticas e agenciamentos que operam e incidem no afastamento do trabalho social de habitação dos territórios, incluindo alterações do universo do mundo do trabalho e do próprio trabalho profissional de assistentes sociais, com a reconfiguração das requisições postas à profissão, assim como a agudização dos processos de precarização que não atingem apenas esta esfera do trabalho, mas a própria dimensão da política e todas as esferas da vida pública e das relações sociais que se reconfiguram pela racionalidade neoliberal.

As entrevistas revelam a associação do arcaico e do moderno, do apelo das novas técnicas e tecnologias, travestidas por uma roupagem de tradicionalismo contemporâneo, mas de aspecto já bem “surrado” e com reflexos e consequências inevitáveis para o próprio desenvolvimento do trabalho social cotidiano, que de modo imperativo precisam ser confrontadas, tidas como objeto de reflexão e posicionamento constante das/os profissionais.

Fatores importantes se assumimos como objetivo comum um processo de formação e atuação profissional integrantes de projeto de base crítica e fundamentado pela teoria social marxista e por uma intencionalidade que dê sustentação necessária a uma permanente composição estratégica de organização política, capaz de manter a prevalência dos princípios e valores prescritos pelo projeto ético-político profissional da categoria.

3. SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: PROJETOS EM DISPUTA E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROFISSÃO

Neste capítulo abordaremos a trajetória de consolidação da profissão de Serviço Social no Brasil e os aspectos relacionados à inserção de assistentes sociais, principalmente mediante a reconfiguração de novas demandas e requisições engendradas pela trajetória neoliberal das políticas sociais no contexto brasileiro.

Perseguimos a compreensão dos principais desafios profissionais, como a incorporação cada vez maior de demandas responsáveis pela ampliação da retirada das/os profissionais dos territórios – no caso de São Paulo não apenas pela característica de um amplo volume de terceirização do trabalho social em habitação, mas também pelo incremento de questões burocratizadas, refletidas como um conjunto de novas requisições à profissão e aos trabalhadores sociais de modo geral, independentemente de seus espaços socio-ocupacionais.

Pretendemos também reafirmar nossas convicções acerca da centralidade da categoria trabalho e particularizar nossa leitura do cotidiano de trabalho profissional das/os assistentes sociais que tomam o campo do trabalho social em habitação como objeto de sua intervenção.

Partimos de uma ampla produção já sistematizada sobre o trabalho social em habitação, com contribuições de diferentes pesquisadoras/es, que vem construindo ampla referência[134]. Consideradas tais contribuições já consolidadas, passamos a dialogar com um conjunto de achados da pesquisa de campo, referentes à intervenção cotidiana das profissionais participantes da pesquisa.

Pretendemos problematizar os principais pressupostos que nos impulsionaram na proposição do projeto de pesquisa, como questionar de que modo construímos mediações para interpretação (considerando nosso arcabouço teórico-metodológico,

---

[134] Sobre o tema, citamos apenas como exemplo algumas obras essenciais ao nosso movimento de consulta, mas que não se esgotam nesta breve descrição, dado o rico universo de artigos e autoras/es contempladas/os, expressando significativas produções coletivas:
ARREGUI, C. C. *et al*. *Metodologia de trabalho social em habitação*: a experiência do Município de Osasco-SP, 2005-2016. São Paulo: EDUC, 2017.
PAZ, R.; ARREGUI, C. (Org.). *Trabalho Social, territórios e moradia*: a construção da cidade. São Paulo: Veras Editora, 2018.
SANTANA, Joana V. (Org.). *Habitação e Serviço Social*: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas. Papel Social, 2018.
PAZ, R. D. O. da; DINIZ, T. M. R. de G. *Serviço Social e Trabalho Social em Habitação*: requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
SANTANA, Joana V. (*et al*.). *Trabalho social na política urbana/habitacional*: subsídios para o trabalho profissional de assistentes sociais. Dados eletrônicos. Belém: ICSA, 2024.

técnico-operativo e ético-político) às novas requisições e demandas à profissão e à tendência de maior burocratização das ações profissionais junto às políticas sociais e seus desdobramentos para os modos de vida nos territórios, a dimensão da linguagem utilizada pelas/os profissionais e o consequente esvaziamento da dimensão política da profissão.

3.1. A centralidade do trabalho e seu contexto de precarização: neoliberalismo e seus impactos para as políticas públicas e sociais

A precariedade das condições e relações de trabalho atravessa a profissão e a vida de todas/os aquelas/es que vivem da venda de sua força de trabalho. Essa questão perpassa todo o movimento da pesquisa, seja enquanto temática ou aspectos presentes no cotidiano de vida das sujeitas que contribuíram com a pesquisa, seja como quanto a nossa própria vivência como profissional e pesquisadora e nosso reconhecimento de um quadro geral que atinge a todas/os as/os trabalhadoras/es com graduadas distinções e particularidades.

A primeira questão a ser considerada para uma apresentação que nos permita explicitar nossas inquietações nesta trajetória de pesquisa é o reconhecimento de que decidimos partir para um campo de pesquisa que tematiza, em primeira instância, sujeitas/os submetidas/os à lógica da venda de sua força de trabalho.

Nesse sentido é de extrema relevância localizar as formas mais atuais de ser do trabalho na sociedade capitalista, suas condições e principais aspectos na especificidade que vem caracterizando o trabalho de assistentes sociais[135] e em especial, profissionais que atuam na área do trabalho social em habitação[136].

Essa última quadra histórica demandou aprimorar nossa percepção e análise do capitalismo monopolista em crise, assim como nos qualificar no reconhecimento

---

[135] Sugerimos a obra *Tempos e contratempos*: o trabalho de assistentes sociais no Brasil recente, organizada por Tatiane Valeria Cardoso dos Santos e Inez Stampa (2023) como uma produção coletiva significativa sobre a temática.

[136] Apesar de já indicado, poderíamos destacar novamente a obra organizada pelas professoras Dra. Rosangela Dias Oliveira da Paz e Dra. Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz, cuja coletânea de textos retratam interfaces dos processos de precarização do trabalho em suas diferentes formas e proporções para o conjunto das/os assistentes sociais, com destaque às/aos que realizam o trabalho social em habitação e possuem trajetória na questão urbana. A obra foi publicada durante o contexto de pandemia de coronavírus e reúne textos de autoras/es de diversos estados do Brasil. Trata-se da obra *Serviço social e trabalho social em habitação*: requisições conservadoras, resistências e proposições (2020), incluindo um artigo que produzimos em coautoria para contribuição ao tema.

das estratégias de apoio ativo do estado burguês ao capital, com novas e ilimitadas formas de extração de mais valor e de sobretrabalho.

Com uma vasta produção nos temas sobre a sociologia do trabalho, Ricardo Antunes[137] é autor com forte influência para nossas referências quanto aos processos de precarização e intensificação do trabalho. Tema que deve estar conectado ao reconhecimento de importantes características contemporâneas do capitalismo em tempos de mundialização e financeirização do capital.

A produção de Antunes contribui na compreensão de que os processos de exploração e opressão das/os trabalhadoras/es devem ser ainda melhor investigados e denunciados frente às novas estratégias de acumulação e dominação que expressam novas metamorfoses do mundo capitalista.

Tal complexo quadro de questões vinculadas às condições de trabalho no Brasil auxilia a introduzir também brevemente alguns aspectos essenciais acerca dos "nós" que os vinculam ao contexto do neoliberalismo e algumas questões dele decorrentes.

Temos enfrentado uma conjuntura de amplas fragilidades, ocasionadas principalmente pelas mudanças e pelo processo de desmonte das políticas sociais vividos mais acentuadamente na última quadra histórica[138].

O período contemplado pela gestão federal de Michel Temer, em suas primeiras iniciativas a partir do ano de 2016, foi marcado por um conjunto específico de legislações e atos incisivos cujas medidas foram suficientes para o início de um quadro drástico de desmantelamento de diversas políticas públicas no Brasil.

Para exemplificar, poderíamos citar a Emenda Constitucional n. 95, popularmente conhecida como "PEC do fim do mundo"[139], responsável pela definição de teto de gastos para o Governo Federal pelo período de 20 anos. De modo geral, a

---

[137] Antunes tem extensa produção com forte incidência em diferentes áreas acadêmicas e profissionais, não apenas da área do Serviço Social brasileiro, mas também latino-americano tem sido forte referência para estudos da temática do trabalho e de seus sujeitos. Em tempos mais recentes, suas publicações têm privilegiado os estudos de novos conceitos, tais como a "uberização", "trabalho intermitente", entre outros, todos apresentando análises fundamentais que auxiliam no entendimento dos processos de intensificação do mundo do trabalho e do Capital.

[138] Sem desconsiderar que o neoliberalismo na América Latina se inicia desde as ditaduras cívico-militares, agudizando-se na década de 1990 e tornando-se dramático a partir das crises financeiras mundiais de 2007 e 2008.

[139] Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016.

medida não somente gerou forte impacto na redução de investimentos públicos nas políticas sociais e na falta de recursos para medidas emergenciais – necessárias em momentos de maior dificuldade do país, como no caso do período pandêmico enfrentado apenas quatro anos após a sua aprovação –, mas consequentemente resultou no desmonte de diferentes equipamentos e serviços públicos nos diversos territórios brasileiros, contribuindo para o aumento dos processos de desigualdade socioeconômica e para a redução da qualidade de vida principalmente para a população mais pobre[140].

Essa situação foi aprofundada durante a gestão de Jair Messias Bolsonaro[141]. Medidas provisórias e vetos diversos impossibilitaram a utilização de recursos públicos e objetivamente impactaram a interrupção e/ou substituição de diversos programas vinculados às políticas públicas. No caso da política de habitação de interesse social, poderíamos citar, por exemplo, o PMCMV ou mesmo o PAC, ambos de forte impacto para os territórios brasileiros e, de modo geral, para todo o sistema econômico no país.

Nesse sentido, será essencial identificarmos a maneira como o neoliberalismo vem consolidando e expandindo uma racionalidade empresarial e mercantil, perceptível ao analisarmos mais detidamente a figura do Estado, assim como as estruturas que dão sustentação à sociedade capitalista.

A década de 1990 é um marco histórico para os agudos processos de desregulamentação das funções do Estado, bem como dos princípios da reestruturação produtiva do sistema capitalista em nível mundial.

Como afirma Arregui (2018, p. 41),

> [...] os anos 1990 fizeram dos nossos bens públicos e comuns o alvo de um grande leilão para o capital internacional [...] a década retrata o desmantelamento dos serviços públicos, que maximizou a privatização de tudo o que era lucrativo para o mercado, expandindo assim as áreas de acumulação do capital e os princípios da lógica do mercado foram incorporados a estrutura político ideológico-institucional do aparelho do Estado, introduzindo medidas administrativas e práticas de gestão tipicamente gerenciais.

[140] Cabe destacar que a Emenda mantém intocado o sistema financeiro e os interesses do mercado.

[141] Período compreendido entre 2019 e 2022.

Desde então os processos de mercantilização das políticas públicas (ou, porque não dizer, do Estado como um todo) ganham ainda mais força e aprofundamento, com a intensificação acelerada de uma excessiva racionalidade que ultrapassou rapidamente a esfera produtiva. Por impacto, mas também como reflexo, as/os próprias/os sujeitas/os passam a incorporar também em sua subjetividade e intersubjetividade traços determinantes para essa sociabilidade regida pela lógica neoliberal.

Dardot e Laval (2016) são precisos na demonstração de tais aspectos, com destaque necessário a como toda essa lógica impactou a vida cotidiana e as formas de sociabilidade a partir da genealogia de gestões neoliberais[142].

Demonstram que todas as relações humanas passam a ser afetadas pela dimensão empresarial e retratam uma mudança significativa, essencial, para apreensão dos processos decorrentes destes tempos:

> [...] o mercado não é mais o "ambiente" natural no qual as mercadorias circulam livremente. Não é um "meio" dado de uma vez por todas, regido por leis naturais, governado por um princípio misterioso do equilíbrio. É um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autorregulador do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo. [...] **O mercado é concebido, portanto, como um processo de autoformação do sujeito econômico, um processo subjetivo autoeducador e autodisciplinador, pelo qual o indivíduo aprende a se conduzir. O processo de mercado constrói seu próprio sujeito**. Ele é autoconstrutivo (Dardot; Laval, 2016, p. 139-140, grifo nosso).

Uma das profissionais entrevistadas também destaca sua percepção sobre esse aspecto, discutindo o quanto o crescente apelo à autossuperação dos indivíduos tem invadido a vida cotidiana nos territórios:

> [...] a pobreza não é um processo natural ou uma escolha, né? Não é porque o cara é preguiçoso e aí ele, ó, tá vendo... igual o *coaching* fala: "É só querer, é só acreditar!". Eu acho tão fofo. Chego a achar bonitinho sabe (risos), ou então assim: "Você não se esforçou o suficiente!" Isso é, eu acho que é uma base importante da gente saber né? Que a pobreza não é responsabilidade do pobre, ela é do capitalismo. Tem uma questão aí que aconteceu e nesse caminhar, esses direitos, pensar essa cidade como eu falei no começo, que não foi, que não é um direito de todos, acredito que o Serviço Social ele dialoga com isso, né? (A.S. 5 – Gerenciadora).

[142] Ainda sobre este tema, consultar a tese de doutorado da Profa. Dra. Caroline Rodrigues da Silva, intitulada *Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro: o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal*. São Paulo, 2021.

Tais aspectos acarretam desafios complexos do ponto de vista dos enfrentamentos necessários para a defesa dos princípios defendidos pelo conjunto dos movimentos de luta organizada, coletivos e entidades com valores anticapitalistas, assim como para a particularidade das/os profissionais, no caso assistentes sociais, que possuem um projeto de profissão cujas ações de trabalho cotidiano (com diferentes graus de limitação) buscam expressar compromisso com os interesses da classe que vive da venda de sua força de trabalho.

Considerando, como bem ressaltou Santana, que:

> Nesse processo está o profissional precarizado, em termos de contrato de trabalho, aí você tem uma diminuição das contratações dos concursos, e a pressão que a Raquel Raichelis está estudando isso né, então a terceirização né, e você vai contratando esse profissional que também não tem a menor chance de desenvolver um trabalho com qualidade e como eu falei, alinhada ao nosso projeto ético político, então ele vai ter que responder a essa quantidade de coisas e seu trabalho ta precarizado, seu espaço é precarizado. As condições éticas e técnicas do trabalho também é difícil né. E que aí vai ter mais dificuldade de envolver os sujeitos no planejamento e na execução da política (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

A coletânea organizada por Raichelis, Vicente e Albuquerque *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social* (2018), cumpre uma importante tarefa nessa direção. As organizadoras e coautoras/es reúnem um conjunto de questões que organizam a análise e o debate sobre o trabalho e as políticas sociais no contexto de crise estrutural do capitalismo, demonstrando o “processamento do trabalho realizado por assistentes sociais em distintas políticas e programas sociais nos quais se inserem como trabalhadoras/es assalariadas/os” (Raichelis; Vicente; Albuquerque, 2018, p. 15).

Tais processos impactam a vida material das/os trabalhadoras/es em face de seu visível percurso vertiginoso de empobrecimento, mas também fortes impactos nas subjetividades e intersubjetividades da “classe que vive do trabalho”, para utilizar uma consagrada expressão de Antunes, adotada fortemente entre as produções da área do Serviço Social.

Em tempos de ampliada devastação de todas as esferas da vida e impactos relacionados aos processos de precarização e intensificação do trabalho, será primordial que sigamos em aprofundamento desta temática.

Linhart (2014) destaca em sua publicação sobre a modernização e precarização da vida no trabalho, a ideia de que o trabalho moderno está caracterizado pelo fenômeno do sofrimento, assim como do que chamou de “precariedade subjetiva”, compreendida pelo:

> [...] sentimento de não estar “em casa” no trabalho, de não poder se fiar em suas rotinas profissionais, em suas redes, nos saberes e habilidades acumulados graças à experiência ou transmitidos pelos mais antigos; é o sentimento de não dominar seu trabalho e precisar esforçar-se permanentemente para adaptar-se, cumprir os objetivos fixados, não arriscar-se física ou moralmente (no caso de interações com usuários ou clientes). É um sentimento de não ter a quem recorrer em caso de problemas graves no trabalho, nem aos superiores hierárquicos (cada vez mais raros e cada vez menos disponíveis) nem aos coletivos de trabalho, que se esgarçaram com a individualização sistemática da gestão dos assalariados e a concorrência entre eles. É o sentimento de isolamento e abandono. É também a perda de autoestima, que está ligada ao sentimento de não dominar totalmente o trabalho, de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto. E isso porque **a gestão moderna impõe que todos os assalariados administrem, em nome da autonomia e da responsabilização, as inúmeras disfunções de organização falha do trabalho (isto é, que não lhes proporcionam os recursos necessários para fazer frente às exigências do trabalho), ao mesmo tempo que intensificam de forma espetacular os ritmos de trabalho**. O resultado é, frequentemente, o medo, a ansiedade, a sensação de insegurança (comodamente chamada de stress). A “precariedade subjetiva” é o sentimento difuso de uma hora ou outra, ser obrigada a cometer erros para atingir objetivos e fazer corretamente seu trabalho, erros que poderiam justificar um afastamento – que, como mostrou Dominique Lhuilier (2002), pode ser mal assimilado – ou mesmo uma demissão (Linhart, 2014, p. 45-46, grifo nosso).

Essa “precarização subjetiva” está presente de modo transversal às diversas condições de ocupação e vínculo de trabalho entre a população, sendo observadas, inclusive, entre as/os trabalhadoras/es que ainda preservam certo grau de estabilidade:

> O trabalho moderno caracteriza-se por uma hiperpersonalização. Esta deu origem a uma fragilização importante dos assalariados, que se manifesta por um forte sentimento de precariedade, mesmo quando o emprego é estável, isto é, com contrato de duração indeterminada ou mesmo com um estatuto de funcionário público (Linhart, 2014, p. 49).

Tais aspectos são muito fortemente percebidos a partir dos depoimentos das profissionais participantes da pesquisa, com vínculo efetivo junto à municipalidade.

Quanto ao trato mais específico das políticas sociais no neoliberalismo, podemos afirmar que elas ganham, no início de século XXI, um caráter ainda mais acentuado de ativo financeiro, pois são construídas sob uma padronização de formatos e homogeneízam a resposta pelo mercado, disputando consensos de que o Estado não deve mais assumir o lugar de protagonismo na oferta dos serviços, portanto deslegitimando qualquer ação do poder público que possa construir respostas mais regionalizadas, territorializadas e mais adequadas a realidades locais diversas.

É a esse formato de política pública (próprio de um neoliberalismo mais duro, que inclusive flerta com o fascismo no caso brasileiro) a que as/os profissionais vêm sendo demandadas/os.

O Estado, por essa intensificação das políticas neoliberais, afasta-se dos territórios populares tanto pela própria retração (corte e congelamento de gastos), como pela perda de espaço frente às consequências correlatas de aumento do desemprego estrutural, avanço das organizações do crime organizado, ampliação do poder das milícias e crescimento do número de igrejas nos territórios.

O papel da mulher na sociedade capitalista também ganha um papel de destaque no cenário do espaço produtivo, mas isso não é tudo. Sua condição de gênero está, sobretudo, centrada no contexto da reprodução social representado pelo trabalho não material[143].

Desse modo, a dimensão da esfera do trabalho reprodutivo deve comparecer em nossa análise, uma vez que o trabalho reprodutivo não remunerado relegado às mulheres em âmbito doméstico é prova de que a produção da vida e a produção de bens e serviços faze parte de um processo integrado funcional à fórmula de acumulação do capital, como tão bem demonstrou Bhattacharya (2019)[144].

A autora destaca que certamente as/os trabalhadores não brotam do chão e chegam ao mercado frescos e prontos para vender sua força de trabalho a um

[143] Certamente o tema da Teoria da Reprodução Social torna-se ainda mais relevante em nossa produção, considerando a presença majoritária das mulheres enquanto profissionais da área do Serviço Social, assim como são também as mulheres que em sua maioria são atendidas nos diversos serviços e equipamentos no âmbito das políticas públicas, já que exercem um papel central em âmbito doméstico e respondem, em sua maioria, pelas condições de cuidado em âmbito familiar.

[144] A historiadora Tithi Bhattacharya expõe de forma sintética as ideias de intelectuais marxistas contemporâneas que conceberam a teoria da reprodução social. A autora destaca como as lutas da esfera da produção se combinam às lutas relacionadas à esfera da reprodução, o que fortalece perspectivas marxistas em termos de classe e gênero.

capitalista, sugerindo-nos um importante questionamento: “Se a força de trabalho produz valor, como a força de trabalho é, ela mesma, produzida?” (Bhattacharya, 2019, p. 102).

Sobre a mesma temática outras autoras são de essencial consulta, dentre elas Raquel Gutierrez e Silvia Federice, esta última cuja contribuição em *Calibã e a bruxa* ressalta (sem, de todo modo, atribuir demérito às contribuições de Marx) que a obra do autor (em especial os três tomos de *O Capital*) foram escritos como se as atividades diárias que sustentavam a reprodução da força de trabalho fossem de pouca importância para a classe capitalista e como se as/os trabalhadores se reproduzissem no capitalismo simplesmente consumindo os bens comprados com o salário (Federice, 2017, p. 12).

Essas e outras autoras deixam pistas importantes das lacunas na teoria marxista que devem ser ainda mais e melhor exploradas, principalmente sobre os caminhos trilhados pelos estudos de cunho feminista[145].

E não apenas os aspectos vinculados ao sexismo, mas de igual importância são os estudos que desvelam a dinâmica da desigualdade social considerando também os nexos históricos e ainda muito prevalentes do racismo e seu universo que alicerça o sistema capitalista[146].

A fim de ampliar o olhar sobre esses e outros aspectos, será essencial partir dos elementos que dialogam com aspectos históricos da profissão de Serviço Social no Brasil, marcada sobretudo por uma crescente divisão (social, técnica, sexual e étnico-racial) do trabalho.

---

[145] No campo teórico sobre os estudos urbanos e seu entrecruzamento com a teoria feminista, indicaríamos também a dissertação de mestrado de Carolina Alvim de Oliveira Freitas, intitulada *Mulheres e periferias como fronteiras: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio* (2018). Em sua dissertação, além de um exercício de campo instigante, a autora constrói um importante caminho teórico-metodológico recuperando uma relevante bibliografia feminista sobre os estudos urbanos em busca de demonstrar, como ela própria descreve, “o nó existente entre processos de exploração (do trabalho), opressão (de sexo e raça) e espoliação (urbana, imobiliária e financeira) cuja unidade é tecida pela totalidade”.

[146] As obras de Lélia González, Sueli Carneiro, Angela Davis, Chimamanda Ngozi Adichie e Bell Hooks poderiam ser rapidamente rememoradas.

3.2. A profissão de Serviço Social no Brasil: um breve histórico

Para que possamos discutir os desafios contemporâneos para o trabalho profissional e alguns de seus aspectos determinantes na atual conjuntura, consideramos oportuno realizar um breve resgate dos aspectos históricos que permeiam a construção dessa profissão no Brasil a fim de alcançar melhor apreensão das mudanças a partir do início do século XXI.

Rememorar a trajetória de construção do projeto profissional do Serviço Social no Brasil parece tarefa sempre fundamental a estudantes, profissionais e pesquisadoras/es enquanto estratégia permanente de resistência e luta, vislumbrando o fortalecimento da perspectiva de intenção de ruptura – perspectiva historicamente construída e reconhecida pela categoria profissional como hegemônica à profissão de Serviço Social – mas há que se salientar, permanece em constante disputa.

É necessário compreender que tal projeto profissional não teria sido possível sem que o contexto sociopolítico brasileiro não o tivesse favorecido. Isso porque desde sua gênese e principalmente em todo período conhecido como desenvolvimentista brasileiro (momento de maior expansão do mercado de trabalho para a profissão) o Serviço Social foi direcionado a demandas da burguesia urbano-industrial que aos poucos se consolidava.

Em meados dos anos 1960 e 1970 assistimos à vinculação de uma parcela das/os assistentes sociais ao projeto da classe trabalhadora, ainda que tenha ocorrido timidamente, haja vista o truculento processo que silenciava todo e qualquer movimento social que se colocasse a questionar as respostas da ofensiva ditatorial no país.

No entanto, devagar fomos nos aproximando da teoria social crítica, nos vinculando às lutas mais gerais da sociedade por meio dos movimentos sociais e nos permitindo amadurecer como resultado posterior aos anos 1980, uma ampla disposição de reflexão sobre o trabalho profissional das/os assistentes sociais, movimento responsável por diversas contribuições à construção de programas e políticas sociais no Brasil.

Antes de um tratamento mais específico sobre a direção social marcada pelo projeto de intenção de ruptura e até mesmo seus desafios contemporâneos, vamos a um breve resgate das bases do Serviço Social, caracterizado como “Serviço Social Tradicional” (Netto, 2007), tendo por premissa o necessário e importante

conhecimento sobre a história dessa profissão no Brasil, considerando que tais conhecimentos fortalecem a reconhecer os atuais processos de investida conservadora a que estamos histórica e constantemente submetidas/os, assim como auxilia a reconhecer estratégias importantes que possam fazer frente a esse quadro atual, sendo que as bases da profissão tem sofrido fortemente ataques em um contexto de ultraliberalização do Estado e de desmonte dos direitos sociais e desmantelamento das políticas públicas a nível nacional.

Portanto, para nós, esse regaste, mais do que recorrer ao passado, significa crer que a história, além de nos ensinar, nos municia para uma luta dos tempos presentes e constrói caminhos de reconhecimento das melhores ferramentas a serem escolhidas para as principais batalhas que temos enfrentado, especialmente a partir do século XXI.

3.2.1. O Serviço Social tradicional brasileiro: o momento da relativa homogeneidade do projeto profissional

Tomamos por Serviço Social Tradicional as formulações profissionais que perduraram desde a gênese da profissão, durante seu processo de institucionalização e da sua articulação com a ideologia desenvolvimentista no Brasil.

O Serviço Social Tradicional assentou-se em pressupostos derivados da doutrina social católica e da tradição positivista, decorrendo uma visão de responsabilização do indivíduo por sua situação de vida e uma intervenção profissional focada na correção das chamadas “disfunções sociais”.

Conforme Netto (1981)

> Sugerimos entender como Serviço Social Tradicional a prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada dos profissionais, parametrada por uma ética liberal-burguesa e cuja teleologia consiste na correção – desde um ponto de vista claramente funcionalista – de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis, sob o substrato de uma concepção (aberta ou velada) idealista e/ou mecanicista da dinâmica social, sempre pressuposta a ordenação capitalista da vida como um dado factual ineliminável (Netto, 1981 *apud* Netto, 2007, p. 117-118).

Outra premissa para essa discussão é considerar que o surgimento do Serviço Social no Brasil deve ser entendido no bojo das transformações que atingiram a sociedade brasileira a partir da segunda metade da década de 1930 do século XX,

assim como seu desenvolvimento e processo de renovação estão também ligados à dinâmica social, não podendo ser entendidos como acontecimentos espontâneos fora do contexto socio-histórico.

Abordar o Serviço Social Tradicional brasileiro leva a considerar a conjuntura de um país onde se vivia sob o capitalismo monopolista-industrial, período em que se configuravam grandes conflitos internacionais e a conjuntura brasileira contava com a crescente intervenção do Estado nos processos de regulação na sociedade.

A gênese do Serviço Social está marcada pela influência da Igreja Católica na formação profissional de mulheres originárias dos extratos da burguesia brasileira, participantes do movimento católico leigo, cujo ideário baseava-se no neotomismo que tratava a condição de pobreza e desigualdade social com princípios moralistas. Sobre a gênese do Serviço Social, Iamamoto e Carvalho (2007) ressaltam que,

> Seu surgimento se dá no seio do bloco católico que manterá por um período relativamente longo um quase monopólio da formação dos agentes sociais especializados, tanto a partir de sua própria base social, como de sua doutrina e ideologia (Iamamoto; Carvalho, 2007, p. 213).

Em 1936 dá-se o surgimento na cidade de São Paulo da primeira escola de Serviço Social do Brasil. Sob influência da Igreja Católica e do Serviço Social europeu (modelo franco-belga), um extrato da burguesia católica buscava institucionalizar a prática que vinha desenvolvendo junto à classe trabalhadora, sobretudo para que suas atividades obtivessem reconhecimento junto à sociedade.

Formava-se um perfil de assistente social que desconsiderava as condições concretas de vida do proletariado, que “culpabilizava” o indivíduo, considerado portador de uma fraqueza moral, de uma insuficiência de recursos econômicos, sendo presa fácil das ações subversivas.

A partir dos anos 1940, como decorrência do aprofundamento do capitalismo no Brasil, ocorre um processo de grandes transformações (como a aceleração industrial, o processo de migração campo-cidade, a intensificação da urbanização e o crescimento do operariado urbano), um novo cenário marcado pelas lutas sociais que evidenciam a formação das/os trabalhadoras/es como classe política, exigindo novas respostas do Estado por meio de políticas sociais públicas.

A compreensão do sistema sociopolítico e econômico do país que tinham as/os assistentes sociais dessa época correspondia à ideia de uma necessária

“humanização” do capitalismo, isso para que o operariado não convivesse com os “abusos” do sistema. Para eles, cabia ao Estado a responsabilidade de coibir tais abusos e de tutelar e proteger as/os desempregadas/os.

Todo referencial teórico (importado) não era capaz de apontar as contradições entre capital e trabalho existentes na sociedade brasileira, muito pelo contrário, sustentavam a ideia de que haveria a possibilidade de uma convivência harmônica e solidária entre ambos.

Desse modo o discurso e as intervenções profissionais foram se fortalecendo e garantindo seu espaço na conjuntura dos anos 1940. O Estado começou a legitimar esse quadro técnico que foi se formando e ao mesmo tempo passou a regulamentar a profissão que se delineava, incentivando e institucionalizando sua progressiva transformação na divisão sociotécnica do trabalho.

O Estado legitimou a inclusão das políticas assistenciais como medida de atenção à classe trabalhadora e, entre outras/os profissionais, delegou às/aos assistentes sociais sua execução como forma de contenção do conflito entre as classes burguesa e trabalhadora.

Tais serviços cumpriram o papel de reduzir o sofrimento e as condições de subsistência a que estavam condicionadas/os as/os trabalhadoras/es para reproduzi-las/os enquanto força de trabalho.

Nesse contexto surgiram grandes instituições assistenciais, como, em 1942 a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

A implantação e desenvolvimento das grandes instituições criaram as condições necessárias para a existência de um crescente mercado de trabalho para o campo das profissões de cunho social e intensificaram a preocupação com o ensino especializado do Serviço Social.

Experimentavam-se no Serviço Social brasileiro novas teorias, métodos e técnicas que chegavam por meio da influência norte-americana, incorporando o pensamento funcionalista e propondo metodologias de intervenção conhecidas como Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade.

O surgimento de tais instituições estava ligado à evidente queda do poder aquisitivo do proletariado e às profundas transformações decorrentes do aprofundamento do capitalismo que se consolidava e sem dúvida desempenhava funções vitais para a manutenção e reprodução da dominação de classe.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2007), as instituições sociais e assistenciais se configuravam como um instrumento de dominação política e reafirmavam o “espírito social” do capitalismo.

Trata-se de um esforço conjunto em que Estado e empresariado se mobilizavam para garantir condições de reprodução da classe trabalhadora, um “esforço” que tem por direção conter a organização e luta da classe trabalhadora e o avanço do socialismo.

No processo que se configurava no final dos anos 1940, a profissão passou a ser procurada por outros setores da sociedade que buscavam no Serviço Social a possibilidade de uma oferta de trabalho nas várias instituições assistenciais que se fortaleciam no cenário brasileiro. Iamamoto e Carvalho (2007) ressaltam:

> No fim da década de 1940 e especialmente na década seguinte, abre-se um novo e amplo campo para os assistentes sociais [...]. O Serviço Social se interioriza, acompanhando o caminho das grandes instituições, a modernização das administrações municipais e o surgimento de novos programas voltados para as populações rurais. Ao mesmo tempo, nas instituições assistenciais – médicas, educacionais, etc. – o Serviço Social paulatinamente logra maior sistematização técnica e teórica, de suas funções, alcançando definir áreas preferenciais de atuação técnica (Iamamoto; Carvalho, 2007, p. 120).

Segundo os mesmos autores, as instituições representaram uma nítida diferenciação entre o Serviço Social e a dimensão da caridade, exercida até então como marca dos agentes sociais de formação religiosa. O Serviço Social passou a ocupar-se da manutenção e das condições de vida do operariado, de sua força de trabalho, enquanto as obras de caridade estavam destinadas à atuação junto às favelas para cuidar das/os “indigentes”, das “desvianças” de caráter dos indivíduos e da “marginalidade” que se fizessem presentes.

Fica claro que a profissão foi chamada a doutrinar a população sob a “ideologia do trabalho” – uma ideia de que somente o trabalho pode trazer a dignidade. Assim, a/o profissional estava a serviço de uma inculcação de valores que viabilizavam o projeto dominante de sociedade que se expandia no país.

Após o fim da Segunda Guerra mundial, a estratégia dos países capitalistas era consolidar esse modo de produção a nível mundial. No final dos anos 1950, período mais intenso de desenvolvimento da indústria brasileira, colocou-se às/aos assistentes sociais uma nova demanda de trabalho, nunca antes desenvolvida

pelas/os profissionais. E o Estado passou a exigir outras modalidades interventivas que não mais a individual ou a grupal, mas sim uma abordagem comunitária.

O Estado brasileiro convocou as/os assistentes sociais ao desenvolvimento de trabalhos em comunidades, o que mobilizou prontamente a categoria profissional, incrementando um discurso de que tal método correspondia diretamente a necessidades nacionais de crescimento. Conforme Netto (2007):

> [...] a gravitação do Desenvolvimento de Comunidade crescia porque, além da incorporação ao seu ideário de nomes respeitados na profissão, nele os novos quadros visualizavam a forma de intervenção profissional mais consoante com as necessidades e as características de uma sociedade como a brasileira (Netto, 2007, p. 158).

A cada dia, novas perspectivas de intervenção profissional se desenhavam e as/os assistentes sociais precisavam se mobilizar para acompanhar essas alterações.

Assim, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, o Serviço Social passou a ser chamado a integrar-se às experiências de Desenvolvimento de Comunidade (DC), sob forte influência da ideologia desenvolvimentista oriunda dos Estados Unidos da América.

Um programa de cooperação, intercâmbio técnico e assistência financeira aos países subdesenvolvidos repercutiu em uma crescente valorização da intervenção profissional das/os assistentes sociais no plano comunitário, mantendo-a pautada na correção das “disfuncionalidades”, agora buscando a integração da população pobre aos projetos de desenvolvimento.

É possível concluir, em resumo, que até meados dos anos 1960 o Serviço Social não reunia condições objetivas para desvelar o significado da profissão na sociedade. Ancorado no pensamento conservador, o cenário profissional refletia a ausência de polêmicas profissionais relevantes entre as/os assistentes sociais: havia um aparente consenso, uma relativa homogeneidade na intervenção profissional, sem questionar a contribuição da profissão para a manutenção da ordem social vigente, o modo de ser, pensar e produzir próprio do capitalismo brasileiro.

Entretanto, o contexto de lutas democráticas dos primeiros anos da década de 1960 permite alguma experiência contestatória, de debate e participação política e a necessidade de atualização da profissão às novas requisições.

Surgiu no Serviço Social latino-americano forte questionamento às propostas do Serviço Social Tradicional, tido como insuficiente para responder às novas requisições profissionais. Era o início do que se chamou Movimento de Reconceituação Latino-Americano.

No caso brasileiro, o questionamento do tradicionalismo profissional, assumindo aqui a nomenclatura adotada por Netto (2007), teve no processo de renovação do Serviço Social características próprias e três diferentes perspectivas, retratadas brevemente a seguir.

3.2.2. O processo de renovação do Serviço Social brasileiro: a disputa entre diferentes projetos profissionais em convívio permanente e cotidiano com as feições do conservadorismo

Neste item buscamos apresentar os traços mais significativos do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, o desenvolvimento e a consolidação da perspectiva de intenção de ruptura que resultou na formulação do projeto ético-político profissional.

Já em meados dos anos 1960, parcela significativa das/os assistentes sociais apontava para a insuficiência das propostas tradicionais na profissão em face das novas demandas presentes na sociedade.

Nesse período formaram-se condições objetivas tanto para o questionamento do Serviço Social Tradicional, como para o reconhecimento da necessidade de renovação da profissão entre as/os assistentes sociais brasileiras/os, dentre elas: as profundas alterações ocorridas no interior do Estado; a consolidação de um crescente mercado de trabalho, combinada à ampliação dos cursos de formação profissional; o processo de desgaste do “Serviço Social Tradicional”; e, consequentemente, a busca por novas teorias, inicialmente destinadas à atualização da profissão e posteriormente de caráter crítico e de confronto com o pensamento conservador, como veremos.

Houve, portanto, o crescimento do Serviço Social por meio do processo de alargamento das funções exercidas pelas/os profissionais (a exemplo da coordenação e do planejamento de atividades) que no passado não lhe eram atribuídas.

E as necessidades postas por tal realidade requisitaram uma/m profissional moderna/o segundo as exigências de racionalidade próprias daquele período.

Uma importante contribuição de Netto (2007), destacada a seguir, demonstra a incorporação de requisições reelaboradas à profissão (frutos do período da

autocracia burguesa) de caráter moderno e com a finalidade de atender aos critérios burocráticos administrativos das instâncias hierárquicas às quais a profissão passa a ser incorporada.

> A prática dos profissionais teve que revestir-se de características – formais e processuais – capazes de possibilitar, de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra, a sua crescente intervenção com outros profissionais. Num plano geral, ela foi compelida a integrar o conjunto de procedimentos administrativos "modernos", particularmente, ela foi atravessada por uma requisição de organicidade e transparência de maneira a ser incorporada no sistema de práticas compreendido pela moldura organizacional. O efeito global dessas exigências engendrou precisamente um vetor de erosão do Serviço Social "tradicional" (Netto, 2007, p. 123).

Nessa direção e com base na produção de Netto (2007), elencaremos a seguir três direções profissionais construídas no interior do processo de renovação da profissão no Brasil, essenciais para compreensão do processo histórico que acompanha o desenvolvimento do Serviço Social brasileiro.

De cariz tecnocrático, a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social brasileiro se configurou como a vertente modernizadora, com uma preocupação fundamental em adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção, por meio do desenvolvimento de uma proposta de técnicas sociais a ser operacionalizada no interior das estratégias de desenvolvimento capitalista e das exigências postas pelos processos sociopolíticos emergentes no pós-64.

Conforme Netto (2007, p. 156), a vertente modernizadora foi a expressão da renovação profissional adequada à autocracia burguesa. Por isso, a perspectiva modernizadora manteve os compromissos advindos do Serviço Social Tradicional, sendo o núcleo central desta perspectiva a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador no processo de desenvolvimento (Netto, 2007, p. 154).

Esse projeto profissional apontava saídas técnicas para apaziguar os conflitos emergentes das diferentes forças sociais em disputa na sociedade. Por meio de modelos técnico-operativos sofisticados propunha buscar a eficiência e a eficácia no processo de intervenção do Serviço Social, porém seu suporte teórico-metodológico não afastou as concepções conservadoras recorrentes no Serviço Social Tradicional

embora as propostas profissionais se mostrassem afinadas às políticas de desenvolvimento do país.

Apesar do componente de continuidade com o passado profissional, o aspecto novo para a profissão foi sua profunda preocupação com a sistematização de questões teóricas e dos procedimentos profissionais adotados, isso porque intencionava validar as fontes teóricas em que vinha se apoiando em busca da modernização do trabalho profissional.

Tal perspectiva expressa-se no Documento de Araxá, material produzido durante o seminário realizado na cidade de Araxá, em 1967, organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS).

Um segundo encontro emblemático dessa perspectiva foi o seminário ocorrido na cidade de Teresópolis (1970), que traduziu a preocupação sobre o necessário estudo da metodologia do Serviço Social, dando maior destaque ao aspecto interventivo da profissão.

No entanto, a partir de meados da década de 1970 essa perspectiva já não atendia a uma parcela significativa de assistentes sociais, tanto as/os que se mostravam resistentes à modernização que decorria da influência do funcionalismo, como as/os que se filiavam a um pensamento mais crítico e estavam empenhados no retorno da democracia.

Com o declínio da primazia da perspectiva modernizadora, surgiram duas direções no processo de renovação do Serviço Social brasileiro: a vertente de reatualização do conservadorismo e a vertente de intenção de ruptura.

Considerada articulada à reputação conservadora, a perspectiva de reatualização do conservadorismo condensou na profissão os referenciais para que as/os assistentes sociais atendessem aos chamamentos do mercado de trabalho, que requeriam a intervenção profissional sobre o comportamento dos indivíduos. Segundo Netto (2007),

> [...] ao conceder um relevo destacado às dimensões da subjetividade, ela atende as requisições fortemente psicologistas que surgem em amplos estratos profissionais cujo o desempenho está travejado por um eticismo abstrato. Sabe-se que a retórica irracionalista da “humanização” (cristã tradicional ou de fundo existencialista) adquire saliência especial em contextos capitalistas de rápido desenvolvimento das forças produtivas: à crescente burocratização “massificadora” da vida social, ela opõe a valorização “profunda” da “personalidade”, das “realidades psíquicas”, das “situações

> existenciais” etc. Enfim, essa perspectiva – correlatamente ao anterior – se beneficia de todo um acúmulo ainda vigente de expectativas, historicamente respaldadas no desempenho tradicional dos assistentes sociais, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da ajuda psicossocial (Netto, 2007, p. 158).

A perspectiva de Reatualização do Conservadorismo tem como marco os seminários ocorridos nas cidades de Sumaré e Alto da Boa Vista, respectivamente em 1978 e 1984. Segundo Netto (2007), foi nessa vertente do processo de renovação do Serviço Social brasileiro que a profissão recebeu insumos teóricos da fenomenologia, apropriada de forma restrita e superficial pelas/os assistentes sociais.

Digno de ressalva é o fato de tal perspectiva se expressar em um momento sociopolítico em que a sociedade brasileira experimentava o processo de redemocratização social e em que no Serviço Social já haviam emergido ideias que expressavam a vertente de intenção de ruptura. O que explicita a certeza histórica de que o processo de renovação do Serviço Social brasileiro expressou um período a partir do qual passaram a conviver e disputar diferentes projetos profissionais.

Profundas alterações ocorriam no interior do Estado brasileiro no contexto da crise da ditadura burguesa e da transição democrática. A fase do aparente consenso profissional foi colocada em xeque, iniciando-se no interior da profissão a disputa por diferentes concepções de Serviço Social, com diferentes propostas de formação e de intervenção profissional.

Em fins da década de 1970 e início de 1980 borbulhavam no cenário nacional acontecimentos muito significativos, como: as greves operárias do ABC paulista; o protagonismo das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); as lutas pela anistia aos presos políticos; a reestruturação partidária que originou a criação do Partido dos Trabalhadores (PT); o processo que ficou conhecido como novo sindicalismo, responsável pela criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e a campanha pelas “Diretas já”, dentre outros.

A abertura política concedida pelos setores dominantes foi seguida por fortes pressões sociais, pelas reivindicações dos movimentos populares que cresciam e se fortaleciam, pois a sociedade civil brasileira se reorganizava politicamente.

Profissionais do Serviço Social (e nos referimos a uma vanguarda profissional ligada aos movimentos de esquerda) juntaram-se à luta das demais categorias, como a das/os professoras/es, metalúrgicas/os e tantas/os outras/os profissionais, na tarefa histórica de fortalecer o projeto de redemocratização social. Articularam-se também

às/aos demais assistentes sociais latino-americanos que protagonizavam o conhecido Movimento de Reconceituação.

Essas/es profissionais expressavam no interior do processo de renovação do Serviço Social brasileiro, conforme Netto (2007), a perspectiva de intenção de ruptura. Suas formulações surgiram já no início da década de 1970 com a produção da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte da Universidade Católica de Minas Gerais, especificamente entre 1972 e 1975, ainda que tenha permanecido pouco visível no interior da profissão até a década de 1980.

Segundo Netto (2007),

> [...] é somente quando a crise da autocracia burguesa se evidencia, com a reinserção da classe operária na cena política brasileira desatando uma nova dinâmica na resistência democrática, que a perspectiva da intenção de ruptura pode transcender a fronteira das discussões em pequenos círculos acadêmicos e polarizar atenções de segmentos profissionais ponderáveis. Seu insulamento deveu-se basicamente às construções políticas postas pelo ciclo autocrático; a ultrapassagem destas construções permitiu-lhe desbordar os limites que se viu confinada (Netto, 2007, p. 248-249).

O resultado da produção da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais ficou conhecido como “Método BH” e foi considerado por Netto (2007) a primeira formulação brasileira da vertente de intenção de ruptura no país, responsável por desenhar um projeto profissional para a formação e para intervenção do Serviço Social.

No Brasil, a perspectiva de intenção de ruptura trouxe conteúdo diferente das demais perspectivas, buscando no pensamento crítico seu paradigma de análise da realidade, rompendo com o tradicionalismo profissional no campo teórico e político e, sobretudo, colocando-se em confronto com a autocracia burguesa.

Já no ano de 1979, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), foi o evento da categoria profissional que marcou a consolidação da vertente de intenção de ruptura no Brasil.

O Congresso ocorreu nos dias 23 a 28 de setembro de 1979 e ficou conhecido como “Congresso da virada”, já que autoridades brasileiras foram destituídas da comissão de honra do evento, dando lugar às/aos trabalhadores que militavam nos movimentos sociais do país, com uma programação acompanhada pelos quase dois mil e quinhentos assistentes sociais presentes, que deram amplo apoio à ação

projetada como forma de publicizar mudanças quanto às perspectivas do projeto profissional no país.

É importante destacar que a “virada” não foi espontaneísta. Produto de sua época, sabemos que de 21 a 23 de setembro daquele ano, às vésperas do III Congresso, ocorreu o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais, em que foi tomada a decisão de realizar uma intervenção política, uma ação articulada e organizada das entidades sindicais no III Congresso. As entidades sindicais realizaram, paralelamente à programação oficial, uma Assembleia com cerca de 600 assistentes sociais participantes, em que discutiram o significado social da profissão naquela conjuntura, lançaram um manifesto (cujo conteúdo foi incorporado pelas/os assistentes sociais presentes) e os dirigentes sindicais passaram a assumir a direção dos trabalhos.

Como produto, os presentes decidiram: que os próximos congressos fossem organizados pelas entidades representativas da categoria (sindicatos e associações profissionais); que seria repudiada a limitada participação estudantil (2 por faculdade até então); que as despesas com atividades sociais do Congresso fossem canceladas e a receita destinada ao Fundo de Greve das/os trabalhadores brasileiros; que no IV CBAS fosse feita a discussão dos salários das/os assistentes sociais e das condições de trabalho; e que houvesse a participação de lideranças sindicais e populares em todas as mesas e painéis dos próximos eventos.

Portanto, entendemos que o desfecho do congresso de 1979 foi parte e expressão do processo de lutas no bojo das relações sociais entre a classe trabalhadora e os personagens do período autocrático. Lutas das quais tomaram partido um grupo de assistentes sociais, convencido do necessário posicionamento do Serviço Social ao lado da classe trabalhadora.

A partir do Congresso da Virada, os demais congressos passaram a discutir propriamente a profissão e seguiram reafirmando o compromisso de pensá-la articulada à realidade social, sustentando posicionamentos que correspondiam aos interesses daqueles que vivem da venda de sua força de trabalho.

Nesse período também cabe destacar a importância dos estudantes de Serviço Social no processo de construção das bases do projeto profissional, demonstrando a nítida veia de articulação política que se consolidava em meio acadêmico.

É o início da crescente explicitação da dimensão política e do significado social da profissão que será formulado ao longo dos anos 1980, tendo sua consolidação ao

longo dos anos 1990, o que se convencionou chamar de projeto ético-político profissional.

A partir de então, houve no Serviço Social brasileiro um nítido aprofundamento do processo organizativo das/os assistentes sociais, da adoção de referenciais teórico-metodológicos e ídeopolíticos vinculados ao pensamento social de base crítica e do amadurecimento intelectual e editorial da profissão, que repercute na consolidação acadêmica do Serviço Social.

Como expressão do aprimoramento intelectual da profissão, ocorreu a publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica* (1982), de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho, reflexão inaugural sobre o significado social do Serviço Social inscrito na divisão social e técnica do trabalho, articulando-a ao movimento de produção e reprodução das relações sociais no sistema socioeconômico capitalista brasileiro.

Essa publicação representa a competente recorrência do Serviço Social à fonte original da obra de Karl Marx e a apropriação do legado marxista ao campo teórico referencial do Serviço Social. A obra teve ampla penetração no meio profissional, tendo passado a ser bibliografia de recorrência em muitos cursos de formação acadêmica, ainda que apropriada em diferentes graus de compreensão e aprofundamento.

Dá-se também a consolidação editorial no Serviço Social, iniciada com a publicação ininterrupta da revista *Serviço Social e Sociedade,* que desde o fim da década de 1970 vem contribuindo com o processo de registro histórico, em tempo presente. A publicação da revista proporcionou também uma articulação com o trabalho latino-americano, abrindo caminho para um processo de identidade e contribuição nas discussões e referências teórico-metodológicas que se desenvolviam. Além disso, *Serviço Social e Sociedade* garantiu a publicação das teses e dissertações dos anos posteriores, abrindo uma importante possibilidade para os demais periódicos que viriam a se consolidar, principalmente os vinculados ao movimento de ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil. Nesse período ocorreu ampla publicação editorial em Serviço Social que vem servindo de aporte para outras áreas do conhecimento.

Durante os anos 1980 as entidades representativas das/os assistentes sociais passaram a ser dirigidas por assistentes sociais vinculadas/os à perspectiva de intenção de ruptura. A categoria aprovou o Código de Ética Profissional (1986) que

explicita o compromisso profissional com a classe trabalhadora e o projeto de formação do Serviço Social passou a ter um currículo mínimo sob influência das propostituras advindas da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS).

Nos anos 1990 a categoria profissional, em seus diferentes fóruns de decisão, demonstrou a prevalência da vontade profissional em manter seus compromissos com os interesses das/os trabalhadores, promovendo a revisão da legislação profissional (Lei de Regulamentação da Profissão n. 8662/93) e do Código de Ética (também em 1993) e dando sustentação jurídico-formal ao projeto ético-político.

No campo das preocupações com a formação profissional emanam da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) as Diretrizes Curriculares que recomendam a direção social e os conteúdos que devem compor nossa formação. A ABEPSS também passou a ser dirigida por forças teórico-metodológicas baseadas na crítica social e a proposta para a ação profissional firmada sobre valores relacionados à liberdade, autonomia e emancipação, constantes no Código de Ética da profissão.

> Um olhar retrospectivo para as duas últimas décadas [1980 e 1990] não deixa dúvidas que, ao longo desse período, o Serviço Social deu um salto de qualidade na sociedade. Essa adquiriu visibilidade pública por meio de novos Códigos de Ética do Assistente Social, das revisões da legislação profissional e das profundas alterações verificadas no ensino universitário da área. Mas houve, também, um adensamento do mercado editorial e da produção acadêmica. Parcela substancial do acervo bibliográfico e principais publicações do Serviço Social, hoje disponíveis, são resultantes das duas últimas décadas. [...] Assim sendo, tanto a formação profissional quanto o trabalho de serviço social, nos anos de 1980, se solidificam tornando possíveis, hoje, dar um salto qualitativo na análise sobre a profissão. A relação de debate atual com esse longo trajeto é uma relação de continuidade e de ruptura. É uma relação de continuidade, no sentido de manter as conquistas já obtidas, preservando-as; mas é, também, uma relação de ruptura, em função das alterações históricas de monta que se verificaram no presente, de necessidade de superação de impasses profissionais vividos e condensados em reclamos da categoria profissional (Iamamoto, 2007a, p. 51).

É necessário destacar, ainda, que as/os assistentes sociais filiados à vertente de intenção de ruptura participaram ativamente nesse período de lutas das quais decorreram importantes legislações sociais[147].

Mas apesar da vontade de romper com o tradicionalismo profissional e de contribuir para a instalação de uma nova ordem social, essa vertente profissional estava inserida em um quadro social mais amplo. Por isso, não pode ser compreendida como uma espécie de cartilha ou tomada como se pudesse se expressar de modo linear e em nível de totalidade entre a categoria profissional, mas deve ser apreendida e intencionada por se presentificar em diversas instâncias e dimensões com mediações possíveis ao longo do desenvolvimento do trabalho profissional.

A vertente de intenção de ruptura ultrapassou o século XX no Brasil saturada por novos desafios: enfrentou a reestruturação produtiva, a mercantilização da ciência e da tecnologia, as novas formas de organizar a produção e gerir as relações de trabalho, o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas, a retração do Estado nas suas responsabilidades e ações no campo social, a desregulamentação do mercado de trabalho e outros desdobramentos que marcam as principais transformações no mundo do trabalho e que acarretam novas configurações da questão social e demandam novas respostas da profissão.

Além disso, as determinações histórico-conjunturais do momento presente modificam o mercado de trabalho profissional, as demandas, as funções e requisitos desse trabalho especializado, exigindo dele novas respostas.

Com a guinada ao poder de expressões conservadoras significativas no início de século XXI no Brasil – e aqui fazemos menção a um conjunto de parlamentares que acessaram o Poder Legislativo e Executivo em território nacional e não apenas à figura de Jair Bolsonaro, apesar do peso que sua gestão representou para a história do país – se amplia ainda mais a responsabilidade da categoria profissional, assim como de nossos órgãos representativos e coletivos organizados. O avanço da extrema direita e do conservadorismo sobre a base de sustentação de agudização neoliberal exige que a categoria se coloque a serviço de uma consequente formação de consciência de classe calcada na compreensão das condições de vida e trabalho do povo brasileiro, assim como exige a compreensão política de que a demanda

[147] Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dentre outros.

profissional que não deve ser subsumida às demais tarefas burocratizadas características desse período de requisições próprias de uma racionalidade neoliberal dirigidas à profissão.

O reconhecimento de que existem condições peculiares para o trabalho social em habitação dialoga ao mesmo tempo com aspectos gerais que afetam a maior parte das/os profissionais em diversas áreas e campos das políticas públicas. Muitas/os têm sentido os reflexos do encurtamento do tempo para atendimento qualificado à população e a ampliação de requisições conservadoras[148] que induzem à redução dos processos de trabalho por serem cada vez mais pressionadas/os à entrega de resultados mais quantitativos, abarcados principalmente pela via da mensuração.

Como destaca Antunes (2023, p. 10):

> Dentro dessa ampla gama de atividades realizadas pelas/os trabalhadoras/es sociais, em uma quadra histórica tão difícil e complexa como a que estamos vivendo, seria impossível não presenciar as nefastas manifestações que afetam o seu modus operandi, isto é, os "sentidos do seu trabalho", uma vez que as políticas públicas e sociais vêm sendo profundamente maculadas e, com elas, também a atividade do trabalho social.

Assim, o Serviço Social na particularidade do trabalho social em habitação precisa ser pensado dentro do próprio marco da profissão. A seguir, buscamos compreender como tais aspectos interpelam as/os profissionais e desafiam seu trabalho cotidiano.

3.3. Desafios contemporâneos para o trabalho social das/os assistentes sociais: alguns aspectos importantes para o seu desenvolvimento

São altamente complexos os desdobramentos que recaem sobre o desenvolvimento cotidiano do trabalho profissional, seja pelas delicadas condições de colocação profissional com vínculos precários e temporários, seja pela demanda crescente e o baixo número de profissionais disponíveis em comparação ao volume

[148] Sobre a temática de requisições conservadoras indicamos consulta ao artigo "Remoções de moradias e trabalho da/o assistente social: atualização de antigas requisições", da Dra. Núria Pardillos Vieira, constante na já citada obra *A nova morfologia do trabalho no Serviço Social* (2018), organizada pelas pesquisadoras Dra. Raquel Raichelis, Dra. Damares Vicente e Dra. Valéria Albuquerque. A obra condensa outros artigos que buscam dar relevância à chamada nova morfologia do trabalho profissional sob a ótica do contexto de crise estrutural do capitalismo e suas nefastas consequências.

de atendimentos necessários, nos mais diversos espaços socio-ocupacionais e nas várias áreas das políticas sociais.

Na contextualização desses desafios contemporâneos e dilemas cotidianos, podemos inicialmente destacar o aspecto da descontinuidade das ações profissionais, como um forte traço que vem marcando os processos de intervenção aos quais as/os profissionais são demandadas/os. Precarizações em todas as esferas da vida e diversas consequências negativas à importante construção e consolidação de vínculos com a população usuária dos serviços são apenas alguns exemplos dos quais trataremos adiante.

Essas transformações desafiam a perspectiva profissional em descobrir como tornar possível a atualização e a adequação do projeto ético-político sem abrir mão dos seus compromissos.

Nesse caminho, buscamos capturar por meio das entrevistadas o reconhecimento de demandas atualizadas à profissão, na particularidade do trabalho social em habitação, considerando o universo possível de respostas que têm sido construídas, dado esse conjunto de complexidades presentes na realidade social e que interpelam a/o profissional a dialogar com as diferentes interfaces apresentadas em totalidade em seu exercício profissional.

Questionadas sobre o universo mais preponderante de demandas recebidas pelas profissionais, os relatos revelam que são inúmeras as requisições atualizadas à profissão, sobretudo as relacionadas às lacunas da política pública de responsabilidade da gestão municipal.

> Tudo que os outros departamentos não conseguem responder, chega pra gente. Problema construtivo, problema com pagamento, muitos problemas com essas administradoras que não tem a menor experiência com trabalho com a nossa população, que é de moradia de interesse social, que tem um outro tipo de recurso. Esse processo das escolhas das unidades, essa demanda que a gente atende da COHAB, como é por sorteio, tem um cruzamento de critérios. Então a gente tem empreendimento que não foi feito para isso, mas que tem sessenta, setenta por cento de pessoas com deficiência. Então, autista, pessoas com deficiência que vão estar no sétimo, oitavo andar. Então tudo o que não consegue resolver. O que a gente atende do nosso trabalho mesmo é uma parte muito pequena, muito reduzida. Então tudo que não consegue definir, que fica de lacuna, da própria política pública vem. Não tem muito jeito. E aí, o pouco que vem, que é do trabalho social mesmo, acompanhamento de família que são situações mais complexas, a gente precisa fazer com interface com os outros serviços. Aí, o que é nosso a gente consegue encaminhar muito

> pouco porque depende de recurso, depende das outras políticas. Então, caso de violência, caso de violência contra mulher, caso de violência contra idoso, serviços, porque daí às vezes a família vem de outra região. Porquê da escolha da COHAB também tem isso, porque não tem entrevista, eles não conhecem essa família. Então, a família, quando ela faz o cadastro, ela pode dizer se ela quer na região dela ou se ela escolhe em outra região. Então às vezes a gente atende famílias do centro, da norte, da sul, do extremo sul. Então imagina uma família com deficiência que perde completamente a sua rede. Isso não deveria, inclusive, os critérios do Minha Casa Minha Vida são outros, mas isso acontece em São Paulo e é muito complicado porque a família, ela quer acesso à moradia, mas depois que ela muda é que ela vai ver o "B.O." E ela não quer ficar. Vira um problema. Aí lá ela tinha uma rede de assistência, aqui ela não tem, até ela conseguir encontrar os insumos. É muito complicado, então várias voltam para a mesma situação irregular (A.S. 4 - Prefeitura).

Em seu depoimento a profissional destaca as dificuldades decorrentes do modo como a intersetorialidade se expressa de fato nos territórios vivos da cidade, assim como suas consequências para o suporte necessário à permanência das famílias na moradia conquistada, aspectos também atravessados pela construção ou ausência de redes e vínculos das famílias no novo território.

Esse aspecto ressalta o nível exacerbado de fragmentação assumido pelas políticas sociais (e consequentemente pela intervenção das/os profissionais), revelando a ausência quanto à perspectiva e direção do trabalho social desenvolvido enquanto um processo integrado.

No relato a seguir, a profissional com vínculo efetivo destaca uma mudança significativa das demandas do trabalho social na SEHAB em São Paulo, registrando a existência da disputa de outros campos profissionais pelos espaços historicamente conquistados pelo Serviço Social, inclusive aqueles ligados às decisões estratégicas e espaços de tomada de decisão quanto a projetos e programas vinculados às políticas setoriais.

> Nós não temos mais plantão de atendimento social, então a gente tinha um espaço, que foi um outro espaço que a pandemia tirou e que depois não se resgatou mais, que era o atendimento à população nesses plantões. Então a gente tinha cada dia da semana, uma regional fazia o atendimento, na regularização fundiária também tinha esse espaço. Tem uma questão também que eu não coloquei, que eu acho que é bem interessante, dentro da estrutura da secretaria a equipe social, a diretoria de trabalho social, ela foi extinta, da regularização fundiária. Então hoje a gente tem três assistentes sociais na regularização fundiária, mas que trabalham muito mais em um perfil de assessoramento à coordenação geral, não é a

> coordenação social. Não existe coordenação social, mas a coordenação da regularização, porque não existe mais departamento de trabalho social. Então, logo não temos um trabalho social na regularização. Não temos plantão de atendimento. A gente não atende a população, as demandas elas chegam muito via gabinete de Sehab. Então voltam a ser essas demandas muito vinculadas a questões políticas. Então na regularização não temos e nas regionais a gente tem ainda um atendimento, porque ainda tem né, intervenções nos territórios que as equipes sociais acompanham, nos territórios ainda existem plantões de atendimento, mas pela secretaria não existe mais (A.S. 6 - Prefeitura)[149].

Há, de fato, objetivamente uma substituição dos vínculos profissionais. Se antes havia o estabelecimento de vínculos com as/os sujeitas/os, com as famílias, com as/os moradoras/es dos territórios, atualmente esse vínculo para as/os profissionais tornou-se quase exclusivamente institucional. A necessidade de criar respostas em nível institucional leva as/os profissionais ao abandono da perspectiva de construir estratégias de trabalho que estejam mais de acordo com os interesses da população e definidos a partir de uma escuta ativa dos territórios.

Pelo depoimento fica evidenciada a retirada pela gestão municipal do trabalho de assistentes sociais do território, do trabalho direto com a população e sua subsunção a um tipo de apoio ou assessoria ao trabalho da coordenação, fatores que respondem ao "enxugamento neoliberal". Portanto, esse afastamento das/os profissionais dos territórios, como aspecto de fragmentação, bem como a ênfase endógena institucional passam a ser as marcas do distanciamento dos territórios e sujeitas/os da política.

Outros relatos apontam a mesma direção:

> [...] a formação de Serviço Social ela é muito rica, a gente percebe quando os profissionais chegam hoje, né? Eles vêm com uma deficiência muito grande, porque houve uma transformação no ensino, né? Mas eu me sinto muito privilegiada, porque eu fiz, por exemplo, eu tive uma oportunidade de estudar numa universidade federal, então assim a minha formação ela foi muito rica. Eu costumo dizer que assim a gente transitou pelas diversas disciplinas né? Desde o direito, desde a economia, administração, então assim, a gama de informações que nós tivemos acesso naquela formação ali e até mesmo desenvolvimento de projetos sabe, foi muito rico. Então assim eu sou

[149] Vale a ressalva de que não nos aprofundamos durante a entrevista quanto aos marcos temporais das alterações de estrutura da SEHAB, tendo em vista uma imprecisão acerca do período referido pela profissional, mas consideramos que o preponderante no depoimento se refere de modo exemplar ao desenho institucional a que as/os profissionais estão submetidas/os, reportando determinantes significativos ao trabalho social, isto é, determinantes da política que não se descolam do trabalho social.

muito grata a essa minha formação que eu acho que foi muito completa. Mas isso não é um reflexo da formação atual, a gente sabe que a questão capitalista ela avançou em tudo, inclusive na educação, e é isso que eu te falei, vai muito também do interesse profissional de avançar ou não, então é tanto que tem essa visão equivocada de dizer que qualquer um pode fazer trabalho social. “Ah, o que que você faz? Ah, você só vai lá, escuta o morador anota o que ele quer e pronto. Aí você faz isso, eu também posso fazer, não precisa ter uma formação”. Então existe esse pensamento, que às vezes o profissional que também é trabalhador, assiste aula *on-line*, mal tem tempo para ler os materiais que são exigidos, que são cobrados. E aí tem sim isso aí: “Ah é muito fácil fazer Serviço Social, você só tem que assistir umas aulinhas, ler, faz uns ‘seminariozinhos’ e pronto, ficou fácil, entendeu?” Para cada um dizer: “Ah, eu sou a assistente social”, mas a gente percebe na prática uma dificuldade, olha essa oportunidade que eu tô tendo de trabalhar internamente em planejamento com produtos, às vezes é de chorar quando você pega os relatórios entendeu? Você vai pegar o relato que foi feito do atendimento, às vezes você não consegue entender o que foi que ficou registrado que aquele morador queria, entendeu? Só tô te dando um exemplo do quanto que a deficiência na formação, ela é real. E aí o currículo ele não tá estruturado ao ponto de você ter… então é isso que você falou, então às vezes você só vai ter contato com a política, se você tiver oportunidade de trabalhar nessa que foi, foi assim que aconteceu comigo, mas eu tinha uma outra bagagem, eu tinha uma bagagem eu tinha uma boa formação que me deu condição de me apropriar da demanda sabe, então assim, não é falsa modéstia, mas assim [risos] é para dizer que faz diferença a tua formação sabe? Então assim isso é muito complicado, quando você vem com a questão ético-política, então assim, com essa formação meio – não posso dizer assim, afirmar que é deficiente, seria muita pretensão da minha parte – mas pegando o exemplo de como essas pessoas chegam até a questão ético-política acho que vem comprometida sabe, a gente vê às vezes, a gente chega, a gente pensa assim, chega um estagiário com aquela mentalidade nova, mas você tá vendo que as pessoas estão chegando com muitos vícios, muito conservadorismo, então assim é difícil, às vezes até você conseguir sabe? Porque se você tenta trazer uma coisa as pessoas já olham pra você, você é de esquerda, sabe? Chega muito assim carregado sabe, então é muito complicado isso, então eu até acho que essa questão ético-política também, ela vem comprometida, sabe? Com essa formação que eu acho que foi se perdendo ao longo desses anos, mas assim, já a questão das metodologias de trabalho que o assistente social ele aciona é independente das políticas, então tem algumas atribuições que são privativas, mesmo você transitando no trabalho social com diversos profissionais, né de outras categorias profissionais ainda existem também no trabalho social da habitação algumas especificidades do assistente social. Então os projetos exigem que tenha um assistente social por conta dessas demandas, dos encaminhamentos que você precisa dar, então os relatórios sociais, os estudos de casos, os atendimentos de plantão são feitos por assistentes sociais. Às vezes nas visitas, vistorias você tem a presença de outros profissionais, o arquiteto, os técnicos sociais, sociólogos, você vai fazer um projeto aí você vai conhecer aquele território, as visitas elas são realizadas por outros profissionais, mas as visitas domiciliares para

> encaminhamento, análise daquelas situações, né de mudança de titularidade ou falecimento ou definição de demanda, requisições que são feitas do poder judiciário, chega muitas requisições, então tem ainda as particularidades. E aí o profissional precisa estar preparado, né? Tecnicamente, teoricamente, minimamente das diretrizes da profissão (A.S. 3 - Gerenciadora).

A profissional destaca desafios importantes que perpassam a distinção e importância da formação profissional e dos efeitos da formação aligeirada e à distância na consolidação das competências teórico-metodológicas e ético-políticas do Serviço Social, que se contraponham ao aumento de requisições burocratizantes e meramente instrumentais à profissão, discutindo como tais aspectos incidem fortemente na construção e resposta aos instrumentos de trabalho profissional baseados em uma direção social e política condizente com o seu projeto ético-político.

> [...] metodologicamente é muito complicado a gente avançar, em metodologias que sejam inovadoras de trabalho social, é muito difícil na sua atuação profissional lá no dia a dia você avançar sabe, metodologicamente em ações que não sejam aquele manualzinho que já tá posto lá, elencada. Aquele monte de atividade que você faz. Você fugir daquilo é um desafio. É um desafio muito grande avançar, primeiro você vê a questão do tempo, que você às vezes não tem disponibilidade. Recursos que você não tem porque, minimamente, a execução está condicionada a recursos, você vai fazer uma reunião e você não oferece minimamente um lanche, por exemplo, para aquela população numa reunião seguinte as pessoas já não vem mais, entendeu? Não se sentem acolhidas. Eu já tô misturando aí tudo para dizer que tudo está relacionado, mas assim como nas outras políticas na política de habitação também existe os instrumentais técnico-operativos e são muitos. Às vezes você fica muito até muito fechadinho naqueles quadradinhos lá, nos modelos de relatório que você tem que fazer, tem que prestar conta de atendimento. Você tem que avaliar atividade, tem lista de presença que você tem que preencher que é obrigatório, aí você tem descrição que você tem que fazer, você tem que fazer registro fotográfico respeitando-se toda a legislação… porque agora para apresentar as fotos você tem que, se não tiver autorização, você tem que borrar a imagem, né? Então algumas exigências por conta da nova legislação aí de proteção de dados e de imagem também, então existem vários mecanismos que você precisa seguir (A.S. 3 - Gerenciadora).

Quanto à ausência/ baixo nível/ ou equivocadas formas de distribuição de recursos para a realização do trabalho social citada pela profissional vinculada à empresa gerenciadora, a profissional efetiva, vinculada ao poder público municipal, também faz coro:

> [...] eu preciso fazer uma visita, que a gente recebeu uma família que é de outro município. Também não sei como foi feito porque a COHAB não faz. E aí tem o caso nesse outro município que eu preciso conversar com o Conselho Tutelar, mas nem o carro da prefeitura nem o carro da terceirizada pode ir até lá. Então, se eu for eu preciso ir de transporte público. E aí, só que também se acontece alguma coisa comigo fora do município, eu também não vou ser coberta, porque, não, você vai trabalhar fora do município de São Paulo? (A.S. 4 - Prefeitura).

Os depoimentos nos levam a considerar o quanto as/os profissionais não apenas são desestimuladas/os à realização de um trabalho mais próximo às famílias e aos territórios, tanto porque não recebem condições mínimas, como porque são capturadas, tornando mais uma vez o caminho das atividades burocratizadas, não apenas mais facilitado, mas talvez aquele que mais justifique sua condição de permanência nos espaços institucionais.

A restrita aproximação com a população e com as realidades dos territórios podem ser entendidas em parte por uma escolha intencional das/os profissionais, que de forma singular possuem autonomia relativa na decisão sobre seus instrumentos e metodologias de atuação e atendimento às/aos sujeitas/os, seus espaços de atendimento e orientação. Porém, e não menos importante, a precarização dos espaços socio-ocupacionais por vezes impossibilita o desenvolvimento e o aprofundamento de algumas metodologias de atuação, considerando em alguns casos as péssimas condições de trabalho e a ausência de recursos e/ou instrumentos que viabilizem a execução das ações profissionais[150].

Nesse sentido, todo o arcabouço técnico-operativo, mas também o teórico-metodológico e principalmente o ético-político são comprometidos.

> [...] acho que são preceitos necessários, né, conceitos necessários, para que a gente consiga ter uma atuação no nosso trabalho, eu acho que dentro da especificidade da habitação a gente se utiliza sim de ferramentas e de conceitos que dão possibilidades, né, de a gente construir o nosso trabalho e atuar dentro dos territórios, mas é uma necessidade assim cotidiana, né, de a gente rever esses conceitos, de a gente se reciclar porque, às vezes, as tensões diárias do trabalho e mesmo questões que nos são impostas pelo sistema dentro da política, acabam fazendo com que a gente esqueça um pouco, né? Se a gente não tá constantemente se reciclando, constantemente, como

[150] Nos referimos, por exemplo, à estratégia de visitas domiciliares, muitas vezes não realizadas em razão da ausência de recursos financeiros e/ou veículos ou devido ao número insuficiente de profissionais disponíveis nas equipes para o deslocamento e execução das demais atividades previstas para o trabalho social.

> eu coloquei, como a gente perdeu muitos espaços de discussão, como a gente perdeu muitos espaços de criação, se de uma certa forma a gente não tenta se reciclar, a gente vai perdendo cada vez mais essas concepções básicas do nosso trabalho. Então hoje a gente tem pouquíssimos, pouquíssimos espaços de discussões no trabalho [...] a gente tem discutido muito pouco, mas eu sinto muito a necessidade de a gente tá discutindo, tá se reciclando, tá constantemente buscando informações e conhecimentos teóricos para que não se perca o básico, né, que a gente precisa para conseguir fazer um trabalho mais de qualidade mesmo, né? (A.S. 6 - Prefeitura).

O depoimento da profissional demonstra o quanto a amplitude de competências e conhecimentos específicos da área de Serviço Social estão subsumidos no espaço de atuação profissional na SEHAB de São Paulo. Tais recursos não encontram espaço em razão de uma fragmentação das ações profissionais e mesmo em razão da própria burocratização das ações cotidianas, colocadas como principal demanda para as/os profissionais nesse espaço socio-ocupacional.

Há uma ausência de espaços para o encontro das/os trabalhadoras/es, espaços para a reflexão e discussão das particularidades que afetam todas as dimensões da vida profissional. Por isso os espaços de articulação coletiva são tão essenciais, como apontaremos adiante.

No relato a seguir a profissional destaca as dificuldades de implantação de Grupos de Trabalho (GTs) temáticos no interior do espaço institucional, nesse caso a partir da experiência da SEHAB de São Paulo, mas que em muito poderia se particularizar como dificuldade similar a muitos outros espaços socio-ocupacionais.

> [...] tem um esvaziamento muito grande, no caso de São Paulo, porque mesmo os GTs que a gente criou para poder discutir o trabalho, participação ou os instrumentais que a gente utiliza. Porque a cidade de São Paulo, mesmo na política, discutindo, por exemplo, que você precisa ter, o quesito cor não está, então a gente não sabe quem a gente atende. Tá lá no cadastro de Cohab, mas no nosso não está. Que é uma dimensão importante pensando qual é a demanda que a gente atende, mas tem um empobrecimento. O técnico-operativo, a informação que eu preciso levar, quem vai dizer é o programa, não o trabalho social. Então tem uma tentativa de a gente pensar o trabalho, o que que a gente precisa mudar, ou daquilo que serve, o que não serve, mas a gente fica sempre pautado pelo produto e pelo desenho que tá definido em cada um dos programas. Então no Auxílio Aluguel é um, no Minha Casa Minha Vida é outro, quando vai fazer uma remoção é outra, então eles são muito diferentes. E aí quem diz não é a gente, a gente não consegue... A gente fez GT de participação, o GT de instrumental, eles pararam no meio, porque você não consegue, o GT do auxílio aluguel, esse foi um pouco mais para frente, caminhou, conseguiu fazer o manual para estabelecer o que que você precisa

> fazer em cada uma das situações, qual é o instrumental que você precisa, porque também, a cidade de São Paulo, como ela é muito grande, é por região, então a gente não discute com as outras regiões. Então, a centro tem particularidades muito diferentes, tem programa que tem no centro, como a locação social, que não tem em nenhuma outra região. E a gente não consegue conversar sobre isso, no máximo na semana do Serviço Social, que aí fala: "olha, a gente precisa conversar, a gente precisa aprofundar", e daí nunca mais. Aí no próximo ano, na semana do assistente social, para dizer que tem uma semana do assistente social, faz. Então, mesmo dentro da mesma secretaria, eles são muito diferentes. Então vai sempre pautado por aquilo que aquele programa precisa, não sobre aquilo que de fato vai conseguir tirar uma fotografia ou vai servir de base para alguma intervenção depois, então é só com o programa mesmo, só com aquilo que o programa diz. No máximo a gente consegue, dessa minha relação com a cultura, de tentar trazer mais essa discussão pro pós-ocupação, então ir nas casas de Cultura ou oficineiros que tenham já passado por algum programa público, que são jovens, que tem uma interlocução com o território, que são do território. Mas muito pouco, muito pouco. Porque essas técnicas ainda que são da terceirizada que estão no programa, elas desenvolvem outras atividades, né? Elas são medidas por cada um, mas elas acabam indo cobrir férias de outra pessoa, acabam indo num cadastro, acaba distribuindo cesta (A.S. 4 - Prefeitura).

Ao final do depoimento a profissional observa o quanto as discussões profissionais estão muito mais voltadas aos desenhos e necessidades de adequação aos diferentes projetos e programas da política, do que propriamente a aspectos relevantes para a realidade dos territórios. Nessa direção, Santana chama nossa atenção para o volume de respostas técnicas a que o trabalho social é convocado:

> [...] um outro ponto diz respeito também ao aumento do controle do trabalho social pelos manuais de operacionalização, que não é novo né, mas é lógico que com o avanço do neoliberalismo isso vai sendo mais controlado né, você vai vendo as normativas é uma quantidade de exigências para o profissional responder, quer dizer que não é só na lógica da política urbana, isso faz parte da lógica da política, que é a lógica neoliberal do controle, do diagnóstico né, uma quantidade de perguntas que o profissional tem que responder sobre a classe trabalhadora, é um passo a passo, é um diagnóstico. E o profissional responde como? O profissional responde tecnicamente. Acho que essa é que é um pouco a diferença do que se fazia antes né. Primeiro que tem mais perguntas, tem mais moradores, têm menos profissionais nas equipes né... então responde tecnicamente, não tem aquela escuta do sujeito, aquela participação, que você podia fazer uma roda de reunião, e estimular a participação né? (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

3.3.1. A burocratização do trabalho profissional como interface acentuada no trabalho profissional na primeira quadra do século XXI

É importante considerar que não estamos realizando uma crítica à necessária esfera de produção dos registros profissionais em sua dimensão documental. Reconhecemos que a documentação profissional preserva a potencialidade de contar historicamente os processos sociais, histórias de vida com seus múltiplos aspectos cotidianos das relações sociais, assim como dados relevantes que desvelam mecanismos pelos quais a sociedade capitalista mantém em grau tão elevado as condições de desigualdade social. Nesse sentido, nos referimos, por exemplo, ao universo de informações que acumulamos sobre a ausência de acessos qualificados da população a diversos equipamentos, políticas setoriais e múltiplas formas de violência operadas pelo próprio Estado.

Consideramos que se aglutinadas, sistematizadas e utilizadas de forma adequada e intencional, esse conjunto de informações poderia subsidiar dados significativos para municiar as/os que protagonizam espaços voltados à organização coletiva e à busca por justiça social, potencializando lutas e disputas de projetos no interior da sociedade, seja via espaços institucionalizados (como o Ministério Público e outros órgãos correlatos) seja via organizações sociais, coletivos e outras esferas de aglutinação popular no âmbito da sociedade civil.

É importante considerar que o tempo investido nessas atividades – também pressionado pelos espaços socio-ocupacionais frente a demanda sempre crescente e o número escasso de profissionais – é essencial para o desenvolvimento e aprimoramento das atividades vinculadas ao próprio espaço de trabalho e à política setorial ao qual se destina, favorecendo que o uso dos registros profissionais possa capturar o “trabalho do tempo”[151] na dança cotidiana da vida social.

Mas no que tange à tendência de burocratização na esfera dos registros profissionais podemos lembrar que o trabalho documental da/o assistente social pode também expressar uma dimensão exclusivamente gerencial de dados, restritiva e de reprodução automatizada, revelando a ausência de consolidação de dados mais coletivizados que potencializem alterações nos desenhos das políticas, sem cumprir

[151] Devemos a expressão “trabalho do tempo” às possíveis e potentes interpretações da obra da antropóloga indiana Veena Das, que destaca a dimensão temporal nas relações sociais como um elemento essencial para os meios e modos de vida da população.

com a finalidade intencional de fomentar a ampliação de acesso e utilização qualificada dos serviços com os quais faz interlocução.

No próximo relato podemos verificar o quanto, na visão da profissional, há uma dimensão dos registros documentais que exacerba no âmbito da mensuração, mas economiza no quesito vida concreta na cidade real, impondo a discussão dos aspectos correlatos que o trabalho social tem a manifestar:

> [as profissionais] elas estão envolvidas em uma série de medições que toma, sei lá, uma parte significativa do trabalho. Então, essa parte mais subjetiva, ela fica muito… porque fica preocupado como vai colocar isso na medição, como vai mensurar, porque senão ele vai desaparecer e não é nem fazer… Isso quando eu vou ler os relatórios, cotidianamente eu falo isso, que várias dimensões do que a gente tá vivendo na área, eles não aparecem no relatório porque a preocupação é quanto eu vou medir, quantos atendimentos, quantos telefonemas, quantas visitas, quantas reuniões, essas assembleias tinham quantas pessoas? Não o que foi debatido, não as contradições que estão postas aí que a gente precisa responder, isso não. O que tá é a medida, é o gráfico com a medida. Então a gente acaba perdendo essa coisa da memória, do registro, da avaliação, ela não existe. Eu consigo resgatar os números, mas aquilo que… tem que ser um técnico assim muito, muito, muito comprometido para dar essa dimensão no relatório, na construção do relatório (A.S. 4 - Prefeitura).

A profissional também destaca a rigidez institucional para que até as atividades previstas sejam executadas em sua integralidade, novamente demonstrando o quanto a questão dos recursos financeiros e materiais disponíveis pode impactar as dinâmicas de trabalho:

> [...] a Caixa… mesmo para a Secretaria, ela fez um edital para contratação das empresas, né, da COBRAPE e da Diagonal que é absolutamente enrijecido. Então, por exemplo, para fazer uma reunião com as mulheres, que sei lá, a gente podia fazer um chá com as mulheres para poder discutir saúde integral da mulher ou essa medicina ancestral, para você chegar na questão, porque a gente não vai chamar uma reunião para falar de violência, porque não vai ninguém, né? [...] E aí, a gente não tem recurso para comprar um bolo, então nas poucas atividades que tem, quem tem que comprar são os técnicos porque é absolutamente enrijecido. É super enrijecido porque precisa criar parâmetro, mas aí só fica depois a obrigatoriedade. Deixa de ser um parâmetro, um norte, para virar obrigação, então isso acontece na relação com a própria secretaria por conta do edital (A.S. 4 - Prefeitura).

É preciso frisar que existe um nível de burocratização que se propõe a deslocar a responsabilidade do Estado para a esfera individual de atribuição das/os profissionais, responsabilizando o corpo técnico por atribuições que não lhes são pertinentes e que sequer são entendidas ou garantidas enquanto diretriz da gestão pública. Inclusive o aspecto primordial da intersetorialidade, como destaca na sequência:

> Tem isso da burocratização no município, tem a burocratização da Caixa, no caso Minha Casa Minha Vida, e uma burocratização da participação. Nas áreas que a gente precisa… então, por exemplo, na Caixa, eles cobram porque a gente não fez o GGI[152], mas a gente se quer conversa internamente na secretaria. Como é que vai ter um GGI? E como se fosse a responsabilidade do técnico fazer, reunir. Impossível (A.S. 4 - Prefeitura).

No depoimento a seguir fica nítida a inversão de uma lógica segundo a qual a questão da burocratização e a ideia dos produtos sob perspectiva da prestação de contas tornam-se o grande objetivo do poder público. Com isso, toda a demanda da população é invisibilizada em detrimento da supervalorização dos produtos de medição do trabalho social. A profissional destaca, ainda, aspectos relacionados ao assédio moral e a questões éticas vinculadas à intervenção cotidiana.

> Agora eu tô em outro setor da Secretaria de Habitação, [...] que também tá trabalhando com empresas terceirizadas, e a nossa atuação hoje se limitou a essa parte de validação dos produtos que são entregues por essas gerenciadoras. A gente teve agora um novo modelo de licitação em Sehab, que foi por produtos. Então são produtos fechados, né? Que engessa muito também o trabalho, inclusive das empresas contratadas, porque elas têm uma gama de produtos que elas têm que dar conta, independente do perfil ou da especificidade de um núcleo que elas estão atuando, independente disso, são aqueles produtos que elas têm que entregar. E isso gerou um número gigantesco de produtos, porque a medição do trabalho ela vai acontecer de acordo com esses produtos entregues, então cada ação gera um produto. Então a gente tem hoje um número grande de produtos, que a gente precisa validar diariamente, para que a empresa consiga medir o seu trabalho, então a gente ficou, basicamente, nessa medição de produtos, nessa validação de produtos [...] E aí nessa troca de gestão, eu virei meio que inimiga política da gestão atual, sendo que eu não tinha relação política nenhuma, né? Então assim, hoje tá muito voltado também assim, quem exerce algum cargo de chefia, tem que ter esse vínculo político, né? Então eu fui indicada para assumir esse cargo por uma competência, por uma avaliação técnica, né? E infelizmente, isso acabou tendo uma conotação de vinculação

[152] Gabinete de Gestão Integrada.

> política e aí quando teve essa troca de gestão, eu fui encaminhada para uma regional numa visão meio que de castigo, né, de que eu ia voltar para a equipe técnica, porque eu era oposição política. E aí fui, fiquei seis meses sem poder assinar nada, sem poder acessar processos, e nem acesso a essa parte burocrática me foi dada, né? E aí quando eu pedi então essa troca para outro setor, que aí eu fui para regularização fundiária aí me afundei totalmente só nessa parte burocrática, então a gente não vai mais para as áreas, para os núcleos, fica mesmo só interno fazendo só esse serviço burocrático (A.S. 6 - Prefeitura).

Na particularidade do trabalho social em habitação, o traço acentuado da burocratização do trabalho profissional que leva o/a trabalhador/ra a se ocupar mais com os produtos do que com as pessoas contribui para reafirmar que as/os profissionais nessas condições têm sofrido constantemente uma forte pressão a fim de atender à perspectiva da mercadorização da vida humana, com respostas alinhadas ao projeto neoliberal. À medida que seu arsenal de conhecimentos técnicos especializados (progressivamente mais atacados pelo projeto de precarização da formação profissional) sofre um profundo esvaziamento, o/a trabalhador/a vê sua atuação e funções profissionais sendo minimizadas e/ou cada vez mais substituídas por um conjunto de respostas padronizadas e procedimentos protocolares, que em nada coadunam novas formas de sociabilidade orientadas pelos princípios da justiça social.

Já a profissional vinculada à assessoria técnica destaca que o movimento social tem ainda mais dificuldades ligadas aos aspectos burocráticos do trabalho social, tendo em vista que historicamente já estão contidas análises e percepções institucionalizadas que caminham paralelamente à criminalização sofrida por seus integrantes.

> Muito complicada na verdade, porque eu acho que é interessante ter algumas diretrizes, que inclusive foi construída também com os profissionais de Serviço Social, né? Diretrizes do trabalho, o que a gente defende enquanto trabalho social. Alguns programas acho que tem que ter um mínimo assim, acho que é um avanço, inclusive pra gente ter isso regulamentado e tudo mais, mas quando você fecha demais (que é um pouco o que acontece em alguns programas, como o “Pode Entrar” por exemplo) e a interpretação, porque não é só a burocracia. Tem a questão da burocracia do próprio técnico, né? Do próprio profissional que vai avaliar aquele trabalho que você fez. O que eu já acho também muito estranho, porque como é que você vai avaliar algo que você não participa, que você não tá junto, que você não tá no cotidiano pra conhecer? Então quer dizer, uma pessoa que nem na

> área vai, não conhece aquele grupo, ela quer dizer para você como é que você tem que fazer isso, é claro que isso impacta diretamente, né? Às vezes você vai numa reunião lá e eles falam: “Vocês não fizeram tal coisa!” Mas essa tal coisa não se encaixa no que as pessoas querem. “Ah, mas eles não têm que querer!” Quando alguém fala que não tem que querer aí você percebe assim: é para além da burocracia escrita. É uma burocracia mental. Então a galera da burocracia mental consegue ser ainda pior do que o que tá escrito, na minha opinião, porque eles vão às vezes colocar valores morais deles, em cima de um trabalho que a gente está fazendo, e de grupos que eles não conhecem. Então acho que a questão da burocratização para mim, do que exige, pensando nessa coisa do que exige, ela tem uma intencionalidade de atender a determinadas categorias, mas ela tem um poder forte, porque pessoas da classe trabalhadora defendem essa forma de trabalho. Então eu penso que é um dos maiores pontos dificultadores pra nós. É claro que a gente é teimoso, somos movimento, e como movimento a gente pode fazer né? Eles falam: “Nós vamos lá e fazemos!” Mas por um outro lado o recurso que é previsto, ele é muito restrito àquilo que tá ali, né? Então acaba que - claro, já avançou muito no sentido de conseguir mais recursos para o trabalho social - mas aí eu vou entrar nos tempos de novo, não atende os tempos que são propostos, né? Mesmo a questão do recurso do pré-obra, o pré-obra do [nome do projeto] é 7 anos, então quando veio falar de três meses eu já tinha feito sete anos de trabalho, né? O pós-ocupação, três meses, o pessoal já tá fazendo pós-ocupação agora, já tá discutindo agora. Então assim, não cabe. Não cabe. A gente tá mostrando um ano de trabalho de pós-ocupação, e aí o pessoal vira para mim e fala assim: “Mas e os três meses que tá previsto?” (risos) Então, é difícil trabalhar nesse contexto. Em que as pessoas - acho que eu até colocaria isso - tem um medo, o medo de… porque as pessoas falam assim: “Me manda por escrito.” “Me manda por e-mail.” “Eu não vou assinar isso aqui, porque isso aqui não tá igual a portaria.” É um medo que colocaram em cima também daquele profissional - porque eu não tô falando que é culpa do profissional, ele tá reproduzindo ali as coisas que ele tá vivenciando, que ele também não se repensa enquanto profissional, mas tá reproduzindo. Então pensando nesse medo que é colocado, nessa pressão em cima do trabalhador, para que justamente, ele não se repense, né? Então é um medo de ser preso (risos), de estar fazendo errado, de ser culpabilizado porque o movimento cria essa coisa nas pessoas, de tipo ser um “bando de sem-teto”, reprodução da lógica dos “vagabundos” em cima do movimento. A burocracia em cima da gente é ainda maior do que quando é uma construtora que faz. Porque quando a construtora faz ela termina muito mais rápido, ela faz tudo muito mais rápido, primeiro porque tem recurso suficiente para manter os profissionais deles trabalhando, e segundo, porque não tem essa criminalização em cima deles, então a burocracia é mais forte em cima da gente. A gente tem que sempre tá provando a capacidade técnica do trabalho que a gente faz (A.S. 2 - Assessoria).

A profissional destaca a existência de uma “burocracia própria do profissional”, como classifica, aquele que valida os “produtos” do trabalho social e que está externo, ou seja, fora do próprio território. Nessa reflexão poderíamos retomar a ideia de

existência de um modo burocrático de pensar e agir próprio da racionalidade neoliberal e que toma o sujeito por inteiro em suas expressões humanas e relacionais.

No depoimento a seguir, a profissional vinculada à empresa gerenciadora aborda o fato de que a existência de um conjunto de normas é importante, porém as normativas não são reconhecidas como um conjunto de direcionamentos para o trabalho social, mas ganharam junto aos órgãos financiadores uma rigidez refletida nos espaços de autonomia das/os profissionais:

> Na política de habitação quando eu já me deparei nos territórios, já era com essa, com as normativas, digamos assim, o trabalho social já normatizado, portarias, os COTS [Cadernos de Orientação Técnico Social] da Caixa, então eu já me inseri já tendo os quadradinhos lá para preencher, os campinhos, entendeu? Então assim, eu sou dividida, eu me sinto dividida com relação a burocratização, eu acho que é um termo muito forte muito abrangente, mas eu acho que você precisa ter, vamos usar normas, regras, você precisa... a forma como nós convivemos em sociedade, se você não tiver minimamente um direcionamento, se as coisas ficam muito soltas às vezes elas, pelo menos nas experiências que eu tive, elas não andam muito, elas travam, elas se confundem, às vezes elas vão pra outra linha, então eu acho que de certa medida, no limite, no controle, eu acho que isso contribui, você ter um direcionamento, uma padronização, vamos usar padronização [risos], mas assim que não fosse tão rígida, né? Então assim, quando você, aí trazendo para portaria, no âmbito do nosso cotidiano, dependendo inclusive (porque você tá falando de uma secretaria), eu não sou funcionária pública, não posso responder pelo poder público, mas eu posso ter percepção, né, da minha opinião, então a forma como nós observamos que a secretaria, cada divisão, porque o trabalho ele é territorializado também no controle lá da secretaria, né, na gestão, coordenação e controle da secretaria, então é por região da cidade, então cada região da cidade tem uma coordenação, tem uma direção, e os direcionamentos que vem, apesar de estarem normatizados, eles variam muito do profissional que está na frente. Então tem aqueles locais que são mais burocráticos e que só pede para você fazer aquilo que tá na norma ou aquilo que tá no PTS, então a portaria exige que seja, todo trabalho para ser executado precisa ter um plano de trabalho então esse plano de trabalho você faz um cronograma onde você elenca aquelas atividades, aí tem regional, dependendo de quem tá na frente, que se limita aquilo, é tanto que quando a empresa encaminha o relatório do que foi feito, que aí você precisa comprovar ela tá lá com a listinha, aí você fez isso, você não fez isso e se você esqueceu de dizer que teve algo lá que você não fez eles devolvem para você justificar porque não fez, muitas vezes, você não fez porque eles não deixaram por exemplo, mas você tem que justificar que não fez, já tem outras regionais que não, deixam a equipe mais à vontade: “Olha vocês podem ver a metodologia, vocês podem utilizar... que tal...”, e planejam junto: “Vocês podem ir além, vamos fazer diferente”, viu que a mobilização… mobilização também é um termo que é criticado, né em algumas vertentes, que deixa você ir além, entendeu? E planeja

junto. Tem outras que não, que inclusive só pede a equipe vai lá faz na área e vem apresenta só o resultado, isso varia muito então até o contexto da burocratização depende de quem tá na frente, sendo responsável pelo seu trabalho. Por um lado é como eu te falei, o direcionamento ele meio que te dá uma certa tranquilidade no sentido de dizer assim, ah, eu vou cumprir o que foi comprometido, mas a gente sabe que quando a gente chega no território é muito desafiante, as equipes sofrem muito, é tanto que tem muita gente adoecida e muita gente frustrada, porque foi feito um projeto para aquela área, você chega na área e a realidade daquela família não é aquilo que foi planejado, e aí dependendo de quem tá na frente, você vai fazer isso e pronto porque é o que tá... você tem que chegar no seu dia, fez o que tava previsto ali no cronograma e ponto final. Então vai muito da pessoa, da perspectiva política, do comprometimento ético-político, é tudo misturado sabe, é confuso, mas é misturado, é burocrático, às vezes a burocracia ajuda, às vezes não ajuda e também tem um comprometimento do profissional. Não dá para dizer que não depende, depende. Ás vezes aquela atividade, isso acontece muito, eu conheço várias amigas que assim, ah, tenta um termo que não é mais usado, mas a Yamamoto usou muito lá atrás, aquelas famosas brechas, sabe? Então você às vezes consegue avançar em algumas coisas, né, dependendo das oportunidades que surgem ali, mas nesse contexto, né, de quando você se depara com aquele profissional que exige que você faça o que tá escrito ali naquele cronograma e se limita só aquilo e a cobrança da Caixa também para pagar a prefeitura por aquela atividade também está condicionado aquilo que tá lá no cronograma, se ele não vê, as vezes, você pode até nem fazer atividade como você disse na metodologia do trabalho, mas se você usar aquela nomenclatura e colocar sua evidência lá, foto, que teve adesão, que teve uma mínima avaliação dos participantes, ele vai te pagar, entendeu. Então quem garante que aquela atividade alcançou, de fato, o objetivo daquela família, não tem como medir, só vai saber aquele profissional que tá lá na ponta e às vezes esse profissional nem é ouvido, porque dependendo da urgência esse relatório, essa evidência é encaminhado e é feita por outra pessoa, entendeu? Então muito contraditório, então eu acho que tem pontos positivos e pontos negativos dessa burocratização, mas ela existe, ela está presente [...] tá certo, tem a norma, mas também acho que as equipes, os territórios... a gente não tá atuando no território, então assim precisava ter uma certa liberdade para você avançar para além daquelas normativas ali naquele... “Poxa quando eu fiz o projeto era tal e tal atividade, mas nós vimos que não é mais essa, então nós queremos trocar por essa”. Às vezes quando é permitido que se faça uma reprogramação a equipe se tá lá na área, dependendo de quem tá na área, dependendo do profissional da SEHAB que responde por aquela área, você até consegue pedir reprogramação sabe, mas eu digo assim, os prazos eles são muito fechados, então você às vezes tem que encerrar um trabalho porque acabou o recurso e você tem que encerrar um trabalho que você tenha feito, que você planejou para aquela área [...] então às vezes você tem que atender aqueles prazos que estão lá estabelecidos, porque alguém definiu que era aquele prazo, então isso complica seu trabalho, entendeu? E é muito comum, aí eu também já vou fazer uma outra questão que interfere nessa burocratização também, que dependendo você tem aqueles prazos para seguir, né, se você não cumpre tudo mais, e às vezes o

> profissional ele nem consegue começar e terminar um trabalho, então isso às vezes há uma perda na continuidade também, porque você é contratado, você tem a sua equipe, empresa terceirizada, então a equipe ela contrata, entendeu? Então isso até interfere também, eu acho que está tudo relacionado, sabe? (A.S. 3 - Gerenciadora).

Fica evidente no relato que em múltiplas situações as “nomenclaturas” que validam as atividades (desde que descritas de acordo com o cronograma e planejamentos pré-estabelecidos) são suficientes para atender aos requisitos necessários de desbloqueio dos valores destinados ao trabalho social, sem que seus conteúdos (de modo mais integral) sejam considerados sob o ponto de vista dos resultados esperados no escopo das intervenções.

Outro aspecto relacionado à burocratização refere-se a sua incidência na própria vida das/os trabalhadoras/es. Uma das entrevistadas revela a lógica perversa deste quesito no trato prejudicial às/aos profissionais com deficiência.

> Aí eu vou fazer um ponto aí nessa parte, porque isso pode servir para tantos outros profissionais que também tem deficiência, como eu tenho hoje. Essa burocracia não atende as pessoas com deficiência visual [...] eu tive prejuízos grandes no sentido de morosidade de trabalho, porque essas plataformas não estavam acessíveis para mim, sabe tipo, e ninguém conseguia chegar. Então a burocracia ela pode ser ainda mais, atravessar outros lugares quando esse profissional precisa de alguma especificidade. No meu caso, muito simples, no meu, talvez em outros, exijam plataformas e softwares e no meu não, exigiu bem pouco, porém as pessoas não estavam habilitadas a isso, então eu sempre vou falar disso porque é o que eu vejo o tempo todo. A gente precisa assim de formação, de treinamento, de sensibilização, de humanização. Não tem outro caminho! Eu vou repetir isso, por muitos anos na minha vida, porque não tem, e por esta razão muitas pessoas ficam pra trás, não é por incapacidade da pessoa, na verdade é uma lógica muito perversa, e para um padrão que as pessoas nem acessam, né? Então tem pessoas que podem ter uma digitação mais lenta que a minha, e eu tenho baixa visão. Então não é porque eu tenho baixa visão que eu digito devagar, entende? Eu tô falando coisas bem simples, mas... mas que isso vai dando o tom né, nesses espaços. Então essa burocracia eu acredito que ela está de uma maneira que perde produtividade, que perde qualidade e que demanda, aí aquela questão do tempo, ela cai nessa, da burocracia, porque aí você me fala, pô, a gente tem um tempo maior de burocracia do que de trabalho social. E eu sempre falo gente isso tem que servir a algo, né? Ele tem que dar funcionalidade para tal coisa, até para que a gente faça isso de uma maneira mais elaborada. Mas ao mesmo tempo, acho que tem muito profissional que patina nisso mesmo, sabe? Que tem uma dificuldade muito grande de organizar o seu tempo e cai um pouco nisso também nesse processo de.... fica mais complexo ainda essas prestações de contas, mas assim: “Ah, tem como fugir?” Não. Só saindo do trabalho. Estando nesses espaços,

> eles vão acontecer [...] essa questão da burocracia, ela é real, ela é necessária. Mas eu acredito que ela tem que ter para subsidiar o trabalho. Ela é um instrumento para subsidiar o trabalho, ela não pode ser um retrabalho, ela não pode sobrepor o trabalho. Então o trabalho do território, o trabalho de elaborar, de dialogar. Aí sim, mas sobre questões ali do trabalho, coisas aleatórias, a gente precisa otimizar porque hoje pelos direitos garantidos, a gente tem 6 horas diárias, só que a gente trabalha com equipe multidisciplinar. Lá por exemplo tem gente que trabalha dez, e a gente que trabalha seis, é desproporcional, mas a gente tem que fazer o manejo para lidar, e a gente, todo mundo junto e tal. Então, não é que é um tempo pouco, é se a gente souber utilizar melhor. Aí eu acho que tem isso e por mais que seja duro, não dá para esperar da presidência. Quem vai de alguma forma argumentar para qualificar melhor o seu tempo de trabalho e compreender essa burocracia é o trabalhador, só que ele precisa ter recurso, subsídio, argumento, base teórica, base prática, não dá para falar assim: "Ah não tá dando", e cruzar o braço, gente... isso é bobeira, é perda de tempo. Então eu acredito que tem sim que tem que ser debatido, que o Estado, o município, enfim, eu acho que ele demanda muito, são muitos protocolos e fluxos... porque eu não acredito que vai vir de outro lugar, eu sei que não é fácil, mas acho que cabe as equipes, aos trabalhadores que estão no cotidiano levar. Porque não vai vir de cima falar, "olha nossa, realmente eles não estão com tempo... o tempo não tá dando" Não. Não vai vir deles. Vai vir de quem tá fazendo o trabalho. E se esse pessoal não se preparar para saber argumentar isso, fica algo superficial e não tem mudança, né? (A.S. 5 – Gerenciadora).

Nessa declaração a profissional destaca compreender que a burocratização não pode se sobrepor ao trabalho social (apesar de perceber haver mais tempo de trabalho para as esferas burocráticas do que tempo para o trabalho social), cabendo à/ao profissional decisões estratégicas acerca da melhor distribuição de seu tempo de trabalho disponível. O relato contribui para refletir que o arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político melhor capacita a/o profissional para compreender e se contrapor à exacerbada esfera de burocratização de seu trabalho cotidiano.

Não se trata de negar a necessária interface entre a/o trabalhadora/r social e as dimensões de interlocução e demandas de registro e documentação profissional que preservam as possibilidades de historicização das intervenções realizadas, mas de firmar a crítica quanto aos engessamentos proporcionados pela esfera das normativas que incidem sobre o trabalho social[153].

[153] Há uma opção intencional nesta tese em não avançar no detalhamento de conteúdos quanto às especificidades trazidas pelo conjunto de normativas/ou orientações técnicas já construídas historicamente e referenciadas para a execução do trabalho social em habitação, desenvolvidas ou estabelecidas em diálogo com as esferas do Governo Federal ou os próprios agentes financeiros. Mas

No próximo depoimento podemos acompanhar uma importante compreensão da dimensão de burocratização vinculada à execução de um conjunto de atividades e o cumprimento de cronogramas, sem que tais ações estejam vinculadas a uma nítida finalidade de objetivos estabelecidos pelo trabalho social.

> Eu acho que a burocracia no nosso trabalho, ela sempre existiu. Ela não é algo que é apartado do nosso trabalho. Eu acho que ela sempre teve… a gente sempre teve que fazer… eu sempre chamo isso assim: é a tarefa. Eu digo assim, a gente tem uma parte que a gente cria e tal, e nós temos uma parte que é a tarefa, né? A gente faz o que tem que fazer, o negócio que eu chamo de "reme-reme" do nosso trabalho, né? A gente tem que fazer, é a tarefa. Agora eu acho que depois que nós passamos a ter os normativos, eu não sei dizer se a burocracia cresceu, mas eu sei dizer que a gente ficou mais engessado. Então talvez mais uma burocracia no sentido de que a gente tem algumas questões que estão impostas pelo normativo e que a gente deve cumprir mesmo que isso não corresponda a nossa leitura do território. Mesmo que isso não corresponda a uma questão que é premente apresentada pelas famílias e tudo. Então a gente acaba, nisso que eu chamo de burocracia, cumprindo uma tabela sabe, então a gente cumpre com aquilo que tá no plano de trabalho, no cronograma, faz… eu acho que as pessoas fazem bem feito, não tô questionando se é bem feito ou mal feito, pra mim a questão não é essa. É que isso para mim faz com que a gente seja um profissional, ao cumprir essa tabela, que mais cumpre aquelas atividades que estão propostas isoladamente, sem que isso tenha uma conexão com o todo, que nos leve para algum lugar, que nos faça chegar naquilo que a gente se propôs lá no início do nosso trabalho, como objetivo do que a gente queria fazer. Então eu acho que a gente fica mais cumprindo com a execução daquilo que está proposto do que olhando para o lugar que nós queremos chegar e usando das atividades para chegar nesse lugar. Então eu acho e falo sempre que as atividades elas são sempre um fim em si mesmas e elas não podem ser um fim em si mesmas, né? Então: "Aí eu fiz um curso!" Ok. O curso é legal. Acho que atendeu alguma requisição das famílias. Eu não tô questionando isso. Eu só acho que muitas vezes ele dá conta e ele dá conta para um número e uma expressão muito pequena. Ele cumpre com aquilo e ele se encerra. Então eu não tô invalidando aonde a gente chegou com aquele pequeno grupo de famílias, mas eu fico pensando… será que se a gente pensasse nessa ação como um instrumento que nos levasse para um outro lugar a gente não teria um outro resultado? Olhando para o conjunto do que a gente quer como trabalho. Porque no fundo no fundo a gente tem que dizer o que que nós queremos com esse trabalho que a gente está fazendo aqui? O que que a gente quer né? Como um objetivo maior, o que a gente quer? Sei lá, ah eu queria contribuir para a organização dessas famílias para que elas no futuro

há que se destacar o essencial conhecimento das/os trabalhadoras/es sobre tais documentos (a exemplo da Portaria n. 464/2018 do Ministério das Cidades) a fim de que, inclusive, possam tecer suas críticas e impressões a respeito das requisições expressas ao trabalho social a partir do desenho de programas e da própria política em âmbito nacional, provocando o debate e os tensionamentos que se fazem necessários no cotidiano profissional.

pudessem, naquele território, incidir sobre ele de forma mais autônoma, porque um dia o trabalho social vai embora, então que eles ficassem com esse legado de como se organizar, de onde ir. Onde estão os recursos? Se eu quero fazer um curso, onde que eu vou, se eu quero brigar na UBS, onde é que eu tenho que estar né? O que eu experimento do Conselho Gestor da UBS? Como tudo está relacionado? Então que olhar eu tenho que ter para dentro quando a gente está trabalhando num conjunto, e que olhar eu tenho que ter para dentro do empreendimento, para as relações de convivência, vizinhança e etc... e não é só de se dar bem, mas de relações solidárias, da manutenção de todo mundo naquele lugar, porque o processo da moradia também ele é excludente. Quando a gente pensa que tá incluindo a gente também pode estar fazendo um movimento que é de exclusão se a gente também não olhar para isso. Então como é que eu trabalho isso para dentro e eu trabalho um olhar deste mesmo grupo, para fora. É um olhar para dentro e olhar para fora. O que é o "olhar para fora"? Que bairro que eu estou, o que ele tem e o que ele não tem. Quais são as minhas necessidades ou as nossas necessidades, as famílias olhando para isso…o porquê que eu me organizo? Quais são os meus vizinhos aqui? Às vezes a gente tem, principalmente quando é poder público, um monte de empreendimento da prefeitura que não se conversa. Então assim, é claro que a gente não vai resolver todas as questões, mas eu penso: "Será que isso tá no nosso horizonte quando a gente tá trabalhando isso?" Porque a inserção no território para mim é isso, não é a minha inserção como profissional. Eu como profissional não tenho que me inserir naquele território - não que eu não tenha que conhecer - mas a minha inserção é diferente. Quando a gente fala em inserção no território para mim, é como a gente faz um trabalho que contribui para que esse morador se insira no território. Ele se insira verdadeiramente. Ele consiga enxergar aquele lugar que ele tá morando, principalmente se for um lugar estranho para ele, que via de regra é estranho pra ele. Como a gente faz isso? É lógico que isso demanda que a gente como profissional conheça o território, mas não é para mim. Eu não preciso me inserir naquele território, nesse sentido como o morador. A nossa passada ali é bem provisória. Mesmo que a gente fique dois, três ou quatro anos, mas um dia a gente vai. Eu fico sempre pensando que lá no começo do trabalho a gente tinha uma preocupação que era assim: como é que eu fixo (ah era uma coisa tão horrorosa) mas era como é que eu fixo esse morador naquela casa para ele não ir embora, para ele não vender, para ele isso ou aquilo, era uma ideia de como é que eu grudo esse cara na unidade que ele acabou de receber. E hoje eu acho que não é mais isso, acho que a gente até já deu muitos passos para frente disso, entendendo como é que eu trabalho com essa família, com esse grupo de famílias que foi pra lá, pra que eles enxerguem essa unidade, habitacional, esse apartamento, ou essa melhoria que veio da urbanização como direito, como uma conquista, como algo que é importantíssimo que eles resistam e briguem pra ficar, que isso é uma saída sempre coletiva, não é uma saída individual, quanto mais individual eles tratarem isso, mais eles tendem a dar com "os burros n'água". Então como é que a gente contribui para que esse grupo se olhe como um grupo, como coletivo. Banque isso coletivamente, quando pensar nas coisas do cotidiano, exemplo a taxa de condomínio. Pense em coisas que vão manter e não que vão excluir, porque a tendência do grupo é sempre excluir o problema. É o vizinho

chato, é aquele vizinho mais pobre que não consegue arcar com condomínio, vamos excluir aquele que tem um problema familiar, o marido que bebe, uma mulher que tem alguns problemas, a família que briga, que faz escândalo… então é sempre o: “vamos excluir esse!” Quando na verdade esse é o vulnerável que o conjunto tem que manter. O esforço é para manter, a política pública tem que olhar pra esse sujeito. Então eu penso isso, é mais do que fazer o curso de geração de renda. Será que a gente não consegue fazer uma discussão do ponto de vista do desenvolvimento econômico, não é do desenvolvimento da política econômica, mas nesse eixo, chamado eixo do desenvolvimento econômico, essa discussão, associar várias questões com essa. Então eu sempre penso isso, que nós como profissionais temos a obrigação de olhar para isso. A gente no começo do trabalho solta tudo. Abre um monte de leque, mas nós temos uma responsabilidade, de no processo, e nós é que temos que fazer isso, nós que temos que costurar, nós é que temos que estabelecer conexão, nós que temos que falar para ele: “Olha, você tá entendendo essa rede aqui, ela faz sentido para você, essa conexão, é isso mesmo? Então é a nossa percepção do que o morador traz, de como é que ele vê, juntando com tudo isso, então para isso a gente precisa estar junto, precisa ter vínculo, precisa estar no cotidiano, precisa ter paciência, tempo, enfim. Eu penso que a burocracia para mim é uma parte das tarefas, mas isso a gente sempre teve, mas é um olhar burocratizado. Eu chamo isso de cumprir tabela. A Caixa quer que a gente faça o curso, porque às vezes o profissional da Caixa (tô falando da Caixa porque hoje ele é agente financeiro com quem nós temos interlocução) ele vai até as últimas pra que você cumpra aquilo que tá escrito na linha 32 (“realizar um curso de blá blá blá blá blá…”). Gente, isso não tem mais sentido, a gente já viabilizou outras coisas. E aí eu cada vez mais, mas é muito difícil da gente fugir disso, tenho feito cronogramas e tudo bem genéricos. Mas eu acho que isso é ruim também, né? Porque aí eu faço um genérico e eu faço assim: “vírgula, por exemplo”, que é para quem for executar, ou se for você mesmo, não esquecer do que a gente estava pensando, então o “por exemplo” é um jeito da gente escapar disso, olha que absurdo, né? Ou o “tal como”, aí você ao invés de criar uma linha pequena, sintética da atividade, ela vira um texto onde você tá justificando aquilo, quase dizendo assim: “se eu não fizer eu tenho minhas razões, colega entenda.” É quase que isso né? Então para mim a burocracia ela tá nesse lugar, é uma concepção burocrática do trabalho que cada vez mais nos impõe a regra, eu não sou contra a regra, eu não sou contra normatização, eu acho ela necessária, eu acho que ela faz todo sentido, mas ela não pode ser algo que só fortalece, só referenda, esse olhar burocratizado, do cumprir tarefa. Porque eu vou dizer, a coisa mais fácil que tem é a gente cumprir tarefa. É a mais fácil. “Ah fazer um cursinho furreca aqui, fazer um não sei o que lá de oficina aqui, fazer um reme-reme ali…” Isso daí é “babinha de quiabo”, a gente faz certo. Isso não exige nenhum esforço da gente, nenhum esforço, a gente vai lá, procura, dá um “google”: “oficineiro de não sei o que”, aparece 50. Liga pra colegas. Porque pra mim o desafio não é fazer isso. O desafio é fazer isto conectado com o contexto do nosso trabalho, com o que a gente quer com o nosso trabalho. Pra mim burocracia é isso sabe, essa coisa burocratizada na concepção, infelizmente (A.S. 1 - Assessoria).

Nesse extenso, mas importante registro, a profissional compartilha o entendimento de que as tarefas que tomam fim em si mesmas são a expressão máxima da burocratização do trabalho social, mantendo novamente uma distinção objetiva de que o posicionamento em nada se confunde com uma contraposição sobre a importância de que o trabalho social seja realizado a partir de um conjunto de orientações técnicas e direcionamentos trazidos como referência ao conjunto das/os profissionais.

No âmbito do necessário movimento de registros e produção técnica de documentação profissional, estaria incluído também, como destaca a profissional terceirizada, a necessária prestação de contas de que certamente o trabalho social não precisa estar isento, sem que (a depender da formatação exigida) a/o profissional perceba seu tempo subsumido a essa atividade.

> Eu não sei se teve aumento, no que eu vejo existiam algumas plataformas e sistemas, falando do lugar que eu vivencio que é uma gerenciadora, então demanda sim, tem mais do que se fosse o setor público diretamente, que também tem. Mas dentro da gerenciadora tem plataformas que são bem confusas no sentido de, não dá para otimizar? E aí todo mundo de trabalhador social, não é de TI (Tecnologia da Informação), mas a gente sempre acha, eu também penso isso, que poderia ser feito de outra maneira, que tem sim que prestar contas, a gente trabalha com dinheiro, de uma forma chega o dinheiro público porque trabalhamos para o poder público. Então tem que ser cuidadoso. Tem que ser muito sério. Então pra mim, a prestação de contas, plataformas, essa burocracia, pensando enquanto política de Estado, eu acho que tem que ter. Eu não sou contra a burocracia, não. Mas ela tem que servir às pessoas e não virar um looping de dinheiro e outra coisa. Então eu penso isso, que ela é necessária, mas ela tem que ser inteligente. E aí, lá pelo menos na minha experiência, eu vejo que há caminhos, fluxos e protocolos que servem a alguém, eu vou dizer assim, mas não é a nós. Pensa que é uma empresa que contrata, porque ela não tem essa expertise... tem lá uma equipe de TI, para manutenção, para orientar, mas não são eles que criam softwares e etc.. Então esses serviços são contratados. E daí já pode se pensar porque tem tanto... eu acho bem estranho. Eu tenho familiar que é dessa área, eu fico sempre pensando assim, né? Não dá para ficar falando essas coisas, é algo sigiloso, da empresa né... mas eu acho que às vezes para o mesmo resultado, três planilhas. Não precisa ser profissional de TI pra falar: “Ué?” Não são a mesma informação. Não dá para ser só aqui? Não. Tem que pôr aqui, aqui, aqui... mas para chegar na mesma coisa. Tá esquisito. É parar um pouquinho para pensar nisso e você já fala “ih...”. Então isso já é uma pauta também lá no trabalho social para a gerência. Sempre chega isso: “burocracia, burocracia, burocracia!” Aí eles falam: “Estamos melhorando, estamos melhorando, estamos melhorando! (risos) (A.S. 5 – Gerenciadora).

Em importante contribuição à área do Serviço Social, a tese de Dias Junior tematiza a dataficação da pobreza, apesar de se aprofundar no campo da política de assistência social, e constitui uma referência para a discussão da tendência massiva de produção de dados à qual a profissão é hoje amplamente requisitada[154].

Dias Junior (2024, p. 10) defende que a dataficação da pobreza se transformou em uma função da política e que as/os trabalhadoras/es, com frágil apropriação crítica, cada vez mais desconhecem os rebatimentos do uso de informações na vida da população usuária, assim como em sua própria, na medida em que seu trabalho tem sido reduzido à coleta e organização dos dados.

O autor recorre a diversas referências a fim de cercar o termo que dá título à tese, destacando que:

> Estamos vivendo em um tempo de dataficação da vida – termo cunhado por alguns autores como Schönberger e Kenneth (2013) e Silveira (2021) para descrever o processo de transformação da vida vivida em dados, o que Zuboff (2020) chamou de textualização da vida (a transformação em texto das experiências da vida). O dataísmo, conceito criado por Van Dijck (2014) para descrever a ideologia ou visão de mundo que coloca os dados como o elemento fundamental na compreensão e tomada de decisões, nos parece propício para pensarmos o conjunto de determinações contemporâneas do capitalismo, que transcendem sua dimensão estritamente econômica e impregnam o conjunto das relações sociais. Dijck (2014, p.198) trabalha ainda com a ideia de dataísmo para descrever o envolvimento de “confiança nos agentes (institucionais) que coletam, interpretam e compartilham (meta) dados coletados de mídias sociais, plataformas da Internet e outras tecnologias da comunicação” (Dias Junior, 2024, p. 26-27).

A partir de seus estudos, Dias Junior (2024, p. 35) formulou uma importante provocação aos leitores ao questionar: “isso nos leva a pensar que está em curso uma mudança no paradigma da profissão: se já fomos apreendidos enquanto uma profissão do consenso, seríamos hoje uma profissão do cadastro?”.

Nessa mesma direção, seguindo os passos do autor, questionamos quanto à probabilidade de: se as/os trabalhadoras/es do campo da assistência social tem sido

[154] Dias Junior, U. de S. *Dataficação da pobreza: a centralidade do trabalho profissional em torno dos dados e informações sociais na Política de Assistência Social*. São Paulo, 2024. Em sua tese, Dias Junior parte da premissa de que o trabalho social no campo da política de assistência social tem sido reduzido aos procedimentos de cadastramento de dados sociais em um processo crescente de mercantilização dos dados públicos para os grandes nichos mercadológicos de vigilância.

requisitadas/os à coleta e registro de dados para os sistemas e plataformas diversas, estariam aquelas/es vinculadas/os ao trabalho social em habitação demandadas/os à esfera da *manipulação* e registro desses mesmos dados e demais informações?

Na particularidade do planejamento das ações de trabalho social, como veremos a seguir, a mesma lógica de burocratização segue como tendência e diretriz para o desenvolvimento e construção de diagnósticos dos territórios com os quais o trabalho social estabelece interlocução.

> O diagnóstico em si, quando vai fazer para desenvolver alguma... pensar nas áreas, quais são os projetos prioritários, quem faz isso também são as terceirizadas. Também é um dos produtos que elas desenvolvem, mas quando a gente vai... Eu fiquei nos últimos anos no pós-ocupação do Minha Casa Minha Vida. Então, a gente atende metade das famílias que são nossas mesmo, que já estão no Auxílio Aluguel há dez, oito anos, sete anos a média, e famílias da COHAB. Essas famílias da COHAB, a gente não tem nenhuma relação, e não tem essa coisa do território porque eles não fazem visita, por exemplo, é um processo de sorteio, então a gente recebe essas famílias e recebe as famílias que são nossas, que aí, a gente já tem o histórico delas, né? Já tem um histórico de como foi mudando o perfil da família, nas atualizações de cadastro, o quanto cresceu, o quanto diminuiu, qual era o histórico de intervenção na área e como são áreas grandes, normalmente tem um movimento organizado junto. Então muito dificilmente a gente tá numa área que não tem um movimento organizado junto, às vezes com o tráfico, sem o tráfico junto com esse movimento organizado, mas normalmente tem. E a cidade de São Paulo tem essa facilidade de produzir muitos dados, né? Então tem um setor específico que, além de produzir dados da sua própria pesquisa, particulariza os dados do IBGE. Então, a gente tem um site, o HabitaSampa, que traz esse histórico, né? Tem tanto o GeoSampa e o HabitaSampa, que trazem o histórico da área. E com os movimentos, né? E normalmente tem, hoje muito menos, eu acho que principalmente por conta da pandemia, o trabalho de rede [...] então são esses canais normalmente que a gente vai para conhecer o histórico da família, não só o histórico da área, mas da família mesmo. E com a questão da pós-ocupação fica mais particularizado ainda, né? O trabalho é diferente do trabalho quando é com urbanização, quando é do pós-ocupação a gente acaba particularizando mais o atendimento. Mas esses caminhos, assim, tem uma produção de dados. A gente não faz, não tem feito, quem faz normalmente é a própria contratada, que aí encaminha sociólogo, estatístico, para poder fazer e, da gente, com esse contato sempre com as lideranças e com os dados que o município mesmo produz e tem algum registro (A.S. 4 - Prefeitura).

A seguir a profissional revela que apesar dos instrumentos e plataformas disponíveis para coleta de dados e construção dos planos de trabalho social, somente a execução do trabalho, ou seja, seu desenvolvimento nos territórios e em relação

com as famílias (o que pressupõe um tempo de qualidade nos processos de trabalho) será eficiente na construção de leituras que tomem a própria percepção das/dos sujeita/os sobre suas condições de vida, os usos que realizam do território, a relação que constroem com os diferentes equipamentos e serviços existentes e as dificuldades do cotidiano, fornecendo uma leitura real das necessidades e a possibilidade de uma intervenção que seja mais compatível com os interesses da classe trabalhadora.

> [...] a gente sempre começa nessa relação com o território numa visão mais burocratizada. Então quando a gente tá lá naquela fase do planejamento escrevendo o plano de trabalho social pensando um pouco nisso, a gente vai buscar os dados do território, nem sei se é correto dizer mais burocratizado, mas a gente vai buscar aquele dado mais frio, né? Quantas UBSs? Quantas escolas? O que que a gente tem de cultura? Se tem equipamentos, se não tem equipamentos, então a gente busca esse dado de um jeito mais frio. O nosso primeiro contato com o território, se a gente não estiver inserido anteriormente, que via de regra a gente não está né, a gente busca o conhecimento através desse dado mais frio. E acho que ele vai dando alguns nortes para gente né? E a gente sempre busca umas coisas, alguns dados de algumas áreas assim, meio que pré-estabelecidas pra gente. Educação, saúde, assistência, né? Então um pouco da organização comunitária, se existe ou não, se tem Associação, se não tem né? E agora, eu acho que mais recentemente, a gente tem buscado alguns dados sobre cultura, se tem ou não tem algum equipamento. Mas ainda é nessa lógica né, daquilo que tá pré-existente a partir, eu diria que, em São Paulo, a partir da pesquisa lá no Geosampa. Você vai lá, dá um "buscar" e você tem esses dados, né? Então eu acho que a gente só vai (e nem sei se teria uma outra forma) a gente só vai alterando isso, esse olhar e essa construção mais próxima da dinâmica do território mesmo, de como as coisas acontecem, quando o trabalho já tá andando, né? Eu acho que a gente acaba por conhecer o território junto com o desenvolvimento do trabalho, conhecendo eu digo, de fato, né? Então é quando a gente vai fazer o contato com a UBS, é quando a gente vai entender como é que acontece as relações, é quando a gente sabe se tem ou não alguma questão que é sempre mais trazida pelos moradores, relativo a questão da segurança. Se isso é ou não uma questão relevante, se é uma questão que salta aos olhos, se a gente tem alguma questão na UBS…enfim. Acho que a gente vai conhecendo essa dinâmica na execução do trabalho, eu nunca consegui com que a gente tivesse esse conhecimento mais apurado, mais próximo e tudo, na fase que é anterior a gente conhecer, porque eu acho que isso acontece muito na nossa relação com as famílias, porque acho que esse dado a gente constrói a partir do olhar também dessas famílias, da percepção, do uso que elas fazem, das relações, do uso dos equipamentos, das relações que elas estabelecem no território, das dificuldades, do cotidiano…a gente vai um pouco enxergando e entendendo melhor como é isso, né? E eu acho que é neste momento que também a gente começa a ter mais possibilidades de propor questões que têm mais relação com o

> cotidiano, que estão mais inseridas nesse processo do que no começo. No começo a gente propõe coisas bem assim, gerais. Eu acho que é por isso que a gente sempre acaba encontrando um conflito hoje em dia entre aquilo que a gente planejou que era mais geral e aquilo que a gente está executando né? Aí a gente esbarra no normativo da Caixa, no normativo da Prefeitura… de todo mundo que diz assim: "Como você pôs isso [no planejamento] e não aconteceu, né? Por conta eu acho que disso né? Esse conhecimento, não que a gente não tenha um conhecimento, a gente tem, mas o território vivido, aquele ali que acontece nas relações cotidianas, a gente só vai conhecer quando a gente está dentro, né? Eu acho assim então, eu acho que a gente precisa… eu fico sempre pensando… como trabalhador estar mais atento a essa dinâmica do território. Olhando para aquilo que a gente planejou claro, mas atento à dinâmica do território. Eu acho que a gente olha para o planejado porque é tanto engessamento para gente que a gente olha para o planejado e não consegue bem fazer esse diálogo entre o planejado e o que essa dinâmica do território apresenta. Não é alguma coisa assim solta no espaço, ele tá construído a partir, muitas vezes, a partir da percepção, do olhar, do enfrentamento, da dificuldade das famílias. Reiterado obviamente por um olhar nosso, porque muitas vezes somos nós que vamos na UBS, somos nós que vamos nos vários lugares, mas ele tem um dado da visão das famílias que para mim é muito forte. E eu acho que isso é quando a gente tá no poder público, isso é quando a gente está com movimento. Eu tô fazendo trabalho com o movimento e é exatamente isso, é também um olhar a partir deles, das famílias que estão inseridas no território. É bem maluco eu acho isso porque a gente o tempo inteiro quer entender, a gente quer discutir o território e a gente não consegue chegar no centro do que é isso que a gente tá querendo fazer, porque nós queremos discutir o território? O que ele fala com a gente sobre o nosso trabalho, sabe? Eu acho que a gente ainda "patina" numa certa dificuldade aí sabe? É como se o território fosse algo à parte do nosso trabalho. E não é? Ele é exatamente o contexto do trabalho que nós estamos desenvolvendo. Ele é essencial pra gente. Minhas vivências de elaboração do PTS são sempre de muito sofrimento porque eu falo: "Será que isso aqui vai dar certo? Será que é isso que nós vamos fazer? Será que essas coisas que a gente está propondo elas estão em alguma medida conectadas? Onde é que elas vão nos levar? (A.S. 1 - Assessoria).

Cabe destacar que a problemática não está colocada necessariamente no uso das plataformas ou propriamente na coleta dos dados produzidos e que estão disponíveis para o/a trabalhador/a social, mas no risco de que o trabalho social permaneça apenas com a manipulação desses dados ou que toda a leitura e planejamento das ações se restrinjam à frieza que os dados ofertam.

Assim, não nos interessa negar as fontes ou os instrumentos e ferramentas disponíveis para dialogar com as/os trabalhadoras/es, mas nos posicionar contrariamente à tendência de que os dados sejam tomados de modo isolado ou em substituição ao conhecimento que o trabalho social pode construir a respeito dos

territórios quando se põe em relação com sujeitas/os e na cotidianidade possibilita que a/o profissional trabalhe com as mediações que se apresentam na realidade social.

No depoimento a seguir, a profissional cujo vínculo se dá via contratação por gerenciadora, registra com detalhamento processos que envolvem a produção de diagnósticos dos territórios realizada por meio do trabalho das terceirizadas. Uma interface com a burocratização ainda se faz presente, mesmo que esses territórios registrem diferentes particularidades quanto à trajetória de organização social, envolvimentos partidários e pesos diferenciados de interferência nos resultados alcançados, dada sua trajetória histórica de participação da população e dos coletivos organizados que disputam espaço para incidir nas dinâmicas territoriais.

> Não necessariamente as coisas que nós desenvolvemos refletem aquilo que acreditamos porque a gente está na execução de trabalho burocratizado, que segue diretrizes muitas vezes burocratizadas, né? Então a gente enfrenta esses desafios. Nós nos deparamos com um desafio já nessa sua primeira questão. Eu diria que já é um desafio para o trabalho social produzir, né, diagnósticos onde sejam realmente priorizadas e reconhecidas todas essas dimensões que você citou aí do dia a dia. Então nós temos aí que separar o ideal, né? Aquilo que a gente esperava ou planeja que seja executado. Às vezes, esse ideal ele está colocado nos planos que são elaborados pra que você entre naquele território e desenvolva o trabalho social com aquelas famílias. Porque isso está, de uma certa forma, indicado nas portarias, nas normativas, né? Então por mais que as normas elas burocratizem, mas elas também condicionam, né? Colocam algumas exigências e uma das exigências é a participação, então a participação em todas as normativas, em todos os documentos produzidos, e é também o centro da metodologia, então em todo o material que você produz, isso é colocado, o ideal, né? Na prática, quando você vai executar esses trabalhos, você lida com os prazos, então quando você chega pra execução, então muitas vezes esses prazos já não são aqueles que você idealizou lá no projeto e muitas vezes você chega lá com os recursos que não são suficientes, então você tem que fazer algo para você cumprir aquele produto que é exigido, né? Que você precisa apresentar tanto para o poder público, que é quem vai responder por aquele produto, porque você foi contratado para entregar aquele produto, mas aquele produto é da prefeitura, ele não é seu, né, e pra que ela encaminhe para o órgão que atualmente tem sido a Caixa, para que libere os recursos, né? Então mas aí o que que acontece, atualmente são poucas as oportunidades, pelo menos das que eu conheço, que a gente consegue de fato realizar diagnósticos participativos, em alguns territórios diante também, aí vai muito daquele território, então a característica do território vai interferir também como vai se dar essa participação, então se você tá numa área de uma dimensão, de uma representação, que tem representação política, né dos moradores forte, eu diria até representação política mesmo ligada a questões partidárias mesmo, se você tem isso muito forte então existe uma cobrança maior, né? E

aí você acaba tendo que muitas vezes atender determinadas áreas de uma forma e outras né de uma forma, digamos assim, não tão participativa assim, mas assim, de modo geral, mas eu falei dessas áreas grandes, mas eu me refiro tipo assim uma Heliópolis, uma Paraisópolis, São Francisco, né? São intervenções que me vem assim a mente né que foram intervenções que a gente sabe que existe uma representação política forte nesses lugares, então há essa participação maior, você consegue fazer diagnósticos participativos com base encaminhadas na área onde você leva mapas, e a própria população aponta ali onde são as necessidades, e aí eles conseguem pressionar, conseguem... não a nível de alteração de projetos, mas eu digo assim, em termos de você realocar ou readaptar recursos ou prioridades, mas você também tem aquelas áreas menores e que você não tem tanta representação e muitas vezes são ações e que são ações emergenciais ou é um processo que foi atendido ao Ministério Público, aí você tem que remover aquelas famílias ou é uma negociação que a gente utiliza muito despejo forçado, mas legalmente reintegração de posse, essas questões que às vezes você tem que atender de uma forma emergencial, então você não consegue então estabelecer, então tudo depende também da característica da intervenção e daquele território, então quando acontece a participação ela é muito rica, porque aí você consegue ouvir a população. Porque aí você trazer as coisas prontas, é muito diferente quando você pára para ouvir de fato, o que é que aquela população, ou aquele território precisa, né? Então é bem contraditório, bem contraditório [...] às vezes a gente consegue perceber, a gente faz aquele levantamento com fontes secundárias, levanta o que está posto... mas quando você chega lá aquela realidade, às vezes não reflete aquilo que você já viu produzido, mas também às vezes o que eles precisam você não consegue levar de resposta, entendeu? Porque a habitação, eu costumo dizer assim, que o trabalhador né, social, que atua na política de habitação ele sofre muito, porque assim você tá trabalhando a moradia, mas o normativo fechou, cercou de uma forma, que você tem que se deparar com as outras realidades, necessidades daquela família e é muito complicado você dar conta disso, então esse território ele é muito conflituoso, mas eu penso assim que quando você tem oportunidade de fazer realmente esse trabalho participativo, você tem mais chances de que aquele seu projeto, que você consiga minimamente dar alguns encaminhamentos, quando não, você executa e você faz basicamente aquilo para você apresentar um produto e entregar que você fez, entendeu? Tem contextos que você vai lá e você só coleta as informações. Teve áreas que a gente conseguiu fazer resgate histórico, você reúne os moradores mais antigos da área, você faz esse levantamento aí é bem isso um morador vai indicando o outro ó, aquele morador é mais antigo conhece mais a história da área, você consegue fazer aquele trabalho que eu te falei do mapeamento, né, onde eles indicam, e também o resgate histórico que é uma outra alternativa que também às vezes é utilizado pra você tentar alcançar. Mas como eu te falei tem áreas que isso não acontece, não dá tempo, você calcula só fontes secundárias e aí você coloca no produto que quando o trabalho iniciar você faz uma atualização daquele diagnóstico, por exemplo. Então é muito contraditório. É só para complementar que eu acabei, né, não falando é quando se trata dos levantamentos e diagnósticos, então eles têm algumas… aí eu vou usar a palavra dimensão, atualmente os diagnósticos que são

> feitos eles são agrupados por temáticas, então, eles abordam aspectos ambientais da área, aspectos urbanísticos, socioeconômicos, né, e socio-organizativos. Então dependendo do tempo que você tem, você até consegue fazer uma interlocução prévia já nessa fase diagnóstica com as instituições também que atuam lá, para você já pensar considerando aqueles eixos temáticos todos das portarias, para você já pensar em ações para atender também essas outras temáticas, entendeu? Isso é uma ressalva que eu queria fazer nesses levantamentos que são feitos, e às vezes você consegue fazer aplicação de questionário, às vezes a metodologia para você levantar esses dados é como eu te falei, é por fonte secundária e às vezes você consegue fonte primária quando você já está naquele território e que você já tem um pré-cadastro daquelas famílias, senão você usa fonte do IBGE mesmo para pegar renda, escolaridade, aí você utiliza os dados gerais do município e daquela região e utilizando aquela metodologia do território mínimo, do dado mínimo do IBGE… que agora me fugiu o nome… metodologia dos setores censitários, aí você consegue aproximar bem aquele local que tem o numerozinho lá dado pelo IBGE, né? E uma outra questão quando fala de representatividade dependendo também do nível da intervenção, principalmente se for determinadas áreas aqui da cidade e de obra tem a exigência do Conselho Gestor de ZEIS, então nas áreas em que tem o conselho gestor, então você também tem por obrigação, porque faz parte lá da normativa também, que dialogar os projetos, né, de obras e as intervenções (A.S. 3 - Gerenciadora).

O depoimento é rico em destacar que as ferramentas de bancos de dados são amplamente exploradas como fontes secundárias de informação e se consolidam na formatação dos chamados “produtos”. A entrevistada afirma que outras metodologias são também utilizadas (quando possível), envolvendo uma maior participação da população, como mapeamento com a própria população e resgate histórico sobre as trajetórias de vida e constituição dos territórios, mas revela que essas estratégias estão subsumidas por um curto prazo para execução das atividades e ações emergenciais que se apresentam ao trabalho social.

Nesse ponto, reconhecemos o quanto as instruções normativas podem esvaziar o sentido ampliado e a dimensão política do trabalho cotidiano, podendo transformar, por exemplo, a ação de mobilização social – mobilização de sentidos e compreensão sobre a importância da participação e envolvimento da população – em mobilização limitada à estratégia de comunicação voltada à população envolvida.

> O que eu vejo, os eixos, se a gente for pensar lá do arroz com feijão, né? Não tem muita mudança tá? Hoje mesmo. Eu tava, como eu te falei, tá tendo as atividades lá, aí a gente tava fazendo uma oficina de pós-ocupação com a especialista que ela tava organizando. E hoje a gente falou, um dos pontos foi sobre mobilização. O que é mobilização,

> como o profissional faz... aí eu ainda comentei quando eu peguei a fala, falei: “olha mobilização eu lembro que é um eixo antigo, tinha assim mobilização e organização comunitária, mas sempre teve, ele tá lá de trás” O que muda são as práticas, as formas e eu acho que essa é a grande chave (A.S. 5 - Gerenciadora).

A profissional alerta para a importância de que os processos de trabalho social sejam refletidos em seu miúdo, especialmente no detalhamento das expectativas que as/os profissionais pretendem alcançar. Além disso, sua preocupação quanto à forma tem significativo impacto nos resultados alcançados. E continua:

> Algo que eu dialogo muito também é, de que forma que está essa moradia? Que acesso está essa moradia? Porque no princípio dela, igual eu falei esses dias da Cidade Tiradentes, era só um “terrenão”, descampado, sem nada, sem nenhum equipamento, sem água, sem nada. Construiu o prédio e foi todo mundo para lá. Isso não é garantia, né, pensando enquanto cidade, mas foi o princípio de algo. Mas hoje dá para permitir isso? Não era nem para ter na época, mas assim, hoje dá para permitir isso? Não! Nós temos que ir pra cima, temos que debater. Porque tem que estar tudo conectado, né? O seu direito à alimentação, ao transporte, o seu filho à educação, ao esporte, cultura, lazer, enfim, tem que estar conectado! Não pode ser algo tratado de um jeito assim, tipo, se tiver recurso vai, se não, não. Então a gente também consegue visualizar isso quando existe um acesso de moradia, e essa moradia está conectada à cidade e não à parte da cidade. Então essa pessoa, ela vai ter mais facilidade para essa mobilidade [...] Mas eu acredito que é isso, que esses processos estão, tanto de ter escolarização, e você poder... e um poder crítico. Acho que está vindo uma geração aí com uma crítica bem bacana também. Acho que tem uma juventude nas comunidades... tem muita coisa acontecendo nas comunidades, eu acho que falta a gente olhar para isso, né? Até no nosso trabalho porque às vezes você tem lá uma caixinha de coisas, e aí você deixa de oportunizar assim todas as riquezas que têm naquele espaço, que muitas vezes a gente não vê né? (A.S. 5 - Gerenciadora).

O depoimento nos provoca a considerar que um olhar burocratizado da/o profissional pode induzi-la/o a uma percepção deturpada da realidade social, dificultando que identifique as expressões efervescentes dos territórios, de resistência e mobilização social – a exemplo dos movimentos da juventude nas periferias e outros diversos coletivos culturais que movimentam estratégias e constroem tensionamentos para romper silenciamentos.

Como destaca a entrevistada a seguir, a mobilização construída com as/os sujeitas/os deve consolidar propostas de inserções qualificadas da população para

construção de novos horizontes no acesso à cidade, aos serviços e às políticas públicas.

> [...] a gente dentro disso tá na organização ali, na mobilização, né? Explicando a importância de participar, de estar lá, para que seja consciente essa participação, e mesmo antes deles morarem a gente já tá tentando fazer esse trabalho, então levar pessoas que entende da discussão de território, já foi algumas pessoas lá discutir o que é território? Como é que é isso? Então um pouquinho ali eu entendi que é muito mais amplo também, eu não tinha muita essa clareza assim da questão do território, né? E a gente leva palestrante para falar disso pras famílias. Então essa "lente" eu acho que ela chega primeiro com essa tentativa de identificar a realidade do grupo, identificar a realidade daquele local, porque por mais que sejam movimentos, cada um é diferente, cada região é diferente e cada ideia política, o objetivo é o mesmo, que é a conquista de direito, mas a forma né, se é mais consciente, ou se é só discurso, é uma coisa que a gente vai identificando no processo, com todos os desafios que são colocados. Quando não tem esse entendimento do que é a proposta do nosso trabalho e que é a primeira coisa que a gente tem que construir, né? Não é outra coisa senão essa, sobre qual é a proposta do nosso trabalho, se não a gente não consegue trabalhar, e só isso já demanda mais de um ano, é um longo processo (A.S. 2 - Assessoria).

Ao destacar que o trabalho social deve explicitar os seus objetivos, a profissional revela que tal explicitação é construída sobre uma esteira prolongada de tempo junto às/aos sujeitas/os nos territórios e torna-se condição essencial para execução do projeto e para resultados significativos aos próprios interesses da população.

Retomando o aspecto relativo à construção de diagnósticos dos territórios, em entrevista exploratória, Koga direciona a uma reflexão provocativa quanto a essa modelagem de produção de diagnósticos ou, como melhor definiu, a atividade de realização de cadastros:

> O chamado diagnóstico que é feito não é um diagnóstico para mim. Para mim é um cadastro. Então aí você não tem de fato, a dimensão da história de vida das pessoas. Porque eu acho que teria, acho que é fundamental, principalmente nessa política e falando de programas de habitação de interesse social, quer dizer, seria fundamental você compreender, você criar mecanismos, porque é muito sério o que vai acontecer nessa intervenção. Você vai desterritorializar as pessoas e as pessoas terão que se reterritorializar. Na minha visão eu não vejo estratégias de análise desse processo ou de respeito a essa questão territorial das histórias. Aí você vê alguns resultados que se tem desses processos. Por que você tem um alto contingente de pessoas que retornam para os locais de onde vieram? E seus vínculos? Porque

> é isso, o processo de desterritorialização ele é feito pela própria pessoa, e quem não consegue volta mesmo porque aqueles vínculos são vínculos de sobrevivência física, econômica, emocional. Você criou toda uma rede de vida. (Entrevista exploratória, Koga, out. 2021).

Nessa reflexão Koga nos conduz a refletir sobre uma importante centralidade destinada ao trabalho social em habitação, que se refere aos processos de desterritorialização e reterritorialização da população com a qual a/o trabalhador/a se encontra nos territórios. Tais processos somente podem ser dimensionados se considerados a partir da existência de vínculos de sobrevivência física, econômica e emocional das/os sujeitas/os nos distintos territórios.

Para uma análise histórica (e por que não comparada) sobre importantes mudanças quanto ao escopo e às diretrizes de trabalho social ocorridas na cidade de São Paulo, a trajetória e o depoimento da profissional servidora efetiva registra uma síntese essencial a partir de 2007 no município, revelando também aspectos interessantes do ponto de vista da participação social e considerando sua experiência anterior na Prefeitura de Diadema como um contraponto de referência para sua análise da experiência de distanciamento das/os profissionais dos territórios.

> Eu fiz meu estágio na habitação. Comecei em 1999, foram dois anos 99, 2000 na prefeitura de Diadema. Retornei em 2001 pra prefeitura de Diadema. A gente tinha um trabalho muito voltado para a participação popular nesse período, né? A proposta da gestão então a gente trabalhava muito com mutirões, com formação de associações, até de cooperativas. Então era um trabalho com muita participação, né, da população, então a gente adentrava muito nesse território, conhecia muito a realidade, a organização desse território. Em 2001, eu fui um período para assistência, em Diadema também, ali 2003, 2004, a gente começou a discussão do SUAS, a implantação dos CRAS, e também assim com uma participação muito voltada para esse envolvimento com o território, com as especificidades de cada território, onde seriam implantados esses CRAS e uma construção muito coletiva. Em 2007, eu vou para a Prefeitura de São Paulo, mas por uma empresa, uma gerenciadora social, uma empresa terceirizada [...] E aí foi bem difícil assim para mim, eu tive um choque muito grande, porque eu chego lá e a gente tem um trabalho assim de execução apenas, né, construção nenhuma, era um trabalho que vinha muito pronto. A gente não participava do planejamento, não participava da construção e muito menos tinha esse envolvimento direto com o território. Fiquei até 2010 nessa prestação de serviço para a prefeitura de São Paulo. Em 2010, eu entrei pelo concurso, estou até hoje. Quando eu entrei na prefeitura de São Paulo, ainda existia um pouco esse trabalho mais voltado para o território, porque nós tínhamos grandes urbanizações acontecendo em São Paulo, e eu fui trabalhar em uma dessas grandes urbanizações que foi no Jardim São Francisco, que fica em São Mateus. E lá, a gente conseguiu construir

> vários grupos, tivemos um trabalho de fortalecimento das lideranças locais que já existiam, mas elas eram muito desarticuladas, né, por ser um território muito grande, tínhamos várias lideranças cada uma fazendo um trabalho no seu núcleo, mas não tinha essa visão do todo. E aí o nosso objetivo era fortalecer essa liderança para que eles trabalhassem juntos nesse objetivo comum de melhorias para o território. E aí eu fiquei até 2014, né? Fiquei esses quatro anos lá. Teve essa formação de lideranças, teve a criação de um grupo para trabalhar especificamente a questão do meio ambiente, que foi a zeladoria ambiental, eu ia muito pouco na secretaria, a gente ficava muito dentro do território, e era um trabalho que era bem construído também junto com a gerenciadora, como a gente estava ali junto com eles no dia a dia, na execução do trabalho, então a gente acabava que construía muito com a gerenciadora, com as lideranças, com a população de uma forma geral. Em 2014, esse trabalho foi encerrado. E aí eu volto a ficar com trabalho mais presencial dentro da secretaria e de lá para cá, eu venho observando um **distanciamento cada vez maior do técnico com esse trabalho no território, o nosso trabalho ele foi ficando cada vez mais administrativo, mais focado na revisão de produtos que as gerenciadoras enviavam, com pouquíssima proposta de construção e que foi diminuindo no decorrer dos anos.** A gente passou a usar muitos documentos, diretrizes de trabalho do governo federal, então hoje a gente não tem mais, na secretaria, diretrizes próprias de trabalho, do trabalho social, a gente tem equipes muito desarticuladas, né? Então lá nós somos divididos por regionais, cada regional desenvolve o seu trabalho, sem uma conversar com a outra, sem ter uma construção única do trabalho. **Então, se existe esse distanciamento entre nós do trabalho, muito maior ainda do território, que deveria ser o nosso campo de atuação e de construção desse trabalho.** Eu acho super necessário, né, para a população, para construção mesmo de possibilidades de integração desses territórios, a cidade, esse trabalho construído de uma forma coletiva, mas que hoje a gente não tem vivenciado isso na prática, infelizmente (A.S. 4 – Prefeitura).

O depoimento da profissional é preciso em localizar um giro significativo no desenvolvimento das ações de trabalho social, que se por alguns anos (principalmente nas décadas de 1980 e 1990) esteve colado às lutas sociais, hoje se espelha (e reflete) os intensos processos de desmobilização social.

Se a profissão é produto dos movimentos da sociedade, sendo, por exemplo, as lutas urbanas e os confrontos históricos entre as classes sociais responsáveis por movimentar os processos de formação profissional – como inclusive se mostraram capazes de imputar questionamentos as bases do Serviço Social Tradicional – será também fundamental reconhecer que o momento presente demarca um amplo movimento de retrocessos sociais e um alto grau de despolitização da sociedade brasileira, implicando influências muito significativas e determinantes para o estágio atual da profissão em nosso contexto nacional.

Sofremos um período intenso de fragmentação das lutas sociais. Trata-se de uma profunda alteração nos modos de organização da sociedade civil e dos movimentos sociais e coletivos organizados, com forte impacto na fragilização das lutas pela reforma urbana e tantas outras bandeiras importantes para a classe que vive da venda de sua força de trabalho.

Como destaca Santana,

> O próprio Serviço Social brasileiro apostou na democracia, e foi apostando na política pelo campo da possibilidade da democracia e foi se afastando da luta, dessa luta aqui que tá no território da vida né? Eu já tenho essa percepção desde lá dos anos 90, então muitas lideranças elas apostaram no Estado e deixaram de fazer o tensionamento e a própria formação daquela base que esteve lá. Era um movimento de base, isso se afastou. Cadê a base? Aí alguém diz assim: "Temos que voltar pra base". E eu digo: "Com que projeto? Qual é teu projeto de voltar pra base?" Porque com esse campo de fragmentação das lutas que aí abre pela pós-modernidade que também é outra questão aí, onde é que tá a luta né, onde é que tem uma unidade dessa luta? Então pelos próprios movimentos sociais têm uma alteração muito grande desse desenho de movimentos sociais e muitos desses movimentos sociais participaram dos esquemas de corrupção vinculados ao Minha Casa Minha Vida Entidades. Então se agarrou ali... então deixou de ter aquela... que faz parte da dinâmica de alteração né. Então isso vai impactar na fragilização das lutas pela reforma urbana naquela concepção de gestão e evidentemente que essa ambiência ela vai chegar na academia, vai chegar na formação, e evidentemente no trabalho profissional[155] (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

Partindo dessa importante provocação, assim como do reconhecimento de que a política circunscreve o trabalho profissional com bordas neoliberais, circunscrevendo também o/a trabalhador/a, seu modo de pensar e suas ações cotidianas, reafirmamos a necessidade de elencar estratégias metodológicas precisas que contribuam e façam frente ao conjunto de demandas reatualizadas pelo aprofundamento do conservadorismo no Brasil, a fim de contribuirmos para ampliar a justiça social e aumentar os acessos na perspectiva de fortalecer a luta das/os trabalhadoras/es e coletivos populares, registrando marcas de respeito às necessidades da população e disputando concepções diante da nova morfologia do sistema capitalista.

[155] O debate sobre a participação/democracia participativa, movimentos sociais e organização da sociedade civil não são objeto desta tese, mas cabe ressaltar que a contribuição do depoimento suscita importantes aprofundamentos teóricos e conceituais sobre a temática.

Nessa direção, a discussão de Yolanda Guerra sobre a instrumentalidade no Serviço Social nos parece fundamental. A autora oferece uma análise profunda e crítica sobre o papel dos instrumentos e da instrumentalidade no trabalho profissional, destacando que a instrumentalidade não se limita aos instrumentos técnicos e operacionais utilizados pelas/os profissionais, mas estão, ao contrário, associados à capacidade de articulação das/os trabalhadoras/es quanto às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão.

As experiências protagonizadas pelas profissionais vinculadas às assessorias técnicas deixam pistas significativas nesse sentido:

> [...] na profissão o quanto essa intencionalidade política traz a criação dos instrumentos. Não posso falar por todas as assistentes sociais do movimento, mas [...] a gente tenta trazer um pouco isso, essa ideia da profissão para a prática. A gente começa a pensar se dentro dos instrumentais que a gente tá criando tem qual intencionalidade política deles, então, a gente planeja essas coisas, a gente junta tudo que a gente tem, por isso que eu falei, a gente registra, e é intencional. A gente registra e a gente quer ver a partir daquilo que a gente criou, o que que a gente produziu, o que que isso os demandou, né? Qual foi o resultado daquilo, no sentido de entender se a gente está conseguindo, não é uma coisa de projeto: "Aí vamos ver se a gente conseguiu alcançar o nosso objetivo", mas não, é se a questão pra gente, da profissão mesmo, ela está colocada dentro desses processos de trabalho que a gente faz. Eu acho que a diferença da prefeitura é que é muita demanda de trabalho, não que a gente não tenha, mas acho que prefeitura é mais porque é o órgão responsável por atender. A gente tá ali numa construção de contribuir, mas de embate digamos assim, né? Mas assim então a gente acaba criando esses espaços de diálogos entre os profissionais (que não funciona com todos tá) tinha outras pessoas que achava besteira a gente ficar sentado e discutindo isso, que não ia chegar a lugar nenhum, dentro da própria assessoria técnica. Então, a gente conseguiu perceber que funciona, que a gente conseguiu, sei lá, vou pegar uma coisa que parece bom, um instrumento, que a gente criou a parte para a gente tentar fazer com que as pessoas enxergassem a ideia da classe trabalhadora, a divisão de classe, a classe burguesa, e a gente levou algumas atividades sobre a discussão do trabalho alienado e tudo mais, com algumas coisas que a gente achou que ia chamar a atenção do grupo, porque tinha a ver com a realidade deles, ou seja, um instrumento criado a partir do cotidiano das pessoas, do que elas se identificam para a gente conseguir aplicar a nossa proposta de trabalho. E com o passar do tempo a gente foi vendo que pelas narrativas das pessoas, pelos elementos que eles traziam nos outros trabalhos, que isso funcionou. Se isso é uma regra, a gente consegue fazer sempre? Não! Porque às vezes o cotidiano do trabalho é tão intenso, né? Principalmente quando tem essas questões da política pública que a gente é engolido por ele, não consegue discutir o trabalho e cumpre só a burocracia mesmo, né? Então aí é a hora que

> a gente tem que parar e retomar né? Mas já aconteceu também, porque é isso, a gente: “Ah, eu sou herói, a gente sempre funciona!” Não né! A gente tenta repensar, mas muitas vezes a gente já cumpriu sim, só burocracia, tipo o “Pode Entrar” mesmo, que não deixa a gente colocar as coisas que a gente faz, é uma forma de fazer a gente não pensar sobre o trabalho que a gente está executando, no meu ponto de vista, porque “Ah, vamos fazer então só o básico, né? Se eles só querem o básico, né?” Uma pessoa falou isso para mim: “Vamos fazer só o que eles querem”. Eu ouvi isso em uma reunião de várias assistentes sociais. Se você se deixa engolir por esse cotidiano, você não consegue mesmo. Então eu percebo nas narrativas das pessoas, eu percebo quando tem mudança de comportamento em relação àquela mesma questão que era colocada enquanto uma reprodução ideológica da classe burguesa. Tem algumas coisas singelas que a gente percebe que essa instrumentalidade, digamos assim, essa coisa do trabalho do assistente social que é específico no meu ponto de vista, é bem particular do profissional de Serviço Social, ela parece [...] quando eu tava na prefeitura era muito diferente. Não era assim, o cadastro, esse mesmo né? Não é construído coletivamente a partir do que eles precisam, então muda um pouco essa questão. E mesmo assim tem coisas que a gente não concorda e aparece por exemplo: “Coloca aí, número do associado!” A gente odeia essa palavra, e a gente tem discutido... é a nova discussão: “Gente, vamos parar de chamar as pessoas de associado?” “Mas é a forma que a gente chama.” “Então o que que é associado? Vamos discutir isso? Parece uma coisa de sócio isso!” (risos). Parece que não tem problema no movimento, mas tem muito tá (A.S. 2 - Assessoria).

Ao apontar a diferença de que os registros profissionais devem surgir da intencionalidade profissional que os elege e não propriamente de um conjunto de requisições externas e normatizadas, a profissional destaca ainda o relevante diferencial da realização de diagnósticos e cadastros entre os trabalhos associados à esfera pública ou terceirizada do município e aqueles desenvolvidos pelas assessorias técnicas vinculadas aos movimentos de moradia. E continua:

> A gente não contrata. Eles não contratam ninguém, né? Por um lado, é perfeito, né? A gente vai estar junto ali, identificando. Acho que o que pega mais é a quantidade mesmo de profissionais que estão trabalhando ali pra fazer às vezes um diagnóstico tão grande, mas a gente faz junto com eles, inclusive pra construir o instrumental que a gente utiliza pra fazer esse levantamento, que não é só isso, né? Isso é uma das coisas, é junto com a coordenação e as famílias, porque a gente cria comissões das famílias, né? Então eles falam: “Ah não, mas a gente tem que perguntar isso!” Eles trazem problemas que a gente não teria pensado. Eu não teria pensado de verdade. Por exemplo, a questão dos animais na hora que vai morar. “A gente quer que põe no cadastro quantos animais têm, se tem, se não tem, e que tipo que são.” Aí eu pergunto: “Mas porque que tem que ter isso?” E eles vão trazer: “Ah, porque se a gente não identificar isso, lá na frente como é que vai fazer com tantos!” E aí é verdade, a pessoa que tem cinco cachorros,

> pastor alemão, sei lá, tipo, até isso é uma coisa que eles constroem com a gente né? E aí eu acho que é mais real. Porque a gente acaba num formato, aí eu não quero menosprezar também os processos da prefeitura, mas eu vou falar por mim, enquanto eu trabalhava, a gente seguia um padrão que é o que precisa, por exemplo, para regularizar. Eu trabalhei numa área [...], que era de 3.000 famílias, na verdade a gente descobriu que era muito mais, mas pra fazer o cadastro a defensoria mandava e falava: “Tem que ter isso! A gente quer saber essas coisas!” Então o cadastro era feito especificamente para essas coisas, né? E lá não. Lá a gente vai com uma coisa do que a gente precisa, mas também inclui coisas do cotidiano, do que eles levantam, enfim. E eu acho que essa é a parte legal de trabalhar direto com o movimento. E a gente vai ter que pensar sobre aquela realidade. Vai gerar alguns gráficos e tudo, mas aí tá inserido em que contexto? Qual a luta, né? Enfim, vamos discutir com as lideranças qual é a realidade daquele grupo. A gente tem que apresentar um diagnóstico pra eles sabe, e muitas vezes depois que a gente faz ainda aparece alguma coisa que faltou, aí a gente volta… enfim. É muito legal esse processo de poder fazer isso junto com eles e deles se verem né? Porque não é uma coisa que vai para um órgão e fica lá. Volta para eles, eles se veem e eles participam disso, né? (A.S. 2 - Assessoria).

3.3.2. Interconexões que integram a realização do trabalho social

A fim de abordar um outro conjunto de interconexões presentes na realização do trabalho social, questionamos as profissionais participantes da pesquisa quanto às demandas identificadas no cotidiano profissional. Os relatos revelam importantes tensionamentos presentes no dia a dia a partir de suas experiências.

A profissional que se vincula à empresa gerenciadora de trabalho social faz menção a uma crescente tendência de monetização das necessidades sociais e revela que as competências e atribuições profissionais são constantemente acionadas na área habitacional, demandando respostas da profissão à dinâmica de vida e mobilidade da população nos territórios.

> As demandas elas são mais voltadas para a questão da moradia assim, eu digo assim o primeiro contato, então assim as demandas que mais têm chegado são de por exemplo, dependendo da área, famílias que vão reivindicar o direito, alegam que não foram contempladas, que residiam em casas que foram removidas e que elas foram inseridas no auxílio aluguel e que não tiveram atendimento, que seguindo os critérios, outras pessoas foram atendidas antes que eles né? Então tem esse tipo de demanda. Tem muita demanda de mudança de titularidade. E essas demandas de troca de titularidade são frequentes, porque existe uma portaria na secretaria, portaria 131, que ela normatiza essa questão do benefício, né, do acesso ao que eles agora chamam de atendimento habitacional provisório, né, o auxílio aluguel, E tem alguns critérios que eram muito fechados, e aí

> recentemente, por conta né, de não ter unidade habitacional e foram surgidas várias demandas de remoções de áreas e que não tinha como alternativa e as famílias resistentes não queriam sair e também foi lançado o programa Pode Entrar pela prefeitura, então foram publicadas novas... por exemplo, a prefeitura agora, dependendo da intervenção, ela pode oferecer a indenização enquanto uma alternativa de atendimento habitacional definitivo, que até um tempo atrás a gente não tinha, isso é recente de 2022 para 2023. Esse atendimento das famílias com indenização, que é feita avaliação do imóvel, utiliza-se o VAP (Valor Unitário Padrão Apartamento), como referência e é feito o cálculo, aí tem uma bonificação que a secretaria, porque dependendo da moradia o valor é muito baixo, eles não vão conseguir adquirir um outro imóvel, porque se a família optar pela indenização, vai ser cadastrado e registrado como atendimento habitacional definitivo já, essa família depois não tem direito a um outro atendimento. Então essas legislações novas que foram editadas pela prefeitura trazem essas outras possibilidades, né? Só que os critérios também eles são rígidos, né? Então assim, existe um recadastramento do auxílio aluguel, então assim existe muito isso, famílias que são bloqueadas no seu benefício, então isso é uma demanda que chega muito para as equipes, né? Para ser desbloqueado existe uma série de documentos que a equipe precisa fazer, e aí uma delas é exigência do relatório social, é preciso a equipe elaborar um relatório social explicando né, a situação daquela família, então o papel do assistente social é bem importante nesse contexto, o relatório social é privativo né, é uma atribuição privativa né. Então para esses casos é demandado… existe muitas áreas que isso assim, são feitos muitos, é tanto que eu precisei dar apoio numa área na construção desses, de parte desses relatórios, porque estavam acumulados muitos desses relatórios, então existem casos de separação, de falecimento, outras coisinhas que a gente sabe que às vezes a pessoa é obrigada, mas você não tem como intervir, é muito complicado quando você vê que aquela pessoa tá indo abrir mão de um atendimento que era um direito da pessoa, então isso é muito complicado (A.S. 3 - Gerenciadora).

Outro tensionamento relaciona-se às/aos trabalhadoras/es sociais frente às problemáticas do “pós-ocupação”, que incluem os contextos da população vivenciados a partir de intensos desafios enfrentados pela *vida enquadrada no formato condomínio*.

> É muito comum também que as famílias procurem, principalmente, quando já se está no pós-ocupação, então essas demandas ampliam né? Aí você entra principalmente na questão dos conflitos, né, os encaminhamentos no condomínio são mais complicados, né? Porque aí você tem, principalmente, com a questão da regularização do condomínio, que o condomínio precisa estar bem constituído, fundamentado, com pessoa legal, conta aberta, com CNPJ, as contas tudo no nome já, porque é uma outra realidade, né? Então às vezes, tem condomínio, vou te contar, que tem experiências até que quer proibir a entrada do trabalho social, porque a partir do momento que você tem um condomínio formalizado, eles decidem né? Quem

acessa, quem não acessa no seu entendimento. Nós tivemos casos que a equipe precisou negociar porque tinha o prazo da Caixa para cumprir para continuar desenvolvendo o trabalho. Tudo depende do contexto, entendeu? Então são demandas... isso acontece bastante, né? Então assim, existe aqueles empreendimentos que quando são entregues que as famílias ainda têm aquela dependência da equipe social, que a maioria dos empreendimentos a equipe permanece, inclusive tem uma salinha fixa lá nos centros de convivência, né, dos empreendimentos, tem os dias fixos que a equipe tá lá para atender, inclusive agora com a equipe específica de gestão condominial, já que tá a prerrogativa lá da legislação. Então chegam muito essas demandas de, principalmente, inadimplência, principalmente demandas de problemas construtivos, que aí nessa nova perspectiva de PMCMV a equipe já não pode intervir tanto, porque já é um elo direto, né, do morador com, dependendo se é via construtora da Caixa ou direto com a Caixa, né? Então mudou muito a perspectiva dependendo do empreendimento. Quando o empreendimento é ainda por SEHAB, por setor de contrato, você ainda consegue medir ali com a equipe de obras, da própria prefeitura e você consegue dar os encaminhamentos, né? Então chegam muitas essas demandas e no condomínio, principalmente, chegam as demandas de questões de gênero, questões de violência, isso tudo o profissional se depara e também pessoas com deficiência é uma atenção que o profissional se depara muito sabe, as dificuldades do acesso, às vezes quando a mudança das famílias de um território para outro, porque aconteceu recentemente, recentemente que eu digo há dois anos, de famílias que foram mudadas de uma região pra outra muito distante e que assim teve que mudar toda a rede de atendimento dessas famílias, as famílias ou não foram inseridas tanto nas UBSs ou principalmente nas escolas, então isso é feito uma interlocução prévia, isso aí é uma atribuição da Secretaria de Habitação, a equipe terceirizada encaminha os dados, mas toda essa interlocução é feita via secretarias e eu posso falar desse caso porque eu participei da avaliação agora e as queixas das famílias eram essa, que achavam que não foram bem recebidos nas unidades de saúde, que tem dificuldade de inserir as famílias, principalmente, no ensino médio, fundamental 2, médio... então assim são essas dificuldades que chegam e muitas vezes a equipe que tá lá na ponta não tem como intervir, não tem como dar uma resposta satisfatória, o que ela consegue fazer é encaminhar isso para secretaria, aí como eu te falei, dependendo de quem está à frente da secretaria, dependendo, porque eu não sei se é norma, eu não sei te explicar se isso é legalizado, mas dependendo do setor da secretaria, eles falam que as parcerias e as interlocuções com parceiros é uma atribuição do setor público, então eles não conferem essa atribuição para o profissional que tá lá na ponta, então isso é feito antes, então você dá todo esse suporte, mas essa interlocução é feita lá em cima, via oficio, tudo mais, mas tem já regionais que não, que fala: “Não vamos lá sabe, que faz parte, vamos lá, vamos negociar, vamos trazer pra perto”. Quando é assim funciona melhor, é a questão da burocratização aí. Quando que você tem essas possibilidades de diálogo, de intervir mais diretamente, os resultados eles são melhores e são mais rápidos também. Mas as demandas que chegam para equipe, no geral, elas são bem fragmentadas ou nas frentes de obra, essas questões de reivindicação do atendimento habitacional que eles entendem que tenha sido negado por alguma

> forma, alteração na titularidade, né? Mediação de conflitos que acontecem aí nesse percurso e... porque assim, as demandas para atendimento habitacional, elas são muito intensas nessa fase de preparação, então são respostas que já são meio que automáticas essa, precisa de tal documento, então são as regrinhas lá, morador tem que ir para apresentar. Então a equipe se depara muito, principalmente, com composição familiar, isso é uma dificuldade enorme que o trabalhador enfrenta para fechar demanda, para encaminhar para assinatura de contrato, que você tem uma listinha lá que você tem que atender e as documentações, quando eles checam o cadastro original para depois a SEHAB não ser alvo de processos de demanda, quando eles chegam lá a demanda, por exemplo, se uma área que foi removida há 10 anos atrás, vai ser atendida agora, então muita gente morreu naquela demanda ou se separou, ou foi embora... então se você não tiver... já teve gente que deixou de receber o atendimento porque não conseguiu comprovar toda demanda, entendeu? E aí às vezes isso leva a pessoa várias vezes no plantão. E tiveram casos também, por exemplo, como a secretaria mudou o recadastramento, as regras, as famílias elas não podiam ter locação, por exemplo, de auxílio aluguel (eu tô me referindo ao contexto São Paulo e na região metropolitana). Só podia apresentar contratos de aluguel se fosse em São Paulo, então se você tava morando fora da cidade você ia ter seu auxílio bloqueado. Outra coisa, você tinha que comparecer presencialmente se você tava lá no nordeste, porque você não tinha previsão de quando era seu atendimento, as pessoas tinham que vir se não tivesse uma justificativa plausível, entendeu? Então isso demanda muito atendimento das equipes (A.S. 3 - Gerenciadora).

O relato da profissional possibilita tecer algumas relações teóricas com a diversidade de demandas refletidas por sua experiência de trabalho.

É importante considerar que os conjuntos habitacionais estão imersos em uma esfera de impunidade e corrupção, uma dimensão porosa que não difere das extensões dos órgãos públicos, da dimensão político-partidária e da própria gramática dos territórios e novos contextos de sociabilidade no Brasil.

A presença dos grupos que respondem pelo tráfico de drogas e ligados ao crime organizado exercem determinações importantes nas relações sociais existentes no interior dos condomínios, pois definem regras de conduta e o “proceder” dos que naquele espaço se relacionam, sendo tais definições orquestradas por um conjunto diverso de ameaças e violências.

Há uso indiscriminado da força física, ainda que a força também se expresse pelo poder das palavras, da autoridade e da dominação. E se estabelece, com isso, um novo padrão de valores que se redesenham no cotidiano de vivências e impactam os modos de vida da população, de modo que o medo vai sendo tecido com o fortalecimento de discursos e estratégias para que o público se privatize.

Na esfera do que muitas/os assistentes sociais puderam perceber pela experiência de acompanhamento dos trabalhos de pós-ocupação, já a partir da segunda década do século XXI (em especial nos projetos do PMCMV), os projetos arquitetônicos dos conjuntos, prevendo um modelo de "condomínio fechado", não mais prescindem dos serviços de "segurança privada" (empresas de portaria), serviços ofertados por funcionários *in loco* ou, como se tornou bastante comum, os serviços de "portaria remota" ou "portaria virtual"[156].

Nessa esteira, o atual estágio capitalista em sua máxima expressão de vigilância toma forma e conteúdo, revestido como a mais alta tecnologia e responsável pelo aprofundamento das formas mais intensificadas de exploração daquelas/es que vivem da venda de sua força de trabalho.

Segundo Caldeira (2000, p. 5), essa forma de enfrentamento da violência por meio de alternativas que se deslocam para a esfera do privado alimenta o "ciclo de violência em vez de contrapor-se a ela", revelando que "é exatamente o ciclo de violência o alimentador do medo social" (Baierl, 2004, p. 63).

Assim, a dimensão da violência (em suas múltiplas facetas) é demanda transversal para o trabalho social em habitação. Como destaca a profissional em seu depoimento, essa violência não é apenas atravessada pela ausência de moradia, mas também em face das situações que envolvem as expressões de machismo, violência doméstica, múltiplas situações de assédio ou mesmo pelo contexto da insegurança alimentar, sendo a fome uma expressão amplamente presente para as intervenções demandadas ao trabalho social.

> Olha, no movimento a gente não tem muito atendimento individual, né. No movimento os problemas, normalmente, são resolvidos no coletivo e eles não chegam pra mim diretamente. Eles chegam para as

[156] Nessa modalidade de prestação de serviços, a empresa contratada atua por meio de uma proposta via "telepresença" de seus funcionários. As/Os profissionais de segurança atuam de forma remota para realizar o controle de acesso, substituindo a figura do porteiro, já que a identificação da entrada é feita através do uso de biometrias cadastradas e por meio de câmeras de vídeo por profissionais alocadas/os em uma *central de monitoramento*. Além de abrir, fechar as portas e portões dos condomínios, as/os profissionais podem também realizar o monitoramento de outras dependências/áreas comuns dos condomínios. Essa modalidade de contratação tem sido amplamente difundida e aceita justificando-se como uma melhor alternativa aos condôminos frente aos custos envolvidos se comparadas à modalidade presencial de prestação de serviços, mas sobretudo porque apela para uma concepção de impessoalidade na prestação dos serviços, já que a/o profissional não é conhecida/o pelas/os contratantes, assim como não constrói vínculo com as/os moradores. A central de monitoramento permite que a empresa oferte contratos para diversos condomínios ao mesmo tempo, obrigando que suas/seus funcionárias/os tenham jornadas mais intensificadas e acúmulo de funções, monitorando mais do que um edifício por período de plantão.

lideranças. A gente tá junto, mas tem umas coisas que primeiro, passa por eles, né? Então não chega. Muitas vezes o que chega é depois de alguma reunião, alguma assembleia, alguma atividade que a gente faz que as pessoas nos procuram para poder conversar ali com a gente. Então a gente não tem essa coisa mais direta. Mas o que eu percebo assim, do que chega para mim, é uma coisa mais voltada para a questão das mulheres. Por incrível que pareça essa coisa da violência doméstica que se reforçou na pandemia sabe, e para mim foi um desafio porque não é uma área que... eu acho que por um bloqueio eu não queria estar muito perto dessa discussão, mas é o que vinha chegando assim. Assédio no mutirão, dentro do espaço do movimento, violência doméstica em casa. Teve uma pessoa que o marido colocou ela para fora de casa com os filhos para morar com outra, só dando um exemplo assim, então eu tive que começar a me apropriar mais dessa discussão e que foi bom para mim enquanto profissional. Foi uma coisa muito forte mesmo. Então o que chega muito para mim é isso, assédio, violência doméstica e tudo. E outra questão que eu acho que me impacta e eu fico pensando o que fazer ali que acho que é um problema que tá acontecendo no movimento, mais que é estrutural, é o machismo nas lideranças, inclusive e principalmente, nas lideranças mulheres. De dizer: “Não, isso não tá acontecendo, assédio nada, ninguém mandou ela vir com o short curto!” Sabe, coisas desse tipo, que você pensa que não vai acontecer dentro do espaço do movimento, isso acontece bastante, então ainda é um desafio para mim como trabalhar isso com as lideranças, para mim não, para nós que estamos no movimento ali. Tem outras questões? Tem. Eu acho que tem em todos, que é a questão da fome, que é a questão de não ter onde morar e tudo mais, mas normalmente são coisas que o movimento traz para por exemplo: “Vamos fazer algumas ações solidárias momentâneas”, mas também estão indo atrás, ali junto com a União, de discutir isso de uma forma coletiva, né, de conseguir recurso de política pública, mas por exemplo, na pandemia eles conseguiram de instituições que tem que gastar com o social mesmo, não é que eles são bonzinhos, mas eles têm ali na política da empresa que gastar, então fizeram algumas ações para essas questões. Mas essas questões a gente discute coletivamente né, na União, mas o que chega e eles não querem falar para qualquer pessoa, para mim o que tem chegado é muito isso [...] é uma questão que me pega [a violência doméstica] porque acho que por ter também vivenciado situações como essas, e que eu não queria trabalhar, mas que é muito importante para o trabalhador do Serviço Social, é uma chave mesmo, uma marca e que está presente em todos os espaços e eu tive que me apropriar da temática. [...] A gente tentou identificar um pouco o porquê que as mulheres não podiam ir até a sede onde a gente faz as formações e algumas questões apareceram. A questão financeira mesmo de deslocamento, então: “Eu não posso participar dessas formações e tal e aí sair daqui e ir pra lá... gastar não sei quantas conduções, né?” A outra é o marido que não quer que a esposa saia de casa. E isso é muito presente dentro desses espaços assim, e nessas coisas todas de ir nos espaços fazer as formações com as mulheres, de outros movimentos, como um todo, não só os que estão sendo atendidos com moradia, mas a gente foi para o amplo, né? Porque como eu te disse isso me tocou. A gente descobriu uma coisa que vem sendo discutida ultimamente, mas que eu também ainda não tinha me apropriado, que é o direito ao acesso à água. Que é o básico,

> do básico, do básico (risos), que impactou muito na questão da pandemia e que tem famílias que estão em ocupação, em áreas consideradas irregulares, que por conta disso não têm há 30 anos água encanada. Eles buscam numa mina horrorosa a água. Então isso é uma coisa que apareceu por conta dessa ilegalidade burocrática, né? Que a gente tá tendo que trabalhar também, e foi por um caminho que era pelas mulheres e chegamos nesses pontos, então, são questões que para mim surgiram na pandemia, a questão do direito à água essas coisas que eu acho que a profissão também tem que olhar (A.S. 2 - Assessoria).

O tema da diversidade também foi explicitado como um aspecto essencial a ser considerado para o universo das requisições realizadas ao trabalho social, já que tais questões, como destaca a profissional entrevistada, estão presentes também enquanto perfil da categoria profissional, cujo debate não pode prescindir de uma disputa contundente com as expressões do conservadorismo.

> Hoje, acho que os eixos não têm muita alteração, mas as práticas, elas hoje, eu vou falar da minha experiência, eu acredito que exige uma análise nossa de estudo que não é apenas mais de falar de classe, de desigualdade social, né? Então quando eu percebo isso, isso para mim se torna algo fundamental, eu busco debater, dialogar com os meus colegas. De fazer lá um encontro, de poder pensar isso, pensar o Serviço Social e habitação, porque as pessoas não fazem leitura, tem uma crítica só para o outro, então assim: “Há a empresa isso... a empresa aquilo...” Que ninguém tá dizendo que não tem que fazer, mas só isso não sustenta, né? Quando eu não faço uma análise minha, que caminho que eu tô seguindo e fazer com os meus pares, eu não vou ter, porque hoje eu tô aqui, amanhã eu posso sair. Então acho que tem aí uma galera mais velha muito conservadora que tá assim: “Eu sei fazer isso, isso, que tá ali no computador há 20 anos, não me peça mais nada”. Aí você chega com, eu não quero falar a palavra diversidade agora, mas é difícil sabe assim, plural, com tantas outras possibilidades, profissionais, muita mulher trans, tem profissional é muitas assistentes sociais lésbicas, homens gays, pessoas não monogâmicas. E aí trazem assim é da questão pessoal da pessoa, mas a gente não descola, então assim, isso também diz sobre você, sobre a sua pauta, sobre as suas questões, porém, e aí acho que tá tendo uma dificuldade, porque a organização ela não tá pronta e eu nem acho que vai estar, mas também não sei o quanto ela tá preparada para fazer esse movimento. E não dá mais, é uma coisa que eu falo lá, eu me sinto confortável para falar com qualquer pessoa, gente não dá mais não. A gente não tá em 80. Anos 80 é importante para caramba, 90, mas a gente tá em 2023, a gente tá entrando em 2024. Então de que maneira que a gente vai fazer isso, não dá pra eu: “ah, não quero saber de negro”, não dá, “Ah, eu não quero ouvir de deficiente”, não dá sabe? [...] falando da população, por exemplo, nesse local que eu falei que tem essas pessoas, né? Que são deficientes e tal, nesse condomínio e no condomínio ao lado, por exemplo, o que a gente identifica lá no cotidiano, que nos procuraram:

> mulheres trans, aí você fala “Ah, porque?” Pra retificação, para poder fazer uma atividade, e é todo um processo de um jeito de... não é que “ah, é diferente”, mas a gente precisa saber humanizar as pessoas para que elas também se aproximem de nós. Se a gente olha com olhar de exótico, parecendo que elas são do zoológico não dá né? Tipo, não dá para fazer isso, né? Um olhar de estranhamento, um olhar arregalado, uma postura muito fechada. Então esses cuidados a gente precisa ter, e essas pessoas estão chegando, né? Essas demandas estão chegando, então eu não vejo muito diferente, você vê tipo de estar nesses espaços assim, tanto internos como externos. E eu acho que algumas outras coisas que a gente tem uma... eu acho que a cidade ainda funciona muito mal no aspecto que é articulação. O funcionamento de cada política e essa política conversar com outras e isso fomentar para a comunidade. E isso ainda... e os equipamentos. Então eu vejo muitas vezes uma dificuldade e como a gente está no cotidiano e tá no quintal das pessoas, às vezes dentro da sala da pessoa, e é o serviço, até hoje, que é o que está mais ali, os outros equipamentos em geral, eles aguardam a pessoa ir até eles né? Isso é uma prática, né? Da maior parte dos serviços, fora uma visita ou outra. Então às vezes tinham equipamentos públicos que funcionavam muito bem, a tipo quinze anos atrás, dez anos, e aí rompeu, quebrou, não tem mais recurso. Tem uma coisa também que veio muito forte, não é só na habitação, nos outros serviços também: as terceirizadas. Isso veio assim de lavada. Serviço de saúde não tem mais quase, diretamente, né? É tudo alguma organização, igual quando eu trabalhei no Paraisópolis, eu trabalhei, e lá tinham vários serviços de saúde tipo, três UBSs, todos do Einstein, todos! Então assim, e isso tá, são outras empresas, mas elas estão na cidade toda, né? OSCIPs (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), elas estão aí. E muitas vezes, de uma forma muito precarizada, não dando conta de atender e aí essa população também não chega, né? Tipo. “E aí? Eu não sei onde é o serviço, você pode me ajudar?” Então essas mudanças também governamentais atingem, atravessam essa comunidade, isso vai variar o território, que tem uns que estão mais qualificados, outros estão muito invisibilizados né, mas isso também chega para gente né, normalmente porque quem tá ali com plantão, pensando assim nos condomínios, né no pós-ocupação, quem está ali é o trabalhador social, então é para ele também que chega né? (A.S. 5 - Gerenciadora).

Em seu depoimento a profissional revela que os tensionamentos à profissão são também transversais pois estão permeados pela dimensão da terceirização como um modelo pragmático de gestão no município de São Paulo, para além da área habitacional na cidade, aspecto que não apenas influencia no processo de construção de vínculos das/os profissionais com os territórios e a população (dada a maior tendência de rotatividade entre as contratações para atendimento), mas sobretudo acarreta maiores dificuldades em estabelecer uma intencionalidade de cunho político-pedagógico diante da racionalidade mercantilista própria dos projetos de terceirização.

No entanto, como expressão contraditória desse movimento, a profissional terceirizada participante da pesquisa destaca que o trabalho social não pode prescindir de sua dimensão política e deve utilizar diferentes estratégias, inclusive os princípios da educação popular, a fim de construir seu percurso de intervenção profissional.

> [...] eu sempre falo, lei não é algo congelado, lei é algo que tá em movimento. E a gente teve isso com esse último governo. “Ah não a gente conquistou, vamos dormir tranquilo. Não existe isso gente, hoje tem, amanhã de madrugada eles podem ir lá no Senado, sei lá onde, falar “Não, vamos tirar isso aí”. Se as pessoas não estiverem minimamente conscientizadas disso (e aí de novo esse processo eu acredito que é pela educação popular) não é de cima para baixo, é no cotidiano. E aí eu acredito que isso também é papel fundamental do trabalhador social. Então a gente estar na área não é para executar tarefa, é para trabalhar autocrítica, se essa palavra é assim, dessa população. É agregar para eles, eles têm muita coisa, a gente vai chegar com mais bagagem para poder levar um debate. Eu tava jantando no bar e tavam no Datena e tinha acabado de falar de um homicídio, feminicídio, eu nem olhei para TV, aí eu só comentei com esse rapaz, eu falei: Me desculpa, não tem condições esse canal. As pessoas trabalham o dia inteiro, três horas de transporte...” ele tava me olhando assim, tipo: “O que que ela tá falando?”, e depois assistir isso? Eu falei: “Meu amigo, vamos lá, se fosse um programa que fizesse um diálogo... olha, ele tá mostrando a violência, mas ele abre para um debate, ele faz uma crítica, ele leva para uma reflexão, porque será que esses homens estão matando essas mulheres? Por que será que isso acontece? Gente vamos pensar...” ele falou: “É mesmo, né?”. Eu falei, então, ele faz isso? Não. Eu falei: “Então não dá para assistir um canal desse.” Só para ver sangue e violência não dá! Porque o que que vai fazer, as pessoas vão ficar assim, não é? Ele: “É mesmo, é mesmo”. Enfim... então assim, e é isso que as pessoas vão ver dentro das nossas casas, né? Então é todo um sistema voltado para que eles se mantenham nos mesmos lugares, se mantenham brigando entre si, porque eu falo que isso é um dos mecanismos que melhor funciona, né? Então é o pobre brigando com pobre, é a mulher brigando com a mulher, é um negro brigando com o negro. Gente, isso é perfeito! Enquanto isso a galera lá em cima tá aqui ó... estourando champanhe no iate e dizendo isso mesmo galera, é policial matando pobre, pobre matando policial que também é a mesma lógica. E aí se a gente não leva esse debate, e assim não é fácil, a gente passou por uma gestão bem complicada. E estamos também em São Paulo também, não bastava que a gestão daqui de São Paulo o cara era da Universal [igreja]. Ao mesmo tempo eu acho que a gente tem que pensar sempre a estratégia, mas não dá para deixar de fazer o trabalho que é a base do Serviço Social, que é levar, que é debater, que é problematizar, que é politizar as coisas, não dava... “Ah não dá porque não posso, eu tenho medo”, então vamo ter que pensar em outro trabalho, porque se a gente não fizer um enfrentamento de alguma maneira, eu acho que não tem outro caminho, tem que fazer o enfrentamento! (A.S. 5 – Gerenciadora).

Nessa direção podemos apreender que a profissão estará sempre convocada a um espaço onde a disputa entre projetos societários se fará sentir, seja pelas expressões mais articuladas e com experiências de envolvimento e um discurso político (partidário) bem ordenado, seja frente à dimensão do conservadorismo expresso nas fendas do cotidiano da vida social, cuja elucidação do projeto capitalista pode ser tido como arma e estratégia que instrumentalize a luta social da classe subalternizada.

No relato a seguir a profissional vinculada à assessoria técnica convida a uma reflexão ampliada sobre as consequências de uma visão relevante das requisições profissionais na área do trabalho social, que nos impõe a necessidade de uma vigilância constante das armadilhas à atuação das/os trabalhadoras/es sociais.

> Eu acho que quando a gente trabalha diretamente no poder público eu acho que a gente vai o tempo inteiro sendo requisitado a ajudar a construir uma política de quem tá no poder, né? E isso é muito ruim. Se a gente pegar sei lá, um município como São Paulo, que sei lá… de Erundina para cá, passou por todo tipo de governo, mais à direita, mais à esquerda, mais ao centro, nem tanto ao mar, nem tanto a terra… enfim, a gente passou por várias administrações, é muito difícil para gente, porque a cada quatro anos você tá chamado e tá demandado pra fazer um determinado trabalho, por mais que você tenha uma formação, tenha uma questão a ser colocada, não tem como você escapar sabe? De cumprir com aquilo que está sendo demandado, não tem. E nessa área nossa da habitação, eu acho que isso ainda é mais gritante, porque em outras, em outras áreas, saúde, educação... sei lá, eu acho que tem algo mínimo estabelecido e colocado, na habitação a gente vem com esse discurso: “Ah a moradia é um direito!”. Sim, a moradia é um direito, mas quem é que lida com a moradia como direito? Ela é uma mercadoria o tempo inteiro. Ela é uma moeda de troca política, ela é uma moeda de troca financeira, ela é tudo isso. Então eu acho que a gente quando está dentro do poder público a gente tem essa demanda o tempo inteiro, assim, cumpra com esse papel que eu tô estabelecendo, por mais que a gente se contraponha, a gente não consegue fugir disso, né? Não que a gente corrobora com o que tá lá, mas inevitavelmente o trabalho da gente acaba por reforçar. Então essa para mim é uma questão bem, bem difícil de lidar. Embora todos nós, já, em algum momento da nossa vida, já fomos desafiados à isso… também não acredito na negativa: “Ah não vou fazer!”. Eu acho que não é isso, mas é como é que a gente faz essa reflexão, como é que a gente constrói essa interlocução com os outros, então acho que tem isso. E mesmo quando a gente não está no poder público, aliás o poder público além de ter esse viés da própria gestão, se for uma obra a gente ainda tem que atender o tempo, o tempo literal da obra. Então a gente trabalha em função daquele tempo literal da obra, isso serve pra governo de direita, de esquerda, de centro. A gente sempre tá pautado pela obra, né? Se a

> gente tá à frente de uma área de intervenção que tem como mote só a obra, a gente tá pautado por isso. Por mais que a gente resista, a gente tem um limite dessa resistência, né? Então a gente tá sempre pautado. E eu acho que, sei lá, quando a gente tá fora desse lugar, a gente tá no movimento por exemplo, agora eu tô bastante nesse lugar, a gente também é pautado pelas questões do movimento, pelas questões políticas do movimento, pelo entendimento político do movimento. E aí, obviamente que a gente tem um espaço de negociação, de confronto até, porque às vezes a gente confronta também ou de construção conjunta maior do que a gente tem no poder público porque nós estamos falando de um coletivo que também constrói. Dá muito trabalho, mas a gente também é chamado por esse movimento pra executar a partir da perspectiva deles, né? E aí eu digo ok, eu entendo qual é o objetivo do movimento, mas o trabalho social não pode, não pode estar a serviço disso exclusivamente, senão nós estamos na roça. Se não esse discurso do nosso fazer profissional, blá blá blá blá blá… do que nos é específico, ele cai por terra, porque se a gente vai atender exclusivamente aquele que tá pautado pelo poder público, que tá pautado pelo movimento, qualquer um pode fazer (o trabalho social) porque basta mandar que a pessoa cumpre. Então eu acho que a gente sofre muito com essas demandas, e acho que a gente o tempo inteiro precisa ficar buscando a clareza da gente... isso é muito cansativo também, né? Porque é assim, às vezes a gente faz umas cagadas, né? Mas o tempo inteiro a gente é chamado a resistir também, a construir. [...] Porque também com o movimento há um certo endeusamento, né? “Aí o movimento...” Gente o movimento é uma organização, ele é um grupo. Ele é um coletivo com todas as suas virtudes e com todas as suas contradições, como nós. Então nada de: “Ai veio do movimento é bacana!”. Para mim não é não, não é assim. Porque veio do movimento simplesmente né? Agora, a gente tá numa relação com eles que nós também podemos debater porque é desse debate também que a gente pode ter um crescimento nosso e deles. Eu vou dizer que eu mudei muito a minha relação com os movimentos assim, eu já tive muito embate. Eu já briguei por causa da vírgula. A vírgula tá no lugar errado eu já queria quebrar o pau. Mas agora assim, você vai enxergando, e vai entendendo qual é a lógica do movimento. Mesmo não concordando, a gente enxerga qual é a lógica do movimento e você vai não corroborando, mas você vai fazendo de um outro jeito. Mas eu não gosto dessa posição: “Aí veio do movimento, está certo!”. Eu digo não. Não necessariamente gente, movimento também pisa na bola, assim como nós, claro. Mas eu acho isso, então, essas demandas que são políticas, institucionais, elas vêm o tempo inteiro para nós, isso faz com que a gente seja o profissional vigilante o tempo inteiro, é muito cansativo (A.S. 1 - Assessoria).

A profissional revela a importante concepção de que o trabalho social não seja visto como um mero instrumento para reprodução de decisões externas, mas mobilize um/a trabalhador/a capaz de traçar mediações em sua intervenção, definindo os caminhos que deve percorrer ou mesmo de que deseja se ausentar.

Ao mencionar o aspecto da moradia como mercadoria, a profissional nos auxilia a refletir que a especificidade do trabalho social em habitação traz consigo um importante impacto à/ao profissional por mediar a relação de acesso da população a um bem de mercado (uma mercadoria de alto valor) e, portanto, de grande relevância no conjunto das condições de sobrevivência, reprodução social e incidência nas relações sociais. Atuar sobre os critérios, estudos e avaliação com a emissão de parecer sobre a composição de demandas para a definição do universo de atendimento habitacional revela-se como um campo vasto de tensões vivenciadas pelo conjunto das/os trabalhadoras/es.

3.3.3. A dimensão da linguagem, da hierarquização do saber e as potencialidades da educação popular como inspiração ao trabalho social

No universo restrito de possibilidades de acesso a uma moradia digna em razão do passivo de carências habitacionais e os profundos desafios dos processos de urbanização no Brasil, está imposto a parte das/os profissionais o desafio cotidiano de “selecionar” aquelas/es que farão uso das moradias construídas. Nesse jogo estratégico, localizamos a dimensão do poder profissional exercido na vida das/os sujeitas/os atendidas/os. Uma esfera importante a ser melhor abordada.

Nesse campo, as relações contraditórias começam a ganhar espaço influenciando a dimensão da linguagem das/os profissionais, assim como da população com a qual dialogam.

Consiste em uma armadilha para a categoria profissional a possibilidade de adoção de uma linguagem desfavorável e ineficaz para interlocução com a população, hora com o uso exclusivo de terminologias das políticas, programas, projetos e conceitos construídos para operacionalização dessas ferramentas, hora a possibilidade de extraí-los por completo do diálogo com a população, impactando negativamente aspectos significativos para mobilizações reflexivas que favoreçam as/os sujeitas/os à articulação e organização social em torno de suas próprias demandas[157].

O segredo estaria no equilíbrio dessa dimensão, uma linha tênue para a movimentação das/os profissionais, orientada pela modulação estratégica a fim de

[157] Referimo-nos inclusive à importância dos processos de acesso e apropriação social de informações de caráter público.

favorecer a população quanto aos mecanismos de desvendamento/desvelamento[158] da realidade social, com estímulos a sua incidência na realidade social vivenciada.

A linguagem oral enquanto recurso metodológico do trabalho profissional, quando afetado por traços estratégicos de cunho neoliberal, configura-se como armadilha por abarcar um discurso altamente sofisticado e estritamente técnico, que não se comunica com a população de modo direto e transparente.

De certo modo, pode haver uma expressão de hierarquia do saber naturalizada entre a categoria, que por vezes parece não questionar ou se contrapor a uma linguagem tecnocrática e quase abstrata imposta pelos desenhos das políticas sociais[159].

Assim também as informações trazidas pelas/os sujeitas/os às/aos profissionais são afetadas. As pessoas passam a utilizar a linguagem como estratégia de acesso e, se necessário, distanciam o relato realizado sobre suas condições de vida daquilo que realmente reflete seu contexto cotidiano.

Estratégias de acesso construídas pela população mediante um contexto cada vez mais restrito de oportunidades e, em muitos casos, adotadas como medidas urgentes para sua própria sobrevivência.

Essa dimensão relacional foi também apontada por Koga em suas contribuições a nossa pesquisa:

> Eu acho que na habitação, como na assistência social, como na saúde, os usuários sabem responder o que a política quer ouvir, inclusive por uma questão de sobrevivência, é quando acontece aquele monte de estratégia, de mentir o endereço, é a primeira coisa.

---

[158] Na tradição marxista, a distinção entre desvendar e desvelar assume importância para a compreensão da realidade social e para o papel da teoria crítica. Poderíamos afirmar que desvendar remete à ação de revelar algo que está oculto ou mascarado, geralmente por meio de uma análise crítica e profunda. Essa ação busca expor as contradições e as relações de poder presentes na superfície dos fenômenos, desmascarando os mecanismos de exploração e dominação presentes na sociedade capitalista. Desvelar, por outro lado, vai além da mera revelação, enfatizando a compreensão das causas e dos processos históricos que moldam a realidade. Essa ação busca desconstruir as estruturas ideológicas e os discursos hegemônicos que mascaram a realidade, contrapondo-se à falsa consciência e abrindo possibilidades para a transformação social.

[159] Aspecto que em alguma medida poderia favorecer o espraiamento de inúmeras *fake news*, como observamos principalmente entre o público com menores índices de renda no Brasil. Valeria destacar a chamada do CFESS realizada à categoria profissional no dia 17 de outubro, sobre o Dia Nacional de Luta pela Democratização da Comunicação (Disponível em: <https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2162>. Acesso em: 20 out. 2024), ou ainda outras iniciativas já realizadas, como no caso do Governo Federal, que no ano de 2023 lançou a campanha *Brasil contra Fake*, reforçando a luta contra a desinformação. Disponível em: <gov.br/brasilcontrafake>. É possível checar se um conteúdo recebido é *fake news*, além de oferecer um passo a passo de como denunciar notícias falsas nas próprias redes sociais.

> Porque ele sabe que se botar o endereço de verdade deles eles não vão passar. Então já começa por aí (Entrevista exploratória, Koga, out. 2021).

Carvalho (2012) no mesmo caminho aponta os seguintes aspectos:

> Sabemos, por fim, que os pauperizados e oprimidos deverão realizar uma verdadeira peregrinação pelas instituições, submetendo-se em todas elas a um mesmo ritual de seleção, onde aprenderão em geral as estratégias de sucesso para obter satisfação de suas reivindicações: estratégias essas, em geral, baseadas na alienação, privilégio ou astúcia individual ou coletiva. Uma vez satisfeitos, eles aspirarão a outras necessidades, induzidos pela privação opressora e, igualmente, pela sociedade consumista moderna. [...] Separar o joio do trigo não é tarefa fácil. Aprender o caminho coletivo da conquista, sem cair na alienação, exige dos assistentes sociais e militantes políticos estratégias de ação baseadas na leitura desta mesma realidade e poder de interferência sobre os sistemas que mantém este Estado (Carvalho, 2012, p. 54-55).

De acordo com Carvalho (2012, p. 55), a direção social em que se dá a prática é certamente uma questão fundamental, pois a conquista singular ou coletiva da habitação e de outros direitos e acessos pode até resultar em avanço simplesmente do progresso individual ou representar rupturas e saltos em nível de consciência e de poder dos grupos oprimidos. Porém a autora observa:

> Temos certeza que desejamos revolucionar radicalmente nossa realidade brasileira com vistas a suprimir a opressão e a desigualdade. Mas o que é revolucionar radicalmente? Será tão somente conquistar melhores condições de vida material? Obter acesso efetivo a bens, serviços e riqueza de nossa sociedade? Conquistar uma real distribuição da renda e riqueza nacional? Segundo que modelos? O modelo do Estado do Bem-Estar Social? O dos chamados países socialistas? Parece que não. Nesses dois modelos, o Estado assume abusivamente o controle e a gerência do coletivo (Carvalho, 2012, p. 55).

O reconhecimento desses aspectos possibilita compreender a importância da construção de elementos balizadores para a realização de um trabalho socioeducativo.

De modo sensível e generoso, Koga compartilha conosco parte de sua trajetória profissional e de como o saber profissional em sua operacionalização técnico-operativa (tal como a técnica da entrevista social) é estratégia potente para a

construção de conhecimento sobre a realidade social e que deve estar cercada de uma percepção refinada que nos retire do local comum das respostas inventadas.

> Lembro que quando eu trabalhei com um casal que era muito próximo do Paulo Freire, a gente trabalhou junto em alguns projetos... eu adorava trabalhar com eles e aprender como é que eles falavam, como é que eles perguntavam pras pessoas e como é que eles escreviam né... Aí eu percebi que o jeito deles escreverem era uma linguagem tão boa, e eles trabalhavam muito a linguagem, mas aí eu percebi que eles chegavam naquela produção porque eles tinham um jeito diferente de tirar das pessoas as palavras sabe. E aí uma vez eles falaram para mim que Paulo Freire dizia sempre, eu nunca mais me esqueci: a coisa mais difícil numa relação de pesquisa é fazer a pergunta... porque Paulo Freire dizia: "o povo aprendeu a responder o que nós queremos ouvir, mas nem sempre aquilo que eles nos respondem é o real que eles estão vivendo" (Entrevista exploratória, Koga, out. 2021).

Poderíamos assim considerar que a entrevista social, enquanto instrumento técnico-operativo das/os assistentes sociais, deve se tornar um procedimento despido de mera formalidade ou de padronização de fluxos de atendimento, mas ser construído de modo intencional e estratégico a fim de que possa refletir a realidade concreta da vida social.

Os elementos trazidos por Koga convocam a afirmar a necessidade de que as/os profissionais apresentem-se dispostas/os e disponíveis ao processo cotidiano de aprendizado, evitando posturas que se vinculam a uma comunicação violenta ou em que estejam ausentes os princípios e alicerces da educação popular[160].

---

[160] Não está no escopo desta tese realizar uma discussão ou aprofundamento sobre o tema da educação popular, mas temos uma escolha intencional ao destacá-la, por compreendê-la como uma ferramenta de potencial estratégico em seus alicerces e que de modo oportuno oferece à categoria das/os assistentes sociais, bem como ao conjunto de profissionais que atuam no trabalho social em habitação, uma lente significativa para a elaboração dos instrumentos e formas de atuação e associação à população e aos territórios. Para uma leitura instigante sobre o tema e seu imbricamento com a área do Serviço Social, poderíamos indicar o artigo: *Liberdade, Paulo Freire e Serviço Social: reflexões teórico-práticas sobre o fazer pedagógico de assistentes sociais*, de autoria de Carlos Felipe Nunes Moreira, cujo texto, conforme a própria descrição do autor: "representa um introdutório esforço reflexivo de articulação teoria e prática no qual a abordagem da categoria liberdade, defendida em sua perspectiva emancipatória e mediada pelo trabalho, é transversal ao debate sobre a educação problematizadora de Paulo Freire e às questões que concernem uma prática político-pedagógica crítica e de caráter anticapitalista em Serviço Social". Agradecemos à Profa. Dra. Caroline Rodrigues da Silva por esta valiosa sugestão de leitura. Cabe também destacar que outros coletivos ofertam referências e vivências significativas de conteúdos de educação popular, com os quais tivemos maior interlocução por meio do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular do Campo Limpo (CDHEP), que se configura como uma organização não governamental e busca promover estratégias de formação, articulação, comunicação e incidência em políticas públicas para prevenir e superar as diversas formas de violência existentes nas periferias. Indicamos também consulta aos diversos materiais produzidos

Como afirmou Das (2020a *apud* Vianna, 2020, p. 14), devemos sobretudo abrir-nos à possibilidade de que o conhecimento do outro nos marque.

Em continuidade a seu relato, a profissional destaca que as relações estabelecidas nos percursos de trabalho são de natureza política e, por isso, a dimensão do vínculo com as/os sujeitas/os se faz tão essencial aos processos de trabalho profissional.

> E tem muita contradição, né? Agora a gente apontar as contradições não quer dizer que a gente tá dizendo que o movimento não é nada. Não, o movimento tem uma importância na vida política do nosso país nessa área que a gente tá atuando que ninguém vai tirar, né? Ele tem uma importância. Muita coisa foi construída a partir da ação do movimento. Agora isso não quer dizer que eles são um grupo de crianças mimadas que eles querem e a gente faz. Não é essa a relação. Eles são adultos, né? Eles têm problemas, eles têm contradições e nós também somos adultos. Então a gente também pode atuar né? Se nem com os filhos da gente, a gente tratou desse jeito atende tudo que quer. Porque nós vamos fazer isso com o movimento de moradia, né? Quando a gente tem uma relação com eles que é profissional, mas é uma relação política, né? É uma relação política. A natureza da nossa relação com o movimento é uma relação política, profissional e política, né? Não é partidária, mas ela é uma relação política. Então acho que a gente tem que por vezes também reafirmar o nosso trabalho, e dizer pro movimento que nós não disputamos com eles. O movimento encara a gente como um profissional que disputa. Eu falei já para o movimento: “Eu não disputo com vocês". Até porque, nesse projeto específico, eu sou passageira, eu vou embora, e a relação política que vocês têm com essas famílias que são a base de vocês, ela permanece, mais enfraquecida ou mais fortalecida, enfim... mas ela é existente. Comigo, eles criam um vínculo, a gente cria um vínculo, a partir do trabalho, mas muitas vezes um vínculo que ele é afetivo também, né? E ele permanece também. Mas é diferente do vínculo, né? O vínculo profissional é diferente do vínculo político, acho até que em algumas horas ele pode fazer isso, mas a gente não disputa com o movimento. Não há essa neurose do movimento. Ela é tão absurda, às vezes eu acho né? Então eu sempre falo pra eles: “Vocês têm que exigir que nós como profissionais nós tenhamos vínculo com essas famílias, porque quem não tem vínculo não faz o trabalho. Só que quando a gente tem vínculo vocês ficam nervosos gente?” Eu não entendo isso, cheio de ciúmes... gente, pelo amor de Deus... Vocês têm que exigir que a gente tenha vínculo, eu falei uma vez pra eles “Essa é uma exigência que vocês tem que fazer. Profissional ele tem que construir vínculo com a família”. E vínculo não é ser amigo. Ter vínculo é ter uma relação de confiança, né? Aberta, franca, que a família sabe quem é esse profissional e o profissional sabe quem é essa família. Não é uma relação de amizade. É uma relação profissional, isso vocês têm que exigir da gente, sempre, não

pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (CEPIS), uma instituição sem fins lucrativos com inúmeras publicações de referência sobre o tema.

> importa quem tá aqui com vocês, vocês tem que exigir. Mas a gente constrói vínculo e ficam puto… o movimento fica reclamando: "É, agora eles só querem saber de você!" Eu falo gente, pelo amor de Deus, são coisas distintas. São distintas. Agora é lógico, eu tô no todo dia com eles, então tem uma relação próxima, vocês têm outra relação, é diferente, mas é difícil (A.S. 1 - Assessoria).

É primordial que façamos aqui importante ressalva, também realizada pela profissional, quanto à esfera da construção de vínculos para a realização do trabalho social. Como demonstrou em seu depoimento, a dimensão de vínculo por nós defendida em nada se refere à efetivação de um círculo de amizade entre a/o profissional e a população com a qual atua, mas à existência de uma efetiva *relação profissional* com as/os sujeitas/os nos diferentes territórios, em que há que se estabelecer amplos canais e condições de contato com acesso facilitado da população às/aos profissionais.

Novamente a necessária dimensão relacional é advertida ao desenvolvimento do trabalho profissional, fator que somente terá ampla garantia com a manutenção das/os profissionais atribuídas/os para o acompanhamento dos projetos, evitando o contexto de ampla rotatividade entre as/os envolvidas/os inicialmente, sendo que a rotatividade se tornou uma das principais características e estratégias neoliberais de desmobilização das/os trabalhadoras/es.

Um último aspecto a destacar está associado à ideia de construção de um campo de *confiança* que favoreça o desenvolvimento do trabalho social. Acerca disso, Carvalho (2012) resguarda algumas contribuições oportunas:

> A confiança social no mundo moderno parece se deslocar. Os indivíduos e grupos estão deixando de creditar confiança no saber teórico, nas ideologias, nas grandes instituições, no Estado. A confiança parece ser creditada no próximo, no local, nas pequenas organizações que os próprios indivíduos controlam e, porque controlam, parecem escapar a manipulações maiores (Carvalho, 2012, p. 56 - 57).

Observados os desdobramentos da nova gramática das relações sociais, nos parece assertiva tal compreensão quanto ao modo como o deslocamento da confiança social se ancora nas fragilidades do Estado e em seus pilares de maior burocratização da vida social.

Para fazer frente a essa dimensão cada vez mais privatizante da vida humana, cabe às/aos assistentes sociais compreender a importância da construção de uma

rede de relações que gerem identidades, pertenças e uma noção de confiança capaz de potencializar ainda mais os territórios e toda a população que sofre com a ampla precarização da vida em um cotidiano aviltante. Como conclui Carvalho (2012):

> É assim que nossa prática precisa dar atenção igualmente aos níveis microssociais e rever as estratégias e processos de ação para esses níveis. Parece se insinuar como fundamental o resgate do trabalho competente junto aos pequenos grupos e a articulação igualmente competente entre estes, de forma a introduzir uma rede de relações capaz de introduzir e solidificar um processo de identificação e confiança entre os oprimidos. É a famosa relação dialética entre o singular e o coletivo, entre o micro e o macrossocial. A prática não pode dicotomizar essas instâncias (Carvalho, 2012, p. 57).

3.3.4. Desafios no âmbito da formação profissional

Se a rotatividade de contratação das/os profissionais torna-se estratégica para os interesses de setores econômicos do grande capital, o ataque à dimensão da formação profissional e sua consequente fragilização e precarização ofertam as condições necessárias para que a racionalidade neoliberal se presentifique cada vez mais nos espaços de trabalho profissional e se infiltre no modo intersubjetivo que sustenta o campo de intervenção das/os assistentes sociais; por exemplo, a naturalização do trabalho remoto já se inicia na fase de formação profissional, quando a relação estudante/docente é amplamente impactada.

Essa normatização naturalizada do trabalho remoto nos processos de formação profissional tem alterado profundamente as condições do processo de ensino e aprendizagem, as sociabilidades que historicamente os processos educacionais se propuseram a desenvolver (em nível de graduação) e a *formação* de novos profissionais, o que a partir da intensificação da mercantilização do ensino parece ser substituído apenas pela oferta de *informação* a despeito das diferentes profissões no âmbito do ensino à distância ou dos projetos semipresenciais[161].

As entrevistas também revelam contextos sobre os impactos da precarização do ensino superior no Brasil, na área de Serviço Social:

[161] Tal consideração se refere a uma tendência crescente das instituições de ensino em requerer do conjunto de professores a disponibilização de conteúdos apostilados e materiais de referência com possibilidade de fácil replicação automatizada em plataformas e sistemas de gestão acadêmica.

> A gente recebeu duas estagiárias logo quando passou a pandemia. Uma delas, ela não estava alfabetizada. Eu fui conversar com a supervisora dela, para a gente conseguir... porque só a gente supervisionando, a gente não ia conseguir dar conta, ia precisar de um reforço da faculdade. A supervisora nunca me respondeu [fazendo referência a supervisora acadêmica de estágio]. A gente teve que desligar uma estagiária negra porque ela não estava alfabetizada [...] ela não conseguia ler um texto e dar uma orientação, não conseguia. Então, a gente ia precisar de um esforço dela, de um esforço da faculdade e de um esforço nosso, que qualquer um desses que faltasse, a gente não ia conseguir. A gente teve que desligar uma estagiária negra, da periferia da zona leste, porque não conseguia dar conta [...] cinquenta por cento da minha formação foi dentro da sala de aula e cinquenta por cento foi fora, no movimento estudantil, no bar, no corredor, nas relações com os outros cursos, nas discussões do valor da mensalidade. Então, se você não tem vivência... Eu fiz uma especialização [...] a gente fez um ano e meio indo pra zona leste, para um Campus que não tinha, não tem nada. E aí a gente pedia a marmita, porque também não tinha lugar para comer, era o dia inteiro. E aí a gente fala que esse tempo que você tá comendo a marmita lá, que você tem que ficar uma hora de intervalo, é uma parte significativa da sua formação, e tinham muitas assistentes sociais como alunas [...] Essa coisa da tecnologia, ela é importante às vezes para você assistir uma aula de uma universidade do Pará, por exemplo, que você não conseguiria assistir, ter contato se não fosse dessa forma. Mas esse cotidiano, ele precisa ter, ainda mais para o Serviço Social, o estar presente (A.S. 4 - Prefeitura).

A perversidade dos processos de precarização da formação profissional está amplamente registrada no depoimento acima, quando revela que todo o ônus quanto à necessidade de desligamento da estagiária de Serviço Social da instituição, considerando os níveis de precariedade reunidos em torno de seu processo de formação, mantiveram-se apenas sobre a própria estudante negra da periferia. Quando reflete sobre sua própria trajetória de formação profissional, a entrevistada destaca a relevância dos processos formativos que não se limitam ao espaço restrito das salas de aula, hoje virtuais em proporção considerável para a área do Serviço Social.

Para um breve destaque da questão da formação profissional, já na virada do século XXI assistentes sociais passaram a se preocupar acentuadamente com os rumos dos processos de formação profissional na área do Serviço Social, em especial pelo surgimento e rápida intensificação da implementação dos cursos de ensino semipresencial e de ensino à distância (EAD) no Brasil, incluindo as unidades de ensino presencial (públicas ou privadas), já que os processos de precarização do ensino superior se materializaram por meio de diferentes expressões.

A problemática se complexificou pelo processo de intensificação das abordagens neoliberais para a área das principais políticas públicas, principalmente as de cunho social, assim como pelos importantes avanços de legislações responsáveis pela consolidação de alguns sistemas unificados das políticas públicas, responsáveis por adensar a demanda pela contratação de profissionais para a implantação e atendimento dos serviços instalados, mas que vinham sendo cada vez mais submetidos a um processo aligeirado e precário de formação profissional.

Como destaca Santana,

> Para piorar a situação, muitos profissionais são provenientes de ensino de escola à distância, de EAD, que cada vez mais as contratações, nós temos visto, que as contratações preferem o profissional EAD, porque é mais barato, você pode pagar quanto você quiser, porque o profissional que tá no nível de carência, de desemprego dos jovens... esse jovem tem o que de fundamentos? O que esses alunos têm pra tensionar toda essa dinâmica? Então ele vai respondendo ali (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

Inúmeras profissões têm sofrido perversos impactos para a formação profissional dado a dinâmica de absorção dos cursos de nível superior por instituições privadas de ensino, que apostam na modalidade semipresencial ou totalmente à distância como forma de ampliação de ganhos e redução de gastos para os grandes grupos do mercado educacional.

Como afirmam Silva e Wanderley (2018), a área da educação está entre as que melhor explicitam a negligência quanto a um bem público convertido em objeto de operações de mercado, pois a orientação lucrativista impera no ensino superior.

> Vale destacar o grande número de instituições privadas de ensino superior adquiridas por empresas nacionais e internacionais que operam nas bolsas de valores, a partir da mercantilização da educação. O boom da modalidade da educação à distância é indicador dessa perspectiva (Silva; Wanderley, 2018, p. 70).

Nesse contexto precário e cruel, a formação profissional e acadêmica tem cada vez mais se afastado da realidade social e dos territórios vivos de um país que não se explica pela lógica inteligível de um conjunto de regras, normativas ou de legislações diversas, uma importante chave elucidativa para nossa hipótese inicial de afastamento das/os profissionais dos territórios.

> [...] o assistente social dessas últimas gerações é um assistente social que tem o projeto ético-político definido, que tem esse legado de luta e superação, mas que por outro lado, eu acho, que o Serviço Social da academia se afastou do campo, dessa realidade. Avançou em alguns temas, em alguns fundamentos, teórico-metodológicos, mas eu acho que o técnico-operativo ele ficou quase que em segundo plano praticamente, eu sentia isso quando eu dava aula na graduação, o pessoal da graduação eles questionavam, eles percebiam qual era o professor que já tinha trabalhado e o professor que nunca tinha trabalhado (risos), eles percebiam claramente (Entrevista exploratória, Koga, out. 2021).

Nessa reflexão Koga convida a refletir sobre a importância de que o espaço da docência esteja em interlocução privilegiada com os espaços de atuação profissional, dada a potencialidade de que tal interlocução possa frutificar avanços significativos para a profissão de Serviço Social e, consequentemente, ampliar nossa contribuição para os processos de organização dos coletivos nos diferentes territórios.

Um outro aspecto relevante a ser apontado, ligado ainda ao âmbito da formação profissional, refere-se aos espaços de extensão universitária tão duramente atacados pelo projeto neoliberal no campo da educação. Como revela Santana:

> Uma das portas de entrada desses questionamentos ao centro da formação foram os campos de estágio pela via da questão urbana, os estágios, programas de extensão. Mas os campos de extensão, os projetos pilotos de extensão que aconteceram no Rio de Janeiro, que aconteceu em São Paulo, que aconteceu em Belém... por isso que nós temos uma escola forte né, porque as professoras elas foram reconceituadoras, estavam lá no chão da extensão, eu mesma fui fazer meu campo de estágio sexta-feira à noite andando nas pontes, que Belém tem áreas de baixada, andando nas pontes com assessoria aos movimentos sociais. Quer dizer um outro tempo da formação, ali eu fiz estágio nos anos 90, estava vivendo uma outra vivência de aluno que estava na efervescência de um movimento. Então a nossa formação já ganhou uma referência de luta, uma referência direta com as lideranças dos movimentos sociais, e isso vai criar uma outra forma de pensar né. Então isso vai tensionar, a relação com a assessoria a movimentos sociais, vão contribuir com o tensionamento dessa formação nas escolas né. Vai alterar esse projeto mais conservador. Então o movimento de reconceituação, com todas as suas contradições, porque tu sabes que no Brasil nós assumimos uma renovação com a modernização conservadora, com a reatualização do conservadorismo depois com o processo de intenção de ruptura né, mesmo que tenha formado uma renovação, mas nós estamos em um processo de contradição [...] Uma outra questão que nós temos aí, naquele período da reconceituação, e o que a gente pautou do projeto ético-político, nós temos os campos de extensão com muita força naquele momento. Na própria demanda da agência da Capes, ela coloca para os professores uma exigência de publicação, e o lugar da publicação é a pesquisa. Eu mesma sou uma, fruto desse movimento.

> Quando fui fazer meu pós-doutorado tava lá meu programa com a nota 3, há muitos anos com a nota 3. Daí eu falei assim: “Vou dar a minha colaboração ao programa”. Eu saí do programa de apoio à reforma urbana, eu fiz uma escolha, eu falei: “Eu não dou conta”. Extensão demanda, eu fui coordenadora do programa de reforma urbana por muitos anos, eram inúmeras questões, parecia que a gente não ia dar conta, ou eu faço uma coisa, ou eu faço outra. E de certo modo eu não posso me arrepender, eu tenho muita saudade da extensão, mas eu organizei minha cabeça e dei minha colaboração, fui coordenar o programa, depois o programa foi para a nota 4 e depois abriu o doutorado. Na Amazônia isso não é pouco, mas eu me afastei da extensão. Não tem como, para a demanda que nós temos para elaborar livro, capítulo de livro, pesquisa, artigo e orientar 10, 15 alunos... impossível fazer extensão. E o próprio financiamento da universidade, comparando, se você vai pro interior da pesquisa, o status maior é pro pesquisador, o extensionista ele é cidadão de segunda ordem. Ainda mais o professor que é professor bolsa produtividade, ele é o mais valorizado. E esse inclusive é o que tá povoando a pós. O professor da graduação muitas vezes ele não tá na pós, mas ele tá num projeto de extensão... então tem lapsos aí que retirou a potência da extensão. E eu vou falar mesmo pela intensificação do trabalho docente. Tanto que tem professores que estão na extensão, aqui no nosso caso, e muitas vezes a gente tem que dar uma ajuda para colaborar com o professor pra ele poder publicar, porque se não, ele não vai dar conta. E isso é lógico que vai alterar o formato... vai impactar na formação do aluno, e daquela potência de pensar a extensão. Os programas que existem estão lá na luta, mas perderam muita força (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

Nesse importantíssimo registro, o caráter produtivista da educação se revela, exemplificando que as/os profissionais dedicadas/os ao campo da pesquisa são mais valorizadas/os na esfera institucional/financeira se comparadas/os àquelas/es vinculadas/os às experiências extensionistas nas unidades de ensino.

A docente nos provoca a rememorar, no depoimento a seguir, distinções importantes sobre os tempos históricos frente aos quais o trabalho social é chamado a desenvolver interlocução. E destaca como mudanças significativas ocorrem de modo dinâmico nas práticas sociais com as quais o trabalho social se relaciona, exigindo elencar novas estratégias para conexão com as forças em presença nos territórios, aspectos que também impactaram os trabalhos de formação profissional na especificidade dos campos de extensão universitária, responsáveis por facilitar a aproximação das/dos estudantes aos territórios periféricos e à dinâmica das relações sociais na cidade real.

> [...] nós íamos visitar as favelas, a favela Praia Rosa, ela tinha que ligar pro traficante para avisar que a gente ia. “Olha eu vou levar uma

> equipe". Aí tinha que ser autorização para a gente ir visitar. Já isso veja, em 2001, quanto tempo tem depois disso entendeu, então como é que a Universidade, como é que um pesquisador vai entrar assim num território. Não vai. Vai ter preocupação. Mesmo sabendo que tem um código, que não é assim, que não sai matando todo mundo. Não é assim, entrou morreu, mas que gera um afastamento né. Então acho que isso também foi afastando essa aproximação daquela movimentação que tinha antes dos projetos de extensão e consequentemente diminuir a aproximação dos estudantes de experiências de participação e essa pegada da luta né... mas como nós já falamos nessa contradição dos territórios os sujeitos vão se organizar porque, porque lutar pela sobrevivência como você bem colocou, não tem outra saída né, as pessoas vão lutar pela sobrevivência. Aí vamos lá no velho Marx, os atos históricos é o comer né, é o beber, vestir e morar. Então as pessoas estão buscando sobreviver (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

Os projetos de extensão cumprem um papel primordial para área do trabalho social que se alinha ao projeto ético-político do Serviço Social, mas infelizmente foram duramente atacados pela ofensiva neoliberal no campo da educação, que não somente precarizou ao longo do tempo esses importantes espaços de atuação por meio da intensificação do trabalho docente, como também se encarregou de inviabilizar convênios e findar espaços de propositura desses projetos no interior das universidades, secundarizando sua importância em favor dos processos de expansão dos cursos à distância e semipresenciais ou, ainda, pela precarização dos cursos presenciais com a fragilização das condições de trabalho docente, incluindo o desincentivo voltado ao campo da pesquisa.

Portanto, esse enfraquecimento (ou em muitos casos a inviabilidade justificada pelos espaços de formação) das propostas de extensão fragiliza de modo determinante o processo de formação profissional e representa um significativo ataque ao tripé que defendemos como projeto de educação superior no país, aquele que sustenta o ensino de qualidade, os campos de extensão e a área de pesquisa fortalecida[162].

Embora a área de Serviço Social ainda tenha relevância na esfera da produção de conhecimento no país e na América Latina (como lembra Santana), não deixemos

[162] Um relevante desdobramento que por hora nos cabe acompanhar e contribuir com acúmulo e debate refere-se ao recente processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação, que na área de Serviço Social ganhou força e mobilizou parcela importante da categoria profissional frente à Resolução n. 07/2018/CNE/MEC que trata do tema. Essa Resolução indicou a incorporação de 10% da carga horária disposta nos currículos para a extensão e, devido à pandemia de Covid-19, teve seu prazo para alteração dos projetos pedagógicos estabelecido para o ano de 2022.

de considerar que grande parte desses conhecimentos são construídos para atender aos interesses de um Estado burguês[163].

> Nós precisamos aprender essa questão de novo, dentro desse movimento atual da profissão, que por sua vez, responde a movimentação do capital, como nunca deixou de ser, do Estado e do projeto profissional. Como profissão e área de conhecimento né. Já que como área de conhecimento que é bem avançada, não sei se tu sabes que nesse momento eu tô na coordenação adjunta da área de Serviço Social na CAPES e aí a gente consegue ver, realmente é uma área que é inigualável, o que o Serviço Social brasileiro produz... onde chega, o que pesquisa, a força, é uma potência. Mas também tem os seus limites né, vai dialogar com a profissão que é o que eu quero falar. Então é preciso reconhecermos que mesmo que a profissão tenha escolhido um projeto profissional em favor da classe trabalhadora e que as diretrizes curriculares da ABEPSS apresentem a questão da participação social como um componente da formação acadêmica, porque tá lá né, nas diretrizes, tá no Código [de ética] né, a centralidade da formação profissional nas escolas e a centralidade das pesquisas que são vinculadas à área de conhecimento, bem como a discussão do conjunto CFESS/CRESS, tem sido a política social, tem sido as políticas públicas. Então a luta pela garantia de direitos sociais em nível democrático ela está vinculada à órbita do Estado e como nós sabemos o Estado tem limites por ser um Estado burguês. Então acho que esse é um tema que não é menor (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

Por fim, de forma generosa, destaca o que pode se configurar como uma importante contribuição desta pesquisa à categoria das/os assistentes sociais:

> [...] a profissão é mais que a política né. Mas eu acho que a gente foi mais respondendo a política. Mas por sua vez tem que entender essa

[163] Não é parte do escopo desta tese abarcar uma discussão sobre a dimensão do Estado e seus aparatos de legitimação, mas nos caberia sugerir uma importante incorporação das contribuições presentes nos escritos de Marx, Engels e Lênin. Lênin, por exemplo, se ocupa em traçar um roteiro de aprofundamento da constituição do Estado a partir das obras de Marx e Engels, em que demonstra as diversas apreensões dos autores sobre a condição do Estado como máquina de opressão – da classe burguesa sobre a classe operária, contexto em que não há possibilidade para igualdade real na sociedade. Lança mão de referências registradas pelas obras: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (de Engels); *Crítica do Programa de Gotha* e *A guerra civil na França*, de Karl Marx, com destaque para a experiência da Comuna de Paris. Em seu texto "democracia burguesa e democracia proletária", Lênin (2019) avança com apontamentos no sentido de demonstrar (e reforçar) as equivocadas apreensões e reproduções sobre o tema da chamada "democracia pura", conceito criticado pelo autor, quando revela seu caráter ideológico e de raiz liberal. Todos esses aspectos podem ser aprofundados pela obra: LÊNIN, Vladímir Ilitch, 1870- 1924. *Democracia e luta de classes*: textos escolhidos. Org. Antônio Carlos Mazzeo. Trad. Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019. Assim como vastas possibilidades de consulta ao *Dicionário do Pensamento Marxista*, com contribuições de igual importância: BOTTOMORE, Tomas Burton (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, [1983] 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf>.

> contradição da formação das escolas e das pesquisas, a própria demanda real, porque quem mais nos emprega é o Estado. Então não estamos fora da realidade, quem mais nos emprega é o Estado, então a gente vai abrir um leque de apreensão do Estado, da política pública e da política social, porque de fato, saúde, educação, assistência, habitação, o socio-jurídico... porque é a demanda que chega pela via... então acaba que essas são as respostas demandadas. Então nos grupos de pesquisa, eu fui lá olhar, eu tinha uma pesquisa para uma palestra que eu dei nos grupos de pesquisa no diretório do CNPp, de mais de 300 grupos de pesquisa que o Serviço Social tem, de professores permanentes do programa de pós-graduação na base do CNPq, o tema “Movimentos Sociais” aparece em 17 grupos. O tema “Território” aparece em apenas 7 e “Lutas Sociais“ aparece em 5. Então quer dizer, aqui eu tô falando da base do CNPq, de professores que estão ali com os temas estudando, financiamento e devolvido para a formação graduada. Então o que eu quero dizer é que em termos da formação é a realidade. Mas que por sua vez responde à demanda da formação. Então acaba que aquela reconceituação que pensou uma transformação, uma aproximação, ela não avançou. Aí teu trabalho corrobora com isso, pra tensionar, pra perguntar: cadê a formação que vai pensar nos sujeitos? (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

3.4. Provocações necessárias

As reflexões até aqui registradas possibilitam afirmar que a marca prevalente nas experiências de trabalho social nesse primeiro quarto do século XXI no Brasil têm a presença de uma exacerbada racionalização do trabalho profissional que visa maximizar eficiência em termos sobretudo quantitativos enquanto resultados possíveis para a atuação profissional, seja nos espaços de atuação direta com a população, seja em espaços de gerência, supervisão e outras atribuições requeridas à/ao assistente social.

Concordamos com Ramos e Koga (2011) ao afirmarem que os indicadores exercem um papel importantíssimo na construção de instrumentos de leitura da realidade. Porém, ao mesmo tempo, identificamos seus limites quanto à capacidade que exercem de representação dessa realidade, especialmente quanto a sua dinâmica interna e a um cotidiano repleto de variações que tendem a ser homogeneizadas sob a forma de índices sintéticos.

Temos, desse modo, um período marcado pela supremacia das métricas e a preocupação com a maximização de um conjunto extenso de informações produzidas sobre o pilar da eficácia, em que os resultados esperados estão muito mais ligados à produção de dados do que à construção de um contexto de mudanças significativas para a vida da população, o que confirma o predomínio de uma lógica instrumental

que por vezes abandona a interrogação anterior sobre a qual se justifica a apresentação desse infinito universo de indicadores.

Assim, cabe destacar que a orientação para a tão proclamada eficiência na lógica de metas e avaliação por resultados não se põe na perspectiva gerencialista do Estado, a fim de tensionar a ampliação de direitos ou de justiça social, mas, ao contrário, para legitimar processos de seletividade e focalização.

Nesses processos estão presentes principalmente: a possível relação mais hierárquica das/os profissionais junto à população; a implantação de um volume exacerbado de regras e regulamentos; e um alto nível de especialização dos serviços. Um combo chancelado pelo estágio de reificação dos registros documentais e administrativos requeridos das/os trabalhadoras/es[164].

Todavia, é imperativo que possamos considerar que a vida concreta, na cidade real, não cabe em caixas, não obedece a métodos e nem se equilibra sobre eixos temáticos ou normativas.

Assim, a especificidade da principal problemática que localizamos no contexto cotidiano de atuação das/dos profissionais (e que tem se ampliado sobremaneira) refere-se sobretudo à redução do contato interpessoal entre profissionais e a população no desenvolvimento do trabalho profissional.

É fato que precisamos reconhecer as debilidades decorrentes do período pandêmico e as especificidades das condições de trabalho a que as/os profissionais das políticas sociais estiveram submetidas/os. No entanto, superada a fase dos riscos de vida e contágio em massa pelo coronavírus, a utilização da tecnologia, usos excessivos via contato telefônico e outras estratégias que restringem o contato direto com a população, deve urgentemente ser repensada.

Defendemos que o trabalho social em habitação não se limite – enquanto concepção, planejamento, execução e registro – a modelos pré-concebidos ou a um

[164] Na especificidade do trabalho social em habitação, podemos citar a produção dos relatórios técnicos de medição financeira, utilizados para o desbloqueio/desembolso dos valores contratuais reservados para o custeio das ações de trabalho social contratados ao longo das intervenções territoriais. Sendo válida a crítica de que, mesmo frente ao gigantesco volume de informações registradas pelas/os profissionais, esses documentos parecem ser apenas engavetados pelos agentes financeiros, sem que tenham uma sistematização adequada que permita aos órgãos de gestão a possibilidade de realizar mudanças/ ajustes promovendo avanços para as orientações técnicas do trabalho ou mesmo para a própria política, a exemplo dos estudos realizados a partir dos relatórios e pesquisas de avaliação e pós-ocupação dos conjuntos habitacionais, que são reveladores de importantíssimos achados sobre como a realidade social tem sido impactada frente a este modelo da chamada “vida em condomínio” .

modus operandi engessado, sem que possa ser fruto de uma construção coletiva ou mesmo respeitar a realidade local na qual se propõe intervir.

E por entendê-lo como tal, de forma ampla em suas possibilidades e potencialidades, é que buscamos apreender e analisar nesta tese os sentidos e significados da materialização do trabalho profissional na área do Serviço Social, tendo como referência a atuação profissional e todo o seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo presente de modo heterogêneo na atuação de assistentes sociais e as interfaces possíveis construídas ao longo da realização de seu trabalho.

Temos sentido os impactos desse longo período marcado pelas mudanças nas formas de participação social e os percalços à democratização de acessos e informações sobre as políticas públicas, o que, por princípio, deveria nortear as ações profissionais e a interlocução das/os assistentes sociais com as/os sujeitas/os atendidas/os. Aqui, portanto, uma expressão deletéria que marca o deslocamento dos processos de atuação profissional de caráter político-pedagógico e a necessidade de uso estratégico do trabalho socioeducativo.

Esse precário contexto condensa-se ainda mais ao sofrer com a tendência de diferentes distorções da visão que as/os profissionais constroem sobre a realidade e a dinâmica das relações sociais. Em nossa interpretação, tais distorções são provocadas em razão de uma escuta acelerada e pouco atenta das trajetórias de vida[165] (hoje cada vez mais provisórias/ transitórias) e os demais aspectos que atravessam a vida social da população usuária dos serviços.

São desafios recorrentes os relativos aos desenhos das políticas públicas, dos programas e projetos e seus critérios condicionantes para acesso da população. Também as dificuldades singulares dos espaços socio-ocupacionais e as relações interpessoais que se estabelecem entre as/os próprias/os assistentes sociais e as demais profissões que compõem os processos de trabalho, incluídas não apenas as fragilidades relativas às diversas estratégias que ampliam as condições de precarização e intensificação do trabalho, além de se utilizarem do assédio moral como modo de coerção das/os trabalhadoras/es.

As dificuldades na interlocução e articulação com outras/os assistentes sociais e/ou outras profissões que compõem as demais redes de serviços nos territórios

[165] Considerando inclusive o nível de pressão por produtividade a que as/os profissionais estão submetidas/os.

também se mostram presentes, gerando um espaço frágil e precário para articulações profícuas, assim como os pouquíssimos espaços de formação continuada e oportunidades de inserção das/os profissionais, considerando os contextos exaustivos de jornada de trabalho, dificuldades de mobilidade na cidade, incluindo o acesso precário a redes estáveis e serviços de conexão com a internet (que em última instância poderia representar alguma estratégia viável para processos de estudo e formação permanente).

Se tais constrangimentos, por si só, já ocasionam prejuízos para uma provável desarticulação das demandas e necessidades reais da população, demandará às/aos profissionais, por conseguinte, a busca pela necessária superação de análises fragmentadas sobre a vida e suas dimensões cotidianas nos diferentes territórios, assim como uma luta constante contra as precarizações nos espaços socio-ocupacionais que pressionam para a redução dos tempos de atendimento ou de algumas atribuições e estratégias técnicas próprias da/o profissional, como a necessidade de visitas domiciliares ou mesmo ações de caráter coletivo e em perspectiva de atendimento presencial.

Diante desse cenário é necessário retomar o lugar do encontro com a população. E, ao mesmo tempo, oportunizar que a própria população se encontre, a fim de refletir, dialogar e propor sobre as determinações que circundam a vida cotidiana nos territórios.

Como destaca Martinelli (2006), temos um lugar privilegiado quanto à possibilidade de contato com as expressões da questão social e esse lugar é marcado também por sua permanente possibilidade de transformação. Afirma:

> Somos profissionais que chegamos o mais próximo possível da vida cotidiana das pessoas com as quais trabalhamos. Poucas profissões conseguem chegar tão perto deste limite como nós. É, portanto, uma profissão que nos dá uma dimensão de realidade muito grande e que nos abre a possibilidade de construir e reconstruir identidades – a da profissão e a nossa – em um movimento contínuo (Martinelli, 2006, p. 10).

Mesmo que o trabalho social se encontre cotidianamente em uma complexa trama de interfaces e interconexões frente às relações sociais nas quais está inserido e com todas as contradições próprias da vida concreta e da história humana, sua

articulação com as/os demais trabalhadoras/res pode representar um profícuo avanço para o desenho de práticas anticapitalistas.

Por isso, compreendemos que a experiência humana, no contexto das relações sociais, carrega consigo a potencialidade de transformação dos próprios seres humanos e da vida cotidiana, sem desprezar que essa experiência social estará sempre impactada por intencionalidades e projetos em confronto, o que torna o contato direto das/os profissionais com a população uma ferramenta/ processo imprescindível para a disputa de concepções de mundo que apontem para a superação da ordem capitalista.

4. INTERFACES DO TRABALHO SOCIAL A PARTIR DE CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO LEFEBVRIANO: UMA LENTE PARA O CONHECIMENTO DA REALIDADE VIVA E VIVIDA

> É preciso deixar mais claro o que nós sabemos, assumir que sabemos, pois o saber que o Serviço Social domina vem de todos os seus conhecimentos teórico-metodológicos, mas vem também do conhecimento da realidade onde atuamos (Martinelli, 2006, p. 15).

O texto em epígrafe destaca o que de modo tão profundo temos apostado como um desafio a ser enfrentado pelas/os profissionais de Serviço Social. É fundamental que nos façamos ouvir, que possamos expressar ao conjunto da sociedade o acumulado de aprendizados que nosso projeto de formação profissional e nosso exercício profissional cotidiano nos permite conhecer e desvelar.

Nos capítulos anteriores buscamos consolidar uma gama de apreensões que o Serviço Social, enquanto profissão inserida no campo do trabalho social em habitação, pode abordar acerca da sociabilidade contemporânea amplamente afetada pela ambiência conservadora e por traços reacionários, o que se revela pela associação entre arcaico e moderno, com consequências para o desenvolvimento do trabalho cotidiano.

Partimos das experiências das profissionais participantes da pesquisa e seu cotidiano de trabalho, suas percepções sobre a dimensão da vida social e um conjunto de reflexos para as/os sujeitas/os nos distintos territórios e para as práticas sociais com as quais nos defrontamos no exercício profissional.

Em decorrência desse quadro desfavorável, embora regulamentada enquanto uma profissão liberal no Brasil, a/o assistente social exerce seu trabalho majoritariamente em condições de assalariamento e no interior dos espaços socio-ocupacionais vinculados à esfera estatal, estando, portanto, amplamente à mercê das mudanças conjunturais. Tal fator corrobora para que as questões vinculadas ao arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo frequentemente permaneçam em segundo plano e para que essas/es profissionais sofram com a tendência de estarem confundidos com os limites e caminhos estabelecidos pelas políticas públicas e sociais.

No entanto, os desenhos das políticas, assim como os contextos conjunturais, ao passo que imprimem determinações para o desenvolvimento do trabalho profissional, são também alteráveis e dinâmicos, modificando-se mediante um

conjunto de ações humanas e determinações em âmbito político, social, econômico e cultural.

Nessa peculiaridade, as/os assistentes sociais estão empregadas/os à gestão e/ou ao atendimento direto da população nos diversos serviços e equipamentos ligados às políticas públicas nos territórios. Tais políticas expressam sobretudo um modelo esgotado sob diversos ângulos de análise, já que mantêm discursos e documentos que, apesar de demonstrarem interesse de integração e atendimento às necessidades da população, ocasionam um processo de cisão entre o mundo real vivenciado pelas/os sujeitas/os nos territórios e o universo das políticas públicas.

Compreendemos que o trabalho social interage com polos diversos, sendo um elo de conexão entre o campo das políticas setoriais (sujeitas/os com seus diversificados modos e meios de vida) a interface com processos de precarização do próprio trabalho profissional, assim como com as condições objetivas da realidade social permeada pelo movimento permanente de diferentes disputas, seja pelos territórios, por recursos financeiros, por espaços de convivência ou pela interação com as/os que representam o poder estatal, figurando como personalidades político-partidárias e suas interferências em todo o conjunto da vida humana – tanto por meio de sua incidência nas três esferas de Governo, como pelas interlocuções que estabelecem no espaço de vida privada de todo conjunto populacional.

Devido ao reconhecimento desse contexto, neste capítulo intencionamos abordar mais detidamente as interfaces possíveis do trabalho profissional de assistentes sociais, ainda sob o solo de suas experiências e de seu cotidiano profissional, recolhendo os subsídios que podem ser alavancados pela categoria de análise “tempo-espaço” como um par dialético necessário para leituras de realidade, conhecimento dos territórios e a construção do que desejamos chamar de **percursos pedagógicos** construídos como contributo para o desenvolvimento do trabalho social na cotidianidade, tomando as categorias “cotidiano” e “experiência” como base para sustentar as análises aqui registradas.

Neste capítulo também propomos algumas leituras que auxiliam na atuação profissional cotidiana, dentre elas a necessária estratégia de organização das/os trabalhadoras/es, privilegiando um registro sobre as atividades do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo enquanto uma experiência possível de articulação entre as/os profissionais deste campo e a construção de estratégias de enfrentamento

ao grave quadro de precarização vivenciado no âmbito do trabalho e da formação profissional.

Cabe antecipar que tomamos como ponto de partida a conceituação do filósofo Henri Lefebvre a respeito da vida cotidiana como o tempo-espaço de (re)produção das relações sociais de produção, considerada aqui em seu sentido mais amplo.

Como destaca Carlos (2014):

> Como escrevem Marx e Engels, no livro *A ideologia alemã* (1996), a primeira condição da história é manter os homens vivos e a segunda é assegurar sua reprodução. Podemos dizer que esse processo acontece numa relação dialética sociedade-natureza em que cada elemento se transforma no outro e pelo outro, produzindo assim a vida e o espaço, ambos como criação real. O ato de produção da vida é, consequentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. Nesse raciocínio, afirma-se o espaço como condição, meio e produto da reprodução social: produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas de cada sociedade (Carlos, 2014, p. 63).

No que se refere aos processos de trabalho social e sua implicação na temática das relações de reprodução social, a dimensão jurídico-normativa é uma interface sobre a qual as/os profissionais são levadas/os a estabelecer amplo diálogo, tanto em razão de sua atuação na perspectiva da garantia de direitos, como devido à necessidade de mediarem atendimentos diversos a uma ampla demanda que (ainda assim) será mantida às margens da cobertura do Estado no que se refere ao acesso a bens e serviços básicos e a uma política de Proteção Social.

Com isso pretendemos demarcar que a dimensão jurídico-formal não alcança a totalidade da realidade social, mesmo porque a dimensão dos direitos, lidos em suas diversas temáticas, está desenhado sob os limites de uma sociedade capitalista. Enquanto uma invenção burguesa, o direito somente não deixa escapar de seus tentáculos de regulação aquilo que está posto sob a dimensão do “formal”.

Carvalho (2012) destaca um aspecto que também muito nos preocupa: o amplo afunilamento da demanda atendida pelas/os profissionais responsáveis por mediar (ou não) o atendimento às demandas da população, considerando a dimensão de seleção e triagem próprias do trabalho cotidiano profissional. Segundo a autora:

> A provisão ou negociações da provisão das necessidades básicas da população pauperizada é uma das funções do Serviço Social.

> Sabemos que o atendimento dessas necessidades é realizado de forma setorizada, fragmentada, como se o indivíduo fosse um somatório de necessidades a serem satisfeitas, cada uma delas pela superposição de instituições específicas. Sabemos igualmente que, no caso brasileiro, o atendimento a estas necessidades é pulverizado e individualizado, requerendo sempre uma seleção ou triagem que confirme o mérito ou validade do pedido de atendimento. Esta seleção e triagem conduzem a um afunilamento da demanda, da qual são atendidos 5 a 10% dos solicitantes, mas que permite concretizar uma realidade, mesmo que ilusória, de atendimento (Carvalho, 2012, p. 54).

É preciso também admitir que muitas/os profissionais foram (e estão) capturadas/os pelo gerencialismo das políticas setoriais, rodando em círculos pela ausência de instrumentos e ferramentas que permitam bons e reais diagnósticos, registros confiáveis e que gerem segurança no sigilo das informações coletadas, isto é, que preservem a população atendida, com acesso restrito a quem de fato as informações particulares das/os sujeitas/os interessam.

Além disso, muitas/os profissionais estão submetidas/os à esfera do assédio moral, das péssimas condições e instalações físicas para o desenvolvimento de seu trabalho e/ou mesmo sem condições materiais e objetivas para buscar aprimoramento e espaços diversos para a tão importante formação profissional permanente.

Esses são apenas alguns exemplos que auxiliam a demonstrar que as/os profissionais parecem estar subsumidas/os à perspectiva e às demandas institucionais de seus empregadores, o que nos impele a convidar a categoria profissional (assim como nossas/os aliadas/os que constroem processos de resistência nos diferentes espaços da sociedade civil) a ampliar o olhar para experiências que fujam a uma lógica extremamente regrada, própria dos mecanismos legais implementados e que em muito se sobrepõem às dinâmicas de vida na cidade real e não superam a ordem para a justiça social que desejamos experimentar.

Por diversas motivações e mecanismos, as requisições dos espaços socio-ocupacionais recaem sobre o conjunto das/os profissionais no que se refere ao desenvolvimento do trabalho em si, ou seja, um conjunto de ações e metas que se revelam nas atividades executadas e, por isso, desfocam a visão das/os profissionais dos objetivos e finalidades que, de fato, comparecem no universo vivencial e relacional de interesses e necessidades concretas da população.

Assim, reconhecemos no cotidiano de trabalho das/os assistentes sociais ao menos três grandes pilares que sustentam uma triangulação de interconexões cuja

visão das/os profissionais deve estar atenta a fim de reconhecer, distinguir e se utilizar de modo estratégico. Aqui nos referimos especificamente a:

(i) uma esfera que se traduz por sua interface frente ao desenho/ desempenho das políticas públicas setoriais;

(ii) uma outra interface que se reflete pela realidade dos territórios e todo o conjunto de demandas sociais que dele emergem, assim como;

(iii) uma interface frente às condições próprias para o desenvolvimento do trabalho profissional, incluindo complexos aspectos vinculados à lógica de precarização e todo um novo conjunto de questões que fragilizam as condições do trabalho, assim como se traduzem em processos de formação profissional ou mesmo em escassas propostas e possibilidades para educação permanente e aprimoramento profissional, próprias para a realidade da classe que vive da venda de sua força de trabalho no Brasil.

Portanto, estamos desafiadas/os não apenas à construção de mediações que subsidiem a intervenção profissional, mas à captura dessas mediações presentes no real, a partir da realidade como se apresenta, possibilitando maiores e melhores condições de análise e de leituras conjunturais e estruturais, a fim de (re)pensar cotidianamente os processos de trabalho profissional aos quais somos convocadas/os.

Carvalho (2012) contribui para a compreensão acerca da categoria de mediação ao afirmar que ela diz respeito aos processos de passagem, processos existentes na realidade objetiva, presentes nas relações que ocorrem entre partes, forças e fenômenos de uma totalidade (Mello, 1982 *apud* Carvalho, 2012, p. 52-53), afirmando que:

> Tais processos são extremamente dinâmicos e, como não existe um momento específico da mediação, mas tão somente o movimento, os atributos deste, abstraídos, podem ser sintetizados sob o termo mediação (Mello, 1982). O movimento se realiza por mediações que fazem a passagem. A mediação exige o afastamento de oposições irredutíveis e sem sínteses superadoras, o que não significa a negação e ausência das contradições; ao contrário, é preciso compreender que forças e relações contraditórias existem e coexistem no processo, na totalidade, produzindo o movimento (Carvalho, 2012, p. 52-53).

Assim, poderíamos refletir que se, por um lado, os processos de intervenção territorial (dos quais o trabalho social é componente) se configuram como

instrumentos de uma agenda de expansão da circulação do capital financeiro e imobiliário nas cidades, por outro lado, poderíamos questionar como as/os assistentes sociais (e as/os demais profissionais que atuam no trabalho social) poderiam enfrentar seus processos de trabalho como possibilidades para o fomento, articulação e instrumentalização da luta social e fortalecimento do protagonismo das/os sujeitas/os e coletivos organizados, considerando as possibilidades históricas contidas em sua intervenção cotidiana, permitidas e viabilizadas, considerando as dimensões da contradição e as mediações que comparecem no trabalho profissional cotidiano.

Estamos convencidas de que as estratégias e modos de atuação dos profissionais se expressam de modo determinante para a retração ou expansão da luta social nos territórios, não como medida idealizada ou proporcionada por uma atuação de caráter messiânico, mas por apresentar a oportunidade de se utilizar de seus conhecimentos específicos a fim de torná-los subsídio para uma maior influência da população em relação aos rumos das intervenções que se põe em curso, com a finalidade de ampliar as tensões sociais no interior do espaço urbano e alargar os benefícios e conquistas para as/os moradoras/es a que se destinam as intervenções.

Com o propósito de provocar as/os profissionais nessa direção, reconhecemos a necessidade de decifrar esse conjunto de conexões com as quais o trabalho social se defronta cotidianamente, elegendo algumas contribuições que nos parecem válidas para as interpretações que o trabalho social pode desenvolver, a fim de produzir conhecimento da realidade social como uma potente estratégia de atuação, mas sem tomar esta dimensão do conhecimento como uma verdade acabada, apartando-o, assim, da dimensão real da vida social. É preciso partir da premissa de que o real somente pode ser compreendido por seu caráter dinâmico, visto enquanto movimento, e a totalidade entendida em sua dimensão histórica, como um campo aberto de possibilidades.

Para o destino que traçamos nesta viagem, Lefebvre foi não apenas nosso guia, mas nosso mais generoso anfitrião.

Como destaca Beveder (2019),

> […] para Lefebvre compreender e elucidar a problemática da reprodução das relações sociais é o primeiro passo para um conhecimento verdadeiramente global do capitalismo, que não se atenha à separação maniqueísta entre produção e reprodução (como se fossem duas dimensões separadas, na realidade e no pensamento), que não reduza a reprodução à reprodução biológica ou

> dos meios de trabalho, mas que se revele como reprodução da totalidade das relações sociais capitalistas, junto com suas contradições e mistificações (Beveder, 2019, p. 255).

Por inspiração das contribuições do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre, os resultados iniciais desta discussão possibilitam admitir a existência de ao menos três diferentes dimensões da realidade social com as quais podemos nos deparar: as dimensões do *concebido*, do *percebido* e do *vivido*.

Segundo Pais (2003), o sociólogo brasileiro José de Sousa Martins manteve ampla interlocução com Lefebvre, sugerindo que:

> [...] a passagem da descrição do visível (método descritivo da "complexidade horizontal" da vida social) à análise da "complexidade vertical" da vida social (método analítico regressivo) permite um retorno a superfície fenomênica da realidade social, elucidando o percebido pelo concebido teoricamente e definindo as condições de possibilidade do vivido (Pais, 2003, p. 21).

Em sua obra há uma importante marca da teoria das representações, um tema sobre o qual, apesar de manter ampla interlocução e aprofundamento das obras de Marx, o autor também guarda distinções e apropriações singulares.

Como destaca Martins (1996, p. 9), Lefebvre trouxe Marx para o nosso tempo criticamente, como era próprio do pensamento marxiano. Sobre a importância dos escritos de Lefebvre, ressalta que o autor representou melhor do que ninguém um intelectual com inquieto pensamento, inconformado com todos os dogmatismos e com todas as opressões.

Afirma, ainda, que esse grande filósofo francês retomou o que de mais importante havia em Marx: seu método e sua concepção de que a relação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o viver, é uma relação vital (e datada) na grande aventura de fazer do homem protagonista de sua própria história (Martins, 1996, p. 9).

O conjunto de sua obra, como sintetiza o próprio Lefebvre em carta destinada a Martins,

> [...] se liga a um trabalho de Marx, trabalho que de um lado busca restituir esse pensamento à sua integralidade, e que de outro lado busca prolongá-lo e desenvolvê-lo em função do que há de novo depois de um século no mundo moderno (Lefebvre, 1977 *apud* Martins, 1996, p. 13).

Como destaca Machado (2008, p. 89), o autor que mais colaborou para colocar Henri Lefebvre em evidência no Brasil foi o sociólogo José de Souza Martins. Uma importante publicação que marca essa trajetória refere-se à obra *Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética* (1996), em que Martins sintetiza e documenta um conjunto de estudos por ele organizados e desenvolvidos ao longo de seis anos por um grupo de que coordenou junto ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo[166].

Retomando o tema de sua contribuição à teoria das representações, em artigo reunido à obra já citada (Corpet, 1991 *apud* Lutfi; Sochaczewski; Jahnel, 1996), os autores afirmam que, devido à preocupação de Lefebvre com o vivido (entre outros), e ao mesmo tempo com o movimento dialético (tema para o qual tem também grande contribuição) toda sua obra é "atravessada por uma exigência estética e mesmo poética e, para retomar uma expressão que lhe agradava, oferece a quem quiser apanhar, um feixe de possíveis".

As autoras recuperam em seu artigo importantes contribuições do autor registradas na obra *La présence et l'absence*[167] (1980) e a formulação de uma teoria crítica sobre as representações. Afirmam que:

> O estudo das representações destina-se a entender o processo pelo qual a força do representado se esvai, suplantada por seu representante por meio da representação, e como essa representação distancia-se do vivido e se multiplica, manipulando o vivido. As representações interpretam e, ao mesmo tempo, interferem na prática social, fazem parte da vida e dela só se distinguem pela análise. No processo de representação de um fenômeno físico, como os índices pluviométricos de uma região por um gráfico ou uma curva, é fácil distinguir a representação do representado. No caso de representação de fatos sociais, entretanto, com freqüência a relação representação-representado torna-se ambígua. Um bom exemplo é a paternidade, uma representação valorizada e perpetuada em nossa sociedade sem que, de modo geral, se indague sobre o que na verdade ela representa, sendo até vivida como não-representação (Lutfi; Sochaczewski; Jahnel, 1996, p. 89).

[166] Machado (2008, p. 90) demarca, ainda, que Lefebvre, com suas mais de 70 obras escritas, vem se tornando relevante para autores de diferentes continentes e regiões, como: Remi Hess (1988, 2006) e Michel Lowy (1999, 2005, 2006), na França; Perry Anderson (1988, 1991), na Inglaterra; Nestor Kohan (2002), na Argentina; George Garcia (2001), na Costa Rica; e para além de José de Souza Martins (1996) conforme já destacado, também para Amália Damiani (1999; 2001), Ana Fani Carlos (2004), Zilá Mesquita, Sônia Penin, José Paulo Netto e Maria do Carmo Brandt Carvalho, no Brasil. É válido considerar que estes últimos resguardam recorrência também na área do Serviço Social.

[167] Em tradução para língua portuguesa, *Presença e ausência*.

As autoras destacam o caráter contemporâneo do conceito de representações em Lefebvre, já que relembram que é na modernidade que “a produção de signos, imagens e representações são responsáveis por simular e dissimular as relações concretas”, enaltecendo o concebido em detrimento do vivido (pouco a pouco) cada vez mais desvalorizado.

> Por que as representações têm essa força inaudita nas sociedades contemporâneas? O mundo atual, em vez de interpretar a vida com símbolos, figuras e fatos históricos, produz signos e imagens e, principalmente, representações. Representações redutoras que apagam os conflitos e deslocam os sentimentos. Representações que simulam a vida e dissimulam as relações concretas. Em vez de contradições, dualidades; em vez de dialética, lógica formal; em vez de movimento, alternativas excludentes. Uma série de pares reaparecem, recriados por essas representações, modificados e despidos de movimento: agora o par bom e mau transforma-se em bom ou mau, assim como puro ou impuro, masculino ou feminino, amigo ou inimigo, sagrado ou profano, luz ou trevas. Esses signos, imagens, oposições, têm sido chamados de ideologia. No entanto, o conceito de ideologia é insuficiente para explicar a permanência desses valores na era da mídia e da informática. "Como o mágico, o religioso, o simbólico (modificado) persistem por meio de canais e veículos de informação?"[168]. Chegamos a um momento crucial no pensamento de Lefebvre, que o diferencia da grande maioria dos marxistas contemporâneos. Os pensadores que se prendem ao conceito de ideologia fetichizam o saber puro, menosprezam o saber crítico e a crítica do saber. E, ainda mais, depreciam o vivido em favor do concebido. Esquecem duas coisas: que o saber pode ser ideologizado e que as ideologias têm suas raízes no vivido (Lutfi; Sochaczewski; Jahnel, 1996, p. 95).

No tocante ao debate anunciado sobre o conceito de ideologia (apesar de não ser objeto desta tese), consideramos relevante apenas destacar um aspecto resgatado por Lefebvre em aprofundamento aos estudos indicados por Marx. Destacam as autoras:

> É na forma de superar as representações-ideologias que Marx e Lefebvre tomam caminhos diferentes. Para Marx a mentira ideológica ou falsidade de uma representação pode ser descoberta e destruída, em primeiro lugar pela teoria e depois pela prática revolucionária. Lefebvre, considerando a sociedade contemporânea, leva adiante a teoria. Parte da ideologia, mas para ele a noção de representação é mais esclarecedora. Ele diz: Marx não sabe que o deslocamento que ocorre com a substituição do representado pela representação se perpetua. “A palavra e o signo substituem a sensação e a emoção

[168] Lefebvre, Henri. *La présence e l’absence*. Paris: Casterman, 1980, p. 60.

> vividas. O dinheiro substitui, na e pela troca, as coisas e as relações"[169]. Para Lefebvre, a representação não é aparência reificada, como o era para Marx, mas substituindo coisas, produtos, obras, relações, **acaba se tornando socialmente concreta** (Lutfi; Sochaczewski; Jahnel, 1996, p. 92, grifo nosso).

As atividades cotidianas realizadas no âmbito do trabalho social possibilitam admitir que os apontamentos realizados por Lefebvre são oportunos e assertivos ao destacar a potencialidade que as representações alcançam em meio às sociabilidades, já que na modernidade os signos, as imagens e as relações de pertença ganham centralidade na cena social, aspectos facilmente observáveis no cotidiano profissional.

Tais reflexões contribuem, portanto, para problematizar questões imbricadas na realização do trabalho social, isso porque se, por um lado, as/os profissionais estão requisitadas/os a atender um conjunto de necessidades imediatas no campo do "vivido das/os sujeitas/os", por outro, sua atuação parte cotidianamente das percepções e apreensões possíveis da realidade com a qual se deparam, no campo daquilo que pode ser "percebido" pelas/os profissionais, bem como por meio das mediações postas pelo campo das políticas setoriais (matérias que se introduzem no cotidiano profissional sob um conjunto de formulações, prescrições e narrativas institucionalizadas), o que nos permitiria tomá-las como o campo do "concebido", como o universo das representações[170].

Segundo nossa apropriação sobre a obra de Lefebvre, compreendemos que o espaço do vivido é o que possibilita chegar mais próximo da realidade, do conhecimento do real, propiciando, inclusive, perceber as distinções entre as demais dimensões. Poderíamos, assim, eleger as dimensões do concebido e do percebido como esferas de representações do espaço. Mas o vivido, por sua vez, compreendido como o próprio espaço representado.

Em Lefebvre, o vivido é a fonte das contradições que invadem a cotidianidade de tempos em tempos nos momentos de criação. É no instante dessas rupturas do

---

[169] LEFEBVRE, Henri. *La présence e l'absence*. Paris: Casterman, 1980, p. 29.

[170] Cabe destacar que tais formulações não estão contidas na obra de Henri Lefebvre, sendo, portanto, uma escolha intencional desta autora a realização dessas interpretações e utilização deste referencial teórico a fim de contribuir com as linhas de estudos e pesquisas no campo do trabalho social e na área do Serviço Social.

cotidiano, nos instantes da inviabilidade da reprodução, que se inaugura o momento da invenção, da ousadia, do atrevimento, da transgressão.

As considerações a que nos propomos guardam premissas que equivalem aos apontamentos já realizados por Cardoso (2000, p. 51), considerando ser imprescindível uma compreensão relacional e crítica da produção social do espaço e, em particular, do conceito de território, que não se reduza à dimensão normativa ou administrativa das formas de fragmentação e classificação do real e da vida social por parte do Estado e das políticas sociais, mas que pretendem o conhecimento da dimensão conceitual e prático-sensível da vida cotidiana das pessoas comuns.

Sabemos que a realidade é infinitamente mais complexa do que a capacidade humana de a descrever e pensar. Sobre isso escreve Marx (2011, p. 55):

> O todo com um todo de pensamentos, tal como aparece na cabeça, é um produto da cabeça pensante que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível [...]. O sujeito real, como antes, continua a existir em sua autonomia fora da cabeça; isso, claro, enquanto a cabeça se comportar apenas especulativa, apenas teoricamente. Por isso, também no método teórico o sujeito, a sociedade, tem de estar continuamente presente como pressuposto da representação.

Nesse sentido, reconhecemos que o desenho das políticas é capaz de construir percepções e propostas, muitas vezes independentemente dos contextos presentes em dada configuração conjuntural, e por vezes muito distantes da realidade das/os sujeitas/os e das vivências existentes nos territórios.

Por isso, na condição de trabalhadoras/es sociais reunimos condições de compreender a dimensão daquilo que é “concebido”, imaginado, na perspectiva de uma construção (como é próprio da esfera de projeções construídas pelo campo de diferentes formulações das políticas setoriais), já que as próprias políticas sociais se tornam justificativa para a absorção de profissões como a de Serviço Social, sendo o setor público o maior responsável pela contratação das/os assistentes sociais.

Todavia, atuamos propriamente a partir da dimensão daquilo que nos é possível perceber, o que necessariamente se diferencia (e muito) daquilo que muitas vezes foi concebido, planejado, descrito como um modelo sugestivo de enquadramentos, comportamentos e previsibilidades indicadas pelos desenhos institucionais e vinculados às políticas setoriais. Somos cotidianamente requisitados, na racionalidade neoliberal, a manipular prescrições para “aplicação à realidade”,

mesmo reconhecendo que a vida real das/os sujeitas/os não pode ser simplesmente moldada ou desenhada por vontade do Estado, das/os profissionais que o representam ou daquelas/es vinculadas/os às demais esferas do mercado de trabalho e outras modalidades de prestação de serviços.

Aqui, nossa competência está associada à capacidade de observação apurada e de interpretações diversificadas sobre as distintas formas de associação entre o mundo real e um mundo regulamentado sobre o qual somos chamadas/os a atuar. Temos a capacidade de percepção quanto à dimensão dos direitos sociais, assim como o de perceber também que o chão vivo da realidade social, por múltiplas circunstâncias, se distancia das próprias concepções e alcances desses mesmos direitos.

Assim, reconhecer a incompatibilidade de alguns contextos propiciados pelo campo das políticas, seus níveis de exigência e contexto recheados de contradição – por vezes com imposições e requisitos inalcançáveis para grande parte da população – é tarefa fundamental às/aos assistentes sociais, inclusive quanto ao que as políticas não oferecem condições de mudanças palpáveis e significativas ao conjunto dos que vivem da venda de sua força de trabalho, tais como os relatos até aqui apresentados nos permitem afirmar.

Por isso, consideramos que tomar a realidade pela dimensão do vivido, do real, do concreto, das experiências e vivências do cotidiano nos parece uma chave para ampliar nossas possibilidades de construção de uma intervenção profissional que resguarde um enfrentamento à ambiência conservadora que nos contorna, realizando um trabalho com intencionalidade política na direção de superação da ordem capitalista, uma tarefa que não cabe à uma determinada profissão ou ao profissional, mas para a qual (em união ao conjunto das/os demais trabalhadoras/es) podemos contribuir com base nos princípios de nosso Código de Ética profissional e um projeto de sólida formação profissional historicamente construído, mas que, sobretudo na primeira quadra histórica do século XXI, tem sido duramente atacado pelo projeto neoliberal, que no campo da educação se expressa de modo extremamente mercantilizado.

Por meio da pesquisa de campo buscamos capturar nos depoimentos das entrevistadas suas diferentes percepções das dimensões da realidade, dialogando com as profissionais sobre as categorias trabalhadas por Lefebvre, já que enquanto trabalhadoras/es não prescindimos da política social sobre a qual atuamos, mas, por

outro lado, essa mesma política possui um escopo já definido como parâmetro e com limites significativos para a população nos diferentes territórios, muitas vezes com um conjunto outro de demandas e necessidades que se coloca pela dimensão concreta da vida real.

As/os sujeitas/os nos territórios trazem questões cotidianamente que não estão contempladas/previstas sob o ponto de vista das diferentes políticas setoriais, o que requer das/os profissionais a necessidade de se reconhecerem sob um constante estágio de alerta, por assumirem um lugar estratégico na arena do jogo, compreendendo que existem diferentes atores no cenário, que se expressam de modo diversificado nos diferentes processos vivenciados pelo trabalho social.

Assim, as/os assistentes sociais atuam principalmente por meio da dimensão do percebido, o que é próprio inclusive para o campo da produção de conhecimento, das pesquisas e do trabalho profissional. Até grande parte dos nossos trabalhos acadêmicos são reflexos desse processo, pois nossas pesquisas muitas vezes estão em nível do que concebemos (dos documentos, das políticas) a partir de nossas percepções, percepções de lideranças ou mesmo das/os próprias/os profissionais. Mas em que medida o vivido aparece? Comparece em nossas produções ou até como subsídios para nossa intervenção? Onde está o nosso esforço em decifrar o real? Todas essas questões nos desafiam pessoal e cotidianamente ao longo de nossa trajetória profissional e na condição de pesquisadora da área social.

Sob uma percepção mais generalista, poderíamos afirmar que talvez tenhamos ainda um número muito mais elevado de trabalhos que tematizam o concebido e o percebido, mas que não aprofundam seus resultados sobre a superfície do vivido, das relações, da vivência concreta das/os sujeitas/os, mesmo quando aparentemente o tema tratado seja o vivido. Eles aparecem muito mais sob a dimensão do percebido, do que propriamente do vivido.

Portanto, podemos assim compreender tais dimensões como camadas que nos desafiam a dar profundidade ao conhecimento do real/ das realidades que se apresentam a fim de serem decifradas e por nós abarcadas por meio do trabalho profissional.

4.1. Interfaces e tensionamentos presentes na realização do trabalho social

Se, por um lado, temos o papel desempenhado pela política setorial e se as/os profissionais, guiadas/os por sua percepção, devem traçar estratégias e mapear as condições necessárias a partir do que reconhecem neste campo vasto de regramentos e condicionalidades, as/os profissionais são também responsáveis pelo surgimento de um necessário diálogo entre distintas realidades, pois, por outro lado, com a população será essencial considerar suas vivências e relações em diferentes contextos e as forças que convivem em presença nos distintos territórios.

Questionamos as profissionais parceiras da pesquisa sobre suas diferentes percepções acerca de um mesmo território, permitindo que pudessem refletir e reconhecer os distintos papéis, que se deslocam simultaneamente em interface com o trabalho social cotidiano.

Os depoimentos revelam o reconhecimento de tensionamentos e interfaces que desafiam o trabalho social, exercido quase como um jogo de tabuleiro, em que cada movimento deve ser estrategicamente projetado. Suas experiências revelam o quanto as dimensões teórico-metodológica, ético-política e principalmente técnico-operativa devem estar alinhadas e acionadas, de modo simultâneo, por um conjunto diverso de mediações presentes nas intervenções profissionais.

As profissionais, nesse movimento reflexivo, revelam o reconhecimento do convívio de diferentes expectativas depositadas no trabalho social, com diferentes interesses em confronto, sendo que o afastamento dos territórios prejudica a compreensão dos interesses da classe trabalhadora e os objetivos a serem estabelecidos pelo conjunto das/os profissionais no desenvolvimento de suas atividades. Os depoimentos a seguir refletem as questões apontadas:

> É o caos, né? A gente não consegue… é caótico. Porque tem expectativas muito diferentes, né, do que é. Do resultado que isso vai dar, assim. Mas todas elas estão presentes e a gente tem que lidar com todas elas, e aí, no nosso caso, entra mais um que são as terceirizadas (A.S. 4 - Prefeitura).

> Sim, por isso que eu acho que é tão fundamental a gente tá dentro dos territórios para entender, né, essa dimensão, para entender essa lógica, para entender as necessidades, os interesses, essas questões. Então, eu fico bem preocupada, porque assim o quanto a gente vai perdendo de percepção e de compreensão dessa realidade que a gente tá atuando, estando tão distante dela, né? Estando lá dentro da secretaria, só validando produtos, só lendo o que a empresa relatou

> ali numa ação, mas sem de fato ter vivenciado, sem ter estado ali junto, fazendo uma leitura participativa, né, construtiva daquele trabalho e daquele território. Então, eu acho que fica muito subjetivo, né, fica muito superficial o nosso trabalho, que na verdade não é nem um trabalho específico, né, social. Porque você ficar fazendo análise de documentos não é um trabalho técnico específico, esse contato, essa atuação direta com o território, ela é muito necessária pra essa compreensão, né, ampla e dinâmica do nosso trabalho (A.S. 6 - Prefeitura).

No depoimento a seguir, a profissional destaca como a política é capaz de proporcionar um conjunto diverso de definições das quais o próprio trabalho social não participa, mas ao mesmo tempo é chamado a responder:

> [...] eu tô nos programas agora de locação social que é muito específico aqui em São Paulo, são cinco empreendimentos, todos na região central, atenderam a população em situação de rua, que estavam em situação de rua, outros é de movimento social, outro era artistas, um condomínio só de pessoas artistas que viveram da arte por muitos anos, mas não conseguiram se manter, que é uma questão também, né? E aí hoje então nesse condomínio, enfim nesse empreendimento. Então assim, eu acho que tem aí uma política acontecendo, olhando para essa diversidade. Tem um outro empreendimento que eu trabalhei na zona leste que ele foi, são 300 apartamentos. De 300, tipo 280 são pessoas com deficiência. Não tá certo nesse caso, porém, foram colocados lá, de uma forma muito... encaminhados, mas não é um condomínio que foi pensado. É um condomínio padrão, e essas famílias foram pra lá porque foram direcionados pela área pública para lá. Mas assim, estando lá, porque a gente não participa dessa definição, de que maneira que a gente pode assessorar, pensar, refletir, enfim, atender com qualidade essa população (A.S. 5 - Gerenciadora).

A profissional vinculada à assessoria técnica destaca sua percepção sobre a supervalorização das normativas e instruções técnicas estabelecidas para o desenvolvimento do trabalho social, um aspecto abordado anteriormente. Porém ressalta que as instituições financeiras responsáveis pelo acompanhamento do trabalho social e liberação de recursos, tais como a CEF, encarregam-se de definições sobre a esfera dos projetos que não estão de acordo com a realidade e vivência das famílias, nem tão pouco com a execução do trabalho social, que, por sua vez, ao respeitar as dinâmicas do território, enfrenta resistência junto às instituições para validação do trabalho desenvolvido, incluindo um imenso desgaste para recebimento dos recursos devidos, como pagamento às/aos profissionais envolvidas/os.

Nossa, super aparece. Aparece muito, inclusive aparece a questão do entendimento do assistente social, sendo assistente social que trabalha com movimento, ou se assistente social que trabalha, por exemplo, numa Cohab da vida, você consegue, inclusive, perceber por meio desse processo o entendimento do que que é o trabalho social para aquele profissional, para aquelas pessoas. Então, assim, como a gente faz tudo muito junto com o movimento, da população, então, é claro, a população, ela chega com um olhar diferente, do que "Ah, vocês que vão ter que fazer. Eu não vou fazer isso. Você que tem que fazer!" e enfim… e como eu falei a gente tem que trabalhar e desconstruir isso, né? "Senta aí e faz". As pessoas pedem lista da demanda para mim e eu falo: "Mas vocês é que são os proponentes, né?", coisas desse tipo. Então são coisas pequenas, mas que dizem muito né? Que é a forma que enxergam como é o trabalho. Mas, por exemplo, quando eu chego numa Cohab da vida e entrego um relatório, no projeto a gente já começa por aí, vou pegar o "Pode Entrar" (Programa) aqui como exemplo tá, de política. Lá tá dizendo tudo que tem que ter no trabalho social, né? Se você fizer algo diferente disso, você não vai conseguir o recurso. Mesmo que você diga: "Não, mas isso não se encaixa, porque lá eles se organizam em comissões… não, mas isso não se encaixa". "Não. Mas a portaria diz isso, a orientação técnica diz isso! e etc." e colocam as pessoas num quadradinho. E aí você leva, você fala: "OK! Mas é que aqui a gente faz muito mais do que tá aí. Então a gente vai colocar pra vocês saberem o que mais que nós estamos fazendo, nós vamos colocar no relatório". Aí chega um relatório escrito: "atividades extras" e a pessoa fala assim: "Tira isso porque isso não tá previsto no projeto!" Então isso você começa a pensar, cara o que que tá errado? Porque que eles estão seguindo algo que não condiz com a realidade? Aqui diz o que eles querem, mas eu estou mostrando mais para eles entenderem que isso não acontece, porque é uma forma de se posicionar, de você mostrar que você faz muito mais do que aquilo. Que a realidade é que demanda o movimento, é muito mais do que aquilo. E a pessoa tá implicando com uma coisinha assim [gesto com a mão, indicando coisa pequena], aí às vezes eu fico pensando [risos], será que tem que desenhar isso na política? Por isso que eu falei, será que tem que colocar na política: "Olha tem que atender mulher assim, tem que discutir assédio, porque as pessoas estão muito presas a burocracia, né? E isso impacta diretamente no trabalho, na forma como as pessoas enxergam o trabalho que a gente faz. Já tivemos experiências, porque a gente se reúne enquanto profissionais, na União, para discutir essas questões do que tá acontecendo com o trabalho social, e uma das coisas que as pessoas colocam lá, enquanto retorno é: "Ah, mas não tem evidências, né?" A gente até falou que ela ia cantar, fazer um show com o movimento cantando "Evidências", na porta do pessoal, porque é isso cara. O pessoal não quer trabalho. Eles não querem trabalho. Eles não querem enxergar a realidade, eu acho que por isso que dá essa diferença, na política, né? No que a política planeja e no que a gente executa, porque eles querem o que é mais fácil de fazer, e o que atende o interesse de quem tá planejando, a verdade é essa. Porque se quem tá planejando não é a população, então é interesse de quem tá planejando, que não é quem realmente vai ser atendido por aquela política, né? Mesmo no Programa "Pode Entrar" que foi construído num espaço de conselho, onde tinha lá empresário, construtora e tudo mais, e que a gente teve

> que batalhar para colocar o mínimo de condição de trabalho pra gente. Então sim. Vejo essa diferença, impacta, condiciona a população a isso, porque como a gente trabalha com grupos de famílias nas comissões, eles vão lá nas reuniões da Cohab. A Cohab fala: “Não é nada disso!” Então, eles acham que quem tá certo é o poder público, né? Os assistentes sociais de lá é que sabem mais, porque afinal de contas, eles que estão lá e o trabalho que a gente está fazendo, não é o correto, né? Então acho que impacta diretamente no que a gente está fazendo. Essa é uma coisa que eu percebo de diferença. A outra é aquilo que eu falei no começo, não atende a realidade da população, não atende a realidade mesmo dos grupos, às vezes funciona num grupo do movimento, mas no outro não, porque um grupo tem um perfil de renda diferente, né? (A.S. 2 - Assessoria).

O depoimento destaca o descolamento da realidade que, por vezes, a política impõe aos objetivos do trabalho e reconhece a dificuldade de que os interesses da população sejam atendidos, uma vez que o planejamento dos projetos é construído de modo absolutamente distante dos territórios e da população diretamente afetada.

Observamos também que o relato apresenta uma denúncia quanto ao rebaixamento entre as/os trabalhadoras/es, realizado pela população, quando um conjunto de profissionais passa a se comunicar enquanto representantes do Estado e por isso é mais valorizado do que as/os demais profissionais envolvidas/os nos processos de trabalho, fator demonstrado pela fala da profissional quando destaca a figura das/os profissionais vinculados, por exemplo, à COHAB.

Já a segunda profissional, também vinculada às assessorias técnicas, destaca, como contraponto, a importância que as diretrizes das políticas podem ofertar ao desenvolvimento do trabalho social, considerando a possibilidade de indicar metas, proporcionar às/aos profissionais alguns indicadores e um momento de planejamento e alcance de objetivos com melhor perspectiva para abordagem de temas que muitas vezes não seriam autonomamente levados à população. No entanto, a entrevistada é precisa em considerar que esse “imaginado da política” não pode se propor de modo absolutamente distante da “vida ao vivo e a cores” que constrói a população em seu cotidiano:

> O imaginado é essa coisa da política mesmo. Eu acho às vezes que em alguns aspectos é quase uma ilusão né? De como se concebeu, de como vai funcionar… tudo perfeitamente… quase que uma ilusão pra gente e que é, também, se a gente claro, fizer um paralelo com aquilo que nós planejamos do nosso trabalho, você vai perguntar: onde está o nosso PTS? Ele tá aqui oh! Ele estava no imaginado… no perfeito… que a gente vai ter isso, que nós vamos conectar com o “B”... então ele também tá nisso. Eu, pra mim faz todo o sentido, e eu

> acho também que quando a gente vai pra área a gente precisa desse imaginado. Porque é nesse imaginado que a nossa imaginação, nossa criação, nossa ousadia mesmo, ela tá projetada aqui nesse imaginado. Porque também se a gente não der vazão pra esse imaginado… a gente também já vai fazendo isso aqui [gesto com a mão dando a ideia de coisas pequenas] se a gente não é "puff", faz menos um né? Então eu acho que a gente precisa, porque também aqui nesse imaginado, pra gente que é profissional, e pra quem elaborou a política, está a ousadia. Onde eu queria chegar? Onde era a perspectiva, né? É claro que você vive situações em que esse imaginado não tem nada a ver com a realidade. Aí sim, ele é um problema. Mas às vezes, o distanciamento também é um pouco isso, porque é a nossa capacidade de projetar, maior do que a gente faz. Porque se a gente também projetar menor do que a gente faz, a gente vai fazer bem menos, então ele é assim… não é ruim, mas ele tem esse aspecto de que imaginado nem sempre ele corresponde, mas eu acho que a gente precisa, eu pelo menos preciso disso. Eu gosto de toda vez que a gente tá fazendo, pensando em um planejamento, eu gosto de que a gente possa pensar coisas assim… grandes, pensar… projetar pra onde nós vamos chegar. Porque se você não perder isso de vista, quando você tiver executando você também vai buscando aquilo que se planejou sabe, então eu acho que isso é interessante. Eu não coloco isso como necessariamente um aspecto negativo. Acho que ele é necessário, mas ele não pode ser muito descolado do que é nem o percebido e nem o vivido né? Porque senão a gente também tem uma relação, principalmente do imaginado com o vivido, muito distante. A gente não pode ter essa relação muito distante entre… eu chamo do que é a vida ao vivo e a cores né? A vida ao vivo e a cores é isso aqui ó… é o vivido. É o que a gente como profissional vive. É o que as famílias vivem no seu cotidiano, né? Então eu sempre acho que a gente tem que ter essa capacidade, nossos gestores… a gente quando tá nessa função de pensar, de sim… essa dimensão do imaginado, mas que ela precisa ter muita conexão com a realidade, com as possibilidades, com aquilo que é o impedimento, né? E eu digo que não pode ser muito restritivo porque senão você não ousa e você não rompe com alguns paradigmas que precisam ser rompidos, né? A gente precisa romper com algumas coisas, senão a gente fica sempre caminhando e dando volta em torno de uma mesmice, né? Eu acho que a gente precisa, por vezes, fazer o imaginado, bem grande assim sabe? Não distante, mas um imaginado bem feito (A.S. 1 - Assessoria).

O relato da profissional demonstra a constante pressão enfrentada pelas/os profissionais, já que parecem lidar o tempo todo com a existência de mundos completamente distintos, como nos provocou Dirce Koga, em entrevista:

> Acho que tem um modo de se fazer política pública, e o modo de fazer política social que eu acho que tá esgotado esse modelo. Acho que ainda é um modelo que separa os mundos sabe. Só que é um jeito que separa na realidade, na prática, quer dizer o mundo da gestão e o cotidiano de vida que você está dizendo, a vida como ela é, como se

> passa no cotidiano dos territórios, é totalmente apartado do mundo da gestão (Entrevista exploratória, Koga, out. 2021).

Como revelou também Vera Telles (2011), estamos diante de duas cidades: a formal e a informal, com dimensões de legalidades e ilegalidades, em que a vida social é atravessada por um universo crescente de ilegalismos que passam pelos circuitos da economia (e da cidade) informal em expansão.

Desafios que nos convocam a considerar a pobreza no Brasil por um ângulo multidimensional e compreendê-la como um fenômeno caracterizado não apenas pela ausência de renda, mas pela impossibilidade de acesso a bens e serviços socialmente produzidos, assim como a liberdade de se (re)construírem, a si próprios e seus espaços, de modo mais apropriado e favorável aos desejos e reais necessidades correspondentes a seus meios e modos de vida.

Nessa direção, Martins (1996) destaca outra importante interpretação de Lefebvre sobre a dimensão da pobreza:

> O fato de que a humanidade do homem se objetive nas realidades que ele cria e que ele se crie na mediação de tais objetivações abre um abismo entre ele e sua obra, condição da demora entre a criação da possibilidade da sua humanização crescente e essa mesma humanização. A pobreza, nessa reinterpretação de Lefebvre, ganha um significado bem diverso da concepção limitada de pobreza material que era característica da época de Marx. **A pobreza é pobreza de realização das possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que o colocam aquém do possível.** Numa sociedade e num tempo de abundâncias possíveis, inclusive e especialmente abundância de tempo para que desfrute das condições de humanização do homem, em que a necessidade de tempo de trabalho é imensamente menor do que era há um século, uma das grandes pobrezas é a pobreza de tempo (Martins, 1996, p. 19, grifo nosso).

Para o enfrentamento desse contexto, Lefebvre nos inspira a considerar a necessidade de uma permanente revolução cultural, que deve caminhar *pari passu* a propostas revolucionárias no campo econômico e político:

> Só o proletariado pode investir sua atividade social e política na realização da sociedade urbana. Só ele também pode renovar o sentido da atividade produtora e criadora ao destruir a ideologia do consumo. Ele tem portanto a capacidade de produzir um novo humanismo, diferente do velho humanismo liberal que está terminando sua existência: o humanismo do homem urbano para o qual e pelo qual a cidade e sua própria vida cotidiana na cidade se tornam obra, apropriação, valor de uso (e não valor de troca) servindo-se de todos os meios da ciência, da arte, da técnica, do domínio sobre a natureza

> material [...] Isso exige, ao lado da **revolução econômica** (planificação orientada para as necessidades sociais) e da **revolução política** (controle democrático do aparelho estatal, autogestão generalizada) uma **revolução cultural permanente** (Lefebvre, 2001, p. 140, grifo nosso).

Tal compreensão nos levar a registrar a importância de que o trabalho social possa perseguir um comportamento radical (aquele que vai à raiz), exigindo o desvendamento da sociedade em que vivemos e colaborando para a construção de territórios de resistência, incluindo o fomento ou o apoio de coletivos e movimentos sociais organizados.

Como sugere Carlos (2012, p. 54), precisamos pensar o mundo em sua complexidade, apreendendo as possibilidades existentes em um mundo em transformação, iluminando resistências e insurgências capazes de romper com a lógica institucional e o produtivismo. Destaca:

> A radicalidade exige a construção de projeto de uma “sociedade nova”, fundada na produção de um conhecimento capaz de colocar no centro do debate a realização da humanidade do homem, livre das ideologias e das representações vindas do mundo das coisas, manipulado pela comunicação midiática e pelo Estado (Carlos, 2011, p. 54).

No presente estágio das condições e consequências do modo de produção capitalista, é preciso ressaltar que a precariedade se expressa na totalidade das dimensões da vida humana, inclusive nas formas de sociabilidade e intersubjetividade das/os sujeitas/os.

Portanto, interessa principalmente aprofundar compreensões sobre as formas pelas quais essa precariedade atravessa todas as esferas da vida cotidiana da população e o modo como ela provoca as/os assistentes sociais para incorporação de estratégias e atuação profissional conjunta com as/os sujeitas/os nos territórios, a fim de construírem alternativas para o enfrentamento necessário a esse diagnóstico.

Nesse caminho é imperativo que o trabalho social siga orientado por uma lógica de descobertas, partindo de uma escuta qualificada, atenta e curiosa a fim de possibilitar problematizações que conduzam da estranheza a interpretações possíveis, construídas em conjunto com as/os sujeitas/os com os quais atuamos.

Temos como aposta que esse conjunto de princípios e posturas, uma vez acionados pela categoria profissional, podem nos auxiliar a elucidar a dimensão do vivido, além daquilo que é percebido em razão das premissas concebidas no campo

da intervenção profissional, sustentadas a partir dos desenhos institucionais e pela dimensão das políticas públicas.

Assim, temporalidades e espacialidades estão postas como pontos cardiais, pontos de orientação. Aspectos que norteiam a própria sociologia da vida cotidiana e podem auxiliar no enfrentamento das interfaces e tensionamentos presentes na realização do trabalho social.

Por fim, nos propomos a sugerir que nossas produções e principalmente nossas intervenções cotidianas considerem o “trabalho do tempo” que se desenrola nos territórios e em meio às relações sociais assentadas no espaço concreto e histórico da vida social.

4.2. Dimensão tempo-espaço como par dialético para o conhecimento e intervenção nos territórios

Considerados os aspectos apresentados até aqui, a discussão a seguir pretende convidar à reflexão sobre a dimensão tempo-espaço enquanto uma chave analítica a ser acionada em diálogo permanente com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão de Serviço Social e como ferramenta para a realização do trabalho social.

Enquanto instrumento analítico, a categoria tempo-espaço pode ser compreendida como uma unidade indissociável, em que as dimensões temporal e espacial se interpenetram e se condicionam mutuamente. Essa visão contrasta com abordagens tradicionais que tratam tempo e espaço como categorias separadas e absolutas.

Será essencial, nesse sentido, um esforço teórico-metodológico que nos direcione à construção e reconhecimento de seus pontos de contato. É importante destacar que o conhecimento científico se situa em um tempo-espaço específico, moldado pelas relações de poder e pelas identidades diversas que se relacionam em meio às sociabilidades construídas, o que podemos tomar como categorias da experiência humana, moldadas pelas relações sociais e pela práxis histórica.

Diversos autores contribuíram para o desenvolvimento dessa perspectiva, cada um com suas nuances e ênfases particulares, mas com contribuições importantes, capazes de dar sustentação às camadas a que nos propomos a dar tratamento.

Nos filiamos àqueles que defendem a construção das territorialidades a partir da constituição de sentidos e significados e que sustentam a ideia de espaço não

como um elemento abstrato, mas como espaço social, onde a totalidade não se apresenta como um elemento sistêmico ou fechado. E alguns autores se destacam nessa direção.

Lefebvre desenvolveu uma teoria do espaço que o define como uma produção social e sua análise nos auxilia na compreensão da relação tempo-espaço, os processos de urbanização e a própria natureza do sistema capitalista.

Em sua obra *A produção do espaço* o autor argumenta que o espaço não é um mero receptáculo de eventos, mas um produto da ação humana, moldado pelas relações de poder e pelas práticas sociais.

Em importante contribuição, o geógrafo brasileiro Milton Santos destaca que o espaço é algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana, um conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente (Santos, 2023, p. 146).

Para o sociólogo Pais (2003),

> [...] o espaço surge como suporte mediador e cuja mediação se exerce através da sua significação simbólica. Assim, se um contexto social nos permite observar de que modo se regulam distintos estilos de acção, distintas condutas comportamentais, é porque esse contexto nos permite descobrir um espaço de práticas sociais com significados simbólicos relativamente precisos (Pais, 2003, p. 128).

Destaca de modo muito oportuno uma diferenciação entre o conceito de espaço e lugar, uma distinção importante e necessária para que a noção tempo-espaço possa ser melhor delineada em nossos estudos.

Pais (2003, p. 127-128) afirma que o conceito de espaço não deve, contudo, sobrepor-se ao de lugar. Um lugar (físico, geométrico) é uma configuração instantânea de posições, implicando uma indicação de estabilidade. Em contrapartida, um espaço encontra-se impregnado de vetores de direção, de forças motrizes, de inconstâncias, de movimentos.

Tal noção se mostra significativa quando Santos (2023) adverte sobre um estágio da sociedade moderna que introduziu o que chamou de “interdependência dos lugares”. Afirma:

> [...] caminhamos, ao longo dos séculos, da antiga comunhão individual dos lugares com o Universo à comunhão hoje global: a interdependência universal dos lugares é a nova realidade do território. Nesse longo caminho, o Estado-Nação foi um marco, um divisor de águas, entronizando uma noção jurídico-política do território, derivada do conhecimento e da conquista do mundo, desde o Estado Moderno e o Século das Luzes à era da valorização dos recursos chamados naturais (Santos, 2023, p. 137-138).

Para reconhecer algumas contribuições a partir da noção de *tempo,* podemos recorrer à obra de Thompson, que, por sua vez, destacou a importância da experiência do tempo na vida das classes populares. Na obra *Costumes em comum* o autor argumenta que a percepção do tempo pelas/os trabalhadoras/es era distinta daquela da elite dominante, pois era moldada pelas relações de trabalho e pelas lutas sociais.

Nesse sentido, Thompson contribuiu para a compreensão da relação entre tempo-espaço, cultura popular e os processos de resistência social.

Já o geógrafo marxista norte-americano David Harvey contribuiu para a compreensão da relação entre tempo-espaço, globalização e neoliberalismo. O autor explorou a relação entre tempo-espaço e compressão espaço-temporal na modernidade capitalista. Em sua obra *A condição pós-moderna* argumenta que a globalização e as novas tecnologias intensificam o ritmo das mudanças, comprimindo a dimensão tempo-espaço.

Marx e Engels, autores que deram sustentação às bases do materialismo histórico e dialético, aprofundaram a análise da relação entre tempo-espaço e história quando em *Manifesto comunista* e em *O capital* argumentam que a produção material é a base fundamental da organização social e que o tempo e o espaço são moldados pelas relações de produção. Com isso, os autores enfatizam a importância da luta de classes como motor da história, destacando como essa luta se manifesta em diferentes tempos e distintos territórios.

No âmbito da discussão sobre a modernidade capitalista, podemos apreender que de seu processo resultará uma fragmentação e aceleração do tempo, ao passo que provoca simultaneamente a homogeneização e mercantilização dos espaços, com forte impacto para as expressões da linguagem, da literatura e da cultura, incidindo na criação de um universo ficcional capaz de reverberar narrativas e a própria compreensão e construção da realidade social.

Assim, o tempo não está colocado como fluxo linear e homogêneo, mas como um processo dialético marcado por rupturas e continuidades e repleto de contradições.

Nessa direção, Pais (2003) afirma:

> Vemos ainda que o quotidiano promove o entrecruzamento de distintas dimensões temporais: para além do tempo linear e progressivo, homogêneo e exterior, surge o tempo da repetição, da circularidade (Pais, 2003, p. 87).

O espaço, não sendo, portanto, um recipiente estático, mas um processo dinâmico e relacional, composto por múltiplas espacialidades interconectadas, é aqui concebido como um campo de relações sociais e produção material, onde os eventos históricos se desenrolam em simultâneo desenvolvimento dos processos de reprodução social.

É preciso também reconhecer que culturas pré-modernas possuíam maneiras específicas de calcular o tempo e o espaço em meio às relações sociais. Chauí (2000) destaca:

> A antiguidade tanto oriental como ocidental concebia o tempo cósmico como ciclo de retorno perene e o tempo dos entes como reta finita, marcada pelo nascimento e pela morte. No primeiro caso, o tempo é repetição e a forma da eternidade; no segundo, é devir natural de todos os seres, aí incluídos os impérios e as cidades. *O tempo dos homens, embora linear e finito, é medido pelo tempo circular das coisas, pois a repetição eterna é a medida de tudo quanto é perecível*: movimento dos astros, sequência das estações, germinar e desenvolver das plantas. Enquanto o tempo cíclico exclui a idéia de história como aparição do novo, pois não faz senão repetir-se, o tempo linear dos entes da Natureza introduz a noção de história como memória (Chauí, 2000, p. 70).

No entanto, é preciso demarcar, como conclui a autora, que o tempo não é repetição (cósmica) nem simples escoamento (humano), mas passagem rumo a um fim que lhe dá sentido e orienta seu sentido, sua direção (Chauí, 2000, p. 71). Assim, ele é capaz de coincidir amplamente com as dimensões da vida social determinadas pela presença.

No entanto, o que se inaugura com o projeto da modernidade é exatamente fomentar relações entre “ausentes”, arrancando o espaço do tempo e tornando o lugar um espaço fantasmagórico.

A separação tempo-espaço foi crucial para o dinamismo da modernidade, porque essa capacidade foi capaz de conectar o local e o global de uma forma inovadora, impactando as diversas instituições que reverberam reordenamentos às relações sociais, capazes de afetar amplamente a vida cotidiana da população em seus meios e modos de vida. É preciso também demarcar que o projeto da modernidade nos direciona a uma dinâmica de encurtamento e encolhimento da dimensão tempo-espaço, um fator com importantes consequências para as sociabilidades que se reconfiguram nesses novos compassos da realidade social.

Assim, apreendemos que a categoria tempo-espaço funciona como um par dialético na medida em que, analisados em conjunto, pulsam de modo diferenciado, mas com uma inter-relação e resultados que redimensionam o próprio movimento da realidade social alterada sobretudo pela ação humana. Pulsam com tensões e se põem como esteira das relações sociais de produção e reprodução social, nos diferentes projetos societários já experienciados na história da humanidade.

Coincidindo, contribuindo e corroborando a construção, desconstrução e reconstrução de identidades (também provisórias e mutáveis), que se relacionam na própria dimensão histórica, contraditória e mediada do tempo-espaço.

No que se refere ao conhecimento e intervenção do trabalho social nos territórios, os desafios são amplos porque os territórios são vivos, dinâmicos e muito diversos.

Assim, muito nos interessou observar como as/os profissionais lidam com essa dimensão e como percebem o encontro de diferentes temporalidades que se relacionam com as diversas ações incorporadas pelo trabalho social nos territórios. Os tempos dos projetos, dos territórios e da própria política.

Compreendemos que a dimensão tempo-espaço pode nos auxiliar a materializar mais detalhadamente a concepção de trabalho social enquanto um conjunto de processos e, portanto, com elementos que ultrapassam a dimensão do que se pode representar apenas pelo registro documental sobre o trabalho desenvolvido.

Pelo contrário, o trabalho deve ganhar materialidade a partir das escolhas estratégicas de definição pela/o própria/o profissional quanto aos recursos de tempo a ser dedicado a cada ação e etapa do trabalho e quanto à presença física nos territórios e contato presencial com as realidades vivenciadas pela população,

elementos que na contemporaneidade tem saído cada vez mais de sua esfera de observação e definição a partir de ameaças a sua relativa autonomia profissional.

Levamos a temática da categoria tempo-espaço para o movimento de pesquisa de campo junto às profissionais participantes, e abaixo estão contidas as anotações possíveis a partir do exercício reflexivo que construímos com as entrevistadas.

Em seu depoimento uma das profissionais destaca a existência de um descompasso entre os tempos do território (da vida cotidiana) e os tempos definidos para execução do trabalho social.

> É, a gente, no pós-ocupação, quando a gente tá saindo depois de dois anos, que no nosso caso é com dois anos, por conta do elevador e tal, quando a gente tá saindo é que a gente deveria tá começando. Porque as famílias falam isso: “Mas, agora, que a gente começou a entender, estabelecer uma relação com a equipe, que as coisas engrenaram é hora de acabar” (A.S. 4 - Prefeitura).

O relato registra que as condições de trabalho e os projetos são os fatores determinantes para o estabelecimento dos prazos de intervenção das/os profissionais, e, portanto, as relações não se estabelecem para além do cumprimento dessas exigências e não se estendem às demandas surgidas do próprio território e das descobertas e percepções das/os profissionais.

> O tempo é o tempo do programa, o tempo é o tempo daquela intervenção, não tem nem antes, nem depois. E várias famílias ligam para a gente depois para tentar: olha, o síndico não deu certo e a gente não pode ir, não consegue ir, né? Porque tem… E aí, eles precisam ficar sozinhos para conseguir resolver isso porque o tempo que a gente fica não é o suficiente. E não tem, não tem nenhuma relação com o território, não consegue construir nenhuma relação com território, de ficar de fato, de entender as mudanças, de estar presente nas outras intervenções que não sejam especificamente da habitação (A.S. 4 - Prefeitura).

O depoimento da profissional contribui para demonstrar a importância da construção de políticas públicas a partir dos territórios, e não apenas mediante a provocação e movimento dos programas habitacionais, demonstrando a relevância da esfera governamental e das ações políticas estratégicas para o alcance do trabalho intersetorial.

> E tem uma coisa da dimensão da cidade de São Paulo que é gigantesca e que a gente não está no território, então a gente devia conseguir trabalhar essas políticas públicas com relação com o território, não com o programa em si. É impossível, né? Porque...

> impossível, assim, teria que ser um desejo da mudança política muito grande para conseguir fazer isso, de entender de fato como funciona o território, porque não tem (A.S. 4 - Prefeitura).

A profissional também chama atenção para uma realidade característica da cidade de São Paulo, que é a população inserida no programa de Auxílio Aluguel, uma demanda desterritorializada, indicando dificuldades não apenas para a população que não se vê identificada por demandas mais coletivas em contextos habitacionais, mas também para as/os profissionais, já que não podem construir uma atuação que coletiviza projetos de acompanhamento realizados pelo trabalho social de modo territorializado.

> E tem uma demanda sem espaço, tem uma demanda que não tem nem território mais, que foi desterritorializada, que é a demanda do Auxílio Aluguel. E que em São Paulo elas ficam dez anos, oito anos no Auxílio Aluguel aguardando uma unidade. Então tem esses "sem territórios" que é uma proposta antiga nossa, que a gente consiga trabalhar com essas famílias. Fazer reunião uma vez por mês, porque elas não têm relação com movimento, elas não têm relação com território para se organizar, não tem relação com movimento popular, o movimento popular não pauta as reivindicações do Auxílio Aluguel, que é uma outra demanda. Então tem esses, ainda, desterritorializados que ficam muito tempo na fila esperando. Porque, no limite, se a família tá no território, ela bota fogo no pneu, ela faz alguma coisa. No Auxílio Aluguel, não. Elas estão pulverizadas pela região metropolitana, porque… ou em alguma invasão em São Paulo, porque com quatrocentos reais é impossível ela conseguir pagar aluguel. Então, elas estão desterritorializadas (A.S. 4 - Prefeitura).

Cabe aí um destaque importantíssimo que se revela pela experiência e acompanhamento das profissionais quanto aos reflexos para os territórios de um programa municipal de apoio habitacional tal como se configura o *Auxílio Aluguel*. Na cidade de São Paulo a profissional destaca reconhecer a realidade sobre a dispersão das/os beneficiárias/os nos territórios periféricos, já que o valor do auxílio é bastante inferior e distante da realidade dos valores praticados para locação de imóveis em cidades com o porte como as de São Paulo.

Assim, a própria destinação do auxílio acaba por estimular, inclusive, a ocupação de outras ou novas áreas irregulares em condições às vezes ainda mais precárias do que as de onde as famílias foram removidas[171].

[171] Na cidade de Osasco/SP, por exemplo, o desenho escolhido para regulamentar a concessão do benefício prevê que os locais de moradia escolhidos pela família sejam de conhecimento da equipe social a fim de possibilitar um melhor acompanhamento dos beneficiários e ações que possam envolver as estratégias de visita domiciliar, encaminhamentos à outras políticas e uma prévia avaliação do

No próximo depoimento, a profissional entrevistada convida a refletir sobre a dimensão do tempo histórico dos territórios e das famílias que compõem os espaços de intervenção do trabalho social, como um elemento essencial da concepção de trabalho social enquanto um conjunto de processos.

> Eu penso nessa questão do processo e do tempo, o quanto é importante a gente compreender o tempo mesmo, daquele território, daquelas famílias, o processo histórico, como se deu, né, conhecer como se deu a constituição daquele território, quais questões que se manifestaram ali, que caracterizaram aquele local. Então, eu penso bastante na importância desse tempo histórico, penso também nessa questão do tempo em que o trabalho vai ser desenvolvido nesse território. Quais são os impactos, né, que vão acontecer ali nesse tempo determinado de trabalho e como o tempo futuro, né, dará sequência para o que foi desenvolvido ali. Então eu acho que são esses três tempos necessários, né, pra que a gente consiga desenvolver um trabalho, então entender, o tempo histórico daquele local, o tempo em que a gente vai permanecer e o tempo que eles vão ter pela frente, dentro dessa nova visão de moradia, dentro dessa nova proposta de inclusão na cidade (A.S. 6 - Prefeitura).

Ao compreender o trabalho social enquanto processo, a profissional nos revela o quanto a dimensão tempo-espaço está delineada em suas concepções sobre o desenvolvimento de sua intervenção e consequentes desdobramentos.

Por essa razão compreendemos que a categoria tempo-espaço precisa ser ainda mais e melhor introduzida nas discussões e debates sobre o trabalho social. Evidenciá-la nos parece um elemento importante para materializar a concepção de trabalho social como processo, sem reduzi-lo a mero produto de dimensões traduzidas pelo objetivo fim de registros de atividade e/ou documentos de caráter burocrático, administrativo e fiscalizatório.

> O espaço eu fiquei pensando no Milton Santos que ele fala... enfim, de que o território ele vai se fazendo, que território tem memória, tem identidade. Eu acho que é um espaço que não consegue se medir exatamente, mas ele tá ali, ele tá se fazendo né? Tô aqui pensando nessa questão do processo e entendo o processo como algo contínuo, em desenvolvimento, se fazendo. Não é algo pronto, né? Não é algo pronto, mas tem umas bases, né? Mas essas bases não é para nos prender, né? Para ficar ali como executadores, isso tá muito em debate ultimamente lá no trabalho, hoje de novo a gente falou sobre isso porque o quanto... eu não me vejo assim, mas eu já me vi. Talvez eu tenha me visto porque eu era muito jovem na profissão, e estava ainda

imóvel a ser locado quanto às condições de habitabilidade que devem ser garantidas às famílias inseridas. Em Osasco, o programa é chamado de Bolsa Aluguel e está instituído pela Lei n. 4.621/2014.

entendendo meu lugar e como eu habitava esse espaço, e falando: “Nossa, a gente só executa”, e hoje eu escuto outras pessoas falando assim, “Não, não é isso”. Mas provavelmente em algum momento eu também fui essa pessoa né? Que também, enfim, pelos meus processos estava pensando isso. Nesse tempo, você foi falando, tem vários tempos mesmo, tem trabalhos de forma concreta, por exemplo, a gente está vivenciando lá, tem uma colega que tá na organização de frente de pré-obra, de pré-obra não, quando está na transição para mudança. Fazer a identificação da demanda, fazer os critérios, trabalhar, enfim. E a definição da prefeitura foi: “Olha você faz isso em um mês e meio”, e ela fez em menos tempo, tempo recorde! Coisa fora do normal. Eu falei: “gente, como foi?” Claro, né, uma equipe, tudo, mas assim precisa de uma habilidade muito grande, então o tempo, eu acredito que muitas vezes quando a gente for pensar o tempo de prestar o serviço, o tempo de estar nos territórios, o tempo que a Caixa Econômica, o tempo que, enfim, aquele eixo tá estipulado com base num cronograma, que o governo federal determinou, enfim. Vem de muitos lugares, né? Aí eu acho que nós não somos, isso só de executar, porém a gente tem pouco domínio do nosso tempo. A gente tem pouco espaço de falar: “Opa, pera aí”, não tenho isso. Eu enquanto técnica social de área, de território, de tá ali na base, mas nem quem não tá na base também eu sei que não tem. Porque vem de outros lugares e esses outros lugares não vem aberto, já vem fechado, não vem assim: “veja se você prefere...” Não. Não vem de Brasília assim, já vem, é “pá pá pá!!”. E aí nesse “pá pá pá”, que que a gente faz? De que forma que qualifica esse espaço e aí de novo, eu penso, que tem que ter muita sensibilidade e um processo humanizatório para priorizar o que tem que ser priorizado. Porque a energia e o tempo concreto ali da forma que você vai organizar, porque aí isso cabe a nós, né? A gente tem um fôlego aí de autonomia, pequeno, mas temos. Então assim: “Ah, eu vou usar 80% do meu tempo de trabalho para executar isso e vinte para isso, eu vou usar 50 a 50, onde que eu compreendo. E para isso acho que parte daquilo lá de trás né? Mas isso, eu vou fazer uma autocrítica minha assim, que eu vejo muito, tá uma dificuldade muito grande das pessoas olharem para isso. Sei lá, a nova geração, geração sei lá que letra, muito calor, Bolsonaro passou pelo mundo, não sei o motivo, são vários fatores. Mas é uma galera assim, olha não há uma reflexão, as pessoas... o pensamento foi para outro lugar. Então assim, é quase o sistema de *fast-food* né? Chegou eu faço, chegou eu faço, não calma! “Não, não dá, não dá para ter calma, não dá tempo.” É algo que o trabalhador social está falando muito hoje, nas atividades que eu acompanhei no último mês foi o mais falado, foi: “Nós não temos tempo.” E aí eu vou falar para você o que eu acho disso, eu não concordo. Só que eu não falo porque senão vão achar que é outra coisa, né? Que eu tô puxando... enfim... eu só posso compartilhar isso com gente que eu acho que tem um pouco de maturidade, senão as pessoas vão achar outra coisa, né? Então não falo, mas eu penso isso. Eu acho que sim, é o que eu falei, tenho todo um processo aí que vem muito fechado, mas há uma reflexão que a gente não pode perder e não dá para argumentar que é o Estado, que a empresa, que é onde eu tô prestando serviço, não. Cabe a mim e eu não posso tirar isso e falar: “Não, eu só não faço porque o outro não me deu, eu só não faço porque minha chefe não deixa, eu não faço porque... não pô! Você também responde pelo seu trabalho e aí, vamos debater, vamos sabe,

> propor. “Não, não tem esse espaço”. Você tem que dizer cara, tipo não dá para só problematizar para o outro e aí eu acho que tem alguma, onde eu tô pelo menos é uma organização que tá assim tá atravessando muito essa questão, então eu acredito que essa questão do tempo ela vai variar conforme o local que está, a organização, se é em setor público, se é setor privado, se é prestador de serviço. A gestão que está ali, há pessoas que dão mais espaço, menos espaço enfim, né? De que maneira que isso é partilhado, se é algo monopolizado, se é algo que todos ali compreendem mesmo tendo ideias diferentes que precisa... porque assim, o recurso é escasso e o tempo é curto. Geralmente é isso, então é quase que... não é mágica porque nós não somos, mas assim, a gente tem que... e por isso quanto mais eu tiver uma base teórica para poder debater, por mais que eu entenda a importância daquele território e assim, eu acho que tem muita gente na área da habitação, mas que não entende o que é habitação até hoje. Acho que resumidamente é isso assim, eu tenho essa crítica. A galera tipo: “Ah estou aqui porque foi onde me contratou, mandei o currículo, vim”. Mas então assim chega no condomínio, ninguém sabe ninguém viu a história daquele condomínio, aí chega um colega não explica o que que é aquele lugar, não tem uma base. Não sei, é que isso me chama bastante atenção, por isso que eu tô, desde que eu voltei para habitação isso me chamou muita atenção, isso me incomoda, porque eu acho que tá muito precário, sabe? E aí enfim a gente vai tocando né? Mas eu acho que tá relacionado a isso. Agora é possível pensar, quanto mais dados a gente tiver, souber do lugar que a gente vai habitar e dos parceiros que a gente pode ter, esse espaço, ele pode ser melhor utilizado. Esse tempo também, agora se eu não souber onde eu tô, o que que eu tô fazendo, o que que eu vim... aí a coisa fica um pouco mais complicada, né? (A.S. 5 – Gerenciadora).

Em seu depoimento a profissional destaca o ataque massivo à autonomia das/os profissionais quanto à possibilidade de definição sobre a distribuição, no tempo, de suas atividades, ou mesmo um discurso frequente das/os profissionais que justifica o encurtamento de ações e propostas de atendimento com base na incorporação de demandas institucionalmente determinadas e de modo unilateral.

É relevante que possamos discutir o contexto crescente de aumento considerável de demandas às/aos profissionais, que vem se desenhando por meio de um escopo pré-definido e de interesses sobretudo institucionais, remodelando requisições à profissão que põem em xeque a apropriação das/os profissionais quanto aos objetivos e intencionalidades na intervenção, levando em conta os interesses da classe trabalhadora.

O relato destaca, ainda, que o trabalho social precisa ser retomado em sua esfera de humanização nos atendimentos, refutando uma tendência de concebê-lo como uma linha possível de atendimento que se assemelha à crescente lógica do trabalho “*fast-food”*.

Nesse ponto, cabe indicar alguns exemplos a fim de materializar eventos que nos convocam à necessária crítica e enfrentamento de tal tendência na profissão.

O termo *fast-food* já foi utilizado em 2011, em uma campanha nacional feita pelo Conjunto CFESS-CRESS, ABEPSS e ENESSO, com apoio do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), que se manifestava contra a incompatibilidade entre a graduação à distância e o Serviço Social, em defesa da democratização do acesso à educação presencial, cobrando do Estado a oferta de igualdade no acesso ao ensino superior de qualidade.

É importante rememorar que a campanha sofreu censura e esteve suspensa por ordem judicial, sendo que somente em março de 2024 recebeu decisão que derrubou a posição do juiz de primeira instância, que havia julgado procedente a ação movida contra a campanha, pela Associação Nacional de Tutores de Ensino a Distância (ANATED).

Mas a ideia do atendimento “rápido e descomplicado” ou do trabalho social como resposta padronizada aos órgãos empregadores, vem também ganhando materialidade para a profissão no meio digital, quando já é possível localizar nas redes sociais uma infinidade de ofertas de cursos e pacotes com “modelos de relatórios, laudos e pareceres próprios à competência da/o assistente social, entre outras modelagens instrumentais divulgadas e vendidas na internet.

Também em setembro de 2024 tomamos conhecimento da utilização de *chatbot* de Inteligência Artificial (IA) denominado “assistente social virtual”, divulgado pelo projeto: "Ju do Bolsa".

Em posicionamento público do CFESS, divulgado pelo Ofício circular n. 190/2024 aos CRESS de todas as regiões, o Conselho se manifestou afirmando:

> A publicação de apresentação do chatbot, divulgava, também, um número de WhatsApp para interações com a assistente virtual, tendo alcance em vários setores da categoria profissional e da sociedade. Dentre as diversas interações que chegaram ao conhecimento do Conselho Federal, uma delas chamou especial atenção, pois mencionava que, ao perguntar sobre o número de registro profissional, recebeu a resposta de que, por ser uma “assistente social virtual”, não teria essa obrigatoriedade. Tais fatos levaram o Conselho a estudar o tema no que se refere às normativas e à natureza da profissão. Nesse ínterim, no entanto, observou-se que a página alterou sua descrição, passando a denominar-se “assistente virtual com uma equipe de assistentes sociais”, o que descaracteriza o primeiro cenário […] (CFESS, 2024 - Ofício 190).

O fato tornou-se público e impôs a necessidade de que o Conselho Federal rapidamente se posicionasse quanto ao disposto no art. 3, da Lei n. 8.662/1993, que regulamenta a profissão de assistentes sociais no Brasil, garantindo que a designação de "Assistente Social" é privativa para profissionais habilitadas/os e, portanto, o uso do título "assistente social virtual" para designar um chatbot seria não só inadequado, como violaria as normas que regulamentam a profissão no Brasil (CFESS, 2024 - Ofício 190).

Para além dos fatos concretos, seria oportuno utilizar tais exemplos para que pudéssemos refletir sobre a naturalização, no meio profissional, da ideia de que as redes sociais e a internet podem ou devem cumprir a função de interlocução com a população usuária dos serviços sociais, de modo a substituir o contato presencial e as relações que somente o atendimento presencial podem oportunizar.

A divulgação de uma proposta de atendimento remoto a fim de garantir “atualizações e dicas sobre benefícios sociais”[172], parece simplificar ao máximo as ações profissionais, além de reduzir o reconhecimento sobre as potencialidades da profissão adquiridas por meio de uma formação crítica e do conjunto de conhecimentos acumulados pelas/os profissionais durante o processo de formação profissional, figurando, em nossa interpretação, um ato de desrespeito e ausência de compromisso com a população usuária e com os direitos garantidos pela PNAS/SUAS e todo o conjunto das demais políticas setoriais, considerando que certamente também serão alvo de ataques para a modelagem do capitalismo de plataforma.

Tais considerações não se apresentam a fim de reduzir a importância da ampliação de debates e o envolvimento da categoria no que se refere a um contexto irreversível de introdução de novas tecnologias informacionais como mediação para as sociabilidades (em especial a partir do século XXI) nem mesmo uma defesa de que as/os profissionais não estejam envolvidas/os em processos de trabalho que, remodelados, incorporem novas ferramentas e instrumentos para melhoria dos atendimentos à população. Mas se trata sobretudo de ressaltar a necessidade de que as/os profissionais se mantenham vigilantes quanto às estratégias de cooptação utilizadas pelas expressões de um capitalismo cada vez mais predatório e de múltiplas facetas.

[172] Texto extraído da publicidade da plataforma: <https://judobolsa.com.br/>. Acesso em: 19 set. 2024.

No próximo depoimento, de modo bastante oportuno, a profissional destaca, naquilo que particulariza o trabalho social em habitação, os desafios profissionais em compreender que o trabalho social pressupõe a dimensão das relações com a população e não meramente o cumprimento de um conjunto de atividades distribuídas em diferentes eixos temáticos definidos por um receituário programático.

> O espaço. Uma conquista. Que também é a longo prazo, né? Então acho que o espaço tá ali no tempo. Vou começar pelo tempo então. Como que eu percebo gente? Eu acho que é uma coisa que você não percebe no dia a dia, né? Você vai primeiro, essa questão de ter a liberdade, porque eu acho que isso é uma coisa que a gente discute muito. Nosso problema aqui não é a questão de levar temas, ou discutir temas, ou fazer a formação dos grupos. Nossa maior questão aqui são as relações. Até tem um tema, um título chamado: "discussão de relação". Porque tem tanta relação ali no meio, né? Não só da questão mais geral que é de relações sociais, mas que estão já ali determinadas, mas essa questão de ter que tomar muito cuidado com quem você vai falar, se você vai falar de política, que político que é esse que eles estão trazendo aqui, se você vai apoiar, sabe? Toda uma questão ali muito delicada e assim, de ego, de poder né? Se você tem que chamar a liderança, você tem que fazer e tem que envolver em tudo, para a pessoa se sentir contemplada e não passar por cima dessa pessoa como se tivesse uma disputa ali o tempo inteiro. Então essa, acho que é a coisa mais delicada ali e você conseguindo lidar com isso, você tem ali um espaço muito amplo de trabalho, e que se dá também a longo prazo porque a pessoa tem que te conhecer, ela tem que saber que você defende a mesma proposta política, que você não tá contra ela, que você tá ali para construir coletivamente, fazer parte daquele processo de trabalho. Agora em relação a essa percepção desse tempo, eu acho que são as coisas assim, e aí pensando no trabalho social, né? A gente faz registro de tudo que a gente constrói, de falas, porque faz parte da nossa competência profissional a questão do registro, das memórias, e quando a gente para pra resgatar essas memórias, além da gente perceber o processo como um todo - porque sem esses registros você dificilmente lembra dos detalhes do processo, como foi né? Então a gente resgata esses registros, como é que foi lá atrás, o que que tinha, qual era a fala que essas pessoas tinham. E como estão hoje [...] E quando você vê o que as pessoas falavam lá atrás sobre o trabalho social, e você vê o que eles estão dizendo hoje, em relação à condição de trabalhador, em relação ao próprio Estado e tudo, você percebe, eu acho que dá materialização a esse processo de trabalho. Enquanto positivo, enquanto ponto negativo, você percebe o tempo que demora para as pessoas conseguirem a moradia delas [...] Então isso quer dizer que algo no Estado não funciona, né? [risos] A política não atende, e assim

> eu acabo percebendo essa questão do tempo enquanto um ponto trágico, no sentido de atendimento ao direito. E que acho que acaba, por outro lado, sendo um momento que a gente pode aproveitar para trabalhar, mas não necessariamente que aquela família ali está sofrendo diversas situações, né? Às vezes, como eu falei, para ir para as atividades tirar dinheiro do próprio bolso, quer dizer, coisas que elas não têm condições, elas estão tendo que fazer. Então eu acho que percebo esse tempo-espaço no cotidiano mesmo de trabalho, ali com as famílias, uns elementos que eles vão trazendo em relação a análise crítica do trabalho social, e as situações reais deles, né? Da realidade do cotidiano de vida da população mesmo, que a gente vai percebendo, inclusive os impactos que a política vai trazendo para esse cotidiano e que com a mudança de programa, com a mudança de gestão, se muda, não sei se muda para pior, mas no sentido assim: trocou a gestão, parou tudo. Voltou? Tem que retomar, entender o que aconteceu, né? Se situar primeiro para que o negócio flua. Então essas pessoas ainda têm que esperar mais esse longo tempo, e impacta na contradição de que nós somos trabalhadores, né? Profissionais. E trabalhamos numa situação irregular, né? No sentido burocrático da coisa, da condição de trabalho mesmo, que a gente tanto batalha para ter esse direito e que, quando tem uma questão como essa, a gente fica sem trabalhar porque não tem recurso. Então isso você percebe: “Caramba, já trabalhei tudo isso!” E, no entanto, quando a gente precisa dar continuidade, que é quando tá todo mundo parando, você também tem que parar porque você não tem garantido seus direitos trabalhistas. Apesar de estar dentro do espaço de movimento social, acho que são essas coisas que eu percebo, de espaço e de tempo (A.S. 2 – Assessoria).

O depoimento confirma que o trabalho social não deve estar apartado das relações sociais; ele acontece em relação, ainda que, em meio aos processos de planejamento e execução das atividades, siga também impactado por aspectos não relacionados à população nos territórios, sendo atravessado por mudanças próprias de uma realidade social dinâmica, como alterações e interferências quanto aos aspectos relativos aos projetos e obras, vinculadas às questões jurídicas e fundiárias do solo afetado, problemáticas relacionadas ao dimensionamento de recursos e número de profissionais disponíveis nas equipes, condições e precarização do trabalho profissional, dentre outros tantos aspectos revelados em diferentes camadas no dia-a-dia do trabalho realizado, ou até mesmo paralisado em determinados contextos.

Assim, a complexidade do trabalho social se evidencia, destacando a necessária interface com diferentes acontecimentos que englobam as ações

profissionais, assim como com o universo de interação e relações nas equipes interdisciplinares.

A dimensão tempo-espaço pode ser reconhecida, nessa dinâmica, ao revelar os diferentes tempos que se relacionam em um mesmo projeto de intervenção. Podemos reconhecê-los, por exemplo, como (i) o tempo vivo dos territórios, (ii) o tempo determinado dos projetos de intervenção e (iii) o tempo gerencial, de continuidades e rupturas, construídos na dimensão das políticas e projetos de governo. Todos esses tempos, relacionados, devem ser dimensionados pelo conjunto das/os profissionais no desenvolvimento do trabalho social.

Do ponto de vista dos projetos, temos fortes impactos advindos do campo da gestão pública, da esfera de recursos financeiros, assim como dos diferentes formatos e desenhos dos programas da política setorial. Aspectos que dinamizam, com diferentes intensidades, o tempo vivo dos territórios, os meios e modos de vida da população envolvida, e vice-versa. E que por vezes podem provocar uma ampla penalização às/aos envolvidos na cotidianidade dos territórios, demonstrando de modo bastante objetivo que o tempo das intervenções não corresponde (em grande parte das experiências) ao tempo necessário para respostas no campo das políticas e considerando o papel do Estado frente à sociedade.

O tempo do território é o tempo das urgências, das necessidades radicais. É o tempo que flerta com os afetos de modo transversal às estratégias de sobrevivência e de reprodução da vida. Ele apresenta uma celeridade acentuada que se pode observar pela própria dinâmica da vida cotidiana exposta pelas/os sujeitas/os, a celeridade que a dimensão dos programas e das políticas públicas parece não conseguir capturar ou mesmo responder.

Por isso, nessa dinâmica, o trabalho social é tão importante, porque ele tem a potencialidade de conectar essas leituras, de realizar uma amálgama de processos em curso, mostrando diferenças e evidenciando os campos de tensionamento que convivem em presença no tempo-espaço onde atuam as/os profissionais.

Assim, apostamos na compreensão de que o trabalho social pode contribuir para o processo de reflexão crítica sobre ações, estratégias e aglutinação de sujeitas/os e coletivos organizados, redimensionando processos de mobilização social e atribuindo significado e direção social à sua proposta de intervenção.

Nesse caminho, o próximo depoimento nos ajuda a exemplificar como o profissional poderia se desviar de algumas armadilhas impostas ao seu cotidiano

quando sua proposta de intervenção muitas vezes pode estar direcionada apenas ao cumprimento de um conjunto de tarefas pré-estabelecidas.

> Eu vou dizer assim que eu já sofri muito com essa coisa do que você chama de espaço, né? Sofri assim, eu dizia assim: “Que sentido tem a gente pensar alguma coisa para esse ‘coisinho’ do universo [gesto com a mão para representar um pequeno espaço / pedaço], né?” Ou pra esse grupo de famílias, ou pra essa área tão pequena, enfim. E sempre achando que a gente tinha que fazer grandes ações. Eu já passei… para mim já acabou esse negócio aí... já não quero mais sofrer com isso. Acho que a gente tem, dependendo do lugar onde a gente está, a gente pode… Se você é um técnico do campo é o pequeno, se você é um coordenador… é como se fosse “P”, “M”, “G”, né? Você vai trabalhar com um território maior, então você orienta a sua equipe pra essa ação e aí você acaba enxergando quais são os resultados dessa ação, porque eu acho que tem isso né? Essa dimensão do espaço é porque quando a gente tá dentro do poder público, ele proporciona a gente enxergar esse espaço de um outro lugar que quando a gente está trabalhando naquele projetinho, porque a gente tá numa empresa terceirizada, naquele projeto “x”, porque a gente tá com o movimento “tal”, a gente não consegue ter essa dimensão do que que resulta o nosso trabalho, né? Então eu sempre digo: “Estar na prefeitura é, neste sentido, um privilégio. É um privilégio. Porque é lá que você consegue enxergar o que que aquela política que a gente está implementando, numa somatória de ações, porque alguém fez o projeto, porque a gente fez uma obra de urbanização, porque a gente interveio aqui, porque a gente atuou no risco aqui… porque a gente criou um fórum não sei onde… então é ali, poder público que a gente consegue ter essa dimensão. E porque a gente está no poder público essa dimensão de tempo, literalmente tempo, ela tá mais ampliada pra gente né? Então você olha num percurso maior. Então eu sempre disse isso: “Estar na prefeitura, com todas as nossas dificuldades, é um privilégio no sentido de proporcionar que a gente construa uma visão sobre a nossa própria intervenção”. Eu acho isso assim, meus anos de prefeitura, aqui em São Paulo, eu digo que ele é um aprendizado, nesse lugar, você consegue ver e enxergar nossa ação, como profissional, em diferentes papéis, desenvolvendo esse trabalho. E eu acho que ele é… acho que infelizmente a gente trabalhou pouco, tem pouca formação com isso, ele é o lugar em que a gente mais consegue enxergar o nosso trabalho como um processo, sabe assim, que olha: é isso aqui gente. Não olhe isso recortadinho aqui… olhe no seu conjunto. Também é um lugar de muita frustração. Um lugar de muita frustração porque é a gente construir e destruir, construir e destruir… quase que o tempo inteiro, né? Mas eu acho que estar no poder público é um lugar privilegiado pra isso. Quando a gente tá trabalhando num projeto, seja porque nós estamos numa empresa terceirizada, seja porque a gente está com o

movimento, esse lugar já é outro assim, né? Porque você fala: “Nossa, eu vou trabalhar com 200 famílias… trabalhar com 150 famílias… eu digo sim, né? E aí a gente tem que focar nesse grupo, né? O que é muito legal também, porque quem já trabalhou com o grande e com o pequeno sabe. Por exemplo, eu fiz coordenação de equipe sendo uma região muito grande que era toda zona norte, tudo que tava pra lá do Rio Tietê. Aí, quatro anos depois, eu fui fazer a coordenação da equipe de Paraisópolis, da urbanização, então eu falei: “Aí gente, coisa maravilhosa, uma coisinha desse ‘tamaninho’ [gesto com a mão para sinalizar algo pequeno], e Paraisópolis nem era desse ‘tamaninho’, mas frente a um lado do Rio Tietê, da cidade de São Paulo, era pequenininha. Pegar um negócio desse tamaninho que nós fomos pensar nossa intervenção lá dentro: “Olha a obra vai durar “x” tempo, o que que nós vamos fazer? Como nós vamos fazer? Quem que a gente vai conectar? Onde é que a gente vai atuar?” E você vai construindo esse processo. Então eu acho que a gente tem que primeiro saber assim: onde a gente tá? E a partir de onde a gente tá, a gente sim, vai lidar com o tempo e com o espaço. E eles nos oferecem possibilidades diferentes, aprendizados diferentes, construções diferentes. Então eu vou dizer que eu saí da zona norte, caí em Paraisópolis e pra mim foi um imenso aprendizado assim, eu dizia: “Gente que coisa ótima, tem aqui uma ‘coisica’ [gesto com a mão para dar a ideia de pequeno] para cuidar, um negocinho de nada aqui”… então é bom porque você vai focar aquilo que você quer fazer, né? Você vai elaborar o seu processo de trabalho social ali, né? E para mim assim, eu vou dizer, Paraisópolis nesse sentido pra mim, ele foi uma imensa escola, porque essa discussão que a gente faz, o trabalho social como processo, isso para mim em Paraisópolis era muito claro, as coisas que a gente estava fazendo, onde a gente estava conectando um com o outro, né? A gente estabelecer algumas… não era um trabalho perfeito, obviamente, mas os tempos do trabalho, porque que a gente queria, onde que a gente ia encontrar… então assim, eu acho que tem um lugar assim, de privilégio quando a gente faz esse trabalho e consegue enxergar. Agora a gente precisa enxergar esse tal processo do trabalho social, porque senão a gente cai naquela armadilha de que as tarefas dão conta do que a gente tem que fazer. Faz o cadastro, tá bom. Faz a oficina, tá bom? Tira da favela, tá bom. Põe no apartamento, tá bom. Mas o que que “gruda”, liga tudo isso? Então isso é a gente entender o que é esse processo, que reflexão nós fazemos com essas famílias, né? Nós fazemos, fazemos cadastro, tiramos da área, reassentamos em outro lugar… agora nessas atividades que a gente fez, o que que a gente desenvolveu que gruda uma coisa na outra, né? Que discussões nós trouxemos pra essas famílias? Nós vamos dar conta de todas? Claro que não. Nunca, não existe isso. Mas é esse entendimento e a gente vai aprimorando. Então eu acho que o nosso desafio é conseguir traduzir para os nossos próprios profissionais o que que é que a gente está querendo dizer com esse raio desse processo. Porque às vezes

> a gente fala e as pessoas olham pra gente como quem diz: “Humm…não tô entendendo nada!”, sabe assim? Não é? As pessoas olham e dizem assim: “Aí credo, gente chata… gente chata vem de novo com esse negócio aí… não tô entendendo nada gente... Eu faço as minhas coisas lá no campo, tá bom. Eu faço né?” E aí a gente diz: “Ninguém tá dizendo que tá errado o que você tá fazendo não é? Não é isso!” Mas enxergar como um processo é você não enxergar sua atividade com um fim em si mesma. É você fazer assim, ó, que uma coisa liga na outra, na outra, na outra, na outra, na outra, na outra, na outra e na outra, né? E que muitas vezes, as atividades são um meio pra você chegar onde você quer. E quando a gente enxerga um fim em si mesmo, a gente fala: “Eba!! Sucesso total na oficina!” Aí não acontece mais nada. Ela não gruda com mais nada… ela fica ali, o sucesso é quase que o piloto… o pequenininho, né? Então ela tem o seu mérito? Claro que tem. Claro que tem. Você deve ter tido famílias que foram afetadas positivamente com aquilo…blá blá blá! Mas a gente quer mais do que isso. É isso que eu acho que é o “ó do borogodó”. Nós queremos mais do que isso. Nós queremos coisas que, lá no final, para mim… famílias mais autônomas, mais empoderadas, né? Família que vai bater, vai reivindicar sua luz, sua melhoria na saúde, né? Eu acho que a gente também tem uma contribuição. Nós não transformamos pessoas deste lugar. Mas nós contribuímos pra isso, né? Então assim, eu acho que é uma enorme dificuldade isso aí, o que é esse raio desse processo aí que a gente fala. Eu acho que tem gente que olha pra nós e fala: “Ah de novo essas muié chata aí, né? Com esse papo de processo gente. O que é isso? Que abstração que é essa né?” Então, e se pra quem é da área já é difícil de entender, você imagina a gente discutir com aquelas mulheres do ministério, né? “Escuta, vamos ver, nós queremos defender o trabalho social como processo!” Putz, não faz o menor sentido pra elas né? (A.S. 1 – Assessoria).

A profissional revela um aspecto com o qual temos acordo irrestrito: a ideia de que o trabalho social precisa ser tido enquanto um processo, indicando que as atividades realizadas ao longo da intervenção profissional não podem ser lidas como um fim em si mesmas, mas, ao contrário, devem ser consideradas um meio pelo qual objetivos muito mais amplos e coletivos sejam alcançados e geridos a partir dos princípios da participação social. Esta defesa se faz tão importante pelo fato de que justamente a burocratização não enxerga processos, apenas produtos.

Esses objetivos envolveriam, em consonância com os princípios e valores defendidos pela categoria, o incentivo e contribuição à consolidação de grupos socialmente mais autônomos e organizados, com interesses e valores que disputam com aqueles assumidos pelo atual estágio de um capitalismo de barbárie.

O trabalho social precisa atuar frente à premissa de que os seres humanos, ao se relacionarem, constroem aprendizados e possibilidades diversas que caminham de modo dinâmico e contraditório no tempo-espaço. Reconhecer que na consolidação dos espaços de sociabilidade a dimensão sobre a disputa de concepções em torno de projetos societários permeia o cotidiano da vida social, ainda que esta ambiência de disputa não ocorra de modo explícito ou declarado. Isso porque a própria manutenção do sistema capitalista demanda uma frequente renovação de mecanismos e ferramentas que contribuam e aprofundem, no interior da divisão de classes, a acumulação e apropriação privada de riquezas e um sistema desigual de acessos.

Como último mas não menos relevante destaque, a entrevistada nos provoca a refletir sobre a importância de que as/os profissionais possam fortalecer a defesa do trabalho social enquanto processo, relembrando que para a esfera da burocracia estatal, responsável pela validação de desembolso de recursos, a exigência do trabalho social limita-se à apresentação de um produto documental, com registros frios que por vezes correspondem à execução de atividades pouco compatíveis com a realidade de necessidades do grupo atendido, ou que em nada repercute para desencadear movimentos de maior autonomia e melhorias reais para as condições de vida da população envolvida. Questão também registrada pelo depoimento a seguir.

> Os processos de trabalho eles estão desenhados lá nas caixinhas, né das portarias. Então você tem aquelas determinações que precisam ser cumpridas, né? Mas cada território, eles estão estabelecidos de uma forma, então é muito complicado você ter que lidar com os prazos, né? Considerando o tempo dos trabalhos que são planejados para cada território, considerando as características da intervenção - porque está muito vinculado para o trabalho social na habitação ao tipo de projeto que vai ser executado, né? Então você já chega com um tempo geralmente pré-estabelecido, é tanto que quando contratado e são aprovados os projetos, então você já tem que são 48 meses de trabalho social, são 36 meses… Então assim esse tempo quando você chega no território, não é o tempo do território. Então é aquilo que eu volto, para a forma como aquele território está estruturado. Como é que ele tá organizado, né? Então tem território que esse tempo é mais do que suficiente. Mas tem território que não. Tem território que você precisa apoiá-los minimamente numa organização para que eles entendam seus direitos, pra que eles reivindiquem e outra coisa é muito comum nas obras na habitação, ocorrerem atrasos, né? Nas construções, os recursos eles são direcionadores, né? Desses processos do tempo, né? E que considerando aqueles espaços lá, o território, isso não casa,

> entendeu? Não bate com aqueles tempos pré-estabelecidos. As percepções elas são diferentes mesmo, mas geralmente, nas intervenções em que eu participei, sempre a população gostaria que tivesse uma continuidade a mais do trabalho, entendeu? Eles acham que não foi suficiente. É tanto que eu ouvi, em algumas avaliações, a seguinte frase: “Jogaram a gente aqui nesse condomínio e nos largaram aqui, entendeu?” Então assim, você faz uma gama de ações, onde você diz que empodera, você diz que fortalece, o fortalecimento social e comunitário, mas na prática quando essa equipe tá saindo percebe-se a fragilidade, sabe, dependendo daquele território então há um descompasso aí nessa questão do espaço tempo, sabe? E muitas vezes, é que assim a gente utiliza as categorias, mas muitas vezes os próprios moradores, nem tem consciência dessas categorias dessa forma, né? Como a gente coloca, mas ao modo deles e de modo geral assim, acho que até hoje foram poucas as intervenções que eu presenciei em que os moradores acharam que o tempo foi suficiente, trazendo para a questão do tempo para a organização deles, entendeu? (A.S. 3 – Gerenciadora).

Em suas considerações a profissional reforça o quanto a dimensão dos recursos financeiros destinados às intervenções de trabalho social é determinante para o desenho possível de execução projetado pelas equipes profissionais. São os recursos os responsáveis por incidir na qualidade das ações desenvolvidas, refletida pela dimensão temporal de trabalho realizado junto às famílias e quanto tempo estão possibilitados de permanecer nos territórios.

Esta reflexão deve iluminar as reivindicações da categoria, dos movimentos organizados e todo o conjunto de profissionais que atuam no trabalho social, a fim de que ele não seja apenas reconhecido como processo, mas sobretudo financiado também sob esta perspectiva, o que não só poderia alterar a dimensão dos recursos hoje direcionados, mas ter impactos também na dimensão de formato para as ações de avaliação e desbloqueio dos recursos.

As mobilizações também seriam importantes, a fim de que não apenas apontassem no horizonte a ampliação dos recursos ou novas fórmulas para as metas de desembolso dos valores, mas principalmente no investimento público para composição de equipes profissionais nos diferentes municípios, estruturando secretarias específicas para o gerenciamento do trabalho social com capacidade e autonomia para gestão e execução de projetos, assim como incidência nos territórios e nos diversos espaços da cidade.

Consideramos que esta alternativa representaria uma mudança estrutural para os resultados do trabalho social nos diferentes territórios à medida que as possibilidades de intervenção não fossem mais orientadas pelo tempo disponível dos projetos de intervenção, mas incorporadas como respostas necessárias do município frente às ações e dinâmicas territoriais.

Tais questões nos ajudam a refletir que o trabalho social não deve ser entendido como um mero apêndice da política, ou como um simples acessório que possa ser "adicionado" aos projetos, ainda que tenha ganhado caráter obrigatório para algumas modalidades de intervenção. Mas deve ser compreendido enquanto um elemento estratégico para os territórios, se preservada sua autonomia na formulação de propostas de intervenção, definição sobre as temporalidades necessárias para articulação de ações e sujeitas/os, e sobretudo com extrema referência a partir das vivências cotidianas presentes nos territórios, a fim de incorporar dinâmicas que façam sentido às necessidades da população e diferença para suas formas e ferramentas de organização social.

Dito isto, como passagem obrigatória, defendemos que nenhum órgão externo – em especial os agentes financeiros responsáveis pela validação e desbloqueio dos valores destinados à execução do trabalho social – tenha maior peso nas decisões que dizem respeito ao planejamento e execução das ações vinculadas ao trabalho social, sobrepondo-se às apreensões, considerações e avaliação das/os próprias/os profissionais envolvidas/os, imprimindo uma hierarquia esvaziada de requisições e propostas descoladas da realidade social das/os sujeitas/os em suas vivências nos distintos territórios.

Consideramos relevante que esse seja um fator a ser melhor explorado por meio de novas pesquisas, a fim de que possamos aferir junto às equipes de trabalho social dos diferentes municípios brasileiros a forma como os agentes financeiros têm incidido nos resultados do trabalho social, quando suas exigências e diferentes interpretações construídas com distanciamento da própria população envolvida nas intervenções são determinantes para um conjunto de reflexos pouco significativos para a população envolvida.

4.2.1. Interações do trabalho social e alguns de seus resultados

Quando questionamos as profissionais sobre a dimensão dos resultados alcançados pelo trabalho social, é interessante perceber que muitos relatos apontam para a ideia de que não só os próprios resultados do trabalho social são processuais, como também as análises possíveis que construímos a respeito deles se condensam para as trabalhadoras de modo processual, em tempo alargado frente às atividades realizadas.

Demonstram que dificilmente os resultados qualitativos prescindem da existência e oportunidade de vínculos, de contatos com a população, ocorrendo sempre em contexto das possíveis relações sociais construídas entre as profissionais e os territórios.

É nesse contato com as famílias, na vivência, nos vínculos, nas percepções quanto às potencialidades das/os sujeitas/os, que os projetos e intervenções podem ser melhor conduzidos, com ações que considerem os perfis, experiências e acúmulos já construídos pelas/os próprias/os sujeitas/os, sempre a partir de suas histórias e trajetórias de vida.

Assim, o trabalho social segue costurando vivências, amarrando experiências entre o conjunto de relações sociais, sendo que os resultados alcançados acabam por emergir como resultado das/os próprias/os sujeitas/os e seus coletivos, por meio de processos em que suas capacidades são reconhecidas, consideradas ou apenas validadas em razão de respostas já construídas pela própria população.

As profissionais revelam exemplos muito concretos de mudanças reais quanto à percepção de sujeitas/os sobre suas condições, ampliação de concepções do que possuem enquanto direito e quanto ao acesso a espaços do serviço público, atendimentos e acompanhamentos que são de responsabilidade do Estado.

> Eu acho que a gente percebe, momentaneamente é muito difícil de a gente perceber eu acho, a gente não percebe na hora que você tá fazendo, é muito difícil você perceber, você pode ter a percepção desse retorno mais imediato, de mudança de entendimento das famílias, isso claro, você vai compreendendo. Mas você vai ter percepção desse processo, se ele resultou em alguma coisa, um tempo depois, eu acho. Um pouco de tempo depois até olhando meio distante assim você fala: “Nossa, eu podia ter feito melhor o negócio ali, deu meio merda ali, hein? Podia ter caprichado mas o negócio ali… ficou meio torto”. Mas acho que um tempo depois você tem percepção. Vou te dar um exemplo que assim, eu trabalhei mais recentemente

com (a gente já acabou esse trabalho) com um grupo de 245 famílias do movimento de moradia era para construção do Minha Casa Minha Vida Entidades aqui na região central. 245 famílias, cada um de um de um jeito né? Eles se conheciam mas não tinham ainda uma afinidade, né? Então a gente fez vários processos de discussão que o grupo era muito grande, fizemos vários pequenos grupos e tudo, enfim… a ideia quando a gente concebeu o trabalho, assim resumidamente, era pensar pra dentro e pensar pra fora, né? E fazer com que esse grupo tivesse entrosamento, alinhamento, construísse um formato de debater as suas questões porque era um grupo muito grande. Ia pra um condomínio de aproximadamente 900 pessoas, né? Então fazer vários processos pra que eles pudessem ter uma gestão interna e um atuar pra fora. Então para mim, eu olho assim… eu ainda tenho contato, eu vou de vez em quando conversar com eles, passo às vezes lá, né? Então eu sei um pouco como eles estão organizados, né? Então eu acho que o resultado do nosso trabalho, que a gente conseguiu fazer lá, para mim percebido depois de um tempo, tá no entendimento que eles tiveram do quanto a organização deles era importante e eles precisavam se manter juntos para não serem expulsos desse apartamento do centro da cidade. Então é muito engraçado que quando eu fui lá outro dia eles estavam fazendo uma assembleia para definir se ia ter ou não síndico profissional, né? Se ia aumentar ou não o condomínio, e uma massa grandona de pessoas defendendo que não devia ter. E eles vieram, se mobilizaram pra assembleia. Aí uma pessoa olhou para mim e falou assim: “Tá vendo como a gente aprendeu o que você falou?” Eu falei o que é que eu falei?, Ela respondeu: “Você disse assim, tem que olhar pra todo mundo e lembrar de quem tem a menor renda porque se a gente olhar para quem tem a maior renda a gente manda embora quem ganha menos. Isso aqui é um HIS (porque eles todos chamam lá de HIS) então a gente tem que olhar sempre pra quem tem a menor renda. Então não, nós não vamos ter síndico profissional, nós vamos resolver nossas próprias questões. Então acho que tem um jeito que a gente vê o resultado depois. A gente nunca consegue enxergar isso e mensurar. E depois também eu fui perceber que eu devia ter construído processos mais efetivos da intervenção deles no território. Porque eles têm muita potência, mas eles têm muita dificuldade de intervir. Então eles atuam, mas muito pouquinho assim, sabe? Então esse pra mim é uma percepção de que a gente não deu conta daquilo que era o imaginado. A gente imaginou, e a vida vivida acabou que não possibilitou isso, né? Uma parte foi também porque a pandemia chegou, exatamente no dia que eles mudaram. Acabou a última mudança, veio a pandemia, mas eu acho que também não era só isso. Acho que a gente não conseguiu construir esse processo assim, mais consolidado, ou de acompanhamento mais perto, que pudesse inseri-los mais no território, então eu vejo assim que a gente tem muita contribuição, eu acho que o nosso trabalho sempre tem muita contribuição, na forma como as pessoas se enxergam, na questão da autoestima delas, nessas coisas que muitas vezes a gente acha miudeza, né? Mas no fortalecimento delas como pessoas e da gente quando a gente diz: “Sim, nós vamos fazer porque vocês têm capacidade pra fazer, vocês podem e a gente vai construindo processos em que eles têm possibilidade de concretizar, concretizar coisas que inclusive eles podem olhar, e enxergar que eles fizeram né? Objetivar algumas coisas. Então eu acho que a gente precisa olhar

> com um certo distanciamento pra poder enxergar. E eu acho que a gente muda sim. A gente muda em coisas dessas objetivas, e muda a forma como as pessoas se enxergam, suas próprias capacidades, né? Eu montei uma comissão que chamava comissão de comunicação. Tinha uma pessoa lá que não sabia nem ler nem escrever. Eu fiquei pensando, gente o que que eu vou fazer com essa aí, aí a mulher queria ir embora, falou: “Ai eu vou embora dessa comissão porque eu não tenho nada pra contribuir”. Eu falei não. Fizemos uma conversa com todo mundo. Falei não. Cada um de nós na vida, em qualquer lugar, tem um papel pra desempenhar. Você também tem um papel aqui e nós vamos achar que papel é esse, né? Porque a comunicação ela não é só na escrita, ela não é só aí que ela se dá né? Então nós vamos fazer entrevista com morador, você pode fazer né? Nós vamos identificar moradores com quem nós queremos conversar, você pode fazer né? Então tem várias coisas que você pode contribuir, não é só no papelzinho que se escreve que você pode dar sua contribuição, né? E daí outro dia ela falou para mim: “Ah, você lembra, que você falou que eu podia ficar lá que ia dar tudo certo e tal…” Porque é isso, as pessoas sempre são diminuídas o tempo inteiro, né? Então eu acho que assim, no trabalho, quando a gente pensa nesse processo, tem muita coisa pra gente dar conta e várias delas a gente atropela e passa a borracha por cima, né? Então a gente não dá para tudo ser reflexivo, tem coisa que a gente vai lá e “pá”, é isso, né? Então a gente é “o chato da parada”, a mulher falou ontem para mim: “Ah, eu gosto de você, mas você é bem chata, porque você fala assim pra gente: “Olha aqui, vocês tão no movimento de moradia, vocês assinaram o contrato com a prefeitura que inclui participação, então vocês têm que participar”. Então tem umas coisas assim, enfim, mas eu acho que a gente olha… tem que ir vendo nessas pequenas coisas, porque eu acho que é isso, e tem uma expressão do grupo todo que é isso, um pouco a felicidade, o encantamento com a sua própria conquista né? Eu acho que muitas vezes perde essa dimensão, né? A gente é muito duro no nosso trabalho, né? A gente é aquele que vigia, é aquele que julga, é muito ruim isso, muito ruim, eu acho que isso é uma coisa que a gente tem que se livrar, para poder construir outras relações. Se a gente não se livrar disso a gente não constrói outras relações, né? E aí o que a gente tem como resultado é muito ruim, muito negativo também. Isso é um aprendizado, para mim é um aprendizado do nosso cotidiano, porque o poder público também chama a gente pra vigiar as pessoas, pra julgar…”Sabe aquela pessoa, precisa mesmo?” Eu falo porra, como é que alguém que ganha dois contos não precisa de uma moradia? Me fale aí, né? “Será que ela tem essa necessidade? Ah ela vendeu!” Eu falei pois é, vendeu! Vai ver que ela tinha mais necessidades que os outros né? Então eu acho que a gente precisa se livrar dessas ideias muito pré-concebidas que a gente tem, sabe? Para a gente poder enxergar mesmo, ter a percepção do resultado do nosso trabalho, em coisas pequenas e em coisas maiores, em acertos e em cagadas também, porque tem hora que a gente faz cada bobagem, né? Fazemos muita bobagem... [risos] (A.S. 1 - Assessoria).

Um aspecto importante revelado pelo depoimento da profissional refere-se a quanto os resultados do trabalho social pressupõem que as relações não estejam baseadas em perspectivas de vigilância ou apenas de julgamento das/os sujeitas/os

envolvidas/os. E o quanto as estratégias de envolvimento da população, apesar de um conjunto de debilidades que por vezes se apresentam, são essenciais para um trabalho com maiores chances de resultados significativos.

No relato abaixo, a profissional revela uma experiência em que o trabalho das gerenciadoras precisou ser demonstrado à equipe interna da SEHAB, um exemplo bastante interessante de como os atores contratados podem, por vezes, apresentar a tendência de recuperar dos trabalhos desenvolvidos apenas um conjunto de aspectos positivos que lhes pareçam mais favoráveis do ponto de vista das intervenções realizadas.

Nesse ponto, a profissional nos auxilia a compreender que os resultados do trabalho social devem ser observados tanto sob seus aspectos positivos, quanto pelos problemas que se revelam ao longo de sua realização, reafirmando a dimensão contraditória da realidade, própria da apreensão de que todas as relações e vivências sociais estão em constante movimento e também conflito.

> A gente tem, vou falar de novo de lá, da experiência que eu tô, a gente trimestralmente tem que prestar contas a gente faz todo um processo que tá começando agora, do que que ele vai desenvolver nos próximos três meses, o que que foi desenvolvido nos três meses anteriores, o que a gente quer desenvolver e depois apresentar para prefeitura o que foi feito nos últimos três meses. Então em janeiro reúne para falar de outubro, novembro e dezembro, por exemplo. E aí dos últimos eu tava numa outra regional e a gente fez uma apresentação lá da atividade... e aí beleza, tá todo mundo da prefeitura, eles vão até a gerenciadora, e aí a gente faz slide, a gente fala: “Olha, desses eixos, realizamos isso, isso aqui foi né, os resultados”, coloca vídeo de morador agradecendo, enfim. E aí eles trouxeram uma questão, eles falaram assim, quando acabou né, tal... eles falaram: “Mas e os desafios? Que vocês só falaram assim do final, mas aí dessa vez vocês não colocaram.” E a empresa sempre colocava essa parte, eles decidiram tirar dos últimos meses, da última trimestral. Só que o cliente não gostou, [risos]. Eles falaram “Gente, tá tão bonito, né e os problemas, o perrengue do dia a dia?”. Então eu acho que de novo né, esse processo e esse resultado, aí eu vou falar, tem o resultado que a gente tem que prestar conta, mas eu acho que tem outros resultados que não necessariamente tem que prestar conta, mas a gente não pode perder e a gente perde, a gente perde! Eu não sei, muito em Osasco eu aprendi assim do pessoal a falar que a gente não sabe apresentar os nossos feitos, os nossos resultados. Enfim, a gente não consegue, a gente não sabia fazer isso, só fala do problema, não sei o que... o perrengue, as dificuldades e era muito difícil as pessoas falavam não... mas sei lá, se achava que era arrogância, até entender que é trabalho social e que a gente deseja isso, né? Acho que a nossa função é, que bom que a gente conseguiu colaborar com soluções, com processo de mudança, de ruptura de violência, de estratégia. Então eu acredito que isso são os resultados,

e que de alguma maneira isso sim precisa ser documentado, precisa levar para roda de conversa, precisa estar em livro, precisa igual, do artigo, né? Quando a gente fez lá, enfim. Precisa ser mostrado, né? Precisa ser dito que tem trabalho técnico profissional acontecendo, que não é alguém que chegou e foi... “Porque todo mundo pode fazer trabalho social, né?” Não! Não pode! Da forma que a gente faz é quem tem a nossa formação, não é... outras pessoas fazem outras coisas que não são menos importantes, mas é outra coisa. Porque se eu não entendo o que eu estou fazendo, qualquer um acha que pode mandar eu fazer qualquer outra coisa. Se eu não tenho propriedade das minhas atribuições, todo mundo acha que: “Ah pega uma prancheta e passa a lista, varre a sala...ah, tira uma foto aí obrigado”, e bate nas minhas costas, “Valeu funcionário”, sabe? E isso eu acho que era um grande dificultador do trabalho social, por isso que a pior sala nas comunidades, canteiro de obra, fica para gente, o pior banheiro, aí é um lugar que não tem porta, às vezes não leva papel higiênico, até hoje, eu rodei muito lugar... esse acesso que eu tive de rodar muito, muito projeto nesse um ano e pouco que eu tô lá eu vi de tudo, é isso assim, é o lugar que não tem luz, que a luz queimou, que lugar tá todo sujo, então assim, e mesmo assim a gente está lá, e mesmo assim a gente consegue ter resultados com essa comunidade. Agora de que maneira? Porque pode ser um resultado de uma entrega de unidade habitacional. O resultado pode ser uma oficina realizada naquele condomínio. O resultado pode ser, igual foi identificado semana passada numa área que eu tô, que isso eu compartilhei com a minha colega hoje, eu falei: “Isso é um resultado do trabalho”. Eu falei: “Isso precisa ser descrito, precisa ser evidenciado.” E ela falou: “Nossa, eu nunca ia parar para pensar nisso”. E eu falei: “É porque a gente só tá pensando nos problemas...não sei o que, não sei o que, não sei o que...”. Eu falei: “E isso é trabalho.” Uma pessoa que sofreu violência doméstica, que foi entendendo o seu lugar, os seus direitos, ela foi tomando propriedade disso, participou de uma oficina que foi articulada com outro serviço e tá vinculando com a gente. E que parte da fala dessa pessoa é dizendo assim: “Nossa primeira vez, eu já passei por isso anos atrás, era uma pessoa em situação de rua, uma mulher negra com filhos...É uma moradora de um empreendimento do centro de São Paulo, que foi direcionado para pessoas que vêm em situação de rua e nesse atendimento, nesse trabalho social que acontece nesse empreendimento, foi identificado que ela tinha passado por um processo de violência doméstica. E aí foi feito todo um processo de visita, de acolhimento, de escuta, de encaminhamento para o serviço, de pensar um protocolo de cuidado com os equipamentos públicos a partir do nosso que é a política habitacional, enfim. Visitas de monitoramento ali para poder acompanhar essa situação, essa violência vivida, depois houve uma roda de conversa feita pelos direitos humanos que é um empreendimento que ele é intersecretarial, é o único [risos], mas eu tenho muito... esse intersecretarial tá no começo, mas seria habitação, assistência e direitos humanos, que foi pensado assim esse empreendimento né? Isso está na portaria, está lá. E aí esses direitos humanos fez uma atividade nesse empreendimento, falando sobre essas, eles não sabiam desse caso, né? Mas casou com essa mulher que estava vivenciando isso, enfim, deslocando essa situação e aí ela foi se aproximando do serviço conosco, foi ficando mais interessada de ter acesso e saber como ela pode ser cuidada nesse espaço

> especializado de mulher vítima de violência, o serviço que tem dentro do município. Que é uma articulação junto com a gente, e ela foi vinculando, que ela tinha uma coisa mais reativa, porque né? Passou por muitos problemas. Então ela via alguém de algum serviço público, ela já pá pum, pá pum. E aí com todo esse atendimento, ela chegou a comparecer no plantão de forma espontânea, para falar de coisas do cotidiano, para dizer também que ela quer conhecer o serviço de proteção, porque não só fazer o boletim tal, mas estar no serviço de atendimento as mulheres, que ela possa entender como funciona e ela fala: Olha eu já passei por isso em outros momentos e sempre fui muito mal tratada no serviço público, então assim mesmo os equipamentos, quantas vezes a gente já ouviu, eu já ouvi isso lá em Osasco, de delegacia da mulher que violenta a mulher. Porque é isso que a gente tá falando, as coisas não são mecânicas, né? Porque "Ah, já espera que tudo ali funcione de uma forma incrível." Gostaríamos? Sim, mas não é assim que acontece. Então essa mulher mesmo buscando anos atrás espaços o relato dela é esse, eu nunca me senti acolhida, ouvida como vocês fizeram aqui, então esse processo é o trabalho social. E aí eu falei para minha colega que é referência da área. Eu falei: "Você tá entendendo? Isso que você tá me dizendo? Desse vínculo e desse cuidado?". Faz parte, eu falei: E isso para mim é um resultado. E não é um fim, é um processo, é um caminho, porque a gente está falando de vida, a gente está falando de trabalho, enquanto a gente tiver ali as coisas estão acontecendo, né? Então eu penso isso. E aí se a gente não faz essa análise isso vai no mecânico: "Próximo!" Porque amanhã vai ter outro caso infelizmente. E aí vai como se nada tivesse.... e aí a gente não consegue evidenciar a qualidade do nosso trabalho e o resultado do nosso trabalho e isso é parte do nosso trabalho, né? (A.S. 5 – Gerenciadora).

A profissional chama atenção para as condições em que o trabalho profissional é desenvolvido, com relação à falta de estrutura e espaços qualificados para atendimento, assim como a necessária reafirmação de que o trabalho social não pode ser realizado por qualquer outra área especializada que não dialogue com uma formação profissional específica, como acontece com as/os profissionais que pertencem às áreas das ciências sociais aplicadas. Isso porque o trabalho precisa ser valorizado e não deve receber atribuições outras que não sejam compatíveis com a sua área de formação e demanda por contratação.

Nessa direção, Santana concedeu depoimento relevante sobre fatos já ocorridos quanto ao desrespeito das instituições ao/à trabalhador/a social:

> Outro dia uma assistente social, uma professora me ligou [...]: "Jo, eu preciso falar contigo, eu tô desesperada, uma aluna nossa do mestrado, tá em uma equipe em Ananindeua, cidade próxima, e a chefe dela pediu pra ela limpar o banheiro". Assistente social, da equipe de trabalho social. Eu falei: "Nós temos que fazer uma denúncia no Conselho Regional imediatamente". E foi feita a denúncia, tanto a

> moça ganha muito pouco, como tem um desvio de função. É a barbárie né, é a barbárie da precarização do trabalho e do desemprego, porque sabe que se demite, outro vem e faz, porque tá desesperado. O jovem desempregado. Então veja, vários atravessamentos desse profissional. Então essas escolas de ensino à distância, a perspectiva crítica e revolucionária do projeto ético-político está absolutamente distante. Esse jovem chega e se tem um manual, ele segue o manual. (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

A denúncia realizada por Santana tem repercussão ampliada, pois é sabido que a realidade dos desvios de função não é uma problemática particular do território em destaque, mas sobretudo por associar o contexto à ampliação dos cursos de ensino à distância em todo o país[173].

Já na perspectiva da profissional vinculada à assessoria técnica quanto aos resultados produzidos pelo trabalho social, é bastante interessante observar que para essa entrevistada a dimensão da "formação política" aparece como um dado importante de resultado sobre o trabalho social realizado com as sujeitas/os nos territórios. Como observa:

> Na minha defesa e na defesa dos movimentos, o trabalho social é um elemento essencial para contribuir na formação política e na mobilização, enfim, no trabalho de formação, que é assim que a gente defende o trabalho social, no trabalho de formação política, de contribuir para a consciência crítica, para ações transformadoras, enfim. Entretanto, na prática cotidiana, o que eu percebo é que a gente faz um super trabalho, né, com os grupos, mais esses processos de rompimento, eles afastam tudo que a gente construiu. Eles afastam até inclusive o sujeito da história, porque muitas vezes, lá na frente, quando entra sei lá, outro profissional, a gente que não é visto, não é lembrado. Então as pessoas, muitas vezes, nem lembram mais, talvez aquilo que ficou, né? Eu percebo isso, quando você tá numa continuidade, o que ficou de aprendizado fica de aprendizado, isso eu não tenho nenhuma dúvida, porque eu vejo as pessoas colocando na prática cotidiana delas aquilo que elas aprenderam. Então isso para mim é um ganho do trabalho social, né? Eu vejo as pessoas, na continuidade daquele trabalho que você fez com ela, isso com certeza, mesmo que eu não esteja lá, não quer dizer que eles não vão fazer, né? Mas por outro lado não fica claro que foi um resultado do trabalho social. Não é visível, não é perceptível, porque você não tá mais lá. O que não quer dizer que também seja de todo ruim, mas seria muito interessante se a gente conseguisse mostrar que esse trabalho é fruto, que esse resultado é fruto do trabalho social, que eu acho que aí que tá o desafio, né? Como é que eu consigo mostrar. Por exemplo, a gente fez uma atividade que foram as lideranças onde eu trabalho e o [nome de uma liderança] falou assim: "Eu aprendi onde estou na classe trabalhadora. Eu sou classe trabalhadora, e o pessoal lá na

[173] Problemática já elencada no item sobre os desafios contemporâneos para o trabalho social.

> pirâmide capitalista". E ele usar esses termos que muitas vezes o Serviço Social usa né, na apresentação dele, ficou muito claro que aquilo foi um aprendizado coletivo, mas não dá para materializar. Aí como é que a gente tenta fazer isso? Registro. Publicação. É trazer as coisas desse jeito. Trazer produção acadêmica mesmo em relação a isso, que é o que você faz, o que eu faço, para que a gente consiga, o mínimo, mostrar um pouco a importância desse trabalho, né? Porque eu acho que a gente ainda não conseguiu mostrar isso para o movimento como um todo, para as famílias. Eu acho que para as lideranças assim, mas para as famílias ainda não. Eles tão num processo muito legal de "Tô tocando sozinho isso aqui, que antes eu não tinha coragem nem de falar lá na frente. Eu tô falando aqui. Tô pegando o microfone…tô trazendo!" Que vem muito da história deles. Mas desse fortalecimento de que ele tem o direito de não permanecer calado, sabe? Então eu acho que o desafio é conseguir mostrar, mostrar que a gente fez (A.S. 2 - Assessoria).

Para a profissional, o aspecto da interrupção dos projetos e consequentemente dos vínculos com as famílias é também um dado de grande impacto para os resultados alcançados, apesar de, mesmo na ausência do trabalho social, os resultados apreendidos pela população serem passíveis de percepção, demonstrando que o trabalho deixa seus reflexos, produzindo marcas relevantes na vida cotidiana das/os sujeitas/os, apesar de pouco materializadas, razão pela qual se mostram tão relevantes as estratégias de publicações, relatos de experiência e registros sobre o trabalho social, uma tarefa que não se restringe apenas ao campo das pesquisas acadêmicas, mas sobretudo às/aos profissionais que realizam seu trabalho cotidiano nos diferentes espaços de interlocução profissional.

No próximo depoimento a profissional vinculada à empresa gerenciadora registra de forma ampliada os resultados que considera no âmbito da própria política; demonstrando a compreensão de que se, por um lado, a demanda por moradia, quando atendida de modo concreto, tem aspectos positivos atingidos pelo atendimento habitacional e cujo trabalho social acompanha, por outro lado, outras debilidades, como problemas construtivos ou por vezes o próprio aumento de contextos violentos e de não acesso à cidade são reflexos que o trabalho social consegue também perceber e precisa mediar entre os resultados de sua intervenção.

> Olha de modo geral nas intervenções em que eu tive a oportunidade de acompanhar, respeitando o fato de que assim já faz, mais ou menos, cinco anos que eu trabalho mais internamente, eu participo de algumas ações específicas assim nos territórios, mas assim de modo geral os resultados eles são bem positivos, são bem importantes mesmo, porque o objetivo principal né do trabalho da habitação, de modo geral, as intervenções, é o acesso da população à moradia, né?

Então assim como eu te falei e como você conhece, as intervenções elas têm perímetros, então elas são determinadas, então considerando aquele público, né? Que é taxado como público direto, né? A gente nem usa mais público alvo, né? [risos] por conta da linguagem não violenta, essas questões, mas de modo geral você consegue resultados muito positivos nesse sentido, então assim, agora até os resultados também, eles são relativos [risos], se você traça como objetivo o atendimento à moradia você consegue atingir aquele seu público de uma forma, né? Muito positiva. Agora o que que vem de modo geral nas avaliações da população, a qualidade dessa moradia. Então assim, então apesar de você ter atingido, aquele morador tá satisfeito, essa moradia ela vem com problemas que assim, a gente sai da área e esses problemas continuam né? Por conta da qualidade da obra que é executada. Resultados, por exemplo, em áreas em que é feito uma urbanização para além das remoções a gente percebe também os resultados bastante positivos para aquela população. Já em outros locais, a gente percebeu que a urbanização e as melhorias trouxeram outros problemas para quem permaneceu no local, como aumento da violência ou o aumento que eles usam muito a questão dos pancadões nas comunidades. Então dependendo do local algumas queixas, então assim esses resultados são muito positivos no sentido de você garantir o acesso à moradia, mas o acesso à cidade, de uma forma muito ampla, isso fica longe de ser alcançado, entendeu? Porque querendo ou não o projeto de urbanização ele não consegue resolver todos os problemas daquela comunidade. É isso que eu te falei, a forma como a política está consolidada, colocada de uma forma mais ampla, ela não consegue trazer essas respostas que ela se propõe. Então se a gente fizer um contraponto no que a política promete ou estabelece lá nas normas, quando você vai para a realidade das intervenções, elas são muito focadas em obras, em algumas melhorias e às vezes você não consegue trabalhar todas as dimensões que você se propõe quando você pega lá a matriz, né? De avaliação lá do Ministério das Cidades, aquelas dimensões todas, né? Quando você chega nessa avaliação final do trabalho, às vezes você se surpreende porque a satisfação, às vezes, fica no âmbito da moradia, né? Se você chega nas outras dimensões, você percebe o que, ou não deu conta, o que aquele território dispõe, as demais políticas. Você não conseguiu atender a demanda da saúde, não dava conta do que tinha antes, também não dá conta do que tem depois. A educação do mesmo jeito, aí você vê que às vezes as séries iniciais tem mais vagas do que as demais séries, então assim é bem contraditório mesmo nesse âmbito, mas de um modo geral na questão da moradia é sempre muito bem avaliada respeitando-se as problemáticas né… Uma questão que é muito presente que aí é uma angústia das equipes que a gente observa é que se propõe lá a questão do desenvolvimento socioeconômico e de fato aquelas ações que a gente consegue (porque assim a portaria que a gente até nem falou muito aqui) aquela portaria 317, que trata do deslocamento do… fugiu aqui o nome… plano de reassentamento e medidas compensatórias, isso… esse deslocamento do reassentamento das famílias, a portaria ela dizia assim, tava construída no sentido de que você não poderia gerar o empobrecimento daquela população. Então assim, você não podia tirar a população de um determinado contexto e você tinha que garantir, né? A portaria é “plano de reassentamento e medidas

> compensatórias", você tinha que garantir que não houvesse aquele empobrecimento daquela família naquele território para onde ela ia então deveriam ser adotadas medidas, né? Então se você remove uma família que sobrevivia de um comércio local, você tinha que pensar alternativas para que aquela família tivesse condições de sobrevivência nesse novo território, né, então, só que assim, os recursos e a forma como o trabalho social é desenvolvido, dificilmente você consegue atender essa dimensão com a população. Então assim você faz um diagnóstico das famílias antes das remoções e você faz um diagnóstico depois das remoções, por exemplo, às vezes não, na maioria das vezes, não há alteração nenhuma, na renda, nessa questão da família. Sabe, às vezes você tem que fazer pesquisa de interesse para saber que cursos que você pode oferecer ou parcerias, oficinas para você dar um suporte aquela família e você efetivamente não consegue avançar para um curso de design de sobrancelhas ou antes até você consiga uma parceria para cursos ligados a TI (tecnologia da informação), informática que é muito procurado pelos jovens, mas hoje raramente você consegue sabe, a forma como o mercado tá colocado até nisso é difícil, então é uma angústia - tô te falando porque é o que a gente ouve muito quando chega nessa parte (no projeto de trabalho) de você desenvolver ações que preze pela inclusão social, é uma angústia nas equipes muito grande, em saber que, primeiro, às vezes a própria população, já nem confia que isso vai acontecer: "Ah vai vir com cursinho de artesanato, vai vir com o cursinho aqui, entendeu?" Às vezes você nem tem adesão. Às vezes, aí as famílias colocam lá: "Ah eu quero um curso de culinária". Você consegue fazer o curso de culinária? Você nem tem uma cozinha para oferecer o curso, entendeu? São temáticas que aparecem e de interesse de fato da população, mas que na prática você não consegue executar, entendeu? Então isso é muito contratado, então esses resultados na habitação que tá toda lá os quadradinhos e você tem que atender educação ambiental, você tem que atender desenvolvimento socioeconômico, inclusão social, na prática os resultados eles se limitam muito a questão da moradia. É assim que eu vejo (A.S. 3 - Gerenciadora).

A profissional destaca que os resultados possíveis perpassam inclusive por aspectos relativos à disponibilidade de recursos existentes para a realização do trabalho social, como destacamos anteriormente e que a questão, por exemplo, da geração de trabalho e renda, precisa ser posta sob uma perspectiva de questões conjunturais e estruturais do próprio sistema capitalista, que não dependem apenas do desejo das/os profissionais, ou podendo ser medida pela competência individual ou das equipes responsáveis ou mesmo pelo "nível de qualidade" das ações desenvolvidas pelo trabalho social.

É necessário reconhecer um amplo período de retrocessos do ponto de vista das condições de trabalho: rebaixamento das condições salariais, aumento da precarização e intensificação das jornadas, e acirramento do projeto neoliberal para

dissolução cada vez mais ampla das atividades com vínculo às leis e direitos trabalhistas, uma realidade que a população mais pobre vivencia diariamente e de modo mais intenso, isso quando ainda não foi relegada à total condição de desemprego ou às atividades informais que minimamente possam resultar em um ganho suficiente para sua sobrevivência.

Por isso mesmo a compreensão de que é suficiente a simples oferta de cursos ou atividades que tenham por finalidade a inserção das/os sujeitas/os em atividades produtivas precisa ser superada. Inclusive do ponto de vista das formulações elaboradas e exigidas pelas normativas que regulamentam a realização do trabalho social nos diferentes territórios.

Pelo contrário, as normativas deveriam sugerir que tais inserções e resultados fossem, por competência, dos municípios e consequentemente de suas diferentes pastas setoriais, por meio de programas e procedimentos específicos tendo em vista o aumento da empregabilidade, ampliação de renda e outras formas de incentivos ou parcerias com o mercado para a inserção profissional do público atendido. Tais medidas, por sugestão, poderiam definir a necessidade do cumprimento de metas básicas e parâmetros de avaliação que pudessem incidir nos resultados esperados e parametrizar a destinação de novos recursos e financiamentos para projetos subsequentes, submetidos para apoio e subsídios das esferas federal e estaduais.

Em mais um depoimento, a profissional chama atenção para a importância da dimensão do tempo envolvido nos processos de trabalho social, assim como das relações que as/os profissionais estabelecem como fatores determinantes no âmbito dos resultados que o trabalho desenvolvido pode alcançar junto à população.

> Eu acho que planta uma sementinha, assim. Essa coisa de pensar no processo, porque como você estabelece relações… porque as famílias, elas voltam para perguntar coisas, mesmo que você não esteja mais no território, elas voltam para perguntar coisas, né? Não é a maioria, é uma pequena minoria... de entenderem quais são os caminhos que precisa fazer para acionar, em que casos vai até o Ministério Público. Individualmente, algumas famílias, de fato, conseguem aproveitar essas pequenas conquistas, sabe? Mas é pequeno. No coletivo, a gente precisaria ter muito mais tempo para conseguir (A.S. 4 - Prefeitura).

A profissional destaca o quanto os resultados podem ser compreendidos em âmbito singular, na vida cotidiana da população com as quais estabelecemos contato, mas que se observadas em âmbito mais coletivo essas expressões aparecem diluídas

em um número de situações que podem até se considerar “pequenas” quando tomamos como parâmetro o volume de demanda com as quais o trabalho social se relaciona.

> E aí a gente consegue descobrir uma pessoa que não tinha uma característica de liderança, mas tem uma característica de trabalhar com a questão do meio ambiente, aí começa a organizar coleta e que traz algum rendimento, mas são poucas, bem poucas. Ou alguém numa situação de violência, conseguiu romper, e aí começou a fazer bolo e deu certo. Eu lembro de uma moradora... levamos uma professora super boa, que até faz programa de TV e tal, conseguimos contratar para ensinar sobre bolo e pães. Aí na outra aula, a moradora já veio com o pão dela, embrulhadinho para vender e já tava vendendo no condomínio, mas são poucos, um número muito pequeno. Se for medir por número é muito pequeno, se for medir individualmente na vida das famílias é bem significativo (A.S. 4 - Prefeitura).

A servidora pública municipal chama atenção quanto ao aspecto das dificuldades envolvidas pela substituição constante dos técnicos envolvidos no trabalho, um outro fator muito impactante para os resultados possíveis ao trabalho social, já que esta questão incide diretamente na proposta e possibilidades de construção de vínculos entre as/os profissionais e a população envolvida.

> Quando uma família vem dizer o quanto eu fui importante para ela. É o máximo que a gente consegue, né? Porque como você não consegue acompanhar com começo, meio e fim e é esse processo ao longo do tempo. Porque os assistentes sociais que acompanham a demanda, quando ela tá no Auxílio Aluguel é uma, quando ela tá na área é outra, e quando ela tá no pós-ocupação é outra. E a gente conversa, mas não consegue tanto, né? Essa coisa da relação. Esse conjunto que eu trabalhei [...] mudou de técnico três vezes. Eu continuei, mas o técnico que fica lá no cotidiano mudou muito (A.S. 4 - Prefeitura).

No depoimento a seguir, a profissional relata que em sua percepção, os resultados do trabalho social podem ser percebidos também em razão das transformações ocorridas nos territórios, assim como no percurso da população que passa a ampliar seu raio de acessos aos serviços públicos e ao direitos sociais, compreendendo que estes resultados também incluem uma dimensão de envolvimento e participação das/os sujeitas/os, o que não se sustentaria de modo suficiente se apoiados por um trabalho social realizado de forma mais distanciada dos territórios.

> Então eu pensando um pouco, né, no trabalho social, mais especificamente que eu desenvolvi lá na zona leste, né, que é o trabalho que foi mais voltado para o território, para a população, eu acho que a gente percebe, né, uma transformação, um envolvimento, um conhecimento da população, um acesso maior aos serviços, aos direitos. Então a gente percebeu ali, eu acho que esse trabalho que foi desenvolvido ali no São Francisco, uma transformação do território, não só na parte física, na parte urbanística, na parte de mobilidade, mas também de busca, né, das pessoas a esses serviços, de envolvimento com seu bairro, de interesse em conhecer um pouco mais, se envolver um pouco mais nas mudanças que estavam sendo propostas ali, e que eu acho que deve ser mesmo o objetivo final do nosso trabalho, né ter essa população mais envolvida, mas incluída na cidade, no território, nos serviços… então por isso voltando né, a questão da discussão, da necessidade desse trabalho tá sendo melhor pensado e melhor desenvolvido ali no território e não a distância, né, como infelizmente tem acontecido muito hoje. Teve até uma gestão, que a gente teve em SEHAB, que eles não queriam mais que os profissionais fossem para o território, eles diziam que a gerenciadora já ganhava muito bem pra isso e que pra a gente supervisionar o trabalho delas bastava a gente ter um retorno, um relatório, um registro fotográfico, que não tinha necessidade nenhuma da gente ir até o território, até a área, para acompanhar esse trabalho se já tinha uma empresa recebendo para executá-lo. Então esse distanciamento que é sempre colocado, do técnico com o território, fragiliza muito né, essa percepção que aí volta de novo naquela questão também que você colocou, do que a gente imagina, do que a gente de fato vê, né? Então a gente precisa ver, precisa estar junto, precisa construir junto, para que a gente tenha os resultados daquilo que a gente pensou, daquilo que a gente fez, daquilo que a gente propôs, construiu, para que a gente atinja os objetivos propostos (A.S. 6 - Prefeitura).

O depoimento da profissional registra e denuncia os moldes assumidos pela gestão pública, que demandam das/os servidores municipais um trabalho de caráter burocrático, em detrimento de ações que considerem a vinculação dessas/es profissionais aos territórios e à própria população de forma direta. Uma reflexão que nos auxilia a compreender a importância de o/a trabalhador/a social ter clareza sobre seus objetivos e da dimensão que pretende atribuir ao seu trabalho cotidiano.

O depoimento realizado evidencia que há, do ponto de vista da gestão pública, um olhar de que o objetivo-fim do trabalho realizado é apenas a entrega de um "produto", a entrega do documento que possibilita o *start* de transações financeiras entre o Estado e o universo das empresas terceirizadas, excluindo do escopo de demandas da/o profissional um acompanhamento efetivo das dinâmicas do território, condições de vida, acessos e serviços de que a população deveria ter garantia pelo próprio Estado, desprezando a dimensão das vivências e experiências das/os sujeitas/os e o que a própria cidade proporciona.

O depoimento é claro para nos alertar quanto à importância da observação contínua acerca do cotidiano de trabalho profissional, nos permitindo capturar as mutações que perseguem o escopo da atuação das/os profissionais.

Reafirmamos que o trabalho social precisa ser compreendido enquanto processo, por ser um conjunto de ações no tempo-espaço que observa e percebe, participa e provoca, concebe e proporciona, uma série de experiências para além daquilo que ele pode propriamente documentar, medir ou relatar. Nesse sentido, ele interfere diretamente na construção, desconstrução e reconstrução de espaços de sociabilidade, aspectos fundamentais que precisam ser considerados pelo/a trabalhador/a.

Isso nos capacita a uma visão mais estratégica para incidência nos territórios e pode direcionar o olhar profissional em uma perspectiva de compreensão do potencial da dimensão política de seu trabalho cotidiano.

4.3. As potencialidades do trabalho social e seus entrecruzamentos com os territórios e a vida cotidiana

É fato que os desenhos institucionais de programas, projetos e instrumentos das políticas públicas oferecem ferramentas às/aos profissionais, permitindo o desenvolvimento do trabalho profissional cotidiano. No entanto, estamos convencidos de que tais instrumentos estão, em muitos aspectos, limitados e não correspondem à realidade dos territórios.

A realidade da demanda profissional que se apresenta às/aos profissionais, nos convoca à criação de respostas cada vez mais criativas e coincidentes com os interesses da população, limitações altamente conflitantes com as possibilidades restritas estabelecidas pelo desenho de programas e/ou escopo definido pelos instrumentos das políticas públicas.

No entanto, nossa capacidade teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa e todo arcabouço histórico de referências construídas sobre nosso cotidiano de trabalho profissional devem ser escolhidos como fundamentos, ferramentas e instrumentos potentes de atuação e incidência na vida das/os sujeitas/os com as/os quais atuamos, assim também frente às possibilidades de alargar os contornos da política, ampliando acessos e assegurando atendimentos mais qualificados e de aspecto totalizante para a vida da população.

É fato que nossas limitações, dada nossa condição de trabalhadoras/es de uma determinada política, nos impõe barreiras objetivas quanto à possibilidade de responder a um conjunto de problemáticas das/os sujeitas/os com as/os quais atuamos e que extrapolam as pastas, políticas e programas nos quais intervimos, até porque é importante marcar que nesse sentido nós atuamos nos serviços, equipamentos, programas e políticas, mas não somos as/os responsáveis diretas/os pelo desenvolvimento, recursos, andamentos ou garantias de acesso, ainda que em parte esses aspectos sejam manejados por parte das/os profissionais.

No entanto, diante da autonomia que nos é relativa, ao longo dos atendimentos realizados temos a potencialidade de movimentar informações de caráter público que permitam à/ao sujeita/o sua própria organização, articulação e pressão nas demais áreas, políticas e serviços específicos.

Concordamos com Paixão (2020) que “o trabalho profissional não pode tudo, mas pode muito”, e toda a potencialidade de nossa capacidade de intervenção na realidade social deve ser melhor explorada e divulgada.

Mesmo em âmbito profissional, assistentes sociais foram profundos interlocutores contribuindo historicamente para implementação, expansão e consolidação de múltiplas políticas sociais em diversas áreas das políticas públicas[174].

Temos competência para captação de dados e elaboração de diagnósticos das populações com as quais atuamos diretamente e, sobretudo, temos a capacidade de subsidiar mobilizações sociais e o debate público (na sociedade e nos territórios).

Como potencial acentuado, assistentes sociais podem ser responsáveis por tensionamentos, provocações e, em especial, o desvendamento da realidade, tarefa fundamental para permitir que o desenho das políticas possa minimamente dialogar com a realidade da população nos territórios.

Mas ainda há desafios muito sensíveis nesse campo. Ramos e Koga (2011) afirmam a importância da incorporação do “território vivo e vivido” na dimensão das políticas públicas:

[174] A contribuição de assistentes sociais perpassa não apenas a construção e consolidação do Sistema Único de Assistência Social, mas também do Sistema Único de Saúde, Previdência Social e todas as demais políticas que, direta ou indiretamente, estabeleceram profunda interlocução com as forças sociais organizadas e uma mobilização centrada na articulação de diversos setores da sociedade civil, com presença acentuada da classe trabalhadora.

> Assim, não basta a dimensão territorial da política pública, caso ela permaneça confinada institucionalmente sem conseguir ir além do aspecto administrativo. Faz-se necessário, essencialmente, a incorporação do território vivo e vivido, trazendo à tona os aspectos coletivo e público a se fortalecer nas mediações das práticas sociais cotidianas desenvolvidas pelos diferentes agenciadores da própria política pública. Aqui, o (re)conhecimento sobre as trajetórias de vida dos chamados "usuários" das políticas públicas poderia representar uma chave importante para processos da gestão pública onde os cidadãos encontrem-se na centralidade do interesse e prevaleça a conexão indivisível entre os campos urbano e social (Ramos; Koga, 2011, p. 362).

Em determinadas circunstâncias temos que renunciar aos gargalos colocados pela política e (re)desenhar caminhos alternativos que ampliem acessos e oportunidades. Temos habilidades e capacidades teóricas e práticas adquiridas de acordo com os conhecimentos específicos proporcionados pelo processo de formação profissional e outras referências adquiridas ao longo da trajetória profissional e aquelas alcançadas sob as especificidades do lócus de atuação profissional de cada trabalhador/a no movimento de sua intervenção[175].

Essa capacidade de elaborar trajetos alternativos no atendimento à população se constrói à medida que são cada vez mais restritivos os critérios para seleção, atribuição e atendimento das principais demandas apresentadas às/aos profissionais. Mas também pela capacidade das/os profissionais de ampliar o diálogo com os coletivos e movimentos organizados nos territórios que têm construído de forma muito autónoma e criativa respostas condizentes com a realidade de suas próprias necessidades.

Poderíamos considerar que os desenhos institucionais e a escassez de recursos e acessos a bens e serviços, ofertados pelo poder público, são responsáveis por um amortecimento das/os profissionais, que se veem sob a pressão de justificar as ausências de atendimento à população, pois, enquanto sujeitas/os submetidas/os a uma relação trabalhista, necessariamente são levadas/os a atuar apenas com o que está disponível por oferta dos empregadores.

---

[175] Cabe o reforço de nossos registros quanto à necessária luta permanente contra os processos de precarização da formação profissional. Processos que expressam a complexidade cada vez mais acentuada das ações relativas à intervenção profissional de assistentes sociais frente às demandas cotidianas e às mudanças relativas às expressões da questão social, matéria-prima do trabalho profissional.

As demandas da população e suas necessidades não atendidas – neste cenário tão complexo dadas as fragilidades dos serviços e restrições das políticas sociais – geram um forte sofrimento ético-político[176] às/aos profissionais, assim como para as/os próprias/os sujeitas/os, que não têm suas demandas atendidas.

No entanto, existem também outros recursos disponíveis à/ao trabalhador/a que podem ser acionados e colocados à mão da classe trabalhadora, sem que sejam exclusivamente determinados pelo agente empregador. Assim, a concepção de autonomia relativa das/os profissionais nos parece ainda mais relevante nestes tempos tão desafiadores.

Para alguns contextos de atuação profissional, há uma restrita aproximação das/os profissionais com os/as sujeitos/as atendidos/as e, portanto, alguns elementos de realidade permanecem ocultos para identificação das/os trabalhadoras/os, sendo pouco ou nada publicizados.

Essa ausência de sistematização e visibilidade em nada contribui para somar com as possibilidades históricas de mudanças das condições de desigualdade, de acordo com os interesses da classe que vive da venda de sua força de trabalho.

Nessa direção, adotar uma postura interrogativa acerca da realidade social, combinada a uma observação mais atenta do cotidiano, nos parece condição primordial para os avanços que a profissão possa vislumbrar. São estas e outras sinuosidades que nossa pesquisa buscou desvelar junto aos conhecimentos acumulados pelas/os assistentes sociais nesse tempo histórico demarcado pelo início do século XXI.

É no cotidiano que as necessidades humanas estão em primeira ordem. É no cotidiano que as redes se estabelecem e os afetos se desenham e se desmancham.

A dimensão do afeto precisa se presentificar nas nossas leituras sobre a realidade social e mobilizar nossas interpretações sobre as relações entre os seres vivos e suas repercussões nas relações humanas e sociais.

---

[176] Sobre a categoria sofrimento ético-político, indicamos os estudos desenvolvidos por Bader Sawaia, socióloga e doutora em psicologia social que integra o Departamento de Sociologia e o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da PUC-SP. Sawaia compreende o conceito de exclusão social a partir da categoria sofrimento ético-político, reconhecendo a dimensão coletiva implicada em tal processo. A exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas sem perder o coletivo. Dá força ao sujeito, sem tirar a responsabilidade do Estado. Afirma que é no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu. Mas ele não é uma mônada responsável por sua situação social e capaz de, por si só, superá-la. É o indivíduo que sofre, porém esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente (Sawaia, 1999, p. 98).

A esfera da construção de vínculos é também uma dimensão determinante para a construção da vida e a forma como passamos a enxergar o mundo e os processos que nos trazem contorno, considerando que as dimensões de pertencimento e de senso de utilidade para os seres humanos, já são indicados em diferentes estudos, como premissas essenciais para o desenvolvimento dos seres humanos[177].

Como afirma Koga (2011),

> É neste sentido que a referência territorial pode significar não somente as expressões mais imediatas e concretas das realidades vividas, como também conter elementos aparentemente invisíveis, mas significativos, que dizem respeito aos valores, sentimentos, perspectivas que rodeiam as vidas das populações (Koga, 2011, p. 268).

É preciso reafirmar: o território tem cor, tem gênero e outras tantas expressões que compõem particularidades de vivências da população nos territórios[178]. Incorporar tais leituras é elemento essencial para o desenvolvimento de um trabalho social comprometido com mudanças estruturais da sociedade capitalista.

O colonialismo, o racismo e as transformações nas relações de gênero são todas parte e expressão das experiências espaciais que vivemos e construímos ao partilhar a cidade real.

Muitas vezes os projetos resultantes das intervenções propostas pelas políticas públicas não levam em consideração que a heterogeneidade da população é um fator que deve ser observado e que torna mais complexas as respostas que nos são requeridas frente à dinâmica das relações sociais.

---

[177] Aqui poderíamos citar o avanço dos estudos no campo da neurociência e todas as contribuições relativas às descobertas quanto às necessidades de caráter emocional presentes nos seres humanos. São inúmeros os estudos que tratam das privações afetivas que influenciam no desenvolvimento saudável, por exemplo, no caso das crianças, quanto às necessidades de segurança, conexão afetiva, pertencimento e sobre o senso de capacidade, que podem, facilmente, perpassar para o universo adulto, resguardadas as devidas particularidades que o tema requer.

[178] Sobre esses aspectos o artigo de CARDOSO, Isabel C. da C.; DINIZ, Tânia M. R. de .; PAZ, Rosangela D. O. da. *Terra, política e trabalho: uma agenda para o exercício profissional* In: NOZABIELLI, Sônia Regina; VAZQUEZ, Daniel Arias; NOGUEIRA, Claudia Mazzei (Org). Questão social em tempos de pandemia. Assis: Gráfica & amp; Editora Triunfal, 2022. O artigo elucida caminhos significativos sobre a temática da centralidade da terra e das relações raciais para a interpretação da produção social do espaço.

Enxergar mais profundamente essa realidade social é o convite que nos deixa Koga (2011) e que reiteramos sobre a dimensão das desigualdades, que não se desenvolvem apenas a partir dos enclaves de pobreza, mas estão também plenos de potencialidade[179]:

> Desfazer tais enclaves exige novas lentes dos olhares já um tanto viciados sobre as desigualdades sociais. Não é preciso enxergar mais longe, mas sim estabelecer novas perspectivas que considerem não somente as médias, as generalidades, as homogeneidades das situações. É preciso enxergar mais profundamente o que se passa no chão das desigualdades, onde figuram situações concretas de vida, recheadas de enclaves, mas também de potências (Koga, 2011, p. 290).

A atual conjuntura tem nos demandado um olhar cada vez mais estratégico, que permita uma compreensão mais ampliada das questões conjunturais e estruturais, assim como movimentos cada vez mais articulados que ponham em marcha ações integradas, seja junto às/aos demais profissionais, agentes coletivos e às/aos próprias/os sujeitas/os nos territórios.

Mas cujo estímulo da participação social precisa tornar factível a existência de espaços públicos que reconheçam e convivam com a legitimidade de conflitos e que recoloquem em cena, de modo permanente, o tema da justiça social e o princípio da equidade como alvo de debate e negociações cotidianas[180].

Nossa aposta é que a profissão tem maiores chances de desconstruir mitos e preconceitos quanto maior seu contato e interação com a realidade social, contexto cada vez mais restrito pelas condições objetivas a que estão submetidas/os as/os trabalhadoras/es da área social.

---

[179] A tese de ADÃO, Claudia Rosalina. *Territórios de vida: resistências, existências e produção de cuidado por mulheres negras*. São Paulo, 2023, nos parece uma importante referência sobre o tema quando apresenta como premissa um ponto de preocupação que se refere aos territórios serem enfatizados, única e exclusivamente, pelo paradigma da escassez, da falta e da ausência, sugerindo que os mesmos territórios sejam encarados a partir do paradigma de suas potencialidades.

[180] Como um dado de observação, nos parece curioso, por exemplo, como alguns espaços de participação da sociedade civil (como os conselhos de gestão das políticas públicas e sociais) têm sido cada vez mais espaços que muitas vezes não expressam, no conjunto das participações, divergências de opinião entre os grupos representados, sendo também submetidos a uma racionalidade neoliberal e burocratizada enquanto instância de validação, cada vez mais pró-forma do Estado. Quanto a tal aspecto, seria importante realizar uma revisão bibliográfica de fôlego acerca da relação entre sociedade civil, democracia participativa e movimentos sociais, compreendendo o debate da participação sob diferentes características, o que não está no escopo desta tese.

Uma tarefa histórica e uma demanda de caráter coletivo, tal qual se configurou o projeto ético-político profissional no interior da profissão. No entanto, necessária, dada a nossa perspectiva e compreensão da dimensão política do trabalho profissional, capaz de contribuir de formas mais ou menos incidentes junto à sociedade, movimentos e coletivos organizados para a construção e sustentação das políticas públicas em nosso país e de modo mais alinhado aos interesses da classe que vive da venda de sua força de trabalho.

4.3.1. Tarefas de um trabalho coletivo

Como já explicitado na apresentação desta tese, escolhemos por amparar nossos estudos em diálogo metodológico quanto à escolha das profissionais participantes da pesquisa, definimos como critério profissionais cuja trajetória tivesse resguardado algum nível de experiência e participação no espaço de Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo (FTSH-SP), sendo algumas entrevistadas em condições de participação mais ativa quanto às atividades desenvolvidas desde o período inicial do coletivo, inclusive com interlocução junto ao grupo que se constituiu como comissão executiva das ações desenvolvidas, e outras profissionais com participação mais pontual em algumas atividades temáticas que Fórum construiu como espaços de reflexão e construção de posicionamentos políticos.

Nossa escolha também se justifica pelo intuito de contribuir com o fortalecimento do coletivo, vislumbrando a possibilidade de que este espaço possa ganhar ainda mais visibilidade e presença das/os assistentes sociais, assim como das demais profissões que partilham os espaços do trabalho social em habitação.

Essa escolha possibilitou a escuta de profissionais com um perfil de maior engajamento em processos de articulação política, seja por um período mais restrito ou com aquelas profissionais que já estão na base de organização há um tempo considerável e partilham muitas análises e percepções com alinhamento político sobre as ações de trabalho social.

Lembramos que o FTSH-SP se configura como um espaço de articulação de profissionais que atuam em equipes de trabalho social, de diferentes áreas do conhecimento, seja em órgãos públicos, entidades de assessoria técnica a movimentos populares ou empresas prestadoras de serviços; além de docentes e

pesquisadoras/es de áreas correlatas e militantes dos movimentos de moradia e de movimentos que se vinculam às lutas pelo direito à cidade.

Como destacamos na apresentação da pesquisa, os registros públicos que formalizam a organização das/os envolvidos e as primeiras atividades desenvolvidas pelo coletivo relatam ações compartilhadas desde o ano de 2015, em formatos diversos, com temáticas concentradas principalmente na preocupação comum das/os envolvidas/os quanto à concepção e direção do trabalho social na política de habitação e seus programas relacionados[181], assim como as implicações das condições de trabalho e a necessária preservação de um espaço comum para o fortalecimento coletivo das/os profissionais e a construção de demandas políticas pertinentes.

Vale destacar que o espaço do FTSH-SP já foi tema de algumas publicações às quais sugerimos consulta[182].

Nesse aspecto, nos interessou o reconhecimento do espaço coletivo do FTSH-SP como instrumento para retroalimentar discussões no âmbito do trabalho profissional, correlacionando-as às debilidades conjunturais próprias do período elegido pela pesquisa[183].

---

[181] Sobre a diversidade de concepções sobre trabalho social, a cartilha: "Trabalho Social na Política Urbana/Habitacional: subsídios para o trabalho profissional de assistentes sociais", se destaca como uma produção de referência sobre o tema. A publicação é fruto do projeto de extensão desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB), coordenado pela Profa. Dra. Joana V. Santana, vinculado ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal do Pará (UFPA). A publicação apresenta reflexões teóricas acerca da questão da habitação, desigualdade social e do trabalho social, assim como sobre os elementos históricos do trabalho social na política habitacional. O documento sistematizou dados de 58 (cinquenta e oito) trabalhos acadêmicos, sendo 2 (duas) teses de doutorado e 56 (cinquenta e seis) dissertações de mestrado sobre o conceito de trabalho social, requisições e demanda profissionais, instrumentos e técnicas utilizados no exercício profissional e as leis e normativas do trabalho social, bem como a sistematização de dados da escuta de profissionais que atuam em equipes de trabalho social, realizada por meio de uma reunião remota, etapa da qual pudemos partilhar e contribuir com as reflexões construídas entre o coletivo de profissionais participantes.

[182] São elas: PAZ, Rosangela D. O.; VIEIRA Núria P. A Experiência do Fórum de Trabalho Social em Habitação De São Paulo. In: SANTANA J. V.; PAZ, R. D. O. da; RIBEIRO, R.; HOLANDA, A. C. G.; SILVA, O. M. T. (Org.) Serviço social e habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. E, ainda, o artigo: Santos, C. F. *et al*. A construção e a atuação do Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Habitacionais e Urbanas. *In:* Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: Desafios Contemporâneos, Londrina, 2024; que já avança no relato de experiência sobre as articulações que resultaram na composição do Fórum construído em âmbito nacional, ampliando as articulações do Estado de São Paulo.

[183] Consideramos válido destacar, apenas a título de registro, que integramos a Comissão Executiva do FTSH-SP no período compreendido entre fev. 2021 e fev. 2024.

Ouvimos as assistentes sociais quanto à sua experiência de participação neste espaço e os depoimentos revelam questões importantes e estratégicas, relevantes para o debate a que nos propusemos nesta tese.

> Sobre o espaço do Fórum, eu acho extremamente importante, assim, e em vários momentos a gente levou os profissionais para o Fórum, para as atividades de formação da Secretaria. A gente indica, indica tanto para os estagiários. Então é um espaço que a gente consegue ficar próximo da formação, mesmo sem estar especificamente na academia, né? Mas essa interlocução com a academia é bastante importante. Eu não consegui… um período eu participei muito mais e depois com a especialização, eu consegui participar menos, porque nessa demanda do trabalho, do horário do trabalho, de conseguir estar nas atividades. Mas é um espaço extremamente potente. O Fórum é esse lugar pra gente conseguir sair um pouquinho para olhar de fora para todos esses problemas. Dá desespero porque você sabe o quanto tá pior do que de fato você achava, né? E a gente recorreu a várias pessoas do Fórum para poder discutir a questão da formação. Mas de como a política pública tá rebaixada mesmo, né? Porque essa discussão do individual tá muito exacerbada, ou com rede social, ou com o atendimento mesmo. Essa coisa da trajetória do herói, ela tá posta. E o quanto isso também tem de impacto na vida dos profissionais, né? (A.S. 4 – Prefeitura).

Em seu depoimento, a profissional revela os desafios da participação no espaço, considerando as dificuldades de conciliar essa presença e contribuição em meio ao tempo necessário de dedicação ao trabalho e todos os desafios envolvidos por essa necessidade, mas reconhece a importância do grupo, inclusive naquilo que ele pode agregar como espaço que atende aos interesses de formação continuada das/os profissionais envolvidas/os. Como destaca a segunda profissional servidora efetiva do município, o Fórum deve ser reconhecido como um espaço para construção de possibilidades de enfrentamentos coletivos e cotidianos de situações que fragilizam as/os profissionais, com forte impacto em diversas expressões de sua vida material e subjetiva.

> Eu acho fundamental, né, o Fórum e espaços de debate e discussão, porque como eu coloquei aqui, eu acho que a gente tem poucos, poucos espaços como este, a gente vai se acomodando, vai se fechando ali no trabalho burocrático e vai se perdendo no objetivo central da nossa profissão e quando eu fiz contato com o Fórum e manifestei interesse de participar, foi muito nessa busca mesmo de ter um espaço para que a gente se recicle, para que a gente traga as nossas angústias de vida um pouco, construa juntos possibilidades de enfrentamento para esse momento aí que a gente tava vivendo, né? E que a gente ainda tá vivendo de uma política fragmentada, que tirou

> essa construção mais ampliada e mais coletiva do nosso trabalho [...] eu tenho essa intenção, né, de participar, para me reciclar mesmo, pra ter espaços de construção. Minha esperança é que o grupo se amplie cada vez mais e que a gente tenha mais pessoas fazendo parte [...] a esperança né, que outros profissionais se envolvam e que a gente consiga ali, ampliar essas discussões e de repente até levar pra dentro da secretaria e conseguir retomar os espaços ali que foram perdidos, né? (A.S. 6 - Prefeitura).

No depoimento a seguir, ao se referir à amplitude das discussões alcançadas pelo grupo durante as atividades do FTSH-SP, a profissional revela um aspecto muito interessante ao traçar uma comparação entre o trabalho social na área de habitação e aqueles vinculados à política de saúde, revelando aspectos importantes refletidos pelo conjunto das/os profissionais, que revelam diferenças entre ambas as perspectivas das políticas setoriais em torno de suas concepções sobre a vinculação das/os profissionais à população nos diferentes territórios.

> A gente não consegue particularizar, né? Porque daí não é a discussão de São Paulo, mas a discussão da Habitação mais ampla e dos programas mais amplos, ou do BrCidades[184], ou das discussões de regularização fundiária. Mas a gente percebe quanto essa situação, ela tá presente com todos os assistentes sociais, com todos os profissionais, mesmo os que não são assistentes sociais. De como os trabalhadores da Habitação, todos têm sentido esse rebaixamento da política, né? E essa coisa do tempo estar determinado pelo programa. É diferente da saúde, que você está no território e independe do programa específico você consegue manter relação com as famílias, mesmo que elas não estejam em um tratamento específico e isso na habitação não tem. A gente fica sempre pautado pela demanda mesmo (A.S. 4 - Prefeitura).

É importante destacar que o FTSH-SP é visto pelas profissionais como um espaço de fortalecimento, espaço para o encontro e para trocas, o que exatamente perdemos em vários aspectos, e não apenas pela situação de pandemia enfrentada a partir de 2020.

A pandemia concretizou um contexto, como já abordamos, pontual, mas cada vez mais essa estratégia de administração de traços neoliberais se encarrega de retirar/ esvaziar os lugares do encontro, fragilizando as possibilidades de construção coletiva.

---

[184] O BrCidades é uma rede composta por uma ampla articulação nacional, com a presença de diferentes categorias profissionais e diversos coletivos organizados que visa construir coletivamente cidades mais justas, solidárias, economicamente dinâmicas e ambientalmente sustentáveis. Suas atividades e material sistematizado, podem ser localizados também por meio de diferentes redes sociais.

Essas novas formas de sociabilidade individualizam nossas vivências de uma forma exacerbada e por isso a proposta de experiência do FTSH-SP pode representar uma contraposição a essa tendência, considerando inclusive os restritos espaços de discussão para as/os profissionais vinculadas/os ao trabalho social na área de habitação.

Nessa conjuntura está posto ao coletivo do Fórum pensar sobre novas estratégias para aglutinação e maior envolvimento das/os profissionais em torno de novas temáticas, pois são amplos e novos os desafios, assim como a constante necessidade de incorporarmos novas/os profissionais, aumentando os diálogos sempre que possível, em especial com os grupos de recém-formados, inclusive por considerar todos os constrangimentos das condições de formação profissional que temos assistido nesta última quadra histórica. São muitas as questões em jogo. Precisamos ampliar nossas articulações, considerando que o FTSH-SP se caracteriza como um sujeito coletivo.

> Então, eu não sou uma profissional que estou muito né assim cotidianamente, uma coisa até que eu quero retomar, enfim. Tem alguns pontos aí que eu quero fazer para 2024, porque eu sei que ele tem uma relevância e uma importância e não só dentro do município, né? Então eu vou falar mais de fora do que de dentro. Eu conheci o Fórum há alguns anos, depois eu mudei de área, saí da política de habitação. Fiquei um tempo fora, o período da pandemia não estava. E quando eu volto eu lembro que eu fui, acho que em dois encontros [...] e depois por muito tempo eu via coisas pelos e-mails, no e-mail também e soube de algumas articulações lá voltadas com Brasília, a carta… então para mim o Fórum tem uma importância muito grande, eu acho que, por exemplo, eu tô dentro da habitação. Eu não acho pouco o número de funcionários, eu não sei de cabeça tá? Mas é um número bacana, de pessoas e esses profissionais... as pessoas não sabem, as pessoas desconhecem. O que eu vejo assim, é uma coisa minha não. Ah, eu me sinto, não é uma obrigação ou que alguém diz que eu tenho que fazer, eu sou uma pessoa, uma característica minha, de partilhar. Então, eu tava numa regional na época e aí todo mundo meio que passava, eu sei que eu encaminhei uns quatro contatos, eu falava assim: “Vocês conhecem o Fórum?” Daí o pessoal: “Do que? [risos]... do trabalho social, falando da Habitação e tal e o pessoal: “Ah existe isso? Você pode pôr meu número?” [...] Então eu acho que ele precisa ser vivido, né, vivido, assim independente, você tá lá todo dia, mas você dar vida a ele, da vida se movimentar junto com ele, diretamente ou não pelo grupo do *WhatsApp*. Então eu vejo que tem muitas articulações acontecendo. Muito desse espaço... e eu não gosto de bolha, eu sei que a gente vive nelas, mas eu não gosto. E eu acredito muito, numa lógica, eu também tenho uma coisa, que eu tento, muitas vezes eu posso não ver, passar batido, tá no mecânico também, mas quando eu percebo eu busco ser diferente. Então assim,

esse compartilhar ele vai além, sabe, tipo, por exemplo, eu cheguei lá [...] e falei do livro, e assim, deu pra conversar muito pouco, porque foi muito corrido esses dias, mas assim no meio do almoço eu falei, porque, se eu for esperar uma reunião, não vai acontecer sabe? Então assim. Ah, eu tô no banheiro, tô escovando o dente, eu sou bem chata: "Ah então gente, vocês souberam daquela atividade?" As pessoas não sabem, então assim, eu estive ali [nome do local do encontro], não é um lugar que eu frequente, eu não sou do espaço acadêmico, mas já estive lá algumas vezes, gostei muito de encontrar pessoas que eu gosto muito. Fiquei muito feliz, mas eu falei: "Gente são as mesmas pessoas", isso me assustou um pouco. Eu falei, e assim, não é que elas não são para existir, não! São ótimos, são grandes profissionais, são pessoas queridas. Mas não pode ter além dessas pessoas mais gente, e mais gente preta? Cadê essa galera? Não tá! Eu olhei a mesa. Eu falei "Ufa, ainda bem que tem a [nome preservado], uma pessoa preta na mesa. Precisa. Precisa ter homem, precisa ter mulher, precisa ter os LGBTQIAP+, precisa os deficientes, porque as pessoas estão vivendo, tão trabalhando e por que que essa galera…, então assim, não se sentem acolhidas, que é o ponto que eu ia falar, será que passa por isso? Eu ainda tenho isso, não sei se é minha subjetividade, preciso trabalhar isso na terapia ainda, mas eu gosto de me sentir acolhida. Eu tenho isso. Eu não sou uma personalidade que ah dane-se, qualquer coisa tô lá... eu fico envergonhada. Mas se alguém me dá um sorriso, eu já acho que eu virei amiga de infância. Também é 8 ou 80, também tem exagero aí [risos], mas eu sou um pouco assim, então lá eu adorei, porque eu falei: "Nossa, será que essas pessoas vão lembrar de mim, vão falar comigo e tal". E eu falei nossa que legal, então ok, mas e tantas outras pessoas, tinham algumas colegas minhas que nunca estiveram lá e eu ia apresentar elas, só que elas foram embora igual um foguete, e eu ainda questionei com a minha amiga, eu falei: "Pô, você foi embora muito rápido, eu queria te apresentar... é o momento... às vezes demora três anos para ter um encontro desses". E eu achava que era um encontro de extrema potência, e eu queria que tivesse rolado mais debates, sabe por quê? Porque é difícil conseguir reunir quem tava ali. São pessoas de grande potência. Então para mim assim, eu gostei do evento por todos esses motivos, mas eu queria mais, eu não sei eu tô exagerando. Porque eu não sei se é carência, no sentido de, nossa veio essa pandemia, veio esse nazista, fascista, louco, então a gente ficou tão assim precisando disso, de pessoas produzindo coisas e tal. E aí você chega no lugar e fala: "Pô, mas essas pessoas estão dentro de pequenos grupos", então a grande massa, eu nem tô falando a sociedade como um todo, tô falando o pessoal da nossa classe, também não acessa! E eu não sei se é falta de interesse, ou se de fato essas oportunidades, esses acolhimentos não chegam, sabe tipo. E aí fica uma coisa muito, num grupo muito fechado, então me bateu esses questionamentos nesse encontro, sabe? [...] já é uma preciosidade, de conseguir reunir essa galera de tanta potência e publicar e fazer, não sei o que... que deve ter sido um perrengue danado. A gente sabe que não tem dinheiro, é trabalho social, ninguém aposta. Enfim, a gente sabe disso. Mas eu não sei se eu tô me fazendo entender, mas pensando no Fórum, é que eu pensei um pouco nessa atividade. Então eu acho que ele tem sim. Ele é fundamental, ele é importantíssimo, mas ele precisa ser mais partilhado, ele precisa ser mais publicizado, ele precisa ser mais democrático nesse sentido eu acho. E aí claro tem gente que vai

> querer e gente que não vai querer, mas muita gente não conhece, assim nunca ouviu falar. E aí, acho que todo mundo que conhece cabe a todos, todo mundo que sabe partilhar isso. Que se cada um fala para mais um, é bastante coisa, né? E se puder fazer mais, melhor ainda, poder falar em rede social... enfim, é um pouco isso (A.S. 5 - Gerenciadora).

Questionamos as profissionais sobre a representatividade do Fórum para suas trajetórias profissionais, inclusive porque algumas resguardavam envolvimento mais orgânico com este espaço, a fim de que também pudessem registrar suas percepções sobre os principais desafios desse coletivo.

> Eu acho muito interessante do Fórum, a possibilidade de ter técnicos de todas as áreas, profissionais da habitação de todas as áreas. Inclusive dos espaços de burocracia, né? Tipo Caixa Econômica e tudo mais. Porque é um espaço, e acho que a gente devia tá fazendo mais isso, a gente não está, mas é um espaço de formação. A gente faz seminário, faz debate. Ok. Mas acho que deveria, sei também que o nosso tempo é tão corrido… nos consome, mas eu acho que deveríamos ter uma coisa igual no movimento, sabe, formação de base mesmo, pro pessoal que trabalha nos espaços públicos, para ouvir, por exemplo, essas perguntas que você fez são fundamentais para você fazer num espaço do Fórum, por exemplo. Porque você vai fazer a gente pensar. Eu mesmo enquanto tava aqui, né? Ao narrar, o sujeito se revela a si mesmo, como diria Martinelli [risos]. Eu fiquei pensando: "Cara, eu preciso ler sobre essa questão aí da legalidade, né, ilegalidade". Quer dizer, quando você tem essa vontade de aprender e quando alguém lança umas provocações, aí você vai atrás, né? E quando você não vai atrás, como é que a gente faz? Então para mim o Fórum ele é um espaço que eu acho importante. Eu fico vendo e ouvindo as coisas que as pessoas trazem, algumas muito legais, outras eu falo: "Meu Deus, né, é isso que eu vivo no meu dia a dia!" Então eu acho que é um ótimo espaço, ainda mais ampliado para nacional[185]… de troca. Principalmente na pandemia. Acho que foi muito importante ter esse espaço de discussão para a gente ver o que todo mundo tava fazendo. Eu achei muito interessante. Acho que a gente devia ter um espaço mais de trazer gente nova pra falar, gente nova que eu digo assim, sei lá, por exemplo, a galera da Cohab, não das antigas, mas que tá lá agora. Pra falar do "Pode Entrar". O que eles pensam do trabalho com o movimento no programa Pode Entrar? Porque o Pode Entrar acho que é só com movimento. Então, o que eles estão pensando sobre isso? Que outros programas municipais eles estão pensando em ter aqui em São Paulo, por exemplo, ou Osasco? Como é que tá essa questão junto com a população? Então eu acho que falta um pouco disso, assim, né? Muitas vezes os temas

[185] Cabe destacar que a profissional se refere à constituição do Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Habitacionais e Urbanas (FNTSPHU), uma estratégia para ampliação das articulações e que teve sua primeira assembleia realizada em agosto de 2023, aprovando seu manifesto de constituição e definindo sua primeira composição para coordenação executiva composta por representantes de todas as regiões do país.

> já vão meio prontos, assim: “Ah, vamos discutir isso!” E aí você acaba não pegando o que que tá tocando as pessoas lá, entendeu? Então eu acho que a gente devia tá trazendo um pouco as angústias mesmo da galera, sabe? E não levar algo já pronto que eu acho que é o que acontece muito no Fórum. E eu falo mesmo. Pode colocar meu nome aí [risos]. Sabe de falar: “Ah, eu não vou trazer o fulano para falar porque o fulano vai falar uma coisa nada a ver com o Fórum”, eu tô dando um exemplo, não que alguém tenha dito isso tá? Mas “Não vou trazer o fulano para falar porque o fulano vai falar uma coisa nada a ver com o Fórum”. Ótimo! É esse fulano que eu quero ouvir falar para que a gente possa discutir com ele, fazer uma formação coletiva. Porque essa é a proposta. Eu mesma fui uma pessoa, muitas vezes, que às vezes as assistentes sociais ficavam chocadas com o que eu falava, porque eu não tinha entendimento político algumas vezes e que bom que as pessoas debateram comigo e me trouxeram elementos, pra eu pensar, porque senão eu continuaria sendo uma assistente social dessas que fala: “Vamos cumprir a burocracia!” entendeu? Então a gente não pode excluir essas pessoas, a gente tem que trazer para perto, para o debate. É isso que eu penso. Eu acho que precisa ter mais isso no Fórum. Precisa trazer exatamente essas pessoas para discussão, porque acho que politizados a gente tem bastante gente assim, né? E acho que a gente tem que trazer essas pessoas que estão um pouquinho mais distantes dessas discussões acadêmicas, trazer pra perto. Acho que é um espaço ótimo para isso (A.S. 2 - Assessoria).

As profissionais destacam suas perspectivas sobre as possibilidades de contribuição do Fórum, em especial nesta conjuntura, quanto ao compromisso desse coletivo com as propostas que se vinculam à formação de base, relembrando a dimensão político-pedagógica que o espaço pode abarcar.

> Eu já tive várias percepções do Fórum, eu já tive: “Ah, esse negócio não vai levar a gente pra lugar nenhum sabe assim, Deus me livre, que só toma o nosso tempo…” mas eu acho que ele é, nesse momento, um dos poucos espaços, eu não digo o único, mas ele é um dos poucos espaços, que tá disposto a discutir o que é essa questão do trabalho social, né? E eu acho que depois de muito tempo agora a gente começa a dar uma cara assim pra ele, sei lá, né? [...] Acho que agora a gente vai ocupando um lugar, que é muito pequeno ainda, mas vai ocupando um lugar que é importante nessa política, de fazer essa discussão, de querer pautar algumas coisas e não ter medo de que alguém diga: “Ah, não tô interessada no que você tá querendo falar, e a gente diz tá bom, não tá interessado, então não esteja né!” Mas se alguém estiver interessado nós queremos conversar, então eu acho que tem uma insistência da gente e tem um amadurecimento. Acho que tem um amadurecimento da gente também em relação a isso, né? O que que nós queremos, nós somos o quê, né? Nós já quisemos fazer formação, nós já nos entendemos como um grupo mais de incidência política, nós já tivemos várias versões, digamos assim, né? Então eu acho que agora a gente chega num certo grau de maturidade, sei lá… de possibilidades, que eu considero que é legal.

> Acho que daí pra frente muitas coisas virão. Acho que essa proximidade com a universidade, com academia, ela é importante, mas eu acho que a proximidade com este grupo de profissionais ou com profissionais que estão lá no “reme reme”, lá fazendo… é fundamental, porque é esse profissional que é solitário. No fundo, no fundo, ele é um solitário, com as suas próprias questões, com as suas angústias, e se alguém não chama ele pra uma reflexão mais ampla, ele vai continuar lá no pequenininho dele, vai continuar agoniado, e cada vez fazendo menos, porque ele não tem perspectiva enfim… Então acho que o fórum ocupa esse lugar de importância, nesse sentido sabe, de que ele pode chamar pessoas pra uma outra discussão e contaminar essas pessoas com algumas outras reflexões. Eu acho que a gente ainda não consegue chegar nesse profissional que não tá no mestrado, não sei aonde, não sei aonde… a gente precisa chegar num cara que é do todo dia, aquele que tá seja no poder público, seja na empresa terceirizada, de onde for. A gente precisa chegar nesse profissional. Então eu penso que um desafio do Fórum é esse, mas eu acho ele importante. Acho que hoje eu consigo enxergar ele mais assim, eu já tive grandes desilusões, nem falei nada para ninguém, mas eu falo: “Ai que chatice esse negócio, não vai para lugar nenhum, né?” Mas é isso, é o processo, é o raio do processo (A.S. 1 - Assessoria).

A profissional vinculada à gerenciadora de trabalho social, ao relembrar sua trajetória de aproximação ao grupo, destaca a diversidade de temas e discussões que já foram objeto dos encontros realizados pelo Fórum, demonstrando a amplitude de oportunidades para que as/os profissionais envolvidas/os partilhem não apenas suas experiências profissionais, entraves ou estratégias metodológicas com bons resultados, advindas dos diferentes espaços socio-ocupacionais, mas sobretudo quanto à possibilidade de refletir sobre a necessidade de uma atuação coletiva e estratégica que seja capaz de produzir consequências políticas relevantes para os constantes desafios enfrentados, além de nutrir um espaço aberto para aglutinação de diferentes parcerias e um campo para denúncias arroladas pelo conjunto das/os trabalhadoras/es.

Reafirma, ainda mais, a necessária organização das/os integrantes para o alcance de novas/os trabalhadoras/es, assim como um forte estímulo para a permanência destas/es profissionais.

> Eu tive conhecimento do Fórum de Trabalho Social em 2017, quando foi oferecido um curso sobre o trabalho social lá no Instituto Pólis, então assim esse curso foi divulgado e acho que se não me falha a memória, acho que 12 profissionais, nós trabalhávamos lá nessa empresa que eu trabalho, ficamos interessadas. Foi um curso pago, a gente até tentou financiamento da empresa que a gente trabalha, mas a gente não conseguiu, então assim cada um teve que pagar o seu

curso, mas assim, foram três meses de curso e eu fui fazer esse curso com a intenção do seguinte, eu queria, tava naquela fase de decidir se eu ia entrar ou não no mestrado, então eu confesso para você que eu não tinha conhecimento do Fórum, não tinha. Eu fui ter conhecimento nesse curso que foi organizado pela Professora Rosângela Paz, Kleyd Taboada, Lourdes[186], Marisa[187], então toda essa turma forte aí do trabalho social que ministraram esse curso, foi um curso muito rico, né? E aconteceu presencialmente lá no Instituto Pólis à noite, às terças-feiras à noite, então foi um momento maravilhoso [...] aí a gente conseguiu dispensa em alguns momentos para ir para essas reuniões. Então assim, eu avalio o Fórum como um importante espaço para discussão das temáticas específicas do trabalho social, é claro que o Fórum já é específico, é até redundante o que eu tô falando, mas eu tô dizendo assim que a riqueza, na diversidade de profissionais que frequentavam aquele espaço, eu tô falando nós tínhamos lá pessoas da Prefeitura de São Paulo, nós tínhamos profissionais que já haviam atuado em gestões anteriores, mas que no momento não estavam desempenhando o trabalho social, mas que tinha toda aquela carga de experiência, nós tínhamos pessoas da Prefeitura de Diadema, nós tínhamos gente de Osasco. Tinha uma outra região ali… metropolitana que agora… Guarulhos... Mas tinha uma outra aqui da região do ABC também, não sei se era Ribeirão Pires, eu não lembro. Mas eu sei que tinha. E tinha uma pessoa que era da Caixa que participava também, trazia as demandas da Caixa e tinha representante do CRESS. Tinha alguém do CRESS que eu lembro das discussões que estava representado. Eu lembro de debates importantíssimos que foram feitos lá sobre despejos forçados, sobre essa questão ética, sobre os desafios de trabalho social, quando teve a mudança da portaria, a migração da portaria 21 para portaria 64. Então é assim, foram debates assim importantíssimos, a gente teve acesso a conhecimento também das discussões do trabalho que estava sendo feito nas ocupações ali na região central. Então a gente tinha um acesso a uma diversidade e uma gama né de temáticas relacionadas ao trabalho social em habitação que não é só aquele trabalho realizado pelo poder público ali das remoções entendeu? Você tinha acesso… e outra coisa, aos desafios que todos enfrentavam, então essa troca sabe das dificuldades que eram enfrentadas ali no cotidiano. Então acho que o Fórum além de ser um espaço para você discutir perspectivas, possibilidades, né de intervenções, também possibilita as trocas de informações, as dificuldades, eu lembro das pessoas darem exemplos de algo que deu certo, em alguns momentos outras intervenções que não deram certo, até metodologicamente, entendeu? Tem os depoimentos daquilo que a gente podia até tá, digamos assim, levando para o nosso dia a dia, né? Diz que o que é bonito se copia né? Não se inventa [risos], então assim eu avalio esse espaço como muito importante, só que aí o que que acontece, veio a pandemia, do que vem uma pandemia então assim com muitas lives, você tinha, então eu confesso para você que depois desse momento de pandemia, eu já comecei a não participar com tanta assiduidade desse espaço, né? Então assim e aí eu percebo uma retomada agora, eu participei de alguns encontros. Mas eu acho que não ainda muito abertos, né?

[186] Maria de Lourdes da Paz Rodrigues.

[187] Marisa A. Almeida Blanco.

> Ainda tá numa discussão mais fechada. Acho que de como vai retomar esse, não sei se tem intenção, não conheço, quais são os próximos passos. Quais são os planejamentos das futuras ações, mas eu espero que esse espaço se fortaleça porque é um espaço muito importante sabe para propiciar essa troca de conhecimento, de experiências, de desafios, novas perspectivas porque acho que a gente precisa avançar nessas discussões, porque o trabalho social ele não pode ficar tão mecanicista, né assim de você ficar naqueles quadradinhos que tem que pensar nessa diversidade, você mesma tá trazendo a riqueza nessa sua pesquisa das dimensões que precisam ser tratadas, né? E que o trabalho social também precisa avançar na discussão dessas dimensões, então eu acho que é um espaço muito importante que deve ser valorizado e fortalecido, entendeu? E ampliado. Ampliado, eu acho que vocês estão nessa perspectiva, mas acho que pensar alternativas de alcance e permanência dos profissionais (A. S. 3 - Gerenciadora).

Por fim, um último depoimento registra que a importância do Fórum também se traduz pelo reconhecimento de que ele representa um espaço para o fortalecimento de uma identidade anticonservadora e anticapitalista, onde buscamos e construímos alianças entre aqueles que estão alinhados a uma perspectiva política mais progressista, possibilitando um fortalecimento para a construção de análises mais críticas sobre a realidade social, construída sob pontos de vista diversos dada a diversidade de profissionais que se dispõe a uma troca em espaço seguro e que, apesar de diversos, sustentam uma base crítica compartilhada e de força coletiva. Neste espaço, construímos alianças e aliadas/os.

> O Fórum é extremamente importante, eu não tenho dúvida nenhuma. Para a gente conseguir olhar, ter um distanciamento para conseguir olhar para essa questão… para conseguir a interlocução na formação, no espaço do trabalho e para pensar, para saber também com quem a gente se alia no trabalho. Tem muito bolsonarista. Assistente social bolsonarista, arquiteto bolsonarista. E o uso para esse jeito de pensar política, que é esse atendimento sempre muito individualizado, né? (A.S. 4 - Prefeitura).

Todos os depoimentos aqui reunidos nos auxiliam a reconhecer e reafirmar a relevante contribuição dos espaços coletivos para aglutinação e organização das/os trabalhadoras/es, ainda que representem um desafio para adesão das/os profissionais frente a tantos contextos que fragilizam suas possibilidades de envolvimento.

O que nos provoca a refletir e considerar que tais dificuldades e constrangimentos se tornam as exatas razões pelas quais a importância de organização das/os trabalhadoras/es ganhe ainda mais centralidade neste período de

tantos avanços das forças conservadoras e de um capitalismo que cada vez mais investe na precarização e intensificação dos processos de trabalho como forma de fragilizar a organização da classe trabalhadora e as potentes respostas que os diversos coletivos são capazes de construir e publicizar, *startando* processos de mobilização social em diferentes níveis e variadas formas de capilaridade.

Estes espaços coletivos tornam-se uma importante chave para que possamos pensar ações de modo estratégico, que não incluem apenas discussões sobre os contextos de trabalho e atuação das/os profissionais envolvidas/os, ainda que seja este um tema privilegiado, mas que possam expressar tensionamentos para o campo da formação profissional, assim como incidir sobre a própria construção da imagem e da identidade da profissão em âmbito nacional.

4.4. Percursos pedagógicos como um "feixe de possíveis"

Tomadas as temáticas até aqui tratadas, resta ainda indicar como tal conteúdo se desdobra de forma oportuna para a construção do que chamaremos aqui de *percursos pedagógicos*[188] *para o trabalho social*.

É oportuno lembrar que esta discussão sobre o conteúdo de metodologias do trabalho social em habitação está presente em uma significativa publicação da Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais (CEDEPE), intitulada *Metodologia de trabalho social em habitação – a experiência do município de Osasco*, SP, 2005-2016.

A publicação destaca que:

[188] Há um expressivo campo teórico na produção de Serviço Social que versa sobre a "dimensão política" da profissão, ou a "dimensão do trabalho socioeducativo", e mesmo sobre o campo "político-pedagógico" profissional. Para menção de algumas produções realizadas no interior do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-SP que se aproximam das temáticas, poderíamos destacar a dissertação de ROSSATTO, Tuane. *A dimensão política do Serviço Social – um estudo do trabalho profissional com a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). São Paulo, 2018; e as teses de SANTOS, Cleonice Dias. *Qual a contribuição do trabalho do assistente social para a sociabilidade coletiva? Movimentos de moradia e o projeto de habitação social Alexios Jafet na cidade de São Paulo*. Tese de doutorado em Serviço Social, 2020 e PAIXÃO, Marcia Calhes. *O trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente: uma reflexão sobre suas consequências políticas*. Tese (Doutorado em Serviço Social), 2020. No entanto, nos exercícios de levantamento bibliográfico e de referencial teórico realizados até o primeiro trimestre de 2024, não identificamos entre a produção de teses e dissertações em âmbito nacional, por meio das bases de dados da BDTD ou mesmo Portal Capes, a existência de produções que versassem sobre a associação das expressões "'Serviço Social' AND 'percursos pedagógicos'", o que nos instigou a persistir nos exercícios reflexivos que sintetizamos como resultado final de produção desta tese.

> [...] metodologias de intervenção não existem isoladamente. São construções que expressam concepções teóricas e metodológicas (fundamentos, princípios, diretrizes e direção política) e se materializam em tempos, estratégias e ações específicas (Arregui *et al.*, 2017, p. 77).

As autoras neste valioso exercício já referenciavam a ideia de “percursos”, a fim de nomear um conjunto de estratégias dinâmicas realizadas como parte dos processos de trabalho social:

> [...] adotaremos a terminologia de **percursos metodológicos para afirmar a temporalidade, o caminho, o movimento dinâmico do real,** que apesar de ser planejado, é passível de mudanças e adequações de acordo com as situações e complexidade das intervenções (Arregui *et al.*, 2017, p. 77, grifo nosso).

A palavra percurso pode ser compreendida a partir de diversos significados. Pode conter a ideia do ato ou efeito de percorrer uma determinada distância ou a ação de mover-se de um ponto a outro, seja a pé, de carro, de bicicleta ou qualquer outro meio de transporte. Pode indicar uma rota que se deve seguir para chegar a um determinado destino, um caminho físico, como uma rua ou estrada, ou ainda um caminho metafórico, como o exemplo de uma trajetória de carreira profissional.

Também de modo figurado, pode se referir à trajetória de vida de uma pessoa, abrangendo experiências, aprendizados e conquistas que as/os sujeitas/os acumulam ao longo de sua existência.

Assim, considerando o caráter versátil que a palavra percurso assume, e por sugerir uma noção de movimento, continuidade e progressão temporal utilizada em diversos contextos, é que a escolhemos para representar uma proposta de caminho metodológico para as ações de trabalho social.

Mas não dissociada da expressão “pedagógicos”, a fim de não desvincular a necessidade de que os percursos contenham intencionalidade em seu desenvolvimento, possibilitando que as intervenções profissionais não se apresentem esvaziadas de sua dimensão político-pedagógica.

A proposta de que as/os profissionais do trabalho social possam se apropriar desta noção[189] e passem a conceber sua inserção profissional com vistas a alargar

[189] Ressaltamos aqui nossa escolha de abordar a ideia de “percursos pedagógicos” enquanto uma “noção”, por compreendermos que as construções teóricas apresentadas a seguir se caracterizam não como uma proposta de conceito ou uma nova categoria analítica, já que nossas aproximações teóricas são preliminares ao tema e discutidas ainda de modo superficial nesta tese, mas como ponto de partida

sua autonomia relativa em construções de organização coletiva, produzindo enfrentamentos institucionais cotidianos, serviria para expandir possibilidades de promover maiores e importantes sendas, pondo em xeque a ampliação de requisições profissionais que contrariam os princípios do projeto ético-político profissional, hoje tão profundamente desafiado pelas expressões conservadoras e reacionárias presentes na cena social.

Essa medida ampliaria o debate sobre a dimensão técnico-operativa da profissão, que carece, há tempos, de espaços ampliados para abordagem de aspectos metodológicos para o trabalho social em suas diferentes particularidades frente a diversas políticas setoriais, propondo-se ao enfrentamento das tendências de reprodução de instrumentais prescritivos e modelagens padronizadas ofertados às/aos profissionais em sua atuação cotidiana.

Essa proposta de percursos pedagógicos nos parece uma importante estratégia de oposição à tendência contemporânea de incorporar as profissões a uma lógica produtivista em que a era da informação tem invadido todos os espaços profissionais, disposta a se sobrepor (ou mesmo superar) as ações relacionais com as/os sujeitas/os nos territórios.

Para esta construção precisaríamos partir da categoria tempo-espaço e da incorporação das dimensões da realidade social, que poderiam ser didaticamente apreendidas se admitida a existência de diferentes camadas responsáveis pela construção das intersubjetividades presentes no cotidiano e construídas pelo universo dialético da experiência humana.

A apreensão da dimensão das diferentes camadas intersubjetivas nos levaria a indicar que, ainda que as/os sujeitas/os humanas/os sejam seres racionais, com capacidades teleológicas de projeção/planejamento, são as ligações relacionais que estabelecem em meio às relações sociais as responsáveis por estabelecer os reflexos que desencadeiam um conjunto de sensações, sentimentos, impressões, comoções, abalos, perturbações, choques e impactos emocionais, com amplas consequências objetivas, subjetivas e intersubjetivas.

As ligações relacionais do ser humano passam a impactar sua esfera emocional e consequentemente o amplo conjunto de decisões e ações concretas decorrentes dessa triangulação. Todo esse conjunto relacional resulta na produção e

---

para o aprofundamento de um conjunto complementar de outras categorias de análise que possam melhor amparar as ideias aqui elencadas e sejam base para novos estudos e pesquisas futuras.

consolidação de diferentes representações para dinâmica de vida das/os sujeitas/os, impactando seus meios e modos de vida[190].

Assim, cada escolha intencional carrega consigo uma questão e um envolvimento emocional, tornando a dimensão relacional um fator determinante para o desenvolvimento do plano mental das/os sujeitas/os, substituindo facilmente alicerces teleológicos fundados em valores correspondentes a projetos societários cujos princípios solidários e de maior ampliação de acessos e distribuição das riquezas socialmente produzidas se tornavam antes horizonte[191].

Aqui o tempo-espaço toma forma como uma categoria analítica de ligação e inter-relação essencial aos processos sociais imbricados na realidade social, funcionando exatamente como um par-dialético, capaz de contribuir para ampliar as percepções das/os assistentes sociais sobre o espaço vivo, transformado e representado pelas análises e leituras sociais que realizamos como subsídios para nossa intervenção profissional.

4.4.1. Percursos pedagógicos como parte dos processos de trabalho social

Partindo da ideia de que o trabalho social em habitação é parte e expressão componente da política e dos processos que se desenharam historicamente nos territórios, com base na intervenção do trabalho das/os assistentes sociais neste campo, entendemos que se as intervenções territoriais podem ser compreendidas enquanto um conjunto de diferentes processos de trabalho entre as diversas equipes envolvidas, os processos por si mesmos seriam assim delineados pelos diferentes percursos definidos por cada profissional envolvida/o durante o desenvolvimento de suas atividades.

Percursos aqui caracterizados em sua dimensão temporal e espacial, em que as ações do trabalho profissional se constroem e refletem em movimento constante

[190] Não à toa temos atualmente percebido o quanto o uso exacerbado da internet e/ou das redes sociais ou aplicativos nos retira dos espaços de interação presencial ou convívio em contextos que beiram o isolamento, ainda que não seja uma recomendação em virtude de algum contexto pandêmico, como se viu pela experiência da Covid-19, mas torna-se uma escolha intencional das/dos sujeitas/os de se retirarem dos espaços de convívio/ relação/ experiência em sociedade.

[191] Consideramos que este aspecto explicaria a ocorrência dos casos de cooptação de figuras e lideranças políticas importantes de movimentos e coletivos organizados.

de retroalimentação e aderem a uma característica de “recheio” dos processos de trabalho pertinentes às intervenções realizadas.

Portanto, podemos compreender uma importante distinção entre as dimensões de percurso e processo, aqui destacadas pela compreensão de que assumir a dimensão dos percursos como parte integrante dos processos de trabalho preserva a definição sobre o micro universo de decisões e ações profissionais dimensionadas com intencionalidades no tempo-espaço a partir da relativa autonomia das/dos profissionais envolvidas/os, sobretudo considerando seu desenvolvimento a partir da dimensão relacional estabelecida pelas/os trabalhadoras/os junto aos territórios e à população, bem como a partir da realidade viva reconhecida, e não apenas projetada, como é comum para o contexto de planejamento das ações de trabalho social desenvolvidas sob moldes neoliberais.

Os processos garantem a temporalidade dos planos de atuação, os tempos de começo, meio e encerramento da proposta de intervenção profissional (ou, para a especificidade do trabalho social em habitação, os trabalhos de pré-obra, durante e pós-ocupação dos conjuntos habitacionais) e podem ser compreendidos pelo passo a passo estabelecido pelas/os profissionais no desenvolvimento de suas atividades, abarcando, inclusive, seus instrumentais, orientações técnicas diversas, dispositivos incrementados por normativas e um conjunto amplo de ferramentas que poderão instrumentalizar o desenvolvimento das ações que responderão à necessária mensuração do trabalho social desenvolvido.

No entanto, nossa sugestão é que a ideia de percurso venha a ser compreendida como a rota estabelecida ao longo dos processos de trabalho, a trilha determinada com os detalhes que compõem o desenvolvimento de cada ciclo definido para a execução do projeto, ainda que para isso precise, inclusive, secundarizar sua intencionalidade quanto aos objetivos da intervenção territorial, primando pelo desenvolvimento das ações no território de forma alinhada às reais necessidades da população envolvida e, nesse caso, a probabilidade de apresentar uma gama especial de resultados intangíveis para o modelo de mensuração padronizada ao qual o trabalho social está submetido.

Os objetivos finais de um projeto são determinados pela combinação de diferentes processos, que por sua vez são definidos pela escolha minuciosa de um conjunto de profissionais sobre os caminhos e uma trajetória de possibilidades que

dançam em diferentes sincronias, distribuídas em diferentes temporalidades e em territórios sob múltiplas tensões.

4.4.2. Distinções entre a noção de percursos e processos

Exemplificaremos sucintamente este aspecto, sugerindo a diferenciação apenas a título de exposição teórica de nosso entendimento da compreensão e possíveis distinções entre a ideia de processos e de percursos quando analisadas algumas particularidades. Para tal apresentação, recorremos a um exemplo material concreto a fim de melhor elucidar a proposta aqui apresentada.

Se tomássemos a construção de um carro como resultado de um projeto, poderíamos compreender que sua construção é permeada por diferentes processos de trabalho que envolvem tanto a esfera de planejamento do *design* definido para sua fabricação, ou mesmo a aquisição ou produção de peças específicas que são parte do projeto definido; apresentam componentes e materiais diversos, dependem da operação de maquinário, contam com a contratação de mão de obra, hoje para postos de trabalho mais especializados na produção, operados, inclusive, por meio de automação/ robotização.

São as esteiras de produção as responsáveis por ofertar um conjunto de recursos[192] dos quais o veículo em produção poderá se valer. O recurso da pintura, por exemplo, se refere apenas a uma etapa dos processos que constituem o veículo projetado. Portanto, nesse exemplo, o veículo torna-se a expressão maior de um projeto, com diferentes processos de produção que o constituem, assim como os diferentes recursos que permitem a finalização do produto conforme a projeção das/os envolvidas/os.

No entanto, nesse exemplo, o carro somente se materializa dado o *start* nas esteiras de produção, que se objetivam com a definição dos caminhos e tempos necessários para cada etapa a ser desenvolvida no processo de produção do veículo. Aqui, o transitar nas esteiras, corresponde, necessariamente, ao tempo determinado que a carenagem do veículo precisa ocupar em cada etapa do processo e ao reconhecimento de que o projeto precisa estar em contato direto com os procedimentos que se destinam a sua formação, além de definir o ordenamento

[192] Esteiras de montagem, frisadeiras, pintura, entre outras ferramentas.

sequencial mais adequado ao resultado que se espera, já que nesse exemplo um veículo jamais poderia percorrer uma esteira de pintura antes de ter concluído as etapas de aplicação de todas as peças necessárias à estruturação de sua carroceria.

Assim, a definição sobre os percursos nos processos de trabalho envolve as escolhas sobre a relação da/o profissional com a quantidade de tempo despendida para cada ação desenvolvida, bem como sobre o local de realização de sua atividade profissional, incluindo os encontros possíveis deste caminho, considerando as relações interpessoais estabelecidas em um determinado tempo-espaço e todo o conjunto de intencionalidades previstas para a realização dos projetos que se coloquem com criticidade frente à realidade social vivenciada, sobretudo capturando as armadilhas de caráter conservador e burocratizado tão amplamente difundidas na primeira quadra do século XXI.

Nesta trilha, a proposta de que as/os profissionais construam percursos pedagógicos em seu trabalho cotidiano não contraria a premissa de compreensão do trabalho social como um conjunto de processos capazes de se delinear nos territórios a partir das intervenções territoriais, nem tampouco uma sugestão de que nossas formulações sejam deslocadas para o campo de uma área temática curricular, como se poderia supor caso a qualificação de "pedagógicos" fosse aqui construída como alusão a uma disciplina ou campo temático de estudos (como a pedagogia, por exemplo). Mas, ao contrário, se apresenta como uma sugestão de recurso metodológico a fim de que as/os profissionais possam compreender que a intencionalidade política do trabalho social se constrói a partir de um conjunto de escolhas minuciosas e ao mesmo tempo robustas no que se refere a nossa capacidade de extrair do ordinário elementos suficientes que possam se transformar em denúncias e na construção de correlações de forças cotidianas, capazes de auxiliar processos de organização social e fomentar as lutas populares mobilizando ações mais dinâmicas de resistência e ampliação das conquistas sociais.

4.4.3. Reflexões sobre as estratégias de materialização da dimensão político-pedagógica do Serviço Social

Como vimos, o cotidiano profissional tem sofrido a retirada cada vez mais intensa das relações sociais de seu núcleo de atuação, por vezes reduzindo e ao mesmo tempo retirando as/os profissionais dos territórios e enquadrando-as/os nos

espaços administrativos da burocracia estatal. Uma medida que corrobora a redução da potencialidade de atuação direta junto à população e sua relativa autonomia de construir a partir da concepção de contradição e movimento dialético da realidade social uma troca de saberes contínua entre profissionais e a população comum nos territórios brasileiros.

Nessa direção, Santana reforça:

> Esvazia a potencialidade da profissão, porque se não fica sempre naquela: “Há, mas o profissional de Serviço Social só faz reproduzir a ordem, porque a política lá é mínima, porque a política é uma política da ordem, de disciplinamento de pobres”. E eu digo: Ué, mas e a contradição? Todos os processos são contraditórios. Tudo está nessa movimentação, porque não podemos apostar nisso?” Então eu acho que o Serviço Social, eu costumo dizer assim, vou escrever um artigo: “falta dialética no Serviço Social”, [...] porque é como se fosse assim, uma visão unilateral, porque o pensamento dialético vai dizer, é graduação e pós, é dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, não é “ou” (Entrevista exploratória, Santana, out. 2021).

Assim defendemos que a compreensão da ideia de percursos deve aqui ser tomada pela simbologia com os vínculos de presença relacional e quantidade de tempo suficientes que o trabalho social possa construir no cotidiano; sobre os caminhos que precisam ser definidos após um movimento simultâneo de reflexão e contato direto com a realidade na qual deve intervir. Trilhas percorridas com pés descalços, capazes de perceber o chão da realidade social, e com tempo necessário para a construção de resultados que movimentem o jogo de correlação de forças na sociedade, colocando em xeque o mundo de representações constituídas socialmente e solidificadas pelo projeto capitalista.

Defendemos, ainda, que esta seja a premissa a fim de definir o conjunto de recursos financeiros necessários à sua realização, respondendo às demandas apresentadas e que, por serem caracterizadas por ampla diversidade, os recursos possam também ser alocados a partir de diferentes desenhos e variadas estratégias.

A noção de percursos pedagógicos aqui apresentada se configura como o reconhecimento de que neles estão contidas infinitas potencialidades na construção cotidiana das relações sociais, a partir do uso e presença intencional das/os profissionais na realização do trabalho socioeducativo realizado pelo Serviço Social.

Cabaluz e Pizarro (2011, p. 42 *apud* Silva, 2024, p. 87) reforçam essa visão ao afirmar que "*toda relación social es también una relación pedagógica, o dicho de otra forma, la relación pedagógica es inherente a la sociedad, es una relación permanente e ineludible*"[193]. Por isso, não ocorre apenas na relação com a educação, trata-se de uma relação que permeia os diversos campos da reprodução social.

Nesta tese não há intenção de aprofundar ou problematizar os conceitos da dimensão do trabalho socioeducativo ou da dimensão político[194]-pedagógica do Serviço Social[195], mas apenas demarcar alguns aspectos que consideramos oportunos e influem diretamente na importância da dimensão tempo-espaço para o desenvolvimento do trabalho social.

Cabe destacar, como nos inspira Silva (2024), que a adoção da expressão "pedagógicos", para as possibilidades de contexto que elucidamos nesta tese, não quer sugerir uma mera instrumentalidade ou tecnicismo dos processos educativos e sociais, ao que Zuluaga (*et al*., 1988, p. 6 *apud* Silva, 2024, p. 87) nomeia como "*instrumentación*" ou reducionismo passivo da pedagogia.

Silva (2024) destaca, quanto ao caráter pedagógico, concordância com a compreensão de Paulo Freire (1990) sobre a pedagogia, considerando o quanto se alinha ao político-pedagógico para a profissão do Serviço Social. Freire (1990) afirma:

> [...] *la pedagogía que defendemos, concebida en un área significativa del tercer mundo, es en sí misma pedagogía utópica. Por esta misma razón está llena de esperanza, pues ser utópico no es ser sólo idealista o poco práctico, sino más bien acometer la denuncia y la anunciación. Nuestra pedagogia no puede prescindir de una concepción del hombre y del mundo. Formula una concepción científica humanista que encuentra su expresión en una práxis dialógica, en la que educadores*

[193] Tradução nossa: toda relação social é também uma relação pedagógica, ou seja, a relação pedagógica é inerente à sociedade, é uma relação permanente e inelutável.

[194] Nesse ponto, as mesmas considerações destacadas por Silva (2024) são válidas quanto ao entendimento sobre o âmbito do "político". Neste caso não estamos nos referindo ao conceito restrito à política partidária, limitado à concepção do Estado, cujos representantes oficiais governam mediante o procedimento democrático de eleições nas quais governados indicam seus governantes após disputas partidárias, ainda que ela também guarde aspectos fundamentais que devemos analisar. Ou mesmo da chamada pequena política das pequenas intrigas (Gramsci, 2011). O "político" é, para nós, no sentido gramsciano, "um elemento ineliminável de toda práxis humana" (Coutinho, 1992, p. 55), um momento em que subjetividade e objetividade se articulam, liberdade e determinismo se combinam, é uma catarse (Silva, 2024, p. 76).

[195] Temática amplamente discutida pela tese de SILVA, W. A. PARA ALÉM DO "EVA VIU A UVA": a colher e o semear sobre o caráter político-pedagógico e o trabalho socioeducativo de assistentes sociais. São Paulo, 2024.

> *y educandos en conjunto, a través del análisis de una realidade deshumanizadora, la denuncian al tempo que anuncian su transformacion en nombre de la liberacion del hombre*[196] (Freire, 1990, p. 77-78 *apud* Silva, 2024, p. 93).

Tais aspectos nos levam a apostar na ideia de uma potente aprendizagem vivencial que incorpore elementos próprios de uma direção social com a intencionalidade de superar as expressões de dominação e exploração de uma classe sobre a outra, integrando a dimensão das experiências cotidianas apreendidas e desenvolvidas no campo das relações sociais[197].

No entanto, devemos alertar que a dimensão político-pedagógica e o trabalho socioeducativo não estão isentos de aspectos contraditórios, pois estão permeados por sua relação com uma realidade repleta de aspectos alienantes. Nesse caso, concordamos com Silva (2024) ao apontar:

> O socioeducativo está ligado, em parte, à capacidade de tornar concreto nosso projeto ético-político, pois traduz o potencial para o trabalho criador, que, juntamente com a arte, a ciência e a moral (Heller, 2001; Netto; Carvalho, 2012), tem a capacidade de proporcionar momentos de suspensão do cotidiano. O simples fato de se materializar no cotidiano da realidade social no seio da sociedade capitalista é suficiente para compreender que também é permeado pela alienação e não está livre dos processos de reprodução, sendo deles oriundo, quer como recurso de reprodução, quer como força de resistência (Silva, 2024, p. 105).

Assim, a noção de percursos pedagógicos se apoia na ideia de que os tempos e ações concretas das/os profissionais ao longo dos projetos de intervenção tenham resguardadas escolhas estratégicas que ampliem a dimensão político-pedagógica da profissão, em sua direção sociopolítica na realização do trabalho socioeducativo, em detrimento das ações burocratizadas atribuídas às/aos profissionais pela lógica neoliberal e o estágio gerencialista que atingiu a dinâmica das políticas públicas e

---

[196] Tradução nossa: "[...] a pedagogia que defendemos, concebida numa zona significativa do terceiro mundo, é em si mesma uma pedagogia utópica. Por isso mesmo, ela é cheia de esperança, porque ser utópico não é apenas ser idealista ou impraticável, mas sim empreender a denúncia e a anulação. A nossa pedagogia não pode prescindir de uma concepção de homem e de mundo. Ela formula uma concepção científica humanista que encontra a sua expressão numa práxis dialógica, na qual educadores e educandos juntos, através da análise de uma realidade desumanizante, a denunciam e ao mesmo tempo anunciam a sua transformação em nome da libertação humana".

[197] Cabe destacar, como sinaliza Silva (2024, p. 106), que a realização do trabalho socioeducativo não é ação messiânica, mas certamente é indispensável para o horizonte revolucionário.

sociais no Brasil. Esse estágio tem revelado, sobretudo, o abandono da política pública e de sua incidência sobre os lugares, com resultados cada vez mais distantes da população, em que o atendimento às/aos sujeitas/os chega de forma demasiadamente burocratizada ou o próprio atendimento é visto (concebido) pela política pública como a suficiente criação de uma estrutura burocratizada (ritos de agendamentos, enquadramentos, inserção de dados, disponibilidade de recursos e uma infinidade de aparatos estatísticos e de nivelamento da população).

Esse, portanto, seria um recurso metodológico para que as/os profissionais enfrentem os cercamentos/ aprisionamentos atribuídos pelas demandas institucionais próprias dos desenhos das intervenções territoriais, a fim de abrir espaço às necessidades das/os sujeitas/os nos diferentes territórios, qualificando a intervenção profissional a partir dos interesses da população e não dos objetivos institucionais e mercadológicos tão característicos das intervenções estatais ou de caráter social que deveriam atender aos interesses públicos e populares.

Em meio aos processos de trabalho social as escolhas metodológicas devem privilegiar percursos pedagógicos construídos **junto e a partir** das necessidades da população, escolhas que envolvem a construção de enfrentamentos cotidianos de:

- **melhores e mais oportunas estratégias de abordagem no desenvolvimento do projeto** (com monitoramento e avaliação permanentes e repactuação de ações sempre que necessário, sem a exigência de questionamentos ou prévia autorização de órgãos externos, especialmente dos agentes financeiros responsáveis pela liberação de recursos financeiros ao trabalho social);
- **tempos de cada ação** (extensões/ encurtamentos/ inversões), compreendendo o tempo em seu caráter ontológico, que extrapola a ideia de encará-lo como uma unidade de medida, mas um atributo humano social em associação ao território (tido aqui não apenas como um elemento, mas uma importante e necessária mediação política) que permitirá à/ao trabalhadora/or social um contato com a realidade viva e dinâmica que possibilita (re)projetar suas ações cotidianas de modo estratégico, principalmente para atuar em prol das demandas populares a partir de sua relativa autonomia profissional;
- **lugares definidos para cada momento com as/os sujeitas/os**, privilegiando aqueles que mais proporcionem melhor compreensão dos objetivos estabelecidos no plano de trabalho e maior visibilidade dos

tensionamentos em jogo. Muitas vezes a oportunidade de vivenciar experiências em espaços contraditórios ou que privilegiem os interesses de mercado e do capital, são os melhores e mais capazes para dar visibilidade à luta de classes e às disputas cotidianas que se sucedem nas cidades/ territórios. Decifrar esses espaços em conjunto com a população se configura como um importante fortalecimento político estratégico às/aos sujeitas/os e coletivos organizados;

- **ferramentas de trabalho acionadas taticamente** e que demandam recursos financeiros ou parcerias muito bem delineadas/ disputadas dentro do próprio Estado, informações que devem ser partilhadas com a população nos territórios, a fim de que, se não garantidas, sejam também objeto de reivindicação popular e sinônimo de conquistas para os territórios;
- **as/os parceiras/os** (priorizados, quando possível, os tidos como mais subversivos, insubordinados, insurgentes ou rebeldes, ou ainda os chamados "marginalizados" nos territórios). O Serviço Social pode contribuir sobremaneira para ampliar acesso a informações não bem compreendidas ou rechaçadas ideologicamente por serem objeto de preconceitos e de profundo desconhecimento de trajetórias não lineares ou mais padronizadas de acordo com parâmetros da sociedade capitalista;
- **instituições envolvidas**, com o objetivo de proporcionar absorção de conhecimentos estratégicos à população e/ou provocar que o próprio povo se movimente em direção às reivindicações necessárias às suas demandas, exercitando-se na tarefa da participação e pleito, construção e negociação de interesses coletivos na máquina pública ou instituições similares;
- **protagonistas em diálogo**, destacando a importância da diversidade de perfis em relação e uma composição de diferentes habilidades e disposição entre as famílias e sujeitas/os que integram os projetos de intervenção, a construção de redes de apoio e solidariedade são aprendizados coletivos que adquirimos a partir de experiências e exercícios concretos em meio às relações sociais;
- **denúncias construídas**, o exercício de identificação das estratégias fraudulentas, corruptas, levianas, entre outras caracterizações devem ser objeto do trabalho social, já que medidas nesta direção corroboram para a

validação das estratégias de construção coletiva de critérios e transparência nos serviços e quanto aos recursos públicos;

- **reuniões, assembleias e/ou grupos temáticos para além dos atendimentos individuais** para que os espaços coletivos permaneçam ou sejam ainda melhor absorvidos como espaços de convivência necessários. Os espaços coletivos proporcionam aprendizados sobre os princípios democráticos populares. A construção do coletivo para o trabalho social (em especial no trabalho em habitação) é chave;
- **estratégias de comunicação e processos de formação e letramento digital sobre as mídias sociais**, suas potencialidades e armadilhas. Se as redes têm sido amplamente usadas como espaço aberto para a socialização de fake news, por que não poderíamos ampliar projetos digitais que fortaleçam a luta popular, ampliem conquistas ou se configurem como novos canais de estratégias de denúncia em favor da população e das/os envolvidas/os nos projetos de intervenção?;
- **discussão sobre a gestão condominial com o objetivo principal de manutenção das famílias mais pobres na moradia conquistada**: gestão condominial não precisa ser apenas sinônimo de contratação de serviços/ formações/ oficinas limitadas sobre as burocracias que institucionalizam a implantação de condomínios residenciais ou um conjunto apostilado de normas e regras de convivência apresentadas de modo padronizado. Mas desenvolver um novo modo de morar pressupõe um acúmulo de novas experiências e vivências nesse novo tempo-espaço, em que as novas relações sociais estabelecidas se encarregam de apresentar as principais problemáticas e necessidades do povo e o trabalho social deve se ocupar em auxiliar as/os moradoras/es a preservar as condições de permanência na moradia conquistada;
- **articulações intersetoriais como responsabilidade estatal**: o trabalho social apresenta e/ou aciona, e o Estado garante;
- **valorização das capacidades e habilidades individuais para associação às demandas coletivas**;

- **fomento dos processos de capacitação alinhados à incorporação das/os trabalhadoras/es a espaços de trabalho e aumento de renda**, em que a educação seja de qualidade e o trabalho decente;
- **combate à fome e erradicação da pobreza** como premissa dos projetos e políticas públicas nos territórios de modo transversal aos demais objetivos das intervenções territoriais;
- **mobilização social compreendida em sua dimensão ampliada** em torno de projetos/ ações e estruturas que denunciem e se contraponham aos projetos/ estratégias que mantenham ou ampliem as desigualdades sociais;
- **formação contínua e transversal sobre as questões de gênero, letramento racial, pertencimento étnico e diversidade sexual**, com ações sistemáticas para sensibilização e enfrentamento ao racismo, machismo, homofobia e estratégias de luta anticapitalista que privilegiem as formas de resistência nos territórios, que seguem construindo sua história de luta por acesso, respeito à diversidade, combate às violências múltiplas e necessidade de sobrevivência.

Portanto, a direção sociopolítica não se realiza na simples oferta de um conjunto de atividades temáticas planejadas, mas por meio delas, com a inclusão de um exercício conjunto entre profissionais e sujeitas/os nos territórios capaz de desvendar os mecanismos de manutenção e/ou ampliação das desigualdades, bem como a construção de ferramentas que a luta e a organização social podem acionar, reconhecendo correlações de força nos territórios além da identificação dos serviços públicos que garanta uma leitura das responsabilidades do Estado e estratégias que ampliem melhorias e efetivação de acessos, atendimentos e uma condição social com maiores níveis de segurança para a população, assim como um conjunto de trocas e conhecimentos construídos a partir de cada realidade abarcada pelas intervenções territoriais em que o trabalho social é envolvido.

Estamos, assim, atribuindo a percursos pedagógicos uma noção ligada a articulação de um conjunto de metodologias de finalidade político-pedagógicas que não supram apenas respostas técnicas a resultados mensuráveis do trabalho profissional, mas que reflitam e sejam coerentes com a direção sociopolítica que a profissão pode agregar aos projetos de intervenção territorial. Percursos pedagógicos como um conjunto de escolhas intencionalmente construídas (realizadas ao longo do trabalho profissional) que vislumbre além das conquistas imediatas, um acúmulo de

experiências e relações ordinárias capazes de movimentar e construir novas perspectivas de sociabilidades anticapitalistas.

O encontro entre profissionais e sujeitas/os nos diferentes territórios, sob variadas justificativas e ações previstas pelos projetos de trabalho social, quando permeadas por intencionalidade política contém um potencial intangível de resultados próprios de uma formação necessária sobre os mecanismos capitalistas que buscam manter, ampliar e aprofundar as condições de pobreza e miséria no Brasil, condições particulares ao favorecimento das esferas mercadológicas e capitalistas resultantes dos projetos e programas de que o Estado brasileiro é proponente.

Finalizamos, portanto, afirmando que essa proposta não deve ser aqui entendida como sugestão para a definição de uma fórmula padronizada para a atuação profissional, mas como uma construção possível ou, como sugere Lefebvre, como um “feixe de possíveis”, a partir das potentes possibilidades existentes no real e percebidas pelo contato direto das/os profissionais com as/os sujeitas/os nos diferentes territórios. A vida é arte do encontro.

SÍNTESES E CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS A PARTIR DO EXERCÍCIO DE PESQUISA

Começo, meio e ... recomeço.

> Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas.
>
> Gloria Anzaldúa

> Cada um lê com os olhos que tem.
> E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto.
>
> Leonardo Boff

Iniciar a escrita deste trecho final da tese é simultaneamente experimentar o alívio em ver nas páginas que ficam para trás o nascimento daquilo que por muito tempo foi para nós apenas névoa amedrontadora de incertezas sobre as chances de chegar até aqui, assim como a certeza de que ainda há muito por dizer.

O desejo que nos motivou neste trajeto foi, sem dúvida, a certeza de que haveria chaves importantes a serem encontradas nesse longo caminho. Hoje creio ter aberto algumas portas.

A escuta das participantes da pesquisa, as leituras que nos acompanharam, as trocas entre nossos pares e com tantas/os outras/os trabalhadoras/es e pesquisadoras/es e a composição dos capítulos apresentados nesta tese nos possibilitaram um amadurecimento das reflexões quanto à forma como os eventos críticos – por exemplo, no contexto dos eventos políticos ocorridos a partir de 2016 no Brasil, assim como a ocorrência de uma pandemia e todos os impactos dela decorrentes – se amparam no cotidiano da vida social, em essencial dimensionamento do que espelham no âmbito das relações sociais. Também sobre como a pobreza e a miséria tem uma dimensão territorial e que parte do trabalho da/o assistente social é desvelar essa realidade.

Mesmo aparentando ser um processo solitário, esses “tempos de fazer tese”[198] foram absurdamente coletivos, justamente porque essa realidade foi sustentada por

[198] Termo que tomei por empréstimo e inspiração da Profa. Dra. Márcia Carles Paixão, uma grande amiga e uma das minhas grandes referências como profissional e docente, de quem tive o prazer de receber acompanhamento ao longo de toda minha trajetória de formação profissional, desde o primeiro ano da graduação em Serviço Social na PUC-SP. Aqui todo meu reconhecimento de sua contribuição

muitas contribuições (as de mais perto e as mais distantes), além de nos permitir um movimento profícuo de diálogo com fortalecimentos em diversos níveis. Ainda que os resultados não sejam visíveis no presente, percebemos por um olhar atento uma contribuição nascida sob diferentes camadas. Há um semear, seguido agora pelo "trabalho do tempo".

Nossas hipóteses se desenharam considerando nossa experiência de percepção do cotidiano profissional, que nos parecia excessivamente centrada, por parte significativa das/os profissionais, em uma leitura amplamente linear e planificada da realidade.

Por isso nossos estudos beberam da etnografia para fazer alterar (de propósito) nossos sentidos e afastar nossas perspectivas demasiadamente sóbrias sobre a realidade social.

O mergulho que fizemos na antropologia social nos parece bastante oportuno para compreender que há ainda um mundo inteiro a ser conhecido quanto às experiências de luta por (r)existência, para além daqueles que conhecemos sobre as realidades institucionais de caráter colonialista.

Algumas perguntas problematizadoras que norteavam nossos questionamentos no decorrer da elaboração do projeto de pesquisa se direcionavam à maior e melhor compreensão de como as/os profissionais percebem os territórios e reconhecem as dinâmicas estabelecidas pelas vivências das/os sujeitas/os, seus meios e modos de vida, assim como o olhar da política em relação às formas de ocupação, resistência e experiências nos territórios.

E percebemos na pele, como bem destacou Paulo Freire, que a coisa mais difícil em uma relação de pesquisa é, de fato, fazer a pergunta.

A pesquisa nos permite afirmar que em muitas situações o olhar da/o profissional não está fragmentado no contexto de necessidades das/os sujeitas/os nos territórios – inclusive quanto mais nos aproximamos desses territórios em presença mais é possível que isso seja observado. Mas os instrumentos das políticas sim, estes têm recortes específicos e uma forma fragmentada de reconhecer a vida da população construída nos territórios vivos.

Consideramos que houve, neste início de século XXI, um movimento geral de transformação dos processos de trabalho das/os assistentes sociais e que não se

---

para que esta tese pudesse nascer. Talvez nem ela mesma saiba o quanto me proporcionou de incentivo e coragem para que eu pudesse tecer minhas considerações provisórias nesta tese.

restringiu ao campo de concepção da profissão, mas teve incidências no campo da operacionalização e gestão das políticas sociais operadas pelas/os profissionais, o que justificaria a importância de nos mantermos unidas/os e fortalecidas/os enquanto categoria profissional e amplamente associadas/os aos movimentos organizados, a fim de refletir sobre os rumos do país e como nele podemos influenciar para ampliar as conquistas da classe trabalhadora.

Ainda que a profissão tenha convivido nas duas primeiras décadas do século XXI, em parte, com uma ampliação de recursos, projetos, programas e serviços decorrentes de um período de espraiamento das políticas sociais, reconhecemos que seu processo de expansão permanece ocorrendo de modo precário e, ao mesmo tempo, de maneira sofisticada, já que se estrutura a partir da financeirização e tem na disputa pelo fundo público seu principal alicerce.

Por compreender a histórica e significativa contribuição das/os assistentes sociais no campo da política social de habitação no Brasil, com diferentes e enriquecedoras experiências e processos de trabalho já desenvolvidos em diversas regiões do país, destacamos a importante dimensão política que o Serviço Social fomenta e preserva; e nosso reconhecimento de que essa profissão é capaz de ofertar subsídios significativos para a maturação política das/os trabalhadoras/es e para o desenvolvimento de sua consciência de classe, um fator determinante no processo de luta social e superação das desigualdades brutais entre as classes, reconhecidas sob diferentes instâncias e graus de profundidade na sociedade brasileira.

Essa categoria profissional que compõe as equipes de trabalho social nos diferentes territórios tem a capacidade de fomentar trajetórias firmadas e sustentadas por valores relacionados à liberdade, autonomia e emancipação humana, construídos, sem dúvida, pelas mediações possíveis a partir da formação profissional no curso de Serviço Social, cujas bases (quando não atingidas pelo aprofundamento das precarizações diversas que vem enfrentando) buscam solidificar o tensionamento de um Estado que atenda aos interesses da classe trabalhadora e das organizações populares em defesa de direitos, ampliando o acesso às políticas públicas e o fortalecimento de espaços de controle social, com ampla e genuína participação social, ainda que reconhecidos os limites do Estado burguês próprio da sociedade capitalista.

A fim de que as/os profissionais possam conhecer e reconhecer a dimensão da vida real da população e assim contribuir com as interpretações necessárias à

formulação de programas e projetos no âmbito das políticas públicas que correspondam às reais necessidades da população e reforcem a responsabilidade do Estado no enfrentamento dessa problemática estrutural do sistema capitalista, esta tese é um esforço em dizer que precisamos nos aproximar do vivido, enquanto, na realidade, temos sido fortemente impulsionadas/os a nos afastar dele, dado inclusive o lugar ocupado pelo trabalho social nesta política de caráter financeirizado que dá chão à incorporação das/os profissionais.

A pesquisa nos ajuda a reafirmar que é a presença nos territórios que nos auxilia a desvendar como ocorrem os encontros sociais e como as/os sujeitas/os experimentam o mundo e constroem situações de interação no cotidiano, reforçando que as experiências de vida são produtoras e reveladoras de representações sociais que se enraízam na cotidianidade.

Ao longo desta tese pudemos apresentar uma análise sobre a instituição da grilagem no Brasil como forma primordial de monopolização da terra, formação da propriedade privada e o processo de colonização do país, com marcas de uma formação social/ territorial de raízes estabelecidas pelo latifúndio, patrimonialismo, genocídio étnico, patriarcado, coronelismo, e no racismo em todas as suas diferentes camadas e expressões, responsáveis por moldar a particularidade do capitalismo brasileiro, resultando na formação e consolidação do processo de urbanização do país.

Destacamos como o processo de planejamento urbano foi decisivo para incorporar novos elementos de valorização dos territórios, a exemplo das chamadas “parcerias público-privadas” (PPPs), onde o ambiente construído passa a conformar as relações sociais e vice-versa. Coalizões se fazem e desfazem e, em meio a velhos processos, atribuem-se novos significados. São também reiterados os discursos que buscam a “revitalização” de diversas áreas na cidade, para que se possibilite a expulsão das camadas mais empobrecidas dessas regiões selecionadas para o “restauro”. Um processo conhecido como gentrificação, que significa nítida mudança no perfil populacional de determinada área e que acaba por perseguir os grupos de maior vulnerabilidade social, garantindo-lhes uma invisibilidade sem precedentes na história. Esse processo é que possibilita a implementação dos megaprojetos para remodelar o espaço urbano.

Mas, da mesma forma, mostramos como a cidade segue sendo um espaço disputado por diferentes movimentos e coletivos organizados, e como a consciência

sobre essa permanente disputa e a força da sociedade civil organizada é essencial para a categoria das/os assistentes sociais, assim como para o conjunto das/os trabalhadoras/es sociais que atuam nos territórios, a fim de que possamos fortalecer ainda mais tais perspectivas.

Pudemos adensar a compreensão do movimento frenético, intensificado nesta primeira quadra do século XXI, quanto à consolidação de novas sociabilidades constituídas por princípios e valores sustentados pelos movimentos de direita no Brasil, grupos políticos que neste período, ainda que preservadas distinções e oposições clássicas entre suas principais características, assumem novas nuances e complexidades em suas diversas formas de representação na sociedade brasileira, e que hoje contribuem para um processo mais acirrado de polarização política e de necessária construção de muitas estratégias que possam se articular neste cenário de disputas.

Outra importante dimensão tratada neste estudo se revela pela discussão do fenômeno da violência, compreendido como uma dimensão estrutural do sistema capitalista e que adquire expressões multifacetadas, e, portanto, não pode ser entendida de modo genérico, mas em todas as suas expressões de complexidade que extrapolam o tecido urbano.

Nesta tese o debate da violência aparece articulado aos modos de reprodução social e reflete diversas facetas da violação de direitos pelo Estado, em que, por exemplo, a ausência de acesso a uma rede de infraestrutura nos territórios torna-se mais um marcador de desigualdades sociais (ainda que a mesma infraestrutura que valoriza os perímetros de intervenção urbana seja também capaz de encarecer as condições de reprodução da própria vida nesses territórios).

Desse modo, a tese demonstra como os circuitos de violência vem sendo amplamente alimentados pela dinâmica administrativa, burocratizada e privatizante do Estado, que com a pandemia (mas não apenas em decorrência dela) abriu maiores frentes aos recursos tecnológicos, aumentando interlocuções pelas redes sociais e diferentes aplicativos de troca de mensagens, com exigências de respostas, muitas vezes imediatas, que recaem sob os cuidados das/os profissionais, tidos como receptoras/es ou reprodutoras/es de diferentes nuances de uma comunicação violenta vista sob diferentes camadas.

Discutimos como o medo é instrumentalizado pela extrema-direita para se fortalecer enquanto campo político e justificar práticas autoritárias e demonstramos

como há um mercado privado contra a violência urbana e uma indústria de “combate ao crime” (que mais se assemelha à ideia de massacre da população negra e pobre das áreas periféricas) que se formou e se fortalece à medida que a síndrome do medo (individual, social, coletivo e cultural) se espraia pelos territórios, um discurso que muito interessa ao capital e a algumas áreas do Estado, em especial aos grupos militares e às milícias que se infiltram nas porosidades do cotidiano da população.

Assim, a mediação do “legal/ilegal”, “formal/informal” e a violência estrutural que se desenha em resposta a esses processos nos territórios se expressa como um vetor dinâmico e um componente importante para chaves interpretativas da realidade social, um tema que deve ser conhecido e discutido pelas/os profissionais a fim de que a temática se presentifique desvelada em meio às intervenções profissionais, mas não como um elemento que determine uma proposta de ação e enfrentamento da violência pelas/os diversas/os profissionais envolvidas/os nos atendimentos das políticas públicas, pois consideramos que essa é uma responsabilidade e um papel destinado ao próprio Estado.

O avanço dos ambientes digitais plataformizados devem ser também relacionados ao contexto das desigualdades sociais, que interferem no consumo das informações disponibilizadas, pois o grau de desigualdade diz muito sobre o que se torna visível ou não para a população. Lembrando que a democratização do poder de fala não é necessariamente a democratização do poder da escuta.

Nos aproximamos do final deste primeiro quarto do século XXI experimentando um modo de sociabilidade que se estruturou por um pilar imagético. A imagem se tornou um produto primordial e ela é construída, consumida e compartilhada como modo prioritário sobre o qual as relações sociais se assentaram com demasiado conforto.

Visto como uma metáfora, esse encaixe oportuno desenhado pelo capitalismo plataformizado se assemelha hoje a um daqueles momentos em que nos abandonamos no sofá da sala após um dia exaustivo e mergulhamos no descanso perfeito das viagens virtuais, embarcados por meio das telas em um movimento acelerado de acessos e um volume extenso de informações digitais que nos distanciam do espaço compartilhado e das vivências experienciadas pela possibilidade da presença material de nossos corpos em relação mútua e viva.

A pesquisa também pode confirmar que há um profundo afastamento das/os profissionais da realidade social e dos territórios. E, no entanto, a questão da

pandemia não pode ser indicada como a única responsável por este cenário mais recente, ainda que tenha forte impacto nas mudanças profundas operadas no interior de muitos espaços socio-ocupacionais, com revisão de metodologias de atendimento e outros modelos adaptados à situação pandêmica experienciada pelas/os sobreviventes deste trágico marco do século XXI.

Consideramos que os procedimentos metodológicos construídos e o movimento próprio de processamento da pesquisa pode auxiliar no desvendamento e reconhecimento das armadilhas que tem capturado o trabalho profissional de assistentes sociais para esferas cada vez mais burocratizadas e, portanto, pouco incidentes no campo sociopolítico profissional, reduzindo as possibilidades de contribuição das/os sujeitas/os nos diferentes territórios de intervenção profissional.

Compreendemos que a proposta de pesquisa se mostra relevante na medida em que o desvelamento do campo de mediações que cerca a especificidade do trabalho social em habitação pode proporcionar uma movimentação mais consciente e consistente, assim como ações mais ampliadas quanto às consequências políticas do trabalho profissional cotidiano.

Ao longo dos depoimentos registrados, diversos desafios do trabalho social foram evidenciados, além das diferentes expressões da burocratização do trabalho. A tese mapeou uma surpreendente quantidade de impactos à vida da/o profissional, assim como impactos sobre os resultados alcançados pelas/os profissionais. Poderíamos brevemente relembrar: descontinuidade das ações profissionais (como, por exemplo, a redução ou extinção dos espaços de plantão social); supervalorização dos produtos de medição e desvalorização/ invisibilização da dimensão subjetiva e política do trabalho social, reflexo da limitada apreensão do trabalho a partir da implementação do modelo de licitação por produtos; diferentes expressões de como a burocratização do trabalho pode dificultar a atuação das/os profissionais, ou mesmo ainda excluir aquelas/es com algum tipo de deficiência; redirecionamento do trabalho para espaços de assessoria à gestão, o que denota uma ênfase endógena institucional como mais uma identificação possível dos reflexões dessa excessiva burocratização, entre outros aspectos destacados.

A tendência do gerencialismo das políticas marca uma atuação profissional com resultados cada vez mais distantes da população, delineando o que poderíamos caracterizar como o abandono da política pública e de sua incidência sobre os lugares, em que o atendimento às/os sujeitas/os ocorre sob um molde demasiadamente

burocratizado ou o próprio atendimento da política é visto (concebido) pelo Estado como a oferta suficiente de uma estrutura burocratizada e como espaço onde apenas se nomeia ou quantifica uma forma de atendimento estatal.

Todavia, ficou demonstrado que tal projeto de descaracterização/remodelagem do trabalho profissional já estava em curso, não apenas pelas fragilidades do quadro de formação profissional que brevemente assinalamos, mas demarcado pela inflexão preponderante das relações sociais pressionadas/impactadas pelo sistema político, partidário e institucional de tendência conservadora, em especial espraiado pelo golpe jurídico-parlamentar ocorrido em 2016 no Brasil.

Sem dúvida, esta tese nos desafiou a análises muito precoces, dado o tempo histórico definido como recorte temporal, aspecto que a torna frágil do ponto de vista do distanciamento necessário que se costuma recomendar às pesquisas acadêmicas, mas decidimos ousar e nos arriscar quanto aos resultados possíveis que ela poderia alcançar, mesmo porque não poderíamos ignorar os amplos desafios que estes mesmos tempos tem nos colocado, com aceleradas alterações para as sociabilidades capitalistas que tem nos assolado.

O espaço criado/ retirado do trabalho social e o consequente distanciamento das/os profissionais dos territórios, sujeitas/os e suas problemáticas vivenciadas em seu contexto cotidiano, parecem ter sido capturados pelo movimento conservador expresso pela política partidária, pela igreja e demais espaços de fé, assim como pelas diversas expressões do crime organizado.

As discussões possíveis provocadas pela tese destacam, por exemplo, como se configurou/ configura a “forma de gerir bolsonarista”, com destaque para os jogos políticos existentes e com os quais o trabalho social precisou/ precisa dialogar, inclusive sob os moldes de maior precarização/ flexibilização das condições de trabalho. E destaca o crescimento de expressões como os chamados “coachings evangélicos”, que respondem ao ideário do empreendedorismo/ aumento do individualismo na atual fase de restruturação produtiva do país e coadunam com o avanço das igrejas neopentecostais no Brasil.

Neste caldo em que o contexto pandêmico ocasionou um acirramento das condições de pobreza e desigualdade, vimos também se aprofundar a era da desinformação e padrões em que até nos ambientes digitais se faz necessário o enfrentamento às expressões do colonialismo digital.

São diversos e profundos os desafios postos, mas esta tese nos possibilitou refletir sobre como seria se pudéssemos movimentar/ tensionar o desenho das políticas a partir dos vínculos já existentes (ou em construção) nos territórios? Como seria se pudessem absorver as redes afetivas que dão sustentação à vida social e a construção dos sensos de pertença? Ou os aspectos relativos à necessidade de mobilidade das/os sujeitas/os que transitam nos territórios sem que possam, por vezes, compreender a divisão administrativa, jurídica e formal que os mecanismos institucionais lhes impõem como linhas/ barreiras abstratas de acesso ao uso e ocupação do solo, dos territórios reais que se materializam sob seus pés.

Como seria se essas políticas, programas e projetos não partissem de uma visão como se vida das pessoas comuns pudessem ser (ou até já fossem) recortadas e fragmentadas como expressão de um modelo racional e compartimentalizado de necessidades, e que são, em verdade, viscerais aos seres humanos. Como se suas vidas fossem estanques… sem o direito às possibilidades de escolha e mudança. Mas que pudesse passar a observar e perseguir que todo o gênero humano possa ter como justiça social a possibilidade de se mobilizar em torno de suas questões, desejos, necessidades e afetos, e se reconstrua desses ciclos extremos de violência e pobreza a partir de uma vida sem temor, fazendo do cotidiano um espaço mais habitável, cujas interações não podem ser reduzidas a uma só realidade ou à ideia de uma história única e respostas automaticamente formatadas e reproduzidas.

A pesquisa nos auxilia a concluir que a política, de alguma forma, não é capaz de alcançar a realidade dos territórios, fator que deve ser enfrentado não apenas pelas/os profissionais, mas pelas/os sujeitas/os e coletivos organizados nos diferentes territórios, na intenção de pressionar o Estado a construir intervenções que se contraponham a ações de cunho mais conservador, moralista, preconceituoso, reacionário e mercadológico.

Na condição de trabalhadoras/es sociais reunimos condições de compreender a dimensão daquilo que é concebido pela dimensão das políticas setoriais, todavia atuamos propriamente a partir da dimensão daquilo que nos é possível perceber e, a partir da racionalidade neoliberal, somos requisitadas/os a manipular prescrições para “aplicação à realidade”, mesmo reconhecendo que a vida real das/os sujeitas/os não pode ser simplesmente moldada ou desenhada por vontade do Estado, das/os profissionais que o representam ou daquelas/es vinculadas/os às demais esferas do mercado de trabalho e outras modalidades de prestação de serviços.

Mas nossa competência está associada à capacidade de observação apurada e de interpretações diversificadas acerca de distintas formas de associação entre o mundo real e um mundo regulamentado sobre o qual somos chamadas/os a atuar. Temos a capacidade de percepção quanto à dimensão dos direitos sociais, assim como o de perceber que o chão vivo da realidade social, por múltiplas circunstâncias, se distancia das concepções e alcances desses mesmos direitos.

Portanto, reconhecer a incompatibilidade de alguns contextos propiciados pelo campo das políticas, seus níveis de exigência e contexto plenos de contradição – por vezes com imposições e requisitos inalcançáveis para grande parte da população – é tarefa fundamental às/aos assistentes sociais.

Por isso, consideramos que tomar a realidade pela dimensão do vivido, do real, do concreto, das experiências e vivências do cotidiano nos parece uma chave para ampliar nossas possibilidades de construção de uma intervenção profissional que resguarde um enfrentamento à ambiência conservadora que nos contorna, realizando um trabalho com intencionalidade política na direção de superação da ordem capitalista, uma tarefa que não cabe a uma determinada profissão ou à/ao profissional, mas para a qual (em união ao conjunto dos demais trabalhadores) podemos contribuir com base nos princípios de nosso Código de Ética profissional e em um projeto de sólida formação profissional historicamente construído, mas principalmente nesta primeira quadra histórica do século XXI tem sido duramente atacado pelo projeto neoliberal.

Inspirada pela antropóloga indiana Veena Das, ao refletir sobre o papel público da antropologia como o de contradizer a amnésia oficial, dando um lar às palavras, escolhemos tornar esta tese um conjunto de reflexões aliadas ao compromisso público das/os trabalhadoras/es sociais que se reconhecem dispostos a uma atuação coerente e ao desejo vivo e potente de contribuir com uma parcela da população hoje abatida pela barbárie que se naturaliza no sistema capitalista, a fim de que possam afirmar e reafirmar sua possibilidade de vida e existência.

O possível está no contraditório e se faz no cotidiano, no rastro de nossos passos que caminham em movimento permanente e estratégico.

Nesta tese tomamos a categoria tempo-espaço como uma categoria analítica de ligação e inter-relação essenciais aos processos sociais imbricados na realidade social, capazes de contribuir para ampliar a percepção das/os assistentes sociais

sobre o espaço vivo, transformado e representado pelas análises e leituras sociais que realizamos como subsídios para nossa intervenção profissional.

Ao conjunto das/os profissionais se impõe a necessidade de que direcionem seus olhares aos territórios despidos da dimensão dos contrastes estabelecidos pelos diferentes desenhos e requisitos das políticas públicas e sociais, naquilo que se refere à ideia de que a vida social tenha a necessidade de enquadramento a um conjunto de regras ou desenhos congelados. A profissão ou a atuação da/o profissional não pode ser confundida com as requisições institucionais ou com o escopo das políticas.

Por isso, nesse contexto, a função cumprida pela dimensão política exercida pela profissão tem nos gerado maior interesse e convencimento.

Um outro aspecto revelado pela pesquisa se refere ao fato de que todos os depoimentos reunidos nos auxiliam a reconhecer e reafirmar a relevante contribuição dos espaços coletivos para aglutinação e organização das/os trabalhadoras/es – a exemplo do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, ainda que representem um desafio para adesão das/os profissionais frente a tantos contextos que fragilizam suas possibilidades de envolvimento.

O que nos provoca a refletir e considerar que tais dificuldades e constrangimentos se tornam as exatas razões pelas quais a importância de organização das/os trabalhadoras/es ganhe ainda mais centralidade neste período de tantos avanços das forças conservadoras e de um capitalismo que cada vez mais investe na precarização e intensificação dos processos de trabalho como forma de fragilizar a organização da classe trabalhadora e as potentes respostas que os diversos coletivos são capazes de construir e publicizar, *startando* processos de mobilização social em diferentes níveis e variadas formas de capilaridade.

O reconhecimento do conjunto de requisições atualizadas à profissão nos desafia a considerar a importância de que as/os profissionais estejam cada vez mais apoiadas/os por seu arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, reconhecendo a necessidade de acionar o arsenal de conhecimento técnico específico que a profissão nos oferta (ou deveria ofertar).

Por meio da obra do filósofo francês Henri Lefebvre encontramos na teoria marxista uma camada insurgente e ousada, sem que para isso tenhamos que tirar nossos pés do chão e nossos olhos da realidade social.

Sua produção nos leva a enxergar as fendas do cotidiano, as brechas que nos permitem acolher a circulação dos ventos que animam as sociabilidades, sejam

tempos de brisa leve ou de tempestade. Aqui o recurso da linguagem poética, além de acionar nossas subjetividades e afetos (qualidades tão próprias e necessárias cumpridas pela arte e pela poesia), também se propõe ao uso intencional dos recursos disponíveis no âmbito da cultura, dos quais podemos nos utilizar no exercício profissional e nas trajetórias de pesquisa.

É válido destacar que nossos estudos sobre a teoria das representações a partir de Lefebvre e a interconexão a que propomos entre as categorias do autor e o tema do trabalho social se destacam nesta tese ainda como um ensaio teórico e certamente carecem de diversos aprofundamentos.

Inclusive porque, como já afirmamos, tais formulações não estão contidas na obra do filósofo marxista, mas nos propomos a esta associação como uma escolha intencional, valendo-nos desse importante referencial teórico no intuito de contribuir para os estudos e pesquisas no campo do trabalho social para a categoria das/os assistentes sociais.

Reconhecemos no cotidiano do trabalho social ao menos três grandes pilares que sustentam uma triangulação de interconexões cuja visão das/os profissionais deve estar atenta a fim de reconhecer, distinguir e se utilizar de modo estratégico. Aqui nos referimos especificamente a: (i) uma esfera que se traduz por sua interface frente ao desenho/ desempenho das políticas públicas setoriais; (ii) uma outra interface que se reflete pela realidade dos territórios e todo o conjunto de demandas sociais que dele emergem, assim como; (iii) uma interface frente às condições próprias para o desenvolvimento do trabalho profissional, incluindo complexos aspectos vinculados à lógica de precarização e todo um novo conjunto de questões que fragilizam as condições do trabalho, assim como se traduzem em processos de formação profissional ou mesmo em escassas propostas e possibilidades para educação permanente e aprimoramento profissional, próprias para a realidade da classe que vive da venda de sua força de trabalho no Brasil.

Portanto, estamos desafiadas/os não apenas à construção de mediações que subsidiem a intervenção profissional, mas à captura dessas mediações presentes no real, a partir da realidade como se apresenta, possibilitando maiores e melhores condições de análise e de leituras conjunturais e estruturais, a fim de (re)pensar cotidianamente os processos de trabalho profissional.

A tese busca elucidar que o trabalho social em habitação precisa ser compreendido enquanto processo, por ser um conjunto de ações no tempo-espaço

que observa e percebe, participa e provoca, concebe e proporciona, uma série de experiências para além daquilo que ele pode propriamente documentar, medir ou relatar. Nesse sentido, ele interfere diretamente na construção, desconstrução e reconstrução de espaços de sociabilidade, aspectos fundamentais que precisam ser considerados pelo/a trabalhador/a social, proporcionando que este trabalho não se limite – enquanto concepção, planejamento, execução e registro – a modelos pré-concebidos ou a um *modus operandi* engessado, sem que possa ser fruto de uma construção coletiva ou mesmo respeitar a realidade local na qual se propõe intervir.

O trabalho social precisa atuar frente à premissa de que os seres humanos, ao se relacionarem, constroem aprendizados e possibilidades diversas que caminham de modo dinâmico e contraditório no tempo-espaço. Reconhecer que na consolidação dos espaços de sociabilidade a dimensão sobre a disputa de concepções em torno de projetos societários permeia o cotidiano da vida social, ainda que esta ambiência de disputa não ocorra de modo explícito ou declarado.

A tese aqui sustentada poderia se caracterizar pela necessidade de a/o trabalhadora/r social decifrar o real, sendo a relação tempo-espaço, enquanto uma mediação, essencial para que se conheça o vivido e, portanto, o território não tido apenas como um elemento, mas também uma mediação política importante e necessária para que as/os profissionais construam percursos pedagógicos no desenvolvimento de suas ações cotidianas.

A noção de percursos pedagógicos sustentada nesta tese se apoia na ideia de que os tempos e ações concretas das/os profissionais ao longo dos projetos de intervenção tenham resguardadas escolhas estratégicas que ampliem a dimensão político-pedagógica da profissão, com uma direção sociopolítica na realização do trabalho socioeducativo, em detrimento das ações burocratizadas atribuídas aos profissionais pela lógica neoliberal e o estágio gerencialista que atingiu a dinâmica das políticas públicas e sociais no Brasil.

Nossa escolha pelo exercício metodológico e seus resultados decorrentes visavam a que esta produção estivesse a serviço da construção de estratégias de resistência e fortalecimento das/os profissionais e consequentemente ao fortalecimento do projeto de sociedade que defendemos de modo prevalente.

O desejo maior é que o exercício de pesquisa não se limite e se finde perante a ideia de corresponder à entrega de um produto que se alinhe apenas à lógica produtivista do atual estágio da área educacional no Brasil, mas que possa contribuir

para processos permanentes de criação, ofertando novas perspectivas e ampliando o espaço para a valorização de experiências e vivências profissionais.

Que esta tese possa corroborar para fortalecer nossas trajetórias e representar mais um sinal de esperança.

Com os resultados possíveis desta intensa troca com as participantes da pesquisa, esperamos que o exercício de diálogo e reflexão tenha contribuído diretamente para a formulação de novas perspectivas de estudos e propostas de intervenção profissional que contribuam com os valores e preceitos de nosso projeto ético-político.

Ou, dito de outra maneira, que os efeitos do trabalho profissional não se restrinjam meramente a uma visão focada na execução de um conjunto de protocolos técnicos e propostas pré-concebidas, mas, sobretudo, que expressem os significados políticos em consonância aos interesses da classe trabalhadora, frutos da intencionalidade do exercício profissional que realizamos cotidianamente.

É nesta direção que a noção de percursos pedagógicos se solidificou nesta produção, para representar a articulação de um conjunto de metodologias de finalidade político-pedagógicas que não supram apenas respostas técnicas a resultados mensuráveis do trabalho profissional, mas que reflitam e sejam coerentes com a direção sociopolítica que a profissão pode agregar aos projetos de intervenção territorial.

O trabalho social precisa ser encarado pelos municípios e organizações contratantes como um elemento vivo do território, com a necessidade e a capacidade de definir e construir, em tempos mais alargados, a definição dos próprios caminhos a serem trilhados em cada proposta de intervenção, junto e a partir das/os sujeitas/os envolvidas/os.

Os projetos devem construir respostas concretas às necessidades dos territórios, das/os sujeitas/os que os constroem, com a possibilidade de releituras, alterações, ampliação ou encurtamento dos tempos, espaçamento de atividades e um processo de maior autonomia construído pelas/os envolvidas/os (sujeitas/os e trabalhadoras/res sociais), sempre em diálogo com o Poder Público e as instâncias em que o Estado deve operar o acompanhamento e subsídio para as ações desenvolvidas.

Menos incorporado à lógica de projetos específicos ou sob determinados programas e projetos, porém muito mais a partir da retomada de um lugar (com

estrutura e recursos específicos) nas estruturas municipais, em espaços compatíveis com a política de desenvolvimento habitacional, urbano e/ou rural e previsão orçamentária suficiente para garantir ações continuadas nos territórios e acompanhamento permanente das equipes, principalmente nas áreas de maior precariedade territorial (habitacional, urbana, de saneamento ou áreas com necessidades específicas).

O trabalho social para a questão agrária, urbana e ambiental deve ser uma pauta estrutural das políticas municipais, com incidência concreta na dinâmica de vida da população e a estruturação dos municípios para operação de políticas e programas alinhados às especificidades de seus territórios. Menos “copia e cola” e mais desenvolvimento coerente e compatível com a realidade dos territórios e a vida concreta da população.

Esperamos que a pesquisa tenha contribuído para problematizar o importante traço das novas requisições neoliberais apresentadas às/aos assistentes sociais. E que tais elementos de descoberta possam alimentar as lutas frente ao cenário das contrarreformas e do desmantelamento das políticas públicas, em especial as de cunho social, assim como se contraponha à intensificação e precarização do trabalho, assinalando questões relevantes ao projeto de formação profissional na área do Serviço Social.

Consideramos inclusive que esta pesquisa também corrobora para indicar que a dimensão de vida concreta das/os sujeitas/os políticas/os está desfocada nas abordagens e reflexões realizadas pela categoria profissional. Um dado que merece ainda mais atenção, novos estudos e investigação.

Na condição de trabalhadoras/es, gestoras/es, pesquisadoras/es, militantes ou docentes, a produção de conhecimento, as ações de denúncia ou mesmo um conjunto diverso de estratégias que se proponham ao desvendamento da realidade social constituem-se cada vez mais como ferramentas imprescindíveis por meio das quais nos aliamos aos movimentos e coletivos organizados, a fim de que possamos avançar em direção à superação dos modos predatórios impostos pelo sistema capitalista e todas/os aquelas/es que se beneficiam da desigualdade social em âmbito local ou global.

Esta tese foi um sonho. Foi por acreditar que é no cotidiano que construímos possibilidades de mirar e acertar uma infinidade de impossíveis e que as experiências nos contam histórias de esperança.

Essas histórias, com o seu conjunto de trajetórias, ainda que marcadas por ausências, violências e pelo medo… são também estabelecidas na esteira da construção diária de modos de resistência. E não só. São histórias de um povo que precisa e acredita em si mesmo, quase que ao ponto da loucura, e só por isso ainda não foram engolidas/os pelo sistema. E isso não é pouco, nem pequeno.

Veena Das, que nos serviu de forte inspiração, nos estimula a considerar que é preciso pensar continuidades no espaço de devastação.

Esta tese também me mostrou que o afeto é elo de existência. Nos desperta ou nos amortece, nos levando a flertar com o revolucionário ou nos enlaçando a sucumbir ao reacionário.

Esperamos que a pesquisa e seus resultados possam contribuir para sugerir uma maior (re)aproximação das/os assistentes sociais dos territórios de vivência, a fim de ampliarem o contato direto com o “chão concreto” da realidade e da vida social, realizando nessa direção os enfrentamentos necessários em seus espaços socio-ocupacionais e contra a tendencia neoliberal que nos cerceia.

Contribuir também para o fortalecimento dos valores e projeções sociais dos quais partilhamos em razão de nosso projeto ético-político e, sobretudo, vislumbrar as possibilidades de fortalecimento no campo das lutas sociais, ancoradas pelos movimentos sociais, grupos e coletivos organizados que sustentam ações de cunho anticapitalista.

A ampliada intencionalidade política pode nos fazer melhor avançar na construção em torno dos interesses da classe que vive da venda de sua força de trabalho. Essa vivência e presença no cotidiano vivo e dinâmico nos leva da surpresa à problematização, e da estranheza à interpretação, nos auxiliando na tarefa de elucidar o "percebido" pelo "concebido".

Como afirma Engels (1979), a crise de habitação está amplamente associada ao modo de produção capitalista e, portanto, se coloca como processo estruturante do próprio sistema, e não será equacionado com a ampliação do número de moradias (cujas bases se estruturam majoritariamente pela transferência da propriedade privada) ou ações pontuais de transformação dos territórios do país.

As cidades representam uma arena privilegiada no processo de acumulação capitalista, assim podemos apreender o seu processo de expansão precária, considerando a pequena trajetória da política habitacional brasileira, com padrão extremamente uniforme e homogêneo em suas propostas e projetos de intervenção,

sem garantir a diversidade de necessidades que a própria realidade brasileira pressupõe.

Mesmo frente ao crescimento econômico, a ingestão de recursos em grande escala e o fortalecimento de estratégias que foram essenciais para a expansão de algumas políticas, um mergulho à realidade demonstra que todo o arcabouço jurídico-institucional não foi (e nem será) capaz, por si só, de direcionar os rumos da cidade para uma gestão democrática e participativa.

Mais do que uma suposta “vontade política” que vislumbre essa gestão democrática e participativa, os governos carecem claramente de uma disputa cotidiana dos recursos do fundo público e uma resistência permanente dos movimentos e coletivos organizados, não apenas quanto às estratégias de acompanhamento da gestão e incidência no interior do aparelho do Estado, mas sobretudo quanto aos processos de formação política contínua da população comum, do investimento de tempo e presença cotidiana qualificada na vida e na prática social dos homens e mulheres simples que tecem histórias de continuidades e principalmente de rupturas.

Permanecerá o desafio às/aos trabalhadoras/es sociais de acompanhar o que ocorrerá no espaço das cidades a partir desse conjunto de intervenções de larga escala, ou mesmo sua ausência, considerando os episódios de conjuntura que operam desmonte e desmantelamento das políticas públicas, com mudanças estruturais para o espaço urbano.

Esta tese nos fez refletir sobre como a dimensão do Poder Judiciário – a esfera e o “discurso” no âmbito do “direito” – de alguma forma passou a tomar o espaço da luta popular e política, que em tempos mais acalorados de organização popular já cantou em coro por ***justiça social***!

A proposição quanto à construção de percursos pedagógicos como estratégia para atuação das/os profissionais vislumbra que a dimensão político-pedagógica da profissão possa resultar em um trabalho socioeducativo capaz de se utilizar das dimensões da informação e do conhecimento técnico específico (formação) para socializar uma visão de homem e de mundo que se alinhe a ideias anticapitalistas. Um conjunto de escolhas intencionalmente construídas que aponte, para além das conquistas imediatas, um acúmulo de experiências e relações ordinárias capazes de movimentar e construir novas perspectivas e novos modos de sociabilidade.

Um trabalho que seja capaz de traduzir à população os mecanismos responsáveis por fazer as políticas públicas serem tensionadas a atender aos interesses da população em todas as suas esferas, pois as políticas públicas (e principalmente a política social) devem atender ao povo, e não ao mercado.

Assim, a captura do tempo profissional deve ser enfrentada para que a intencionalidade política possa ser semeada. A capacidade de a/o profissional assumir a responsabilidade de organização de seu tempo de trabalho é central, considerando que não há intencionalidade que sobreviva à imperativa neoliberal de aceleração e fragmentação do tempo, de autogerência e de competição com o outro, todas expressões da racionalidade neoliberal que, quando naturalizadas, permitem que a burocratização saia vencedora nos processos de intervenção territorial.

Esse encontro entre profissionais e sujeitas/os nos diferentes territórios, quando permeado por intencionalidade política, contém um potencial intangível próprio de uma formação necessária sobre os mecanismos capitalistas que buscam manter, ampliar e aprofundar as condições de pobreza e miséria no Brasil. O lugar do encontro é o espaço onde construímos (preparamos) um terreno comum, fértil e horizontal, de trocas para o florescimento de novas colheitas.

Se formos (e somos) capazes de traçar mapas, podemos e (devemos) indicar destinos; com uma direção social que contribua para a construção e consolidação de estratégias que apontem para superação destas tão amplas desigualdades sociais, superadas somente se em conjunto com as/os demais trabalhadoras/es e por meio de uma derrocada do projeto burguês e das sociabilidades sustentadas pelo sistema capitalista.

Compreendemos que a consciência de tais processos é importante ferramenta política para a luta da classe trabalhadora e pode auxiliar na construção de estratégias coletivas que visem a busca por uma vida plena de sentidos em nossas trajetórias de trabalho profissional, assim como em todos os processos de nossa sociabilidade e nas lutas sociais às quais desejamos nos juntar e contribuir com firmeza.

Se o destino está distante, que caminhemos com maior afinco e resistência, sem desistir dos impossíveis que estão logo ali, por detrás das fendas e dos feixes de possível, escondidos no cotidiano e nos encontros que a vida nos proporciona nesta desafiadora jornada.

Tudo aqui é só um recomeço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADÃO, Claudia Rosalina. **Territórios de vida**: resistências, existências e produção de cuidado por mulheres negras. Orientador Caio Santo Amore. São Paulo, 2023.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. ***Coronavírus*:** o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

ANTUNES, Ricardo. Uma fotografia atual do trabalho de assistentes sociais. *In*: SANTOS, Tatiane V. C.; STAMPA, Inez (Org.). **Tempos e contratempos**: o trabalho de assistentes sociais no Brasil recente. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

ARANTES, Otília F. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. *In*: ARANTES, Otília F.; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 75-103.

ARREGUI, C. C. Direito à moradia e à cidade: concepções e referenciais teóricos e metodológicos para a avaliação. *In*: PAZ, R. D. O. da; ARREGUI, C. C. (Org.). **Trabalho Social, Territórios e Moradia**: A Construção do Direito à Cidade. São Paulo: Veras, 2018.

ARREGUI, C. C. (Org.). **Trabalho Social, Territórios e Moradia**: A Construção do Direito à Cidade. São Paulo: Veras, 2018.

ARREGUI, C. C. *et al*. **Metodologia de trabalho social em habitação**: a experiência do Município de Osasco-SP, 2005-2016. São Paulo: EDUC, 2017.

BAIERL, Luzia F. **Medo Social** – da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Cortez, 2004.

BALDEZ, Miguel. A terra no campo: a questão agrária. *In*: MOLINA, M. *et al*. **Introdução crítica ao Direito Agrário**. Brasília: UNB, 2000. p. 95-106.

BATISTA, Déborah Barrêto; COELHO, Maria Ivonete Soares. **O debate da religião no Serviço Social**: fundamentos e exercício profissional, 2015. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo5/o-debate-da-religiao-noservico-social-fundamentos-e-exercicio-profissional.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BEVEDER, Mónica B. **O retorno a Lefebvre**: a noção de re-produção das relações sociais de produção e a crítica da vida cotidiana como contribuições à tradição marxista. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2019.

BEZERRA, C. S.; DINIZ, T. M. R. G.; PEREIRA, T. D. GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. **Temporalis**, v. 1, p. 223-232, 2014.

BAPTISTA, M.V. A perspectiva marxista da cotidianidade. *In*: BAPTISTA, M. V.; BATTINI, O. (Org.). **A prática profissional do assistente social**: para reconhecer e reconstruir o cotidiano. São Paulo: Veras, 2016.

BHATTACHARYA, T. **O que é a teoria da reprodução social**?. Artigo originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico *Socialist Worker*. Tradução Maíra Mee Silva e revisão técnica de Mariana Luppi. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf>. Acesso em: 04 out. 2023.

BISPO, Antonio. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília/DF: INCTI/UNB, 2015.

Boschetti, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidades de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANO, W. **Ensaios sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas/SP: Unicamp, 2011.

CARDOSO, Adauto (Org). **O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, Thêmis A.; ARAÚJO, Flávia de S. **Habitação de interesse social: política ou mercado?** Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. 23 a 27 de maio de 2011, Rio de Janeiro/RJ.

CARDOSO, Adauto L.; ARAGÃO, Thêmis A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. *In*: CARDOSO, Adauto (Org). **O Projeto Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro/RJ: Letra Capital, 2013.

CARDOSO, Isabel. C. Espaço urbano, vida cotidiana e a dimensão pedagógica da práxis. *In*: PAZ, R. D. O. Da *et al*. **Serviço social e trabalho social em habitação**:

requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

CARDOSO, Isabel C. da C.; DINIZ, Tânia M. R. de; PAZ, Rosangela D. O. da. Terra, política e trabalho: uma agenda para o exercício profissional. *In*: NOZABIELLI, Sônia Regina; VAZQUEZ, Daniel Arias; NOGUEIRA, Claudia Mazzei (Org). **Questão social em tempos de pandemia**. Assis: Gráfica & Editora Triunfal, 2022.

CARLOS, Ana Fani A. **A condição espacial***.* São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri *et al*. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2014.

CARPANELLI, F. G. **Precariedade urbana e necessidades sociais**: Condições de vida e de moradia no Conjunto Residencial Flor de Jasmim/Osasco (Programa Minha Casa Minha Vida). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

CARVALHO, M. C. B. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária a prática social. *In*: NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

COUTINHO, C.N; KONDER, L. Notas sobre Agnes Heller. *In*: HELLER, A. **O cotidiano e a história**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos**: cultura e política na periferia de São Paulo. São Paulo: Dandara Editora, 2022.

DALL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho**. A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, Veena. **Critical Events**: An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário.** Tradução Bruno Gambarotto, - São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DEJTIAR, Fabian. "As 10 maiores cidades da América Latina em 2022" [*Las 10 ciudades con más población de Latinoamérica este 2022*] 05 Ago 2022. ArchDaily Brasil. (Trad. Romullo Baratto). Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/985188/as-10-maiores-cidades-da-america-latina-em-2022>. Acesso: 10 out. 2023.

DESLANDES, Suely F.; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria C. de S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DIAS JUNIOR, Ubiratan de Souza. **Dataficação da pobreza**: a centralidade do trabalho profissional em torno dos dados e informações sociais na Política de Assistência Social. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) - São Paulo: [s.n.], 2024.

DIJCK, José Van. Dataficação, dataísmo e dataveillance: Big Data entre o paradigma científico e a ideologia. **Revista Vigilância & Sociedade**, v. 12(2), 2014.

DINIZ, Rodrigo Aparecido. **Territórios, Classes e Experiências**: As dobraduras do espaço e tempo nas trajetórias de vida dos sujeitos. 2021. 323 fls. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2021.

DINIZ, T. M.R.G. Sobre a participação social: Desafios para o seu exercício na atualidade. *In:* STUCHI, C.G; PAULA, R.F. S; PAZ, R.D.O. **Assistência social e filantropia**: cenários contemporâneos. São Paulo: Veras Editora, 2012.

DINIZ, T. M.R.G. Trabalho profissional na política habitacional: reflexões necessárias em tempos de valores conservadores. *In*: PAZ, Rosângela Oliveira Dias da. (Org.). **Trabalho Social, Territórios e Moradia a construção do direito à cidade**. São Paulo: Veras, 2018, v. 1, p. 155-174.

DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabella R. (Org.). **Escrevivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

DYNA, E. A. M. **O crime produz segurança?** Uma análise do dispositivo de Proteção, segurança e administração de conflitos do Primeiro Comando da Capital nas periferias paulistas. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual Paulista, 2023.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação**. Aldeia Global Editora, 1979.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 10. ed. Tradução Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

ERUNDINA. Análise do contexto socioeconômico e político no Brasil na década de 1970 e suas implicações para o Serviço Social. *In*: **30 anos do Congresso da Virada** / Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) (Org.), Conselho Regional de Serviço Social – São Paulo (CRESS – 9ª Região), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Executiva Nacional de Estudantes de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) (co-organizadores). Brasília, 2009.

FARAGE, Eblin. **Estado, território e cotidiano no conjunto de favelas da Maré**. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

FAUSTINO, D; LIPPOLD, W. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo, SP: Boitempo, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: Uma história do PCC**.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **O mito da cidade-global**: o papel da ideologia na produção do espaço urbano. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FIGUEIREDO, Vinicius Pereira de. 30 anos do Primeiro Comando da Capital: Marcos Históricos e Expansão. Observatório de Segurança Pública, São Paulo. Disponível em: <https://www.observatoriodeseguranca.org/pesquisadores/30-anos-do-primeiro-comando-da-capital-marcos-historicos-e-expansao/>. Acesso em: 06 out. 2023.

FIX, M. **Parceiros da exclusão**: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

FIX, M. **São Paulo cidade global**: fundamentos financeiros de uma miragem. São Paulo: Boitempo, 2007.

FIX, Mariana; ARANTES, Pedro. **Como o governo Lula pretender resolver o problema da habitação**: Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida, 2009.

FONTES. Virgínia. Imperialismo e crise. *In*: SAMPAIO JUNIOR. Plínio de. (Org). Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2009.

FREITAS, Carolina Alvim de Oliveira. **Mulheres e Periferias como Fronteiras**: o tempo-espaço das moradoras do Conjunto Habitacional José Bonifácio. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018.

FTSH-SP. **Fórum de Trabalho Social em Habitação de Interesse Social de São Paulo**. Disponível em: <https://forumtrabalhosocial.wordpress.com>. Acesso em: 02 ago. 2023.

FURTADO, Celso. **Análise do ‘modelo’ brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

GONÇALVES, Lara S. **“Não sorria. Estamos em guerra”**: política do medo, imaginário autoritário e bolsonarismo no Rio de Janeiro. Orientador Breno Marques Bringel. 2023. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debate**, n. 39, 1996, p. 48-64.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: História e implicações. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Editora Loyola, 2004.

HARVEY, David. **Los limites de capitalismo y la teoria marxista**. 2004.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2005.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade**: mercados e formas de vida. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. *In:* CFESS / ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília/DF, 2009.

IAMAMOTO, Marilda. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007a.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS 1982.

IANNI, Octávio. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo: Editora EDUSC, 2004.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

IANNI, Octávio. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, n. esp., p. 397-416, abr. 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. Ilustração Vinicius Rossignol Felipe. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. **Revista Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 22, jun. 2001.

KOGA. Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. (col. Primeiros Passos).

KOWARICK, Lúcio. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.

LEÃO, Ryane. **Jamais peço desculpas por me derramar**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG,1999.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilena Jamur. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **La présence e l'absence**. Paris: Casterman, 1980.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Democracia e luta de classes**. Org. Antônio Carlos Mazzeo. Trad. Edições Avante!; Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida e no trabalho. *In*: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

LOBO, Natália. **As novas formas dos velhos mecanismos de apropriação da natureza**: controle dos corpos-tempos-territórios e política feminista. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista (SOF), 2021.

LOLE, A. *et al*. Diálogos sobre trabalho, Serviço Social e pandemia [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

LUKÁCS, G. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUTFI, E. P.; SOCHACZEWSKI, S.; JAHNEL, T. C. As representações e o possível. *In*: Martins, J. S. (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MACHADO, C. Momentos da obra de Henri Lefebvre: uma apresentação. **Ambiente & Educação**. v. 13, 2008.

MANSO, B. P. **A fé e o fuzil**: crime e religião no Brasil do século XXI, São Paulo: Todavia, 2023.

MARTINS, José de Souza. **Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. Ensaios de Sociologia da História Lenta. São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus. 1997.

MARTINS, José de Souza. **O Cativeiro da Terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARICATO, Ermínia *et al*. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

MALHEIRO, Bruno *et al*. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, Cidades alternativas para a crise urbana**. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARTINELLI, Maria L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. *In:* MARTINELLI, Maria Lúcia. **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARTINELLI, Maria L. Os métodos na pesquisa. A pesquisa qualitativa. **Temporalis**, Abepss, n. 9. Pesquisa e Conhecimento em Serviço Social. Recife: Universitária da UFPE, 2005.

MARTINELLI, Maria L. **Reflexões sobre o serviço social e o projeto ético-político profissional**. Palestra promovida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa, PR, em 10 nov. 2005. Transcrição de Jussara Ayres Bourguignon, em março de 2006.

MARTINELLI, Maria L. História oral: exercício democrático da palavra. *In:* MARTINELLI, Maria Lúcia *et al*. **História Oral na pesquisa em Serviço Social**: da palavra ao texto. São Paulo: Cortez, 2019.

MARTINELLI, M. L. A poética do cotidiano. *In*: BAPTISTA, M.V; BATTINI, O. (Org.). A prática profissional do assistente social: para reconhecer e reconstruir o cotidiano. São Paulo: Veras, 2016.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2. ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1973.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro Primeiro – O processo de produção do capital. Vol I e II. 11. ed. Tradução Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: DIFEL, 1987.

MARX, K. ***Grundrisse****:* Manuscritos econômicos de 1857- 1858 Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **A guerra civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Marx, Karl, 1818-1883. **Crítica do Programa de Gotha**. Seleção, tradução e notas Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MODESTO, T. H. **Eu não tinha condições de pagar um aluguel decente**. A política habitacional e urbana segundo a perspectiva da(s) mulher(es) negra(s). Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de São Paulo, Santos, 2022.

MOTA, A.E. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. *In:* **Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília/DF, 2009.

MOREIRA, C. F.N. Liberdade, Paulo Freire e Serviço Social: reflexões teórico-práticas sobre o fazer pedagógico de assistentes sociais. *In*: FERRIZ, A. F. P.; MOREIRA, C. F.N.; MARTINS, E. B. C.; ALMEIDA, N.L.T. (Org.). **Tijolos contra muros**: contribuições críticas do Serviço Social na educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2022.

MOURA, C. Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 14, 1983. Acesso em: 02 nov. 2023.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NOZABIELLI, Sônia Regina; VAZQUEZ, Daniel Arias; NOGUEIRA, Claudia Mazzei (Org.). **Questão social em tempos de pandemia**. Assis: Gráfica & Editora Triunfal, 2022.

OLIVER CORPET. **Lefebvre, aventura de um dialético**. Paris: Le Monde, 2 de julho de 1991.

OLIVEIRA. Francisco. O avesso do avesso. *In*: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas**: economia, política e cultura na era da servidão financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAIM. Elisangela, S. (Org.). **Resistências e re-existências**: mulheres, território e meio ambiente em tempos de pandemia. São Paulo: Editora Funilaria, 2020.

PAIXÃO, Marcia Calhes. **O trabalho profissional movido pelo projeto ético-político vigente**: uma reflexão sobre suas consequências políticas. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

PAIS, José Machado. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

PAZ, R. D. O. Da *et al.* **Serviço social e trabalho social em habitação**: requisições conservadoras, resistências e proposições. PAZ, R. D. O. Da.; DINIZ, Tânia M. R. G. (Org.). Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

PAZ, R. D. O.; ARREGUI, C. C.; BLANCO, M. A. A.; RODRIGUES, M. L. P.; TABOADA, K. J. Trabalho social na política habitacional: Percursos, lacunas e desafios. *In*: SANTANA, J. V. **Habitação e serviço social**: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018.

PAZ, R.; ARREGUI, C. (Org.). **Trabalho Social, territórios e moradia**: a construção da cidade. São Paulo: Veras, 2018.

PAZ, Rosangela D. O.; VIEIRA Núria P. A Experiência do Fórum de Trabalho Social em Habitação De São Paulo. *In*: SANTANA J. V.; PAZ, R. D. O. da; RIBEIRO, R.; HOLANDA, A. C. G.; SILVA, O. M. T. (Org.). **Serviço social e habitação**: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais. Navegando Publicações. Uberlândia, 2023.

PAZ, R. D. O. Da *et al.* **Marcas do Trabalho Social na Política de Habitação de Interesse Social na Cidade de São Paulo**: memórias da atuação profissional do Serviço Social. Curitiba: CRV, 2023.

PEREIRA, Tatiana D.; BARROS, R.; TELLES, J. (Org.). **Mulheres, resistências e o marco da violência institucional**. Rio de Janeiro: FASE, 2021. v. 1.

PEREIRA, Tatiana D. Higienização social e disputas de projetos de cidade. **Emancipa** - o cotidiano em debate, v. 3, p. 18-31, 2018.

PEREIRA, C.P. **Proteção social no capitalismo**: crítica a teorias e ideologias conflitantes. São Paulo: Cortez, 2016.

PEREIRA, P. P. G. **Violência, gênero e cotidiano**: o trabalho de Veena Das. Resenha do livro DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley, University of California Press, 2007. **Cadernos Pagu**, n. 35, p. 357-369, jul. / dez. 2010.

PITARELLO, M.; PAVEZ, G. A. Considerações sobre o diário de campo como um dos instrumentos da pesquisa-ação. Documento produzido pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão, equipe de pesquisa do projeto em defesa da vida contra violência, Faculdade de Serviço Social - PUC-SP, 1993.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na História Oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *In*: **Projeto História**, São Paulo, EDUC, n. 14, fev. 1997.

PRIETO, Gustavo F. T. Sob o império da grilagem. Os fundamentos da propriedade privada capitalista da terra no Brasil (1822-1850). Terra Brasilis (Nova Série). **Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica**. 8 Dossiê "5º Congresso Brasileiro de Geografia – 100 anos". 2017. Acesso em: 30 set. 2023.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. *In*: RAICHELIS R. *et al.* (Org.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serv. Soc. Soc**., São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./ abr. 2021.

RAMOS, F.; KOGA, D. (2011). Trajetórias de vida: desafios da pesquisa sociourbanística e contribuição para a gestão pública. **Serviço Social & Sociedade**, n. 106, p. 335–364, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200008>. Acesso em: 23 jul. 2023.

RISLER, Julia; ARES, Pablo. **Manual de mapeo colectivo**: recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

RIZEK, Cibele. Trabalho, moradia e cidade – zonas de indiferenciação. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, v. 27, p. 41-50, 2012.

RODRIGUES, A.M.; SEABRA, M. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 64, São Paulo, 1986. Disponível em: <https://vdocuments.com.br/habitacao-e-espaco-social-na-cidade-de-sao-paulo.html?page=2>. Acesso em: 10 out. 2023.

RODRIGUES, A.M.; SEABRA, M. Habitação e espaço social na cidade de São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 64, São Paulo, 1986. Disponível em: <https://vdocuments.com.br/habitacao-e-espaco-social-na-cidade-de-sao-paulo.html?page=2>. Acesso em: 10 out. 2023.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel; Fapesp, 1997.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen Johannes. **Crescimento econômico e desenvolvimento urbano**: por que nossas cidades continuam tão precárias? Rio de Janeiro: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2011. Acesso em: 02 dez. 2023.

SANTANA J. V.; PAZ, R. D. O.; RIBEIRO, R.; HOLANDA, A. C. G.; SILVA, O. M. T. (Org.). Serviço social e habitação: requisições e respostas profissionais em tempos de desmonte de direitos e de resistências dos movimentos sociais. Uberlândia: Navegando Publicações, 2023. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/servico-social-e-habitacao>.

SANTANA, Joana V. (Org.). **Habitação e Serviço Social**: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTANA, Joana V. *et al*. Trabalho social na política urbana/ habitacional [recurso eletrônico]: subsídios para o trabalho profissional de assistentes sociais. Belém: ICSA, 2024.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel. 1987.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2008a.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora EDUSP, 2008b.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**: O Caso de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023.

SANTOS, R. C. B. Trabalho social: discurso contemporâneo na política habitacional brasileira. *In*: SANTANA, J. V. **Habitação e serviço social**: dimensões teóricas, históricas e metodológicas. Campinas: Papel Social, 2018.

SANTOS, Clenivalda; CARPANELLI, Fernanda G. Ações governamentais nos territórios e o trabalho social: experiência no município de Osasco/SP. *In*: PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. *et al*. **Serviço social e trabalho social em habitação**: requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

SANTOS, Clenivalda. Trabalho social na política habitacional em São Paulo: tensões e possibilidades no contexto da terceirização (1989-2004). Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 2021.

SANTOS, C. F. *et al*. A construção e a atuação do Fórum Nacional de Trabalho Social em Políticas Habitacionais e Urbanas. *In:* **Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social**: Desafios Contemporâneos, Londrina, 2024.

SANTOS, Tatiane V. C. dos; STAMPA, Inez (Org.). **Tempos e contratempos**: o trabalho de assistentes sociais no Brasil recente. Rio de Janeiro: Mórula, 2023.

SILVA, Caroline R. da. **Sujeitos coletivos das lutas urbanas do Rio de Janeiro**: o paradigma dos comuns como alternativa à democracia liberal e ao domínio da racionalidade neoliberal. São Paulo, 2021.

SILVA, Williana Angelo. Para além do "eva viu a uva": o colher e o semear sobre o caráter político-pedagógico e o trabalho socioeducativo de assistentes sociais. São Paulo: [s.n.], 2024.

SILVA, A.; WANDERLEY, M. B. A gestão social e a política social no contexto da crise capitalista contemporânea. *In*: RIZZOTTI, M. L. A.; CORDEIRO, S. M. A.; PASTOR, M. (Org.). **Gestão de políticas sociais**: território usado, intersetorialidade e participação. Londrina: Eduel, 2018.

SILVESTRE. Helena. **Notas sobre a fome**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

SOUZA, S. T.; SANTOS, J. R. D.; MENEZES, S. O. Renda da terra: conceito central para os estudos em geografia agrária. **Pegada** - A Revista Da Geografia Do Trabalho, n. 20(1), p. 144–169, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.33026/peg.v20i1.5817>. Acesso em: 20 set. 2024.

TELLES, V. Ilegalismos urbanos e a cidade. **Novos estudos CEBRAP**, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/QVg7xtS9g9bHZkSHS3KSjMJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2024.

TELLES, V. Apresentação. *In*: HIRATA, D. V. **Sobreviver na adversidade**: mercados e formas de vida. São Carlos: EdUFSCar, 2021.

TELLES, Vera. S. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2011.

THOMPSON, E. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. *In*: NEGRO, A; SILVA, S. (Org.). 2. ed. Campinas/ SP: Editora da Unicamp, 2012.

VALLADARES, Licia do Prado (Org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1980.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro/RJ: Zahar, 1980.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela**, do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria. *In*: ARANTES, Otília F.; VAINER, Carlos B.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 75-103, 2012.

VAZ, Lilian Fessler. História dos bairros da Maré: espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré. Relatório de pesquisa. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 1994. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/7746>. Acesso em: 28 set. 2023.

VERAS, Maura P. B. Exclusão social: um problema de 500 anos. Notas preliminares. *In*: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 27-50.

VIANNA, Adriana. Vida, palavras e alguns outros traçados: lendo Veena Das. Ensaio Bibliográfico. **MANA**, n. 26(3), p. 1-20, 2020. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1678-49442020v26n3a205>. Acesso em: fev. 2024.

VIEIRA, Nuria P. Remoções de moradias e trabalho da/o assistente social: atualização de antigas requisições. *In*: RAICHELIS R. *et al*. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

WANDERLEY, Mariangela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. *In*: SAWAIA, Bader (Org.). ***As artimanhas da exclusão***: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 2001. p. 16-26.

ZUBOFF, Shoshana. Big Other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. Tradução de Heloísa Cardoso Mourão. *In*: BRUNO, Fernanda *et. al*. (Org.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

SITES CONSULTADOS

https://www.redesdamare.org.br/ Acesso em: 28 ago. 2023.

https://wikifavelas.com.br/index.php/Dicion%C3%A1rio_de_Favelas_Marielle_Franco Acesso em: 24 set. 2023.

https://rosalux.org.br/como-as-cozinhas-solidarias-contribuem-para-a-justica-climatica/ Acesso em: 30 set. 2023

Documentário Limpam com fogo, disponível na página do youtube: https://www.youtube.com/watch?v=WAVqcCdFoos&t=1s. Acesso em: 25 ago. 2023.

https://mulheresnapandemia.sof.org.br/. Acesso em: 01 out. 2023.

https://www.observatoriodeseguranca.org/artigos-osp/ Acesso em: 05 out. 2023.

http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/30-anos-codigo-de-etica Acesso em: 07 de out. 2023.

https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-censo-demografico-esta-de-volta Acesso em: 02 out. 2023.

https://assibge.org.br/as-elites-nacionais-sempre-tiveram-dificuldade-em-conviver-com-levantamentos-estatisticos-paulo-januzzi-para-o-jornal-da-assibge/ Acesso em: 02 out. 2023.

https://olheparaafome.com.br/ Acesso em: 07 out. 2023.

MATÉRIAS JORNALÍSTICAS

- https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/02/veja-os-municipios-com-maior-presenca-de-locais-de-ensino-saude-e-religiao-segundo-o-censo.shtml?utm_source=sharenativo&utm_medium=social&utm_campaign=sharenativo. Acesso em: fev. 2024.

- https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2023/06/bancada-ruralista-cresce-no-senado-e-tenta-aprovar-pl-dos-agrotoxicos-e-marco-temporal.shtml. Acesso em: 09 dez. 2023.

- https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/por-que-pcc-baniu-drogas-k-de-seus-pontos-de-venda.shtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsia. Acesso em: jan. 2024.

- https://noticias.uol.com.br/colunas/ronilso-pacheco/2024/03/01/em-defesa-dos-neopentecostais.htm?cmpid=copiaecola Acesso em: 03 mar. 2024.

- https://judobolsa.com.br/ Acesso em: 19 set. 2024
- https://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/2162 Acesso em: 20 out. 2024

LEGISLAÇÃO

Ofício 190, CFESS, 2024

Resolução n. 07/2018/CNE/MEC

Emenda Constitucional n. 95, de 15/12/2016

Código de Ética Profissional (1986)

Código de Ética Profissional (1993)

Lei de regulamentação da profissão de Serviço Social n. 8662/93

Lei 14.620/2023

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)

Portaria n. 464/2018

Portaria n. 1.248/2023

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

O presente termo se destina à formalização de convite para participação junto a pesquisa, até então intitulada: “Interfaces entre trabalho profissional, territórios, sujeitos e saberes no cotidiano – Um diálogo possível e necessário para o Serviço Social na particularidade do Trabalho Social em Habitação”, realizada pela pesquisadora Fernanda Galhardo Carpanelli, doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC SP, sob orientação da Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui.

Esta pesquisa busca compreender e analisar as mediações presentes nas intervenções profissionais realizadas pelas/os assistentes sociais que atuam na particularidade do Trabalho Social em Habitação de São Paulo, a fim de reconhecer seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, analisando os sentidos e significados da materialização do seu trabalho profissional e seus reflexos para os meios e modos de vida dos sujeitos e sujeitas na cotidianidade.

Para a dimensão da pesquisa de campo qualitativa/ participativa definimos por dois momentos essenciais para os subsídios e sínteses do processo investigativo:

(i) A realização de uma entrevista individual em profundidade: A se realizar, de forma presencial, ou como alternativa, via ambiente virtual, preservando a proteção, segurança e os direitos dos participantes da pesquisa. Duração prevista de cada entrevista: 2 horas.

(ii) Realização de uma entrevista coletiva, envolvendo uma dinâmica entre o conjunto dos profissionais participantes da primeira etapa das entrevistas individuais. Para esta atividade, se fará necessário, que o encontro ocorra, de forma presencial, considerando que a atividade prevê um momento de diálogo e trabalho em conjunto dos participantes, com produção de recursos gráficos como produto síntese da pesquisa de campo participativa. Duração prevista do encontro: 3 horas.

A colaboração das/os sujeitas/os de pesquisa ocorrerá por meio dos depoimentos a serem gravados em vídeo e voz, sem identificação pessoal, a partir da

assinatura desta autorização. As sessões serão gravadas, com conteúdo transcrito após a realização das entrevistas, permitindo assim uma melhor análise do áudio e conteúdo completo que possa vir a ser utilizado como documento integrante do processo de pesquisa. O presente termo assegura os seguintes direitos:

I – Garantia de esclarecimento antes e durante o processo de pesquisa, sobre todos os procedimentos definidos para sua realização;

II – Sua liberdade em se recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase de realização da pesquisa;

III – Garantia de sigilo quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, assegurando absoluta privacidade;

IV – Cópia deste termo em que constará também os dados de contato da pesquisadora, a fim de permitir qualquer retorno e contato posterior.

Por fim, consideramos oportuno destacar, conforme orientações fornecidas pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa vinculada à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde, emitida em fevereiro de 2021, relacionada a procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual, os riscos próprios e característicos dos ambientes virtuais, meios eletrônicos, ou atividades não presenciais.

No entanto, nos responsabilizamos pelo armazenamento adequado dos dados coletados, bem como os procedimentos para assegurar o sigilo e a confidencialidade das informações das/os participantes da pesquisa, definindo pelo download dos dados coletados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro de qualquer plataforma virtual, ambiente compartilhado ou "nuvem".

Ao assinar este documento, você afirma que esse termo foi lido e que a partir das informações aceita participar por sua própria vontade, sendo informada/o dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, sem receber qualquer incentivo financeiro, assim como não terá nenhum ônus, mas a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa.

Estando de acordo,

eu:_____,

declaro que, após conveniente esclarecimento prestado pela pesquisadora e compreensão dos objetivos da pesquisa, consinto voluntariamente em colaborar para a realização da pesquisa que ora se apresenta.

Assinatura do participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

Fernanda Galhardo Carpanelli

Email: fernandacarpanelli@gmail.com

Telefone: 55 11 9 5483-0101

Pesquisa sob orientação da Profa Dra. Carola Carbajal Arregui

APÊNDICE B – Roteiro semi-estruturado para entrevistas individuais em profundidade

1. Na condição de profissional no campo do Trabalho Social em Habitação, como você (re)conhece os territórios, como percebe esses locais onde atua? Por exemplo, como você produz diagnósticos desses territórios? Existe uma produção de conhecimento sobre essas realidades vividas até para subsidiar propostas de intervenção profissional? Nesse sentido, o que você considera necessário para realizar a leitura do espaço urbano e a compreensão sobre as relações sociais nos territórios? (Como reconhecer as dinâmicas estabelecidas pelas/os sujeitas/os, e/ou coletivos nesses territórios?)

2. O que te remete o tema da "legalidade" e "ilegalidade" vinculada à discussão dos territórios? Você percebe essas dimensões na vida da população? De que forma essas dimensões comparecem ao longo do desenvolvimento do seu trabalho profissional?

3. Na sua avaliação existem mudanças, e se sim, quais, nos territórios – na vida social de modo mais amplo, com as quais o trabalho social precisa/ou se relacionar, principalmente nestes últimos 10 anos? Na sua avaliação quais os reflexos, em especial pelo contexto do *impeachment* de Dilma, a gestão de Jair Bolsonaro ou mesmo a pandemia? Na sua visão, qual a capacidade dos profissionais de captar essas mudanças? Considera que essas questões interferem na autonomia relativa dos profissionais?

4. Você identifica quais demandas chegam ao Serviço Social e como chegam? Quais as principais requisições e até as respostas possíveis construídas diante dessas demandas?

5. Na sua percepção qual o olhar da política em relação às formas de vida e experiências da população nos territórios?

6. Existem possibilidades de construir alternativas para estas demandas, para além dos parâmetros definidos pela política e/ou projetos institucionais?

7. Se considerássemos atores num mesmo jogo, o profissional de trabalho social, as sujeitas e sujeitos dos territórios, e a política pública, você avalia que existem diferentes percepções sobre o mesmo território? Como você percebe a incidência desses 3 “polos” nos territórios?

8. Como você percebe a dimensão do "tempo" e a dimensão do “espaço”, nos processos de trabalho desenvolvidos? Ou seja, na sua avaliação, que reflexos estes dois aspectos trazem para o desenvolvimento da atuação profissional cotidiana? Você percebe, e se sim como, se existem diferentes percepções sobre um mesmo território e concepções diferenciadas sobre o aspecto “tempo” que envolvem o cotidiano do trabalho profissional?

9. Como você percebe a materialização das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas no seu cotidiano de atuação? Se fossemos pensar essas dimensões na particularidade das ações do trabalho social em habitação, na sua consideração, onde estão nossas possibilidades de refletir ou perceber esses aspectos no nosso trabalho profissional cotidiano.

10. Na sua percepção o trabalho social tem abarcado um traço mais acentuado de burocratização no cotidiano da atuação profissional? Como você percebe essa dimensão no cotidiano de trabalho, senti que houve uma crescente ou não sobre este aspecto? Se sim, de que maneira isso tem se expressado no seu cotidiano de trabalho.

11. O que o espaço do Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo, representa/ representou para você e para o seu cotidiano de atuação profissional? Qual sua percepção sobre esse espaço coletivo?

12. Como você percebe o resultado do trabalho social para a população e para os territórios? Para os sujeitos e sujeitas, assim como para os coletivos organizados?

APÊNDICE C – Questões para construção do perfil das profissionais participantes

Grata pela sua disponibilidade e disposição em contribuir com esta pesquisa. Com este breve formulário intenciono apenas coletar informações introdutórias para conhecê-lá e avançarmos no processo de agendamento da nossa entrevista individual. Este formulário está acompanhado do TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (segue anexo) onde você encontrará maiores informações sobre a proposta e os direitos que envolvem sua participação voluntária na pesquisa.

E-mail:_____

Idade:_____

Quesito raça/cor:

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena

Identidade de Gênero:

- Mulher cisgênero
- Homem cisgênero
- Mulher Transgênero
- Homem Transgênero
- Intersexual
- Sem gênero definido (não binário)
- Outro:

Orientação sexual:

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Pansexual
- Assexual

Ano de conclusão da graduação em Serviço Social: _____

Modalidade de ensino na graduação:

- Ensino presencial
- Ensino Semi-presencial

- Ensino à distância

Realizou formação em nível de pós-graduação ou outros cursos de formação continuada? Se sim, qual (is)?

_____

(i) Instituição e projeto em que trabalha atualmente;

_____

(ii) Condição do vínculo profissional e

_____

(iii) tempo de atuação nesse espaço sócio-ocupacional:

_____

Tempo de atuação com trabalho social em habitação:

_____

Breve resgate sobre a trajetória profissional:

_____

Qual sua disponibilidade para a realização da nossa entrevista individual? Me indique, por gentileza, 3 datas e horários mais favoráveis para sua participação, a fim de que eu busque me adequar a sua disponibilidade.

_____

Para a realização da entrevista, qual sua preferencia quanto ao formato do encontro:

- Presencial - local a combinar
- On-line

APÊNDICE D – Modelo para construção de fichas temáticas guia – para processamento e análise de dados da pesquisa de campo

QUADRO RESUMO

PESQUISADORA OU PARTICIPANTE	PALAVRA OU TERMO CHAVE / CATEGORIA / QUESTÕES DE PESQUISA	REF. ROTEIRO DE QUESTÕES / TRECHOS	Nº. ITEM
Pesquisadora	(Re) Conhecimento do(s) território (s)	Questão 1	1
Pesquisadora	Território (s)	Questão 1	2
Pesquisadora	“Legalidade”	Questão 2	3
Pesquisadora	“Ilegalidade”	Questão 2	4
Pesquisadora	Mudanças na conjuntura	Questão 3	5
Pesquisadora	Impactos para o trabalho social	Questão 3	6
Pesquisadora	Demandas para o TS / Requisições	Questão 4	7
Pesquisadora	Respostas profissionais	Questão 4	8
Pesquisadora	Olhar da política	Questão 5	9
Pesquisadora	Formas de vida	Questão 5	10
Pesquisadora	Experiência	Questão 5	11
Pesquisadora	Construção de alternativas	Questão 6	12
Pesquisadora	Diferentes percepções sobre o mesmo território	Questão 7	13
Pesquisadora	Dimensão tempo	Questão 8	14
Pesquisadora	Dimensão espaço	Questão 8	15
Pesquisadora	Dimensão tempo/espaço no cotidiano profissional	Questão 8	16
Pesquisadora	Dimensão teórico-metodológica	Questão 9	17
Pesquisadora	Dimensão ético-política	Questão 9	18
Pesquisadora	Dimensão técnico-operativa	Questão 9	19
Pesquisadora	Cotidiano profissional	Questão 9	20
Pesquisadora	Burocratização	Questão 10	21
Pesquisadora	Fórum de Trabalho Social em Habitação de São Paulo	Questão 11	22
Pesquisadora	Percepção sobre espaço coletivo / espaço de organização profissional	Questão 11	23

Pesquisadora	Resultado do TS	Questão 12	24
Inserir nas linhas abaixo outros aspectos apontados pelas participantes que não tenham sido contempladas no roteiro – no entanto foram suscitadas no momento das entrevistas e serão objeto de análise e considerações na tese			

Desenvolvimento das fichas temáticas
Modelo para preenchimento

FICHAS TEMÁTICAS:

PALAVRA OU TERMO CHAVE / CATEGORIA / QUESTÕES DE PESQUISA	REF. ROTEIRO DE QUESTÕES / TRECHOS	Nº. ITEM
[1º Termo chave ou categoria]	[Ref. a questão de nº XX do roteiro de entrevista]	[Descrição do item]
[Descrição dos três das entrevistas relativas ao item]		

ANEXO A – Registro fotográfico: grafite de Ju Costa